Outlook

Corte IDH. Caso Favela Nova Brasilia Vs. Brasil. Supervisão de cumprimento de sentença. Envio de relatório.

Fecha Mié 02/10/2024 19:39

Prezado senhor, prezada senhora,

Em referência a nota da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 05 de julho de 2024, o Estado brasileiro apresenta relatório de cumprimento da sentença referente ao caso Favela Nova Brasília Vs. Brasil e outras informações, acompanhado de anexos.

Muito agradeceria confirmar o recebimento das mencionadas mensagens.

Respeitosamente,

Pedro da Silveira Montenegro
Chefe da Divisão de Contenciosos em Direitos Humanos
Ministério das Relações Exteriores

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

CASO FAVELA NOVA BRASÍLIA VS. BRASIL

RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Setembro de 2024

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 4

2. DA RESPOSTA DO ESTADO 6

2.5. Cumprimento do Ponto Resolutivo 15: do relatório oficial sobre mortes em operações policiais 13

2.6. Cumprimento do Ponto Resolutivo 16: dos mecanismos investigativos em casos que envolvam policiais como possíveis acusados 19

2.7. Cumprimento do Ponto Resolutivo 17: das metas e políticas de redução da letalidade e da violência policial 33

2.8. Cumprimento do Ponto Resolutivo 18: do programa ou curso sobre atendimento a mulheres vítimas de estupro 38

2.9. Cumprimento do Ponto Resolutivo 19: das medidas legislativas sobre a participação de vítimas e/ou familiares na investigação de delitos 42

2.10. Cumprimento do Ponto Resolutivo 20: da uniformização da expressão “lesão corporal ou homicídio decorrente de intervenção policial” nos relatórios e investigações 45

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS 49

4. ANEXOS 49

1. INTRODUÇÃO

Em atendimento a notas de 7 de dezembro de 2023 e 05 de julho de 2024, o presente relatório tem como objetivo apresentar informações referentes ao cumprimento de sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) no âmbito do Caso Favela Nova Brasília Vs. Brasil.

Os fatos remontam às violações de direitos humanos reconhecidas em virtude das chacinas ocorridas durante operações policiais na comunidade de Nova Brasília, no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, em 1994 e 1995.

Em 16 de fevereiro de 2017, a Corte Interamericana de Direitos Humanos proferiu sentença relativa ao caso, mediante a qual declarou que o Estado brasileiro é responsável pela violação do direito às garantias judiciais de independência e imparcialidade da investigação, devida diligência e prazo razoável, estabelecidas no artigo 8.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento.

No mesmo sentido, a decisão reconheceu a violação dos direitos à proteção judicial e às garantias judiciais, previstas nos artigos 25 e 8.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, e os artigos 1, 6 e 8 da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, bem como o artigo 7 da Convenção Belém do Pará, bem como a violação do direito à integridade pessoal, previsto no artigo 5.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, em detrimento das pessoas mencionadas naquele comando sentencial.

A referida sentença previu, por meio dos pontos resolutivos 10 a 21, as seguintes determinações:

> 10. O Estado deverá conduzir eficazmente a investigação em curso sobre os fatos relacionados às mortes ocorridas na incursão de 1994, com a devida diligência e em prazo razoável, para identificar, processar e, caso seja pertinente, punir os responsáveis, nos termos dos parágrafos 291 e 292 da presente Sentença. A respeito das mortes ocorridas na incursão de 1995, o Estado deverá iniciar ou reativar uma investigação eficaz a respeito desses

fatos, nos termos dos parágrafos 291 e 292 da presente Sentença. O Estado deverá também, por intermédio do Procurador-Geral da República do Ministério Público Federal, avaliar se os fatos referentes às incursões de 1994 e 1995 devem ser objeto de pedido de Incidente de Deslocamento de Competência, no sentido disposto no parágrafo 292 da presente Sentença.

11. O Estado deverá iniciar uma investigação eficaz a respeito dos fatos de violência sexual, no sentido disposto no parágrafo 293 da presente Sentença.

12. O Estado deverá oferecer gratuitamente, por meio de suas instituições de saúde especializadas, e de forma imediata, adequada e efetiva, o tratamento psicológico e psiquiátrico de que as vítimas necessitem, após consentimento fundamentado e pelo tempo que seja necessário, inclusive o fornecimento gratuito de medicamentos. Do mesmo modo, os tratamentos respectivos deverão ser prestados, na medida do possível, nos centros escolhidos pelas vítimas, no sentido disposto no parágrafo 296 da presente Sentença.

13. O Estado deverá proceder às publicações mencionadas no parágrafo 300 da Sentença, nos termos nela dispostos.

14. O Estado deverá realizar um ato público de reconhecimento de responsabilidade internacional, em relação aos fatos do presente caso e sua posterior investigação, durante o qual deverão ser inauguradas duas placas em memória das vítimas da presente Sentença, na praça principal da Favela Nova Brasília, no sentido disposto nos parágrafos 305 e 306 da presente Sentença.

15. O Estado deverá publicar anualmente um relatório oficial com dados relativos às mortes ocasionadas durante operações da polícia em todos os estados do país. Esse relatório deverá também conter informação atualizada anualmente sobre as investigações realizadas a respeito de cada incidente que redunde na morte de um civil ou de um policial, no sentido disposto nos parágrafos 316 e 317 da presente Sentença.

16. O Estado, no prazo de um ano contado a partir da notificação da presente Sentença, deverá estabelecer os mecanismos normativos necessários para que, na hipótese de supostas mortes, tortura ou violência sexual decorrentes de intervenção policial, em que prima facie policiais apareçam como possíveis acusados, desde a *notitia criminis* se delegue a investigação a um órgão independente e diferente da força pública envolvida no incidente, como uma autoridade judicial ou o Ministério Público, assistido por pessoal policial, técnico criminalístico e administrativo alheio ao órgão de segurança a que pertença o possível acusado, ou acusados, em conformidade com os parágrafos 318 e 319 da presente Sentença.

17. O Estado deverá adotar as medidas necessárias para que o Estado do Rio de Janeiro estabeleça metas e políticas de redução da letalidade e da violência policial, nos termos dos parágrafos 321 e 322 da presente Sentença.

18. O Estado deverá implementar, em prazo razoável, um programa ou curso permanente e obrigatório sobre atendimento a mulheres vítimas de estupro, destinado a todos os níveis hierárquicos das Polícias Civil e Militar do Rio de Janeiro e a funcionários de atendimento de saúde. Como parte dessa formação, deverão ser incluídas a presente Sentença, a jurisprudência da Corte Interamericana a respeito da violência sexual e tortura e as normas internacionais em matéria de atendimento de vítimas e investigação desse tipo de caso, no sentido disposto nos parágrafos 323 e 324 da presente Sentença.

19. O Estado deverá adotar as medidas legislativas ou de outra natureza necessárias para permitir às vítimas de delitos ou a seus familiares participar

> de maneira formal e efetiva da investigação de delitos conduzida pela polícia ou pelo Ministério Público, no sentido disposto no parágrafo 329 da presente Sentença.
>
> 20. O Estado deverá adotar as medidas necessárias para uniformizar a expressão "lesão corporal ou homicídio decorrente de intervenção policial" nos relatórios e investigações da polícia ou do Ministério Público em casos de mortes ou lesões provocadas por ação policial. O conceito de "oposição" ou "resistência" à ação policial deverá ser abolido, no sentido disposto nos parágrafos 333 a 335 da presente Sentença.
>
> 21. O Estado deverá pagar as quantias fixadas no parágrafo 353 da presente Sentença, a título de indenização por dano imaterial, e pelo reembolso de custas e gastos, nos termos do parágrafo 358 da presente Sentença.

Mediante nota datada de 7 de dezembro de 2023 a Corte Interamericana de Direitos Humanos notificou o estado brasileiro para apresentar relatório atualizado sobre o cumprimento das reparações ordenadas nos pontos resolutivos 15, 16, 17, 19, e 20 da Sentença. Em nota de 05 de julho de 2024, a Corte solicitou que o Estado apresentasse um relatório atualizado sobre o cumprimento das reparações pendentes de cumprimento, no qual deveria referir-se ao observado pela representação das vítimas em seu escrito de observações ao relatório estatal de 26 de abril de 2024. Adicionalmente, solicitou ao Estado que fornecesse cópia da sentença condenatória publicada em 14 de maio de 2024.

Nesta oportunidade, o Estado brasileiro, respeitosamente, presta à honorável Corte as informações solicitadas.

2. DA RESPOSTA DO ESTADO

Para fins de esclarecimento, observa-se inicialmente que a estrutura do presente relatório seguirá a ordem dos pontos resolutivos da sentença a que se refere o documento, consolidando por escrito o que foi exposto em audiência de outubro de 2023, bem como os encaminhamentos já realizados. Destacamos que o Estado opta por encaminhar informações integrais sobre as medidas adotadas em relação a todos os pontos resolutivos, de forma a evitar a realização de relatórios fragmentados, o que gera prejuízos às estratégias de mobilização para implementação das sentenças internacionais.

Consideramos que o relatório integral condensa e sistematiza as informações que foram possíveis de serem coletadas no exercício de 2023 até setembro de 2024, permitindo que se tenha um diagnóstico do estado da arte da implementação.

2.5. Cumprimento do Ponto Resolutivo 15: do relatório oficial sobre mortes em operações policiais

Conforme informado em relatórios anteriores, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, vinculada ao Ministério da Justiça, implementou medidas importantes, como a criação de um Grupo de Trabalho, por meio da Portaria SENASP/MJSP nº 518 de julho de 2023 (Anexo V), com objetivo de melhorar os serviços de segurança pública por meio de inovações tecnológicas e procedimentais. Entre as ações planejadas, está o monitoramento obrigatório, via Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP), das mortes de agentes de segurança e das mortes decorrentes de intervenções policiais.

Com relação aos indicadores criminais do SINESP, em 1º de agosto de 2024, a Diretoria de Gestão e Integração de Informações (DGI) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) promoveu uma reunião durante a Jornada Nacional de Integração de Dados para estudar a viabilidade da ampliação e o aprofundamento dos microdados do SINESP através da criação de um grupo de trabalho, com a participação de representantes dos estados e do Distrito Federal (Anexo VI).

O Ministério Público do Rio de Janeiro informou que tem dado relevância à necessidade de comando judicial que imponha a obrigatoriedade de disponibilização ao Ministério Público pelas Polícias de informações de modo a permitir a efetiva realização do controle externo, que deverão incluir registros de ocorrência, laudos periciais e demais informações sobre investigações penais, tão logo tais documentos sejam produzidos, bem como o acesso direto a dados brutos e microdados dos sistemas informatizados utilizados pelas forças policiais.

Ademais, o Conselho Nacional de Justiça lançou em novembro de 2023 um painel para viabilizar atuação mais efetiva e integral do Ministério Público brasileiro no controle das mortes resultantes de intervenção policial[3]. Os dados do painel são provenientes do Sistema de Registro de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial (SRMDIP).

Sem prejuízo da atuação do Promotor Natural no controle externo da atividade policial, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro instituiu o Plantão de Monitoramento de Operações Policiais, que permanece em atividade e recebe comunicações de operações policiais e seus relatórios finais, bem como relatos de possíveis violações de direitos fundamentais supostamente perpetradas por agentes de segurança do Estado durante operações policiais, disponibilizando-se à sociedade civil, de maneira ininterrupta, um canal unificado, ágil e que comporta o envio de registros em áudio, foto e vídeo.

No âmbito de atuação do referido Plantão, são adotados protocolos de atendimento, coleta de informações das operações policiais, registro de evidências e

[3] Disponível em: https://public.tableau.com/app/profile/cnmp/vizzes.

providências de interlocução imediata com entidades da sociedade civil e órgãos públicos, em especial os órgãos de comando e controle das forças de segurança pública, visando à coleta complementar de dados, atuando-se, também, na obtenção de informações junto aos sistemas oficiais, bases de dados e fontes abertas.

Com a finalidade precípua de conferir ampla divulgação à sociedade civil dos canais de atendimento disponíveis, quais sejam, o e-mail (gt-adpf635@mprj.mp.br) e o telefone (21 2215-7003), também habilitado no aplicativo WhatsApp Business, foi criada, no sítio eletrônico do MPRJ, a página https://www.mprj.mp.br/adpf635, em que estão divulgados esses canais de contato direto e ininterrupto com o plantão de monitoramento de operações policiais para a sociedade civil, sendo, igualmente, informado que tais canais estão aptos à recepção de imagens, áudios, vídeos, geolocalização e demais documentos relacionados a possíveis ilegalidades em contexto de operações policiais.

A partir das informações recebidas no Plantão, são realizadas diligências de verificação da prévia comunicação oficial e justificação da urgência e excepcionalidade da operação em curso e da eventual afetação de serviços públicos.

Quando recebidas notícias de possíveis violações de direitos, ou, ainda, quando há relatos da existência de vítimas fatais, o Plantão, em articulação com os órgãos de comando e controle da segurança pública, busca inicialmente obter uma confirmação preliminar do teor dos relatos, bem como, se for o caso, providenciar o imediato acionamento de socorro médico e da polícia técnica (perícias), providenciando, igualmente, a avaliação das condições de segurança na localidade, inclusive para orientar a possibilidade de deslocamento do Promotor Natural ao local dos fatos, sem prejuízo de outras providências porventura recomendadas em cada caso concreto.

Também são adotadas, pelo Plantão de Monitoramento das Operações Policiais, providências de identificação de possíveis diligências de urgência voltadas à cessação imediata de possíveis violações de direitos no curso de operações policiais, bem como promove-se uma imediata interlocução com o Núcleo de Apoio às Vítimas (NAV/MPRJ) para disponibilização, quando cabível, do serviço de atendimento multidisciplinar a eventuais vítimas diretas ou indiretas.

Sempre que identificadas informações sobre morte, lesão corporal ou violações de direitos em decorrência da operação policial, as informações coletadas são unificadas em um documento, sob a forma de Notícia de Fato, e imediatamente comunicadas ao Promotor Natural, via Centros de Apoio Operacional, para fins de análise e adoção de eventuais medidas judiciais de urgência e/ou aprofundamento das apurações necessárias.

Além de apresentar os procedimentos instaurados e as estruturas ministeriais criadas para tratar das temáticas tangenciadas na Sentença do caso Favela Nova Brasília vs. Brasil, o GTT do Ministério Público do Rio de Janeiro registrou a atuação do Parquet fluminense perante o Supremo Tribunal Federal, no bojo da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635/RJ. No âmbito da ADPF 635, foi realizada, no dia 18 de junho de 2024, a terceira audiência promovida em conjunto pelos Núcleo de Processos Estruturais e Complexos (NUPEC), Núcleo de Solução Consensual de Conflitos (NUSOL) e pelo gabinete do Ministro Relator Edson Fachin. Na ocasião, foram abordados, em especial, os pontos considerados com maior possibilidade de avanços consensuais, notadamente aqueles atinentes às (i) Operações Policiais em regiões próximas a escolas; (ii) Protocolo de Ação e Indicadores para acompanhamento psicossocial de policiais envolvidos em casos de letalidade e (iii) Publicação da norma sobre acesso à informação por parte das vítimas e familiares na investigação.

Na referida Audiência, que contou com a participação do Parquet fluminense, através dos membros integrantes deste GTT-ADPF 635, o MPRJ abordou a perspectiva institucional sobre importantes temas tratados no processo, os quais foram objeto de manifestação ministerial protocolada no dia 14 de junho de 2024, de maneira que: (i) demonstrou estatisticamente que, entre 2021 e 2024, o número de operações aumentou e a letalidade diminuiu, evidenciando que não há relação de causa-efeito entre os fenômenos; (ii) defendeu o fim do conceito de excepcionalidade nas operações policias e sua substituição pela manutenção e aperfeiçoamento de protocolos de controle; (iii) sugeriu a criação de perícia independente nacional que colabore com os Estados membros, quando instada, para realização de perícias, nas hipóteses de investigação de crimes com envolvimento de policiais, a fim de fornecer subsídios em matéria de polícia técnica e científica ao Ministério Público em investigações independentes.

Concomitantemente aos trabalhos que foram desenvolvidos pelo NUSOL e Núcleo de Processos Estruturais, o Ministro Edson Fachin visitou o MPRJ, oportunidade em que o Procurador-Geral de Justiça, em conjunto com os membros integrantes do GTT e de outras estruturas administrativas, apresentaram a atuação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro na temática de políticas públicas de segurança e trataram do cumprimento das determinações do STF no bojo da ADPF 635. Nessa vereda, o MPRJ apresentou sua manifestação final nos autos da ADPF 635 no dia 19 de agosto de 2024 (Anexo VII).

No âmbito da referida manifestação juntada nos autos da ADPF 635, para além de terem sido abordados outros temas de especial relevância à temática de segurança pública, o MPRJ se manifestou sobre as propostas de metas de redução de letalidade policial apresentadas pelo Arguente e Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, o MPRJ analisou a evolução dos dados desde o ano de 2019, data do ajuizamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental e o ano atual. A significativa redução da letalidade policial, como resultado dos parâmetros de controle de operações policiais e do incremento de instrumentos de controle externo pelo Ministério Público da atividade policial, não apenas manteve sustentação, como ganhou ainda mais impulso no primeiro semestre do ano de 2024.

Nos seis primeiros meses de 2019, ano de ajuizamento da ADPF e, portanto, ano base de comparação de dados de letalidade policial, o Estado do Rio de Janeiro registrou 885 (oitocentas e oitenta e cinco) mortes por intervenção de agentes do Estado. Já no primeiro semestre de 2024 foram registradas 359 (trezentas e cinquenta e nove) mortes por intervenção de agentes do Estado, o que representa uma redução de aproximadamente 60% (sessenta por cento) em relação ao primeiro semestre do ano base. Também se verificou e foi demonstrado na manifestação ministerial em referência, com arrimo em estudo técnico elaborado pela GADG que a partir das medidas de planejamento e controle advindas das cautelares deferidas na ADPF 635 permitiram que as forças policiais aumentassem o número de operações policiais não impactando direta e proporcionalmente no quantitativo de letalidade policial.

Assim, com alicerce fático-estatístico apresentado na referida manifestação ministerial, que ora é anexada no presente expediente, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro apresentou como sugestão de meta e diretrizes para redução da letalidade causada por agentes estatais que o Estado do Rio de Janeiro, no prazo de um ano de definição da meta, alcance a média nacional de Mortes por Intervenção por Agentes do Estado e se mantenha dentro desta média, devendo apresentar ao STF e ao MPRJ justificativa concreta caso a média local ultrapasse em mais de 10% (dez por cento) a média nacional.

Em 15 de julho de 2024, foi celebrado pelo MPRJ o protocolo conjunto, subscrito pelas Secretarias de Estado de Polícia Militar, de Polícia Civil e Educação e pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, visando adotar medidas de mitigação de riscos à comunidade escolar por ocasião da realização de operações policiais, bem como, fomentar políticas de reposição pedagógica e de segurança alimentar às comunidades escolares que tenham dias letivos suspensos por episódios de violência armada, envolvendo ou não agentes do Estado. Além disso, o Parquet fluminense vem promovendo diálogo permanente com os órgãos de Comando e Controle das Forças de Segurança visando o aprimoramento das normativas internas sobre operações policiais das Secretarias de Polícia Militar e de Polícia Civil para adequá-los aos padrões internacionais, tendo como fins últimos a redução de riscos e a mitigação de danos à população civil e a contínua redução da letalidade policial no Estado do Rio de Janeiro.

Além disso, conforme informações do Ministério Público do Rio de Janeiro, de 06 de setembro de 2024, o GAESP solicitou à Coordenadoria de Segurança e Inteligência do MPRJ (CSI/MPRJ) que fosse informado a forma do fluxo de informações referentes a operações policiais realizadas pela PMERJ, sendo respondido que é realizado pelo SUMINFO. Solicitou também ao CENPE, no bojo do PGEA 201901006522, a elaboração de um estudo sobre a tipologia das operações policiais. Com o resultado, foram sugeridas à Procuradoria-Geral de Justiça a adoção de medidas. Posteriormente, o GAESP atuou com o CENPE, CADG, CAOs Cidadania e Criminal, CSI e ADHM buscando a implantação de uma nova ferramenta única que reúna informações sobre operações policiais (inclusive para provocação dos Promotores Naturais e em atendimento à decisão liminar na ADPF 635).

2.6. Cumprimento do Ponto Resolutivo 16: dos mecanismos investigativos em casos que envolvam policiais como possíveis acusados

Conforme informado em relatórios anteriores, a investigação independente conduzida pela Polícia Federal em casos de natureza interamericana é viabilizada pela Lei nº 10.446/2002, que permite àquele Departamento instaurar investigações de infrações com alcance interestadual e internacional, quando a repressão exigir uma abordagem uniforme. No que tange aos mecanismos normativos para garantir a independência investigativa pelo Ministério Público, o sistema jurídico brasileiro admite essa possibilidade, respaldada inclusive por decisões do Supremo Tribunal Federal sobre o assunto.

Ainda com relação à temática de investigação de casos que envolvam policiais como possíveis acusados, está em curso um Grupo de Trabalho (GT) no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, com o objetivo de elaborar proposta de Resolução para disciplinar as investigações do Ministério Público nos casos de mortes, torturas e violências sexuais no contexto de intervenções policiais, em observância às decisões do STF na ADPF 635 e da Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos, de 25 de novembro de 2021, proferida no Caso Favela Nova Brasília vs. Brasil.

O grupo pretende promover ações gerais no âmbito de redução da letalidade e violência policial, além da fiscalização das atividades policiais para garantir a conformidade com os direitos humanos. O objeto e constituição do referido Grupo de Trabalho constam do teor da Portaria CNMP-PRESI nº 97, de 10 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, edição de 13 de março de 2023.

Em sede de paradigma operacional e funcional na temática do controle externo da atividade policial, atualmente, há sistema de coleta e publicação de dados sobre a ocorrência de mortes decorrentes de intervenção policial, nos termos da Resolução

CNMP nº 129, de 22 de setembro de 2015, que estabelece regras mínimas de atuação do Ministério Público no controle externo da investigação de morte decorrente de intervenção policial, o que poderá abarcar mais dados a serem coletados e analisados nessa rotina laboral da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) do CNMP.

Destaca-se, ainda, que a Resolução nº 129/2015 também decorreu da obrigação do estado brasileiro de investigar de forma eficiente e imparcial as violações de direitos humanos praticadas por profissionais de segurança pública, consoante diversos diplomas internacionais dos quais o Brasil é signatário. Para tanto, fundamentou-se no teor da Resolução nº 8, de 21 de dezembro de 2012, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que proclamou a extinção dos registros de mortes decorrentes de intervenção policial por meio dos chamados "autos de resistência seguidos de morte", exigindo ampla e minuciosa investigação a respeito da presença de causas de exclusão de ilicitude em eventos dessa natureza, como forma de se possibilitar maiores chances de retratar a verdade real.

Em apertada síntese, a Resolução CNMP nº 129/2015 estabelece que compete ao Ministério Público, no âmbito institucional e interinstitucional, no caso de morte decorrente de intervenção policial:

> **a)** adotar medidas para garantir a efetiva e concreta apuração técnico-jurídica e pericial do local do delito, exame necroscópico interno, atendendo ao disposto nos diversos incisos do artigo 6º, inc. I, do Código de Processo Penal;
>
> **b)** fomentar políticas públicas de prevenção à letalidade policial; e
>
> **c)** adotar as medidas complementares, se necessário, a fim de evitar fraude processual, diligencie para ouvir familiares da vítima e testemunhas eventualmente não arroladas nos autos e até deflagre procedimentos investigativos próprios, nos termos da **Resolução CNMP nº 181**, de 7 de agosto de 2017, que dispõe

sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público [2].

d) no mesmo sentido, a **Recomendação CNMP nº 31**, de 27 de janeiro de 2016, reforça *a necessidade de observância, pelos membros do Ministério Público, das normas – princípios e regras – do chamado Protocolo de Istambul, da Organização das Nações Unidas (ONU), e, bem assim, do Protocolo Brasileiro de Perícia Forense, em casos de crimes de tortura e dá outras providências*[3].

Ademais, de acordo com informações da Coordenação de Políticas de Segurança Pública (CPSP) recebidas através da INFORMAÇÃO Nº 161/2024/CPSP-CGSUSP/CGSUSP/DSUSP/SENASP, de 10 de junho de 2024 (Anexo VIII), foi estabelecido o Projeto de Incremento da Capacidade de Investigação de Homicídios pelas Unidades Especializadas, cujo objetivo principal é aumentar a taxa de esclarecimento de homicídios em âmbito nacional, por meio da ação integrada dos poderes executivos federal, estadual e municipal, do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual, das organizações da sociedade civil, organizações não governamentais e da sociedade em geral.

A Coordenação de Políticas de Segurança Pública (CPSP) destacou que este projeto visa implementar estratégias e abordagens para melhorar a capacidade das polícias civis na resolução de homicídios, contribuindo para a elucidação desses crimes. Para fortalecer a capacidade investigativa, o projeto inclui a promoção de ações para o recrutamento e treinamento de profissionais qualificados, além de incentivar a melhoria das condições de trabalho e a retenção de talentos. A capacitação dos policiais será aprimorada com treinamentos atualizados nas áreas de investigação de homicídios, análise de dados, técnicas avançadas de investigação criminal e preservação do local do crime. A melhoria dos recursos tecnológicos também é um foco, fornecendo sistemas de informação, bancos de dados criminais integrados, análise de DNA, análise balística e outras ferramentas forenses. Além disso, o projeto promove a cooperação entre diferentes agências de aplicação da lei, como polícia, ministério público, laboratórios forenses, institutos de criminalística e instituições de pesquisa.

A Coordenação de Políticas de Segurança Pública destacou também a análise e revisão de casos não resolvidos, identificando possíveis lacunas nas investigações e adotando medidas para reabrir investigações e revisar evidências. Destacou que este projeto envolve também a criação de equipes de revisão de casos ou a formação de forças-tarefa e estabelece parcerias com instituições públicas ou privadas para facilitar o andamento processual das investigações, como acesso a registros telefônicos e dados telemáticos, e obtenção de mandados de busca. Destacou, ainda, que, para garantir o monitoramento e a avaliação das políticas implementadas, o projeto define uma Metodologia de Referência ou um Indicador Nacional. Além disso, realiza um Diagnóstico Nacional sobre os principais fatores que frustram o esclarecimento dos homicídios e estabelece uma estrutura de governança capitaneada pela SENASP para integrar todas as unidades especializadas de investigação de homicídios e demais agências de aplicação da lei em âmbito nacional. E que essas ações conjuntas têm o potencial de melhorar significativamente as taxas de resolução de homicídios.

Outro projeto destacado pela CPSP, através da INFORMAÇÃO Nº 161/2024/CPSP-CGSUSP/CGSUSP/DSUSP/SENASP, de 10 de junho de 2024, é o Projeto de Incremento da Capacidade de Investigação de Homicídios pelas Unidades Especializadas, que tem como objetivo incrementar a capacidade de investigação de homicídios pelas unidades especializadas, a fim de aumentar a taxa de esclarecimento de homicídios em âmbito nacional, contando, para sua execução, com a ação integrada dos poderes executivos federal, estadual, municipal, do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual, bem como das organizações da sociedade civil (OSC), organizações não governamentais e da sociedade em geral. A CPSP destacou as estratégias do projeto:

a. Promoção de ações para recrutamento e treinamento de profissionais qualificados, bem como incentivo à melhoria das condições de trabalho e incentivos que promovam a retenção de talentos;
b. Melhoria da capacitação - proporcionar treinamento atualizado para os policiais, especialmente nas áreas de investigação de homicídios, análise de dados e técnicas avançadas de investigação criminal, preservação de local de crime;
c. Melhoria dos recursos tecnológicos - fornecimento de recursos tecnológicos adequados, como sistemas de

informação, bancos de dados criminais integrados, análise de DNA, análise balística e outras ferramentas forenses;

d. Promoção da cooperação entre agências - promoção da cooperação entre diferentes agências de aplicação da lei, como polícia, ministério público, laboratórios forenses, institutos de criminalística e instituições de pesquisa;
e. Engajamento da sociedade/comunidade: estabelecimento de canais de comunicação efetivos entre a polícia e a comunidade, encorajando a participação dos cidadãos na resolução de crimes. Isso pode envolver programas de conscientização, recompensas por informações úteis, linhas diretas para denúncias anônimas e parcerias com líderes comunitários;
f. Análise e revisão de casos não resolvidos: realização de uma análise minuciosa de casos não resolvidos, identificando possíveis lacunas na investigação e adotando medidas para reabrir investigações e revisar evidências. Isso pode envolver a criação de equipes de revisão de casos ou a formação de forças tarefas;
g. Estabelecimento de parcerias com instituições, públicas ou privadas, de modo a facilitar o andamento processual das investigações como, por exemplo, no acesso a registros telefônicos e dados telemáticos, facilitação da obtenção de mandados de busca, entre outros;
h. Definição de Metodologia de Referência ou de um Indicador Nacional que permita o monitoramento e avaliação das políticas implementadas;
i. Diagnóstico Nacional sobre os principais fatores que frustram o esclarecimento dos homicídios; e
j. Estabelecimento de uma estrutura de governança capitaneada pela SENASP que permita a integração em âmbito nacional de todas as unidades especializadas de investigação de homicídios e com as demais agências de aplicação da lei.

De acordo com informações do Conselho Nacional de Justiça, há debates em andamento sobre as seguintes medidas: a) a reavaliação da estrutura hierárquica da polícia técnico-científica do Estado do Rio de Janeiro, de modo a reforçar sua independência e autonomia institucional; b) a reavaliação do quadro de pessoal da polícia técnico-científica, com o objetivo de suprir o déficit de profissionais hoje existente; e c) o incremento da alocação de recursos públicos voltados à Polícia Técnico Científica, garantindo a aquisição de equipamentos e materiais necessários ao trabalho cotidiano dos

peritos e peritas do Estado. Sugere-se, ademais, a adoção de protocolo para a preservação do local de crime.

Conforme informações do Ministério Público do Rio de Janeiro, de 06 de setembro de 2024, no bojo do MPRJ 2018.01247419, foi indicada a elaboração de uma Resolução Conjunta do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça e da Corregedoria-Geral do Ministério com intuito de recomendar a instauração de procedimentos autônomos pelo MPRJ para apuração de homicídios e/ou lesões corporais com autoria de agentes do Estado. Atualmente tramita no MPRJ, Procedimento de Gestão Administrativa para levantamento de informações, junto às estruturas administrativas e aos Promotores Naturais, relacionadas à instauração de procedimento investigatório criminal para apuração de eventual infração penal quando houver suspeita de envolvimento de agentes dos órgãos de segurança pública no exercício da função.

O Ministério Público do Rio de Janeiro informou também que tem envidado esforços para qualificar seus quadros, inclusive com a contratação de técnicos periciais, visando apoiar os Promotores Naturais em investigações de mortes por intervenção de agentes do Estado.

Destaca-se a Portaria Presidência nº 03, de 8 de janeiro de 2024, do Conselho Nacional de Justiça, que institui Grupo de Trabalho para verificar *in loco* o funcionamento dos plantões judiciais criminais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, apurar o repasse de informações do sistema de registro de operações policiais ao Poder Judiciário e averiguar o funcionamento do sistema de supervisão judicial dos mandados de prisão e das medidas cautelares, em cumprimento à decisão proferida na ADPF 635/RJ.

Este Grupo de Trabalho foi composto por Conselheiros do CNJ, pela Secretária-Geral e por Juízes Auxiliares da Presidência do órgão, além de Juízes Auxiliares da Corregedoria Nacional de Justiça. Buscando otimizar os trabalhos, o colegiado foi divido em 4 (quatro) eixos de atuação, quais sejam: a) Eixo Justiça; b) Eixo Ministério Público; c) Eixo Perícias e d) Eixo Polícia Civil. Ademais, após a realização das visitas técnicas aludidas, as instituições foram oficiadas para fornecimento de dados específicos e mais detalhados sobre as respectivas esferas de atuação, que, somados ao diálogo realizado in loco, viabilizassem uma visão global sobre o assunto. O CNJ elaborou completo relatório

(Anexo IX) sobre o cenário fático-jurídico encontrado, o que encerrou os trabalhos deste Grupo de Trabalho, que não se confunde com o GT Polícia Cidadã.

Outra discussão importante no âmbito de investigação de crimes cometidos por policiais militares contra civis refere-se à competência de investigação da justiça militar. No que se refere às medidas legislativas que versam sobre a transferência para a justiça penal comum do julgamento de crimes comuns cometidos por policiais militares, destaca-se a seguinte tabela de Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional brasileiro, relacionados ao tema:

Projeto	Ementa	Apensados	Status	Data da última atualização
PL 2014/2003	Altera os Decretos-Leis nºs 1.001 e 1.002, de 21 de outubro de 1969, para redefinir a competência do foro militar. **Estabelece a competência do Tribunal do Júri para julgamento de militares nos crimes dolosos contra civis.**	-	Pronto para a pauta no Plenário da Câmara dos Deputados, com a última movimentação no dia 30/05/2019.	30/05/2019

PL 2739/2019	Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar, na forma que menciona.	PL 2014/2003	Apensado ao PL 2014/2003 no dia 24/05/2019.	24/05/2019
PL 4243/2021	Institui o Dia da Memória, Verdade e Justiça para a Juventude e Familiares vítimas de violência de Estado praticada nas periferias, a ser celebrado em 1.º de dezembro.	Apensado ao PL 2438/2015	Apensado ao PL 9796/2018 no dia 02/02/2022, que está pronto para a pauta do Plenário da Câmara dos Deputados.	02/02/2022
PL 2117/2021	Altera a alínea a, do inciso II, do caput do art. 9º, do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), para **afastar da competência da Justiça Militar os crimes cometidos com violência doméstica e**	PL 3362/2021; PL 4480/2021	Já aprovada pela Câmara dos Deputados em 06/12/2023. No Senado Federal, a proposta foi despachada à omissão de Constituição, Justiça e Cidadania e ao Plenário em 07/02/2024. Na Comissão, foi distribuída ao sen. Eduardo Braga	08/03/2024

	familiar, quando praticados por militar da ativa contra militar na mesma situação.		(MDB/AM) para emitir relatório em 08/03/2024.	
PL 1156/2021	Institui a responsabilidade do Estado Brasileiro em identificar publicamente lugares de repressão política utilizados por agentes da ditadura civil-militar (1964-1985).	-	proposta esteve em pauta da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR) em 10/04/2024 e 05/06/2024, mas foi retirado por acordo dos partidos e via requerimento do de. Marco Feliciano, nas respectivas datas. Ainda, em 07/06/2024, o dep. Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP) apresentou um voto em separado pela rejeição da proposta. Assim, caso o parecer da dep. Luiza Erundina (PSOL/SP), relatora da matéria na Comissão, seja derrotado na deliberação, o voto do	07/06/2024

			dep. Paulo Bilynskyj poderá ser deliberado.	

No processo de atualização da tabela, foi verificado que duas propostas legislativas listadas foram arquivadas, a saber: o PL 4480/2021 e o PL 3362/2021, ambos anteriormente apensados ao PL 2117/2021. Além disso, salienta-se o Projeto de Lei nº 1.837/2003, que propõe ampliar a competência da Justiça Comum para julgar crimes de homicídio e lesão corporal cometidos por policiais militares contra civis no exercício de suas funções. Embora a matéria seja relevante, a proposta foi arquivada em 2017.

Ademais, cumpre informar a existência de dois projetos que se opõem às diretrizes do atual governo, especialmente no que tange às competências processuais da Justiça Militar:

Projeto	**Ementa**	**Apensados**	**Status**	**Data da última atualização**
PL 2039/2023	Altera os Decretos-Leis nos 1.001 e 1.002, ambos de 21 de outubro de 1969 –Código Penal Militar e Código de Processo Penal Militar, para ratificar a competência da polícia judiciária militar para investigar crimes dolosos contra a vida cometidos por militar contra civil.	Apensado ao PL 2014/2003.	Apensado ao PL 2014/2003 no dia 30/05/2023.	30/05/2023
PL 954/2019	Altera e acrescenta dispositivos dos Decretos-leis números 1.001 e 1.002, de 21 de outubro de 1969, Códigos Penal Militar e	Apensado ao PL 2014/2003.	Apensado ao PL 2014/2003 no dia 20/03/2019.	20/03/2019

	de Processo Penal Militar, respectivamente.			

Além das iniciativas legislativas em curso, tem-se a reportar sobre os procedimentos contemporâneos adotados pela Justiça Militar no Brasil, onde é regida por um regime jurídico próprio, por Códigos elaborados em 1969 (Código Penal Militar – CPM e Código de Processo Penal Militar - CPPM). Desde a edição das legislações, a principal mudança ocorreu com o advento da Lei nº 9.299/1996, que transferiu para a competência de processamento e julgamento para o Tribunal do Júri - portanto, justiça comum - dos crimes praticados por militares, em serviço ou fora dele, quando dolosos contra a vida e praticados contra civil, e, mais recentemente, com a Lei nº 14.688/2023, que trouxe expressivas alterações acerca da responsabilidade criminal dos agentes de segurança pública (Anexo XXXII). [4] Trata-se de uma grande atualização legislativa sobre o Código Penal Militar (CPM) no Brasil desde sua edição em 1969.

Em 20 de setembro de 2023, a Lei 14.688/2023, que altera o Código Penal Militar, especialmente seu art. 9º, foi sancionada com vetos amparados em manifestações do Ministério da Justiça e Segurança Pública[5], destacando-se:

> Art. 2º do Projeto de Lei, na parte em que altera o § 1º do art. 9º do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar
>
> "§ 1º Os crimes militares de que trata este artigo, incluídos os previstos na legislação penal, nos termos do inciso II do caput deste artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares contra civil, serão da competência do Tribunal do Júri."

[4] Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14688.htm#art2. Acesso em 26.09.2024.

[5] Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Msg/Vep/VEP-0486-23.htm.

Razões do veto

"Não obstante a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público ao permitir a interpretação equivocada de que crimes dolosos contra a vida cometidos por militares contra civis constituem infrações penais militares, em vez de infrações penais comuns, cuja competência é do Tribunal do Júri.

Além de contradizer o entendimento majoritário da doutrina e da jurisprudência sobre o tema, a medida aumentaria a insegurança jurídica em torno da atribuição da investigação desses delitos à Polícia Civil ou à Polícia Militar."

Conforme discutido no Simpósio "Justiça Militar em Transformação", que ocorreu em 25 de outubro de 2023, a nova redação do artigo 1º sofreu veto pois trazia uma pretensa ratificação do crime doloso contra a vida de civis como crime militar, o que foi rejeitado pelo Poder Executivo, reafirmando que esse é um crime de competência da Justiça Comum, conforme a redação da Lei nº 13.491, de 2017[6] (Anexo XXXIII).

Assim, a nova redação do artigo 9º do Código Penal Militar dispõe:

Art. 9º Consideram-se crimes militares, em tempo de paz:

§ 1o Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares contra civil, serão da competência do Tribunal do Júri.

§ 2º Os crimes militares de que trata este artigo, incluídos os previstos na legislação penal, nos termos do inciso II do caput deste artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares das Forças Armadas contra civil, serão da competência da Justiça Militar da União, se praticados no contexto: I – do cumprimento de atribuições que lhes forem estabelecidas pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado da Defesa; II – de ação que envolva a segurança de instituição militar ou de missão militar, mesmo que não beligerante; ou ; III – de atividade de natureza militar, de operação de paz, de garantia da lei e da

[6] Disponível em: https://www.stm.jus.br/informacao/agencia-de-noticias/item/13274-a-reforma-do-codigo-penal-militar-marca-o-ultimo-dia-do-simposio-justica-militar-em-transformacao. Acesso em 26.09.2024.

> ordem ou de atribuição subsidiária, realizadas em conformidade com o disposto no art. 142 da Constituição Federal e na forma dos seguintes diplomas legais: a) Lei no 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica; b) Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999; c) Decreto-Lei no 1.002, de 21 de outubro de 1969 - Código de Processo Penal Militar; e d) Lei no 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral.

A Lei 14.688/2023 alterou também a classificação de crimes hediondos, que não estava contemplada na legislação militar. Agora, com a inclusão do inciso VI no art. 1º da Lei 8.072/1990, há previsão expressa de que os crimes previstos no CPM são admitidos como hediondos em comparação aos tipos descritos na legislação comum especial. Além disso, passa a ser equiparado a hediondo o crime de genocídio, previsto no art. 401 do CPM.

Em que pese certos avanços promovidos pela alteração legislativa de 2023, a Ação Direta de Constitucionalidade (ADI) nº 7555, submetida em dezembro de 2023, com parecer favorável da Advocacia-Geral da União (AGU), questiona a aplicação de penas mais brandas para o crime de estupro de vulnerável cometido por militar. De igual forma foi o tratamento dos crimes de injúria racial e homofóbica, onde não há previsão de condutas e a penalidade é reduzida.

Sobre a Lei nº 9.299/1996 e §4º do artigo 125 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, tem-se a informar que seu teor foi referendado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 1.494.

Já com relação a Lei nº 13.491/2017, que alterou o Decreto-Lei nº 1.001/1969 – Código Penal Militar (CPM), ela trouxe modificação no art. 9º, §2º, do CPM e previu expressamente que os crimes dolosos contra a vida de civis cometidos por militares das Forças Armadas passarão a ser da competência da Justiça Militar da União, se praticados no contexto fático de uma das situações descritas em seus incisos, e não mais da Justiça Comum Federal. Esse mesmo artigo (art. 9º do CPM) define (ou conceitua) o crime militar (próprio e impróprio), em tempo de paz. A Lei nº 13.491/2017 trouxe, ainda, um

novo inciso II, ao art. 9º, do CPM, ao definir que o crime militar passa a abranger também infrações penais capituladas apenas na legislação penal comum, isto é, sem qualquer previsão correspondente no Código Penal Militar. Houve, assim, uma evidente modificação para a ampliação do conceito de crime militar. Por esta razão, a Lei nº 13.491/2017 foi objeto da ADI nº 5901, não julgada pelo Supremo Tribunal Federal (Anexo XXXIV).

Anteriormente à nova redação do Código Penal Militar, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal já afirmava a competência do Júri para examinar crimes dolosos praticados por militares contra a vida de civis (Anexo XXXV).

Atualmente, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5032 está em julgamento no Supremo Tribunal Federal. Em março de 2023, houve voto pela procedência parcial no sentido da prevalência da competência da justiça comum para julgar crimes decorrentes de ações militares, mas o julgamento foi suspenso para o deslocamento das sessões virtuais às sessões físicas (Anexo XXXVI) (Anexo XXXVII).

Além das mencionadas ações constitucionais em andamento, registra-se que, em 2013, a Procuradoria-Geral da República (PGR) ingressou com a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 289 perante o Supremo Tribunal Federal (STF), ainda não julgada, em que pede o fim da competência da Justiça Militar para julgar civis em tempo de paz, requerendo que esses crimes sejam submetidos a julgamento pela Justiça comum, federal ou estadual.

Assim, o Estado brasileiro reforça seu compromisso em fortalecer a capacidade investigativa de casos de uso de força letal por parte de agentes da polícia militar, através do controle externo da atividade policial, de modo que estejam conforme os padrões interamericanos sobre a matéria.

2.7. Cumprimento do Ponto Resolutivo 17: das metas e políticas de redução da letalidade e da violência policial

Conforme informado em relatórios anteriores, a Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública (DSUSP/SENASP) tem desenvolvido planos complementares para abordar mortes decorrentes de intervenções policiais. Um marco foi a Portaria MJSP nº 439, de agosto de 2023, que regulamenta as áreas financiáveis com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para os anos de 2023 e 2024. O objetivo central é reduzir as mortes violentas intencionais, incluindo as causadas por intervenções policiais, com 80% dos recursos destinados a essa finalidade.

Conforme informações do Conselho Nacional de Justiça, no final de 2022 foi instituído o Grupo de Trabalho (GT) Polícia Cidadã – Redução da Letalidade Policial, mediante a Portaria da Presidência n. 422/2022, atendendo à determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 635. Como primeira tarefa, o GT deveria realizar avaliação detalhada sobre o Plano de Redução de Letalidade Policial apresentado pelo Estado do Rio de Janeiro e sugerir adequações para que as ações cumpram não apenas a decisão do STF, mas as orientações da Corte IDH no âmbito do Caso Favela Nova Brasília v. Brasil. O documento foi produzido após visitas às polícias civil e militar do Estado do Rio de Janeiro, e as percepções sobre a complexidade da situação fluminense foram discutidas e consolidadas no relatório sobre letalidade policial entregue à Presidência do CNJ em 28 de março de 2023 (Anexo X).

Em 19 de agosto de 2024, o Estado do Rio de Janeiro solicitou ao STF a homologação do Plano de Redução da Letalidade Policial consolidado (Anexo XI), o qual corresponderia à:

> 173. (...) soma do que dispõe o Decreto n. 48.272/2022 com as diversas resoluções editadas pela Secretaria de Segurança Pública em observância à determinação deste STF, a, saber, (i) a Resolução Conjunta SESP/SEEDUC n. 02/2024, que versa sobre o protocolo de segurança e gestão integrada de prevenção a incidentes em unidades

> escolares, (ii) a Resolução SESP n. 10/2024, que trata da capacitação de profissionais de segurança pública em atendimento pré-hospitalar tático, (iii) a Resolução SESP n. 13/2024, que dispõe sobre a organização e diretrizes para a gestão de serviços de atendimento psicológico no âmbito das polícias, (iv) a Resolução SESP n. 15/2024, que versa sobre as diretrizes e organização da gestão dos sistemas de controle de armamentos, munições de demais materiais bélicos; (v) a Resolução SESP n. 16/2024, que estabelece meta para a redução da letalidade policial (e-doc. 958 a e-doc. 960); (vi) Resolução Conjunta SESP/SEPOL/SEPM n. 03/2024, que versa sobre critérios e procedimentos a serem adotados para a preservação do local do incidente, quando houver dano corporal decorrente de operações de segurança pública (e-doc. 1042), (vii) Resolução Conjunta SESP/SEPOL/SEPM n. 4, de 13 de agosto de 2024, que versa sobre a participação das vítimas, familiares e representantes legais nos inquéritos, além do (viii) Protocolo de Comunicação a que se refere o item 65 da presente manifestação, bem como a (ix) Instrução Normativa SEPM n.º 070, de 14 de agosto de 2024 (ora acostada aos autos), e o (x) Termo de Convênio firmado com o Ministério Público, que aprimoram a comunicação entre as polícias civil e militar e o MP no que respeita a esta ADPF, tornando-a mais ágil e eficiente.

Ademais, conforme informações do Ministério Público do Rio de Janeiro, de 06 de setembro de 2024, o GAESP ajuizou Ação de Cumprimento de Sentença em face do Estado do Rio de Janeiro, tombada sob o nº 0295659- 49.2020.8.19.0001, com trâmite na 14ª Vara de Fazenda Pública da Capital. E, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, foi instituído por meio da Resolução GPGJ nº 2.411/21, este Grupo Temático Temporário (GTT) 'Letalidade Policial', que tem por objetivo "promover iniciativas estratégicas e coordenadas para o atendimento às determinações de redução da letalidade e da violência policial no Estado do Rio de Janeiro, constantes das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso Nova Brasília, e do Supremo Tribunal Federal, no bojo da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 635/RJ".

De acordo com informações do MPRJ, as atribuições conferidas ao referido GTT na matéria de segurança pública, notadamente no que tange à letalidade da atuação policial no Estado do Rio de Janeiro, dirigem-se à promoção de iniciativas estratégicas e

coordenadas com os órgãos de execução e de apoio operacional do MPRJ, em interlocução com atores externos.

Incumbe, ainda, ao GTT-Letalidade Policial, monitorar a observância pelos órgãos de execução do MPRJ das seguintes determinações oriundas do julgamento da ADPF nº 635/RJ pelo Supremo Tribunal Federal: I – a priorização, nas investigações de mortes e abusos possivelmente cometidos por policiais, dos procedimentos cujas vítimas sejam crianças ou adolescentes; II – a instauração de procedimentos investigatórios autônomos nos casos de mortes e demais violações a direitos fundamentais cometidas por agentes de segurança; III – a garantia de oitiva da vítima e/ou os seus familiares, assegurando-lhes a possibilidade de apresentar declarações, prestar informações, indicar meios de prova e sugerir diligências, devendo avaliá-las fundamentadamente, bem como notificá-las, do modo que for mais conveniente a essas pessoas, sobre o eventual arquivamento do procedimento investigatório.

O GTT conta com o suporte operacional e técnico de estruturas internas do MPRJ, como a Coordenadoria-Geral de Segurança Pública (COGESP), os Centros de Apoio Operacional, a Coordenadoria-Geral de Promoção da Dignidade da Pessoa Humana, o Grupo de Apoio Técnico Especializado (GATE/MPRJ), a Coordenadoria de Segurança e Inteligência (CSI/MPRJ) e setores de gestão da informação e processamento de dados institucionais. Foi criada, ainda, a Coordenadoria Geral de Segurança Pública (COGESP), que é um órgão permanente, instituído a partir da Resolução GPGJ nº 2.409/21, dedicada a aprimorar as ações institucionais relacionadas ao controle externo da atividade policial e à promoção de ações voltadas à Segurança Pública. Entre suas funções, estão as de efetuar o monitoramento do mapa da criminalidade, consolidar dados relativos a mortes decorrentes de intervenção policial e realizar o diagnóstico e direcionamento da atuação do MPRJ no setor da segurança.

Destaca-se, ainda, as seguintes medidas no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública:

1. Ato do secretário Resolução SESP n° 16, de 06 de maio de 2024, que estabelece meta para a redução da letalidade decorrente de

intervenção policial no âmbito do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências (Anexo XII).

2. Ato do secretário Resolução SESP n° 13, de 06 de maio de 2024, que dispõe sobre a organização e diretrizes para a gestão de serviços de atendimento psicológico em âmbito da polícia civil e da polícia militar e dá outras providências (Anexo XIII).
3. Ato dos secretários Resolução Conjunta SESP/SEEDUC nº 02, de 06 de maio de 2024, que dispõe sobre o protocolo de segurança e gestão integrada de prevenção a incidentes em unidades escolares da rede estadual de ensino público (PROSEG-ESCOLA), e dá outras providências. (Anexo XIV).

Com relação às atividades policiais realizadas em unidades escolares do Rio de Janeiro, o MPRJ, o Município do Rio de Janeiro e o Estado do Rio de Janeiro assinaram um protocolo de comunicação em 15 de julho de 2024 (Anexo XV).

Ressalta-se que, em 15 de agosto de 2024, foi regulamentada, no âmbito da Secretaria de Estado de Polícia Militar, a Comunicação das Operações Policiais Militares a Instrução Normativa SEPM nº 070, de 15 de agosto de 2024 (Anexo XVI), da qual destaca-se:

> Art. 3º – As operações policiais em áreas sensíveis deverão estar plenamente justificadas, observando os limites impostos pela decisão proferida na ADPF 635 – STF.
>
> Art. 6º – Nos casos nos quais os policiais militares das UOp/E ou UPP que atuam no serviço ordinário de policiamento ostensivo em área sensível ou em Ocupação de território, em caso de OCORRÊNCIA POLICIAL com encerramento no local, NÃO SENDO DEFLAGRADA OPERAÇÃO POLICIAL EMERGENCIAL, e com resultado morte ou lesão corporal grave, de civis ou policiais militares, deverão confeccionar o BOPM, além de informar o ocorrido ao respectivo Comando Intermediário que adotará as providências para comunicar o fato ao Comando da Corporação e, após o término da ocorrência, preencher os Relatório Inicial e Final, disponíveis no Portal PMERJ, na opção Comando e Controle, Operações ADPF, assinalando no campo "Circunstâncias" a opção "OCORRÊNCIA POLICIAL EM ÁREA SENSÍVEL", em até 24 (vinte quatro) horas úteis.
>
> Art. 17 – Os Policiais Militares participantes das operações policiais militares deverão estar portando, obrigatoriamente, as Câmeras Operacionais Portáteis (COP).

Em 19 de agosto de 2024, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro apresentou manifestações finais no âmbito da ADPF 635 (0033465-47.2019.1.00.0000) com relação às políticas públicas de segurança do Estado do Rio de Janeiro (Anexo VII).

Ainda nesse cenário de promoção de medidas concretas e protocolos que efetivamente reduzam a letalidade policial, insta destacar as recentes medidas sobre uso de câmeras em uniformes policiais. Em 19 de janeiro de 2024, o Ministério da Justiça e Segurança Pública lançou a Recomendação nº 1, de 19 de janeiro de 2024, recomendando o uso de câmeras corporais nas atividades dos agentes de segurança pública e de segurança e vigilância privada (Anexo XVII).

Em maio de 2024, o Ministério da Justiça e Segurança Pública lançou a Portaria Nº 648/2024, contendo diretrizes prevendo que o uso de câmera corporal deve ser obrigatório em operações, atuações ostensivas e em contato com presos. A portaria tem o objetivo de padronizar a utilização dessa tecnologia no Brasil, aumentando a transparência e a proteção dos profissionais de segurança pública e da população, evitando-se o excesso no uso da força (Anexo XVIII).

As diretrizes da Portaria Nº 648/2024 elaboradas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública levam em consideração evidências científicas, segundo as quais as câmeras corporais reduzem o uso de força e as reclamações de conduta do policial de 25% a 61%, e a subnotificação de casos de violência doméstica. Para além disso, a tecnologia já está consolidada em diversos países, como os Estados Unidos e a Inglaterra. Os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública poderão ser usados para a aquisição e implantação das câmeras corporais, visando incentivar e facilitar a adesão das unidades da federação. Além de São Paulo, projetos de câmeras corporais já foram adotados nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e Santa Catarina e estão em processo de implementação em Minas Gerais, Rondônia e Roraima (Anexo XIX).

Ainda com relação às câmeras corporais, o Ministério Público do Rio de Janeiro informou que vem acompanhando e fiscalizando o processo de implementação das

câmeras operacionais portáteis nos uniformes dos Agentes de Segurança Pública, bem como atuando em estreita cooperação com os outros atores do Sistema de Justiça e com os órgãos de Comando e Controle das Forças policiais para aprimorar o processo de preservação e disponibilização, para fins de investigação e apuração criminal, das imagens gravadas pelas COPs.

Finalmente, com relação às medidas e aperfeiçoamento do sistema de justiça, a Secretaria de Acesso à Justiça (SAJU) informou sobre o projeto "Mirante", desenvolvido em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF), que busca produzir dados e evidências sobre violações aos direitos humanos cometidas durante operações policiais. Por meio dessa iniciativa, o Estado busca promover maior transparência, responsabilização e prevenção de abusos no âmbito das operações policiais, contribuindo assim para a proteção dos direitos fundamentais de todos os cidadãos.

2.8. Cumprimento do Ponto Resolutivo 18: do programa ou curso sobre atendimento a mulheres vítimas de estupro

Relativamente ao ponto resolutivo 18, conforme informações recentes do Ministério Público do Rio de Janeiro, de 06 de setembro de 2024, o GAESP instaurou, em desmembramento ao IC 201100636348, o IC 28/2019, o qual teve por objeto apurar a implementação pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro de um programa de capacitação dos agentes policiais no atendimento a mulheres vítimas de violência sexual. Quanto à Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, a questão foi tratada por intermédio do procedimento 2019.01030300 ou procedimento 2020.00770407 (procedimentos desmembrados a partir do TAC da PMERJ).

Entre julho e agosto de 2024, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) capacitou 35.142 profissionais. Foram oferecidos 32 cursos à distância voltados a áreas como combate à corrupção, enfrentamento ao assédio sexual nas instituições de segurança pública, identificação humana por meio de perícia papiloscópica e atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência. O Estado investiu R$ 485 mil nos

treinamentos, através de recursos da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). Os treinamentos foram direcionados aos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) (Anexo XX).

Conforme mencionado em relatórios anteriores, a Portaria nº 1.039, de 13 de outubro de 2022, editada no âmbito da Secretaria de Estado de Polícia Militar do Rio de Janeiro, previu ação pedagógica no âmbito do Programa de Prevenção à Violência Contra a Mulher, visando à capacitação dos policiais militares em relação a esse tema.

As questões de gênero e proteção de mulheres vítimas de violência sexual são objetos de abordagem nos currículos de cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização que são ofertados aos diversos níveis hierárquicos. A título de exemplos, seguem os cursos que contam com o referido conteúdo (Anexo XXI - CI SEPM/DGEI Nº6897 - Secretaria de Estado de Polícia Militar):

i) Curso de Formação de Oficiais (CFO);
ii) Curso de Formação de Soldados (CFSd);
iii) Curso de Habilitação ao Quadro de Oficiais Auxiliares e Especialistas (CH/QOA-QOE);
iv) Curso Especial de Formação de Cabos (CEFC);
v) Curso de Formação de Cabos (CFC);
vi) Curso Especial de Formação de Sargentos (CEFS);
vii) Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS);
viii) Curso Expedito de Instrutores de Armamento e Tiro (CIAT);
ix) Ciclo Diretivo de Atualização do Profissional de Segurança Pública (CIDASP);
x) Curso de Ações Táticas para Cadetes (CAT);
xi) Curso Controle de Distúrbios Civis (CCDC);
xii) Curso de Ações Táticas em Motopatrulhamento (CATEM);
xiii) Curso de Táticas de Patrulhamento Urbano (CTPU);
xiv) Curso de Operações e Policiamento em Vias Expressas (COPVE);
xv) Capacitação em Polícia de Proximidade para Alunos Soldados do CFSD ou Policiais Militares Recém-Classificados em UPPs; e

xvi) Curso Operacional de Patrulhamento Especial Motorizado (COPEM).

A Academia Estadual de Polícia Sylvio Terra (ACADEPOL), do Rio de Janeiro, dispõe de um cronograma permanente com ações de ensino que abordam a temática em destaque (Anexo XXII). Conforme informações prestadas pelo Serviço Pedagógico da instituição, a temática da violência sexual contra mulheres pode ser identificada no Curso de Capacitação em Investigação de Violência Doméstico-Familiar, ministrado naquela Academia de Polícia com carga horária equivalente a 40 horas-aula, a partir das aulas a seguir discriminadas e acompanhadas das respectivas ementas (Anexo XXIII):

Aula	Ementa
2	**Tipologia da Violência Contra a Mulher:** Compreensão do fenômeno da violência. Violência doméstica na esfera pública e privada. Dados estatísticos sobre violência doméstica. Ciclo da violência doméstica. Violência física. Violência psicológica. Violência sexual. Violência patrimonial. Violência moral."
4	**Dos Crimes Praticados Contra as Mulheres em Razão do Gênero Fora do Âmbito Doméstico e Familiar:** Principais crimes. Protocolo de atendimento e diligências preliminares nos crimes de estupro. Utilização do depoimento especial. Estudo de caso.
10	**Crimes Cibernéticos e a Violência Doméstica:** Pedofilia virtual. Golpe do amor. Estelionato sentimental, amoroso ou afetivo. Sextortion (extorsão sexual). Porn revenge ou pornografia da vingança. Ciberbullying. Aumento de crimes cibernéticos X mulheres. Aumento de “sextorsão”. Como denunciar este tipo de crime. “Sexting”. Estupro virtual. Stalking. Descumprimento de medida protetiva. Crimes cibernéticos: formas de prevenção."

Além das ações acima elencadas, a Secretaria de Estado da Mulher, por meio da Superintendência de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, tem implementado protocolos e promovido campanhas educativas com vistas ao enfrentamento da violência

doméstica contra a mulher, a exemplo do Protocolo “Ouviu um não, respeite a decisão”, do Selo Mulher Mais Segura e do aplicativo Rede Mulher (Anexo XXIV).

A medida “Ouviu um não, respeite a decisão” consiste em Instrução Normativa que estabelece o protocolo recomendado pela Secretaria de Estado da Mulher (SEM), do Governo do Estado do Rio de Janeiro, para o enfrentamento da violência contra mulher em espaços de lazer, como bares, restaurantes e casas noturnas, com atenção especial a realização de grandes eventos.

O Selo Mulher Mais Segura tem a finalidade de reconhecer e promover a segurança e o empoderamento das mulheres em eventos culturais, turísticos, artísticos, públicos ou privados e em bares, restaurantes e casas de shows, por meio da implementação de critérios específicos.

Quanto ao aplicativo Rede Mulher, este recurso foi criado para socorrer vítimas de violência doméstica possibilitando entrar em contato diretamente com o 190 da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Como previamente informado, o estado do Rio de Janeiro editou as diretrizes ao Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, conforme se verifica no Decreto nº 48.391, de 8 de março de 2023, que implementa o Grupo de Trabalho Especial para elaboração do referido pacto (Anexo XXV). O Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, lançado em 7 de agosto de 2023, é um acordo entre órgãos públicos, instituições privadas e a sociedade civil, visando consolidar uma política pública integrada para proteger mulheres vítimas de violência. Elaborado pela Secretaria da Mulher com apoio de outras 20 secretarias, o pacto inclui 112 ações, como capacitação profissional para mulheres, fortalecimento da rede de atendimento municipal, e reformas em Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAMs). Ele também prevê capacitações para servidores.

Em 20 de novembro de 2023, foi celebrado o segundo Pacote pela Igualdade Racial. Trata-se de uma ação conjunta do Ministério da Justiça, do Ministério da Igualdade Racial, do Ministério da Saúde e do Ministério do Desenvolvimento Social, com um projeto piloto na Bahia e no Rio de Janeiro, com apoio de cinco universidades

públicas: Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal de São Paulo, Universidade Federal do Ceará e Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entre as medidas do Ministério de Igualdade Racial estava o investimento em iniciativas que aperfeiçoam o atendimento psicossocial a mães e familiares vítimas de violência. Através deste projeto, o Estado destinará R$10 milhões a serem investidos em formação especializada para quem trabalha no atendimento psicossocial de mães e familiares vítimas de violência, elaboração de protocolo para o fluxo de atendimento e definição de diretrizes para supervisionar a rede socioassistencial do Estado (Anexo IV).

2.9. Cumprimento do Ponto Resolutivo 19: das medidas legislativas sobre a participação de vítimas e/ou familiares na investigação de delitos

Com relação ao ponto resolutivo 19, conforme informações recentes do Ministério Público do Rio de Janeiro, de 06 de setembro de 2024, restou consignada no MPRJ 2018.01247419 a proposta de elaboração de Recomendação conjunta pelo Gabinete do Procurador-Geral de Justiça e Corregedoria-Geral do Ministério Público com intuito de regulamentar a participação de familiares em auxílio às investigações de delitos conduzida pelo Ministério Público do Rio de Janeiro.

Conforme informações do Conselho Nacional do Ministério Público, foi criada a Ouvidoria de Combate à Violência Policial no âmbito da Ouvidoria Nacional do Ministério Público – PORTARIA CNMP-PRESI N° 135 DE 16 DE ABRIL DE 2024 (Anexo XXVI) – para atuar em regime de cooperação com as demais unidades do CNMP e do Ministério Público brasileiro, a qual tem por objetivo principal estabelecer um canal especializado de recebimento de demandas de forma a facilitar a comunicação da família e da sociedade para apresentação das demandas que envolvam a prática de abuso ou violência decorrente de abordagem policial.

Ainda, conforme informações da Coordenadora de Promoção dos Direitos das Vítimas do Ministério Público do Rio de Janeiro (Anexo XXXVIII), a Coordenadoria tem

atuado buscando acolhimento das vítimas, permitindo que elas acompanhem a investigação junto ao Promotor Natural, possibilitando a juntada de informações que permitam a resposta do Estado diante das violações de Direitos Humanos ocorridas.

Conforme informações do Ministério Público do Rio de Janeiro, a Coordenadoria de Promoção dos Direitos das Vítimas (CDV/MPRJ), criada pela Resolução 2.419/2021, tem em sua estrutura o Núcleo de Apoio às Vítimas do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (NAV/MPRJ), instituído pela Resolução GPGJ 2.534/2023, com "ações destinadas à proteção dos direitos das vítimas de infrações penais, atos infracionais, desastres naturais, calamidades públicas e graves violações de direitos humanos, e de seus familiares, com vistas a garantir-lhes apoio humanizado, informação sobre seus procedimentos, proteção, acesso à justiça e encaminhamento para atendimento psicossocial e de saúde." (art. 1º).

Os atendimentos pela equipe do Núcleo de Apoio às Vítimas (NAV/MPRJ) ocorrem por demanda de vítima diretas ou indiretas (familiares), do Promotor Natural, de órgãos integrantes da estrutura do MPRJ, de órgãos e outras instituições governamentais ou da sociedade civil, que deverão indicar meios válidos de contato com a vítima, respeitada sua autonomia de vontade. As vítimas e/ou familiares são informados sobre os seus direitos, as fases de investigação e do processo criminal, sendo-lhes disponibilizados atendimento psicossocial pela equipe técnica (assistente social e psicólogo) e encaminhamentos para atendimentos na rede saúde e atenção psicossocial, atendimentos e oitivas pelo Promotor Natural, bem como para apresentação e oitiva de testemunha ou outro meio de prova indicado pela vítima e/ou familiar ao Promotor Natural.

Funcionando como canal de atendimento, acolhimento, escuta especializada, acesso à informação e facilitação do exercício de direitos pela vítima e/ou familiares no curso das investigações ou processo, o Núcleo de Apoio às Vítimas (NAV/MPRJ) dispõe de equipe multidisciplinar, atualmente composta por servidores com formação nas áreas de psicologia, assistência social, jurídica e com capacitação em facilitação restaurativa e comunicação não violenta. As informações sobre direitos fornecidas pela equipe do Núcleo de Apoio às Vítimas/MPRJ não excluem informações sobre o andamento das

investigações ou do processo diretamente fornecidas pelos Promotores Naturais, sempre que solicitado o atendimento direto ou verificada a necessidade pelo Promotor Natural.

As informações prestadas pelo NAV/MPRJ demonstram a atenção aos familiares da vítima e a facilitação dos meios de exercício de seus direitos à informação, participação, reparação, proteção e apoio, pela equipe do NAV/MPRJ, que depois de mapear as necessidades advindas a partir do ato vitimizante, realiza os encaminhamentos necessários, respeitando o desejo da vítima.

O (NAV/MPRJ) possui canais próprios de contato, inclusive pelo aplicativo WhatsApp Business, pelo número (21-2215-7130), canais estes que são divulgados no campo referente ao Núcleo de Apoio às Vítimas, localizado na página principal do sítio eletrônico do MPRJ. Por meio desses canais, as vítimas e seus familiares podem obter informações e meios de efetivação dos seus direitos decorrentes de ato criminoso que tenham sofrido, viabilizando-se, inclusive, obtenção de informações sobre andamento de apurações às vítimas e familiares, bem como o contato dos familiares, testemunhas e vítimas com os Promotores de Justiça responsáveis pelas apurações para que possam contribuir com investigações, na forma prevista pelo Protocolo de Minnesota.

O Ministério Público do Rio de Janeiro ressalta que foi estabelecido um fluxo com a Coordenadoria de Direitos Humanos e Minorias, com fulcro no art. 4º da Resolução 2419/2021, que estabelece a remessa de questões relacionadas à ADPF 635 à Coordenadoria de Direitos Humanos e Minorias para as providências cabíveis e, havendo identificação ou demanda para atendimento de vítima(s) direta(s) ou indireta(s), o devolvem ao NAV, com indicação de nome e meios de contato para apresentação do NAV e agendamento de atendimento, se for o caso.

O NAV realizou no ano de 2024 reuniões com representantes da ONG redes da Maré para estabelecimento de um fluxo para atendimento de vítimas pelo NAV, que se encontra com o canal aberto para interlocução com as pessoas que são vítimas da violência institucional do Estado.

Ademais, conforme descrito em relatórios anteriores, a Resolução nº 201, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público (Anexo XXVII), alterou a Resolução

nº 129/2015, que passou a prever que o órgão ministerial diligencie, ainda na fase de investigação, no sentido de ouvir familiares da vítima e testemunhas eventualmente não arroladas nos autos, bem como de receber dos familiares eventuais sugestões, informações, provas e alegações, que deverão ser avaliadas fundamentadamente.

Ainda conforme relatado anteriormente, no âmbito do Poder Judiciário brasileiro, houve o recente julgado do Mandado de Segurança nº 70411, pelo Superior Tribunal de Justiça (Anexo XXVIII). A ação foi manejada em virtude da pretensão, por parte dos familiares de vítimas fatais de homicídios, do acesso aos elementos de prova já documentados nos autos do inquérito policial que investiga os crimes praticados. No julgamento, foi aplicado o entendimento do Supremo Tribunal Federal que garante às famílias das vítimas o direito de acesso amplo aos elementos de prova já documentados em investigações. A decisão também considerou recomendações internacionais, como o Protocolo de Minnesota, que prevê a participação das famílias em investigações de homicídios, além de decisões recentes desta Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre o tema.

2.10. Cumprimento do Ponto Resolutivo 20: da uniformização da expressão "lesão corporal ou homicídio decorrente de intervenção policial" nos relatórios e investigações

Conforme informado em relatório anterior, a Portaria nº 229, datada de 10 de dezembro de 2018 (Anexo XXIX) – destinada à unificação e padronização das classificações e o envio de dados definidos pelos entes federados a serem implementados e fornecidos pelo Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas – prevê, em seu artigo 3º, V, que "a comunicação de morte em boletins de ocorrências policiais ou congêneres, registrados ou integrados por meio da plataforma de tecnologia da informação e comunicação do Sinesp" deverá seguir a seguinte classificação:

> Morte por intervenção de agente do Estado: Morte por intervenção de agente de segurança pública, do sistema prisional ou de outros órgãos públicos no exercício da função policial, em serviço ou em razão dele, desde que a ação tenha sido praticada sob quaisquer das hipóteses de exclusão de ilicitude

Nesse sentido, as ações estatais voltadas ao cumprimento da sentença proferida seguem em andamento, a fim de que os comandos ali contidos se efetivem na sociedade brasileira.

Conforme informações da Secretaria de Acesso à Justiça (SAJU) transmitidas pelo OFÍCIO Nº 1128/2024/ASINT/MJ, de 13 de junho de 2024, foi criada a RAAVE (Rede de Atenção a Pessoas Afetadas pela Violência de Estado) na garantia de apoio e assistência às vítimas de violência institucional, no estado do Rio de Janeiro, e a "Pesquisa e Intervenção Multiprofissional" a partir da escuta de mães e familiares de vítimas da violência de Estado no Brasil nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará e Minas Gerais. Informou-se que, através dessa rede, busca-se proporcionar amparo às vítimas e promover a responsabilização dos agentes envolvidos, contribuindo para a reparação dos danos causados e a prevenção de novas violações.

Em 12 de junho de 2024, o Ministério da Igualdade Racial participou do Seminário sobre Políticas Públicas para atenção às mães e demais familiares de vítimas de violência de Estado com o objetivo de discutir estratégias para o enfrentamento da violência policial, bem como qualificar as políticas públicas destinadas aos familiares e sobreviventes vítimas de violência policial, o seminário possibilitou espaço de escuta e diálogo entre famílias, movimentos sociais, órgãos do sistema de justiça e os ministérios da Igualdade Racial, Direitos Humanos e Cidadania, Desenvolvimento Social, Saúde e Justiça (Anexo XXX).

Importante destacar também o Plano Juventude Negra Viva (PJNV). Lançado em março de 2024 no âmbito do Ministério da Igualdade Racial, o plano desenvolve ações transversais para a redução da violência letal e outras vulnerabilidades sociais que afetam majoritariamente a juventude negra no Brasil. O PJNV é o maior pacote de políticas

públicas para a juventude negra da história do país, com um investimento de mais de R$ 665 milhões (Anexo XXXI).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas considerações acima, o Estado brasileiro ressalta que tem envidado sérios esforços para o efetivo cumprimento dos pontos resolutivos exarados na sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso *Favela Nova Brasília vs. Brasil*, razão pela qual requer, respeitosamente, sejam as medidas adotadas consideradas nessa oportunidade.

Por fim, o Estado brasileiro segue à disposição desta honorável Corte para quaisquer esclarecimentos necessários, bem como reafirma seu compromisso perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

4. ANEXOS

Anexo V - PORTARIA SENASP/MJSP Nº 518, DE 07 DE JULHO DE 2023

Anexo VI - Grupo de trabalho estuda ampliar quantidade de indicadores criminais do Sinesp

Anexo VII - Manifestação MPRJ – 19.08.24

Anexo VIII - INFORMAÇÃO Nº 161/2024/CPSP-CGSUSP/CGSUSP/DSUSP/SENASP, de 10 de junho de 2024

Anexo IX - RELATÓRIO GT_CNJ

Anexo X - Polícia Cidadã – 28.03.2023

Anexo XI - Manifestação estado RJ ADPF 635 – 19.08.2024

Anexo XII- Resolução SESP n° 16, de 06 de maio de 2024

Anexo XIII - Resolução SESP n° 13, de 06 de maio de 2024

Anexo XIV - Resolução Conjunta SESP_SEEDUC nº 02, de 06 de maio de 2024

Anexo XV - Protocolo Operações Escolas

Anexo XVI - INSTRUÇÃO NORMATIVA SEPM N.º 070, DE 15 DE AGOSTO DE 2024

Anexo XVII - Recomendação nº 1 de 19 de Janeiro de 2024

Anexo XVIII - Portaria Nº 648/2024 MJSP

Anexo XIX - Lewandowski lança diretrizes sobre uso de câmeras corporais - 28.05.24

Anexo XX - Mais de 35 mil profissionais de segurança pública foram capacitados em julho e em agosto

Anexo XXI - CI SEPM/DGEI Nº6897 - Secretaria de Estado de Polícia Militar

Anexo XXII - Secretaria de Estado de Polícia Militar - ACADEPOL - 09.10.23

Anexo XXIII - Despacho - Secretaria de Estado de Polícia Civil - 04.08.22

Anexo XXIV - Secretaria de Estado da Mulher - 09.10.23

Anexo XXV - DECRETO Nº 48.391 DE 08 DE MARÇO DE 2023

Anexo XXVI - PORTARIA CNMP-PRESI N° 135 DE 16 DE ABRIL DE 2024

Anexo XXVII - RESOLUÇÃO Nº 201, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019

Anexo XXVIII - MANDADO DE SEGURANÇA Nº 70411 - RJ (2022/0402468-4)

Anexo XXIX - Portaria nº 229, datada de 10 de dezembro de 2018

Anexo XXX - MIR participa de Seminário sobre Políticas Públicas para atenção às mães e demais familiares de vítimas de violência de Estado - 12.06.24

Anexo XXXI - Plano Juventude Negra Viva - 21.03.24

Anexo XXXII - Lei 14.688/2023 - Notícias Senado - 21.09.2023

Anexo XXXIII – Reforma do Código Penal Miliar – Notícia STM – 25.10.2023

Anexo XXXIV - NOTA TÉCNICA Nº 31/2024/CGSP/DDH/SNDH/MDHC

Anexo XXXV - STF confirma competência do Júri para crimes de militares contra vida de civis - 23.05.22

Anexo XXXVI - ADI 5032 – Andamentos

Anexo XXXVII - STF retoma julgamento sobre competência da Justiça Militar - Notícias STF - 08.03.2023

Anexo XXXVIII - Informações MPRJ - 25.09.2024

ANEXO 4

Governo Federal destinará R$10 milhões para aperfeiçoamento do atendimento psicossocial de famílias vítimas de violência

Medida prevê formação especializada, protocolo e diretrizes de supervisão

Publicado em 22/11/2023 17h08 Atualizado em 22/11/2023 17h59



Pela primeira vez, o Brasil celebra o Dia da Consciência Negra e o Dia Nacional de Zumbi dos Palmares tendo um ministério totalmente dedicado à Igualdade Racial. Para reafirmar o compromisso do Governo Federal com esta pauta, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou na segunda (20), em cerimônia no Palácio do Planalto, o segundo Pacote pela Igualdade Racial. Entre as medidas anunciadas pela ministra Anielle Franco, estava investimento em iniciativas que aperfeiçoam o atendimento psicossocial a mães e familiares vítimas de violência.

O Governo Federal destinará R$ 10 milhões a serem investidos em formação especializada para quem trabalha no atendimento psicossocial de mães e familiares vítimas de violência, elaboração de protocolo para o fluxo de atendimento e definição de diretrizes para supervisionar a rede socioassistencial do Estado.

O projeto piloto será desenvolvido na Bahia e no Rio de Janeiro, com apoio de cinco universidades públicas: Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal de São Paulo, Universidade Federal do Ceará e Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SAIBA MAIS

No segundo Pacote pela Igualdade Racial apresentado pela ministra Anielle Franco e assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva nesta segunda (20), constam ainda planos nacionais, grupos de trabalho interministeriais, acordos de cooperação, programa de intercâmbio, editais e outras iniciativas que garantem ou ampliam o direito à vida, à inclusão, à memória, à terra e à reparação.

O evento Brasil pela Igualdade Racial contou com a presença de chefes dos três poderes, ministras e ministros, secretárias e secretários, parlamentares, intelectuais, autoridades, representantes do terceiro setor e lideranças de movimentos sociais, além das apresentações culturais de Jorge Aragão e Lia de Itamaracá.

Para assistir à transmissão na integra, acesse https://bit.ly/20N-MIR

Para saber mais sobre o segundo Pacote Pela Igualdade Racial, acesse www.gov.br/igualdaderacial/novembro

Categoria

Assistência Social

Tags: Bahia Distrito Federal Paraná Roraima Rio Grande do Sul Paraíba Tocantins Pará Pernambuco Rio Grande do Norte Rondônia Rio de Janeiro Acre Amazonas Alagoas Ceará Amapá Goiás Espírito Santo Minas Gerais Piauí Maranhão São Paulo Mato Grosso Mato Grosso do Sul Santa Catarina Sergipe

Compartilhe:

ANEXO 5

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública

PORTARIA SENASP/MJSP Nº 518, DE 07 DE JULHO DE 2023

Institui Grupo de Trabalho - GT no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública, para elaborar e qualificar artefatos visando à criação do Programa Nacional de Inovação Organizacional em Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**, no uso das atribuições legais que lhe conferem os artigos 24 e 76 do Anexo I, do Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, resolve:

Art. 1º Instituir Grupo de trabalho - GT com a função de elaborar e qualificar artefatos visando à instituição do Programa Nacional de Inovação Organizacional em Segurança Pública, o qual objetiva a melhoria dos serviços prestados à sociedade, a partir do aumento das capacidades das instituições de segurança pública, viabilizada por meio de inovações tecnológicas e procedimentais.

Parágrafo único. São objetivos específicos do Programa Nacional de Inovação Organizacional em Segurança Pública, de forma não exaustiva:

I - expansão e qualificação do uso Câmeras Corporais pelos profissionais de segurança pública;

II - padronização de procedimentos operacionais e elaboração de normas de referência do uso da força, cadernos de referência para atuação policial em situações de conflito e respectivos programas de treinamento; e

III - transformação digital das organizações de segurança pública por meio de mecanismos que favoreçam a prospecção e disseminação de tecnologias em segurança pública.

Art. 2º Designar os seguintes servidores para compor o Grupo de Trabalho - GT:

I - Coordenação:

a) Isabel Seixas de Figueiredo - Coordenadora do GT; e

b) Márcio Júlio da Silva Mattos - Coordenador substituto do GT.

II - Equipe técnica:

a) Leandro Arbogast da Cunha - CGPREV/DSUSP;

b) Juliana Ribeiro - CGPV/DSUSP;

c) Fábio Ferreira Real - CGMTEC/DSUSP;

d) Francisco Guilherme Lima Macedo - CGSUSP/DSUSP;

e) Thiago José Gontijo Cardoso - CGSUSP/DSUSP;

f) João Batista Mendes - CGSUSP/DSUSP; e

g) Iara Buoro Sennes - CGPREV/DSUSP;

III - Apoio metodológico:

a) Henrique Araújo de Lima - CGSUSP/DSUSP.

Art. 3º A Coordenadora do Grupo de Trabalho poderá convidar, para participar dos trabalhos desenvolvidos, profissionais e servidores que atuam nos estados, especialistas na temática, colaboradores, representantes de outras instituições governamentais ou não governamentais, representantes de secretarias vinculadas ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e de outros Ministérios.

Parágrafo único. A equipe de planejamento e gerenciamento do programa poderá realizar visitas técnicas a instituições governamentais ou não governamentais, necessárias ao bom desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 4º A equipe ora designada deverá observar, para desenvolvimento das atividades inerentes à entrega dos produtos requeridos, as orientações consignadas na Metodologia de Gerenciamento de Programas e Projetos da Senasp, aprovada através da Portaria nº 485, de 19 de novembro de 2022.

Art. 5º No prazo de 90 (sessenta) dias, a contar da publicação desta portaria, a equipe deverá elaborar os elementos de planejamento do programa e apresentar ao Secretário Nacional de Segurança Pública os seguintes artefatos:

I - Minuta do Plano de Gerenciamento de Programa - PGP, contemplando:

a) fase de diagnóstico: com análise do problema, árvore de casualidade, modelos lógicos; e

b) fase de gerenciamento: estratégia de intervenção, fontes de recursos, metas e indicadores, estrutura de gestão e governança.

Parágrafo único. A critério do dirigente máximo, o prazo previsto no caput poderá ser prorrogado por igual período, uma única vez, mediante justificativa apresentada pelo gerente do programa.

Art. 6º A participação no Grupo de Trabalho não ensejará qualquer remuneração para os servidores designados e os trabalhos desenvolvidos serão considerados prestação de serviço público relevante.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor em 15 de agosto de 2023.

FRANCISCO TADEU BARBOSA DE ALENCAR
Secretário Nacional de Segurança Pública

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Tadeu Barbosa de Alencar**, **Secretário(a) Nacional de Segurança Pública**, em 04/08/2023, às 17:52, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.autentica.mj.gov.br informando o código verificador **24768870** e o código CRC **FC5F9909**
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

ANEXO 6

Grupo de trabalho estuda ampliar quantidade de indicadores criminais do Sinesp

Iniciativa do Conselho Gestor da plataforma, equipe será formada por representantes dos estados e do Distrito Federal, como forma de viabilizar o aprofundamento dos microdados

Publicado em 02/08/2024 17h27



Foto: Everton Ubal/MJSP

Brasília, 02/08/2024 – Durante a Jornada Nacional de Integração de Dados, nesta quinta-feira (1º), a Diretoria de Gestão e Integração de Informações (DGI), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), promoveu a primeira reunião, do exercício 2024, do Conselho Gestor do Sinesp (ConSinesp). A ampliação da quantidade de indicadores estatísticos, que atualmente está em 28, foi um dos assuntos debatidos. Para isso, será criado um grupo de trabalho, com a participação de representantes dos estados e do Distrito Federal, para estudar a viabilidade da ampliação e o aprofundamento dos microdados.

Os conselheiros definiram que será realizado o Fórum Nacional de Padronização, Classificação e Sistematização de Dados e Informações do ConSinesp (Fórum Sinesp), que passará a atuar a partir de setembro deste ano com articulações institucionais. Nesse Fórum haverá seis grupos de trabalho para garantir o diálogo com as unidades federativas e as instituições de segurança pública.

A diretora da DGI e presidente do colegiado, Vanessa Fusco, ressaltou que o ConSinesp é um espaço democrático e tem como papel principal a definição de estratégias em matéria de coleta e armazenamento de dados pelo Sinesp. "O fórum será composto por grupos temáticos, que irão discutir a padronização de dados do Sinesp por eixos, que serão levados à deliberação do conselho, explicou.

O ConSinesp validou o planejamento para o segundo semestre de 2024, que contará com mais três reuniões até dezembro. Também ficou aprovada a eleição para os novos conselheiros, em dezembro. Por fim, foram apresentadas as principais demandas do Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

O secretário-executivo do ConSinesp, Dérik Reis, ressaltou que "o Conselho Gestor é um espaço importante para diálogo e participação democrática dos estados e instituições de interesse da segurança pública apresentarem suas demandas e contribuírem para a padronização dos dados".

O Conselho é formado por quatro representantes MJSP, sendo: um da DGI; um da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen); um da Polícia Federal; um da Polícia Rodoviária Federal; um do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; e cinco representantes dos estados ou do Distrito Federal, sendo um de cada região geográfica.

Categoria

Justiça e Segurança

Tags: MJSP SENASP DGI SINESP

Compartilhe:

ANEXO 7

Exmo. Sr. Ministro Relator – Supremo Tribunal Federal

Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº: 635

ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nos autos da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental mencionada na epígrafe, em que figura como arguente o **Partido Socialista Brasileiro - PSB**, vem à V. Exa. apresentar, em conformidade com o r. despacho de 03 de julho de 2024 (e-doc. 1047), e com vistas ao julgamento de mérito da presente ação, sua **MANIFESTAÇÃO FINAL**.

INTRODUÇÃO

1. **Proporcionalidade.** Está é a palavra que serve para caracterizar o posicionamento assumido pelo Estado do Rio de Janeiro ao longo do presente feito. Se por um lado a utilização da força letal deve ser utilizada de maneira proporcional à ameaça a um bem da vida protegido pelas leis penais – e a isto não se contrapõe o ente estadual – por outro lado é a mesma proporcionalidade, tanto pela ótica da proibição da insuficiência quanto da proibição do excesso, que devem balizar as operações policiais.

2. Também é a proporcionalidade que serve a mensurar o cabimento desta ação de descumprimento de preceito fundamental. É necessária tal ADPF para colmatar supostas omissões do ente público, quando, reconhecidamente, inclusive pelo partido requerente, antes do ajuizamento desta ação já haviam sido editadas a Instrução Normativa SESEG n. 03/2018 (e-doc. 15), a Instrução Normativa PMERJ/EMG/PM-3 n. 52/2018 (e-doc. 152), e a Portaria PCERJ n. 832/2018 (e.doc 17), que versavam sobre o uso proporcional da força letal e sobre protocolos de atuação policial em áreas sensíveis?

3. Com efeito, estabelecem estes atos normativos, entre outras disposições, o seguinte:

Instrução Normativa SESEG n. 03/2018:

DOS CONCEITOS

Art. 1º *- Compreendem-se como áreas sensíveis a delimitação espacial de localidades, onde se presume que possa ocorrer elevado e iminente risco de confronto armado com infratores da lei, em razão do desencadeamento de uma operação policial, colocando em risco, acima do tolerável, os policiais e a população em geral.*

Art. 2º *- Compreende-se como operações policiais o conjunto de ações policiais que necessitem de mobilização extraordinária de recursos humanos e materiais, executadas de forma planejada, dirigida, organizada, coordenada, monitorada e controlada, em ocasiões programadas ou em resposta a situações imprevistas ou emergenciais, obedecendo a táticas e técnicas pertinentes.*

DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º *- As operações policiais em áreas sensíveis reger-se-ão pelos seguintes princípios, dentre outros:*

I - *preservação da vida;*

II - *respeito à dignidade humana e afastamento de qualquer forma de discriminação;*

III - *respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais;*

IV - *respeito e obediência às leis;*

V - *uso diferenciado da força nas situações em que seja estritamente necessária e na medida exigida para o cumprimento do dever legal.*

DAS REGRAS GERAIS

Art. 4º *- As operações policiais em áreas sensíveis deverão obedecer às seguintes regras gerais:*

I - *o desencadeamento de operações policiais de qualquer natureza, em áreas sensíveis, próximas a unidades de ensino, creches, postos de saúde e hospitais, em funcionamento, será realizado, observando sempre que possível:*

a) *Evitar preferencialmente os horários de maior fluxo de entradas e saídas de pessoas de tais estabelecimentos, principalmente, entrada e saída de alunos nos estabelecimentos de ensino; e*

b) *O não baseamento de recursos operacionais nas entradas e interior de tais estabelecimentos, de maneira a evitar que os mesmos tornem-se alvos em potencial de infratores armados;*

II - *o planejamento e execução de toda e qualquer operação, além de observadas a legalidade, a oportunidade e a conveniência, deverão considerar na medida do possível:*

a) *A proteção de toda e qualquer pessoa que não represente ameaça de morte ou de lesão corporal grave a terceiros ou aos policiais;*

b) *A cautela em caso de proximidade de qualquer edificação ou logradouro que por sua natureza ou horário acarrete em aglomeração de pessoas;*

c) *A coleta de informações, envolvendo o conhecimento do terreno, seus pontos sensíveis, como unidades de ensino e de saúde, dentre outras;*

d) *A existência de objetivos claros e de efetivo policial adequado;*

e) *A realização de esforços para a presença de ambulância;*

f) *A existência de canal hierárquico claro para autorização do desencadeamento da operação;*

g) *A organização, a coordenação e o controle dos recursos empregados;*

h) *O registro do desenvolvimento e dos resultados em relatórios, bem como, sua remessa ao escalão superior.*

III - *o planejamento e a execução de toda e qualquer operação deverão ser submetidos a processos de melhoria contínua, com ciclos sucessivos de avaliação, e consequente implantação de medidas, priorizando:*

a) *A máxima aderência entre o executado no nível operacional e o preconizado nesta instrução normativa e nos atos normativos subsequentes;*

b) *A mitigação de possíveis resultados indesejáveis das operações, em especial, os relacionados à integridade física das pessoas e à interrupção de serviços em postos de saúde, hospitais, unidades de ensino, creches e vias de circulação;*

(...)

Art. 5º *- Para suporte e apoio das operações em áreas sensíveis, as aeronaves tripuladas poderão ser empregadas nas seguintes circunstâncias:*

I *- para utilização do sistema de imageamento aéreo com intuito de fornecer detalhamento em tempo real da situação operacional através de rádio e imagem visando identificar antecipadamente as características de envolvidos e suspeitos durante a operação;*

II- *transporte de equipe especializada;*

III *- resgate e salvamento;*

IV *- em apoio às equipes terrestres, visando garantir sua segurança no local da operação.*

Instrução Normativa PMERJ/EMG/PM-3 n. 52/2018:

Art. 10 *- Caso as ocorrências envolvam a* ***vitimização de pessoas****, deverão ser adotados os seguintes procedimentos pelos policiais militares na operação:*

I - Deverão acionar o socorro para o local (CBMERJ), via CECOPOM/Maré Zero, a fim de atender às vítimas;

II - Promover a correta preservação do local até a chegada de perícia, caso tal procedimento não comprometa a segurança dos policiais e/ou moradores; e

III - Comunicar imediatamente o fato ao Comandante da Operação.

§1º *- O Comandante da Operação ou quem for designado por ele, deverá recolher e identificar as armas e munições de todos os envolvidos, vinculando-as aos seus respectivos portadores no momento da ocorrência.*

Portaria PCERJ n. 832/2018:

Art. 6º.

Parágrafo único: o planejamento também deverá incluir a previsão de medidas de contingências para resgate de feridos em eventual confronto ou acidente durante a operação policial, com a identificação prévia dos hospitais de atendimento de urgência mais próximos ao local da operação e criação de canais, via CECOPOL, para o rápido acionamento de ambulâncias e outros serviços de urgência, além da designação de eventuais unidades de apoio operacional.

4. Em síntese, os referidos atos normativos, editados em 2018, após a prolação da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Favela Nova Brasília, em 2017 – e, portanto, ali não examinados – e antes do ajuizamento da presente ADPF, veiculam **protocolos de procedimentos nas operações policiais**, incluindo o **planejamento operacional de atuação em áreas sensíveis**, com diversas medidas que se assemelham a várias daquelas constantes na lista de pedidos da petição inicial.

5. O próprio relatório do Grupo de Trabalho intitulado "Polícia Cidadã – Redução da Letalidade Policial", instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (e-doc. 717), afirma que "*a revisão de protocolos para a realização de operações policiais é importante para que se estabeleçam parâmetros de controle do uso abusivo da força. Necessário destacar* ***que um importante ponto de partida pode ser utilizado, a saber, as Instruções Normativas da Secretaria Estadual de Segurança - SESEG nº 01, de 07/08/2017; e da Polícia Militar - PM/RJ/EMGPM3 nº 052, de 23/11/2018; além da Portaria PC/RJ nº 832, de 02/01/2018, da Polícia Civil, nas quais já estão contidos os princípios basilares dos tratados e protocolos internacionais sobre uso da força e disparos de armas letais e os marcos legais e normativos nacionais existentes***."

6. Não havia naquele ano de 2018, como não há atualmente, omissão administrativa de cunho normativo que pudesse dar suporte ao discurso de inexistência de política pública de segurança pública voltada à preservação de direitos fundamentais. Em outros termos, a presente demanda foi proposta para supostamente conter uma suposta exacerbação, por parte do Governador do Estado então na Chefia do Poder Executivo, de condutas violadores dos direitos humanos, servindo-se da sentença da CIHD proferida no caso Favela Nova Brasília, que refletia um cenário normativo diverso daquele do ano de 2018.

7. Por certo que práticas de descumprimento daqueles atos normativos editados no ano de 2018 – práticas essas não devidamente comprovadas, como o exige o artigo 3º, parágrafo único, da Lei n. 9.882/99 – demandariam aplicação das devidas sanções disciplinares, mas não havia, e muito menos hoje há, um *estado de coisas inconstitucional*, tanto que o próprio partido requerente, em sua manifestação de 03 de março de 2020 (e-doc. 75), asseverou que "*na presente Arguição, não se pretende que este eg. tribunal declare o estado de coisas inconstitucional da segurança pública fluminense*".

8. Seja como for, ainda que se pudesse admitir, à vista das infelizes manifestação do Governador do Estado no exercício da Chefia do Poder Executivo em 2019, que havia então um *estado de coisas inconstitucional* na segurança pública fluminense, esta situação se alterou radicalmente ao longo dos anos. O referido ocupante do Palácio Guanabara foi apeado do cargo, o Decreto n. 46.775/2019, por ele editado, foi revogado, inúmeros outros atos normativos, vinculados à temática tratada no presente feito, foram editados, e os números de mortes por intervenção por agentes do Estado (MIAE) foram reduzidos drasticamente.

9. O caso aqui, portanto, se assemelha àquele objeto da ADPF 760 e da ADO 54, em que se reconheceu que, à vista de um processo evolutivo em marcha, não seria o caso de se declarar um *estado de coisas inconstitucional* em relação à política ambiental brasileira.

10. Dir-se-á, então, que ainda que houvesse atos normativos versando sobre a maior parte dos pedidos formulados na petição inicial da presente ADPF, ainda não teria sido dado cumprimento à determinação constante da sentença proferida pela CIDH, no sentido de estabelecimento de um plano de redução da letalidade policial, com metas a serem perseguidas.

11. Ora, se a pretensão - tida pelo partido-autor como "o principal pedido formulado na ADPF n° 635" (e-doc. 75, item 36) – era a de edição de um ato normativo distinto daqueles já existentes, a medida adequada seria então a ação de inconstitucionalidade por omissão, em conformidade com o artigo 12-B, inciso I, da Lei n. 9.868/99, e não uma ADPF, porque esta última, a ADPF exige, nos termos do artigo 4º, § 1º, da Lei n. 9.882/99, a denotar seu caráter subsidiário.

12. A propósito, vale apontar para a curiosa circunstância de que a presente ADPF foi aforada na data de 19 de novembro de 2019, **exatos 03 (três) meses após a prolação de sentença de improcedência** dos pedidos deduzidos na ação civil pública proposta pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro perante a 6ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro (processo n. 0215700-68.2016.8.19.0001).

13. Os pedidos ali formulados – e rejeitados – foram o de impor ao Estado do Rio de Janeiro a obrigação de apresentar plano de redução de danos para o enfrentamento das violações de direitos humanos decorrente de intervenções dos agentes de segurança pública no Complexo de Favelas da Maré, contemplando a proteção de crianças e adolescentes, inclusive da manutenção das condições necessárias ao regular desenvolvimento das atividades escolares; a proteção das mulheres contra violências de gênero; medidas de sensibilização dos profissionais das Polícias Civil e Militar para o enfrentamento do racismo institucional e proteção integral dos direitos humanos de todos os moradores do Complexo da Maré.

14. Pediu-se ali, também que se impusesse ao Estado (i) o dever de garantir na forma da Lei nº. 7.385/16, a presença obrigatória de ambulâncias em todas as operações realizadas no Complexo da Maré, devendo-se garantir ainda a comunicação do Hospital Estadual ou Municipal mais próximo, a fim de que a unidade fique de sobreaviso; (ii) as obrigações consistentes em instalar câmeras de vídeo e de áudio e implantar o sistema de localização por satélite (GPS) nas viaturas automotivas (terrestres e áreas) blindadas das Polícias Militar e Civil, (iii) a designação de um superior hierárquico para fiscalizar, em tempo real, através do monitoramento das câmeras nas viaturas, a atuação dos policiais durante operações; (iv) que disponibilizasse acesso as imagens e sons das câmeras de e o rastreamento do sistema de localização por satélite (GPS) nas viaturas policiais, bem como a fornecer relatórios sobre operações policiais; (v) que no caso de cumprimento de mandados judiciais de prisão ou de busca e apreensão, que a diligência seja realizada somente durante o dia, proibindo-se que operações policiais realizem buscas domiciliares com o objetivo de cumprimento de mandados judiciais, cf. art. 5°, XI, da CRFB/88; (vi) que no caso de busca domiciliar sem mandado judicial, deverá ser lavrado auto circunstanciado da diligência, e devidamente justificadas as fundadas razões para a entrada forçada na residência; (vi) que não se admita que informações obtidas por denúncias anônimas.

15. A sentença de improcedência ali proferida lastreou-se na fundamentação no sentido de que a forma de enfrentamento do crime organizado "*faz parte da competência atribuída ao Governador do Estado, por sua Secretaria de Segurança e das Polícias*", acrescentando que "*alguns podem concordar que a técnica escolhida seja a melhor, outros podem dela discordar. Entretanto, o que a Constituição da República não permite é a ingerência de um dos Poderes na competência atribuída a outro, equivalente à proibição de alteração de políticas públicas escolhidas pelo chefe do Executivo*".

16. O que se percebe, portanto, é que a presente ADPF, ainda que ampliada para abranger todas as comunidades fluminenses, foi utilizada, em uma espécie de *forum shopping a posteriori*, como medida substitutiva àquela já em curso de discussão perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, fato confessado em transcrição constante da recém lançada obra "Processo Estrutural Democrático", onde se lê que "*a ADPF das favelas poderia hipoteticamente ser uma Ação Civil Pública no Rio de Janeiro. Já existia até uma ACP neste sentido, mas o foco era a Favela da Maré. Só que a ação não andava, o Judiciário do Rio de Janeiro tendia a decidir em favor do governo e a ação não andava*".[1]

17. Enfim, ainda que se possa ter por válido o ajuizamento da presente ADPF, fato é que o que nela se pretende – com formulação de pedidos de adoção de providências instrumentais diversas, de forma detalhada e minuciosa, em prazos exíguos – passa longe do que ensina a doutrina e a própria jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal acerca do papel do julgador em processos estruturais.

18. Esta Corte Suprema, por ocasião do julgamento da ADPF 347, teve a oportunidade de delimitar o papel do julgador em litígios estruturais, afirmando que "***não lhe incumbe [ao Judiciário], no entanto, definir o conteúdo próprio dessas políticas, os detalhes dos meios a serem empregados***. *Em vez de desprezar as capacidades institucionais dos outros Poderes, deve coordená-las, a fim de afastar o estado de inércia e deficiência estatal permanente. Não se trata de substituição aos demais Poderes, e sim de oferecimento de incentivos, parâmetros e objetivos indispensáveis à atuação de cada qual,* ***deixando-lhes o estabelecimento das minúcias***. *Há de se alcançar o equilíbrio entre respostas efetivas às violações de direitos e as limitações institucionais reveladas na Carta da República*", bem como que "*permanece* ***reservado ao Legislativo e ao Executivo o campo democrático e técnico alusivo a escolhas, inclusive orçamentárias, sobre a forma mais adequada à superação do estado de inconstitucionalidade****, colocando a máquina estatal em movimento e cuidando da harmonia dessas ações*".

19. Nesta mesma linha é a doutrina especializada:

[1] Casimiro, Matheus. Processo Estrutural Democrático. Participação, Publicidade e Justificação. Belo Horizonte:

"Em segundo lugar, a intervenção judicial não deve ser sinônimo de usurpação de competências. Pelo contrário, o Judiciário deve atuar para proteger o grupo afetado, apontar as falhas da Administração Pública e contribuir para que os órgãos responsáveis reajustem a sua atuação. Se é verdade que o Judiciário desempenha um relevante papel no constitucionalismo transformador, é igualmente verdadeiro que ele não é o protagonista na realização do projeto constitucional, ***tampouco detém o monopólio para determinar o conteúdo dos fins constitucionais ou estabelecer os melhores meios para alcança-los****. Verdadeiras transformações sociais podem ser estimuladas pela via judicial, mas só ocorrem com a atuação protagonista do Executivo, do Legislativo e da sociedade civil. Como alertam Diego Werneck e Evandro Süssekind, o constitucionalismo transformador não deve implicar uma 'engenharia social judicial', com* ***juízes monopolizando a escolha de meios e fins*** *sobre o argumento de realizar uma técnica interpretação constitucional*"[2]

20. Do mesmo modo, quando da definição da tese atinente ao Tema n. 698 da Repercussão Geral deste STF, definiu-se ali que, se por um lado "*a intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes*", por outro lado "*a decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado*".

20A. No voto condutor do Ministro Luís Roberto Barroso quando da edição do Tema n. 698, o STF pontuou cinco questões que devem ser consideradas para a intervenção do Poder Judiciário sobre as políticas públicas: i. a intervenção só se justifica quando configurado o estado de coisas inconstitucional; ii. a intervenção judicial demanda uma visão sistêmica sobre o problema, considerando os recursos existentes e a possibilidade de ampliar ou universalizar a solução prevista; iii. cabe ao Judiciário indicar a finalidade a ser atendida, mas não o modo de alcançá-la; iv. há limitações do Poder Judiciário e de sua capacidade institucional em implementar políticas públicas.

Forum, 2024, p. 267.
[2] Op. cit., p. 265.

21. No presente feito, porém, sob o color de pretender a redução da letalidade policial (o fim), deduziu o arguente uma plêiade de pedidos instrumentais (os meios), de maneira minudente e exaustiva, tal como já fora feito na referida ação civil pública proposta pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro perante o Tribunal de Justiça fluminense, subtraindo do Poder Executivo sua margem de discricionariedade técnica e suprimindo qualquer caráter dialógico interinstitucional, e, inclusive pretendendo, quanto ao plano de redução da letalidade policial, determinar seu conteúdo, cobrando a adoção de providências específicas que vão muito além do que constara da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Favela Nova Brasília, em manifesta contrariedade à decisão tomada pelo STF quando da edição do Tema 698.

22. Com efeito, a referida sentença da CIDH determinou, no que guarda relação com a presente demanda, (i) que na hipótese de mortes, tortura ou violência sexual decorrentes de intervenção policial, em que policiais apareçam como possíveis acusados, se delegue a investigação a um órgão independente e diferente da força pública envolvida no incidente – o que não requer necessariamente que o órgão pericial estadual seja vinculado diretamente ao Secretário de Segurança Pública, pois, exemplificativamente, mediante convênios, poderiam ser utilizados os serviços periciais de outra entidade; (ii) que sejam adotadas metas de redução da letalidade policial; e (iii) que sejam adotadas medidas legislativas ou de outra natureza necessárias a permitir às vítimas de delitos ou a seus familiares participar da investigação conduzida pela polícia ou pelo Ministério Público.

23. Basta ler a inicial para se perceber que os pedidos ali deduzidos, bem como vários outros que foram formulados no curso da ação, antes mesmo que se pudesse avaliar a efetividade das medidas pleiteadas *ab initio*¸ ultrapassam, em muito, aquilo que resultara da condenação imposta ao Estado brasileiro pela CIDH.

24. Não bastasse, algumas destas medidas tiveram por base leis estaduais evidentemente eivadas de inconstitucionalidade por vício de iniciativa e/ou por invadir a reserva da Administração, ou ainda, por se tratarem de meras leis autorizativas, inconstitucionais por não se poder conceber que, fora das hipóteses constitucionalmente previstas, um dos Poderes possa autorizar outro a exercer determinadas atribuições que lhe são próprias (art. 2º da CF/88).

25. Neste sentido, a Lei estadual n. 7.385/2016 – cujo projeto de lei sequer foi sancionado pelo Governador do Estado – autoriza o Poder Executivo a estabelecer a obrigatoriedade da presença de ambulâncias em operações policiais, previamente planejadas, com possíveis confrontos armados. A Lei estadual n. 5.588/2009 – também não sancionada pelo Governador do Estado à época de sua edição – obriga o Poder Executivo, por sua vez, a implantar câmeras de áudio e vídeo nas viaturas automotivas.

26. Enfim, o que se verificou na presente ADPF foi que se retirou do Poder Executivo seu espaço de discricionariedade, reputando-se insuficiente a política de segurança pública adotada pelos gestores estaduais, legitimamente eleitos em um Estado da Federação cuja população negra e parda – e que vota e se faz representar - soma cerca de 58% do total da população fluminense.

26A. Observa-se, portanto, em conformidade com o que o Estado alega desde o início desta ADPF que a medida constitucional é inadequada face a ausência de subsidiariedade a justificá-la. Isso se tornou ainda mais evidente com a consolidação da jurisprudência no Tema 698/STF, uma vez que não havia vácuo normativo nem regulamentar para disciplinar as questões objeto desta ADPF a justificar a sua propositura. De toda a sorte, dado que o Estado observou e cumpriu as determinações exaradas pelas medidas liminares neste feito, houve a perda superveniente do seu objeto, como se passa agora a examinar.

MEDIDAS DE REDUÇÃO DA LETALIDADE POLICIAL

27. Como já referido anteriormente, diversas e inúmeras foram as medidas que se pretendeu impor ao Estado do Rio de Janeiro. Algumas delas já foram rejeitadas em sede de julgamento da medida cautelar e dos subsequentes embargos de declaração, como a proibição de que as diligências policiais não pudessem ter por base denúncias anônimas, e de publicização dos protocolos de atuação policial, pois, como constou do voto do Ministro Alexandre de Moraes no julgamento dos referidos embargos declaratórios, "*nenhum informante vai colocar seu nome, indicando que determinado local, de determinada*

comunidade, e um deposito de arma. Se ele colocar o nome, ele é morto no dia seguinte", e "*a publicização preventiva e absoluta de todos os protocolos de atuação policial no Estado do Rio de Janeiro – o que pode abranger, ao menos em linha de princípio, a divulgação das mais variadas bases e estratégias de atuação – possui uma inegável aptidão para exponenciar os riscos de insucesso de diversas operações, potencializando, também, os riscos a que expostas diversas vidas humanas*". O julgamento de mérito da presente ADPF, portanto, deve seguir nesta mesma linha.

28. Por outro lado, outras medidas perderam seu objeto, e assim devem ser declaradas quando do julgamento do mérito da presente ação. Com efeito, o pedido de declaração de inconstitucionalidade do Decreto n. 46.775/2019, cuja eficácia já havia sido suspensa por decisão anterior proferida neste feito, **perdeu seu objeto**, frente à sua revogação expressa, nos termos do artigo 7º do Decreto n. 47.402/2020 (e-doc. 299).

29. Do mesmo modo, o pedido de que o então Governador do Estado Wilson Witzel se abstivesse de se manifestar no sentido de incentivar o abate de criminosos – embora questionável do ponto de vista da inadmissibilidade da proibição estatal do dissenso, eis que, como mencionado na ADPF 187, a liberdade de manifestação do pensamento protege "*o direito dos que sustentam ideias que odiamos, abominamos e, até mesmo, repudiamos*", ou como referido na ADIN 4451, "*o direito fundamental à liberdade de expressão, portanto, não se direciona somente a proteger as opiniões supostamente verdadeiras, admiráveis ou convencionais, mas também àquelas que são duvidosas, exageradas, condenáveis, satíricas, humorísticas, bem como as não compartilhadas pelas maiorias*" – perdeu ele seu objeto, ante o *impeachment* imposto àquele então mandatário político.

30. Nada obstante, a maior parte das medidas foi objeto de apreciação quando do julgamento da medida cautelar, e dos subsequentes embargos de declaração, e o Estado do Rio de Janeiro, embora tenha algumas ressalvas quanto aos fundamentos que levaram à sua imposição, ou quanto à sua abrangência, as cumpriu nos limites de suas capacidades de pessoal, operacional e econômico-financeira.

SISTEMAS DE GRAVAÇÃO DE ÁUDIO E VÍDEO

31. Em relação a tal medida, e como já referido em passagem anterior da presente manifestação, entende o Estado do Rio de Janeiro que as leis estaduais que previram a instalação de tais equipamentos – Lei estadual n. 5.443/2009 e Lei estadual n. 5.588/2009 – seriam inconstitucionais, por vício de iniciativa e violação ao Princípio da Separação dos Poderes, mas, ainda assim, invocando as mesmas leis inconstitucionais, esta Corte Suprema determinou que "*considerando que a legislação estadual vai ao encontro da pretensão da parte requerente, deferir o pedido constante do item "j" da petição inicial, para determinar que o Estado do Rio de Janeiro, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, instale equipamentos de GPS e sistemas de gravação de áudio e vídeo nas viaturas policiais e nas fardas dos agentes de segurança, com o posterior armazenamento digital dos respectivos arquivos*".

32. Não bastasse, o prazo concedido para a instalação de todos esses equipamentos, em todas as 02 (duas) corporações policiais – Polícia Civil e Polícia Militar – foi absolutamente exíguo.

33. Esta conclusão se extrai a partir da observação de que o Projeto de Lei n. 265/2015 (e-doc. 475), que daria origem à Lei estadual n. 9.828/2021, a qual acabou por alterar a Lei estadual n. 5.588/2009 para prever também a instalação de câmeras corporais nas fardas dos policiais, teve vetado pelo Governador do Estado os dispositivos que estipulavam prazos para a instalação de tais equipamentos. Tais dispositivos previam que, em 02 (dois) anos a partir da publicação da lei, as câmeras corporais deveriam estar instaladas em 50% (cinquenta por cento) dos efetivos, cabendo o mínimo de 1600 (mil e seiscentas) câmeras para a Polícia Militar e 100 (cem) câmeras para a Polícia Civil.

34. Em outras palavras, tais dispositivos – vetados pelo Governador certamente por imporem metas por demais ousadas – sequer serviram de parâmetros para o partido autor, o qual, passando por cima das manifestações da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (que previa o prazo de 2 anos para instalação inicial das *bodycams* em 50% dos efetivos vinculados à segurança pública), e também do Governador do Estado (que vetara tais disposições), requereu a implantação das câmeras corporais nas duas forças policiais (PMERJ e PCERJ) ao cabo de irrisórios 180 (cento e oitenta) dias, e tal pedido veio a ser acolhido *in totum* por esta Corte Suprema.

34. Vale lembrar que **nenhum** Estado da Federação implantou as câmeras corporais na integralidade de seus efetivos policiais, em tão curto espaço de tempo, e mesmo atualmente, o Estado de São Paulo – que iniciou a colocação de tais equipamentos em suas forças de segurança há mais tempo – conta com 10.125 câmeras, que não cobrem todo o universo de seus policiais.

34. À vista da decisão adotada por este STF, coube ao Estado do Rio de Janeiro cumpri-la, da melhor forma possível, editando o Decreto n. 47.802/2021 (e-doc. 494). Posteriormente substituído pelo Decreto n. 48.394/2023 (e-doc. 713), contando atualmente o ente estadual com cerca de 13.000 *bodycams* disponíveis para todo o efetivo da Polícia Militar (incluindo o Batalhão de Operações Especiais - BOPE), por meio do Contrato 111/2021, firmado com L8 Group S/A, ao custo de R$ 71.040.000,00 (setenta e um milhões e quarenta reais), e por meio do Contrato 099/2022, também firmado com L8 Group S/A, ao custo de R$ 44.400.000,00 (quarenta e quatro milhões e quarenta mil reais).

35. A Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro ostenta peculiaridades próprias, em comparação à Policia Militar. Incumbe à Polícia Militar, na forma do § 5º do artigo 144 da Constituição, o policiamento ostensivo diário, com a missão de prevenir crimes por meio de presença constante e visível. Sua missão é proporcionar uma sensação de segurança à população com sua presença constante em ação ou operação. Já a Polícia Civil, consoante o Art. 144, § 4º da CF/88, as normas previstas no Decreto-Lei nº 3.689/1941 (Código de Processo Penal), e na Lei nº 12.830/2013, que dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia, embora possa realizar ações ostensivas em casos específicos, concentra-se principalmente na investigação criminal e não no patrulhamento preventivo.

36. Sua função precípua é de polícia judiciária, por meio de investigações criminais, coleta de provas, cumprimento de mandados de prisão. A Polícia Civil, quando atua ostensivamente, age, como regra, em decorrência de operações específicas e planejadas, como no caso de cumprimento de mandados de prisão. O policiamento ostensivo pela Polícia Civil é pontual e focado em ações investigativas, não sendo esta sua função principal.

37. Em relação à Polícia Civil, cuja função principal não é atuação ostensiva, sendo esta realizada de maneira pontual, o uso das *bodycam* não se justifica por todo o seu efetivo, mas apenas por aqueles que estiverem em atuação ostensiva. O aparelho deve ser usado apenas em operações policiais, as quais envolvem alto risco por sua natureza. Nesse caso, as câmeras têm como objetivo registrar a execução das operações para assegurar a legalidade e proteção dos direitos dos envolvidos e dos cidadãos, proporcionando a manutenção de evidências visuais que garantam a transparência e a integridade das operações, além de proteger os policiais contra falsas alegações de abuso.

38. Assim, o uso de câmeras corporais pelos agentes da Polícia Militar deve ser amplo e contínuo, para cobrir o policiamento diário, enquanto na Polícia Civil seu uso deve ser focado e pontual, voltado para operações específicas, especialmente naquelas com potencial de realização de MIAE e em comunidades, inclusive perícias externas. Nestes casos há um paralelismo com os estudos já realizados na matéria e trata-se de medida adequada e necessária para atingir a finalidade de redução da letalidade policial. A utilização das câmeras na Polícia Civil, para que seja **proporcional** e coerente, deve ocorrer apenas nas situações de mínimo consenso e que **já vem sendo operadas pela polícia civil, quando da recente implantação das referidas câmeras em todo o CORE**.

39. Se reafirmada a decisão de implantação das câmeras corporais em toda a polícia civil, com seu contingente de mais de 9.500 homens, tomando por base a contratação anterior realizada pela SEPOL – valor individual de R$ 296,00 por mês, conforme SEI 360004/000368/2022 –, o valor contratual ultrapassaria a ordem anual de 30 milhões de reais. Trata-se de despesa que, por si só, ultrapassa toda a verba orçamentária destinada à Tecnologia de Informação, conforme a LOA de 2024 do Estado do Rio de Janeiro.[3] De outra forma, corresponderia a aproximadamente ¼ do valor alocado na unidade orçamentária própria para policiamento (06.181).

40. É certo, porém, que esse impacto não é pontual, mas sim contínuo, relacionado à cadeia de custódia, devendo os arquivos com as gravações ser preservados em toda a fase processual, até que o vestígio não interesse mais ao feito, nos termos do art. 158-B do CPP. Segundo o art. 16 da Portaria nº 648/2024 do MJSP, "*os prazos de armazenamento de dados*

[3] Disponível em: <https://www2.alerj.rj.gov.br/leideacesso/spic/arquivo/LOA_2024_Volume_II.pdf>.

previstos no art. 15 poderão ser prorrogados mediante decisão judicial ou administrativa", o que acaba por estabelecer prazos indeterminados e, portanto, incrementa em muito os custos administrativos.

41. E aqui se encontra o último aspecto das questões envolvendo os sistemas de gravação de áudio e vídeo que precisa ser bem sopeado, e resolvido, por esta Corte Suprema. Sem descurar da importância da utilização das câmeras nas atividades que não envolvam inteligência, o fato é que elas têm **um custo elevadíssimo para o Estado**, que, como é de conhecimento notório, encontra-se em **regime de recuperação fiscal**, com pouquíssimos recursos disponíveis em caixa.

42. Foi leviana a maneira como a questão foi abordada pelo partido-arguente em sua petição inicial, ao afirmar que "*mesmo medidas que carecem de recursos – tal como a implantação de equipamentos de GPS e de sistemas de áudio e vídeo em todas as viaturas policiais e nas fardas dos agentes de segurança – não desafiam a chamada "reserva do possível*", afirmando "*não gerarem custos exorbitantes ao estado*", e acrescentando, no item 182 da mesma peça, que "*cuida-se, aliás, de medida já adotada, a relativo baixo custo, em outros estados da Federação, como é o caso de Santa Catarina, onde o investimento foi feito em parceria com o Tribunal de Justiça, a partir de fianças e penas convertidas em multa*".

43. O exame da notícia jornalística referida em nota de rodapé aquele item 182 informa que "*foram investidos R$ 6,4 milhões, que vieram de penas convertidas em multas e fianças*", o que demonstra o escopo limitado do projeto adotado por aquele Estado. Aqui, em que a obrigação é de dotar todo o efetivo policial de *bodycams*, **só a PMERJ consumiu R$ 115.440.000,00 (cento e quinze milhões, quatrocentos e quarenta mil reais)**.

44. Como bem assestou o **Ministro André Mendonça**, no voto por ele proferido quando do julgamento dos Embargos de Declaração na Medida Cautelar nesta ADPF (e-doc. 568), "*especificamente quanto à questão da segurança pública – no País, de modo geral, e no Estado do Rio de Janeiro, em particular –, o alto grau de complexidade da questão discutida, **além da necessidade de recursos materiais cada vez mais elevados**, enseja postura ainda mais parcimoniosa do Poder Judiciário ante as dificuldades enfrentadas no âmbito administrativo*".

45. Assim, com base na afirmação do **Ministro Alexandre de Moraes**, em sua antecipação ao voto que proferiu naquele mesmo julgamento dos Embargos de Declaração na Medida Cautelar nesta ADPF (e-doc. 568), no sentido de que "*todos os governos pós-ditadura - federais, principalmente - entenderam, que, pelo fato de a polícia civil e a polícia militar serem estaduais, os governos federais não precisariam investir em segurança pública*", **é necessário chamar a União a assumir a responsabilidade pelo incentivo financeiro necessário à cobertura do valor dos sistemas de gravação de áudio e vídeo**, considerando a Portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública n. 648/2024, valendo ter em mente, entretanto, que como o Estado do Rio de Janeiro foi compelido a implantar as câmeras corporais muito antes da edição da referida Portaria, eventuais discrepâncias entre o sistema fluminense e aquele preconizado pela União não deve ser utilizado como argumento para inviabilizar os necessários repasses à conclusão e manutenção do sistema de *bodycams* em âmbito estadual, ao menos enquanto vigem os atuais contratos administrativos.

45A. Logo, no que se refere à implantação de câmeras corporais nas suas polícias, o Estado entende que cumpriu integralmente a medida judicial a ele imposta, não sendo razoável e nem condizente com o entendimento atual do STF, expresso no Tema 698, que seja compelido a adotar câmeras corporais em policiais que não atuem em operações policiais (objeto específico desta ADPF) e nem contratar sistema de gravação e armazenamento por prazo superior ao previsto em lei específica. Embora a existência de uma política pública já consolidada no âmbito do Estado gere *per se* a perda de objeto do pedido, caso haja uma reafirmação ou ampliação da condenação já imposta, impende que a União Federal seja chamada a viabilizar o custeio da política pública, até porque já há diretriz do Ministério da Justiça de que a política seja implantada em todo o país com o mesmo regramento[4].

PARTICIPAÇÃO DAS VÍTIMAS, FAMILIARES E REPRESENTANTES EM INVESTIGAÇÕES DECORRENTES DE MIAE

46. É preciso rememorar que a sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso Favela Nova Brasília, quanto ao tema aqui em discussão, determinou que "*o Estado* [brasileiro] *adote as medidas legislativas, ou de outra natureza, necessárias para permitir que as vítimas de delitos ou seus familiares participem de maneira formal e efetiva da investigação criminal realizada pela polícia ou pelo Ministério Público"*.

[4] https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/cameras-corporais

47. Significa dizer que a participação das vítimas, seus familiares e representantes legais não há de se fazer, **necessariamente**, perante as polícias, uma vez que tal participação pode se efetivar pela interface entre tais pessoas e os membros do Ministério Público.

48. Tal conclusão é reforçada, a uma, pela decisão desta Corte Suprema no Recurso Extraordinário n. 593.727/MG, julgado em regime de Repercussão Geral, quando o Tribunal afirmou a tese de que o Ministério Público dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal.

49. A duas, pelo fato de que o Conselho Nacional do Ministério Público fez editar a Resolução n. 201, de 4 de novembro de 2019, de cujos *consideranda* consta a menção à sentença da CIDH no caso Favela Nova Brasília, recomendando a promotores e procuradores que diligenciassem, "*ainda na fase de investigação, no sentido de ouvir familiares da vítima e testemunhas eventualmente não arroladas nos autos, bem como de receber destes eventuais sugestões, informações, provas e alegações, que deverão ser avaliadas fundamentadamente*". Tal Resolução restou revogada pela Resolução CNMP n. 279/2023, mas isso não afasta a possibilidade, reconhecida pelo STF, de que o Ministério Pública promova investigações penais, e assim, colha as manifestações das vítimas, seus familiares e representantes legais.

50. A três, porque a decisão proferida por este STF na Medida Cautelar nesta ADPF determinou que "*sempre que houver suspeita de envolvimento de agentes dos órgãos de segurança pública na prática de infração penal, a investigação será atribuição do órgão do Ministério Público competente*".

51. Nada obstante, e assumido nestes autos o compromisso de editar um ato normativo que regulamente a participação das vítimas, seus familiares e respectivos representantes legais nos procedimentos investigatórios instaurados pelos órgãos de segurança para apurar supostas MIAE, o Estado do Rio de Janeiro informa que publicou, em 15 de agosto último, a **Resolução Conjunta SESP/SEPOL/SEPM n. 4, de 13 de agosto de 2024**, cuja íntegra se encontra em anexo.

PRESENÇA DE AMBULÂNCIAS E PROFISSIONAIS DE SAÚDE EM OPERAÇÕES PLANEJADAS

52. Com relação à presente medida, do ponto de vista formal a objeção do Estado do Rio de Janeiro se centra na invocação de lei meramente autorizativa (Lei estadual n. 7.385/2016), cujo projeto de lei fora vetado pelo Governador do Estado à época, para, com base em tal norma inconstitucional, exigir-se a presença de ambulâncias em operações policiais.

53. Quanto ao mérito da medida, vale reafirmar o que já mencionado na introdução da presente manifestação, no sentido de que, à época do ajuizamento da presente ADPF, a questão já havia sido devidamente normatizada, tanto que o artigo 10 da Instrução Normativa PMERJ/EMG/PM-3 n. 52/2018, como também o artigo 6º da Portaria PCERJ n. 832/2018, previam que, quando do planejamento das operações policiais, deviam ser previstas medidas de contingências para resgate de feridos com a identificação prévia dos hospitais de atendimento de urgência mais próximos ao local da operação e criação de canais, via CECOPOL, para o rápido acionamento de ambulâncias, certo que, em havendo **vitimização de pessoas**, deveria ser acionado o socorro para o local (CBMERJ), via CECOPOM/Maré Zero, a fim de atender às vítimas.

54. Ou seja, nunca se negou o resgate de vítimas por meio de ambulâncias, mormente em operações planejadas. Mesmo a Lei estadual n. 8.928/2020 – também inconstitucional, por vício de iniciativa – estatuiu que "*em caso de lesão corporal deverá a vítima ser socorrida prioritariamente pelo SAMU e CBMERJ, ou em caso de extremo pela PMERJ ou PCERJ*".

55. Existem, entretanto, dificuldades de ordem prática para que ambulâncias adentrem território conflagrado, enquanto durarem os confrontos armados. Como exposto pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro (e-doc. 894), não apenas a frota de atendimento pré-hospitalar é diminuta, mas sobretudo existe risco à vida não apenas dos soldados bombeiros, mas aos policiais e moradores das comunidades, pois se as ambulâncias forem alvejadas – e é crível que o sejam – uma vez atingidos os cilindros de oxigênio, haverá uma explosão.

56. Naquele mesmo documento (e-doc. 894), é afirmado que "o terreno em diversas comunidades do Rio de Janeiro é de difícil acesso para os veículos de emergência" e que, "*a obrigação de que a ambulância do CBMERJ/SAMU adentre área conflagrada, sob perigo de fogo, para a realização de atendimento ou resgate, como resultado de proibição de socorro por outro agente público, culminará por aumentar o tempo de extração e assistência do necessitado, incrementando a sua exposição, a piora ou irreversibilidade do quadro de saúde. Com isso, a vida de possíveis vitimas ficaria mais suscetível ao evento morte em razão da demora do socorro*".

57. Por conta de tais dificuldades é que o Estado do Rio de Janeiro editou a **Resolução SESP n. 10/2024** (e-doc. 960), instituindo o atendimento pré-hospitalar tático, ali definido como "*a assistência prestada em um primeiro nível de atenção, à pessoa ferida em operação policial realizada em área sensível, através da adoção de manobras e procedimentos emergenciais necessários a minimização do trauma e seus efeitos fisiopatológicos, visando ao socorro próprio ou de vítimas ainda no ambiente operacional, em localidades que inviabilizem o atendimento por profissionais de saúde em tempo hábil, exercendo-o até a chegada das equipes especializadas de emergências em saúde e para o emprego da imediata evacuação até o suporte médico hospitalar adequado*".

58. Não se trata, por óbvio, de limitar o socorro ao atendimento pré-hospitalar tático, mas sim o de prestar os socorros imediatos, a fim de estabilizar as funções vitais da pessoa vitimada e prevenir complicações adicionais, até que, reduzidos ou cessados os conflitos e os riscos a eles associados, possa uma ambulância prestar os cuidados adicionais, nos mesmos moldes do que estabelece a Portaria n. 98, de 01 de julho de 2022, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, mas com abrangência ainda mais ampla, eis que a norma federal se dirige aos profissionais de segurança pública feridos no exercício do cargo ou função, enquanto que a norma estadual não faz tal distinção.

58A. Tratou-se de típico ato de discricionariedade técnica, pautado na realidade do Rio de Janeiro e que visa, com mais efetividade, a preservação de vidas humanas em eventual ferimento no confronto ocasionado em operações policiais.

PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA SEGURANÇA DE UNIDADES ESCOLARES

59. Com relação à presente medida, vale registrar que a decisão proferida por esta Corte Suprema foi a de criação de **protocolos de comunicação** para que os responsáveis por unidades escolares nas regiões das operações policiais possam reduzir os riscos a alunos, professores e funcionários.

60. A fim de dar cumprimento a tal determinação, o Estado do Rio de Janeiro editou a Resolução SESP/SEEDUC n. 02/2024, que trata do Protocolo de Segurança e Gestão Integrada de Prevenção a Incidentes em Unidades Escolares – PROSEG-ESCOLA, estabelecendo ali um canal de comunicação (e-doc. 958).

61. Embora a obrigação judicial fosse a de criação de protocolos de comunicação – e isto foi feito, como se observa do disposto no artigo 5º, incisos I e IV, no artigo 6º, I, II, e IV, e § 2º, e nos artigos 7º, 8º e 9º – a Resolução SESP/SEEDUC n. 02/2024 foi além, para dispor sobre a atribuição cometida a SEEDUC de fomentar a capacitação dos profissionais da rede estadual de ensino público para a análise e tratamento de incidentes críticos, definir protocolos internos que potencializem a adoção de comportamentos e práticas mais seguras por todos os profissionais da rede estadual de ensino público, e implementar plano de contingência para a segurança dos estabelecimentos escolares da rede estadual de ensino público em casos de situações de risco decorrentes de eventual anormalidade à segurança.

62. As críticas que lhes dirigem o partido arguente e seus *amici curiae*, no sentido de que não teriam sido previstos quais os procedimentos a serem adotados nas escolas, uma vez recebidos os avisos da ocorrência de operações policiais, e de que nem teria sido prevista a necessidade de treinamento e de monitoramento, além de fugir à determinação deste STF – que tratou de protocolos de comunicação entre polícias e unidades escolares – revela que não compreenderam que tal detalhamento ficou a cargo da Secretaria de Educação, e depende da consideração de aspectos de cada unidade escolar (posição geográfica, número de alunos, professores e funcionários, características construtivas da unidades etc).

63. Tampouco colhe a crítica de que a referida Resolução não aborda a absoluta excepcionalidade das operações policiais como regra e a necessidade de apresentação de justificativas para sua realização, e a proibição de utilização de equipamentos educacionais e de saúde como base operacional das polícias. Como já acima mencionado, o objetivo primordial da Resolução foi o de prever o protocolo de comunicações entre secretarias vinculadas à segurança pública e secretarias de educação, mesmo porque seria desnecessário tratar, nela, das vedações já previstas expressamente no acórdão que apreciou a Medida Cautelar nesta ADPF, sendo que, quanto à utilização de equipamentos escolares como base operacional, o próprio artigo 4º, I, "b" da Instrução Normativa SESEG n. 03/2018 já o vedava.

64. Quanto à alegação de que não houve participação da Defensoria Pública, do Ministério Público e da sociedade civil na elaboração do PROSEG-Escola, por óbvio que seria tal participação incompatível com a agilidade que se pretendeu imprimir no cumprimento das medidas determinadas pelo STF, sobretudo após a submissão dos temas discutidos nesta ADPF ao NUSOL e ao NUPEC, considerada a informação de que há a pretensão de se proceder ao julgamento do mérito desta ação ainda no segundo semestre do ano em curso. De toda sorte, não há qualquer prejuízo para quaisquer destes atores, que podem se manifestar – e assim têm feito corriqueiramente – nos presentes autos para manifestar seus pontos de vista.

65. Por fim, vale mencionar que, dando maior concretude e abrangência ao que se iniciou com a edição da Resolução SESP/SEEDUC n. 02/2024, o Estado do Rio de Janeiro, o Município do Rio de Janeiro e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro firmaram **Protocolo de Comunicação e Proteção de Unidades Escolares** (cópia em anexo), de modo que não apenas as unidades da rede estadual de ensino possam se beneficiar do PROSEG-Escola, estando ali previsto, entre outras disposições, que viaturas policiais não poderão se posicionar de forma contígua às unidades escolares, que os espaços das unidades escolares são invioláveis durante seu funcionamento, e que a secretaria de educação deve apresentar um **plano visando à recomposição do conteúdo programático dos dias de aulas suspensas**.

ATENDIMENTO PSICOLÓGICO AOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

66. A Resolução SESP n. 13/2024, que trata do atendimento psicológico aos profissionais da segurança pública (e-doc. 960) funda-se na premissa de que **compete ao profissional com formação em psicologia avaliar a condição psíquica dos policiais envolvidos em incidentes com morte**, avaliação essa que, obrigatória, será, de ordinário, realizada após o período de repouso do policial, observada sua escala de serviço, exceto em situações excepcionais, que recomendem a avaliação psicológica em prazo menor.

67. Assim, após a avaliação preliminar do Serviço de Atendimento Psicossocial (SAPS), em sendo verificada a conveniência de seu "afastamento" temporário, o servidor será encaminhado à junta oficial de saúde, nos termos do disposto no art. 4º, inciso XXIV e parágrafo único, da Lei Complementar nº 204, de 30/06/22, e no art. 104, §6º, da Lei nº 443, de 01/07/81, para que seja homologado o "afastamento" do serviço e estabelecido o respectivo período de duração, sem prejuízo de posterior extensão, se necessário for.

67. O partido arguente e os *amici curiae* que o apoiam, porém, invocam uma outra decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, **que não envolveu o Estado do Rio de Janeiro, mas sim o Estado de São Paulo (caso Honorato)**, para demandar o afastamento imediato e compulsório do policial envolvido em MIAE, contradizendo-se ao mencionar que seria uma medida de preservação da sanidade mental do agente de segurança, quando aquela decisão da CIDH menciona claramente que o afastamento deve perdurar até que sobrevenha decisão de reincorporação **por parte da corregedoria do órgão policial**, a denotar o caráter disciplinar da medida.

68. A proposta perseguida pelo autor e respectivos *amici curiae* aqui, não é de preservação da incolumidade psíquica do policial, e sim uma medida cautelar que teria por propósito a garantia da instrução sancionatória, e, sob esta ótica, tal afastamento demandaria decisão judicial devidamente fundamentada, não podendo ser imposta *ex ante*, de forma generalista e sem preservação das garantias individuais dos policiais investigados.

69. De resto, a medida impactaria o número de policiais em condições de exercer sua função primordial, pois, numa hipotética situação em que o Batalhão de Operações Especiais (BOPE/PMERJ) faça incursão em alguma localidade, com resultado morte, sem que se possa identificar se o disparo fatal partiu da arma de algum policial, e qual foi o policial

responsável pelo disparo, a valer a medida sugerida pelo arguente, todo aquele efetivo deveria ser automaticamente afastado de suas funções, em prejuízo da efetividade da segurança pública, em um contexto em que já há, hoje, um **déficit no quadro das forças de segurança do Rio de Janeiro**.

70. Mesmo a proposta alternativa do partido autor, de aplicação da Lei estadual n. 8.928/2020 para afastamento de policiais que tenham se envolvido em mais de uma MIAE no período de um ano, também ela não lhe socorre, pois como consta do seu artigo 11, *caput*, o afastamento **somente se for recomendado após a avaliação do setor de Psicologia**.

71. De resto, não se pode tratar de maneira igual policiais em situações desiguais. Em outros termos, as unidades especiais (BOPE e CORE), por serem grupos de elite e, por isso, atuarem, em conjunto com outros batalhões ou isoladamente, na maior parte, senão em todas as incursões em territórios dominados pelo crime organizado, apresentarão a tendência de ver seus integrantes mais frequentemente envolvidos com MIAE do que policiais lotados em batalhões comuns.

72. A valer a regra do afastamento por reincidência, e considerando que tais unidades de elite apresentam um quadro reduzido de integrantes, ao cabo de pouco tempo o desfalque em tais grupos de operações especiais restringiria ou inviabilizaria suas atividades, em prejuízo de toda a população fluminense.

73. Desta forma, sem prejuízo da publicação de uma resolução mais facilmente compreensível, insiste o Estado do Rio de Janeiro na manutenção da lógica da norma por ele editada que, com finalidade psicoterapêutica, somente se promove o afastamento do policial por razões de saúde mental, ou, nos termos do estatuto policial, após apuração de sua responsabilidade funcional.

UTILIZAÇÃO DE HELICÓPTEROS NAS OPERAÇÕES POLICIAIS

74. A decisão proferida quando do julgamento da Medida Cautelar na presente ADPF determinou que a utilização de helicópteros nas operações policiais seria legítima apenas nos casos de observância da estrita necessidade, comprovada por meio da produção, ao término da operação, de relatório circunstanciado.

75. A Instrução Normativa SESEG n. 03/2018, ainda antes da propositura da presente ação, já previa, em seu artigo 5º, as hipóteses em que o apoio aéreo poderia se fazer presente, a saber, utilização do sistema de imageamento aéreo, transporte de equipe especializada, resgate e salvamento, e em apoio às equipes terrestres, visando garantir sua segurança no local da operação.

76. A determinação de utilização de helicópteros em caso de estrita necessidade, devidamente comprovada em relatório circunstanciado, não é incompatível com a previsão inserta no referido artigo 5º. Pelo contrário, até mesmo pelo custo das operações aéreas, tal equipamento somente é utilizado em caso de necessidade, como, por exemplo, na cobertura da progressão de policiais em solo, frequentemente encurralados entre vielas e becos de favelas, ou expostos quando da desobstrução das barricadas implantadas pelos criminosos.

77. Como bem mencionou o Ministro Edson Fachin, ao proferir seu voto no julgamento dos embargos de declaração na Medida Cautelar na presente ADPF, uma ação policial "*deve conter um número suficiente de agentes para minimizar as chances de se utilizar a força*".

78. Revela-se, em tal pronunciamento, que a superioridade das forças de segurança – seja em razão da superioridade numérica, ou em razão da superioridade de seu material bélico e de apoio – deve ser tal que produza um **efeito dissuasório** ou de desalento sobre os criminosos, a ponto de enfraquecer sua disposição para o enfrentamento.

79. Nesta mesma linha, e no mesmo julgamento, o Ministro Gilmar Mendes pronunciou-se no seguinte sentido:

> *"Vou lembrar um fato que é bastante conhecido, bastante comezinho para todos aqueles que passamos de alguma feita pelo Tribunal Superior Eleitoral. Quando se trata, por exemplo, de fazer eleições - lamentavelmente, digo isso com grande constrangimento, mas é real -, no Rio de Janeiro, não raras vezes, nas favelas,* ***usa-se blindado da Marinha para levar as urnas. Talvez alguém pudesse dizer que é desproporcional, mas é a forma de garantir que as urnas vão lá estar, e, ao mesmo tempo, usar esse tipo de poderio simbólico, talvez, evite algum tipo de aventura ou devaneio****".*

80. Ora, o poder de dissuasão das aeronaves é altíssimo. Ainda que comparada à presença de inúmeras viaturas policiais terrestres, a dissuasão exercida pela aeronave é superior. Além disso, tal equipamento concentra a atenção dos criminosos e, eventualmente, o confronto ocorre em um ponto ou uma área delimitada, **o que aumenta sobremaneira a segurança da operação.**

81. Excepcionalmente, quando necessários, os disparos das aeronaves são muito mais seguros que aqueles feitos pelas tropas terrestres. O confronto vertical (aeronave X criminoso) é mais vantajoso para a sociedade, porque, em regra, os disparos efetuados pelos criminosos ganham o céu e retornam com menos energia cinética e menor potencial de destruição, comparados aos disparos horizontais. Outrossim, os disparos a partir da aeronave são realizados por policiais cursados em treinamento específico. Ainda que não acertem o agressor, o projétil terá como anteparo o solo, minimizando as chances de vítimas inocentes. **Nunca houve civis inocentes mortos ou feridos em razão de efeitos colaterais. Não há registros de disparos acidentais ou equivocados que tenham partido das aeronaves.** Além de possuírem um alto grau de adestramento e manterem treinamento contínuo, os tripulantes tem visão e posição privilegiadas para efetuar disparos.

82. Registre-se, por fim, que os disparos realizados dos helicópteros têm características distintivas, eis que são tiros de cima para baixo, sendo de fácil identificação em eventuais vítimas, o que permite a responsabilização dos responsáveis em caso de mau uso do equipamento.

83. As afirmações ora tecidas constam de manifestação do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro – ISP/RJ, o qual compilou e tratou as informações oriundas tanto da Secretaria de Estado de Policia Civil quanto da Secretaria de Estado da Polícia Militar (e-doc. 840). Ali, lê-se o seguinte:

> *"os criminosos, que normalmente se sentem à vontade durante as operações, por conhecerem bem a geografia das favelas, portarem armas de alto poder destrutivo e empregarem táticas de guerrilha, acabam ficando desorientados com a atuação dos helicópteros, que possuem grande poder de dissuasão e posição de vantagem no teatro de operações.*

A experiência demonstra que os confrontos em áreas conflagradas se estendem por horas e se espalham pelo terreno quando não há o suporte aéreo, aumentando de maneira exponencial o risco às vidas de inocentes. Sem a aeronave, muitas vezes, há dificuldade em quebrar a resistência dos criminosos que, escondidos em buracos, atrás de barricadas, de seteiras e do alto das lajes, buscam atacar as equipes.

Vale dizer que a adoção desse apoio aéreo em situações de alto risco facilita a cessação do confronto horizontal entre criminosos e policiais que estão em solo, diminuindo bastante a possibilidade de danos colaterais dos disparos de fuzis que podem fazer uma vítima a quilômetros do local.

Excepcionalmente, quando necessária a preservação da vida de policiais ou de civis em legítima defesa, os disparos efetuados das aeronaves são muito mais seguros que aqueles efetuados pelas tropas terrestres, visto que o tripulante consegue neutralizar o agressor tendo o solo como anteparo dos tiros da aeronave.

Além disso, é preciso esclarecer que não há incidência de balas perdidas a partir dos disparos realizados das aeronaves, sendo equivocada a afirmação de que esses disparos colocam a população em risco. Afinal, quando realizados em legítima defesa, partem de equipe altamente treinada e com total visão de campo. Por isso, nos últimos anos o número de inocentes mortos por tiros disparados dos helicópteros das Polícias Civil e Militar no Estado do Rio de Janeiro é ZERO. Frise-se, não há disparos acidentais ou equivocados que tenham partido das aeronaves.
A presença do helicóptero também diminui de maneira drástica os disparos efetuados a esmo, sem qualquer compromisso pelos criminosos, uma vez que eles não querem ser localizados facilmente pela Polícia. Esse fator contribui muito para a redução de vítimas inocentes dos criminosos nas operações com apoio aéreo".

84. Portanto, e mais uma vez, são levianas as afirmações do partido arguente, constantes da petição inicial, no sentido de que "*os helicópteros se converteram em ferramentas de abate, em total desrespeito à vida e à integridade dos moradores que, quando vitimados, são tratados como simples danos colaterais*". E o pior, em atitude que beira a má-fé, invoca o Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica (RBHA) n° 91, como se ele vedasse o uso de helicópteros em operações de segurança pública, certo que tal ato normativo se dirige a operações de aeronave civil (e-doc. 12). A norma que regula as operações de aeronaves em segurança pública é o Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC) n. 90, que dispõe sobre os Requisitos para Operações Especiais de Aviação Pública, e em cujo item 90.295, regula o uso de armas e munições embarcadas (tiro embarcado).

85. Seja como for, porque, como antes afirmado, o Estado do Rio de Janeiro somente utiliza helicópteros em caso de necessidade, e porque não vê dificuldade em demonstrar tal necessidade em relatório circunstanciado, não se opõe ele à determinação já proferida por esta Corte Suprema quanto ao tema.

DESVINCULAÇÃO DA PERÍCIA

86. A questão da desvinculação da perícia da estrutura da Polícia Civil não foi uma das medidas determinadas por esta Corte Suprema quando do julgamento da Medida Cautelar e dos subsequentes Embargos de Declaração, nesta ação de descumprimento de preceito fundamental.

87. Tampouco se extrai tal determinação da sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Favela Nova Brasília, tendo tal proposição sido feita pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro nos autos, e adotada como se fosse – não é – o único meio para propiciar uma investigação imparcial de MIAE, servindo, ademais, a propósitos de cunho corporativo.

88. De fato, têm sido deduzidos, nestes autos, argumentos no sentido de que a vinculação e a subordinação hierárquica formal da Superintendência de Perícia à Polícia Civil implicaria, *per si*, motivo para suspeição da idoneidade dos laudos por ela elaborados. Há alegação de que conferir autonomia administrativa, financeira e orçamentária a um novo ente responsável pela realização das atividades de perícia criminal seria condição essencial para reduzir a impunidade nos casos de morte decorrente intervenção de agente do estado (MIAE), ventilando-se ainda que esse entendimento decorre da decisão da CIDH no caso Favela Nova Brasília.

89. Já na petição inicial (e-doc. 1), este ponto é assumido como premissa:

> *193. No Estado do Rio de Janeiro, o cumprimento do dever de registro fotográfico completo de todos os elementos de perícia se faz ainda mais necessário. Isso porque, diferentemente do que ocorre em vários estados da federação,* ***o Departamento de Polícia Técnico-Científica do Rio integra a estrutura da polícia civil, o que prejudica a independência e a imparcialidade na investigação*** *de delitos praticados por agentes estatais."*

90. Entretanto, por meio de uma leitura mais detida da Sentença de 16 de fevereiro de 2017 do Caso *favela Nova Brasília* vs. *Brasil*, pode-se verificar também que, em verdade, a CIDH decidiu **em sentido diverso** de tal premissa. Entendeu ser desnecessário conferir autonomia administrativa absoluta aos órgãos de perícias (cf. parágrafo 189 da decisão), valendo mais operar-se o *enforcement* das estruturas de controle externo e controle judicial. Nessa linha, a parte de mérito e do ponto resolutivo n. 16 - em especial, os excertos da decisão destacados abaixo:

> *187. A esse respeito,* ***a Corte considera que o elemento essencial de uma investigação penal sobre uma morte decorrente de intervenção policial é a garantia de que o órgão investigador seja independente dos funcionários envolvidos no incidente.*** *(...), nas hipóteses de supostos crimes graves em que prima facie apareçam como possíveis acusados membros da polícia,* ***a investigação deve ser atribuída a um órgão independente*** *e diferente da força policial envolvida no incidente,* ***como uma autoridade judicial ou o Ministério Público****,* ***assistido por pessoal*** *policial, técnicos em criminalística e pessoal administrativo,* ***alheios ao órgão de segurança a que pertençam o possível acusado ou acusados.***
>
> *(...)*
>
> *189.* ***O acima exposto não significa que o órgão investigador deva ser absolutamente independente, mas que deve ser "suficientemente independente das pessoas ou estruturas cuja responsabilidade esteja sendo atribuída" no caso concreto.*** *A determinação do grau de independência se faz* ***à luz de todas as circunstâncias do caso****.*
>
> *190. Caso a independência ou a imparcialidade do órgão investigador sejam questionadas, o* ***Tribunal*** *deve proceder a um exame mais estrito para verificar se a investigação foi realizada de maneira independente e imparcial. Do mesmo modo,* ***deve-se examinar se, e até que ponto, a alegada falta de independência e imparcialidade impactou a efetividade do procedimento para determinar o ocorrido e punir os responsáveis****. Alguns critérios essenciais, que estão inter-relacionados, devem ser observados para estabelecer a efetividade da investigação nesses casos: i) a adequação das medidas de investigação; ii) sua celeridade; e iii) a participação da família da pessoa morta e iv) a independência da investigação. Também* ***em casos de morte provocada por intervenção de agente policial, para ser efetiva, a***

investigação deve ser capaz de mostrar se o uso da força foi ou não justificado em razão das circunstâncias. Nesse tipo de caso, às autoridades domésticas cabe aplicar um exame particularmente rigoroso no que se refere à investigação.

191. Finalmente, no que diz respeito à intervenção de órgãos de supervisão da investigação ou do Poder Judiciário, é necessário fazer notar que em algumas ocasiões as falhas da investigação podem ser remediadas*, mas em outros casos isso não é possível, em virtude de seu estado avançado e da dimensão dos erros ocasionados pelo órgão investigador.*

(...)

343. ***Quanto ao pedido de garantia de autonomia dos peritos com respeito às polícias, por meio da criação de uma carreira específica e independente com recursos humanos, financeiros e estruturais para o desempenho de suas funções, a Corte toma nota de que, desde 2009, o artigo 2º da Lei Nº 12.030/2009 garante a autonomia técnica, científica e funcional aos peritos criminais no Brasil.*** *Além disso, a Corte observa a existência de dois projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional (499/2010 e 325/2009) com o objetivo de incluir dois incisos no artigo 144 da Constituição Federal, a fim de garantir que a perícia criminal federal e as perícias criminais dos estados e do Distrito Federal se convertam em órgãos independentes de segurança pública no Brasil. No âmbito estadual, a Corte toma nota das iniciativas do Estado de Goiás, que, mediante a Lei Nº 16.897/2010, determina que a carreira de perito criminal esteja vinculada à Superintendência de Polícia Técnico-Científica, da Secretaria de Segurança Pública, e do Estado de São Paulo, que determina que o Instituto de Criminalística e o Instituto Médico Legal estejam igualmente submetidos à Superintendência de Polícia Técnico-Científica do Estado.* ***Considerando o exposto, a Corte não considera necessário ordenar a medida de reparação solicitada.***

91. Depreende-se dessas colocações que não há propriamente identidade entre a questão da independência na apuração dos casos de MIAE e a da constitucionalidade do eventual arranjo da organização administrativa dos órgãos oficiais de perícia criminal[5].

[5] Vale ressaltar que, nos parágrafos 190 e 191, é feita referência às razões jurídicas postas nos parágrafos 224 e 225 do Sentença de 14 de abril de 2015, exarada pela Corte Europeia de Direitos Humanos, Caso *Mustafa Tunc e Fecire Tunc Vs. Turquia*, em que são tecidas as seguintes considerações sobre os Art. 2° e 6º da respectiva Convenção de Proteção dos Direitos Homem: 224. **Where the statutory or institutional independence is open**

92. O Supremo Tribunal Federal, inclusive, já teve oportunidade de chancelar esse mesmo entendimento. Entende-se aqui perfeitamente aplicável o dito no Parecer-Vista da AGU na ADI 6621 (cf. e-doc. 28 daqueles autos), no sentido de que, *"segundo se infere do recente julgamento da ADI nº 2575,* ***não há óbice para que os peritos sejam vinculados à polícia civil; apenas não seria mandatório****"*. Em sequência o Tribunal assim decidiu:

> *AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. LEGISLAÇÃO QUE CONSIDERA AGENTES DE NECROTOMIA, PAPILOSCOPISTAS E PERITOS OFICIAIS COMO SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO TOCANTINS, E QUE DISCIPLINA ATRIBUIÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA CIENTÍFICA DO ESTADO. NATUREZA REGULAMENTAR DO DECRETO Nº 5.979/2019. CONHECIMENTO DA AÇÃO DIRETA. COMPREENSÃO CONSTITUCIONALMENTE ADEQUADA DO ROL CONTIDO NO ARTIGO 144 DA CRFB/88. AUTONOMIA DA POLÍCIA CIENTÍFICA. POSSIBILIDADE DE O ENTE FEDERADO CRIAR SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA CIENTÍFICA NÃO SUBORDINADA À POLÍCIA CIVIL. AÇÃO DIRETA JULGADA IMPROCEDENTE.*
>
> *1. A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Judiciária apresenta-se como entidade apta a, nos termos do art. 103, IX da CRFB/88, ajuizar ação direta de inconstitucionalidade que questiona desenho institucional da segurança pública com possíveis reflexos sobre a atuação de Delegados da Polícia Civil.*
>
> *2. A despeito da consolidada jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal sobre a impossibilidade de conhecer, em ação direta, da incompatibilidade entre decretos secundários e a legislação ordinária, o Decreto nº 5.979/2019, do Estado do Tocantins, revela suficiente generalidade, abstração e independência normativa para permitir a fiscalização abstrata de sua constitucionalidade.*

---

to question, such a situation, although *not decisive*, will call for a stricter scrutiny on the part of the Court of whether the investigation has been carried out in an independent manner. **Where an issue arises concerning the independence and impartiality of an investigation, the correct approach consists in examining whether and to what extent the disputed circumstance has compromised the *investigation's effectiveness*** and its ability to shed light on the circumstances of the death and to punish those responsible. 225. In this regard, the Court considers it appropriate to specify that compliance with the procedural requirement of Article 2 is assessed on the basis of several essential parameters: the adequacy of the investigative measures, the promptness of the investigation, the involvement of the deceased person's family and the independence of the investigation. **These elements are inter-related and each of them, taken separately, does not amount to an *end in itself*,** as is the case in respect of the Independence requirement of Article 6. They are criteria which, taken jointly, enable the degree of effectiveness of the investigation to be assessed. It is in relation to this purpose of an effective investigation that any issues, including that of independence, must be assessed.

3. A tradicional compreensão sobre a taxatividade do rol do art. 144 da Constituição da República cedeu lugar a interpretação menos restritiva, permitindo aos entes federativos criarem polícias científicas autônomas que, do ponto de vista da organização administrativa, não estejam vinculadas à Polícia Civil.

4. ***Não ofende a Constituição da República legislação estadual que considera agentes de necrotomia, papiloscopistas e peritos oficiais como servidores da polícia civil de Estado-membro, remetendo o poder de controle e supervisão exercido sobre eles a Superintendência de Polícia Científica****. 5. Ação direta julgada improcedente.*

93. Discussão semelhante ocorreu também nas ADIs 2.861, 2.827 e 3.469, em que se perquiriu a possibilidade de criação de órgãos de perícia desvinculados da estrutura da Polícia Civil. Embora a Suprema Corte tenha entendido pela constitucionalidade, isso não significa que negou a possibilidade de estruturação da perícia dentro da Polícia Civil.

94. Convém lembrar que, na ADI 2.575, o Supremo Tribunal Federal discutiu, se, em sede estadual, um órgão técnico de perícia criminal poderia estar fora da estrutura organizacional e hierárquica da polícia em si, para que pudesse desfrutar de autonomia semelhante a que gozam os peritos no plano federal. Naquela ocasião, o Ministro Luiz Fux ressaltou a necessidade de garantir a liberdade funcional para suas manifestações técnicas e científicas, mas, que não pode significar atuar em contraste com a polícia no dia-a-dia; a ponto de, uma vez solicitado um laudo de necrópsia, se diga: "*Não vou fazer, porque sou autônoma e independente, entendo que essa perícia não seja necessária*".

95. Também pertinente a manifestação do Ministro Luís Roberto Barroso na referida Ação Direta de Inconstitucionalidade:

"*Eu entendo perfeitamente e respeito, mas gostaria de manter o meu ponto de vista por considerar que a polícia técnica não pode ser um órgão fora, para ser textual: qualquer interpretação que confira a este órgão o caráter de órgão de segurança pública. Quer dizer, a polícia técnica tem uma atividade que é inerente à atividade da polícia civil. Qual é a atividade da polícia civil nos termos do art. 144, § 4º, da Constituição? A ela compete a função de polícia judiciária, ou seja, cumprir as diligências requisitadas pelo juízo, e a ela, polícia*

civil, compete o papel de conduzir a investigação criminal, o que, com frequência, exige o recurso aos órgãos técnicos, seja a perícia médico legal, seja qualquer outro tipo de perícia.

De modo que eu não consigo imaginar uma estrutura em que a polícia técnica esteja fora da polícia civil porque a polícia civil, para cumprir a sua missão constitucional, precisa da polícia técnica.

96. Além da vasta jurisprudência, é válido perceber que, com a Lei nº 12.030, de 17 de setembro de 2009 (**Lei Nacional das Perícias Criminais Oficiais**) estabeleceu-se, nos seus Art. 2° 3° e 5°, que o grau de autonomia inerente ao exercício da atividade de perícia oficial de natureza criminal assegurado é o de "**autonomia técnica, científica e funcional**, exigido concurso público, com formação acadêmica específica, para o provimento do cargo"; devendo, no tange à **regime jurídico**, ser *"observado o disposto na* ***legislação específica de cada ente a que o perito se encontra vinculado.***"

97. E, mais recentemente, a **Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis** (Lei nº 14.735/2023), em seu art. 28, previu que *"o perito oficial criminal, além do que dispõem a Constituição Federal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a legislação extravagante, sem prejuízo de outras previsões constantes de leis e regulamentos,* ***exerce atribuições de perícia oficial de natureza criminal, sob requisição do delegado de polícia, assegurada a ele autonomia técnica, científica e funcional.***

98. Em sentido semelhante previu-se no art. 15, *caput*, da Lei nº 14.735/2023:

Art. 15. Constituem unidades técnico-científicas da polícia civil as unidades responsáveis pela perícia oficial criminal, ***nos casos em que o órgão central de perícia oficial de natureza criminal estiver integrado em sua estrutura****,* ***cujos chefes devem ser designados pelo Delegado-Geral de Polícia Civil****, dentre outras:*

I - Instituto de Criminalística;
II - Instituto de Medicina Legal; e
III - Instituto de Identificação.

99. Do art. 15, §§ 2° e 3°, da Lei nº 14.735/2023, depreende-se, além disso, que, quando da nomeação para chefia desses institutos, a autoridade superior da Polícia Civil, destinatária dessas normas, deve observar que esses órgãos devem ser *coordenados por peritos oficiais criminais* das respectivas áreas que estejam na ativa e sejam da classe mais elevada.

100. O art. 6°, IV da Lei nº 14.735/2023, estabelece que "***compete à polícia civil, (...) especificamente: (...) organizar e executar a atividade pericial oficial, se o órgão central de perícia oficial de natureza criminal estiver integrado em sua estrutura"***, ao passo que o art. 39° da Lei nº 14.735/2023, dispõe que "a *estrutura de cargos e as respectivas atribuições relativas à atividade pericial oficial prevista no inciso IV do caput do art. 6º desta Lei e relacionadas às unidades técnico-científicas da polícia civil, observada a lei federal que estabelece normas gerais para as perícias oficiais de natureza criminal, serão definidas em lei específica, aplicadas as normas gerais desta Lei no que couber, **sem prejuízo do disposto nas legislações vigentes dos entes federativos que disponham sobre organização dos serviços de perícias oficiais.**"*

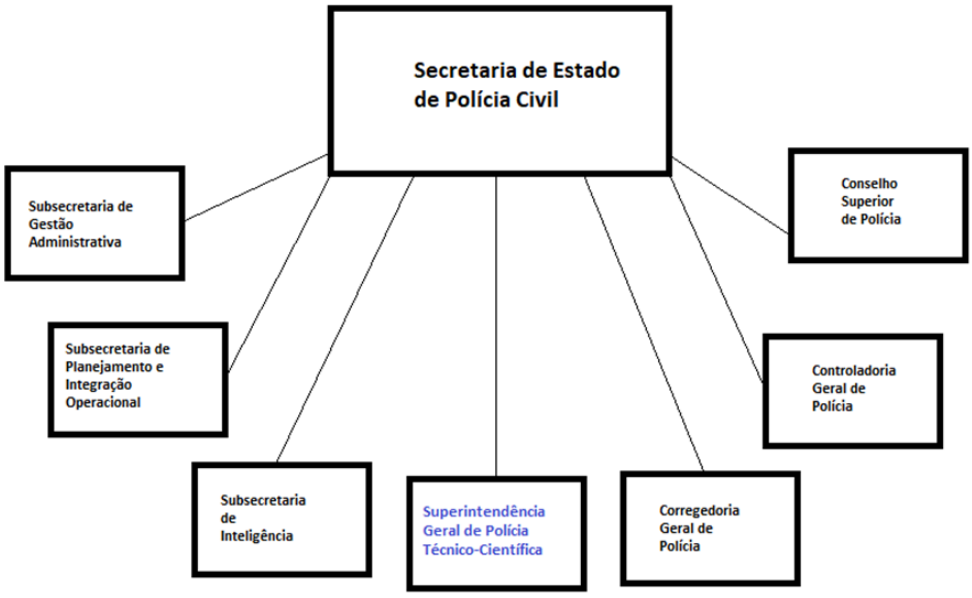
101. Sem a polícia técnica, a polícia civil não pode cumprir as duas missões que a Constituição lhe atribuiu: polícia judiciária e a condução da investigação criminal. A questão, portanto, está não na estrutura organizativa (que está chancelada em vasto aparato legal), mas sim na independência funcional das atividades técnico-científicas.

102. Nessa esteira, pretende-se explicitar que a estrutura organizacional da Administração Fluminense já era absolutamente compatível com as leis que regulam os serviços policiais, devendo o presente caso considerar a autonomia conferida aos Estados pelos artigos 18 e 25 da Lei Maior.

103. Nesse sentido, na esteira do Art. 144, §7° da CF, instituiu-se, por meio da Lei n. 13.675/2018, o **Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)**, com o fim de promover a atuação "conjunta, coordenada, sistêmica e integrada" dos órgãos de segurança pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que é regulamentado por meio do Decreto nº 9.489/2018, que estabelece a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), e do Decreto nº 10.822/2021, que delimita o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030 (PNSP).

104. A respeito do funcionamento do SUSP, nos §§ 4°, 1° e 2° do art. 9° da Lei do SUSP, definiu-se que, embora se reconheça que institutos oficiais de criminalística, medicina legal e identificação sejam integrantes do SUSP no nível <u>*operacional*</u>, *"**os sistemas estaduais**, distrital e municipais **serão responsáveis pela implementação dos respectivos programas**, ações e projetos de segurança pública, **com liberdade de organização e funcionamento**, respeitado o disposto nesta Lei*", tendo sido atribuído aos entes estaduais o status de integrantes <u>*estratégicos*</u> do sistema, **incumbindo a eles a atribuição de organização sobre essa matéria.**

105. Observando a legislação estadual, a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (LC Estadual 204/2022) aloca seus órgãos de perícia técnico-científica em **Superintendência autônoma** e integrante da Direção Superior da Secretaria de Estado de Polícia Civil, de modo que **goza das prerrogativas de Subsecretaria de Estado**, situada no mesmo nível hierárquico que as demais pastas da Direção Superior, quais sejam: Gestão Administrativa-SSGA; Integração e Planejamento Operacional-SSPIO; e Inteligência-SSINTE.



106. Ao Superintendente-geral compete assistir o Secretário de Estado de Polícia Civil em suas representações social e funcional, assessorá-lo nos assuntos pertinentes à gestão das atividades de polícia técnico-científica, bem como desempenhar outras atividades que lhe forem designadas, valendo ressaltar que, **<u>na forma Art. 21 da LC 204/2022, essa unidade deve ser dirigida preferencialmente por Perito (Legista, Criminal ou Papiloscopista).</u>**

107. Na estrutura da pasta (SGPTC), **no nível tático**, temos o Departamento Geral de Polícia Técnico-Científica-**DGPTC**, ao qual estão diretamente subordinados os quatro grandes Institutos de Perícia (ICCE, IMLAP, IPPGF e IIFP), as cinco Coordenadorias e os dezenove Postos regionais de Polícia Técnico-científica.

108. O **DGPTC** é **dirigido por Perito Criminal ou Legista de 1ª Classe**, a quem compete planejar, coordenar e controlar toda a **operação policial técnico-científica** e as atividades administrativas das unidades subordinadas, incluindo a lotação/remoção de agentes, garantida absoluta segregação hierárquica nas atividades de execução, aptas a superar qualquer questão relacionada a suspeição na sua atuação.

109. De mais a mais, sempre que apreendida qualquer evidência para a qual se deseje laudo pericial, jamais sabe a Unidade de Polícia demandante quem será o perito a produzi-lo, uma vez que as demandas são distribuídas internamente nos institutos, não sendo os critérios de distribuição do conhecimento dos demandantes.

110. Além disso, em regra, todos os demais peritos ficam lotados nos Institutos de Perícia: Instituto Médico Legal Afrânio Peixoto (IMLAP), Instituto de Criminalística Carlos Éboli (ICCE), Instituto de Identificação Félix Pacheco (IIFP), Laboratório de Genética Forense ou Postos Regionais de Polícia Técnico Científica (PRPTCs).

111. Ainda que se supusesse que um ato pericial pudesse ser suspeito e contaminado dentro da estrutura da Polícia Civil, **no Estado do Rio de Janeiro**, **o desenho institucional atualmente vigente prevê**, como salientado na Audiência realizada 07 de maio de 2024 (e-doc. 956), **que o eixo de Segurança Pública será tratado a partir de três Secretarias, exercendo o Governador poder sobretudo por meio da Secretaria de Segurança Pública**, a partir do Decreto estadual n. 49.001 de 11 de março de 2024.

112. Conforme o art. 1º, caput e parágrafo único, da Lei Estadual nº 10.245/2023, a **Secretaria de Estado de Segurança Pública** é responsável pelo planejamento, controle e coordenação das políticas públicas que visem à prevenção e ao combate à criminalidade e pela adoção de estratégias interdependentes, envolvendo a atuação das forças policiais e o

sistema de justiça criminal, de modo que, por conseguinte, desempenha o papel da coordenação das Secretaria de Estado de Polícia Militar e da Secretaria de Estado de Polícia Civil.

113. Na forma do art. 8° do Decreto Estadual n. 49.001/2024, se estabeleceu que **as nomeações para o exercício em sede das Secretarias de Estado de Polícia Civil e Militar de cargos de Subsecretário,** Diretor de Departamento de Polícia de Área ou Especializada, Comandante de Comando de Policiamento de Área ou Especializado e Corregedor, **ou aqueles cargos que os substituam, serão submetidas à análise prévia do Secretário de Estado de Segurança Pública, que opinando desfavorável, deverá submeter a deliberação do Governador do Estado do Rio de Janeiro.**

114. Além disso, consoante os arts. 6° e 7° do decreto citado, no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública, **foram criadas a Corregedoria Geral Unificada da Secretaria de Estado de Segurança Pública (CGU/SESP), as Superintendências de Supervisão da Polícia Civil e Militar e de Apoio Administrativo e Operacional, que concentraram atribuições administrativas e correicionais nos seguintes termos:**

> *Art. 7º A Corregedoria Geral Unificada da Secretaria de Estado de Segurança Pública (CGU/SESP) terá a seguinte estrutura e atribuições.*
> *I - assessorar o Secretário de Estado de Segurança Pública e demais Subsecretários, nos assuntos pertinentes às questões correcionais e infrações administrativas disciplinares cometidas por servidores policiais civis e policiais militares;*
> *II - recomendar junto aos órgãos correcionais das Secretarias de Estado de Polícia Civil e de Polícia Militar que promovam diligências investigativas as quais, nos termos da legislação, se destinem a apurar a existência de ilícitos penais, infrações administrativas disciplinares ou atos de improbidade administrativa cometidos por servidores policiais civis ou policiais militares, para os fins de determinar os seus agentes e a sua responsabilidade, descobrir e recolher os elementos de informação;*
> *III - conhecer das representações e denúncias formuladas contra policiais civis ou policiais militares, por infringência às leis, regulamentos ou estatutos éticos profissionais, e encaminhá-las às autoridades competentes, com a recomendação de instauração de sindicância investigativa, punitiva, processo administrativo disciplinar ou outra medida legalmente cabível;*

IV - propor a aplicação de penalidades em âmbito de procedimento ou processo administrativo disciplinar relacionados à apuração de faltas de natureza funcional cometidas por servidores policiais civis ou policiais militares;

V - garantir o sigilo e anonimato dos denunciantes que formulem junto à Corregedoria Geral Unificada da Secretaria de Estado de Segurança Pública representações e denúncias contra policiais civis ou policiais militares;

VI - exercer a fiscalização sobre procedimentos ou processos administrativos de natureza disciplinar, investigativa ou punitiva, em trâmite nos órgãos correcionais das Secretarias de Estado de Polícia Civil e de Polícia Militar, bem como requisitar vistas, informações e propor diligências instrutórias, resguardados o sigilo e a confidencialidade dos dados e elementos informativos.

VII - Superintendência Executiva de Apoio Administrativo e Operacional:

a) assessorar o Corregedor-Geral nos assuntos de natureza especial e estratégica, que demandem a participação e coordenação direta do órgão;

b) atuar em outras atribuições e atividades em que, face as peculiaridades da demanda ou relevância institucional, seja necessária sua atuação, por designação do Corregedor-Geral.

VIII - Superintendência de Supervisão da Polícia Militar:

a) exercer a fiscalização sobre procedimentos ou processos administrativos de natureza disciplinar, investigativa ou punitiva, em trâmite nos órgãos correcionais da Secretaria de Estado de Polícia Militar, bem como requisitar vistas, informações e propor diligências instrutórias, resguardados o sigilo e a confidencialidade dos dados e elementos informativos;

b) coordenar e promover atividades de correições de forma integrada com a Secretaria de Estado de Polícia Militar, racionalizando os assuntos disciplinares relativos aos integrantes da instituição e outras atividades que lhe forem delegadas pelo Corregedor Geral;

c) articular com os órgãos correcionais da Secretaria de Estado de Polícia Militar para o intercâmbio de informações, ações cooperativas e integradas.

IX - Superintendência de Supervisão da Polícia Civil:

a) exercer a fiscalização sobre procedimentos ou processos administrativos de natureza disciplinar, investigativa ou punitiva, em trâmite nos órgãos correcionais da Secretaria de Estado de Polícia Civil, bem como requisitar vistas, informações e propor diligências instrutórias, resguardados o sigilo e a confidencialidade dos dados e elementos informativos;

b) coordenar e promover atividades de correições de forma integrada com a Secretaria de Estado de Polícia Civil, racionalizando os assuntos disciplinares relativos aos integrantes da instituição e outras atividades que lhe forem delegadas pelo Corregedor Geral;

c) articular com os órgãos correcionais da Secretaria de Estado de Polícia Civil para o intercâmbio de informações, ações cooperativas e integradas.

115. Cumpre destacar que, consoante o art. 6° do referido decreto **a CGU/SESP será dirigida por um Corregedor Geral** ocupante de cargo de provimento em comissão, **a ser nomeado pelo Governador do Estado**, dentre pessoas de notável saber jurídico, conduta ilibada e comprovada experiência profissional – não estando necessariamente vinculado a Polícia Civil ou Militar.

116. Depreende-se, portanto, que há subordinação de SEPM e SEPOL à SESP no tocante ao planejamento das suas atividades (art. 2°, I, Decreto nº 49.001 de 11 de março de 2024) e que a SEPM e a SEPOL estão sujeitas a considerável grau de supervisão da SESP, embora integrem a Administração direta e desfrutem de algum grau de independência administrativa e financeira.

117. Assim, existem diversas esferas de controle que se sobrepõe e contribuem para que se garanta a independência funcional no exercício da atividade técnico-pericial.

118. Por fim, sobre o planejamento e as estratégias da execução orçamentária, vale destacar que o lançamento das demandas específicas de contratação da SGPTC/SEPOL no Plano de Contratações Anual/SEPOL/2024, é realizada por peritos, que foram capacitados para atuarem como pontos-focais logísticos diretamente no novo sistema informatizado da SEPLAG/ERJ.

119. Para acelerar o crescimento, foi estruturado na SGPTC/SEPOL uma unidade de apoio logístico especializado, a qual compete, além da coordenação das atividades correlatas, garantir o suporte técnico e operacional necessário ao atendimento do planejamento formulado e ainda se encontra em andamento a construção do plano estratégico da Polícia Técnico-Científica 2025-2030.

120. Porém, deve se registar que o Estado do Rio de Janeiro encontra-se em **regime de recuperação fiscal**, restringida a contratação de pessoal. Ainda assim, foi excepcionalmente autorizada a realização um concurso público, no ano de 2021, visando a minimizar a defasagem de servidores policiais da PCERJ, que já propiciou as nomeações de 71 Peritos Legistas; 33 Peritos Criminais; 28 Técnicos Policiais de Necropsia e; 29 Auxiliares Policiais de Necrópsia nos meses de dezembro/2023 e janeiro/2024.

121. Não obstante, em março/2024, foram convocados todos os candidatos aprovados dos cargos de Auxiliar e Técnico Policial de Necrópsia para realização dos respectivos Cursos de Formação Profissional (2ª convocação) com expectativa de nomeação para este segundo semestre de 2024.

DEMONSTRATIVO DE CARGOS – SGPTC - SEPOL				
ATUALIZAÇÃO 04/12/2023				
CATEGORIA FUNCIONAL	FIXADO EM LEI	OCUPADO EM 04/12/2023	VACANTES APÓS RRF	PREVISÃO INICIAL DE POSSE EM 2024
PERITO LEGISTA	500	159	121	80
PERITO CRIMINAL	535	381	60	34
PAPILOSCOPISTA P.	700	410	94	0
TÉCNICO POL. NECRÓPSIA	260	105	36	100
AUXILIAR POL. NECRÓPSIA	230	90	24	100
TOTAIS	2225	1145	335	314
	*fonte DGGP: intrapol			

123. O "*flagrante sucateamento*" indicado pelo GT/CNJ ADPF 635, a partir da constatação do déficit de efetivo, não foi uma condição que atingiu exclusivamente os agentes do grupo técnico-científico, e sim um mal que assolou todos os quadros do Estado do Rio de Janeiro ao longo de mais de uma década, sendo certo que a decretação do **regime de recuperação fiscal** (RRF – Set/17) impôs dificuldades adicionais à recomposição dos quadros da Polícia Civil e de todo o serviço público estadual.

DEMONSTRATIVO DE CARGOS DA SEPOL						
	set/17			nov.2023		
	Cargos Fixados	Cargos Ocupados	Cargos vagos	Cargos Fixados	Cargos Ocupados	Cargos vagos
Grupo 1 (Autoridade Policial)	871	588	283	871	478	393
Grupo 2 (Agente de polícia de Apoio Técnico Científico)	2235	1237	998	2235	1105	1130
Grupo 3 (Agente de Polícia Estadual de Investigação e Prevenção Criminais)	20020	7882	12138	20020	6204	13816
	*fonte DGGP: intrapol					

124. A dramática situação do orçamento estadual, **que é inclusive objeto das ACO 3678 e foi tratada na ACO 3457**, ambas ajuizadas no âmbito desta Corte Suprema e que são de conhecimento dos órgãos externos de controle, teve impacto direto no alegado sucateamento sistemático dos órgãos afetos à Segurança Pública.

125. Assim, frisa-se que eventual aprimoramento dos serviços periciais, de todo desejável, encontra limites, ainda que temporários, nas combalidas finanças fluminenses - tema será objeto de arrazoado alhures, em que a discussão poderá ser aprofundada.

126. Em suma, o serviço pericial no Estado do Rio de Janeiro está estruturado de maneira absolutamente compatível com as leis, federal e estadual, que regulam os serviços policiais. Ademais, a despeito de a desvinculação do setor de perícias da polícia civil ser em tese constitucionalmente possível – mas não mandatório, porque **ainda não aprovada a PEC n. 76/2019**, que trata do tema – **modificação em tal sentido demanda lei de iniciativa da chefia do Poder Executivo**, não cabendo ao Poder Judiciário, nem mesmo pelo seu órgão de cúpula, impor tal alteração sob pena de **violação ao princípio da Separação de Poderes**, e que eventual aprimoramento dos serviços periciais, de todo desejável, encontra limites, ainda que temporários, no orçamento e nas combalidas finanças fluminenses.

EXCEPCIONALIDADE DAS OPERAÇÕES POLICIAIS

127. Desde logo registre-se que não constou da petição inicial da presente ADPF qualquer pedido de restrição de operações policiais de maneira abrangente, mas apenas em relação a áreas em que instaladas unidades escolares. A pretensão ampliativa surgiu posteriormente (e-doc. 124), quando e por conta da pandemia da COVID-19, em razão do adensamento populacional resultante da quarentena, e, com tais limites, foi acolhida por esta Corte Suprema.

128. Posteriormente, quando ainda vigia a pandemia da COVID-19 – cujo Estado de Emergência em Saúde Pública seria finalizado em 22 de maio de 2022 – o partido arguente requereu definisse a Corte o que seria a excepcionalidade justificadora das operações policiais, propondo que fosse conceituada como "*circunstâncias em que a vida dos moradores de áreas sensíveis esteja em situação de perigo imediato e concreto*" (e-doc. 332).

129. Por ocasião do julgamento dos embargos de declaração na Medida Cautelar nesta ADPF, em 03 de fevereiro de 2022, esta Suprema Corte proferiu a seguinte decisão em relação ao tema aqui discutido:

> *"2 – por maioria e nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro André Mendonça, determinar que até que o plano mais abrangente seja elaborado, atendido o domínio normativo da administração e consideradas as peculiaridades locais, bem como assegurado às forças de segurança examinarem diante das situações concretas a proporcionalidade e a excepcionalidade do uso da força, que o emprego e a fiscalização da legalidade do uso da força sejam feitos à luz dos Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, com todos os desdobramentos daí derivados, em especial, em relação à excepcionalidade da realização de operações policiais, a serem avaliadas, quando do emprego concreto, pelas próprias forças, cabendo aos órgãos de controle e ao Judiciário, avaliar as justificativas apresentadas quando necessário. Assim, no que tange à aplicação dos Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, tal como aqui consta (itens "2" e "4"), cabe às forças de segurança examinarem diante das situações concretas a proporcionalidade e a excepcionalidade do uso da força, servindo os princípios como guias para o exame das justificativas apresentadas a fortiori.*

130. A lógica por detrás da argumentação do partido-arguente é a de que sem operações policiais nas comunidades, seriam reduzidos os números de MIAE. Tal raciocínio, que contempla um mero senso comum de que sem polícia não há morte por ocorrência policial, parte do pressuposto não verdadeiro de que (i) sem operações policiais, há paz nas comunidades; e (ii) não seria possível a realização de operações policiais com baixo (ou mesmo nenhum) registro de letalidade por MIAE.

131. Todos sabem, mesmo quem não vive no Rio de Janeiro, que a realidade das comunidades é a de que elas são **territórios controlados por grupos criminosos**, seja de traficantes ou de milicianos. Além do exercício de poder sobre os habitantes de tais comunidades – com frequentes abusos e prática de delitos de toda ordem – existe uma disputa incessante por território, que leva ao confronto entre facções distintas, e, inexoravelmente, a mortes. Ou seja, mesmo sem a intervenção das polícias, não há paz ou garantia de observância dos direitos fundamentais dos moradores de tais localidades, que têm que se curvar à "autoridade" do dono do morro.

132. O relato trazido a conhecimento desta Corte Suprema pelo Grupo de Trabalho instituído pelo CNJ (e-doc. 915), lastreado em informações dos órgãos de segurança pública estaduais, é revelador desta realidade brutal:

> *"Existem diversas organizações criminosas que operam com violência extrema no Estado do Rio de Janeiro, merecendo destaque organizações conhecidas como facções do tráfico de drogas, que originalmente obtinham os seus lucros da venda ilícita de entorpecentes, e grupos de milicianos, que principiaram suas atividades realizando extorsões em troca de uma suposta segurança territorial.*
>
> *Observa-se que, atualmente, todos esses grupos criminosos atuam de maneira semelhante, sejam facções de tráfico de drogas ou milicianos, vendendo drogas, realizando extorsões, e buscando todo o tipo de lucro ilícito decorrente da prática de crimes violentos e do domínio territorial.*
>
> *Dentre as facções do tráfico de drogas, temos no Rio de Janeiro o "Comando Vermelho" (CV), o "Terceiro Comando Puro" (TCP), o "Amigos dos Amigos" (ADA), além de atuações pontuais do "Primeiro Comando da Capital" (PCC)*

principalmente dedicadas ao tráfico internacional de drogas. Em relação às milícias, existem inúmeros grupos no Estado do Rio de Janeiro, sendo o "Bonde do Zinho" um dos mais poderosos e com atuação majoritária na Zona Oeste, em Campo Grande e Santa Cruz.

Além dos grupos tradicionais, como o Comando Vermelho, Terceiro Comando Puro, Amigos dos Amigos e as milícias, um novo fenômeno tem emergido no cenário criminoso do Rio de Janeiro: as chamadas "narcomilícias". Esses grupos surgem da aliança entre antigos rivais, que agora se tornaram aliados, com o objetivo principal de conquistar territórios.

Essas alianças entre milicianos e traficantes têm levado à implementação de narcomilícias em diferentes regiões da cidade. O resultado é uma linha tênue entre os dois grupos criminosos: tanto milicianos quanto traficantes passaram a cobrar taxas, controlar serviços, lucrar com a venda de drogas e criar um ambiente de terror nas comunidades que controlam. Essa situação tem frequentemente resultado em tiroteios, deixando as comunidades acuadas e aumentando o clima de violência e insegurança.
(...)
Já estando os territórios economicamente desejados pelas facções criminosas ocupados, o que atualmente se observa no Rio de Janeiro é um efeito "rouba-monte", dependendo a expansão de um grupo criminoso da tomada de territórios de outros grupos.

Ante o exposto, todos os grupos criminosos relacionados no item anterior, milícias e tráfico, frequentemente entram em conflito por controles territoriais e também estabelecem alianças para enfrentar seus rivais. Tais alianças envolvem atualmente inclusive milicianos e traficantes. Após a implementação da ADPF 635, que impôs restrições à atuação policial, houve um aumento significativo nos confrontos territoriais. Ficou evidente que o Comando Vermelho, a maior organização criminosa do Rio de Janeiro, está expandindo suas operações e buscando maximizar seus domínios territoriais. Eles têm empreendido guerras por disputas territoriais em toda a Zona Oeste, buscando assumir o controle total de áreas como Gardênia Azul, Rio das Pedras, Muzema, Tijuquinha, Morro do Banco, César Maia e Terreirão, o que provocou uma desordem em toda a região da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Itanhangá, Jacarepaguá e Vargens, aumentando significativamente a sensação de insegurança da população.
(...)

A movimentação de criminosos pelo país e até para o exterior sempre foi uma prática logística do crime. Antes da ADPF 635, já havia criminosos do Rio de Janeiro atuando em outros estados, e vice-versa. No entanto, após a implementação dessa medida, observamos uma significativa migração das lideranças do tráfico de drogas de diversas regiões do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste para o Rio de Janeiro. Esse fenômeno resultou em um aumento expressivo no número de líderes criminosos de outros estados sendo capturados aqui.

Levantamento realizado pela Polícia Civil indica que, até o presente momento, 99 (noventa e nove) criminosos oriundos de outros estados foram presos, ou faleceram em confronto com as forças de segurança, no estado do Rio de Janeiro desde o ano de 2021.

Essa situação é prejudicial tanto para o Rio de Janeiro, que enfrenta uma concentração crescente de criminosos, quanto para os estados de origem desses indivíduos. Aqui, eles se sentem impunes e confortáveis para emitir ordens cada vez mais violentas, como observamos nos ataques ocorridos no Amazonas, Pará, Ceará, Rio Grande do Norte e Espírito Santo.
(...)
As organizações criminosas têm empregado predominantemente três tipos de armamentos: fuzis de assalto, reconhecidos como algumas das melhores armas do mundo, metralhadoras, incluindo variantes antiaéreas, e pistolas equipadas com kits de rajada, que as transformam em submetralhadoras. Além disso, fazem uso de explosivos, tanto industrializados quanto improvisados de toda ordem, adotando táticas de guerrilha para alcançar seus objetivos.

Tornou-se vulgarizada e em larga escala a utilização de fuzis de assalto, metralhadoras, granadas de mão, todo o tipo de armamento pesado e farta munição por parte desses criminosos. Armas que somente são vistas em regiões do mundo que se encontram em guerra, no Rio de Janeiro estão nas mãos de criminosos, transformando um ambiente urbano densamente povoado em áreas conflagradas, colocando em altíssimo risco a população e as forças de segurança.

Todo esse arsenal e a cuidadosa preparação do território para guerra são utilizados por esses delinquentes principalmente contra grupos rivais, em verdadeiras batalhas por territórios, que aumentaram consideravelmente nos últimos anos, em razão de severas restrições impostas à Polícia, deixando a população em elevado risco em meio ao fogo cruzado.

(...)

Barricada é qualquer espécie de entrincheiramento (veículos, estacas, arame farpado) com o qual se interditam ruas, passagens, sobretudo por ocasião de motins populares ou até mesmo conflitos bélicos em ambiente de guerra. No entanto, em se tratando da realidade do Rio de Janeiro, as barricadas são usadas por criminosos para delimitarem o espaço geográfico de atividade de uma determinada facção criminosa.

Com o intuito de manter as atividades ilícitas praticadas nas comunidades sob sua influência, os criminosos nelas atuantes, visando dificultar a incursão da polícia e de facções rivais, instalaram inúmeras barricadas e seteiras (muros onde os marginais se abrigam e ao mesmo tempo posicionam seus fuzis em pequenas aberturas). Note-se que diante da imobilidade gerada pelas barricadas, as forças policiais se tornam alvos fáceis dos criminosos, que conseguem concentrar seus tiros em um ponto imóvel específico.

Conforme reportagem veiculada pelo programa Fantástico, as facções criminosas têm investido pesadamente na engenharia de tais obstáculos, chegando o crime organizado até a haver criado um cargo específico "Gerente de Barricada", que seria o chefe de um segmento da facção criminosa incumbido de manter as barricadas em bom estado, reinstalá-las caso retiradas pelas forças policiais e, por fim, estudar a instalação em novas localidades, em uma clara evidência de expansão territorial do crime
(...)

Tonéis de concreto instalados nas ruas da comunidade Vila Aliança. Uma engenharia como essa, criada pelo "gerente de barricadas", impossibilita qualquer tipo de tráfego nesta localidade, como por exemplo eventual socorro prestado pelo SAMU, acesso do Corpo de Bombeiros em caso de tragédia natural, ou até mesmo o acesso a garagem por morador da localidade. É uma clara violação ao direito de ir e vir, promulgado pela Carta Magna de 1988.
(...)

A Segurança Pública há anos se depara com o denominado "Tribunal do Crime", no qual criminosos da cúpula de organizações criminosas agem como polícia, promotor e juiz, em verdadeiros tribunais de exceção, atuando sobre fatos oriundos das atividades ilícitas da própria organização criminosa ou externos a ela, quando moradores participam às organizações criminosas suas lides particulares.

Atualmente, em todas as áreas dominadas pelo tráfico de drogas ou pelas milícias, ocorre o vulgarmente conhecido "TRIBUNAL DO CRIME", pois nada é praticado nesses locais sem a anuência dos líderes das organizações.

Em inúmeras diligências policiais foi possível apurar e entender o modus operandi dos tribunais do crime, principalmente, em algumas apurações de denúncias anônimas, tanto à Polícia Civil como à Policia Militar, que conseguiram êxito em retirar pessoas das mãos desses narcotraficantes, muitas torturadas, outras já amarradas ou em pneus prestes a serem mortas queimadas, e demais quadros similares. Por vezes as vítimas, quando resgatadas, evitam denunciar seus algozes com medo de mais retaliações a si ou a seus familiares, que ainda permanecem naquelas comunidades, contudo informalmente é comum dizerem o porquê daqueles atos e como se deu o tribunal do crime.
(...)

Importante consignar que companheiras, esposas e afins de criminosos, mesmo quando presos, havendo suspeita de envolvimento amoroso com terceira pessoa, ou quando tentam se separar, ficam à sorte de toda a ação pela organização criminosa com anuência dos líderes, como ilustra o caso de esquartejamento de namorada por não aceitação do término (https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/02/09/operacao-kelsons.ghtml), Inquérito Policial 901-00184/2021. Nessa ocorrência o líder da comunidade, após tal ação, com aval da cúpula, foi homiziado em outra comunidade da mesma organização criminosa. Sujeitam-se as companheiras dos criminosos também a diversas outras ações, como espancamentos, humilhações em público ou expulsão de sua casa na comunidade, sempre com aval da cúpula, ou tribunal do crime".

134. Não bastasse, a atividade destes grupos criminosos coopta crianças e adolescentes, roubando-lhes a infância e adolescência, a pureza, e ao fim, a liberdade e a vida. Como bem narrado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro quando de sua manifestação datada de 01 de dezembro de 2020 (e-doc. 274), "*o crime organizado utiliza pessoas, ainda em desenvolvimento físico e mental, como braços armados importantes no processo de dominação territorial, o que é facilitado diante da ausência do Poder Público nessas localidades*".

135. Tal cenário não é de todo desconhecido deste Supremo Tribunal Federal, valendo relembrar aqui as palavras do **Ministro Luiz Fux**, quando do julgamento dos embargos declaratórios opostos ao acórdão que julgara a Medida Cautelar nesta ação de descumprimento de preceito fundamental:

> *"Eu então apenas destaco que são conhecidos os horrores praticados pelos membros de organizações criminosas fortemente armadas e estabelecidas em regiões depauperadas do nosso país, especialmente no Estado e na Cidade do Rio de Janeiro. Faço aqui uma digressão de todas as estratégias já utilizadas, desde a época do Governo Brizola, e evidentemente quero aqui manifestar que não acredito que ele tenha feito nenhum acordo com líder de tráfico de drogas, mas todas as políticas tentadas levaram efetivamente ao insucesso, até que chegamos a esse estado de coisas inconstitucional.*
>
> *Então, a verdade é que, embora absolutamente minoritários dentro das comunidades - isso é muito importante que se diga, e isso eu tive a oportunidade de explicar recentemente à Secretária de Direitos Humanos, braço direito de Michelle Bachelet na ONU -,* ***a polícia também defende a comunidade quando há um confronto entre esses grupos de traficantes; e ela intervém exatamente para defender a comunidade inocente****. E, aí, também há uma defesa de direitos humanos daqueles que moram nessas das comunidades, os membros das organizações criminosas impõem o poder paralelo, como aqui foi mencionado, que viola gravemente os direitos dos moradores e que não pode ser tolerado pelo Estado.*
>
> *(...)*
>
> *Em segundo lugar, fazendo essa ponderação, é legítimo empreender ações voltadas a conter a expansão dessas organizações criminosas, que prejudicam os moradores dessas comunidades, que não têm condição de morar em outros bairros. Isso já é um outro problema para o qual a política pública também deve se voltar.*
>
> *E, entendendo essas ações, por vezes, legítimas, nós temos evidentemente que estabelecer critérios que protejam, acima de tudo, os direitos humanos, que não podem ceder diante de qualquer suposto interesse público.*
>
> *(...)*
>
> *Ao mesmo tempo - e aí que se revelou a complexidade da matéria -, esse absenteísmo estatal na preservação e na prestação do serviço de segurança pública também produz efeitos deletérios na qualidade de vida nas comunidades, permitindo o fortalecimento e enraizamento de organizações criminosas responsáveis por cooptar crianças e adolescentes desamparados e os levar para a prática dos crimes.*

O que ocorre? Oferecem-se vantagens aos jovens que não têm muita opção de emprego, e vantagens que são tentadoras para que eles passem a participar e integrar esses grupos criminosos.

De sorte que nós também temos que levar em consideração essa realidade. ***E não podemos, em casos concretos, impedir que o Estado possa adotar as abordagens consideradas necessárias, dependendo do caso concreto****. E, nisso, estou, na verdade, ingressando no consenso que já se formou aqui no nosso corpo de julgamentos."*

136. Afastada a primeira premissa em que se baseia a argumentação do partido arguente, de que operações policiais são um mecanismo de comprometimento de uma certa tranquilidade nas comunidades – porque ninguém ousaria mesmo desobedecer às determinações do dono do morro – também **é absolutamente falsa a segunda premissa**, de que haveria uma proporcionalidade direta entre o número de operações policiais e o número de MIAE. Aliás, o ponto central de argumentação dos autores é de que a alta letalidade da polícia fluminense teria como causa direta e imediata as operações policiais realizadas em comunidades carentes. Trata-se de mero libelo falacioso, que não resiste minimamente à realidade e aos números.

137. Nada impede – e as estatísticas o demonstram – que haja intervenção das forças de segurança mediante operações policiais planejadas sem que haja um incremento exponencial de mortes.

138. O documento anexado à presente manifestação demonstra, a partir de dados oficiais disponibilizados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, ser possível constatar que a relação de número de vítimas por operação apresenta uma redução significativa a partir de 2020, saindo de 1,75 mortes por operação, para 0,57 em 2023 e 0,67 até junho de em 2024, ou seja, redução de cerca 62%. Em contrapartida, no mesmo período o número de operações aumentou 87%, saindo de 286 para 535, ao ponto de, em 2023 e 2024, o número de operações superar o número de vítimas, aspecto que indica **não haver relação concreta que permita indicar que o número de operações resulta, NECESSARIAMENTE, em aumento de vítimas fatais**.

138A. De fato, o que o estudo demonstra é a absoluta ausência de correlação necessária entre o número de operações policiais em comunidades e o aumento de mortes por intervenção policial. Basta observar os gráficos abaixo, gerados a partir do número de operações policiais realizadas desde 2020 (quando tais informações passaram a ser obrigatoriamente fornecidas ao Ministério Público) e as mortes daí decorrentes para se verificar a ausência de correlação:

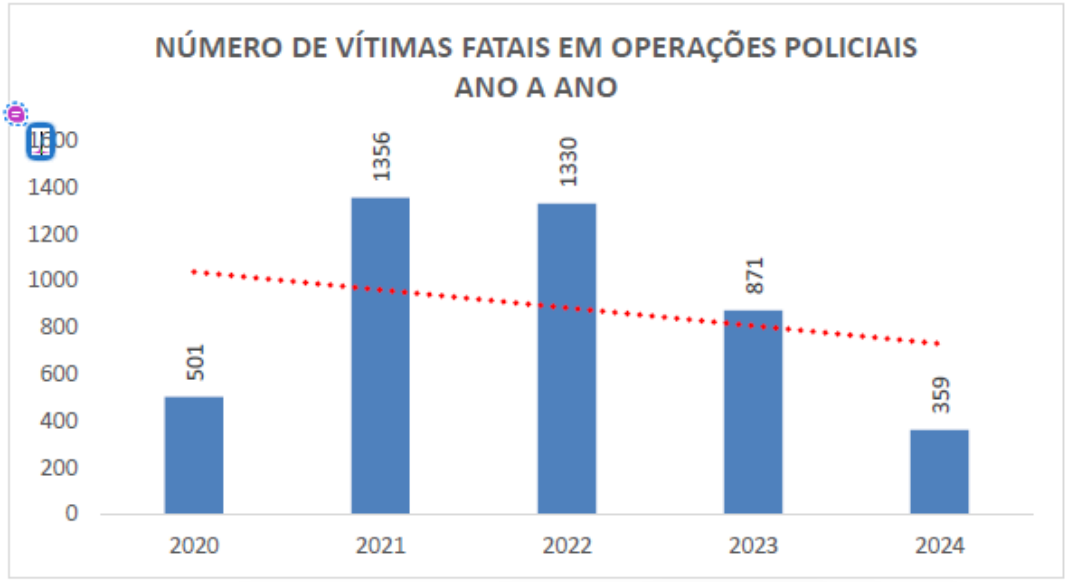
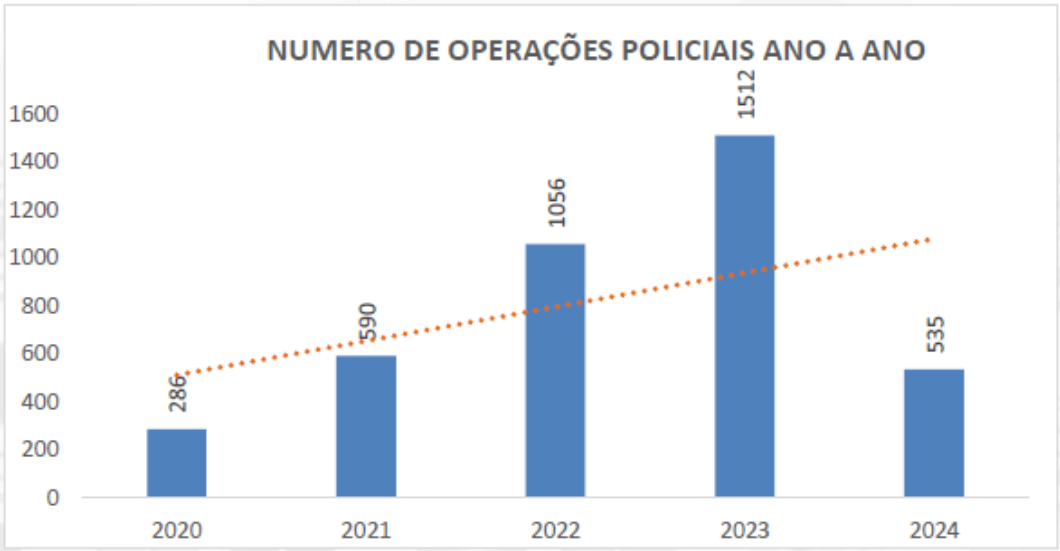


Gráfico 10 - Número de Operações Policiais por ano



139. Os gráficos demonstram que no mesmo período em que houve substancial incremento do número de operações policiais, houve o decréscimo de MIAE. É óbvio que, sem intervenção policial, não haveria mortes por intervenção de agente policial. Por isso que os números trazidos pelo partido arguente são de pouca serventia. Como bem anotado pelo **Ministro Nunes Marques**, também por ocasião do julgamento dos embargos de declaração na Medida Cautelar neste feito, "*se as operações não estão sendo realizadas, a tendência é que as apreensões caiam*".

140. Tal queda nos indicadores de MIAE da polícia fluminense, mesmo ante o incremento das operações policiais em comunidades, evidencia que **não é a inação, mas sim a ação planejada, e cercada de todas as cautelas** – inclusive, em boa medida, aquelas que foram adotadas neste feito como cautelares – que propiciará que o Estado continue a prestar seus serviços de segurança pública a todos os cidadãos – estejam em comunidades ou em bairros tradicionais – sempre que houver cometimento ou suspeita de cometimento de ilícito penal, ou sempre que necessário ao cumprimento de ordens judiciais, sem agravar a situação dos moradores de tais localidades.

141. Por tal razão é que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em sua manifestação de 13 de junho de 2024 (e-doc. 1022), sugere "*superar-se a imprecisão de tal critério* [da excepcionalidade das operações policiais em comunidades], *elegendo-se parâmetros objetivos de controle previsíveis que permitam, ao mesmo tempo, fomentar o necessário planejamento da atuação policial, com delimitação de obrigações e responsabilidades, inclusive para fins de posterior responsabilização, com o caráter dinâmico e imprevisível dos desafios à segurança pública em um Estado fortemente impactado pela atuação de grupos criminosos organizados e fortemente armados*".

142. Com efeito, basta seguir a regra da excepcionalidade no uso da força letal, nos termos já estabelecidos por aquele acórdão último proferido neste feito, em seu item 4, segundo o qual, nos termos dos Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, só se justifica o uso da força letal por agentes de Estado quando, ressalvada a ineficácia da elevação gradativa do nível da força empregada para neutralizar a situação de risco ou de violência, (i) exauridos demais meios, inclusive os de armas não-letais, e for (ii) necessário para proteger a vida ou prevenir

um dano sério, (iii) decorrente de uma ameaça concreta e iminente, ressalvada a possibilidade, desde que posteriormente justificada, que o agente do Estado possa desde logo fazer uso de força potencialmente letal, quando se fizerem necessárias e proporcionais à ameaça vivenciada no caso concreto.

143. Perceba-se que, embora tenha constado daquele acórdão que o plano de redução da letalidade policial fosse elaborado, deveriam as forças de segurança examinarem diante das situações concretas a proporcionalidade e a excepcionalidade do uso da força, "*com todos os desdobramentos daí derivados, em especial, em relação à excepcionalidade da realização de operações policiais*", a leitura do voto do **Ministro Relator Edson Fachin** deixa claro que **a excepcionalidade tratada em seu voto diz respeito à excepcionalidade no uso da força e não da excepcionalidade das operações policiais**:

> *"A ideia de excepcionalidade decorre de um juízo de proporcionalidade que aparece de forma nítida nos Artigos 9 e 10 dos Princípios Básico sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei.*
> *(...)*
> *Esse conjunto de obrigações ajuda a detalhar os requisitos mínimos para a realização de uma operação policial: ela deve conter um número suficiente de agentes para minimizar as chances de se utilizar a força, deve ser acompanhada de equipe pericial e deve conter número suficiente de agentes para assegurar a realização da perícia nos moldes do Protocolo de Minnesota. O planejamento e a inteligência é, para tanto, indispensável, afinal, não é apenas em relação aos eventuais suspeitos que a ação deve ser pensada, mas também nos vizinhos e nas pessoas que estejam próximas aos fatos, especialmente, como ocorre agora, durante a pandemia do COVID-19, em que os moradores ficam em suas casas. A vida precisa ser preservada. Em um Estado Democrático de Direito, não há bala perdida.*
>
> *Os responsáveis pela operação devem, ainda, prestar contas, isto é, devem permitir uma investigação imparcial a cargo do Ministério Público. Por isso, a operação precisa ser com antecedência informada e justificada ao próprio Ministério Público, afinal é preciso que o Parquet acompanhe a suficiência dos argumentos levantados, porque a ele também compete investigar as falhas e as omissões no planejamento da operação. O Estado não é apenas responsável pelas as ações falhas, mas sobretudo pela falha no planejamento da ação.*

144. O partido arguente e seus *amici curiae*, já tendo sugerido em passagem anterior nestes autos que somente o risco à vida dos moradores autorizaria a realização de operações policiais em comunidades – o que, por óbvio, colocaria à margem da proteção pública pessoas sequestradas e levadas em cativeiro para tais localidades, crimes sexuais etc – alterou um pouco seu discurso em sua mais recente manifestação, para sugerir que excepcionalidade das operações policiais equivalha a "*situações de perigo imediato, concreto e intolerável à vida e a outros bens jurídicos de natureza existencial e não patrimonial*".

145. Ficam de fora, portanto, todos os crimes contra o patrimônio – como se os próprios moradores das comunidades não pudessem ter seus bens apreendidos ou seus domicílios invadidos e apossados pelos criminosos – crimes eleitorais, crimes contra a soberania nacional (como aquele previsto no artigo 395-K do Código Penal), crime de receptação (tornando tais localidades entrepostos de venda de produtos roubados), e vários outros previstos no Código Penal e em legislação extravagante, além de não poderem ser cumpridos os mandados judiciais.

146. A se insistir no preenchimento apriorístico, distante da realidade do caso concreto, do que seja excepcionalidade das operações policiais, o Estado do Rio de Janeiro insistirá na adoção daquele por ele sugerido, e reproduzido às fls. 72 do relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho instituído pelo CNJ (e-doc. 915).[6]

[6] I – o grave comprometimento à ordem pública provocado pelos conflitos armados entre organizações criminosas em busca do domínio e da hegemonia em territórios do Estado do Rio de Janeiro, bem como por conta do deslocamento de contingentes de criminosos armados para o "reforço" de comunidades sob o jugo das facções às quais "pertençam";
II – a atuação em legítima defesa e demais hipóteses excludentes de ilicitude, em casos de deliberados ataques armados a agentes estatais ou a órgãos públicos situados em áreas sensíveis ou em seu entorno;
III – o atendimento de prioridades policiais emergenciais, em casos de notícias de sequestro ou infração criminal correlata, ataques deliberados a comboios policiais nas proximidades de áreas sensíveis, ou casos congêneres;
IV – o cumprimento de medidas judiciais cautelares expedidas após o início da pandemia e, portanto, consubstanciadas em exame jurisdicional de excepcionalidade e necessidade do imediato cumprimento da ordem;
V – a atuação preventiva baseada em conhecimento de inteligência acerca da expansão do domínio territorial de áreas sensíveis através do fechamento de vias com a utilização de barricadas, casamatas, ou artifícios similares, que demandem ações de ocupação ou de remoção;
VI – cumprimento do disposto no artigo 6º do Código de Processo Penal, para não prejudicar investigações em andamento;
VII – verificação de informações de inteligência acerca de localização de foragidos da Justiça e de locais de guarda de armas, drogas, munições, artefatos explosivos e demais instrumentos de crime utilizados pelas organizações criminosas atuantes em comunidades do Estado do Rio de Janeiro.

147. Nada obstante, entende o ente público estadual, na mesma linha exposta pelo Ministério Público em sua manifestação (e-doc. 1022), que basta a aplicação do critério de excepcionalidade no uso da força, positivada em atos regulamentares, acrescida de obrigações prévias, contemporâneas e posteriores à utilização de armas de fogo, tais como o planejamento das operações, inclusive com avaliação de riscos e sua ponderação perante o benefício a ser buscado, o seu acompanhamento remoto, *pari passu*, e a prestação de contas ao final.

148. **A criação de restrição *a priori* de operações policiais, de resto, não resiste ao teste da proporcionalidade**. Com efeito, deixar de efetuar a prisão de criminosos e a apreensão de material bélico por eles utilizado, é negar à população de modo geral, e aos moradores das comunidades, os direitos mais básicos previstos no *caput* do artigo 5º da Constituição da República, que garante aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, cabendo ao Estado, também por determinação constitucional (cf. art. 144 da CRFB/88), o dever de prestar os serviços de segurança pública.

149. Deixar de dar cumprimento a tais normas, considerando que atos, de tal forma gravosos, e por isso ilícitos penais, afrontam direitos e valores essenciais do cidadão e da sociedade em que ele se insere, é fornecer **proteção insuficiente** a tais direitos e valores, e, portanto, violar o princípio da proporcionalidade, como este próprio STF já teve oportunidade de decidir:

> *"EMENTA: DIREITO PROCESSUAL PENAL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRARDINÁRIO COM AGRAVO. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. CONVERSÃO DO FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA, DE OFÍCIO. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DO TEMPUS REGIT ACTUM.*
> *1. O art. 310, II, do CPP, vigente à época dos fatos e ainda plenamente em vigor, impõe ao magistrado a conversão da prisão em flagrante em preventiva, se presentes os requisitos do art. 312 do CPP. Incidência do princípio do tempus regit actum (art. 2º do CPP). Precedentes.*
> *2. A prisão em flagrante pelo crime de porte ilegal de arma de fogo, por acusado multireincidente, pode ser convertida pelo magistrado, de ofício, desde que demonstrados os pressupostos do art. 312 do CPP.*

> *3. O* ***princípio da proporcionalidade como proibição de proteção deficiente impede que o Estado tutele de forma insuficiente os direitos fundamentais protegidos pelo direito penal*** *(art. 5º, XXXV, e art. 144 da CF/88).*
> *4. O Juiz tem o dever de atuar, inclusive pelo seu papel de guardião dos direitos da próxima vítima. Do contrário, uma distração do órgão acusatório ou da autoridade policial tornaria compulsório o relaxamento da custódia mesmo em face de casos extremamente graves. Nada do que seja absurdo pode ser razoável interpretação do direito.*
> *5. Agravo interno a que se nega provimento* (STF, 1ª Turma, ARE n. 1.320.606, rel. Min Roberto Barroso, DJ 20.09.2021)

150. Por outro ângulo, a vedação às operações policiais em comunidades, exceto quando em risco a vida dos moradores (e-doc. 332), ou ainda, quando houver situações de perigo imediato, concreto e intolerável à vida e a outros bens jurídicos de natureza existencial e não patrimonial (e-doc. 1081) **é medida que envereda pelo caminho da proibição do excesso**.

151. Se comprovadamente, com o intuito de proteger as vidas dos moradores das comunidades, foram adotadas diversas medidas – nestes autos denominadas medidas cautelares – e tais medidas serviram a reduzir significativamente o numero de MIAE, mesmo perante um cenário de aumento das operações policiais, como visto no item 138, supra, a restrição de operações policiais para que somente sejam permitidas em caso de risco à vida dos moradores, ou a bens jurídicos de natureza existencial, com exclusão, portanto, de todos os demais atentados a direitos fundamentais, penalmente protegidos, é evidente excesso, vedado pelo princípio da proporcionalidade.

152. Com razão Juarez Freitas, para quem "*o princípio da proporcionalidade determina que o Estado não deve agir com demasia, tampouco de modo insuficiente, na consecução dos seus objetivos. Desproporções - para mais ou para menos - caracterizam violações ao princípio e, portanto, antijuridicidade*".[7]

[7] FREITAS, Juarez. A responsabilidade extracontratual do Estado e o princípio da proporcionalidade: vedação de excesso e de omissão. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, p. 24, 2005.

153. Portanto, em relação a esse tema, entende o Estado do Rio de Janeiro que a excepcionalidade no uso da força letal – que, aqui também, é mera expressão da proporcionalidade – basta à proteção dos interesses que se pretende proteger por meio da presente ação de descumprimento de preceito fundamental. Nada obstante, por amor ao debate, acaso se pretenda manter qualquer tipo de restrição às operações policiais, como base na excepcionalidade de tais operações, que seja então adotado preenchido o conceito com base nos critérios constantes de fls. 72 do relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho instituído pelo CNJ (e-doc. 915), referidos no item 146 do presente arrazoado.

154. O que não se pode admitir é que existam áreas públicas, no território fluminense, em que o Poder Público não possa entrar. Impedir a entrada das policiais nas comunidades não significa redução de letalidade. Significa, apenas, que **os moradores de tais localidades se tornarão, para sempre, reféns das organizações criminosas que controlam aquele espaço territorial, e morrerão nas mãos daqueles criminosos, acaso se recusem a seguir suas determinações**. As disputas por territórios entre grupos criminosos rivais se intensificarão, e **os tão desejados serviços públicos de saúde, educação, moradia, asfaltamento de ruas, implantação de saneamento básico jamais chegarão a tais localidades, pois eles pressupõem um mínimo de normalidade em termos de segurança pública**. Excepcionalidade no uso da força, que nada mais é do que utilização proporcional da força às situações que se apresentam aos agentes de segurança, e que sempre é bem-vinda, não pode ser confundida com excepcionalidade no ingresso em "áreas sensíveis".

META DE REDUÇÃO DA LETALIDADE POLICIAL

155. Insiste o arguente na fixação de meta de redução de letalidade policial no percentual de 70% (setenta por cento) para o ano de 2024, para que se reduza ao número obtido em 2013, de 416 mortes, olvidando-se de alguns dados relevantes, como aquele fornecido pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em sua mais recente intervenção nestes autos, em que há o registro de que, em 2023, o Estado do Rio de Janeiro computou 871 mortes imputáveis à agentes estatais. Significa dizer que, em 2023, já foi atingido o percentual de 52% (cinquenta e dois) por cento de redução da letalidade policial, em relação ao ano utilizado como referência pelo autor (2013).

156. A comparação entre o primeiro quadrimestre de 2024 com o primeiro quadrimestre de 2013 aponta, segundo dados obtidos pelo MPERJ, para uma redução de 64% (sessenta e quatro por cento), **sem que tenha sido necessário fixar qualquer meta para o atingimento de tal redução**, tendo sido **suficiente para tanto o cumprimento de medidas de aperfeiçoamento da atividade policial**, inclusive em decorrência de decisões impostas no presente feito, ou pelo acatamento de sugestões não-vinculantes.

157. De toda sorte, o Estado do Rio de Janeiro, com base em estudo técnico realizado pelo seu Instituto de Segurança Pública – ISP, não se furtou a apresentar uma proposta de taxa de redução da letalidade policial, de 20,5% para o ano de 2024 com relação ao número de 2023 e um modelo a ser adotado para fixá-la nos anos subsequentes, consoante consta na **Resolução SESP n.º 16, de 06 de maio de 2024**.

158. A fixação dos índices de redução para os anos subsequentes dependerá da confirmação factual do modelo proposto, que se dará ao fim do presente exercício, de que as premissas científicas abordadas no estudo refletiram o resultado esperado.

159. A partir da previsão do resultado do MIAE estipulado pelo modelo para um determinado ano obtém-se, portanto, a meta estadual. Essa meta necessariamente será desmembrada até o nível de Circunscrição Integrada de Segurança Pública (CISP) considerando parâmetros como a série histórica e as peculiaridades de cada região, conforme metodologia já consagrada e utilizada pelo Sistema Integrado de Metas desde o ano de 2009. Tal sistematização permitirá não só individualizar as metas conforme as divisões de segurança pública, como também aferir localmente os resultados.

160. A crítica que o autor e os *amici curiae* dirigem a tal proposta de taxa e ao estudo que lhe serviu de base consiste no suposto atrelamento da referida meta ao quantitativo de roubos em um mesmo período, ignorando o que já havia sido informado pelo MPERJ em manifestação de 09 de junho de 2022 (anexo ao e-doc. 589), da qual consta que "*há operações policiais ordinárias, decorrentes de fenômenos criminais variados e imprevisíveis, as quais não se enquadram no conceito de 'operação policial', e que, embora individualmente consideradas não tenham junto à opinião pública a mesma repercussão dada às operações policiais que resultam em elevado número de mortes, podem impactar significativamente nos respectivos indicadores*" e que "*o número mais expressivo de mortes ocorre em ações diversas de 'operações policiais' "* .

161. Tal informação corrobora o que consta do estudo técnico do ISP, no sentido de que "*menos da metade da letalidade policial está de alguma forma associada a 'operações policiais', em sentido amplo, de ações previamente planejadas em qualquer localidade*", sendo essa uma das razões pelas quais foram buscados outros fatores influenciadores de MIAE, como o número de roubos, estabelecendo-se, assim uma relação de causalidade preditiva – não causalidade direta – entre o volume de roubos (mero indicador de criminalidade) e a letalidade policial. Ou, em termos mais simples, uma maior criminalidade tende a resultar em um maior número encontros entre agentes da lei e criminosos que se utilizam se violência ou grave ameaça para prática de crimes.

162. A crítica tecida à metodologia adotado pelo Instituto de Segurança Pública – ISP perde sentido quando se rememora o que foi mencionado pelos órgãos de segurança pública estaduais já há alguns anos (e-doc. 207), no sentido de que "*a despeito da existência de quadrilhas especializadas na prática dos crimes em apreço, mais da metade desses delitos tem relação direta com a atividade desenvolvida por facções criminosas que atuam no comércio ilícito de drogas, com grande capacidade operativa e que* ***passaram a fomentar a prática de crimes contra o patrimônio*** *para aumentar o faturamento de suas atividades espúrias e o cometimento de homicídios em disputa por territórios dominados por rivais*".

163. Quanto à proposta de alteração do que se entenda por MIAE – mortes por intervenção de agente do Estado – para abranger todas as mortes decorrentes de operações policiais, **com ela não pode concordar o ente estadual**. Com efeito, há nos autos informação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro da existência de **prática, por parte dos criminosos, de alvejamento de moradores para dar causa à comoção social** (e-doc. 274).

164. A par disto, muitas vezes as forças policiais são chamadas a intervir em guerra de facções por controle de território, e **quando tais forças do Estado chegam à localidade conflagrada, já existem várias vítimas, pertencentes ou não às organizações criminosas**. Atribuir ao Estado do Rio de Janeiro todas essas mortes é algo profundamente injusto e que não capta a realidade da violência nas comunidades.

165. Não bastasse, a pretensão de modificação do MIAE, ou criação de um novo indicador, para contemplar mortes que não necessariamente tenham derivado da ação estatal, irá impactar o próprio atingimento da meta de redução da letalidade policial, e dificultará a comparação dos dados de violência em relação a outros Estados da Federação, certo que todos obedecem ao que estabelece a Portaria n. 229/2018 do Ministério da Justiça, que define MIAE como sendo a morte por intervenção de agente de segurança pública, do sistema prisional ou de outros órgãos públicos no exercício da função policial, em serviço ou em razão dele, desde que a ação tenha sido praticada sob quaisquer das hipóteses de exclusão de ilicitude.

PLANO DE REDUÇÃO DA LETALIDADE POLICIAL

166. O plano de redução da letalidade policial apresentado pelo Estado do Rio de Janeiro (e-doc. 616), veiculado por meio do Decreto n. 48.272/2022, apresenta diversas medidas aptas a contribuir para a persecução do objetivo de redução da letalidade policial.

167. Trata-se de plano estruturado no aprimoramento de 03 (três) eixos, a saber, recursos humanos, recursos materiais e procedimentos administrativos/operacionais. O aprimoramento dos recursos humanos envolve o treinamento e capacitação contínua dos policiais, inclusive com a ministração de **disciplinas relativas aos Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo (PBUFAF)** no currículo de formação, e disciplinas relativas aos Direitos Humanos, destacando inclusive o **combate ao racismo**, no currículo de formação. Também em relação ao eixo "recursos humanos", prevê-se ali a implementação de medidas de **acompanhamento psicológico do policial**, através do estabelecimento de programas de saúde laborativa, com atenção especial aos policiais que tenham se envolvido em confronto armado ou que, pela natureza de suas funções, possuam maior probabilidade de participação em ocorrências dessa natureza.

168. Prevê o plano em comento, em relação ao eixo "recursos materiais", entre outros, a aquisição de equipamentos de inteligência, e, em especial, a **aquisição das câmeras corporais e sistemas de gravação de áudio e vídeo para veículos**, a aquisição de coletes balísticos, armas não-letais e equipamentos de primeiros socorros médicos.

169. Por fim, em relação ao eixo “procedimentos administrativos e operacionais”, há no plano, entre outras disposições, (i) a determinação de **não utilização de bens públicos** de serviços essenciais, **especialmente das áreas de saúde e educação, como bases operacionais** de ações repressivas, (ii) de início de operações policiais planejadas, especialmente as de natureza repressiva em áreas sensíveis, em horários de menor movimentação da população local, observadas as características de cada local, **evitando-se, principalmente, os horários escolares (entrada e saída de alunos)**; (iii) aprimoramento das respectivas estruturas investigativas e correcionais, bem como das técnicas de acompanhamento e investigação das ocorrências policiais com uso de força e que tenham tido atuações violentas, em especial as que apresentem resultados letais; (iv) **comunicação prévia**, dentro de prazo que não prejudique a eficácia das operações, **aos órgãos das áreas de Educação e de Saúde**, de maneira que os Diretores e Chefes das Unidades, com o desencadeamento das operações, tenham tempo hábil de reduzir os riscos à integridade física das pessoas sob sua responsabilidade.

170. Percebe-se, assim, que o plano de redução da letalidade policial não é uma mera carta de intenções, como referido pelo partido arguente em suas manifestações acerca do mesmo. Trata-se de um plano, mas como ato normativo que é, não é nele que se identificará a implantação (a concretude) das medidas nele previstas.

171. O partido arguente e os *amici curiae* que o acompanham parecem confundir plano, projeto e programa, dado que conceitualmente o plano tem caráter mais abrangente, traçando estratégias e diretrizes, cabendo ao programa a setorização dos objetivos do plano e ao projeto o traçado prévio da atividade a ser desenvolvida, em consonância com o plano.

172. O Estado do Rio de Janeiro reconhece que, desde 2022 até a presente data, já houve algumas mudanças, não apenas na estrutura administrativa dos órgãos de segurança, - sobretudo com a criação da Secretaria de Segurança Pública – mas também em razão da implementação de diversas medidas cautelares objeto de decisões proferidas por esta Corte Suprema nesta ADPF.

173. Nada obstante, tais modificações não invalidam, mas aprimoram, e por isso **se incorporam e constituem o Plano de Redução da Letalidade Policial consolidado**, que corresponde, assim, à **soma** do que dispõe o Decreto n. 48.272/2022 com as diversas resoluções editadas pela Secretaria de Segurança Pública em observância à determinação deste STF, a, saber, (i) a Resolução Conjunta SESP/SEEDUC n. 02/2024, que versa sobre o protocolo de segurança e gestão integrada de prevenção a incidentes em unidades escolares, (ii) a Resolução SESP n. 10/2024, que trata da capacitação de profissionais de segurança pública em atendimento pré-hospitalar tático, (iii) a Resolução SESP n. 13/2024, que dispõe sobre a organização e diretrizes para a gestão de serviços de atendimento psicológico no âmbito das polícias, (iv) a Resolução SESP n. 15/2024, que versa sobre as diretrizes e organização da gestão dos sistemas de controle de armamentos, munições de demais materiais bélicos; (v) a Resolução SESP n. 16/2024, que estabelece meta para a redução da letalidade policial (e-doc. 958 a e-doc. 960); (vi) Resolução Conjunta SESP/SEPOL/SEPM n. 03/2024, que versa sobre critérios e procedimentos a serem adotados para a preservação do local do incidente, quando houver dano corporal decorrente de operações de segurança pública (e-doc. 1042), (vii) Resolução Conjunta SESP/SEPOL/SEPM n. 4, de 13 de agosto de 2024, que versa sobre a participação das vítimas, familiares e representantes legais nos inquéritos (em anexo), além do (viii) Protocolo de Comunicação a que se refere o item 65 da presente manifestação, bem como a (ix) Instrução Normativa SEPM n.º 070, de 14 de agosto de 2024 (ora acostada aos autos), e o (x) Termo de Convênio firmado com o Ministério Público (também em anexo), que aprimoram a comunicação entre as polícias civil e militar e o MP no que respeita a esta ADPF, tornando-a mais ágil e eficiente.

174. O próprio partido arguente reconhece que "*desde a apresentação da última versão consolidada do plano, diversos avanços foram obtidos*", e que parte das propostas concebidas pelo próprio partido ou seus *amici curiae* "*foi debatida e já está sendo implementada de forma isolada pelo Estado do Rio de Janeiro, ainda que parcial ou insuficientemente*", acrescentando que "*há normativas e medidas esparsas que, não obstante necessitem de ajustes e aperfeiçoamento, já representam a implementação voluntária de parte das medidas defendidas*" (e-doc. 1081).

175. Quanto ao monitoramento previsto no Decreto n. 48.272/2022, a crítica a ele dirigida – e que por si só não é causa de rejeição do Plano de Redução da Letalidade Policial – é a de que a respectiva Comissão de Monitoramento e Gestão seria composta basicamente por representantes do Estado do Rio de Janeiro.

176. Ora, nada impede que a Chefia do Poder Executivo estadual, no exercício de sua margem de discricionariedade, defina a composição de determinado órgão estatal, mormente porque o próprio partido arguente e seus respectivos *amici curiae* propõem, na mesma manifestação (e-doc. 1081) dois outros monitoramentos do cumprimento do plano, um judicial, e outro extraprocessual, este último denominado Comissão Independente de Supervisão da Atividade Policial – ao qual se confere, de maneira absolutamente indevida, atribuição normativa (como se percebe, no item 88, da passagem que trata do "*estabelecimento normativo geral dos protocolos do uso da força*"), e em relação ao qual o Estado já havia se manifestado no sentido de ter uma composição paritária (e-doc. 840).

177. Assim, requer o Estado do Rio de Janeiro que se receba e compreenda o seu Plano de Redução da Letalidade Policial como sendo o **somatório** das disposições constantes tanto do Decreto n. n. 48.272/2022, quanto das Resoluções e atos conveniais descritos no item 173 supra, homologando-o, ainda que, após o período de monitoramento, se perceba a necessidade de ajustes pontuais.

CONCLUSÃO

178. É necessário retornar à primeira palavra escrita no capítulo introdutório da presente manifestação. **Proporcionalidade. A justa medida**. **O caminho do meio**. É isto, em síntese, que tem buscado o Estado do Rio de Janeiro em suas manifestações. Que as medidas de redução da letalidade policial sejam efetivamente implantadas, mas que não inviabilizem a prestação dos serviços de segurança pública a toda a população. Que novos e mais modernos equipamentos, como as câmeras corporais e sistemas de inteligência, sejam adquiridos, mas que o custeio de tais bens também seja suportado pela União. Que um plano de redução de letalidade sempre seja aperfeiçoado, mas que não se rejeite ou se despreze o plano que já se obteve.

179. Os excessos de toda ordem devem ser podados. O discurso belicista do então Governador do Estado à época da propositura do presente feito não mais se ouve. As operações policiais em comunidades têm produzido muito menos danos do que outrora. Mas alguns excessos ainda precisam de ajuste. É necessário compreender que o Estado do Rio de Janeiro é uma estrutura gigantesca, e que a coordenação de inúmeros setores, órgãos e servidores públicos demanda tempo e paciência para se vencer resistências. Prazos judiciais exíguos apenas exasperam e tumultuam. Também é preciso "dar tempo ao tempo", para aquilatar os resultados das medidas já implantadas, antes de se impor novas medidas. Aqui, o ótimo é inimigo do bom.

180. Se havia, em 2019, e em anos anteriores, um estado de coisas inconstitucional, ele se desfez. É necessário olhar em perspectiva, tanto temporal, quanto espacial, para reconhecer que a realidade melhorou, e muito, e para se perceber que o problema da segurança pública é nacional, e não apenas fluminense.

181. Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024[8] demonstram que 18 (dezoito) estados, e não apenas o Rio de Janeiro, mantém taxas acima da média nacional de mortes violentas intencionais (MVI), a saber, Acre, Paraíba, Roraima, Maranhão, Espírito Santo, Tocantins, Rondônia, Sergipe, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Pará, Ceará, Amazonas, Alagoas, Pernambuco, Bahia e Amapá, e que, quanto as MIAE, houve um aumento nos números nacionais, com ênfase para Bahia e Amapá.

182. Por sua vez, os dados extraídos do Atlas da Violência dos Municípios, produzido pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada - IPEA, informam que, dentre as capitais dos Estados, não está a cidade do Rio de Janeiro entre as 10 mais violentas, estando na posição 19ª, sendo Salvador a capital mais violenta do país.

183. Tais dados são importantes, porque se há estado de coisas inconstitucional, ele é nacional, e não fluminense, e **demandaria uma ação de abrangência nacional**. A essa alegação o partido arguente respondeu com a assertiva de que se trataria de questionamento intempestivo e despropositado, e que "*situação de outros Estados da Federação não é objeto da presente Arguição, tampouco foi alvo de condenação internacional específica*" (e-doc. 998).

[8] FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em:

184. Ora, o caso Honorato, também julgado pela CIDH, envolveu o Estado de São Paulo, e não há notícias de qualquer ação de descumprimento de preceito fundamental para impor-lhe o cumprimento. Como bem mencionou o professor Matheus Casimiro, em sua obra sobre processos estruturais, "*como regra, o STF não é a instância que deve julgar ações estruturais*", acrescentando que "*caberá ao STF, com base nas circunstâncias do caso e nos argumentos apresentados, determinar se há uma exceção à regra da nacionalidade*", e que "*em futuras ações estruturais que tratem de problemas locais, recomenda-se que o Tribunal deixe claro que a ADPF 635 foi uma exceção e que casos semelhantes só serão aceitos se comprovada a presença de razões excepcionais*".[9]

185. Mas, aqui, onde está a exceção? O problema da violência, como um todo, e da violência policial, é uma questão exclusivamente fluminense? Se há um estado de coisas inconstitucional nacional, ou um *ECI* em cada Estado da Federação, por que não há ações de descumprimento de preceito fundamental tramitando nesta Corte Suprema para solução de tais disfuncionalidades?

186. As indagações são pertinentes, porque é preciso, nos termos do artigo 2º do Decreto-lei n. 4.657/42 (com as inserções da Lei n. 13.665/2018), avaliar e ponderar as consequências práticas das decisões proferidas nesta ADPF – como à migração de criminosos nacionais e estrangeiros para o Rio de Janeiro, e a criação de entrepostos invioláveis, de abrangência nacional, para a comercialização de armas e drogas nas comunidades do Rio de Janeiro –, à vista da realidade interestadual e nacional da violência.

187. Por fim, a imposição de um estado de coisas inconstitucional exclusivamente ao Estado do Rio de Janeiro quando este apresenta um índice de letalidade policial comparável a de outros Estados da Federação e já adotou medidas concretas para aprimorar a sua política pública de segurança, atenta, inclusive, ao princípio da isonomia e ao pacto federativo, pois o sujeita a uma série de medidas e imposições geradas pela intervenção judicial (sem ponderar aqui se justas ou não) que geram elevados custos, mormente num período em que se encontra submetido ao Regime de Recuperação Fiscal. De um lado, vê-se sob a mira da União Federal que lhe exige cortar custos sob pena de rescisão do RRF e, de outro, desta ADPF que lhe exige uma série de providências – exclusivamente dirigidas ao Estado do Rio de Janeiro – que demandam recursos públicos.

---

https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253. Acesso em: 19.08.2024.

188. Isto posto, requer o Estado do Rio de Janeiro que se reconheça o descabimento da presente ação de descumprimento de preceito fundamental, (i) porque não identificados e comprovados documentalmente os atos concretos violadores de preceitos fundamentais, (ii) porque não foi preenchido o requisito da subsidiariedade; e (iii) porque esta ADPF não pode ser utilizada como sucedâneo recursal de sentença proferida em ação civil pública.

189. No mérito, requer o Estado do Rio de Janeiro seja declarada a perda de objeto quanto aos pedidos mencionados nos itens 28 e 29 supra, e de confirmação da rejeição quanto aos pedidos referidos no item 26.

190. Requer ainda o Estado do Rio de Janeiro, que se reconheça inexistir, ao menos atualmente, *estado de coisas inconstitucional* na segurança pública estadual, julgando prejudicados os pedidos remanescentes deduzidos pelo partido arguente, ante a expedição dos atos normativos que tratam das questões suscitadas nesta ADPF e provocam a perda de seu objeto. Acaso assim não entenda, que se homologue, então, o seu Plano de Redução da Letalidade Policial, entendido este como sendo o **somatório** das disposições constantes tanto do Decreto n. n. 48.272/2022, quanto das Resoluções e atos conveniais descritos no item 173 supra.

Termos em que
Pede deferimento.

Brasília, 19 de agosto de 2024.

Carlos da Costa e Silva Filho
Procurador do Estado

[9] Op. cit., p. 268.

ANEXO 8

28023231 08001.002443/2024-12

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Coordenação de Políticas de Segurança Pública

INFORMAÇÃO Nº 161/2024/CPSP-CGSUSP/CGSUSP/DSUSP/SENASP

Processo: 08001.002443/2024-12

Interessado: Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública

Assunto: **OEA. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Caso 13.754 (Edivaldo Barbosa de Andrade e outros vs. Brasil) Solicitação de informações.**

1. **INTRODUÇÃO**

1.1. Este documento refere-se ao Ofício nº 959/2024/ASINT/MJ (27959855), datado de 22 de maio de 2024, que remete ao Ofício nº 600/2024/CGINT/AI/MDHC (27903332), por meio do qual a Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) faz referência ao caso 13.754 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), relativo ao caso de "Edivaldo Barbosa de Andrade e outros vs. Brasil", no qual foram exaradas recomendações ao Estado brasileiro, cujos beneficiários são Edvaldo Barbosa de Andrade, Fábio de Lima Andrade, Israel Alves de Souza, Fernando Elza e Eduardo Barbosa de Andrade, e seus parentes.

1.2. Nesse sentido, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) emitiu o Relatório de Mérito No. 101/23 (27903333), fazendo algumas recomendações ao Estado brasileiro:

> a) Reparar integralmente as violações de direitos humanos declaradas no presente relatório, tanto no aspecto material quanto imaterial. O Estado deverá adotar medidas de compensação econômica e satisfação.
>
> b) Dispor de medidas de atenção à saúde física e mental para os familiares das vítimas, caso seja de sua vontade e de maneira acordada.
>
> c) Iniciar a investigação dos eventos ocorridos em 14 de maio de 2006 e continuar a investigação dos eventos ocorridos em 3 de dezembro de 2006, no âmbito da justiça comum, com diligência, eficácia e em um prazo razoável, visando esclarecer completamente os fatos, identificar todas as possíveis responsabilidades e impor as sanções correspondentes em relação às violações de direitos humanos declaradas no presente relatório. Essas investigações devem ser conduzidas considerando a gravidade das violações declaradas e os padrões interamericanos relacionados.
>
> d) **Dispor de mecanismos de não repetição no estado de São Paulo, que incluam: i) reformar os protocolos e diretrizes das agências policiais locais, estaduais e federais, a fim de garantir que estejam conforme aos padrões internacionais sobre o uso da força; ii) estabelecer mecanismos adequados de responsabilização por violações cometidas por membros desses corpos de segurança contra civis, incluindo pessoas afrodescendentes e ocorridos em zonas de pobreza; e iii) fortalecer a capacidade investigativa de casos de uso de força letal por parte de agentes da polícia militar, de modo que estejam conforme os padrões interamericanos sobre a matéria.**

1.3. Em conformidade com a recomendação mencionada, o Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) solicitou à Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública, por meio do Despacho nº 6258 (27974239), que fornecesse subsídios para a elaboração da resposta ao questionamento apresentado no Ofício nº 959/2024/ASINT/MJ (27959855).

2. **ANÁLISE**

2.1. Inicialmente, cabe salientar as competências desta Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública, conforme o art. 25, do Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023. As competências incluem atuar como órgão central do Sistema, coordenar o sistema, integrar as atividades dos órgãos que o compõem, criar diretrizes para seus integrantes, acompanhar o cumprimento de metas, monitorar a execução e os resultados das políticas e ações financiadas com recursos federais para a segurança pública e defesa social, e ainda articular, propor, formular e executar políticas de segurança pública e defesa social.

2.2. Portanto, fica estabelecida a competência desta Diretoria para desenvolver e executar políticas de segurança pública, em conformidade com os objetivos da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, como previsto na Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Além disso, essa competência inclui também a gestão do Plano Nacional de Segurança Pública, criado pelo Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

2.3. No contexto das ações propostas pela DSUSP, destacam-se algumas iniciativas que estão de acordo com as recomendações propostas ao Estado brasileiro, nos termos do Relatório de Mérito No. 101/23 (27903333). Sendo assim segue abaixo as informações solicitadas em cada dos quesistos mencionados no Despacho nº 6258 (27974239):

2.4. **i) reformar os protocolos e diretrizes das agências policiais locais, estaduais e federais, a fim de garantir que estejam conforme aos padrões internacionais sobre o uso da força;**

2.4.1. Algumas das iniciativas e projetos desenvolvidos na DSUSP relacionam-se diretamente com as recomendações estabelecidas no caso 13.754 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), referente ao caso "Edivaldo Barbosa de Andrade e outros vs. Brasil", especialmente no que tange ao item "i", que visa garantir que os protocolos e diretrizes das agências policiais locais, estaduais e federais estejam em conformidade com os padrões internacionais sobre o uso da força.

2.4.2. Uma das principais iniciativas nesse contexto é a Diretriz Nacional sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública, que busca elaborar propostas normativas para atualizar a Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010, e regulamentar a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014. Esta diretriz tem como objetivos reduzir os índices de letalidade policial, fortalecer a confiança da sociedade nas instituições de segurança pública, priorizar o uso de armas menos letais e técnicas de resolução pacífica de conflitos, garantir a transparência e o controle social sobre o uso da força, promover a formação continuada dos agentes de segurança pública sobre o uso da força e criar mecanismos de monitoramento e avaliação da efetividade das diretrizes.

2.4.3. Outra iniciativa importante é o Projeto Nacional de Câmeras Corporais, instituído em julho de 2023, que visa a expansão e qualificação do uso de câmeras corporais pelos profissionais de segurança pública. Os principais eixos do projeto envolvem a elaboração de diagnósticos sobre o uso de câmeras corporais, propostas de aperfeiçoamento legislativo e de diretrizes nacionais, normas técnicas, estratégias de treinamento e capacitação continuada, modelos de contratação de soluções tecnológicas, desenvolvimento de soluções para a custódia de evidências digitais e a avaliação de impacto da implementação das câmeras corporais.

2.4.4. No contexto do referido projeto, destaca-se a recente publicação da Portaria MJSP nº 648/2024, que estabelece a Diretriz Nacional sobre Câmeras Corporais em Segurança Pública, normativa que estimula o uso diferenciado da força, conforme os artigos descritos abaixo:

Art.3º São princípios da Diretriz:

> [...] III - uso diferenciado da força, observados os princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência, dentre outros;
>
> Art.6º Compete ao Ministério da Justi ça e Segurança Pública:
>
> [...] VI - elaborar e disponibilizar cadernos de diretrizes sobre procedimentos operacionais relacionados às câmeras corporais e ao uso diferenciado da força;
>
> [...] VIII - realizar e fomentar treinamentos sobre câmeras corporais e uso diferenciado da força;
>
> [...] XI - fomentar pesquisas e estudos, com ênfase na avaliação de impacto, sobre câmeras corporais e uso diferenciado da força; e
>
> Art.7º Compete aos órgãos de segurança pública:
>
> [...] IX - fomentar pesquisas e estudos, com ênfase na avaliação de impacto, sobre câmeras corporais e uso diferenciado da força.

2.4.5. Em resumo, as iniciativas descritas demonstram o comprometimento do Estado brasileiro em reformar os protocolos e diretrizes das agências policiais, alinhando-os aos padrões internacionais sobre o uso da força, conforme as recomendações da CIDH no caso de "Edivaldo Barbosa de Andrade e outros vs. Brasil".

2.5. **ii) estabelecer mecanismos adequados de responsabilização por violações cometidas por membros desses corpos de segurança contra civis, incluindo pessoas afrodescendentes e ocorridos em zonas de pobreza;**

2.5.1. No que tange à recomendação de estabelecer mecanismos adequados de responsabilização por violações cometidas por membros das forças de segurança contra civis, incluindo pessoas afrodescendentes e em zonas de pobreza, a DSUSP, por meio de seus projetos e iniciativas, apresenta ações que coadunam com a recomendação indicada.

2.5.2. Nesse sentido, destaca-se inicialmente a Diretriz Nacional sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública, este projeto visa elaborar propostas normativas para atualizar a Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010, e regulamentar a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, que trata do uso da força pelos agentes de segurança pública. Os resultados e ações previstos incluem a redução dos índices de letalidade policial, fortalecimento da confiança da sociedade nas instituições de segurança pública, priorização do uso de armas menos letais e técnicas de resolução pacífica de conflitos, garantia de transparência e controle social sobre o uso da força, promoção da formação continuada dos agentes de segurança pública sobre o uso da força e criação de mecanismos de monitoramento e avaliação da efetividade das diretrizes.

2.5.3. Além disso, o Projeto Nacional de Câmeras Corporais, instituído conforme a Portaria SENASP/MJSP 519/2023, visa a institucionalização de um conjunto de soluções técnicas, operacionais e normativas para aprimorar a prestação de serviços de segurança pública e a legitimidade das instituições. Os principais eixos do projeto envolvem a realização de avaliações quantitativas e qualitativas sobre os diferentes estágios de implementação do projeto, a consolidação e publicação de documentos contendo as Diretrizes Nacionais de Uso de Câmeras Corporais, a certificação dos equipamentos, a realização de cursos sobre a utilização dos equipamentos e gestão das evidências, a oferta de incentivos para a adesão ao projeto e o acompanhamento e avaliação de impacto dos resultados alcançados.

2.5.4. No âmbito do projeto, a Diretriz Nacional sobre Câmeras Corporais em segurança pública é um importante instrumento para garantir a responsabilização adequada dos agentes de segurança. De acordo com essa diretriz, compete aos órgãos de segurança pública adequar suas normas institucionais, inclusive disciplinares, à utilização das câmeras corporais, definindo as condutas inadequadas e respectivas sanções, conforme estabelecido no Art. 7º, inciso III:

> Art. 7º Compete aos órgãos de segurança pública:
>
> [...] III - adequar suas normas institucionais, inclusive disciplinares, à utilização das câmeras corporais, definindo as condutas inadequadas e respectivas sanções;

2.5.5. Outro dispositivo importante estabelecido na diretriz, no que se refere à responsabilização, é o Art. 10, § 3º, inciso III, que estabelece que a regulamentação a ser realizada pela instituição de segurança pública, quanto ao uso de câmeras corporais, deve atender à supervisão das condutas, incluindo o registro de retirada e devolução do equipamento, as hipóteses de não acionamento do equipamento, seu desligamento ou acionamento inadequado, bem como a interrupção da gravação, conforme descrito abaixo:

> Art. 10. A gravação das câmeras corporais ocorrerá, alternativa ou concomitantemente, segundo a regulamentação de cada órgão de segurança pública, admiti das as seguintes modalidades:
>
> [...] § 3º A regulamentação atenderá:
>
> [...] III - a supervisão das condutas, inclusive as relacionadas ao registro de retirada e devolução do equipamento e às hipóteses de não acionamento do equipamento, seu desligamento ou acionamento inadequado, bem assim a interrupção da gravação;

2.5.6. Os projetos e iniciativas desenvolvidos pela DSUSP, como a Diretriz Nacional sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública e o Projeto Nacional de Câmeras Corporais, são fundamentais para alinhar os protocolos e diretrizes das insituições de segurança pública aos padrões internacionais sobre o uso da força e para estabelecer mecanismos adequados de responsabilização por violações cometidas por membros das forças de segurança pública.

2.6. **iii) fortalecer a capacidade investigativa de casos de uso de força letal por parte de agentes da polícia militar, de modo que estejam conforme os padrões interamericanos sobre a matéria.**

2.6.1. Ante a recomendação de fortalecer a capacidade investigativa de casos de uso de força letal por parte de agentes da polícia militar, de modo que estejam em conformidade com os padrões interamericanos sobre a matéria, destaca-se, no âmbito da DSUSP, o Projeto de Incremento da Capacidade de Investigação de Homicídios pelas Unidades Especializadas. O objetivo principal desse projeto é aumentar a taxa de esclarecimento de homicídios em âmbito nacional, através da ação integrada dos poderes executivos federal, estadual e municipal, do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual, das organizações da sociedade civil, organizações não governamentais e da sociedade em geral. Este projeto visa implementar estratégias e abordagens para melhorar a capacidade das polícias civis na resolução de homicídios, contribuindo para a elucidação desses crimes.

2.6.2. Para fortalecer a capacidade investigativa, o projeto inclui a promoção de ações para o recrutamento e treinamento de profissionais qualificados, além de incentivar a melhoria das condições de trabalho e a retenção de talentos. A capacitação dos policiais será aprimorada com treinamentos atualizados nas áreas de investigação de homicídios, análise de dados, técnicas avançadas de investigação criminal e preservação do local do crime. A melhoria dos recursos tecnológicos também é um foco, fornecendo sistemas de informação, bancos de dados criminais integrados, análise de DNA, análise balística e outras ferramentas forenses.

2.6.3. Além disso, o projeto promove a cooperação entre diferentes agências de aplicação da lei, como polícia, ministério público, laboratórios forenses, institutos de criminalística e instituições de pesquisa. Outro aspecto importante é a análise e revisão de casos não resolvidos, identificando possíveis lacunas nas investigações e adotando medidas para reabrir investigações e revisar evidências. Isso pode envolver a criação de equipes de revisão de casos ou a formação de forças-tarefa. O projeto também estabelece parcerias com instituições públicas ou privadas para facilitar o andamento processual das investigações, como acesso a registros telefônicos e dados telemáticos, e obtenção de mandados de busca.

2.6.4. Para garantir o monitoramento e a avaliação das políticas implementadas, o projeto define uma Metodologia de Referência ou um Indicador Nacional. Além disso, realiza um Diagnóstico Nacional sobre os principais fatores que frustram o esclarecimento dos homicídios e estabelece uma estrutura de

governança capitaneada pela SENASP para integrar todas as unidades especializadas de investigação de homicídios e demais agências de aplicação da lei em âmbito nacional.

2.6.5. Essas ações conjuntas têm o potencial de melhorar significativamente as taxas de resolução de homicídios.

2.7. **Diante dos projetos e iniciativas apresentados, segue abaixo uma visão geral das ações descritas:**

2.8. **Iniciativa realcionada ao Desenvovimento da Diretriz Nacional sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública**

2.8.1. O presente projeto tem como escopo elaborar propostas normativas para a atualização da Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010; Regulamentar a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, que trata do uso da força pelos agentes de segurança pública.

2.8.2. Resultados e Ações:

I - Reduzir os índices de letalidade policial;

II - Fortalecer a confiança da sociedade nas instituições de segurança pública;

III - Priorizar o uso de armas menos letais e técnicas de resolução pacífica de conflitos;

IV - Garantir a transparência e o controle social sobre o uso da força;

V - Promover a formação continuada dos agentes de segurança pública sobre o uso da força;

VI - Criar mecanismos de monitoramento e avaliação da efetividade das diretrizes.

2.8.3. A execução efetiva deste projeto não apenas ajudará na redução dos incidentes de letalidade e na promoção da segurança, mas também contribuirá significativamente para uma mudança cultural nas práticas policiais, promovendo um ambiente mais seguro e justo para todos os cidadãos.

2.9. **Projeto Nacional de Câmeras Corporais:**

2.9.1. Em julho de 2023, foi instituído, sob a Portaria SENASP/MJSP 518, Grupo de Trabalho no âmbito da SENASP com o propósito de formular o Programa Nacional de Inovação Organizacional em Segurança Pública. Este programa visa melhorar os serviços prestados à sociedade, elevando a capacidade das instituições de segurança pública por meio de inovações tecnológicas e procedimentais. Os objetivos específicos do programa incluem, mas não se limitam a:

I - expansão e qualificação do uso câmeras corporais pelos profissionais de segurança pública;

II - padronização de procedimentos operacionais e elaboração de normas de referência do uso da força, cadernos de referência para atuação policial em situações de conflito e respectivos programas de treinamento; e

III - transformação digital das organizações de segurança pública por meio de mecanismos que favoreçam a prospecção e disseminação de tecnologias em segurança pública.

2.9.2. Adicionalmente, foi criado um Grupo Específico, conforme a Portaria SENASP/MJSP 519/2023, para institucionalizar o Projeto Nacional de Câmeras Corporais. Este projeto tem como finalidade disponibilizar um conjunto de soluções técnicas, operacionais e normativas para aprimorar a prestação de serviços de segurança pública e a legitimidade das instituições, através da utilização de câmeras corporais por profissionais de segurança em todo o país. Os objetivos específicos do Projeto Nacional de Câmeras Corporais incluem:

a) elaboração de diagnóstico sobre o contexto atual do uso de câmeras corporais nas instituições de segurança pública;

b) proposta de aperfeiçoamento legislativo e de diretriz nacional de uso de câmeras corporais na segurança pública;

c) proposta de cadernos de referência operacional para o uso de câmeras corporais na segurança pública;

d) proposta de norma técnica que estabeleça os requisitos mínimos de funcionalidade e de qualidade para contratação de solução de câmeras corporais para uso na segurança pública;

e) proposta estratégia de treinamento e capacitação continuada;

f) proposta de modelo de contratação de soluções tecnológicas de registro audiovisual e de equipamentos de menor potencial ofensivo;

g) proposta de fomento ao desenvolvimento de solução para a custódia de evidências digitais; e

h) proposta de avaliação de impacto da implementação das câmeras corporais.

2.9.3. Os eixos principais do Projeto Nacional de Câmeras Corporais são:

a) Diagnóstico: envolve a realização de avaliação quantitativa e qualitativa sobre os diferentes estágios de implementação do projeto, contemplando: percepções de dirigentes e dos profissionais da ponta dos serviços.

b) Amparo Legal e Diretrizes de Atuação: consolidação e publicação de documento contendo as Diretrizes Nacionais de Uso de Câmeras Corporais pelas instituições de segurança pública no país.

c) Certificação dos equipamentos: serão publicadas as normas de ensaio e de certificação das câmeras e dos softwares dedicados à gestão de evidências digitais.

d) Treinamento: realização de cursos básicos e avançados sobre a utilização dos equipamentos, a operação dos sistemas e gestão das evidências.

e) Aquisições: oferta de incentivos para a adesão ao Projeto Nacional de Câmeras Corporais para aquisição de equipamentos de gravação e tratamento das imagens, além de equipamentos de menos potencial ofensivo e simuladores de uso da força.

f) Avaliação de impacto: acompanhamento da implementação do projeto e a avaliação de impacto dos resultados alcançados.

2.9.4. A execução do referido projeto representará um avanço significativo na modernização e na capacidade operacional das Instituições de Segurança Pública no Brasil, refletindo-se diretamente em uma segurança pública mais eficiente e alinhada com os padrões internacionais de direitos humanos e boas práticas.

2.10. **Projeto de Incremento da Capacidade de Investigação de Homicídios pelas Unidades Especializadas**

2.10.1. O Projeto de Aprimoramentop da Investigação de Homicídios pelas Unidades Especializadas, tem como objetivo realizar o incremento da capacidade de investigação de homicídios pelas unidades especializadas, com o objetivo de aumentar a taxa de esclarecimento de homicídios em âmbito nacional, contando, para sua execução, com a ação integrada dos poderes executivos federal, estadual, municipal, do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual, bem como das organizações da sociedade civil (OSC), organizações não governamentais e da sociedade em geral.

2.10.2. O desenho do projeto objetiva a implementação de estratégias e abordagens para melhoria da capacidade das polícias civis na resolução dos casos de homicídios, contribuindo principalmente para o aumento da taxa de elucidação de tais crimes. A implementação de um projeto

para aumento da elucidação de homicídios, em âmbito nacional, por parte da SENASP, promoverá a articulação interfederativa e o compromisso contínuo dos entes federados e recursos adequados, além de possibilitar a colaboração entre diferentes partes interessadas, incluindo o governo, a polícia, o sistema judicial e a comunidade em geral.

2.10.3. As estratégias adotadas no projeto são elencadas abaixo:

I - Promoção de ações para recrutamento e treinamento de profissionais qualificados, bem como incentivo à melhoria das condições de trabalho e incentivos que promovam a retenção de talentos;

II - Melhoria da capacitação - proporcionar treinamento atualizado para os policiais, especialmente nas áreas de investigação de homicídios, análise de dados e técnicas avançadas de investigação criminal, preservação de local de crime;

III - Melhoria dos recursos tecnológicos - fornecimento de recursos tecnológicos adequados, como sistemas de informação, bancos de dados criminais integrados, análise de DNA, análise balística e outras ferramentas forenses;

IV - Promoção da cooperação entre agências - promoção da cooperação entre diferentes agências de aplicação da lei, como polícia, ministério público, laboratórios forenses, institutos de criminalística e instituições de pesquisa;

V - Engajamento da sociedade/comunidade: estabelecimento de canais de comunicação efetivos entre a polícia e a comunidade, encorajando a participação dos cidadãos na resolução de crimes. Isso pode envolver programas de conscientização, recompensas por informações úteis, linhas diretas para denúncias anônimas e parcerias com líderes comunitários;

VI - Análise e revisão de casos não resolvidos: realização de uma análise minuciosa de casos não resolvidos, identificando possíveis lacunas na investigação e adotando medidas para reabrir investigações e revisar evidências. Isso pode envolver a criação de equipes de revisão de casos ou a formação de forças tarefas;

VII - Estabelecimento de parcerias com instituições, públicas ou privadas, de modo a facilitar o andamento processual das investigações como, por exemplo, no acesso a registros telefônicos e dados telemáticos, facilitação da obtenção de mandados de busca, entre outros;

VIII - Definição de Metodologia de Referência ou de um Indicador Nacional que permita o monitoramento e avaliação das políticas implementadas;

IX - Diagnóstico Nacional sobre os principais fatores que frustram o esclarecimento dos homicídios; e

X - Estabelecimento de uma estrutura de governança capitaneada pela SENASP que permita a integração em âmbito nacional de todas as unidades especializadas de investigação de homicídios e com as demais agências de aplicação da lei.

2.11. Essas ações conjuntas têm o potencial não apenas de melhorar as taxas de resolução de homicídios, mas também de restaurar a confiança pública nas capacidades das forças de segurança e no sistema de justiça como um todo.

3. CONCLUSÃO

3.1. Diante das informações apresentadas, encaminha-se o presente documento para apreciação superior.

Atenciosamente,

SERGIO DOMINGOS DA CUNHA BONATO JÚNIOR
Servidor Mobilizado
CPSP/CGSUSP/DSUSP/SENASP/MJSP

DIEGO REMOR MOREIRA FRANCISCO
Servidor Mobilizado - Revisor
CPSP/CGSUSP/DSUSP/SENASP/MJSP

De acordo,

Encaminhe-se à DSUSP para análise e considerações.

MÁRCIO JÚLIO DA SILVA MATTOS
Coordenador-Geral de Governança e Gestão do Sistema Único de Segurança Pública
CGSUSP/DSUSP/SENASP/MJSP

De acordo, encaminhe-se ao Gabinete SENASP para análise.

ISABEL SEIXAS DE FIGUEIREDO
Diretora do Sistema Único de Segurança Pública

Documento assinado eletronicamente por **MARCIO JULIO DA SILVA MATTOS**, **Coordenador(a)-Geral de Governança e Gestão do Sistema Único de Segurança Pública**, em 06/06/2024, às 18:16, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Diego Remor Moreira Francisco**, **Servidor(a) Mobilizado(a)**, em 07/06/2024, às 10:34, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **SERGIO DOMINGOS DA CUNHA BONATO JUNIOR**, **Servidor(a) Mobilizado(a)**, em 10/06/2024, às 09:43, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **ISABEL SEIXAS DE FIGUEIREDO**, **Diretor(a) do Sistema Único de Segurança Pública**, em 10/06/2024, às 11:54, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.autentica.mj.gov.br informando o código verificador **28023231** e o código CRC **E1611BC3**
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

ANEXO 9

RELATÓRIO

GT/CNJ ADPF 635



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

GT/CNJ ADPF 635



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

CNJ

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente
Luís Roberto Barroso

Corregedor nacional de Justiça
Luis Felipe Salomão

Conselheiros
Ministro Guilherme Caputo Bastos
José Edivaldo Rocha Rotondano
Renata Gil de Alcantara Videira
Mônica Autran Machado Nobre
Daniela Pereira Madeira
Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha
Giovanni Olsson
Pablo Coutinho Barreto
João Paulo Santos Schoucair
Marcos Vinícius Jardim Rodrigues
Marcello Terto e Silva
Daiane Nogueira de Lira
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretária-geral
Adriana Alves dos Santos Cruz

Secretário de estratégia e projetos
Gabriel da Silveira Matos

Diretor-geral
Johaness Eck

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Secretária de Comunicação Social
Taciana Giesel

Coordenador de Multimeios
Gabriel Reis

Projeto gráfico
Robson Carvalho

Revisão
Kélvia Santos e Kelly Procópio

2024
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 - CEP: 70070-600
Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

INTEGRAM O GRUPO DE TRABALHO (Portaria Presidência n. 3 de 8 de Janeiro de 2024)
I – Conselheiro do CNJ João Paulo Schoucair; (Coordenador)
II – Conselheiro do CNJ Pablo Coutinho Barreto;
III – Secretária-Geral do CNJ Adriana Alves dos Santos Cruz;
IV – Juíza Auxiliar da Presidência Fabiane Pieruccini;
V – Juiz Auxiliar da Presidência João Felipe Menezes Lopes;
VI – Juíza Auxiliar da Presidência Karen Luise Vilanova Batista de Souza;
VII – Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador do DMF Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi;
VIII – Juiz Auxiliar da Presidência Paulo Marcos de Farias;
IX – Juíza Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça Liz Rezende de Andrade;
X – Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça Otávio Henrique Martins Port.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....7

2. METODOLOGIA.....9

3. RELATÓRIOS DE ATUAÇÃO DE CADA EIXO DE TRABALHO.....11

3.1. EIXO PERÍCIAS.....11

3.2. EIXO JUSTIÇA.....15

3.3. EIXO MINISTÉRIO PÚBLICO.....39

3.4. EIXO POLÍCIA CIVIL.....45

4. OFÍCIOS ENVIADOS ÀS INSTITUIÇÕES.....46

4.1. SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL.....46

4.1.1. INFORMAÇÕES SOLICITADAS.....46

4.1.2. INFORMAÇÕES RECEBIDAS.....47

4.2. SECRETARIA DE ESTADO DA POLÍCIA MILITAR.....84

4.2.1. INFORMAÇÕES SOLICITADAS.....84

4.2.2. INFORMAÇOES RECEBIDAS.....85

4.3. MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.....104

4.3.1. INFORMAÇÕES SOLICITADAS.....104

4.3.2. INFORMAÇÕES RECEBIDAS.....104

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....118

1. INTRODUÇÃO

O Grupo de Trabalho (GT) foi instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 08/01/2024[1], em atendimento à decisão proferida nos autos da ADPF nº 635 do Supremo Tribunal Federal (STF), de relatoria do Exmo. Ministro Edson Fachin, para, **no prazo de 60 (sessenta) dias**, verificar *in loco* o funcionamento dos plantões judiciais criminais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), apurar o repasse de informações do sistema de registro de operações policiais ao Poder Judiciário e averiguar o funcionamento do sistema de supervisão judicial dos mandados de prisão e das medidas cautelares. Posteriormente, o prazo referido foi **prorrogado por 30 (trinta) dias**.[2]

O referido Grupo de Trabalho é composto por Conselheiros do CNJ, pela Senhora Secretária-Geral e por Juízes Auxiliares da Presidência do Órgão, além de Juízes Auxiliares da Corregedoria Nacional de Justiça[3].

Nesse contexto, o trabalho propõe-se a, cumprindo fielmente o prazo concedido pelo STF, sem perder de vista a complexidade do tema, escalada da violência fluminense e o *estado de coisas inconstitucional* na política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, cuja gravidade foi reconhecida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)[4], elaborar relatório do cenário fático-jurídico encontrado, de modo a contribuir para o julgamento definitivo da ADPF nº 635.

Busca-se, ainda, compreender a prática dos plantões judiciais criminais do egrégio TJRJ, bem como descortinar a realidade das operações policiais em comunidades fluminenses, especialmente no que toca ao seu registro e comunicação junto aos órgãos componentes do sistema de justiça. Em última análise, almeja-se, com isso, reafirmar os postulados de um Estado comprometido com o enfrentamento à criminalidade organizada, sem olvidar, no entanto, a necessária preservação dos direitos humanos.

---

[1] Portaria Presidência do CNJ nº 3, de 08 de janeiro de 2024. Disponível em https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5401. Acesso em: 04 abr. 2024.

[2] Portaria Presidência do CNJ nº 96, de 07 de março de 2024. Disponível em https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5492. Acesso em: 04 abr. 2024.

[3] Participam do GT os membros do CNJ, Conselheiros João Paulo Schoucair, coordenando os trabalhos, e Pablo Coutinho Barreto; Secretária-Geral Adriana Alves dos Santos Cruz; Juízes Auxiliares da Presidência Fabiane Pieruccini, João Felipe Menezes Lopes, Luís Geraldo Sant'ana Lanfredi (Coordenador do DMF) e Paulo Marcos de Farias; e Juízes Auxiliares da Corregedoria Nacional de Justiça Liz Rezende de Andrade e Otávio Henrique Martins Port.

[4] A Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) condenou o Estado brasileiro, em 16/02/2017, por falhas na prevenção, apuração e punição da violência e do uso excessivo da força em duas operações policiais que, em 1994 e 1995, resultaram em 26 homicídios na Favela Nova Brasília, situada no Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro. Disponível em https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_333_por.pdf. Acesso em: 04 abr. 2024.

2. METODOLOGIA

O Grupo de Trabalho, após instalado em 08/01/2024, adotou metodologia de trabalho baseada em *pesquisa de campo*, por meio de visitas técnicas realizadas às seguintes instituições do Estado do Rio de Janeiro: Tribunal de Justiça (22/01/2024), Ministério Público do Estado (22/01/2024), Secretaria de Estado de Polícia Militar (22/01/2024), Secretaria de Estado de Segurança Pública (23/01/2024), Secretaria de Estado de Polícia Civil (23/01/2024) e Procuradoria-Geral do Estado (26/01/2024), nas quais foi mantido frutífero diálogo institucional com as seguintes autoridades: Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo (Presidente do TJRJ), Luciano Oliveira Mattos de Souza (Procurador-Geral de Justiça), Coronel Luiz Henrique Marinho Pires (Secretário de Estado da Polícia Militar), Victor César Santos (Secretário de Estado de Segurança Pública), Marcus Vinícius Amim Fernandes (Secretário de Estado de Polícia Civil) e Renan Miguel Saad (Procurador-Geral do Estado).

Buscando otimizar os trabalhos, o colegiado foi divido em 4 (quatro) Eixos de atuação, quais sejam: **a)** Eixo Justiça (integrado pelos Juízes Auxiliares da Corregedoria Nacional de Justiça); **b)** Eixo Ministério Público (integrado pelos Conselheiros do CNJ); **c)** Eixo Perícias (integrado por Juízes Auxilares da Presidência do CNJ);e **d)** Eixo Polícia Civil (integrado por todos os membros do GT).

Ademais, após a realização das visitas técnicas aludidas, as instituições foram oficiadas para fornecimento de dados específicos e mais detalhados sobre as respectivas esferas de atuação, que, somados ao diálogo realizado *in loco*, permitem uma visão global sobre o presente objeto de trabalho.

Some-se a isso que cada Eixo apresentou o relatório próprio de suas atividades, os quais foram compilados neste trabalho, ao passo em que a minuta desse Relatório Final foi apresentada em 04/04/2024, com a consolidação de tudo o que foi produzido, destacando-se os apontamentos da Coordenação do GT, *a tentativa de busca do consenso*, mediante votação virtual, em pontos indicados por cada subgrupo e as considerações necessárias ao seu aperfeiçoamento.

Com a entrega deste material, respeitosamente, encerra-se o trabalho do Colegiado, na certeza do esmero e cuidado com que se houve cada um dos seus membros, sempre imbuídos do propósito de municiar o STF de dados e informações úteis à formação do convencimento do Excelentíssimo Senhor Relator da ADPF nº 635, Ministro Edson Fachin, e dos seus pares, por ocasião do julgamento da demanda.

3. RELATÓRIOS DE ATUAÇÃO DE CADA EIXO DE TRABALHO

3.1. EIXO PERÍCIAS

Em cumprimento à diligência determinada pelo e. Ministro Edson Fachin por meio de decisão proferida na ADPF nº 635, a equipe integrada pelos magistrados do CNJ Paulo Marcos de Farias, João Felipe Menezes Lopes e Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi, foi a campo para analisar *in loco* a situação das perícias criminais no Estado do Rio de Janeiro.

A reunião específica sobre perícias foi precedida de encontros com a cúpula das instituições do sistema de justiça e segurança pública do Estado (Tribunal de Justiça, Ministério Público Estadual, Secretarias de Segurança Pública, Polícia Militar e Polícia Civil), em que foi possível a introdução ao intrincado assunto a partir da exposição do quadro geral de atuação das forças estatais no enfrentamento à criminalidade organizada no estado do Rio de Janeiro, considerado o panorama renovado com a tramitação da ADPF nº 635.

O trabalho de campo revelou que a ADPF nº 635 representa verdadeiro divisor de águas no tema da letalidade policial, não apenas em razão das vidas que já fez poupar, mas, sobretudo, em razão da movimentação institucional que acarretou, abrangendo a formulação e o aprimoramento de protocolos de atuação, a criação de novas estruturas e o aumento de investimentos.

O cenário de transformação gradual ainda não chegou, contudo, ao delicado tema das perícias criminais. Nesse campo, pouco ou nada mudou, muito embora sejam profundas as transformações necessárias para tornar eficiente a perícia criminal no estado do Rio de Janeiro. Antes de enumerá-las, uma observação se impõe: após os trabalhos, pode-se relatar que os servidores e servidoras responsáveis pela coordenação da polícia técnico-científica no estado são profissionais experientes, com indiscutível capacidade técnica, disposição ao trabalho e que atuam de boa-fé em suas esferas de incidência.

Os apontamentos que se seguem, portanto, têm caráter puramente objetivo; as informações foram colhidas em reunião com os diretores e diretoras da Superintendência-Geral de Polícia Técnico-Científica, realizada na sede da Secretaria da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, em 23 de janeiro do corrente ano.

A polícia técnico-científica do estado do Rio de Janeiro está alocada institucionalmente enquanto Superintendência da Secretaria da Polícia Civil. Eis o primeiro problema a ser equacionado: é fundamental conferir autonomia à atividade pericial, tratando-se de discussão que se arrasta há anos no estado. E aqui, novamente, cumpre afirmar que não se funda em questionamento sobre eventual favorecimento na realização do trabalho-fim para satisfazer os interesses dos superiores hierárquicos, mas tão somente de sua possibilidade. Convém blindar o trabalho pericial da *possibilidade* de questionamento baseada na alocação institucional da atividade. Isso porque, como se sabe, a Polícia Civil também realiza operações com eventual resultado nas morte ocorridas nas comunidades.

Não há questionamentos sobre a necessidade de se construir um órgão independente e autônomo para a realização de perícias criminais, assunto repisado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Favela Nova Brasília X Brasil. A "subordinação hierárquica" implica perícia de qualidade discutível em termos gerais, asfixiando a gestão e impedindo o desenvolvimento do conhecimento e das técnicas mais atuais de realização do trabalho da polícia científica. O corpo de peritos e peritas necessita de liberdade para fazer o que lhes cabem, a melhor perícia possível à luz do estado da arte na matéria, sem quaisquer outras preocupações ou interesses de quem quer que seja.

Ao se conferir autonomia institucional à polícia técnico-científica, poder-se-á viabilizar o equacionamento de outros problemas que fragilizam a atividade, nomeadamente, o flagrante sucateamento em que se encontra. Muito embora o orçamento da Superintendência esteja majoritariamente comprometido com custeio, faltam profissionais. Apontou-se, em reunião específica, que o déficit no corpo de peritos e peritas é de quase 50%. Além disso, boa parte desses profissionais já preencheram os requisitos para requerer a aposentadoria, cenário que pode fazer piorar o já tão grave problema. O quadro é de desestímulo funcional e corrosão da carreira.

A alocação institucional da Superintendência da maneira em que se encontra permite vislumbrar 2 (dois) obstáculos de natureza distinta. O primeiro é a "concorrência" com as demais necessidades da Secretaria de Polícia Civil: investem-se em armamentos, entretanto, faltam materiais para o trabalho pericial. O segundo é o regime de recuperação fiscal em que se encontra o estado do Rio de Janeiro, que promove dificuldades adicionais para a contratação de pessoal qualificado.

Para que se tenha a dimensão correta do tema em debate, basta apontar que foram requisitadas por volta de 137 mil perícias no estado em 2023. Elas

foram realizadas graças ao trabalho dos servidores e servidoras que integram os 19 postos regionais de polícia técnico-científica espalhados pelo território. Na capital do estado, atuam apenas 8 (oito) peritos criminais. Por mais bem feitas que sejam, é inevitável que demorem em razão do déficit de pessoal, o que acaba por fazer aumentar a sensação de impunidade e o sentimento de revolta nas comunidades.

Especificamente quanto às perícias relativas às mortes ocorridas durante operações policiais na comunidade, destacam-se o exame do local do crime (parcialmente regulado pelo Código de Processo Penal), o exame perinecroscópico, o exame de confronto balístico e a necropsia. A discussão sobre os 3 (três) primeiros tipos de perícia inevitavelmente passa por outros tópicos discutidos na ADPF nº 635, referentes ao uso de câmeras corporais durante as operações (com os consectários da obrigatoriedade de ligar os aparelhos e acessibilidade às instituições de controle externo e garantia de direitos fundamentais), à preservação do local dos fatos e à presença de ambulâncias nas operações.

É intuitivo que a alteração do sítio dos acontecimentos prejudique a realização de perícia, tratando-se de conduta tipificada no art. 347 do Código Penal. A par da inovação artificiosa eventualmente praticada dolosamente por agentes públicos, contudo, há situações que podem justificar ação nesse sentido (p. ex., socorro à pessoa ainda viva e apreensão de armas de fogo). A questão de natureza bastante prática que se coloca é como garantir a preservação do local dos fatos desde o evento letal até o final da atividade pericial. A resposta não é pueril e as situações devem ser analisadas caso a caso. Desde logo, pode-se afirmar, porém, que urge a aplicação de protocolos operacionais desenhados com o objetivo de garantir a preservação do local de ocorrência de eventual crime até a ultimação da atividade da polícia científica.

A preservação do cadáver no local em que alvejado permite ainda o recolhimento de cápsulas de projéteis deflagrados, o que auxilia a identificação da autoria dos disparos. Os exames de confronto balístico ganharão novo impulso quando ultimado o cadastramento prévio do raiamento das armas utilizadas por agentes do Bope e Core, mencionado pelo Ministério Público do Estado em reunião realizada na sede da instituição no dia anterior. Descobrir quem efetuou os disparos e em quais circunstâncias são os desafios da atividade pericial.

É inescapável, contudo, o retorno ao problema da falta de estrutura da polícia técnico-científica: faltam auxiliares de perícia, faltam peritos e peritas, falta material de trabalho, falta autonomia formal. Por outro lado, sobram atribuições que destoam dos objetivos institucionais, por exemplo, o acautelamento de bens apreendidos, que fica a cargo da Polícia Civil no Estado, consumindo

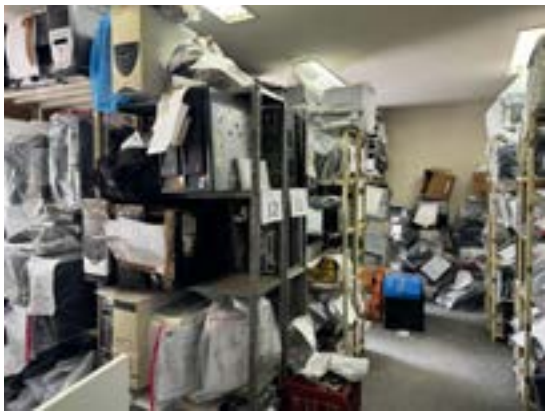
recursos destinados legalmente a fins diversos. A falta de pessoal qualificado prejudica de maneira irreversível a realização das perícias de local dos fatos e perinecroscópica. Com a equipe de profissionais diminuta, quanto tempo será dispendido para a realização de perícias referentes a 10, 15 ou 20 mortes?

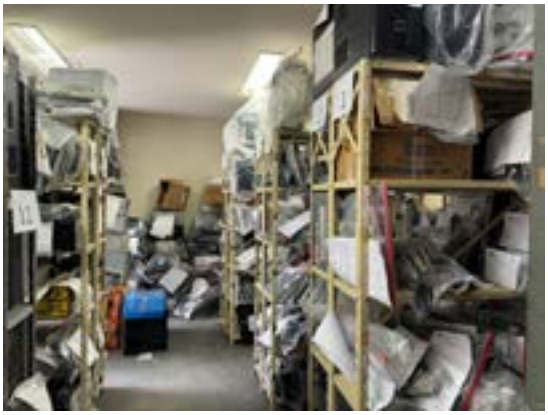
A desestruturação da polícia técnico-científica tem levado a soluções heterodoxas, que nem de longe trazem alívio para o problema. O Ministério Público do Estado, por exemplo, teve de se valer de peritos de outro estado da federação para confeccionar laudos. Onde faltam organização e estruturação, sobram improvisos de toda ordem. Vale observar que, no momento da visita à sede da polícia técnica, realizada em 24 de janeiro do corrente ano (ilustrada abaixo), havia mais de 5 mil telefones celulares à espera de perícia.

Após toda operação policial com resultado morte, como cediço, é necessária a deflagração de uma investigação sobre os direitos violados na oportunidade. É imperativo legal, sob pena de negativa absoluta à eficácia dos direitos fundamentais da população já desfavorecida, acuada pelo crime organizado e não raro ofendida por agentes públicos. E não há investigação digna do nome acerca de possível crime de homicídio sem a realização das perícias mencionadas anteriormente.

Enfim, o tripé operações policiais, investigação e polícia técnico-científica não se sustenta no Rio de Janeiro, sobretudo porque a segunda, bem como a composição orgânica da polícia técnica deixaram de ser uma prioridade para o estado do Rio de Janeiro. É fundamental, assim, que haja condições institucionais e técnicas para a realização de perícias idôneas dos pontos de vista objetivo e subjetivo.

Para concluir, seguem imagens da visita realizada à sede da polícia científica, que bem ilustram a situação.





Por todo o visto e relatado, sugere-se:

a) a reavaliação da estrutura hierárquica da polícia técnico-científica do Estado do Rio de Janeiro, de modo a reforçar sua independência e autonomia institucional;

b) a reavaliação do quadro de pessoal da polícia técnico-científica, com o objetivo de suprir o déficit de profissionais hoje existente; e

c) o incremento da alocação de recursos públicos voltados à polícia técnico-científica, garantindo a aquisição de equipamentos e materiais necessários ao trabalho cotidiano dos peritos e peritas do estado.

3.2. EIXO JUSTIÇA

Em cumprimento aos itens **"c"** e **"d"** da decisão proferida pelo Exmo. Ministro Edson Fachin, na ADPF nº 635/RJ, em 23 de novembro de 2023, para proceder à verificação do funcionamento *in loco* dos plantões judiciais criminais do estado do Rio de Janeiro; apurar se havia repasse de informações, pelas polícias Militar e Civil, ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, sobre as operações policiais realizadas, bem como se havia supervisão do Poder Judiciário local quanto ao cumprimento dos mandados de prisão e das medidas cautelares criminais determinadas pelo Poder Judiciário, a equipe composta pelos Juízes Auxiliares da Corregedoria Nacional de Justiça Liz Rezende de Andrade e Otávio Henrique Martins Port, assessorados pelos servidores Débora Cristina Ruivo, do Tribunal de Justiça de São Paulo, e Rodolfo Alexandre da Silva, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, visitou, no período de 22 a 26/01/2024, a Sede do Plantão Judiciário da Capital; a Central de Mandados da Capital; as 3 (três) Varas Especializadas em Organizações Criminosas da Capital; as Varas Criminais de Duque de Caxias – 1ª, 2ª, 3ª e 4ª (Vara do Júri), a Central de Mandados de Duque de Caxias; a Vara Criminal de Itaguaí e a Central de Mandados de Itaguaí.

Convém salientar que as comarcas foram escolhidas para análise por amostragem, tendo sido as 2 (duas) do interior do estado selecionadas, considerando-se o índice de criminalidade.

3.2.1 PLANTÃO JUDICIÁRIO CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TJRJ)

O plantão judiciário denominado "noturno" do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro funciona todos os dias, das 18 horas às 11 horas do dia seguinte,

e o plantão "diurno", nos fins de semana, recesso judiciário, feriados e pontos facultativos, das 11 horas às 18 horas.

O plantão noturno funciona na Sede do Plantão Judiciário da Capital, situado na Rua Dom Manoel s\nº – Centro, de forma presencial, nos termos do art. 1º[5] da Resolução TJ/RJ nº 33/2014[6].

Para o plantão diurno, o Tribunal de Justiça dividiu o estado em 10 regiões. O funcionamento ocorre, de forma presencial, no Fórum no qual está lotado o Juiz plantonista.

Os oficiais de Justiça lotados nos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores, do Serviço de Administração do Plantão Judiciário cumprem os mandados judiciais expedidos nos plantões noturnos e diurnos em todo o estado do Rio de Janeiro (Provimento CGJ nº 30/2021 – art. 355 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça – Parte Judicial).

Os mandados judiciais expedidos pelo Serviço de Administração do Plantão Judiciário, no plantão noturno dos dias úteis e nos plantões diurno e noturno dos fins de semana, recesso e feriados, são cumpridos imediatamente pelos Oficiais de Justiça lotados nos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores, dentro da sua zona de atuação.

É permitido o encaminhamento do mandado às Centrais de Cumprimento de Mandados e aos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores das comarcas situadas fora da zona de atuação dos Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores do Serviço de Administração do Plantão Judiciário, nos dias úteis, bem como nos plantões diurno e noturno de fins de semana e feriados. Nesse caso, os mandados são remetidos às serventias que estão em regime de plantão regional (art. 353, parágrafo único, do Provimento CGJ nº 30/2021)[7].

O sistema utilizado nos plantões criminais é o de Distribuição e Controle de Processos (DCP). Quando o processo é distribuído no sistema DCP, a sua tramitação seguirá nesse sistema.

---

[5] "Art. 1º A prestação jurisdicional atende a direito fundamental, constitui serviço público essencial em regime contínuo e ininterrupto e, além do expediente forense normal, será realizada em plantões judiciários, para conhecer de medidas de caráter urgente, em ambos os graus de jurisdição, inclusive nos finais de semana e feriados, realizando se:
I – o plantão de primeiro grau noturno das dezoito horas às onze horas do dia seguinte;
II – o plantão de primeiro grau diurno das onze horas às dezoito horas, nos dias em que não houver expediente forense;
III – o plantão do segundo grau noturno das dezoito horas às onze horas do dia seguinte;
IV – o plantão de segundo grau nos dias em que não houver expediente forense das onze horas às onze horas do dia seguinte."

[6] Disponível em: https://www.conjur.com.br/dl/re/resolucao-33-2014-tjrj.pdf. Acesso em: 04 abr. 2024.

[7] Disponível em: https://cgj.tjrj.jus.br/documents/1017893/1037310/codigo-de-normas-da-corregedoria-parte-judicial.pdf/f184dce7-bbd0-295f-9e3a-189a4945051e?version=1.8. Acesso em: 04 abr. 2024.

3.2.2 ANÁLISE DO FUNCIONAMENTO DO PLANTÃO JUDICIÁRIO CRIMINAL DA CAPITAL DO RIO DE JANEIRO, DE DUQUE DE CAIXAS E ITAGUAÍ

Na capital fluminense, as instalações físicas da unidade são satisfatórias. Há detector de metais e um servidor controlando o acesso na entrada do prédio, carceragem, quartos equipados com ar-condicionado, banheiro, cama e televisão para descanso dos magistrados e servidores, assentos suficientes para acomodação do público, equipamentos de informática modernos e adequados para utilização dos servidores e magistrados.

Funciona no espaço próprio do plantão, também, a Central Judiciária de Abrigamento Provisório da Mulher Vítima de Violência Doméstica (Cejuvida), equipada com geladeira, televisão, brinquedos para atendimento das crianças e itens básicos de higiene, com atendimento psicológico para as vítimas.



Entrada da Sede do Plantão da Capital – TJRJ.



Sala de Audiência da Sede do Plantão da Capital – TJRJ.



Sala da CEJUVIDA na sede do Plantão Judiciário da Capital – TJRJ.


Interior da sala do Cejuvida

As audiências de custódia são realizadas todos os dias úteis e feriados, a partir das 13 horas.

Há, no TJRJ, 3 (três) Centrais de Audiências de Custódia, localizadas na capital, em Volta Redonda e em Campo de Goytacazes.

A Central de Custódia da Capital funciona na Cadeia Pública José Frederico Marques, em Benfica; a de Volta Redonda, na Cadeia Pública Franz de Castro Holzwarth e a de Campos de Goytacazes, na Penitenciária Carlos Tinoco da Fonseca.

A depender do local da prisão, o preso é encaminhado a algum desses locais.

Os Juízes designados ficam exclusivamente responsáveis pelas audiências de custódia, em sistema de rodízio (Resolução TJ/RJ nº 29/2015).

Em Duque de Caxias e Itaguaí, as instalações físicas são satisfatórias. Os plantões são realizados no Cartório vinculado ao magistrado designado para o plantão. Há ar-condicionado, equipamentos de informática em número suficiente, banheiro privativo para os magistrados e servidores, local adequado para que os servidores possam fazer refeições e a segurança interna do prédio é adequada. No entanto, a segurança no entorno dos fóruns é bem precária, fato que gera insegurança aos magistrados e servidores que ali trabalham.

Para o plantão diurno, o Tribunal de Justiça dividiu o Estado em 10 regiões – capital e 9 (nove) regiões localizadas na Baixada Fluminense e interior. Cada região compreende um grupo de comarcas.

O plantão noturno funciona apenas na capital (das 18 horas às 11 horas do dia seguinte) e atende a todo o estado do Rio de Janeiro e em todas as matérias. Há 4 (quatro) equipes fixas compostas por 5 (cinco) servidores e 1 (um) magistrado, atuando em regime de revezamento. No total, 20 servidores e 4 (quatro) magistrados atuam nos plantões noturnos, atendendo a todo o estado.

Os magistrados atuam no plantão a cada 4 (quatro) dias, pelo período de 4 (quatro) meses.

Nos plantões diurnos da capital atuam os servidores do cartório designado, os quais contam com o auxílio de 2 (dois) servidores da equipe do plantão noturno.

Nos plantões regionais diurnos, os magistrados e os servidores das próprias unidades judiciárias desempenham as atividades. Cada uma dessas unidades faz, aproximadamente, 2 (dois) plantões por ano, em sistema de rodízio com as demais unidades que integram a mesma região.

Segundo dados fornecidos pela 1ª e 2º Varas Criminais de Duque de Caxias e pela Vara Criminal de Itaguaí, bem como informações dos magistrados e servidores das unidades visitadas – 1ª, 2º, 3º e 4º Vara Criminal de Duque de Caxias e de Itaguaí – grande parte das ações distribuídas nos plantões judiciários referem-

se à violência doméstica – pedidos de medidas protetivas; pedidos de busca e apreensão de adolescentes e pedidos de revogação/relaxamento de prisão.

Não se observou o uso do plantão judiciário para a obtenção de decisões que determinam a realização de operações policiais em comunidades.

A atuação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e das Polícias Civil e Militar nos plantões judiciários de todo o estado é feita de maneira digital, pelo sistema DCP utilizado nos plantões de todo o estado.

Nos casos de busca e apreensão de adolescentes e de pedidos de revogação/relaxamento de prisão, nos quais a autoridade policial comparece presencialmente ao plantão para apresentação do adolescente em conflito com a lei ou da pessoa presa, a distribuição e/ou o peticionamento permanece de maneira eletrônica.

Segundo informações do servidor Emilson de Lima Cardoso, que chefia o plantão da capital, bem como dos Diretores de Secretaria de Duque de Caxias e de Itaguaí, entre 09/06/2020 (data do deferimento da liminar na ADPF nº 635/RJ) até a data da visita do CNJ – 24/01/2024 – não foram deferidas medidas cautelares criminais nos plantões judiciários noturno e diurno da capital e nos plantões de fins de semana e recesso de Duque de Caxias e de Itaguaí, que demandassem a organização e atuação de uma operação policial.

Constatou-se que, apesar de o plantão noturno funcionar das 18 horas às 11 horas do dia seguinte, em alguns dias, os servidores e magistrados plantonistas precisaram exceder esse horário para concluir o trabalho pendente, uma vez que o plantão noturno atende a 10 regiões do estado, como antes pontuado.

No último edital aberto pelo TJRJ, para habilitação de magistrados interessados em atuar nos plantões noturnos, apenas 3 (três) dos 4 (quatro) magistrados que já atuavam no plantão inscreveram-se, Orlando Eliazaro Feitosa, Ane Cristine Scheele Santos e Sabrina Borba de Brito Ravache, os quais foram reconduzidos. Como não houve interessados em número suficiente (4), a presidência reconduziu, também, o magistrado Alexandre Rodrigues de Oliveira, embora ele não tenha se inscrito no edital.

Observou-se, em diálogo com alguns juízes, durante as visitas, que, devido ao incremento da demanda processual no plantão noturno, houve desinteresse dos magistrados em desempenhar tal atividade.

3.2.3 CENTRAIS DE MANDADOS DO ESTADO RIO DE JANEIRO – CAPITAL, BAIXADA FLUMINENSE E INTERIOR

As Centrais de Mandados funcionam todos os dias úteis, das 11 horas às 19 horas, período no qual há sempre um oficial de justiça de plantão para o cumprimento das ordens judiciais urgentes (art. 354 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça – Parte Judicial)[8]. No caso de comunicação pelo Cartório no sentido de que haverá o encaminhamento de um mandado para cumprimento de determinação judicial urgente após às 19 horas, o Oficial de Justiça do plantão aguarda o envio do mandado para cumprimento imediato (art. 352, § 3º, do Código de Normas)[9].

As Centrais de Mandados e os Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores têm atribuição territorial para o cumprimento das ordens judiciais correspondentes à área de atribuição territorial dos Fóruns das Comarcas em que estão instaladas (art. 363 do Código de Normas).[10]

As Centrais de Mandados instaladas no Fórum Central da Capital são as únicas unidades executoras de mandados do estado que possuem especialidade:

- CCM Criminal;
- CCM VEP;
- Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores Auditoria Militar;
- CCM Cível;
- CCM Família;
- CCM Fazenda Pública; e
- Núcleos de Auxílio Recíproco de Oficiaisde Justiça Avaliadores VIJ/VEMSE.

As demais centrais atuam com todas as matérias.

---

[8] "Art. 354. O OJA designado para os plantões permanecerá à disposição dos Órgãos da 2ª Instância, do juiz, do Encarregado pela CCM ou do Responsável Administrativo do NAROJA, nas dependências da CCM ou do NAROJA, no período das 11 horas às 19 horas, somente poderá se ausentar para o cumprimento das medidas urgentes."

[9] Art. 352. O OJA cumprirá os seguintes regimes de plantão em sua unidade organizacional:
[...]

§ 3º. O OJA deverá permanecer após as 19 horas, desde que a serventia judicial comunique que será encaminhado mandado depois desse horário para cumprimento urgente.

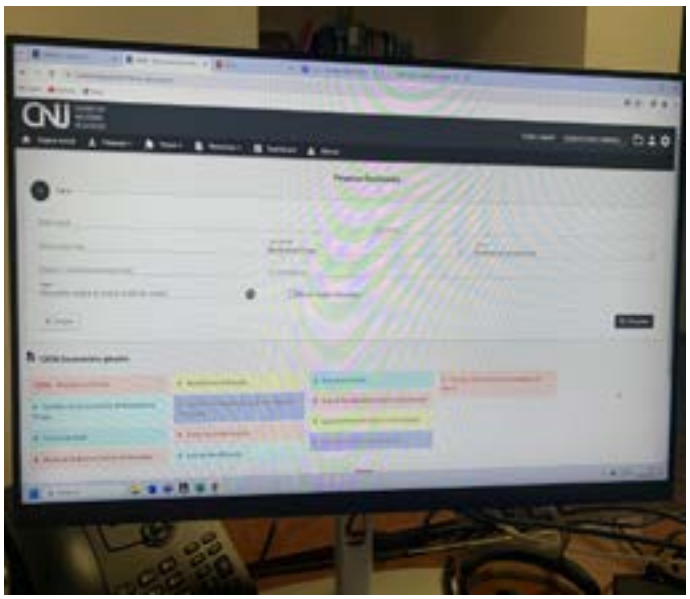
[10] Art. 363. As CCM e os NAROJA têm atribuição territorial para o cumprimento das ordens judiciais correspondentes à área de atribuição territorial dos Fóruns das Comarcas em que estão instaladas.

3.2.4 ANÁLISE

a) DO FUNCIONAMENTO DAS CENTRAIS DE MANDADOS CRIMINAIS DA CAPITAL, DUQUE DE CAXIAS E ITAGUAI.

Segundo dados extraídos pela equipe de Tecnologia da Informação do TJRJ, nos sistemas DCP e Processo Judicial Eletrônico (PJe), há, nas Centrais de Mandados do Estado, 10.341 mandados de prisão e medidas cautelares criminais diversas de prisão pendentes de cumprimento.

No BNMP, há 12.036 mandados de prisão aguardando cumprimento em todo o estado do Rio de Janeiro.

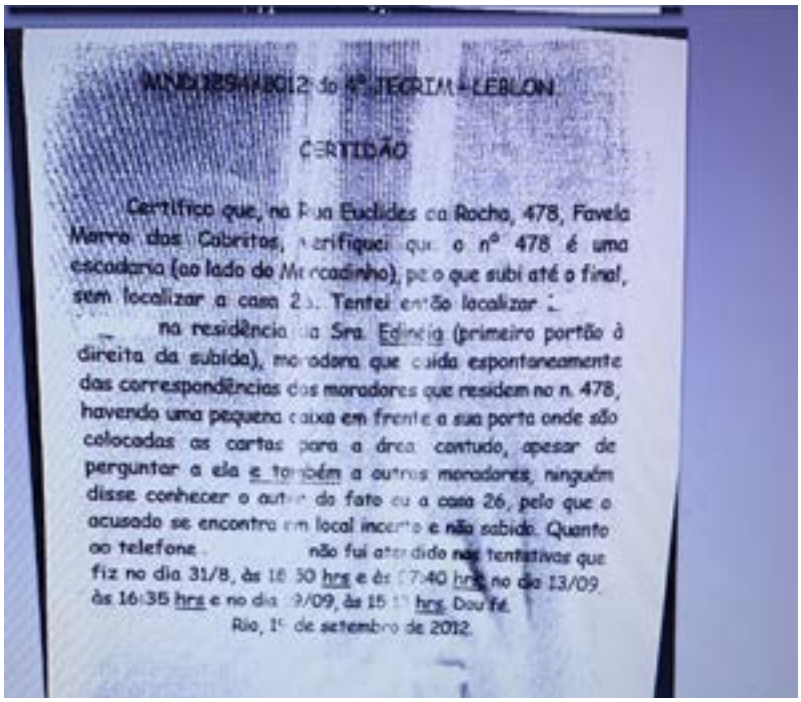


Dados extraídos do BNMP no dia 1/2/24 informando a quantidade de mandados de prisão pendentes de cumprimento no Estado do Rio de Janeiro.

A diferença entre os dados existentes nos sistemas processuais utilizados pelo TJRJ, DCP e PJE, e no BNMP deve-se ao fato de o DCP possibilitar que as Varas selecionem a opção de enviar os mandados de prisão às Centrais de Mandado e à Divisão de Capturas da Polinter do Rio de Janeiro ou apenas à Divisão de Capturas da Polinter do Rio de Janeiro.

Face à ampliação dos territórios ocupados pelas facções criminosas e milícias no estado, não é possível o cumprimento, pelos Oficiais de Justiça, de mandados de prisão e de medidas cautelares criminais diversas da prisão nas comunidades (art. 400 das Normas da CGJ do TJRJ), razão pela qual algumas serventias judiciais optam por lançar os mandados de prisão no BNMP e enviar diretamente à Polinter, sem remessa às centrais de mandados.

Esse avanço territorial das facções criminosas e das milícias no Rio de Janeiro pode ser observado nas certidões de Oficiais de Justiça exaradas em períodos diferentes para cumprimento de mandados em um mesmo local, no caso a "*Favela do Morro dos Cabritos*":



CERTIDÃO

Certifico que, na Rua Euclides da Rocha, 478, Favela Morro dos Cabritos, verifiquei que o nº 478 é uma escadaria (ao lado do Mercadinho), pelo que subi até o final, sem localizar a casa 26. Tentei então localizar na residência da Sra. Edinéia (primeiro portão à direita da subida), moradora que coleta espontaneamente das correspondências dos moradores que residem no n. 478, havendo uma pequena caixa em frente a sua porta onde são colocadas as cartas para a área. contudo, apesar de perguntar a ela e também a outros moradores, ninguém disse conhecer o autor do fato ou a casa 26, pelo que o acusado se encontra em local incerto e não sabido. Quanto ao telefone não fui atendido nas tentativas que fiz no dia 31/8, às 18:30 hrs e às 17:40 hrs, no dia 13/09 às 16:35 hrs e no dia 9/09, às 15:17 hrs. Dou fé.

Rio, 1º de setembro de 2012.

Certidão do Oficial de Justiça demonstrando que em 2012 era possível cumprir mandado na "Favela do Morro dos Cabritos".



Certifico que, no dia 15/9, em ação da rotina correspondente ao endereço na Rua Euclides da Rocha, 648, Morro dos Cabritos, tratando-se de endereço em área de difícil acesso, como informado pelo policial CB 299 Carneiro, lotado no pelotão da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) dos TABAJARAS (UPP TAB), havendo risco de confronto com traficantes armados caso ocorresse acompanhado de Guarnição Tática - GAP, Posto isto, procedi com as cautelas de art. 303 do Código de Normas, a diligência do mandado da Comunidade dos Cabritos fica no n. 103, também no mesmo da "favela, em único de risco. E mais certificando, não ao dia respondida até o momento da devolução. Quanto ao requerido não obtive contato físico, segundo mensagem de moradora, não sendo localizada na rota local do WhatsApp, não sendo respondida a mensagem enviada no dia 02/10 (ANEXO). Diante disto, deixo de citar e intimar.

Dou fé.

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2023.

Certidão do Oficial de Justiça demonstrando a expansão do crime organizado, pois em 2023 não é possível adentrar à "Favela do Morro dos Cabritos" para cumprimento de mandado.

Observa-se, por meio das certidões acima, que, no ano de 2012, o Oficial de Justiça adentrava na favela *Morro dos Cabritos*, localizada entre Copacabana e a Gávea, para cumprimento de mandado. No entanto, 11 anos depois, em 2023, não é possível incursionar no mesmo local, por se tratar de área de risco.

A situação é tão grave que, quando os Oficiais de Justiça pedem auxílio às Polícias Civil e Militar para cumprimento dos mandados, a resposta é de que não há como adentrar nas comunidades, ainda que por meio de uma operação policial, pois, a presença no local de uma única viatura policial, poderia gerar um confronto armado entre os agentes públicos e traficantes de drogas que controlam o acesso no local, conforme se depreende da certidão exarada no Processo nº 0012908-06.2020.8.19.0001, que tramita perante a 2ª Vara Criminal de Duque de Caxias:



Certidão do Oficial de Justiça narrando não ser possível adentrar à comunidade "Vila Esperança" para cumprimento de mandado por se tratar-se de área dominada pelo Crime Organizado.

Na visita, foram ouvidos o Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Sandro Pitthan Espíndola, o magistrado do plantão noturno, Alexandre Rodrigues de Oliveira, os representantes da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro , Tathiane Campos Soares, e do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro , Paula Azambuja Martins, e os servidores Emilson de Lima Cardoso, Max Eduardo Mariotti e Eraldo Jaques de Oliveira.

Todos relataram o bom funcionamento do plantão.

b) VARAS CRIMINAIS

b.1. CENTRAL DE PROCESSAMENTO CRIMINAL DA CAPITAL (1ª, 2ª E 3ª VARAS ESPECIALIZADAS EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA DO RIO DE JANEIRO)

b.1.1. INSTALAÇÕES FÍSICAS, DADOS FUNCIONAIS E ACERVO

As instalações físicas da unidade são satisfatórias, há detector de metais e um servidor controlando o acesso na entrada do prédio, ar-condicionado, equipamentos de informática modernos e adequados, local para café e refeições, banheiros privativos para servidores e magistrados e mesas suficientes para utilização de todos os servidores que atuam na unidade.

A unidade é composta pela 1ª, 2ª e 3ª Varas Especializadas em Organização Criminosa (Ato Normativo Conjuntos TJ/CGJ nº 20/2022).

Na Central de Processamento Criminal da Capital, responsável pelo processamento das 3 (três) varas citadas, tramitam 2.589 processos, dentre os quais 226 estão sob segredo de justiça absoluto, no sistema DCP.

Atuam, na unidade, juízes titulares e juízes auxiliares: a 1ª Vara tem 1 (um) juiz titular e 2 (dois) auxiliares, os juízes Richard Robert Faircloug, Thales Nogueira e Gustavo Kali; o juiz Juarez Costa atua na 2ª Vara e o magistrado Alexandre Abrahão, na 3ª Vara.

A Central de Processamento Criminal da Capital tem 28 servidores, dos quais 15 atuam exclusivamente no cartório, no processamento dos feitos, e 13 são assessores de magistrados, 3 (três) estão lotados no gabinete do magistrado Richard Robert Faircloug; 1 (um) no gabinete do magistrado Thales Nogueira e Gustavo Kalil; 4 (quatro) no gabinete do magistrado Juarez Costa e 3 (três) no gabinete do magistrado Alexandre Abrahão.

O sistema utilizado pela unidade para tramitação dos processos é o sistema DCP.

b.1.2. ANÁLISE DO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

Na unidade, tramitam todos os processos que tenham por objeto crimes perpetrados por organizações criminosas em todo o estado do Rio de Janeiro.

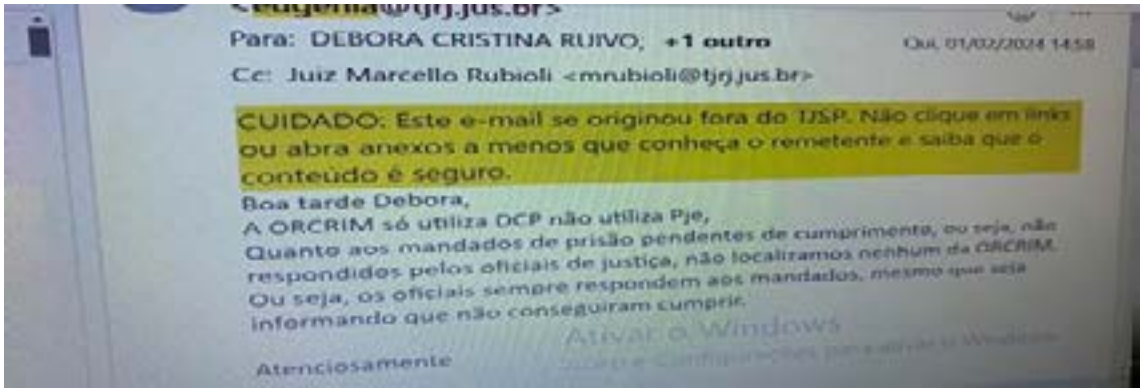
Excetuando-se os processos que tramitam sob sigilo absoluto, aos quais possuem acesso apenas o magistrado e 1 (um) assessor designado, os demais processos da unidade são conduzidos pelos 15 servidores lotados na Vara, que processam o expediente da 1ª, 2ª e 3ª Varas Especializadas em Organizações Criminosas da Capital.

Em regra, os processos tramitam com sigilo absoluto até o oferecimento da denúncia, momento em que passam a tramitar sob segredo de justiça ou sem sigilo algum, a depender da necessidade da manutenção, ou não, do segredo de justiça.

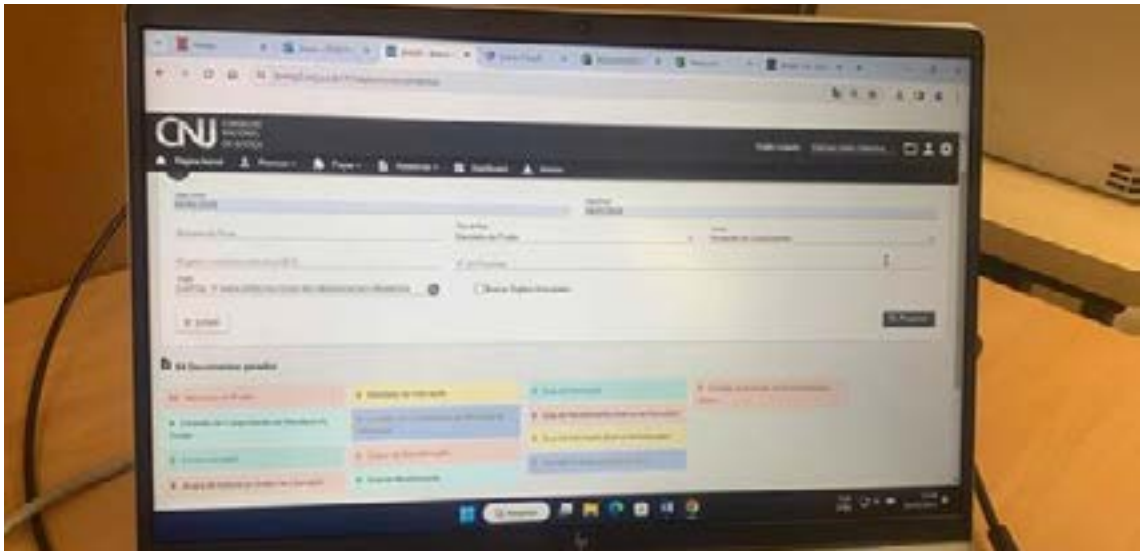
Durante a visita do CNJ, os juízes titulares e auxiliares, que atuam na unidade, apontaram que houve uma redução substancial no número de operações policiais, em especial no ano de 2023, em virtude de um *"desmantelamento"* do Grupo de Atuação Especializada no Combate ao Crime Organizado (GAECO/MP), grande responsável pelos pedidos de medidas cautelares criminais que aportavam no Poder Judiciário fluminense.

Em consulta ao sistema DCP, não foram encontrados processos pendentes de cumprimento de mandados de prisão e de medidas criminais diversas.

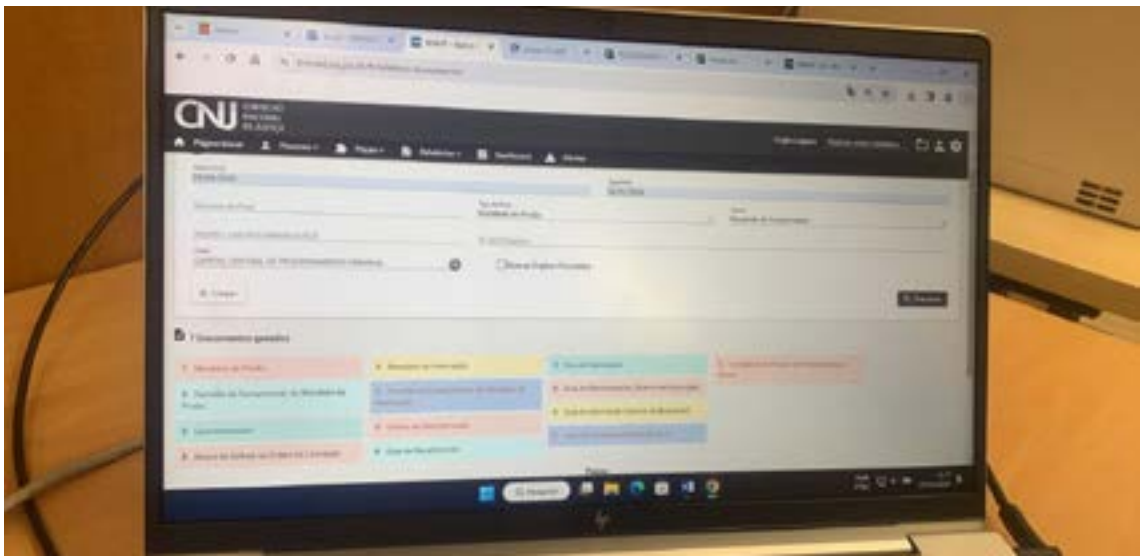
Diante dessa constatação, foi solicitada confirmação junto ao setor de TI do TJRJ, que respondeu o seguinte: "Quanto aos mandados de prisão pendentes de cumprimento, ou seja, não respondidos pelos oficiais de justiça, não localizamos nenhum da ORCRIM. Ou seja, os oficiais sempre respondem aos mandados, mesmo que seja informando que não conseguiram cumprir."



E-mail informando que não há mandados de prisão pendentes de cumprimento na unidade.



Extrato da tela do BNMP demonstrando que na 1ª ORCRIM há 84 processos pendentes de cumprimento de mandado de prisão.



Extrato da tela do BNMP demonstrando que na Central de Processamento Criminal da Capital há 7 processos pendentes de cumprimento de mandado.

Os servidores da unidade relataram que há interoperabilidade entre os sistemas DCP e BNMP e que o mandado de prisão é emitido diretamente no BNMP. Notou-se que há divergências entre os dados existentes no DCP e no BNMP, pois, embora no DCP não constem processos pendentes de cumprimento de mandados de prisão e/ou de medidas cautelares diversas da prisão (conforme verificado por esta equipe e confirmado pela TI do TJRJ por e-mail), no BNMP constam as pendências indicadas acima.

c) VARAS CRIMINAIS DE DUQUE DE CAXIAS (1ª, 2ª, 3 E 4ª VARAS) E DE ITAGUAÍ

c.1. INSTALAÇÕES FÍSICAS, DADOS FUNCIONAIS E ACERVO

As instalações físicas da Vara Criminal de Itaguaí são satisfatórias, há detector de metais e um servidor controlando o acesso na entrada do prédio, ar-condicionado, equipamentos de informática modernos e adequados para a realização do trabalho, local para café e refeições, banheiros privativos para servidores e magistrados e mesas suficientes para utilização de todos os servidores que atuam na unidade.



Fachada do Fórum de Itaguaí.

Há, na Vara Criminal de Itaguaí, 2.754 processos em andamento, dentre os quais 10 tramitam sob sigilo absoluto. Seiscentos e quarenta e um (641) tramitam no sistema PJe e 2.113, no DCP.

Há juiz titular na unidade e 4 (quatro) servidores, sendo que 1 (um) atua como assessor de magistrado.

Os plantões judiciários de fins de semana, recesso, feriados prolongados e pontos facultativos são realizados na Vara Criminal de Itaguaí, conforme designação da Corregedoria-Geral de Justiça do TJRJ, por meio de sistema de rodízio entre as unidades da região, com o auxílio dos servidores lotados na unidade, com a presença do chefe da unidade em todos os plantões (Resolução TJ/RJ nº 33/2014).

As instalações físicas do Fórum de Duque de Caxias são satisfatórias, há detector de metais e um servidor controlando o acesso na entrada do prédio, ar-condicionado, equipamentos de informática modernos e adequados para a realização do trabalho, local para café e refeições e banheiros privativos para servidores e magistrados.



Fachada do Fórum de Duque de Caxias – RJ.

Na 1ª Vara Criminal de Duque de Caxias, o juiz titular é André Luiz Duarte Coelho; existem 5 (cinco) servidores lotados, dos quais 2 (dois) atuam como assessores de magistrado.

A unidade tem 2.930 processos em tramitação, com 11 processos tramitando sob sigilo absoluto.

Na 2ª Vara Criminal de Duque de Caxias, o juiz titular é Alexandre Guimarães Gavião Pinto. Têm 6 (seis) servidores lotados, dos quais 2 (dois) atuam como assessores de magistrado.

A unidade tem 3.129 processos em tramitação, com 11 processos tramitação sob sigilo absoluto.

Na 3ª Vara Criminal de Duque de Caxias, a juíza titular é Raphaela de Almeida Silva. A unidade tem 8 (oito) servidores lotados, dos quais 4 (quatro) atuam como assessores de magistrado.

A unidade tem 3.384 processos em tramitação, com 59 processos tramitando sob sigilo absoluto.

Na 4ª Vara Criminal de Duque de Caxias (Vara do Júri), a juíza titular é Anna Christina da Silveira Fernandes.

A unidade tem 1.073 processos em tramitação, dos quais 25 são físicos, nenhum tramitando sob sigilo absoluto. Há 6 (seis) servidores lotados, dos quais 2 (dois) atuam como assessores de magistrado.

c.2. ANÁLISE PROCESSUAL POR AMOSTRAGEM

Para análise processual, foram checados os processos pendentes de cumprimento de mandados nos sistemas DCP e BNMP 2.0. Na Vara Criminal de Itaguaí, foram constatados 37 processos pendentes de cumprimento de mandados.

Por amostragem, foram analisados 17 processos na Vara Criminal de Itaguaí, cabendo nota dos seguintes processos:

• Processo nº 0001303-74.2020.8.19.0024:

ID 000084: decisão determinando a expedição de mandado de prisão preventiva em 03/03/2020 com validade até 03/03/2040;

ID 000107: devolução do mandado de prisão em 06/03/2020, por conter erro de digitação – mandado com validade de 03/03/2020, data da prolação da decisão;

ID 000137: mandado revogado em 18/01/2022 para expedição de outro e correção do erro;

ID 000141: expedição de novo mandado de prisão em 18/01/2022, com prazo para cumprimento correto; e

ID 000147: mandado de prisão ainda não havia sido cumprido em 13/04/23, segundo a consulta ao Sistema de Identificação Penitenciária (SIPEN), informação que a ré não faz parte do efetivo carcerário – providência da unidade para saber se mandado foi cumprido ou não.

Trata-se da única forma de controle do cumprimento da ordem judicial.

• Processo nº 0008539-24.2013.8.19.0024:

ID 000521: decisão determinando a expedição de mandado de prisão para cumprimento de pena (sentença condenatória), proferida em 08/11/2019;

ID 000543: mandado de prisão expedido em 02/07/2020, com prazo para cumprimento da prisão até 01/07/2036 (prazo prescricional); e

ID 000557: mandado não cumprido ainda, mais de um ano após a sua emissão. Consulta ao SIPEN informa que a ré não faz parte do efetivo carcerário – providência da unidade para saber se mandado foi cumprido ou não.

Da análise, dessume-se que não há controle adequado pela unidade dos processos que estão pendentes de cumprimentos de mandados, uma vez que as consultas feitas no SIPEN para aferir se o réu foi preso são feitas aproximadamente 1 (um) ano após a emissão do mandado.

Em relação às Varas Criminais de Duque de Caxias (1ª, 2º 3º e 4ª vara do Júri), foram analisados, por amostragem, os Processos nº 0156028- 90.2020.8.19.0001 e 0036319-06.2017.8.19.0021 (1ª Vara Criminal); 0240410-50.2019.8.19.0001 e 0058366-32.2021.8.19.0021 (2ª Vara Criminal); 0012390-75.2016.8.19.0021 e 0002002-21.2017.8.19.0008 (3ª Vara Criminal); 0049932-59.2018.8.19.0021 e 0056429-60.2016.8.19.0021 (4ª Vara Criminal), com mandados de prisão pendentes de cumprimento no BNMP.

Verificou-se que possuem andamento satisfatório, compatível com a força de trabalho e acervo das unidades. Todavia, constatou-se, em alguns casos, que, após a determinação de expedição de mandados de prisão, os autos são encaminhados ao arquivo para aguardar o cumprimento das diligências de prisão, conforme exemplo abaixo:

Despacho

Indefiro o requerimento de expedição de CES, ante a impossibilidade de expedir a referida carta antes do cumprimento do mandado de prisão.

Aguarde-se o cumprimento do mandado de prisão no arquivo.

Duque de Caxias, 21/11/2023.

Despacho extraído do processo 0012390-75.2016.8.19.0021.

Não se verificou, nas situações analisadas, determinação de prazo para acompanhamento dos mandados ou cronograma de verificação regular do cumprimento.

Também foi possível constatar na análise dos processos a dificuldade dos oficiais de justiça em cumprir mandados de citação e/ou intimação nas comunidades, seja por conta dos endereços em região de alta periculosidade, como já mencionado nos tópicos sobre as Centrais de Mandados, ou por inconsistência nos endereços, com várias situações de não localização do número ou da rua declinados. Tal fato pode ser explicado pela ausência de atuação efetiva do Poder Público na maioria das comunidades fluminenses, permitindo que os logradouros sejam modificados de forma absolutamente aleatória.

Seguem os exemplos:



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Central de Cumprimento de Mandados de Duque de Caxias de Duque de Caxias

Comarca de Duque de Caxias
Cartório da 3ª Vara Criminal
Processo: 0029628-48.2020.8.19.0021
Mandado: 2022/005128
Documento: 4343/2022/MND

CERTIDÃO NEGATIVA

Certifico e dou fé que, no dia 19/12/22, às 15:00, em cumprimento ao mandado em referência, dirigi-me ao endereço indicado, à Rua Nossa Senhora Aparecida, pequena transversal entre as ruas Deiseiro Gouveia e Jose de Azevedo, onde **DEIXEI DE EFETUAR A CITAÇÃO E INTIMAÇÃO** de BRENO DE LIMA PERES, em razão de ter percorrido a referida rua, mas não ter encontrado qualquer indicação de "Quadra 10". Trata-se de rua de extensão muito pequena, com apenas quatro imóveis, sendo que apenas a casa de numero "26-A" tem alguma identificação. Seu morador, o sr Antonio, afirmou desconhecer a pessoa procurada, apesar de viver no local há muito tempo.

Dou fé a veracidade do exposto.

Exemplo 1 – Não localização do endereço.

Cartório da 4ª Vara Criminal
Processo: 0035559-86.2019.8.19.0021
Mandado: 2022013354
Documento: 1485/2022/MND

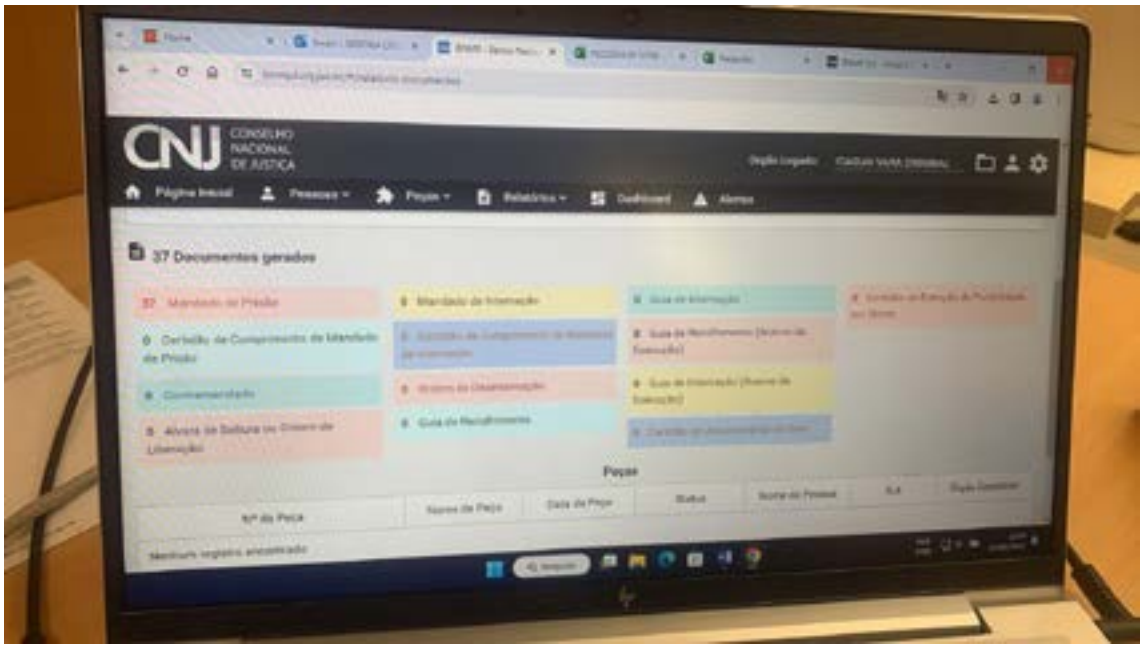
CERTIDÃO NEGATIVA

Certifico que, em cumprimento ao mandado, nesta data, às 14:00, compareci ao seguinte endereço: RUA MONTE LÍBANO SURUÍ, onde, DEIXEI DE PROCEDER A INTIMAÇÃO DE JHONE DOS SANTOS DOMINGUES , em razão de NÃO LOCALIZAR O NÚMERO 171 NO LOGRADOURO.. Conforme informação prestada por ELIAS NO N.205.
O referido é verdade e dou fé.

Exemplo 2 – Não localização da numeração.

c.3. ANÁLISE DO FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES

Há, na Vara Criminal de Itaguaí, 37 mandados de prisão pendentes de cumprimento, conforme se infere da imagem extraída do BNMP:



Mandados de prisão pendentes de cumprimento na vara Criminal de Itaguaí - Dados extraídos do BNMP.

A Vara Criminal de Itaguaí informou que não há dificuldade para cumprimento dos mandados emitidos nos plantões, desde que não seja em área conflagrada pela violência, pois há oficial de justiça de plantão para cumprimento dos mandados e a comunicação com as polícias e com o Ministério Público é eficiente.

Relatou, ainda, que há uma equipe de informática à disposição dos plantões, e, caso ocorra algum problema de informática, ele é sanado imediatamente.

Para tramitação dos processos, a unidade utiliza o sistema DCP e o PJe. Para tramitação dos processos dos plantões, utiliza apenas o sistema DCP.

Durante a visita, o juiz titular da unidade, Edson Ponte Burlamaqui, que atua na unidade, apontou que houve expansão territorial significativa do crime organizado no município, o que foi corroborado pelos servidores.

Os servidores relataram que a segurança interna do prédio é adequada. No entanto, no entorno do prédio a sensação de insegurança é enorme, pois não há mais áreas específicas no município em que a violência predomina, há áreas com maior ou menor predominância de violência, sendo a insegurança grande em todo o município.

Entre 09/06/2020 e 26/01/2024, foram distribuídos 64 processos nos plantões judiciários realizados pela unidade, média de, aproximadamente, 13 processos por ano, dos quais 60% foram pedidos de medidas protetivas (Lei Maria da Penha), 12,5% foram de internação de adolescentes, 10% a pedidos de revogação/relaxamento de prisão, 2,5% a pedidos de prisão em flagrante, 2,5% a pedidos de prisão temporária e 12,5% foram de matérias cíveis diversas.

A unidade relatou que a maior parte das medidas distribuídas nos plantões se referem a medidas protetivas – Lei Maria da Penha e apreensão de adolescentes em conflito com a lei. Esclareceu, ainda, que, entre 09/06/2020 e 26/01/2024, não foram protocolados pedidos de prisão, pedidos de quebra de sigilo bancário, fiscal ou telefônico, e que não houve nenhuma operação policial determinada pela unidade na qual houvesse o aproveitamento da operação para cumprimento de mandados de prisão.

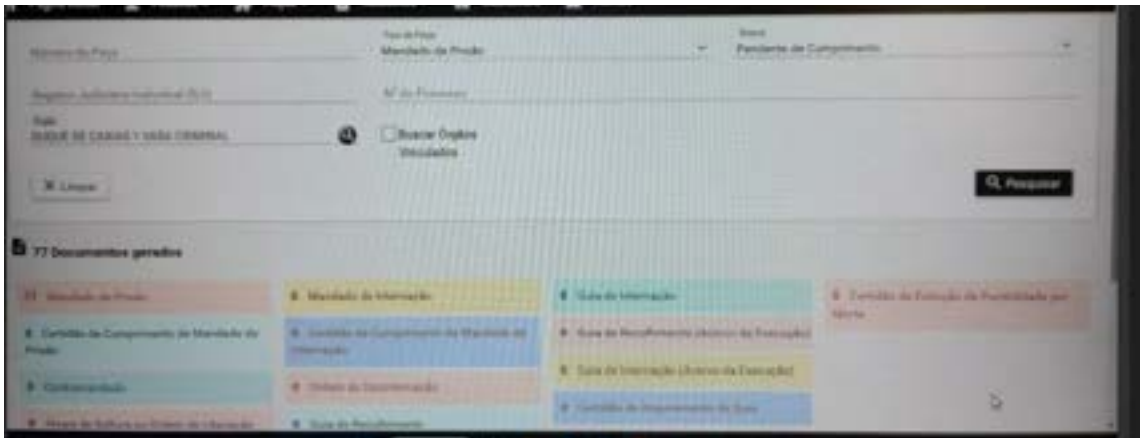
Com relação às Varas de Duque de Caxias, foi verificada a existência de 77 processos com mandados de prisão pendentes de cumprimento no BNMP na 1ª Vara Criminal de Duque de Caxias:



Mandados pendentes de cumprimento na 1ª Vara Criminal de Duque de Caxias - dados extraídos do BNMP.

Entre 09/06/2020 e 24/01/2024 foram distribuídos para a unidade, nos plantões, 65 processos, média de 13 processos por ano, dos quais 73,91% foram pedidos de medidas protetivas (Lei Maria da Penha), 1,44% foram de internação de adolescentes, e 24,65% foram de matérias cíveis diversas.

Há 60 processos com mandados de prisão pendentes de cumprimento no BNMP, relacionados à 2ª Vara Criminal de Duque de Caxias:



Mandados de prisão pendentes de cumprimento na 2ª Vara Criminal de Duque de Caxias – dados extraídos do BNMP.

Entre 09/06/2020 e 24/01/2024, foram distribuídos para a unidade, nos plantões, 53 processos, média aproximada de 10 processos por ano, dos quais 74% foram pedidos de medidas protetivas (Lei Maria da Penha), 9% foram de internação de menores e 17% foram de matérias cíveis diversas.

Há 93 processos com mandados de prisão pendentes de cumprimento no BNMP, na 3ª Vara Criminal de Duque de Caxias:



Mandados pendentes de cumprimento na 3ª Vara Criminal de Duque de Caxias - dados extraídos do BNMP.

Na 4ª Vara Criminal de Duque de Caxias (vara com competência para julgamento dos crimes dolosos contra a vida) há 121 processos com mandados de prisão pendentes de cumprimento no BNMP:



Mandados pendentes de cumprimento na 4ª Vara do Juri de Duque de Caxias - dados extraídos do BNMP.

Entre 09/06/2020 e 24/01/2024, foram distribuídos para a unidade, nos plantões, 64 processos, média aproximada de 13 processos por ano.

No Fórum de Duque de Caxias, constatou-se a existência de bom sistema de segurança, com detectores de metais e seguranças controlando a entrada de pessoas.

Nas unidades judiciárias, percebeu-se a existência, nos cartórios, de mobiliários antigos e sem manutenção (arquivos, mesas e cadeiras).

São utilizados 2 (dois) sistemas processuais: PJe e DCP. O TJRJ aderiu, recentemente, ao sistema eProc, que está em fase de implantação como sistema eletrônico oficial.

Os magistrados criminais de Duque de Caxias informaram à equipe CNJ que encontram sérias dificuldades com relação à segurança, em razão de o Fórum estar localizado em área próxima a uma comunidade violenta, conhecida como "Favela do Lixão", dominada pelo crime organizado e com cotidiano de violência armada.

Segundo alguns relatos, para concessão de segurança institucional aos magistrados, é necessária comprovação de ameaça grave que justifique o deferimento de escolta ou proteção especial.

Os servidores confirmaram as condições de insegurança e apontaram como causa principal a expansão do território controlado pelo crime organizado na Comarca, o que inclui as imediações do Fórum.

Com relação às operações especiais realizadas pela polícia, os juízes confirmaram a informação dos juízes da capital, no sentido de que houve diminuição dessas operações em razão de o GAECO/MP não apresentar mais pedidos como antes, principalmente no ano de 2023.

Diante da diminuição dessas operações, o cumprimento de mandados de prisão na maioria das comunidades ficou prejudicado, ante a impossibilidade de mobilização de aparato policial suficiente para o cumprimento de mandados de prisão.

Não foram apontadas dificuldades para realização do plantão criminal, que funciona aos sábados, domingos e feriados, das 11h às 18h. Os juízes e servidores informaram que dispõem de boa assistência técnica do setor de informática do Tribunal de Justiça para a realização dos plantões.

Os plantões em Duque de Caxias apresentam como principais demandas medidas cautelares e protetivas no âmbito da violência doméstica (Lei Maria da Penha) e representações envolvendo adolescentes em conflito com a lei, apresentadas pelo Ministério Público. Em menor número, aparecem as ações com pedidos de internação hospitalar e fornecimento de medicamentos.

Em razão da divisão dos plantões no estado, as varas da Comarca participam, no máximo, de 1 (um) plantão anual e, em razão disso, o plantão é realizado com a participação de todos os servidores lotados na Vara, quando escalada.

Nos plantões de Duque de Caxias, não foram registrados pedidos de operações policiais de médio ou grande porte durante o período pesquisado (entre 09/06/2020 e 24/01/2024) tampouco registro, no âmbito da atuação judicial, do emprego da inteligência policial para contenção de ações de expansão territorial de organizações criminosas.

Requisições de uso da força policial para atuação no plantão são atendidas mediante prévio agendamento. Nesse ponto, os oficiais de justiça relataram que, em casos de emergência no dia a dia do cumprimento de mandados, o auxílio da força policial é deficiente, ante a alegação de baixo efetivo.

Com relação à segurança no cumprimento de mandados e impossibilidade de acesso dos oficiais de justiça de Duque de Caxias nas comunidades, a certidão abaixo, expedida em 31/10/2023, extraída do Processo nº 0036319-06.2017.8.19.0021 (1ª Vara Criminal de Duque de Caxias, mandado nº 2023.038357, documento 1.916/2023/MND, nominada de "Certidão Negativa (periculosidade), descreve minuciosamente a situação atual e a mudança havida nos últimos anos com o avanço das facções criminosas no domínio das comunidades naquela comarca, situação idêntica à relatada na capital do estado do Rio de Janeiro:

> Certifico que mesmo cumprindo, integralmente, o que dispõem os arts. 400 e seguintes do CNCGJ/2021, DEIXEI DE INTIMAR A PESSOA REFERIDA, REGIANE LOURENÇO DE OLIVEIRA. O endereço constante do mandado (RUA ESTRELA DALVA/PARADA ANGÉLICA), fica situado em local considerado perigoso ("área de risco"), no interior da comunidade VILA ESPERANÇA. É certo que este OJA, durante anos, vinha cumprindo mandados naquela comunidade, sempre acompanhado do então presidente da Associação de Moradores local, conhecido como "PASTOR ROBERTO". Acontece que esse colaborador voluntário e/ou moradores do entorno da comunidade me aconselharam a evitar cumprir diligências naquela região, que, já há algum tempo, vive envolvida em conflitos armados. Quanto à periculosidade do local supramencionado, tal fato fora confirmado por policiais militares do 15º BPMERJ/DUQUE DE CAXIAS-RJ e por policiais civis lotados na 62ª Delegacia de Polícia/Imbariê, neste Município. Em outra oportunidade, compareci à sede da 62ª Delegacia de Polícia – Imbariê, neste Município, e, em contato com o Delegado de Polícia TULLIO ANTONIO PALOSI, matrícula nº 853051-1, Titular daquela UPJ, o mesmo declarou que, por razões óbvias, tratando-se de comunidade, a só presença de viatura policial no local seria o suficiente para um possível confronto armado entre os agentes públicos e os possíveis traficantes de drogas, implicando elevado risco para a integridade física do Oficial de Justiça e da população local; mas, não se negara a prestar auxílio, no sentido de efetivar o cumprimento do mandado. Posso afirmar, independentemente das informações dos policiais supracitados, que a comunidade Vila Esperança é um local de altíssima periculosidade, pois, durante o tempo em que eu, ali, realizava diligências no sentido de dar cumprimento a mandados de naturezas diversas, acompanhado do presidente da Associação de Moradores local, pude constatar que quase todas as ruas eram (e ainda são) bloqueadas por obstáculos formados por troncos de árvores, blocos de concreto e outros objetos. Muros repletos de pichações exaltando facções criminosas, indivíduos portando armas de fogo dos mais diversos tipos e calibres. Mesmo acompanhado do representante daquela entidade, algumas vezes fui abordado por alguns daqueles indivíduos, só sendo " liberado", após convencê-los de que não se tratava de policial e/ou não portava arma de fogo e/ou de que não tinha em meu poder mandado de prisão. Quanto a auxílio de força policial, não me utilizei de tal recurso, uma vez que estaria expondo a perigo de vida o presidente da Associação de Moradores local, em companhia do qual já cumpri centenas de mandados, em praticamente todas as ruas daquela comunidade, quando isso ainda era possível de se fazer, apesar do risco em potencial. Possíveis traficantes que atuariam naquela região, ao tomarem conhecimento de que eu ali comparecera, acompanhado de policiais, possivelmente iriam procurar aquele colaborador voluntário, e, na melhor das hipóteses, expulsá-lo de sua residência, que fica situada na Vila Esperança. Pior ainda seria se, por ocasião da presença dos policiais, em auxílio no cumprimento do mandado, houvesse confronto armado entre os agentes públicos e os possíveis traficantes, com resultado morte destes últimos. Procedi a pesquisas em sites de buscas/redes sociais, visando a obter um número de telefone, para possível contato com intimando, mas os resultados nas pesquisas restaram negativos.

O referido é verdade e dou fé. Em face do exposto, devolvo o mandado em tela ao Cartório, a fim de que se produzam os regulares efeitos, pondo-me à disposição do Juízo, para futuras diligências. Duque de Caxias, 31 de outubro de 2023.

d) CONCLUSÃO

De modo geral, os plantões noturnos e diurnos do TJRJ funcionam de forma satisfatória em todo o estado, com apoio do Setor de Informáticas e das Centrais de Mandados do Tribunal, sendo necessários pequenos ajustes quanto à necessidade de maior número de magistrados, no plantão noturno, em períodos de maior demanda, como feriados prolongados.

Após as visitas à Sede do Plantão Judiciário da Capital e à Central de Mandados da Capital, os magistrados auxiliares da Corregedoria Nacional de Justiça, Liz Rezende de Andrade e Otavio Henrique Martins Port, reuniram-se com o Corregedor-Geral de Justiça do TJRJ, Desembargador Marcus Henrique Pinto Basílio, Juiz Auxiliar da Presidência do TJRJ, João Luiz Ferraz de Oliveira Lima, Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência do TJRJ, André Ricardo de Franciscis Ramos e com os Juízes Auxiliares da Corregedoria-Geral da Justiça do TJRJ, Sandro Pitthan Espíndola e Rafael Estrela Nóbrega, para compartilharem suas impressões iniciais, e verificarem, em conjunto, quais medidas poderiam ser tomadas pelo TJRJ para sanar algumas questões observadas nas visitas.

Na reunião, após o apontamento das questões que necessitam de aprimoramento, o Corregedor-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Marcus Henrique Pinto Basílio, propôs a instauração de 2 (dois) processos SEI. Tais processos já foram instaurados: um para a reavaliação da necessidade de verificação periódica da manutenção das ordens de prisão em aberto e não cumpridas – SEI CGJ/TJRJ nº 2024-06010103, e outro, para a elaboração de estudo para conferir prazo de validade aos mandados de busca e apreensão e de medidas cautelares criminais diversas – SEI CGJ/TJRJ nº 2024-06009424.

Há necessidade de incluir-se no SEI CGJ/TJRJ nº 2024-06010103, que foi instaurado para reavaliar a necessidade de verificação periódica da manutenção das ordens de prisão em aberto e não cumpridas, a reavaliação dos métodos de envio dos mandados para a Central de Mandados e para a Polinter, por meio do BNMP.

Os servidores relataram que, diante da total impossibilidade de cumprimento dos mandados nas comunidades pelos oficiais de justiça, algumas unidades, que utilizam o sistema DCP, optam por não enviar os mandados às Centrais.

Essa padronização evitaria a concomitância de dados distintos nos sistemas DCP e BNMP.

Diante do aumento substancial dos processos distribuídos nos plantões noturnos nos últimos anos, recomendável se revela a indicação de mais uma equipe, composta por 5 (cinco) servidores e 1 (um) magistrado ou, no caso de impossibilidade de realocação de servidores, de pelo menos mais um magistrado, para atuar nos plantões noturnos de recesso e feriados prolongados, dado o elevado número de feitos distribuídos nesses períodos (no recesso de 2023, foram distribuídos aproximadamente 100 processos por dia para o plantão noturno).

De toda forma, o funcionamento do plantão judiciário do estado do Rio de Janeiro é adequado, eficaz e atende de forma satisfatória às demandas apresentadas, com apoio dos demais atores processuais nos casos em que há necessidade de sua atuação.

3.3. EIXO MINISTÉRIO PÚBLICO

Nos dias 22 e 24 de janeiro de 2024, foi realizada visita institucional à sede do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a fim de colher informações sobre a dinâmica das operações policiais nas comunidades do estado, sob a visão da Instituição, em especial, no que pertine à forma da sua comunicação prévia pelas Polícias estaduais.

Nas ocasiões, os membros do Grupo de Trabalho foram recebidos pelo Senhor Procurador-Geral de Justiça, Dr. Luciano Oliveira, acompanhado de outros membros com atuação específica no contexto narrado.

Foi apresentado o *Painel de Monitoramento das Operações Policiais*, sistema desenvolvido pela Gerência de Análise e Diagnóstico em Geoprocessamento do MPRJ e que ainda se encontra em franca evolução. Tal instrumento tem servido para facilitar o diálogo com as polícias estaduais e conta com mecanismos eficientes e automatizados de comunicação entre as instituições no tocante às operações policiais.

Ponto importante a se destacar é que, conquanto o sistema não tenha surgido da ADPF nº 635, ele foi substancialmente impulsionado e acelerado por ela. Se é verdade que, desde antes, já existiam ferramentas tecnológicas de monitoramento da atividade das polícias, após o advento da aludida Ação Constitucional, o sistema passou a contar com modelos de alertas, formulários

a serem preenchidos pelas polícias e outros dados que permitem ao *Parquet* acompanhar a atuação delas nas operações.

Especificamente no que toca ao fluxo para a recepção e tratamento pelo MPRJ dos dados acerca do início das operações pelas polícias fluminenses, insta reportar o seguinte trecho da detalhada explicação dada aos membros do GT por ocasião da visita *in loco*, e ratificada posteriormente por meio de Ofício de resposta ao CNJ:

> Destarte, pontua-se que foi instituído por meio da Resolução GPGJ nº 2.411/2021, o Grupo Temático Temporário (GTT) "ADPF635" ou "Letalidade Policial", que tem por objetivo "promover iniciativas estratégicas e coordenadas para o atendimento às determinações de redução da letalidade e da violência policial no Estado do Rio de Janeiro, constantes das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso Nova Brasília, e do Supremo Tribunal Federal, no bojo da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 635/RJ".
>
> Nesta toada, as atribuições conferidas ao referido GTT na matéria subjacente se dirigem à interlocução entre os órgãos administrativos e finalísticos do MPRJ e desses com atores externos, visando a monitorar a observância pelos órgãos de execução do MPRJ das seguintes determinações oriundas do julgamento da ADPF nº 635/RJ pelo Supremo Tribunal Federal:
>
> - a priorização, nas investigações de mortes e abusos possivelmente cometidos por policiais, dos procedimentos cujas vítimas sejam crianças ou adolescentes;
>
> – a instauração de procedimentos investigatórios autônomos nos casos de mortes e demais violações a direitos fundamentais cometidas por agentes de segurança;
>
> – a garantia de oitiva da vítima e/ou os seus familiares, assegurando- lhes a possibilidade de apresentar declarações, prestar informações, indicar meios de prova e sugerir diligências, devendo avaliá-las fundamentadamente, bem como notificá-las, do modo que for mais conveniente a essas pessoas, sobre o eventual arquivamento do procedimento investigatório.
>
> O GTT conta com o suporte operacional e técnico de estruturas internas do MPRJ, como a Coordenadoria-Geral de Segurança Pública (COGESP), os Centros de Apoio Operacional, a Coordenadoria-Geral de Promoção da Dignidade da Pessoa Humana, o Grupo de Apoio Técnico Especializado (GATE/MPRJ), a Coordenadoria de Segurança e Inteligência (CSI/MPRJ) e setores de gestão da informação e processamento de dados institucionais (GADG, dentre outros).
>
> Ademais, foi criada no âmbito do MPRJ a já citada Coordenadoria Geral de Segurança Pública (COGESP), órgão permanente instituído a partir da Resolução GPGJ nº 2.409/2021, dedicada a aprimorar as ações institucionais relacionadas ao controle externo da atividade policial e à promoção de ações voltadas à Segurança Pública. Entre suas funções, estão as de efetuar o monitoramento do mapa da criminalidade, consolidar dados relativos a mortes decorrentes de intervenção policial e realizar o diagnóstico e direcionamento da atuação do MPRJ no setor da segurança.
>
> Ainda no que tange às atribuições do GTT, destaca-se o mandato conferido para instituição de canal de atendimento às demandas relacionadas ao controle externo de operações policiais em regime de plantão permanente, em atendimento à determinação do E. STF nos autos da ADPF 635.
>
> Pelas mesmas razões, o MPRJ instituiu e mantém em atividade o Plantão Permanente de Monitoramento de Operações Policiais, destinado ao recebimento de comunicações de operações policiais e de seus relatórios finais, bem como, de relatos de possíveis violações de direitos fundamentais supostamente perpetradas por agentes de segurança do Estado durante operações policiais, disponibilizando-se à sociedade civil, de maneira ininterrupta, um canal unificado, ágil e que comporta o envio de registros em áudio, foto e vídeo.

No Plantão, são adotados protocolos de atendimento, coleta de informações das operações policiais, registro de evidências e de providências de interlocução imediata com entidades da sociedade civil e órgãos públicos, em especial com estruturas de comando e controle das forças de segurança pública, visando à coleta complementar de dados, atuando-se, também, na obtenção de informações junto aos sistemas oficiais, bases de dados e fontes abertas.

A partir das informações recebidas no Plantão, são realizadas diligências de verificação da prévia comunicação oficial e justificação da urgência e excepcionalidade da operação em curso; da eventual afetação de serviços públicos, bem como se houve situação de flagrante ou cumprimento de mandados judiciais.

Quando recebidas notícias de possíveis violações de direitos, ou, de existência de vítimas fatais que possam ocorrer em decorrência das operações policiais, o Plantão, em articulação com os órgãos de comando e controle da segurança pública, busca inicialmente obter uma confirmação preliminar do teor do relato, bem como, o imediato acionamento de socorro médico e polícia técnica (perícias), além da avaliação das condições de segurança na localidade, inclusive para orientar a possibilidade de deslocamento do Promotor Natural ao local dos fatos, sem prejuízo de outras providências porventura recomendadas em cada caso concreto.

Também são adotadas no Plantão de Monitoramento das Operações Policiais providências de identificação de possíveis diligências de urgência voltadas à cessação imediata de possíveis violações de direitos no curso de operações policiais e uma imediata interlocução com o Núcleo de Apoio às Vítimas (NAV/MPRJ) para disponibilização, quando cabível, do serviço de atendimento multidisciplinar a eventuais vítimas diretas ou indiretas.

Sempre que constadas informações sobre morte, lesão corporal ou violações de direitos em decorrência de operação policial, as informações coletadas são unificadas em um documento, sob a forma de Notícia de Fato, e imediatamente comunicadas ao Promotor Natural, via Centros de Apoio Operacional, para fins de análise e adoção de eventuais medidas judiciais de urgência e/ou aprofundamento das apurações necessárias.

Nesse aspecto, sob a perspectiva finalística, a atuação do Plantão de Monitoramento das Operações Policiais observa o inafastável princípio do Promotor Natural, notadamente quanto ao controle externo da atividade policial e da política de segurança instituída pelo Poder Executivo, tanto de forma difusa, quanto de forma concentrada.

Assim, atos típicos de persecução penal, bem como a postulação em juízo de providências de cessação ou interferência na realização de operação policial são medidas sujeitas à atuação dos Promotores Naturais, inclusive em seara de plantão noturno ou diurno, conforme a ocasião em que não há expediente forense, preservando-se, assim, a independência funcional dos Membros, garantia de imparcialidade para a sociedade e para possíveis investigados. Logo, cabendo ao Promotor Natural, nesse sentido, de acordo com as peculiaridades de cada caso concreto, a adoção das providências legais pertinentes no que tange à apuração e eventual persecução penal.

Assinale-se, também, que com o intento de aprimorar as rotinas e atividades do Plantão de Monitoramento de Operações Policiais, o MPRJ realizou diversas reuniões e encontros com atores externos.

Entre as atividades desempenhadas de forma conjunta, destacam-se as reuniões entre o GTT-ADPF 635, a GADG, a COGESP e a 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital, com a Polícia Militar e a Secretaria Municipal de Educação para avaliação e aperfeiçoamento de protocolos para operações policiais nas imediações de instituições de ensino. Como desdobramento, foi instituído Grupo de Trabalho Interinstitucional para aprimorar o trabalho das instituições a partir da realização de encontros periódicos para tratar do tema.

Pontue-se, outrossim, a reunião realizada no dia 5 de dezembro de 2023, com representantes do Mecanismo Internacional de Peritos Independentes para a Promoção da Justiça e Igualdade Racial na Aplicação da Lei (EMLER) da ONU. Esse Mecanismo trata do tema da violência policial em comunidades afrodescendentes com o objetivo de promover mudanças transformadoras para a justiça racial e a

igualdade no contexto da aplicação da lei em todo o mundo. No encontro, o MPRJ tratou sobre as ações realizadas pelo GTT-ADPF para dar cumprimento às decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), sobretudo, ressaltou o trabalho realizado pelo plantão permanente da Instituição, ativo 24 horas, para atender a denúncias de violações de direitos.

Há que se consignar também, a realização de reuniões institucionais para tratar de temas de interface entre o escopo do GTT-ADPF 635 e da Coordenadoria-Geral de Promoção da Dignidade da Pessoa Humana (COGEPDPH), mais especificamente da Coordenadoria de Promoção dos Direitos das Vítimas. A partir dos encaminhamentos firmados nesses encontros, instituiu-se o Protocolo de encaminhamento da vítima ou familiares da vítima, quando houver notícias, recebidas pelo Plantão, de abusos ou violações de direitos em decorrência da operação policial, para atendimento multidisciplinar junto ao Núcleo de Atendimento às Vítimas (NAV), viabilizando o acesso e a efetivação de seus direitos.

Ademais, foram realizadas reuniões periódicas com a Gerência de Análises, Diagnósticos e Geoprocessamento (GADG/MPRJ), para aprimoramento da ferramenta institucional 'Painel de Monitoramento das Operações Policiais', ferramenta de visualização de dados recebidos pela COGESP e GTT ADPF - 635, com o objetivo de contribuir para a atuação ministerial, bem como de apoiar a definição de prioridades e a formulação de estratégias preventivas para o controle externo da atividade policial.

Saliente-se, ainda, que, em arrimo aos princípios da transparência e da accountability, após o atendimento do Plantão, é fornecido ao denunciante o número de protocolo de tombamento institucional para consulta e acompanhamento da tramitação das apurações no sítio eletrônico do MPRJ, acessível pela página https://www5.mprj.mp.br/consultaPublica/.

Nesse sentido, com a finalidade precípua de conferir ampla divulgação aos canais de contato do plantão de monitoramento de operações policiais - pelo e-mail (gt- adpf635@mprj.mp.br) e pelo telefone (21-2215-7003), também disponível no aplicativo WhatsApp - foi criada, no sítio eletrônico do MPRJ, a página https://www.mprj.mp.br/adpf-635, no qual estão divulgados os referidos canais de contato com a sociedade civil, em funcionamento ininterrupto e aptos à recepção de imagens, áudios, vídeos, geolocalização e demais documentos relacionados a fatos decorrentes de operações policiais.

Da mesma forma, o Núcleo de Apoio às Vítimas (NAV) do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro possui, igualmente, canais próprios de contato, inclusive pelo aplicativo WhatsApp, pelo número (21-2215-7130), divulgados no sítio eletrônico do Núcleo de Apoio às Vítimas - MPRJ, pelos quais vítimas e familiares podem obter informações e meios de efetivação de seus direitos decorrentes de ato criminoso de que tenham sido vítimas, inclusive, andamento de apurações e eventual contato com os Promotores de Justiça responsáveis, visando a contribuírem com investigações, na forma prevista pelo Protocolo de Minnesota.

Por oportuno, insta esclarecer que, em janeiro do ano corrente, o Plantão de Monitoramento de Operações Policiais, inicialmente instituído no âmbito do GTT – Letalidade Policial, foi realocado para o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Investigação Penal, estrutura de natureza permanente, na qual o Plantão continuará a ser regularmente desenvolvido de forma perene, enquanto vigentes as decisões do E. STF que compelem o Parquet fluminense a manter tal estrutura em funcionamento.

A nova alocação objetivou, ainda, a comunhão de esforços e otimização da atuação entre as estruturas que desenvolvem atividades interseccionadas, contribuindo, assim, para o aprimoramento constante do controle externo da atividade policial pelo MPRJ, permitindo, inclusive, uma maior celeridade na tramitação de notícias de fato distribuídas aos Promotores Naturais, oriundas do monitoramento das operações policiais.

Consigne-se que todas as informações recebidas no âmbito do Plantão são armazenadas, formando base de dados, organizados e sistematizados por meio de planilhas que registram dados específicos como (i) recebimento e monitoramento de comunicações de operações policiais; (ii) denúncias de abusos e violações de direitos decorrentes de operações policiais; (iii) distribuição das Notícias de Fato aos Promotores Naturais; (iv) pendências de informações observadas pelo Plantão, quanto à ausência de dado obrigatório, tendo por base:

as normativas internas da Secretaria de Estado de Policia Militar, notadamente as publicações dos BOL. PM nº 153, datado de 16 agosto de 2021, do BOL. PM nº 046, datado de 8 novembro 2021 e do BOL. PM nº 199, datado de 25 de outubro de 2023, que regulamentam os procedimentos a serem adotados pelos Comandos Intermediários e suas Unidades Operacionais subordinadas, para o desenvolvimento e comunicação de Operações Policiais Militares e o Boletim SEPM nº 003, de 06 de janeiro de 2022, instituindo a comunicação e resultado das operações políciais por meio de formulário da própria Corporação, cujo conteúdo fora avençado com o MPRJ; bem como os parâmetros delineados nas determinações voltadas à redução da letalidade e da violência policial no Estado do Rio de Janeiro, em especial naquelas constantes da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 635/RJ.

Ressalta-se, por oportuno, que a cada nova decisão da Suprema Corte que determinava um novo parâmetro na comunicação de operações policiais a ser cumprido pelas Polícias, o MPRJ, através do GTT-ADPF 635, oficiava e realizava reuniões com: (i) o GADG, para inclusão de novos campos no sistema ROPC e Planilha da PMERJ, e para atualização do Painel de Monitoramento de Operações Policiais do MPRJ; (ii) a PCERJ e PMERJ, para alinhamento da forma de alimentação dos sistemas com as novas informações, como aconteceu, por exemplo, na justificativa para utilização de aeronaves (helicópteros).

Nesse sentido, foram criados os seguintes campos no sistema ROPC, de preenchimento obrigatório pela Polícia Civil: (i) preservação do perímetro de escolas creches e unidades básicas de saúde; (ii) aviso prévio das operações policiais às autoridades de saúde e educação; (iii) no que tange à determinação de proibição de operações policiais noturnas e evitação em horários de grande circulação, existe campo no referido sistema que sinalizam os horários das operações, trazendo as informações necessárias; (iv) provimento de ambulância durante as operações e (v) Justificativa para o uso de helicóptero.

De outro lado, em 25 de outubro de 2023, a Secretaria de Estado de Polícia Militar publicou no Boletim da Polícia Militar, nº 199, o seu mais recente padrão de comunicação de operações, incluindo os novos parâmetros de controle trazidos pela decisão do E. Ministro Relator, o que se deu a partir de interlocução deste Ministério Público, através do GTT - ADPF 635.

Dentre as novas diretrizes, passou-se a exigir que o Oficial responsável por cada operação informe se houve comunicação prévia às autoridades das áreas de saúde e educação, indicando-se, ainda, quais as medidas adotadas para redução de riscos e mitigação de danos, dentre elas, a evitação de início de operações policiais em horários de grande circulação de pessoas.

O novo padrão de comunicação de operações, de observância obrigatória por todas a Unidades Operacionais da PMERJ, também possui campos próprios para informar a utilização ou não de helicópteros durante a operação e, caso haja o emprego de aeronave, quais as justificativas para sua utilização.

Com relação à vedação à realização de operações policiais noturnas, o horário de início das operações das operações da PMERJ é um dos requisitos de preenchimento obrigatório das comunicações encaminhadas ao Plantão de Monitoramento de Operações Policiais, que, a seu turno, monitora o horário de encerramento das operações a partir dos respectivos relatórios finais.

Ademais, o novo padrão de comunicação de operações policiais adotados pela PMERJ passou a exigir que o oficial responsável por cada operação informe ao MPRJ se houve disponibilização de ambulância durante a operação, sendo exigido, ainda, que seja especificada qual a procedência da ambulância empregada (se do GESAR, SAMU ou Secretaria Municipal de Saúde), ou que seja justificativa a não disponibilização.

Reputa-se, assim, que foram concluídas as alterações nos sistemas e formulários de comunicação de operações, tanto da PMERJ quanto da PCERJ, adequando-os aos novos parâmetros de fiscalização e exercício do controle externo da atividade policial exigidos pela decisão do E. Ministro Relator de dezembro de 2022.

No entanto, para um contínuo aprimoramento das comunicações acerca do tema, notadamente para um controle abrangente e unificado das operações policiais; para a segurança das informações; bem assim para diminuição de erros e lacunas, mostra-se oportuno que seja realizada a integração de

sistemas para comunicação ao MPRJ, com a adoção pela PMERJ do mesmo sistema hoje adotado pela PCERJ, o ROPC. Tal pleito fora realizado pelo MPRJ à PMERJ, mas até o momento não houve adesão.

Outrossim, a partir do monitoramento contínuo das comunicações de operações policiais formalizadas junto ao Plantão Permanente do MPRJ, mostra-se, igualmente oportuna e urgente, a concessão ao MPRJ de acesso ao sistema de laudos (LAUDOWEB) e ao sistema de Cadastramento de Ocorrências Policiais (ROWEB), para fins de aprimoramento das rotinas e atividades do Plantão de Monitoramento de Operações Policiais, como forma de promoção de medidas de garantia da adequação e eficiência dos serviços de segurança pública e persecução penal.

Nesse aspecto, ressalta-se que o MPRJ e a SEPOL estão em tratativas para celebração de Termo de Cooperação Técnica e, inclusive, menciona-se que, no dia 1º de março do corrente ano, realizou-se reunião em que se obtiveram avanços para consecução deste objetivo.

Constatou-se ainda que uma das grandes vantagens do formato de comunicação adotado pela PCERJ é a automação do fluxo de dados e a padronização dos campos informados, razão pela qual, atualmente, também estão em andamento negociações com a PMERJ para ajustar a estrutura do formulário daquela Instituição, assegurando igualmente a padronização e automatização do fluxo de dados.

Além disso, no que diz respeito especificamente às mortes decorrentes de ações policiais, a GADG salientou que o monitoramento de tal fenômeno pelo MPRJ seria aperfeiçoado caso o Parquet tivesse acesso permanente e atualizado à base de todos os microdados dos Registros de Ocorrência da Polícia Civil, inclusive daqueles ainda não enviados ao Ministério Público. Complementou, ainda, informando que o acesso precisa ser concedido a todos os registros policiais na mais baixa granularidade possível, com todas as variáveis disponíveis, em um formato passível de tratamento e análise de dados, de forma que possa ser incorporado e utilizado nas ferramentas próprias do MPRJ.

Complementa-se, ainda, que a mera disponibilização de acesso a sistemas da Polícia, por meio de fornecimento de credenciais de login e senha, não atenderia ao propósito institucional de promoção de medidas de garantia da adequação e eficiência dos serviços de segurança pública e persecução penal, pois somente com a possibilidade de tratamento livre e em bloco desses dados em ferramentas próprias do MPRJ seria viável cotejá-los com aqueles já circunscritos nas comunicações de operações policiais.

Destaque-se a preocupação manifestada pelos membros do *Parquet* estadual por ocasião da visita técnica *in loco* dos membros do Grupo de Trabalho, com a necessária definição do conceito de "**excepcionalidade**" para fins da deflagração de operações policiais, o que tornará mais objetiva a sua atividade de controle externo da atividade policial.

Do mesmo modo, foi ponderada a necessidade de elaboração de um protocolo para a preservação do local do crime para a perícia. Informam que o Ministério Público tem buscado alternativas, inclusive apoio, por vezes, no estado de São Paulo, considerando que a perícia local é vinculada à Polícia Civil, o que, em tese, pode comprometer em algum grau a sua independência.

Consideram que seria importante uma determinação, no âmbito da ADPF nº 635, dirigida à Polícia Civil do Rio de Janeiro, no sentido de disponibilizar as informações necessárias para fins de controle externo. Alegam que o Promotor de Justiça atualmente não tem acesso aos Registros de Ocorrência (RO). Aduzem que a polícia tem investigado homicídios por meio de Verificação de Procedência

da Informação (VPI), em substituição ao Inquérito Policial, o que compromete o controle dos inquéritos pelo Ministério Público.

Por fim, os membros do MPE/RJ ouvidos pelo Grupo de Trabalho do CNJ consideram, ainda no que diz respeito à Polícia Civil, que as comunicações das operações policiais deveriam se dar por intermédio do sistema próprio do Ministério Público, uma vez que a comunicação é atualmente feita em planilha Excel, via e-mail, de modo não estruturado, ocasionando, assim, dificuldade para o acompanhamento. Sugerem o estabelecimento de normatização sobre o tema.

3.4. EIXO POLÍCIA CIVIL

Em visita institucional realizada à Secretaria de Estado da Polícia Civil, os membros do Grupo de Trabalho foram recebidos pelo respectivo Secretário de Estado, Delegado Marcus Vinícius Amim Fernandes, e por outros membros da sua equipe, entre os quais o Delegado Pedro Medina.

Na ocasião, foi feita apresentação acerca do funcionamento do Órgão, bem como sobre a rotina das operações policiais realizadas pela PCRJ, incluindo o fluxo de comunicações ao Ministério Público, porém, desacompanhada de materiais de apoio e sem referências a indicadores ou fontes de informação.

Deliberou-se pela necessidade de oficiar a Secretaria, a fim de se obter dados detalhados e completos sobre a sua dinâmica de funcionamento, especialmente no que atine ao objeto de atuação do GT, o que segue reportado no item seguinte do presente Relatório.

Foi também realizada visita técnica à Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE/PCRJ), ocasião em que os membros foram recebidos por Delegados de Polícia que a integram, que procederam a detalhada apresentação sobre a sua atuação, especialmente em áreas conflagradas.

Registre-se, desde logo, por sua relevância, alguns dos dados apresentados, bem como das opiniões colhidas, que serão detalhadas no item seguinte do presente Relatório:

- 40% dos policiais da CORE já foram feridos em ação. A letalidade não é considerada alta em razão da excelência na técnica empregada;
- as operações policiais regulares foram proibidas e a situação de absoluta "excepcionalidade" não está bem definida;

- aproximadamente 70 lideranças criminosas de outros estados foram presas no Rio de Janeiro em cumprimentos de mandados, nos últimos anos;
- a polícia não inicia operações policiais atirando, sendo certo que a opção pelo confronto é da marginalidade. Afirmam que a "opção de confronto não é da Polícia";
- reporta-se que, após o advento da ADPF nº 635, houve substancial aumento do domínio territorial pelas organizações criminosas, que atualmente se apresenta sob a forma de "narco-milícias";
- a chegada de serviços públicos em áreas dominadas se tornou excepcional. A utilização de barricadas dificulta ou impede a sua prestação.

4. OFÍCIOS ENVIADOS ÀS INSTITUIÇÕES

Tendo em vista a complexidade do tema e multiplicidade de informações apresentadas nas visitas técnicas, procurou a Coordenação do presente Grupo de Trabalho oficiar as instituições visitadas, a fim de que dados precisos sobre a temática pudessem ser levados ao conhecimento do STF, qualificando, assim, o julgamento da ADPF nº 635.

Por certo, o fluxo de dados sensíveis entre as polícias e o sistema de justiça, em derredor das operações policiais, precisa ser aperfeiçoado, a fim de que o controle sobre a letalidade policial possa ser aprimorado, bem como a efetividade do enfrentamento ao crime organizado, sendo certo que a ação em comento proporcionou mudança de paradigma na construção estrutural de decisão judicial na defesa dos direitos humanos.

4.1. SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL

4.1.1. INFORMAÇÕES SOLICITADAS

Em Ofício de 02/02/2024, foram solicitadas as seguintes informações à Secretaria de Estado de Polícia Civil:

1. Quais são as Facções Criminosas e Seu Domínio Territorial e houve avanço ou não, após a ADPF nº 635?

2. Quais e quantas foram as lideranças do crime organizado, oriundas de outros Estados, que foram presas em comunidades do RJ? Necessitamos entender as circunstâncias dessas prisões e qual impacto tiveram nas atividades das facções;

3. Qual armamento vem sendo utilizado pelas facções criminosas locais?

4. Como vem se dando o avanço das Barricadas nas comunidades locais? Solicito informações sobre o avanço das barricadas em áreas urbanas, com a indicação da extensão desse fenômeno, notadamente após o advento da ADPF nº 635;

5. Diagramação do Conceito de Excepcionalidade. Solicito uma descrição detalhada do conceito de "excepcionalidade" que vem sendo usado para a deflagração das operações policiais;

6. Qual a importância do Uso de Aeronaves e quais as estatísticas disponíveis sobre os confrontos? Peço dados que destaquem a importância ou não do uso de aeronaves nas operações de segurança pública, bem como estatísticas relacionadas aos confrontos em que esses meios foram empregados, a fim de estampar se o uso reduz ou não a letalidade policial;

7. Existe relação de facções com Mídias Sociais? Peço dados sobre como as facções utilizam as mídias sociais para disseminar informações e exercer influência ou espalhar o pânico nas comunidades;

8. Tribunais dos Crimes. Solicito informações detalhadas sobre o seu modo de atuação;

9. Pagamento de Taxas pelos Moradores para as facções criminosas. Peço esclarecimentos sobre o pagamento de taxas pelos moradores em áreas controladas por facções;

10. Quantidade de Operações: Solicito a contagem exata de operações policiais realizadas nas comunidades do estado do Rio de Janeiro após a data de 9 de junho de 2020, especificando ano a ano;

11. Índice de Letalidade em Cada Operação: Peço o índice de letalidade, especificando o número exato de mortos, por mês, bem como se as vítimas eram moradores da comunidade ou agentes policiais, de janeiro de 2019 a janeiro de 2024;

12. Evolução dos índices de letalidade nas operações policiais, de janeiro de 2019 a janeiro de 2024;

13. Motivação para o início das Operações, com a indicação de detalhes sobre a sua deflagração e envio do respectivo Procedimento Operacional, especialmente se houve situação de flagrante ou o cumprimento de mandados judiciais, entre outros;

14. Indicação do atual efetivo da Corporação, de janeiro de 2019 a janeiro de 2024, bem como se houve concurso e recomposição de efetivo.

4.1.2. INFORMAÇÕES RECEBIDAS

A resposta da Polícia Civil do Rio de Janeiro ao Ofício referido chegou à Coordenação do Grupo de Trabalho, nos seguintes termos:

Trata-se do Ofício GABINETE Nº 1768010 - GAB-MEMB MPE, datado de 02 de fevereiro de 2024, oriundo do CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, através do qual solicitam-se informações, no âmbito da ADPF 635, na forma dos questionamentos abaixo, visando uma melhor compreensão da atuação da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro no contexto da segurança pública estadual.

Respostas ao Questionário:

1. Quais são as Facções Criminosas e Seu Domínio Territorial e houve avanço ou não, após a ADPF nº 635?

1. DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS QUE EXERCEM DOMÍNIOS TERRITORIAIS NO RIO DE JANEIRO

Existem diversas organizações criminosas que operam com violência extrema no Estado do Rio de Janeiro, merecendo destaque organizações conhecidas como facções do tráfico de drogas, que originalmente obtinham os seus lucros da venda ilícita de entorpecentes, e grupos de milicianos, que principiaram suas atividades realizando extorsões em troca de uma suposta segurança territorial. Observa-se que, atualmente, todos esses grupos criminosos atuam de maneira semelhante, sejam facções de tráfico de drogas ou milicianos, vendendo drogas, realizando extorsões, e buscando todo o tipo de lucro ilícito decorrente da prática de crimes violentos e do domínio territorial.

Dentre as facções do tráfico de drogas, temos no Rio de Janeiro o "Comando Vermelho" (CV), o "Terceiro Comando Puro" (TCP), o "Amigos dos Amigos" (ADA), além de atuações pontuais do "Primeiro Comando da Capital" (PCC) principalmente dedicadas ao tráfico internacional de drogas. Em relação às milícias, existem inúmeros grupos no Estado do Rio de Janeiro, sendo o "Bonde do Zinho" um dos mais poderosos e com atuação majoritária na Zona Oeste, em Campo Grande e Santa Cruz.

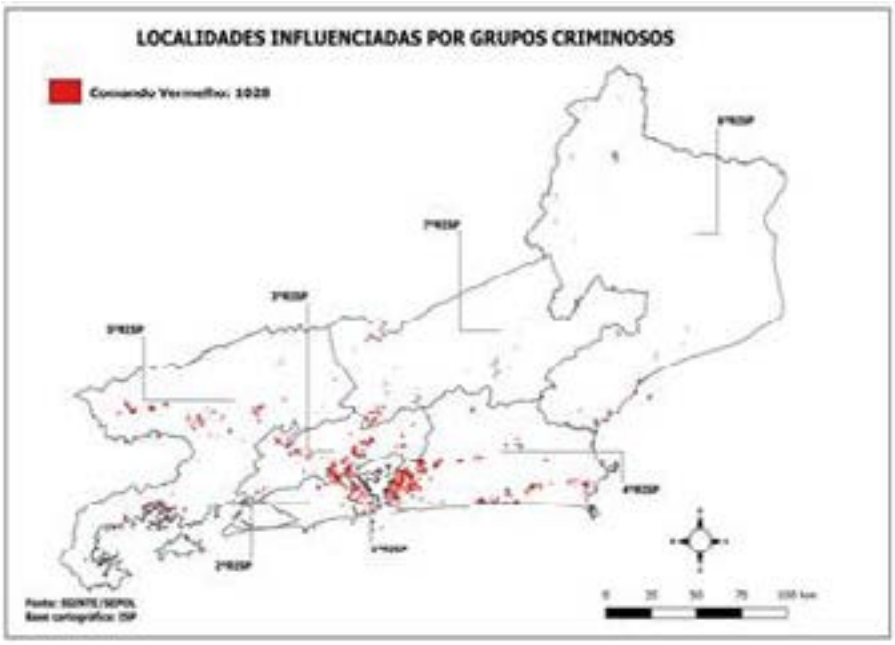
Além dos grupos tradicionais, como o Comando Vermelho, Terceiro Comando Puro, Amigos dos Amigos e as milícias, um novo fenômeno tem emergido no cenário criminoso do Rio de Janeiro: as chamadas "narcomilícias". Esses grupos surgem da aliança entre antigos rivais, que agora se tornaram aliados, com o objetivo principal de conquistar territórios.

Essas alianças entre milicianos e traficantes têm levado à implementação de narcomilícias em diferentes regiões da cidade. O resultado é uma linha tênue entre os dois grupos criminosos: tanto milicianos quanto traficantes passaram a cobrar taxas, controlar serviços, lucrar com a venda de drogas e criar um ambiente de terror nas comunidades que controlam. Essa situação tem frequentemente resultado em tiroteios, deixando as comunidades acuadas e aumentando o clima de violência e insegurança

2. DO DOMÍNIO TERRITORIAL DO CRIME ORGANIZADO EM COMUNIDADES

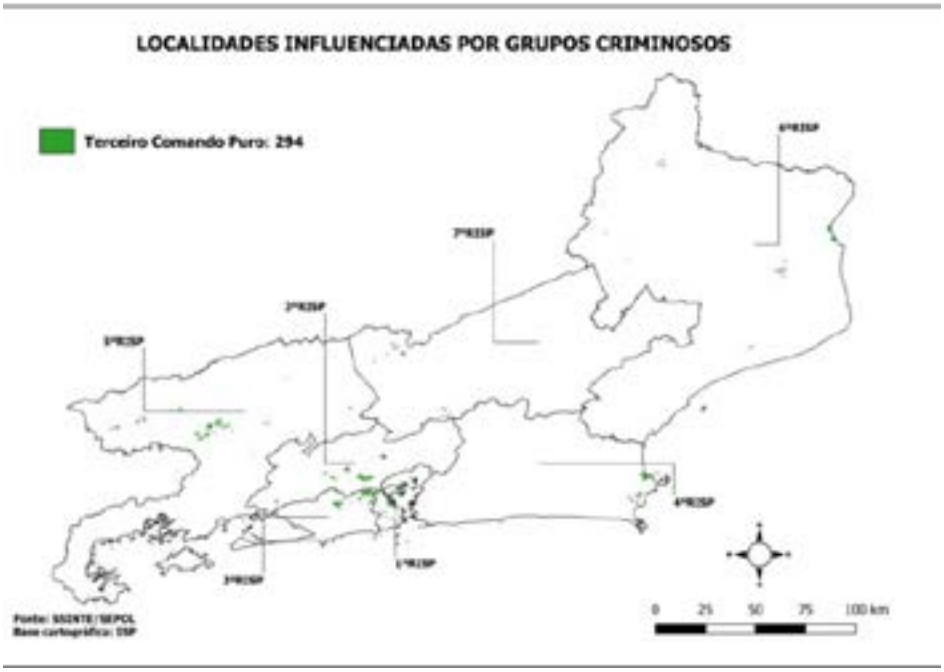
Com base no georreferenciamento dos dados acerca dos locais de atuação das Organizações Criminosas acima elencadas, a SSINTE (agência de inteligência da SEPOL) pôde delimitar um quantitativo de aproximadamente 1.700 (mil e setecentas) localidades influenciadas por grupos criminosos, destacando-se através dos mapas abaixo, a configuração espacial e a respectiva quantidade das regiões que sofrem influência de cada um desses grupos.

Mapa 01: Locais sob influência da organização criminosa CV.



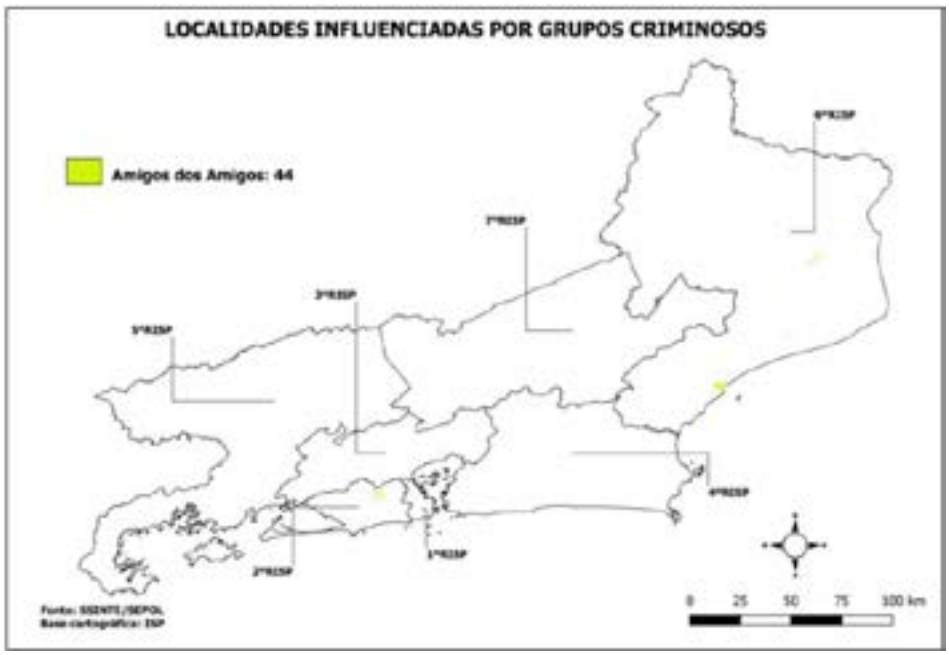
Fonte: Elaborado pela SSINTE/SEPOL com a base cartográfica do ISP

Mapa 02: Locais sob influência da organização criminosa TCP.



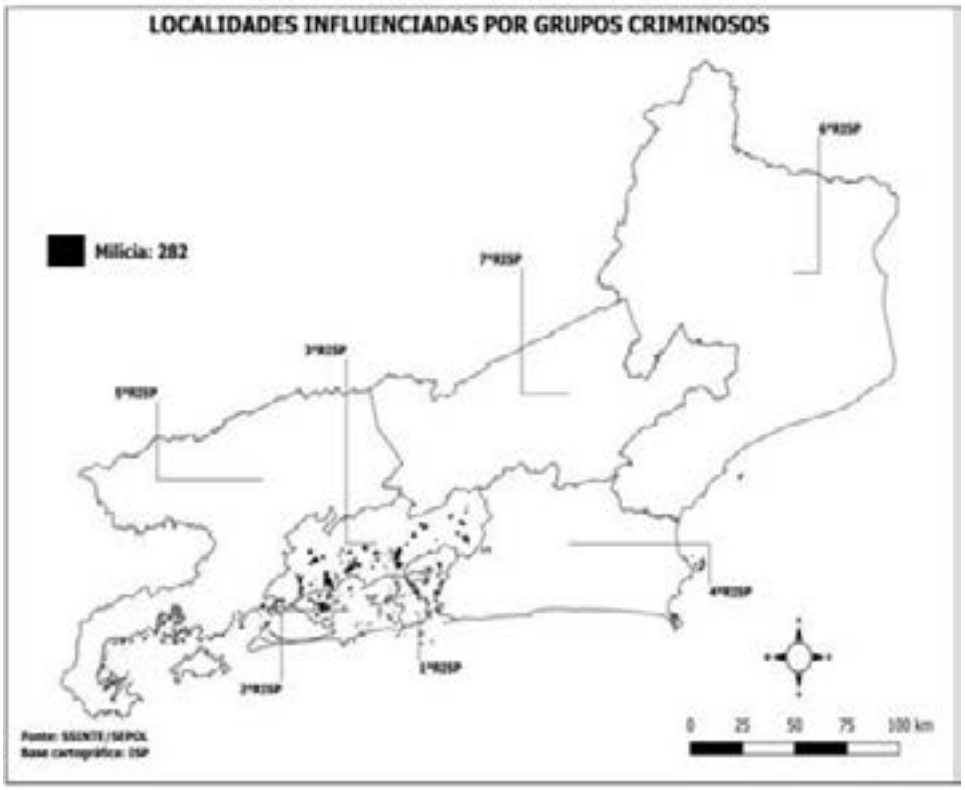
Fonte: Elaborado pela SSINTE/SEPOL com a base cartográfica do ISP

Mapa 03: Locais sob influência da organização criminosa ADA.



Fonte: Elaborado pela SSINTE/SEPOL com a base cartográfica do ISP

Mapa 04: Locais sob influência de organização criminosa do tipo milícia.



Fonte: Elaborado pela SSINTE/SEPOL com a base cartográfica do ISP

3. DA EXPANSÃO TERRITORIAL E AVANÇOS DO CRIME ORGANIZADO APÓS A ADPF 635

Já estando os territórios economicamente desejados pelas facções criminosas ocupados, o que atualmente se observa no Rio de Janeiro é um efeito "rouba-monte", dependendo a expansão de um grupo criminoso da tomada de territórios de outros grupos.

Ante o exposto, todos os grupos criminosos relacionados no item anterior, milícias e tráfico, frequentemente entram em conflito por controles territoriais e também estabelecem alianças para enfrentar seus rivais. Tais alianças envolvem atualmente inclusive milicianos e traficantes. Após a implementação da ADPF 635, que impôs restrições à atuação policial, houve um aumento significativo nos confrontos territoriais. Ficou evidente que o Comando Vermelho, a maior organização criminosa do Rio de Janeiro, está expandindo suas operações e buscando maximizar seus domínios territoriais. Eles têm empreendido guerras por disputas territoriais em toda a Zona Oeste, buscando assumir o controle total de áreas como Gardênia Azul, Rio das Pedras, Muzema, Tijuquinha, Morro do Banco, César Maia e Terreirão, o que provocou uma desordem em toda a região da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Itanhangá, Jacarepaguá e Vargens, aumentando significativamente a sensação de insegurança da população. Além das localidades mencionadas, a seguir figuram algumas regiões que estão atualmente envolvidas em conflitos:

1 - Grande Jacarepaguá: Água Santa (Morro do Dezoito), Campinho (Bica e Fubá), Praça Seca (Barão, Baronesa, Chácara Flora, Chacrinha e São José Operário), Quintino (Saçu), Tanque (Covanca) e Taquara (Jordão).

Conforme as investigações, o Comando Vermelho tomou o controle dessas comunidades que anteriormente estavam sob o domínio da milícia. Agora, os paramilitares estão empenhados em retomar esses territórios, concentrando seus contra-ataques em Água Santa e na Praça Seca

2 - Grande Penha: Brás de Pina (Cinco Bocas, Guaporé, Quitungo), Cordovil (Cidade Alta e Pica-pau), Parada de Lucas, Penha Circular e Vigário Geral

0 Comando Vermelho iniciou uma série de ataques contra o QG (Quartel General) do Terceiro Comando Puro, conhecido como Complexo de Israel, situado em Parada de Lucas e Vigário Geral. Esses ataques visam recuperar o controle sobre as favelas da Cidade Alta e Pica-Pau, as quais estavam sob seu domínio até novembro de 2016.

3 - Centro do Rio: Estácio, Catumbi e Santa Teresa (Complexo de São Carlos: Morro de São Carlos, Mineira, Zinco, Querosene; Complexo do Fallet-Fogueteiro-Turano).

Essa área tem sido cenário de disputas territoriais entre o Comando Vermelho e o Terceiro Comando Puro ao longo de décadas. A partir de 2022, essa rivalidade se intensificou com o aumento das tentativas do Comando Vermelho de invadir o Complexo de São Carlos.

4 - Baixada Fluminense: Nova Iguaçu (Km 32) e Queimados (São Simão e Torre).

Em Nova Iguaçu, o tráfico passou a atacar áreas adjacentes à antiga rodovia Rio-São Paulo, como o Km 32, conhecido como reduto de milicianos. Em Queimados, a linha do trem funciona como uma fronteira entre as áreas controladas pelo Comando Vermelho e pelo Terceiro Comando Puro. Os ataques do Comando Vermelho partem de São Simão, de um lado da linha férrea, com o intuito de conquistar o Morro da Torre, do outro lado da linha.

5 - Grande Bangu: Vila Kennedy (CV), Complexo de Vila Aliança (TCP) e Catiri (Milícia)

As principais organizações criminosas do Estado estão envolvidas em uma guerra sangrenta, impulsionada pela busca de expansão territorial e aumento dos lucros provenientes de diversas atividades ilícitas. Vila Kennedy e Vila Aliança são cenários de confrontos violentos, os quais têm se intensificado nos últimos anos. Atualmente, o Comando Vermelho está concentrando seus esforços na região do Catiri, antes dominada pela milícia.

6- Pedreira x Chapadão

Historicamente o complexo do Chapadão é dominado territorialmente pela facção criminosa auto intitulada Comando Vermelho (CV). Ao mesmo tempo o complexo de favelas da Pedreira, Quitanda e Lagartixa é dominado por outra facção do tráfico de drogas, auto intitulada Terceiro Comando Puro (TCP). Atualmente, tendo em vista as várias restrições às operações policiais, traficantes de drogas do Comando Vermelho estão expandindo seus domínios ilícitos, alcançando áreas que antes não eram favelas. Além disso, ambas as facções delinquentes (CV e TCP) vêm travando verdadeiras guerras sangrentas por territórios, expondo as vidas dos cidadãos da região.



Fonte: Tráfico tenta retomar domínio em comunidades do Rio



Depois do avanço da milícia, tráfico tenta retomar domínio em comunidades do Rio

Em 2021, quase metade dos cariocas vivia sob o jugo de paramilitares, mas o Comando Vermelho está expulsando os rivais.

Por Felipe Freire, Guilherme Santos, Livia Torres e Marcus Vinicius, Bom Dia Brasil

17/04/2023 10h21 · Atualizado há 10 meses

Disputa entre tráfico e milícia faz aumentar o número de tiroteios no Rio

Em 2021, quase a metade dos cariocas vivia sob o jugo de milicianos, mas o Comando Vermelho, a maior facção do tráfico de drogas do RJ, está em guerra com os rivais e retomando territórios — sobretudo na Zona Oeste.

De 2006 a 2021, o percentual de moradores da cidade do Rio em áreas dominadas por paramilitares subiu de 22% para 47%, mas em 2023 essa conta provavelmente vai mudar — **há um plano do Comando Vermelho de tomar todas as comunidades entre a Barra da Tijuca e a Praça-Seca** num "**Complexo de Jacarepaguá**", expulsando a milícia daquela região — hoje presente apenas em Rio das Pedras, em Curicica e na Colônia Juliano Moreira.



CV se une a maior milícia do RJ e amplia área de domínio, diz investigação

Herculano Barreto Filho
24/09/2023 04h00

O Comando Vermelho se aliou com a maior milícia do Rio de Janeiro e expandiu a sua área de domínio para a zona oeste da capital fluminense, segundo a Polícia Civil.

Tráfico na zona oeste

Os primeiros indícios da nova aliança do crime organizado surgiram no começo do ano. Investigações da Polícia Civil indicam que o Comando Vermelho passou a atuar na Gardênia Azul, reduto tradicional da milícia na zona oeste do Rio.

Há uma semana, um homem foi flagrado enquanto escrevia recado em uma pedra no Recreio dos Bandeirantes, também na zona oeste. A mensagem indicava a presença da facção em outra região tradicional da milícia.

Fonte: CV se une a maior milícia do Rio

Para ilustrar o quanto aumentaram as disputas territoriais em território fluminense, desde o advento da ADPF 635, disputas estas que transformam

bairros inteiros em zonas de guerra, colacionamos abaixo os números referentes aos anos de 2020, 2021 e 2022.

Disputas Territoriais

	Ano de 2020	Ano de 2021	Ano de 2022
RELATOS	114	289	315

Fonte: SSINTE/SEPOL

2. Quais e quantas foram as lideranças do crime organizado, oriundas de outros Estados, que foram presas em comunidades do RJ? Necessitamos entender as circunstâncias dessas prisões e qual impacto tiveram nas atividades das facções;

A movimentação de criminosos pelo país e até para o exterior sempre foi uma prática logística do crime. Antes da ADPF 635, já havia criminosos do Rio de Janeiro atuando em outros estados, e vice-versa. No entanto, após a implementação dessa medida, observamos uma significativa migração das lideranças do tráfico de drogas de diversas regiões do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste para o Rio de Janeiro. Esse fenômeno resultou em um aumento expressivo no número de líderes criminosos de outros estados sendo capturados aqui.

Levantamento realizado pela Polícia Civil indica que, até o presente momento, 99 (noventa e nove) criminosos oriundos de outros estados foram presos, ou faleceram em confronto com as forças de segurança, no estado do Rio de Janeiro desde o ano de 2021.

Essa situação é prejudicial tanto para o Rio de Janeiro, que enfrenta uma concentração crescente de criminosos, quanto para os estados de origem desses indivíduos. Aqui, eles se sentem impunes e confortáveis para emitir ordens cada vez mais violentas, como observamos nos ataques ocorridos no Amazonas, Pará, Ceará, Rio Grande do Norte e Espírito Santo.

Um exemplo marcante ocorreu no Pará, envolvendo o criminoso conhecido como Leo 41, que estava escondido no Rio de Janeiro. Ele foi neutralizado em uma operação conjunta, junto com seu grupo, e durante a ação, 13 fuzis foram apreendidos em São Gonçalo. Segundo a Polícia Civil do Pará, Leo 41 era acusado de estar envolvido em dezenas de homicídios naquele estado. Sua sensação de impunidade o levou a ordenar ataques contra as forças de segurança pública no Pará, resultando na trágica morte de mais de 40 policiais.

Após a implementação da ADPF 635, lideranças de facções oriundas de outros estados, associadas às facções existentes no Rio de Janeiro, passaram a priorizar o estado com intuito de homizio. Dentre esses criminosos, os originários do estado do Pará, Amazonas e Ceará pertencentes à organização criminosa (ORCRIM) Comando Vermelho de seus estados, são os que mais têm se deslocado para o estado do Rio de Janeiro, para comandarem daqui as atividades criminosas de seu estado de origem, bem como para praticarem crimes em território fluminense, de forma a conseguir até um protagonismo junto à ORCRIM Comando Vermelho fluminense.

A migração de criminosos de outros estados para o Rio de Janeiro após as restrições impostas pela ADPF 635 pode ser facilmente observada ante os numerosos episódios de crimes, prisões, confrontos, ordens para a prática de delitos em seus estados de origem, etc. noticiados na imprensa, motivo pelo qual elencamos rol exemplificativo de matérias jornalísticas classificadas pelos estados de origem dos criminosos, evidenciando a repercussão social de tal fenômeno:

- **AMAZONAS**

Em 2021, em plena pandemia, traficantes oriundos do Comando Vermelho do Amazonas, homiziados no Estado do Rio de Janeiro, ordenaram diversos ataques, principalmente à cidade de Manaus. O

Amazonas sofreu uma onda de ataques violentos entre os dias 6 e 8 de junho de 2021. Diversos veículos foram incendiados e prédios públicos depredados, inclusive Delegacias de Polícia. Também houve atentados em pelo menos 9 (nove) cidades do interior.[11]



Onda de ataques em Manaus: o que se sabe e o que ainda falta esclarecer

Criminosos atacaram prédios públicos e viaturas após a morte de um suposto integrante de facção criminosa.

Por G1 AM

07/06/2021 06h30 · Atualizado há 2 anos

Em 18.06.2021, foi deflagrada a operação policial denominada "Coalização do Bem" na região do Complexo da Penha. Nesta ação foram presos criminosos: [12]

Do Amazonas:

- MARCELO DA SILVA NUNES, vulgo "MARCELÃO" ou "JOGADOR";
- SÉRGIO PEREIRA MIRANDA, vulgo "JURANDIR";
- PEDRO DA SILVA DE CARVALHO, vulgo "PEDRINHO".

Do Pará:

- ARILSON SANTANA DOS SANTOS



RIO DE JANEIRO

Operação mira líderes de organizações criminosas de outros estados que estão refugiados no Rio

Mais de 500 agentes estão empregados na operação Coalizão pelo Bem, que conta com as polícias Civil e Militar do Rio e polícias civis Pará e Amazonas

Em 24.05.2022 foi realizada operação policial no Complexo da Penha, situado na zona norte do Rio de Janeiro, na qual faleceu o criminoso, natural do Amazonas, ROQUE DE CASTRO PINTO JUNIOR, vulgo "PONGA". "PONGA" possuía 12 (doze) anotações criminais por diversos delitos dentre os quais porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, tráfico de drogas (Le11.343/06), etc., além de apresentar mandado de prisão pendente sob o n. 0631653-19.2019.8.04.0001.01.0009-16.[13]

---

[11] Disponível em: https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/06/07/onda-de-ataques-em-manaus-o-que-se-sabe-e-o-que-ainda-falta-esclarecer.ghtml. Acesso em: 04 abr. 2024.

[12] Disponível em: https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2021/06/6170261-operacao-mira-lideres-de-organizacoes-criminosas-de-outros-estados-que-estao-refugiados-no-rio.html. Acesso em: 04 abr. 2024.

[13] Disponível em: https://pleno.news/brasil/cidades/traficante-foragido-do-am-e-um-dos-mortos-em-operacao-no-rj.html. Acesso em: 04 abr. 2024.



Traficante foragido do AM é um dos mortos em operação no RJ

Além de condenação por tráfico de drogas, traficante também estaria envolvido com triplo homicídio no estado

• PARÁ

0 Comando Vermelho do Pará, desde o início de 2021, vinha realizando diversos atentados e execuções contra agentes de segurança pública. No total, foram contabilizados 15 (quinze) policiais militares, 5 (cinco) guardas municipais, 3 (três) policiais penais e 2 (dois) policiais civis.

Em 2022, foram registrados outros 25 (vinte e cinco) homicídios em todo o Pará. Tais ataques aos agentes de segurança foram orquestrados pelo traficante "LEO 41", morto durante operação da Polícia Civil do Rio de Janeiro, enquanto se homiziava no Complexo do Salgueiro, no município de São Gonçalo – RJ.



Onda de violência no Pará: em seis dias, estado tem 15 atentados contra agentes de segurança; 7 morreram

Durante série de ataques, governo mobiliza policiais militares em operação pelas ruas da região metropolitana. Nas periferias, o clima é de tensão entre moradores.

Por g1 Pará — Belém
19/05/2022 11h11 · Atualizado há um ano

14

Após morte de chefe do tráfico no Rio, governo do Pará faz alerta de ataques a servidores de segurança

Leonardo Costa Araújo estava foragido no Rio há cerca de dois anos e foi baleado em operação no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo

Por Carolina Heringer
23/03/2023 17h14 · Atualizado há 10 meses

15

Em 21.06.2022, HIDERALDO ALVES, vulgo "ESQUILO", natural do estado do Pará, foi preso ao dar entrada no Hospital Getúlio Vargas com ferimentos por PAF.

---

[14] Disponível em: https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/05/19/onda-de-violencia-no-para-em-seis-dias-estado-tem-15-atentados-contra-agentes-de-seguranca-7-morreram.ghtml. Acesso em: 04 abr. 2024.

[15] Disponível em: https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/05/19/onda-de-violencia-no-para-em-seis-dias-estado-tem-15-atentados-contra-agentes-de-seguranca-7-morreram.ghtml. Acesso em: 04 abr. 2024.

Um dos baleados no Alemão participou do assalto ao Village Mall, diz polícia

Segundo a Polícia Civil, Hideraldo Alves, 22 anos, é foragido do Pará e foi atingido na operação desta quinta (21) no complexo.

Por Anna Beatriz Lourenço e Leslie Leitão, Bom Dia Rio
22/07/2022 06h10 - Atualizado há um ano

[16]

De favelas cariocas, Leo 41, por exemplo, passou a comandar um plano de expansão da organização criminosa no Norte e Nordeste. Além disso, sua quadrilha atua no Rio, inclusive em **roubos como o da joalheria do Village Mall**, que terminou com um funcionário do shopping assassinado.



[17]

Leonardo Costa Araújo, o Léo 41 com cordão com a bandeira do Pará

Em 23.03.2023, foi desencadeada uma operação no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, envolvendo as Polícias Civil e Militar do Rio de Janeiro e Polícia Civil do Estado do Pará. Nesta ação foram mortos os criminosos oriundos do Pará:

- LEONARDO COSTA ARAUJO ("L41" ou "LÉO 41" ou "PARÁ"), liderança do CV no estado do Pará;
- YGOR NASCIMENTO DA COSTA ("GRAVETO");
- ELITON DOS SANTOS AGUIAR;
- ANA GABRIELLY PANTOJA MACHADO ("FAIXA ROSA");
- KEVISON KAUAN GOMES DA COSTA ("KN");
- JOEL DE AZEVEDO SERRÃO;

[16] Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/07/22/um-dos-baleados-no-alemao-participou-do-assalto-ao-village-mall-diz-policia.ghtml. Acesso em: 04 abr. 2024.

[17] Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/03/25/qg-do-trafico-foragidos-de-outros-estados-usam-o-rj-para-expandir-negocios-e-como-refugio-contra-a-policia-e-quadrilhas-rivais.ghtml.Acesso em: 04 abr. 2024.

- ALAN ROBERTO BRAGA;
- GESANIAS MARQUES CAMPOS;
- OSVALDO FEIO DE CASTRO ("CAFU" ou "JOGADOR").

Além dos mortos, foi preso nesta operação o criminoso EDUARDO LISBOA FONSECA ("GORDO"), também do Pará.



QG do tráfico: foragidos de outros estados usam o RJ para expandir negócios e como refúgio contra a polícia e quadrilhas rivais

g1 apurou que 60 criminosos de fora do estado foram presos ou mortos em 2 anos no RJ; 7 deles morreram no Salgueiro, na quinta. Polícia estima que, só do Pará, 150 bandidos estejam no estado, escondidos em complexos de favelas, protegidos por barricadas e forte armamento.

Por Henrique Coelho, Leslie Leitão e Alba Valéria Mendonça, g1 Rio
25/03/2023 04h00 · Acualizado há 10 meses

18

• CEARÁ

Em 06.04.2021 foi deflagrada operação no Complexo do Salgueiro voltada para o cumprimento de mandado de prisão em desfavor do traficante DALTON LUIZ VIEIRA SANTANA ("DT"). Nesta ocasião, os agentes foram recebidos de forma violenta pelos criminosos, e diante do inevitável confronto com as forças de segurança, faleceram os seguintes criminosos oriundos do estado do Ceará, todos participantes da chamada "TROPA DO LAMPIÃO:

- JOSÉ ERASMO DE SOUSA FILHO, vulgo "BIGODE ou ERASMO"; e
- CARLOS MENEZES BEZERRA, vulgo "CARLINHOS",



A "Tropa do Lampião" e a guerra do tráfico no Rio envolvem criminosos que migraram do Ceará

A investigação que começou com a Operação Guilhotina, da Polícia Civil do Ceará, e já apreendeu quase duas toneladas de droga, ajudou na localização do grupo no estado fluminense e na morte de quatro deles

Escrito por Emerson Rodrigues , emerson.rodrigues@svm.com.br 12:38 - 11 de Abril de 2021

19

[18] Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/03/25/qg-do-trafico-foragidos-de-outros-estados-usam-o-rj-para-expandir-negocios-e-como-refugio-contra-a-policia-e-quadrilhas-rivais.ghtml.Acesso em: 04 abr. 2024.

[19] Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/a-tropa-do-lampiao-e-a-guerra-do-trafico-no-rio-envolvem-criminosos-que-migraram-do-ceara-1.3071640.Acesso em: 04 abr. 2024.

Em 26.06.2023, foi realizada uma operação na favela da Rocinha, para capturar o traficante ANASTÁCIO PAIVA PEREIRA ("12/PAIZÃO"). O criminoso, além de ser considerado liderança do CV em seu estado, é suspeito de ordenar a execução da esposa e da nora de um tenente-coronel da Polícia Militar, em março de 2023, na cidade de Morrinhos, interior do Ceará.



Polícia Militar faz operação na Rocinha para prender bandidos foragidos de outros estados

Jovem de 18 anos foi baleado e socorrido para o Hospital Municipal Miguel Couto. Escolas da comunidade suspenderam as atividades e mais de 2 mil alunos ficaram sem aulas.

Por Anna Beatriz Lourenço e Leandro Oliveira, Bom Dia Rio

26/06/2023 06h23 - Atualizado há 7 meses

[20]

MARLENE, esposa de "PAIZÃO", foi presa em 23.11.2022, no entanto, foi solta três dias depois, e permanece em PAD (prisão albergue domiciliar). Quando foi presa em flagrante por uso de documento falso, não havia outros criminosos envolvidos.



Mulher de traficante lavava dinheiro de facção e foi presa em pousada de luxo em ilha no RJ, diz delegado

Marlene dos Santos foi presa ao tentar realizar a reserva em uma pousada de luxo na ilha da Gigóia, na Barra da Tijuca, com documento falso.

Por Isayane Sampaio, g1 CE

24/11/2022 13h08 - Atualizado há um ano

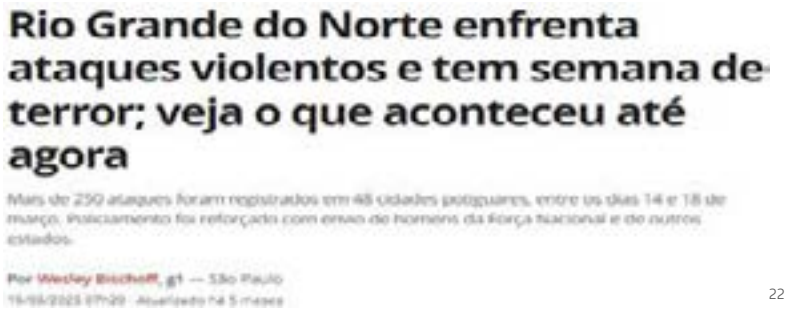
[21]

• RIO GRANDE DO NORTE

Em abril de 2023 foram presos no Rio de Janeiro ANDREZA CRISTINA LIMA LEITAO ("BIBI PERIGOSA") e LUIZ ANDEMBERG VIRGÍLIO FERREIRA, vulgo "BERG CORINGA", pertencentes ao Sindicato do Crime (SDN) do Rio Grande do Norte. Ambos são considerados líderes de suas organizações criminosas, e são responsáveis diretos pela organização dos atentados dessas facções nos seus respectivos estados.

[20] Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/06/26/policia-faz-operacao-na-rocinha.ghtml.Acesso em: 04 abr. 2024.

[21] Disponível em: https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2022/11/24/mulher-de-traficante-lavava-dinheiro-de-faccao-e-foi-presa-em-pousada-de-luxo-em-ilha-no-rj-diz-delegado.ghtml.Acesso em: 04 abr. 2024.



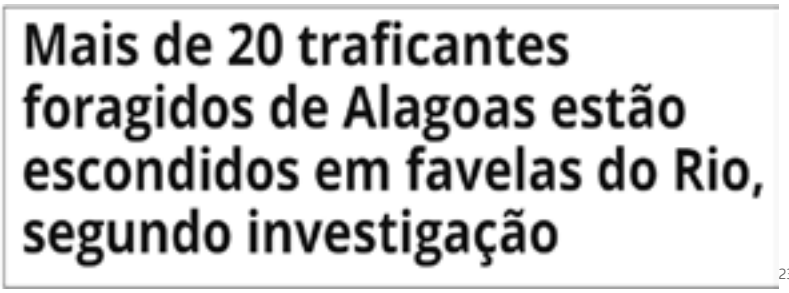
Rio Grande do Norte enfrenta ataques violentos e tem semana de terror; veja o que aconteceu até agora

Mais de 250 ataques foram registrados em 48 cidades potiguares, entre os dias 14 e 18 de março. Policiamento foi reforçado com envio de homens da força nacional e de outros estados.

Por Wesley Bischoff, g1 — São Paulo
15/03/2023 07h20 · Atualizado há 5 meses

[22]

- **ALAGOAS**



Mais de 20 traficantes foragidos de Alagoas estão escondidos em favelas do Rio, segundo investigação

[23]

- **SANTA CATARINA**

Em 14.09.2022, três indivíduos ligados ao PRIMEIRO GRUPO CATARINENSE (PGC), foram presos durante uma partida de futebol no estádio do Maracanã. São eles ADILSON LATZKE JUNIOR, WILLIAN SANTOS CUNHA e o chefe de facção do tráfico GABRIEL SCHROEDER, vulgo "ANÃO". O PGC é aliado à ORCRIM Comando Vermelho do estado do Rio de Janeiro. Antes de serem presos, todos estavam homiziados na comunidade da Rocinha, zona sul da cidade do Rio de Janeiro, RJ.



15/09/22 08:55 ⏱ 15/09/22 14:41 Curtir 5 Postar

Apontado como chefe de facção em SC é preso com outros dois comparsas em jogo do Flamengo no Maracanã

[24]

- **SERGIPE**

Em 23.03.2023, foi realizada operação da Polícia Militar na comunidade Parque União, Complexo da Maré, onde foi preso o chefe de facção criminosa de Sergipe BRENO VINICÍUS GARÇÃO MARTINS, vulgo "MATUTO":

---

[22] Disponível em: https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2023/03/19/semana-de-terror-rio-grande-do-norte-enfrenta-ataques-de-criminosos-veja-o-que-aconteceu-ate-agora.ghtml.Acesso em: 04 abr. 2024.

[23] Disponível em: https://extra.globo.com/rio/casos-de-policia/noticia/2024/02/mais-de-20-traficantes-foragidos-de-alagoas-estao-escondidos-em-favelas-do-rio-segundo-a-policia.ghtml.Acesso em: 04 abr. 2024

[24] Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/apontado-como-chefe-de-faccao-em-sc-preso-com-outros-dois-comparsas-em-jogo-do-flamengo-no-maracana-25573081.html.Acesso em: 04 abr. 2024.



PM faz operação no Complexo da Maré e prende chefe de facção criminosa de Sergipe

Tiros foram relatados na comunidade do Parque União, no Complexo da Maré, por volta de 6h.

Por g1 Rio

23/03/2023 08h14 - Atualizado há 10 meses

RIO DE JANEIRO

Alvos de operações, traficantes de outros estados levavam vida de ostentação no Rio; um deles tinha até cão 'armado'

Leonardo Costa Araújo, o Léo 41, e Breno Vinicius Garção Martins, o Matuto, gostavam de se exibir nas redes com motos, joias e armas. Ação policial de quinta-feira está entre as mais letais no estado desde 94.

Por Eliane Santos e Leslie Leitão, g1 Rio e TV Globo

"Monitoramos um braço do Comando Vermelho, em Sergipe, e nas investigações localizamos o Breno aqui no Rio de Janeiro. Ele estava localizado na Maré, sob a segurança da facção. Entramos, tiramos com poucos disparos e apreendemos armas, drogas, e ele estava com uma pistola. Pretendemos pedir o recambiamento e levá-lo ao sistema prisional de Sergipe", disse do delegado da Narcóticos daquele estado sobre a prisão do criminoso.

Ao ser preso no Complexo da Maré, na Zona Norte, na quinta-feira (23), o traficante Breno Vinicius Garção Martins, o Hamster, disse que foi para o Rio de Janeiro porque se sentia mais "seguro".

Chefe de uma facção criminosa do Sergipe, ele seguiu o caminho de dezenas – talvez centenas – de bandidos que têm usado o RJ como um misto de refúgio contra policiais e quadrilhas rivais, e como oportunidade para ampliar o poder em suas regiões de origem.

Em uma entrevista coletiva após a operação que levou Hamster à prisão, o delegado Rodrigo Coelho, da Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE), afirmou que o traficante "disse que no Rio de Janeiro se sentia mais seguro em relação à repressão por parte da polícia de Sergipe e também em relação a facções rivais".

[...]

[25] Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/03/23/pm-faz-operacao-no-complexo-da-mare.ghtml. Acesso em: 04 abr. 2024.

- **MINAS GERAIS**

Em 26.06.2023, foram presos JIARLEY LUCENA DA SILVA (“PAIZÃO”) e ADRIANO RIBEIRO CALAZANS (“GATO”). Ambos estavam homiziados havia cerca de um ano na comunidade do Pavão/Pavãozinho, de onde davam ordens para crimes no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Em Belo Horizonte, ambos eram chefes do tráfico de drogas nas localidades de São Matheus e Buraco do Peru.



Traficantes presos em saída de boate do Rio estavam entre mais procurados de MG

Jiarley Luciena da Silva (Paizão) e Adriano Ribeiro Calazans (Gato) tem passagens por homicídio, tráfico de drogas e porte ilegal de arma e tinham ao menos três mandados expedidos pela justiça

RIO DE JANEIRO

Vídeos mostram operações que prenderam no Rio chefes do tráfico de Minas Gerais e do Ceará

[26] [27]

- **ESPÍRITO SANTO**

Em 27.04.2023, VAGNER PEREIRA DA SILVA, apontado como líder do tráfico em Aracruz/ES, foi preso em Macaé.



Chefe do tráfico em Aracruz era barbeiro no RJ e vinha cometer crimes no ES

Vagner Pereira da Silva, conhecido como Vaguinho, se escondia da polícia usando nome falso e fazendo trabalhos como barbeiro em Macaé, no Rio de Janeiro, enquanto comandava o tráfico de drogas em Aracruz

Publicado em 2 de maio de 2023 às 16:59 · Atualizado há 3 meses

4min de leitura [28]

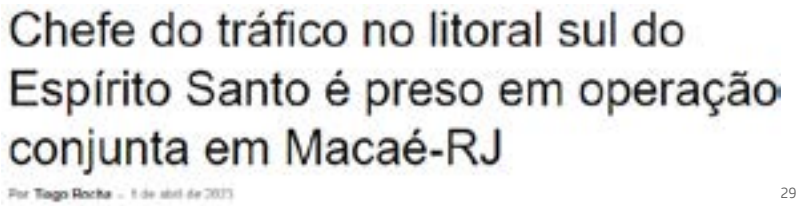
Em 01.04.2023, WESLEY DE FREITAS GOMES, líder do tráfico de drogas na região de Itapemirim e do litoral sul capixaba, foi preso na cidade de Macaé/RJ.

---

[26] Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/traficantes-presos-em-saida-de-boate-do-rio-estavam-entre-mais-procurados-de-mg/.Acesso em: 04 abr. 2024.

[27] Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/01/19/videos-mostram-operacoes-que-prenderam-no-rio-chefes-do-trafico-de-mg-e-do-ce.ghtml.Acesso em: 04 abr. 2024.

[28] Disponível em: https://www.agazeta.com.br/es/policia/chefe-do-trafico-em-aracruz-era-barbeiro-no-rj-e-vinha-cometer-crimes-no-es-0523. Acesso em: 04 abr. 2024.



Chefe do tráfico no litoral sul do Espírito Santo é preso em operação conjunta em Macaé-RJ

Por Tiago Rocha – 1 de abril de 2023

29

- **GOIÁS**

Em 06.05.2023, foi realizada uma operação policial para capturar foragidos da Justiça do Estado de Goiás e desbaratar uma organização criminosa que atua com roubo e adulteração de veículos.



RIO DE JANEIRO

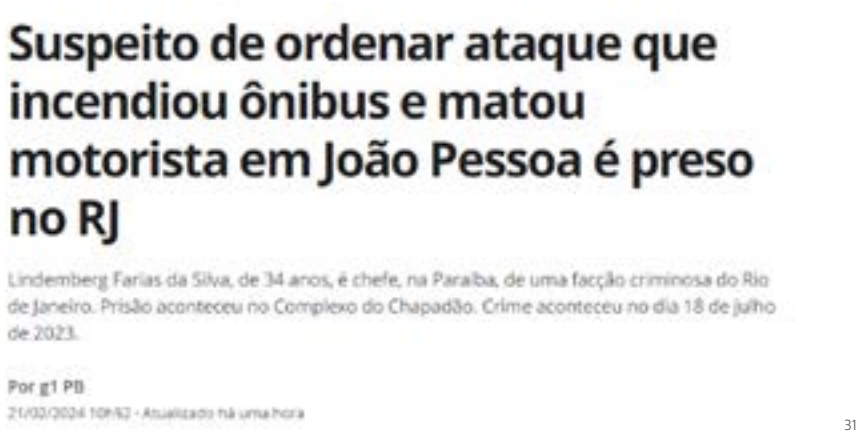
Operação nos Prazeres, Fallet e Escondidinho termina com 13 veículos apreendidos

Agentes estiveram nos morros para prender foragidos de outros estados, principalmente de Goiás, que se escondem nessas localidades

30

- **PARAÍBA**

Chefe do Comando Vermelho na Paraíba preso no Complexo do Chapadão



Suspeito de ordenar ataque que incendiou ônibus e matou motorista em João Pessoa é preso no RJ

Lindemberg Farias da Silva, de 34 anos, é chefe, na Paraíba, de uma facção criminosa do Rio de Janeiro. Prisão aconteceu no Complexo do Chapadão. Crime aconteceu no dia 18 de julho de 2023.

Por g1 PB

21/02/2024 10h52 · Atualizado há uma hora

31

Atuava representando a facção criminosa no estado da Paraíba, buscando a expansão de territórios. Os relatórios da investigação revelam que, no ano passado, o grupo cooptou alguns integrantes de uma facção específica da Paraíba e que estes membros foram levados para favelas do Rio de Janeiro para transmitir ordens aos traficantes paraibanos.

- **DIVERSOS ESTADOS:**

---

[29] Disponível em: https://www.dahoraes.com/chefe-do-trafico-no-litoral-sul-do-espirito-santo-e-preso-em-operacao-conjunta-em-macae-rj/. Acesso em: 04 abr. 2024.

[30] Disponível em: https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2023/06/6647367-operacao-nos-prazeres-fallet-e-escondidinho-termina-com-13-veiculos-apreendidos.html. Acesso em: 04 abr. 2024.

[31] Disponível em: https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2024/02/21/suspeito-de-ordenar-ataque-que-incendiou-onibus-e-matou-motorista-em-joao-pessoa-e-preso-no-rj.ghtml. Acesso em: 04 abr. 2024.



'Resort do tráfico': criminosos da Rocinha cobram até R$ 100 mil por mês para esconder bandidos

Número é uma estimativa da Polícia Civil do Rio sobre o lucro da maior facção do estado na favela da Zona Sul da capital

Por Giulia Ventura, Felipe Grinberg e Selma Schmidt — Rio de Janeiro
31/01/2024 04h30 · Atualizado há uma hora

[32]



Quase 400 bandidos de outros estados foram presos em comunidades do RJ em 2022

Nos últimos 5 anos, 78 chefes de facções de outros estados foram presos ou mortos em ações no Rio, segundo a Polícia Civil. São criminosos de 18 estados do país.

Por Ban-Hur Correia, Leslie Leitão e Flávia Jacome, Bom Dia Brasil
04/07/2023 [illegible] · Atualizado há 7 meses

[33]



QG do tráfico: foragidos de outros estados usam o RJ para expandir negócios e como refúgio contra a polícia e quadrilhas rivais

g1 apurou que 60 criminosos de fora do estado foram presos ou mortos em 2 anos no RJ. 7 deles morreram no Salgueiro, na quinta. Polícia estima que, só do Pará, 150 bandidos estejam no estado, escondidos em complexos de favelas, protegidos por barricadas e forte armamento.

Por Henrique Coelho, Leslie Leitão e Alba Valéria Mendonça, g1 Rio
26/03/2023 04h00 · Atualizado há 10 meses

[34]

[32] Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/01/31/resort-do-trafico-criminosos-da-rocinha-cobram-ate-r-100-mil-por-mes-para-esconder-bandidos.ghtml. Acesso em: 04 abr. 2024.

[33] Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/07/04/favelas-do-rj-se-tornam-esconderijos-de-traficantes-de-outros-estados-pm-prendeu-379-bandidos-de-fora-em-2022.ghtml. Acesso em: 04 abr. 2024.

[34] Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/03/25/qg-do-trafico-foragidos-de-outros-estados-usam-o-rj-para-expandir-negocios-e-como-refugio-contra-a-policia-e-quadrilhas-rivais.ghtml. Acesso em: 04 abr. 2024.



RIO DE JANEIRO

EXCLUSIVO Líderes do tráfico de oito estados migram para o Rio, diz polícia

Ataques no Amazonas podem ter participação de lideranças do CV que fugiram para favelas cariocas. 'Migração precisa ser estancada', diz Turnowski

35



RIO DE JANEIRO

Secretário de PM cita migração de bandidos de outros estados para o Rio de Janeiro

Luiz Henrique Marinho Pires culpa decisão do STF que regula operações em comunidades; ações policiais precisam ser comunicadas ao MP

Por Henrique Coelho e Leslie Leitão, g1 Rio e TV Globo

36



Band Rio

Migração de criminosos para o Rio chama a atenção das autoridades

Pará, Bahia, Rio Grande do Norte: bandidos de diversos estados têm se refugiado no Rio de Janeiro

37



RIO DE JANEIRO

'O RJ virou refúgio de criminosos de outros estados', diz Cláudio Castro ao anunciar 'grande ação' na Maré

Governador disse que a migração de bandidos ocorreu por uma 'má interpretação' da ADPF das Favelas, que restringiu operações policiais.

Por Rafael Nascimento, g1 Rio

38

[...]

Consulta realizada pela Secretaria de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro às demais unidades da federação recebeu até o presente momento, resposta das Polícias Civis de 18 (dezoito) estados (RO, AL, RR, PB, PR, PI, BA, RS, SE, MS, PA, PE, TO, CE, SC, MG, AM e AC). As respostas fornecidas permitem a conclusão de que 113 (cento e treze) criminosos faccionados destes estados, especialmente as

---

[35] Disponível em: https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2021/06/6169420-lideres-do-trafico-de-oito-estados-migram-para-o-rio-diz-policia.html. Acesso em: 04 abr. 2024.

[36] Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/05/24/secretario-de-pm-cita-migracao-de-bandidos-de-outros-estados-para-o-rj.ghtml. Acesso em: 04 abr. 2024.

[37] Disponível em: https://www.band.uol.com.br/rio-de-janeiro/noticias/migracao-de-criminosos-para-o-rio-chama-a-atencao-das-autoridades-16594264. Acesso em: 04 abr. 2024.

[38] Disponível em: https://www.band.uol.com.br/rio-de-janeiro/noticias/migracao-de-criminosos-para-o-rio-chama-a-atencao-das-autoridades-16594264. Acesso em: 04 abr. 2024.

lideranças desses grupos criminosos, estão abrigados em comunidades do Rio de Janeiro. Cite-se, a título de exemplo, que dos 13 (treze) "conselheiros finais" do Comando Vermelho (CV) do Estado do Pará, 12 (doze) estão escondidos em nosso estado.

3. Qual armamento vem sendo utilizado pelas facções criminosas locais?

As organizações criminosas têm empregado predominantemente três tipos de armamentos: fuzis de assalto, reconhecidos como algumas das melhores armas do mundo, metralhadoras, incluindo variantes antiaéreas, e pistolas equipadas com kits de rajada, que as transformam em submetralhadoras. Além disso, fazem uso de explosivos, tanto industrializados quanto improvisados de toda ordem, adotando táticas de guerrilha para alcançar seus objetivos.

Tornou-se vulgarizada e em larga escala a utilização de fuzis de assalto, metralhadoras, granadas de mão, todo o tipo de armamento pesado e farta munição por parte desses criminosos. Armas que somente são vistas em regiões do mundo que se encontram em guerra, no Rio de Janeiro estão nas mãos de criminosos, transformando um ambiente urbano densamente povoado em áreas conflagradas, colocando em altíssimo risco a população e as forças de segurança.

Todo esse arsenal e a cuidadosa preparação do território para guerra são utilizados por esses delinquentes principalmente contra grupos rivais, em verdadeiras batalhas por territórios, que aumentaram consideravelmente nos últimos anos, em razão de severas restrições impostas à Polícia, deixando a população em elevado risco em meio ao fogo cruzado.

A possibilidade de um policial acabar ferido durante uma ação no estado do Rio é 725 vezes maior do que um soldado norte-americano que esteve em combate na Guerra do Golfo e quatro vezes maior se comparada com a segunda guerra mundial, de acordo com as conclusões dos estudos do presidente da Comissão de Análise da Vitimização da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, coronel Fábio Cajueiro. As informações provocam a perplexidade dos leitores ao apontarem que, em 25 anos, 3.508 policiais militares morreram violentamente e outros 15.881 ficaram feridos em confrontos no estado do Rio, gerando uma legião de feridos, mutilados e incapacitados.

Dentre as armas longas e de grosso calibre atualmente empregadas pelas facções criminosas no Rio de Janeito, destacam-se os fuzis 7.62 e 5.56, ambos calibres restritos. Segundo o Instituto de Segurança Pública (ISP), no ano de 2021, durante a pandemia, estando a ADPF nº 635 em pleno vigor, 355 fuzis foram apreendidos no Estado do Rio de Janeiro, representando um aumento de 25% nas apreensões em comparação ao ano anterior. Em 2022, 478 fuzis e, até setembro de 2023, 487 armamentos de guerra foram apreendidos no Estado, sendo alguns de calibre .50, capazes de derrubar aeronaves a até 2 quilômetros de distância. Ademais, segundo o ISP, 4.493 (quatro mil, quatrocentos e noventa e três) armas curtas, entre pistolas e revólveres, foram apreendidas somente entre janeiro e setembro de 2023.

Merece destaque o fato de que o número de fuzis de assalto retirados das mãos de criminosos aumentou 28% no ano de 2023 em comparação a 2022, alcançando a impressionante marca de 610 armas de guerra recolhidas apenas por forças estaduais de segurança, o maior número dos últimos 16 anos. No mesmo período, 6.281 armas de fogo foram apreendidas no estado do Rio de Janeiro; cerca de 16 armas de fogo por dia, das quais 3 foram fuzis, armamento que fortalece as facções criminosas e promove maior disputa territorial. "Essa disputa territorial armada já estava ensaiada desde a Covid, onde foi possível acumular armamentos, meios e outros recursos para resgatar territórios perdidos. A capacidade hoje de enfrentamento entre os grupos aumentou, o que torna o conflito ainda mais violento", conta a antropóloga Jaqueline Muniz[39].

[39] Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/03/20/em-meio-a-disputa-de-bandidos-policias-do-rj-apreendem-3-fuzis-por-dia-em-2023-sinal-de-que-tem-mais-diz-analista.ghtml. Acesso em: 04 abr. 2024.

Em outubro de 2023, 21 armas de fogo foram roubadas no Arsenal de Guerra de São Paulo (AGSP), em Barueri, região metropolitana de São Paulo. Após investigação da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, oito das 21 armas roubadas foram recuperadas na Gardênia Azul, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Quatro das armas recuperadas, de calibre .50, são capazes de perfurar blindagens, enquanto as outras quatro, de calibre 7.62, são capazes de disparar entre 700 e 1.000 munições por minuto. As armas viajaram cerca de 500 km entre o local do roubo até o local de apreensão, na Gardênia Azul[40].

Levantamento da Subsecretaria de Inteligência (SSINTE), com base na produção de inteligência policial, conduziu ao número médio de 70 criminosos atuando no tráfico de drogas e milícias de cada comunidade, utilizando arma de fogo, seja fuzil ou pistola, geralmente portando ambos. É dizer: na área urbana do Estado do Rio de Janeiro circulam, ao menos, 56.520 indivíduos portando fuzis e pistolas.

Cumpre destacar que o Rio de Janeiro não é fabricante de grande parte dos fuzis, haja vista que expressiva parcela do material apreendido é da marca COLT, plataforma AR, fabricado nos Estados Unidos, possuindo larga revenda, além do país de origem, no Paraguai. Por fim, outra grande parte dos fuzis apreendidos é fabricado pela Indústria de Materiais Bélicos do Brasil (IMBEL).

Também no ano de 2023, 773 artefatos explosivos foram apreendidos pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, sendo 224 explosivos de fabricação caseira e 485 granadas de fabricação industrial. No ano de 2022, ocorreram 931 apreensão de explosivos no Estado. Os explosivos de guerra são utilizados na batalha urbana instalada no Rio de Janeiro, estando o aumento do número de explosivos intrinsecamente ligado à falta de possibilidade de realização de operações nas comunidades do Rio de Janeiro, em respeito à ADPF nº635, fortalecendo o poderio bélico das facções presentes no estado.

Segundo o Instituto de Segurança Pública, ao observar-se o primeiro trimestre de 2019 e 2020, o Rio de Janeiro vinha reduzindo o número de delitos envolvendo mortes, como o homicídio doloso e o latrocínio. A redução da violência só havia sido atingida após a intervenção policial, com medidas preventivas e repressivas, algo desestimulado com a implementação da ADPF em 2020, que restringiu as operações policiais, permitindo que as organizações criminosas tivessem maior liberdade para se armar e disputar novas áreas de influências no estado, sem que a intervenção policial permanecesse um percalço.

Vale também ressaltar que as polícias Civil e Militar realizaram 36.952 prisões em flagrante no ano de 2023 e recuperaram, no mesmo período, 14.675 veículos roubados, de acordo com os dados do Instituto de Segurança Pública - ISP.

[...]

DO INCREMENTO DO APARATO BÉLICO DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

No que concerne ao aparato bélico ostentado pelos grupos criminosos, através do gráfico abaixo, percebe-se que foram aprendidos, entre os anos de 2019 até julho de 2023, pelas forças de segurança em todo o estado do Rio de Janeiro, a absurda cifra de 2110 (dois mil cento e dez) fuzis.

Gráfico 1. FUZIS APREENDIDOS NO ESTADO DO RJ (2019-2023)



Fonte: ISP

[40] Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/numero-de-fuzis-apreendidos-no-rj-ate-setembro-ja-supera-o-de-2022-inteiro/. Acesso em: 04 abr. 2024.

Com relação ao ano de 2020, há uma nítida diminuição na quantidade de fuzis apreendidos, haja vista ter sido o auge da pandemia de COVID-19 e em razão da proibição das operações policiais.

Saliente-se que o fuzil, considerado armamento de guerra e de grande poder de destruição, na visão desses criminosos, faz-se necessário para revidar ataques de organizações criminosas rivais e da própria Polícia. As disputas territoriais entre as ORCRIM fazem do Rio de Janeiro um dos principais consumidores finais de armamentos que ingressam ilegalmente pelas fronteiras.

Nesse contexto, as ORCRIM conseguiram estabelecer verdadeiros redutos criminosos, que por sua vez funcionam como quartéis generais para fomentar ataques em territórios rivais. Tendo como exemplo disso, o Complexo de Israel, onde foi deflagrada operação policial em 19.05.2023, em que foi possível realizar a prisão de 17 (dezessete) criminosos, dos quais 10 (dez) foram localizados em um bunker que funcionava nos fundos de uma Organização Não Governamental (ONG), nomeada como "Projeto Multiplicação Social".

[...]

4. Como vem se dando o avanço das Barricadas nas comunidades locais? Solicito informações sobre o avanço das barricadas em áreas urbanas, com a indicação da extensão desse fenômeno, notadamente após o advento da ADPF nº 635;

Barricada é qualquer espécie de entrincheiramento (veículos, estacas, arame farpado) com o qual se interditam ruas, passagens, sobretudo por ocasião de motins populares ou até mesmo conflitos bélicos em ambiente de guerra. No entanto, em se tratando da realidade do Rio de Janeiro, as barricadas são usadas por criminosos para delimitarem o espaço geográfico de atividade de uma determinada facção criminosa.

Com o intuito de manter as atividades ilícitas praticadas nas comunidades sob sua influência, os criminosos nelas atuantes, visando dificultar a incursão da polícia e de facções rivais, instalaram inúmeras barricadas e seteiras (muros onde os marginais se abrigam e ao mesmo tempo posicionam seus fuzis em pequenas aberturas). Note-se que diante da imobilidade gerada pelas barricadas, as forças policiais se tornam alvos fáceis dos criminosos, que conseguem concentrar seus tiros em um ponto imóvel específico.

Conforme reportagem veiculada pelo programa Fantástico, as facções criminosas têm investido pesadamente na engenharia de tais obstáculos, chegando o crime organizado até a haver criado um cargo específico “Gerente de Barricada”, que seria o chefe de um segmento da facção criminosa incumbido de manter as barricadas em bom estado, reinstalá-las caso retiradas pelas forças policiais e, por fim, estudar a instalação em novas localidades, em uma clara evidência de expansão territorial do crime.

Sobre o gerente de barricadas disse o delegado Marcus Amim à reportagem: “O negócio foi ficando cada vez mais detalhado, rebuscado, diversificado, e você precisa de alguém destacado para tomar conta daquela atividade. Existe no Salgueiro, existe na Penha.”.

Em um primeiro momento, os materiais usados para a criação de barricadas eram rudimentares (madeiras, sacos de areias, estacas de ferros). Atualmente, os materiais são sofisticados e de alto custo (construções de alvenaria, cancelas feitas de trilhos de trem, paredes de concreto, entre outras modalidades de engenharia civil).

Exemplos de barricadas e suas evoluções:



Conforme reportagem: “Uma barricada foi montada na Rua Doutor Bernardino, na Praça Seca, Zona Oeste do Rio. O flagrante foi feito na manhã desta sexta-feira (26) pelo Globocop, que sobrevoava a região”.



Segundo reportagem da Globo: “Uma barricada foi incendiada por criminosos durante uma operação da Polícia Militar no Complexo da Serrinha, na Zona Norte do Rio...”

[...]

Tonéis de concreto instalados nas ruas da comunidade Vila Aliança. Uma engenharia como essa, criada pelo “gerente de barricadas”, impossibilita qualquer tipo de tráfego nesta localidade, como por exemplo eventual socorro prestado pelo SAMU, acesso do Corpo de Bombeiros em caso de tragédia natural, ou até mesmo o acesso a garagem por morador da localidade. É uma clara violação ao direito de ir e vir, promulgado pela Carta Magna de 1988.





Em operação policial, equipe embarcada no veículo blindado da DRE, Especializada da SEPOL, não conseguiu passar em via principal de acesso no Complexo de Israel, na localidade de Parada de Lucas. A utilização de VALAS também é comum para impedir que viaturas blindadas ou veículos acessem, já que traficantes de forma reiterada incendeiam as calhas com combustíveis.





Em PARADA DE LUCAS morador tenta acessar a via da comunidade. Passageira do veículo precisa desembarcar para guiar a passagem do carro entre as barricadas construídas com manilhas, cimento e vigas de aço.



Com base em reportagens e até mesmo relatos de moradores, como o mencionado acima, as instalações de barricadas dificultam o acesso de moradores, prestadores de serviços públicos, forças policiais e também desvalorizam os valores das edificações nas localidades.

Vale ressaltar que, desde a instauração da ADPF 635, as organizações criminosas têm instalado cada vez mais barricadas, visto que a não realização de operações policiais confere sensação de liberdade aos criminosos, que expandem seus domínios territoriais. A ausência de operações policiais fortalece a atividade criminosa. Com a restrição do ingresso da força policial na comunidade, cresce um desconhecimento acerca do que possa ser encontrado caso haja uma operação.



Google Street View Setembro de 2014, no endereço Av. Carlos Sampaio Correia - RJ. Pode-se notar a rua livre para qualquer tipo de acesso.



Google Street View Setembro de 2017, no endereço Av. Carlos Sampaio Correia - RJ. Pode-se notar uma edificação impossibilitando o acesso livre pela rua.

Realizadas buscas por novas imagens, apurou-se que o veículo do Google Street View ficou prejudicado em fazer o seu trabalho de mapeamento territorial, o que torna as comunidades do Rio de Janeiro cada vez menos conhecidas ante o avanço da criminalidade.

Somadas às barricadas os criminosos também instalam orifícios conhecidos como seteiras em paredões de concreto armado, por onde realizam diversos disparos de arma de fogo em segurança. Tais disparos são realizados a esmo, visto que o criminoso não tem qualquer possibilidade de efetuar uma mira técnica e apurada, colocando a população local em grande risco.



A imagem acima mostra uma construção de alvenaria usada como fortificação para proteger uma barricada instalada na entrada da comunidade.

[...]

5. Diagramação do Conceito de Excepcionalidade. Solicito uma descrição detalhada do conceito de "excepcionalidade" que vem sendo usado para a deflagração das operações policiais;

Em resposta recente encaminhada ao STF levando em conta a realidade vivenciada no Estado do Rio de Janeiro, a Polícia Civil apresentou as seguintes situações que considera excepcionais, sem prejuízo de outras que porventura possam ser analisadas no futuro:

I – o grave comprometimento à ordem pública provocado pelos conflitos armados entre organizações criminosas em busca do domínio e da hegemonia em territórios do Estado do Rio de Janeiro, bem como por conta do deslocamento de contingentes de criminosos armados para o "reforço" de comunidades sob o jugo das facções às quais "pertençam";

II – a atuação em legítima defesa e demais hipóteses excludentes de ilicitude, em casos de deliberados ataques armados a agentes estatais ou a órgãos públicos situados em áreas sensíveis ou em seu entorno;

III – o atendimento de prioridades policiais emergenciais, em casos de notícias de sequestro ou infração criminal correlata, ataques deliberados a comboios policiais nas proximidades de áreas sensíveis, ou casos congêneres;

IV – o cumprimento de medidas judiciais cautelares expedidas após o início da pandemia e, portanto, consubstanciadas em exame jurisdicional de excepcionalidade e necessidade do imediato cumprimento da ordem;

V – a atuação preventiva baseada em conhecimento de inteligência acerca da expansão do domínio territorial de áreas sensíveis através do fechamento de vias com a utilização de barricadas, casamatas, ou artifícios similares, que demandem ações de ocupação ou de remoção;

VI – cumprimento do disposto no artigo 6º do Código de Processo Penal, para não prejudicar investigações em andamento;

VII – verificação de informações de inteligência acerca de localização de foragidos da Justiça e de locais de guarda de armas, drogas, munições, artefatos explosivos e demais instrumentos de crime utilizados pelas organizações criminosas atuantes em comunidades do Estado do Rio de Janeiro.

6. Qual a importância do Uso de Aeronaves e quais as estatísticas disponíveis sobre os confrontos? Peço dados que destaquem a importância ou não do uso de aeronaves nas operações de segurança pública, bem como estatísticas relacionadas aos confrontos em que esses meios foram empregados, a fim de estampar se o uso reduz ou não a letalidade policial;

A aeronave policial desempenha um papel crucial na preservação de vidas. O número de policiais feridos ou mortos em operações com o uso de aeronaves é praticamente nulo, e não há registros de civis inocentes mortos por disparos provenientes dessas aeronaves. Além disso, o uso de aeronaves reduz significativamente o risco de confrontos durante as operações.

O uso de helicópteros policiais em operações de segurança pública é fundamental para diversas finalidades, incluindo o levantamento de informações em áreas conflituosas, o transporte e desembarque de equipes em locais de risco ou de difícil acesso, a orientação em tempo real das equipes de solo, a cobertura aérea da progressão dos policiais e a neutralização de ameaças à vida dos agentes. Além disso, os helicópteros desempenham um papel crucial no salvamento e evacuação de indivíduos em situações de emergência.

Os criminosos, geralmente familiarizados com a geografia das comunidades, armados com armas de grande poder destrutivo e adeptos de táticas de guerrilha, frequentemente se vêem desorientados diante da presença dos helicópteros policiais. Essas aeronaves possuem um forte poder de dissuasão e ocupam uma posição estratégica vantajosa no campo de operações.

Nossa experiência tem demonstrado que os confrontos em áreas conflagradas podem se prolongar por horas e se espalhar pelo terreno quando não há apoio aéreo, aumentando exponencialmente o risco para vidas inocentes. A ausência de aeronaves muitas vezes dificulta a neutralização dos criminosos, que se escondem em locais estratégicos, como buracos, barricadas e lajes, buscando emboscar as equipes policiais.

É importante ressaltar que o emprego desse suporte aéreo em situações de alto risco contribui significativamente para interromper os confrontos diretos entre criminosos e policiais em solo, reduzindo consideravelmente os riscos de danos colaterais causados por disparos de fuzis, que podem atingir vítimas a quilômetros de distância.

Em circunstâncias excepcionais, quando é necessária a preservação da vida de policiais ou civis em legítima defesa, os disparos efetuados das aeronaves são mais seguros do que os realizados pelas tropas terrestres. Isso se deve ao fato de que os tripulantes podem neutralizar os agressores, utilizando o solo como anteparo dos tiros.

Além disso, é importante esclarecer que não há registros de balas perdidas decorrentes dos disparos realizados das aeronaves. Tais disparos são realizados por equipes altamente treinadas e possuem total visão de campo, o que garante a segurança da população. Nos últimos anos, não houve registro de inocentes mortos por tiros disparados dos helicópteros da Polícia Civil no Rio de Janeiro.

A presença do helicóptero também reduz drasticamente os disparos indiscriminados efetuados pelos criminosos, que procuram evitar serem localizados facilmente pela polícia. Isso contribui significativamente para a proteção de vidas inocentes durante as operações com apoio aéreo.

Restringir o uso de helicópteros teria graves consequências, tanto para a população quanto para a polícia, pois significaria privar a polícia do direito de legítima defesa e retirar da sociedade uma ferramenta essencial no combate ao crime organizado e na proteção de vidas. Tal restrição resultaria em um aumento da violência perpetrada pelos criminosos e em um aumento das mortes de inocentes e policiais durante as operações.

Com uma arrecadação financeira maior, e objetivando ampliar seus pontos de vendas de entorpecentes, os criminosos seguiram expandindo seus territórios através de confrontos armados diários em comunidades do Rio de Janeiro, e por diversas vezes, no decorrer dessas disputas, temos mortes de agentes públicos, de integrantes da sociedade e dos próprios criminosos, bem como o fechamento de vias, comércio, queimas de ônibus, etc.

Ainda referente as disputas territoriais, a intervenção policial é de suma importância para cessá-las e dessarte minimizar todas as consequências negativas. No entanto, o dramático cenário conflagrado desses territórios muita das vezes exige o emprego de veículos blindados e aeronaves de apoio, os quais também têm sofrido ataques durante as operações, demonstrando assim, o aumento do poderio bélico em posse desses criminosos.

O emprego de aeronaves nas operações policiais, forte elemento de dissuasão ao confronto por criminosos, também os obriga a deixarem posicionamentos estratégicos nas lajes, etc., que lhes conferem vantagem operacional. Auxiliam as aeronaves também a localização dos policiais, em uma progressão mais segura, alertando-os acerca da proximidade de criminosos por conta da visão privilegiada, etc.

Cientes da importância do apoio pelas aeronaves para o sucesso das operações policiais, criminosos têm buscado atingir e danificar as aeronaves, investindo inclusive na aquisição de armamentos anti-aéreos, práticas também observadas no esforço destes em combater os veículos blindados.

Matérias jornalísticas são esclarecedoras acerca da realidade hoje enfrentada no estado:



Rio

Traficantes atiram em helicópteros, e pilotos mudam rotas para evitar sobrevoo em favelas

A Associação Brasileira de Pilotos de Helicóptero (Abraphe) divulgou um mapa com os corredores visuais, que seriam como "ruas" no céu, para organizar o espaço aéreo e garantir a segurança dos voos

Por Vera Araújo — Rio de Janeiro

[41]

[...]

DAS OCORRÊNCIAS COM AERONAVES, VIATURAS E VEÍCULOS BLINDADOS:

Em 2019, em 6 (seis) ocasiões registradas, houve confrontos que danificaram veículos das forças de segurança, em sua maioria, perpetrados por criminosos da organização criminosa Comando Vermelho (CV):

1. No procedimento 202-00002/2019, houve confronto na comunidade de São Carlos (TCP), e a fuselagem da aeronave da PCERJ foi danificada por disparos de arma de fogo;

2. No procedimento 202-00011/2019, houve confronto na comunidade do Juramento (CV), e uma aeronave Águia 02, Prefixo Pr-Epc da CORE foi danificada no "cone da cauda" por disparos de arma de fogo;

3. No procedimento 202-00021/2019, houve confronto na comunidade do Jacaré (CV), e a aeronave Águia 03 da PCERJ fora danificada na porta lateral esquerda por disparos de arma de fogo;

4. No procedimento 202-00023/2019, houve confronto na comunidade do Corte 8 (CV), e a viatura Volkswagen Amarok de prefixo 11-0293 foi danificada na carroceria por disparos de arma de fogo;

5. No procedimento 202-00025/2019, houve confronto na comunidade Jacaré (CV), e o veículo Blindado Maverick 02 foi danificado em sua estrutura metálica do pára-choque por uma granada;

---

[41] Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2022/06/traficantes-atiram-em-helicopteros-e-pilotos-mudam-rotas-para-evitar-sobrevoo-em-Favelas.ghtml?utm_source=aplicativo0Globo&utm_medium=aplicativo&utm_campaign=compartilhar. Acesso em: 04 abr. 2024.

Em 2020, houve 1 (uma) ocasião registrada em que o confronto danificou veículos das forças de segurança:

6. No procedimento 202-00004/2020, houve confronto na comunidade Jacaré (CV) e uma aeronave Águia 03 da PCERJ, prefixo Pr-Fec foi danificada em uma de suas pás por disparos de arma de fogo;

7. Em 2021, foram 4 (quatro) ocasiões registradas em que os confrontos danificaram veículos das forças de segurança:

8. No procedimento 202-00013/2021, houve confronto no Complexo do Salgueiro (CV), e a Aeronave Águia 02 da CORE foi danificada na porta e em uma das pás por disparos de arma de fogo;

9. No procedimento 202-00019/2021, houve confronto na comunidade do Jacaré (CV), e a aeronave da PCERJ Águia 02 (dois) foi danificada na cauda e Águia 03 (três) foi danificada também na cauda e no "espelho de carga" por disparos de arma de fogo;

10. No procedimento 202-00020/2021-01, houve confronto na comunidade Jacaré (CV) e os veículos blindados Maverick 02, Mamute e o Blindado (Placa Kps3417) foram alvos de disparos de arma de fogo em toda a sua extensão. Neste evento, o policial civil André Frias veio a óbito;

11. No procedimento 202-00038/2021, houve confronto no bairro de Paciência (Milícia), uma viatura ostensiva foi danificada por disparos de arma de fogo, e na ocasião o Coordenador da CORE, Delegado de Polícia Fabrício Oliveira, foi ferido;

Em 2022, foram 6 (seis) ocasiões registradas em que os confrontos danificaram veículos das forças de segurança:

12. No procedimento 014-06335/2022, houve confronto no Complexo do Alemão (CV), e a aeronave da PCERJ Pr-Fec,Vh1h, foi alvo de um disparo de arma de fogo que atingiu seu lado esquerdo, perfurando a porta corrediça na parte inferior e outra parede de chapa, onde ficam os comandos do rotor de cauda.

13. Os procedimentos 202-00022/2022-01 e 202-00023/2022, foram lavrados por ordem do Coordenador da CORE, visando apurar os danos sofridos nos veículos blindados da CORE e a tentativa de homicídio contra os policiais da CORE durante a operação policial realizada na localidade conhecida como Fazendinha, do Complexo do Alemão (CV). Neste evento, o blindado Mamute 1 foi atingido por 6 (seis) disparos de arma de fogo; Maverick 01, atingido por 38 (trinta e oito) disparos; e Maverick 2, atingido por 15 (quinze) disparos de arma de fogo.

14. No procedimento 202-00027/2022 registrou-se confronto na comunidade de Manguinhos (CV), havendo o Blindado Maverick 1, ao se aproximar da localidade, sido danificado em toda a sua lataria por inúmeros diversos disparos de arma de fogo.

15. No procedimento 202-00046/2022, houve confronto na comunidade NOVA HOLANDA (CV), e a aeronave Águia 02 Pr Epc, fora danificada por arma de fogo no assoalho embaixo da porta direita do piloto.

Em 2023, foram 10 (dez) ocasiões registradas em que os confrontos danificaram veículos das forças de segurança (em sua maioria, por criminosos da organização criminosa CV):

16. No procedimento 202-00008/2023, houve confronto na comunidade PARADA DE LUCAS (TCP), e o blindado Maverick 2 foi danificado em sua lataria e para-brisa por disparos de arma de fogo;

17. No procedimento 202-00010/2023, houve confronto na comunidade SALGUEIRO (CV) e a aeronave PCERJ Coala, Prefixo Aw119 fora danificada por disparos de arma de fogo que perfuraram a linha de combustível da aeronave, ocorrendo grande vazamento de querosene.

18. No procedimento 202-00011/2023, houve confronto na comunidade SALGUEIRO (CV), e o Blindado Maverick 2 fora atingido 21 (vinte e uma) vezes por disparo de arma de fogo;

19. No procedimento 202-00012/2023, houve confronto na comunidade SALGUEIRO (CV), e o Blindado Mamute fora atingido nove (nove) vezes por disparo de arma de fogo;

20. No procedimento 202-00016/2023, houve confronto na comunidade VIGÁRIO GERAL (TCP), e o blindado Mamute fora danificado por disparo de arma de fogo em ambas as laterais e na parte frontal do veículo;

21. No procedimento 202-00022/2023, houve confronto na comunidade NOVA HOLANDA (CV), e a aeronave da PCERJ Águia 2, prefixo Pr-Epc, fora danificada por disparos de arma de fogo na carenagem da transmissão principal.

22. No procedimento 202-00024/2023, houve confronto na comunidade NOVA HOLANDA (CV), e o blindado Maverick 2 fora danificado por disparos de arma de fogo na lateral direita próximo à janela lateral, na parte anterior, no ponto de fixação do para-choques anterior na carroceria, no lado direito do para-choques, acima do para-brisa direito e próximo ao farol esquerdo.

23. No procedimento 202-00026/2023, houve confronto na comunidade VIGÁRIO GERAL E FURQUIM MENDES (TCP), e a aeronave da PCERJ Águia 3, fora danificada por disparo de arma de fogo que transfixaram o duto de escapamento e seu respectivo protetor.

24. No procedimento 202-00027/2023, houve confronto na comunidade COMPLEXO DO ALEMÃO E VILA CRUZEIRO (CV), e a aeronave da PCERJ Águia 3, fora danificada por um disparo de arma de fogo na porção esquerda da fuselagem inferior, próximo ao ponto de fixação posterior dos esquis, na direção do local de tripulante posterior esquerdo.

25. No procedimento 202-00034/2023, houve confronto na comunidade TRÊS PONTE (MLC) em Paciência, no qual a aeronave da PCERJ Águia 3 (Helicóptero Huey Ii), fora danificada em uma das pás do rotor de cauda por disparo de arma de fogo.

7. Existe relação de facções com Mídias Sociais? Peço dados sobre como as facções utilizam as mídias sociais para disseminar informações e exercer influência ou espalhar o pânico nas comunidades;

As facções criminosas que atuam no Estado do Rio de Janeiro utilizam as redes sociais mais comuns como Twitter, Instagram, Facebook, Tik Tok, dentre outras, para postagens de fotos, vídeos, mensagens, etc.

Postagens de "ostentação" dos criminosos influenciam e cooptam mais "soldados" para o Tráfico de Drogas e demais crimes conexos, sendo a sua maioria menores de idade. Há postagens ostentando armas, cordões de ouro, carros e motos de luxo, "Feiras de Drogas" organizadas por tipos e preços, etc. Há inclusive exposição de armas de fogo empregadas em oposição a operações policiais.

Também se observam postagens nas redes sociais com vídeos e fotos de corpos torturados de integrantes de facções rivais, e veículos de transporte público incendiados ou danificados. Ameaças aos moradores dizendo que os seus telefones serão fiscalizados no deslocamento destes dentro da comunidade na qual residem e ordens do tráfico para o fechamento do comércio dentro da comunidade ou nos arredores em dias e horários de expediente, também são comuns.

Postagens de informações de invasões em territórios rivais em dias não informados ou desinformação de que rivais estejam na iminência de mudar de facção, são igualmente comuns nas redes sociais.

As redes sociais de fato tornaram-se ferramentas poderosas para a comunicação e organização de facções criminosas. Elas oferecem um ambiente virtual onde membros podem trocar informações, coordenar atividades criminosas e disseminar propaganda. são utilizadas para recrutar novos membros, planejar ações criminosas, compartilhar estratégias de atuação e até mesmo intimidar rivais. Além disso, as redes sociais proporcionam uma forma rápida e eficaz de disseminar ideologias e promover ações de legitimação do poder dessas facções perante suas comunidades, muitas vezes através da glorificação da violência e do controle territorial.

Segue abaixo exemplo de redes sociais utilizadas para noticiar os acontecimentos perpetrados pelos criminosos nas comunidades no estado do Rio de Janeiro:


MACONHAS DO RIO
Seguindo
MACONHAS DO RIO
@MACONHASDORIO
PARCERIAS VIA DM
MACONHAS DE TODAS AS FAVELAS DO RIO
Rico, Bonito e cheiroso
Personalidade da mídia
Nascido(a) em 27 de maio de 1998
Ingressou em julho de 2018
10 Seguindo 128,7 mil Seguidores


Milícia RJ News
6.227 posts
Whatsapp
97908 - 4200
DRACO
Seguindo
Milícia RJ News
@RjMilicia
Telefones para denuncias
Corregedoria DPRM: 21-99174-2000
Ingressou em julho de 2020
106 Seguindo 183,9 mil Seguidores


(+18) IMPÉRIO DO CRIME ❗ #S1K (OFICIAL)
2.440 posts
Seguindo
(+18) IMPÉRIO DO CRIME ❗ #S1K (OFICIAL)
@imperiorj01
IMPÉRIO DO CRIME DO RIO DE JANEIRO
TUDO SOBRE AS FAVELAS, FRASES E FOTOS
envie suas sugestões DM
NÃO FAZEMOS APOLOGIA AO CRIME
instagram.com/imperiorj33/
Ingressou em dezembro de 2021
120 Seguindo 82,3 mil Seguidores

Vale por fim salientar que o uso das redes sociais por facções criminosas apresenta desafios adicionais para as autoridades de segurança pública. A criptografia e a capacidade de criar grupos fechados dificultam a monitorização e a interceptação de comunicações. A disseminação de *fake news* e a manipulação de informações podem semear o medo e a desinformação na sociedade. Redes sociais também podem servir como plataformas de recrutamento para jovens vulneráveis, atraídos pela promessa de status, dinheiro fácil e pertencimento a um grupo. Outrossim, o uso das redes sociais por facções criminosas representa um desafio complexo que exige abordagens multidisciplinares por parte das autoridades e da sociedade em geral

8. Tribunais dos Crimes. Solicito informações detalhadas sobre o seu modo de atuação;

A Segurança Pública há anos se depara com o denominado "Tribunal do Crime", no qual criminosos da cúpula de organizações criminosas agem como polícia, promotor e juiz, em verdadeiros tribunais de exceção, atuando sobre fatos oriundos das atividades ilícitas da própria organização criminosa ou externos a ela, quando moradores participam às organizações criminosas suas lides particulares.

Atualmente, em todas as áreas dominadas pelo tráfico de drogas ou pelas milícias, ocorre o vulgarmente conhecido "TRIBUNAL DO CRIME", pois nada é praticado nesses locais sem a anuência dos líderes das organizações.

Em inúmeras diligências policiais foi possível apurar e entender o modus operandi dos tribunais do crime, principalmente, em algumas apurações de denúncias anônimas, tanto à Polícia Civil como à Policia Militar, que conseguiram êxito em retirar pessoas das mãos desses narcotraficantes, muitas torturadas, outras já amarradas ou em pneus prestes a serem mortas queimadas, e demais quadros similares. Por vezes as vítimas, quando resgatadas, evitam denunciar seus algozes com medo de mais retaliações a si ou a seus familiares, que ainda permanecem naquelas comunidades, contudo informalmente é comum dizerem o porquê daqueles atos e como se deu o tribunal do crime.

Dessarte, constatamos que esses tribunais estabelecem regras similares, recebendo a punição de maior gravidade, qual seja, tortura intensa seguida de morte cruel, via de regra, aqueles que forem considerados: informantes da polícia, informantes de facção rivais, aqueles que tentam registrar imagens e ações das quadrilhas, sejam eles jornalistas ou populares (a exemplo do ocorrido com o jornalista Tim Lopes), policiais capturados em operação ou em folga por terem ingressado acidentalmente no território da facção, e membros de organizações criminais rivais.

Frisa-se, que indivíduos da própria organização criminosa também podem ser alvos desses tribunais, recebendo punições de morte, quando suspeitos de desviarem cargas de drogas, de armas, de valores e de roubos. O mesmo vale para aqueles que ousem roubar dentro da própria comunidade, ou realizem ações ilícitas sem a anuência dos líderes. Também aqueles que, mesmo com anuência da organização criminosa, realizem ações com grande repercussão negativa que possa acarretar ações policiais que impactarão substancialmente os negócios ilícitos da organização e dependentes de drogas que sejam devedores reincidentes também podem se sujeitar a tais "tribunais".

Importante consignar que companheiras, esposas e afins de criminosos, mesmo quando presos, havendo suspeita de envolvimento amoroso com terceira pessoa, ou quando tentam se separar, ficam à sorte de toda a ação pelo organização criminosa com anuência dos líderes, como ilustra o caso de esquartejamento de namorada por não aceitação do término (https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/02/09/operacao-kelsons.ghtml), Inquérito Policial 901-00184/2021. Nessa ocorrência o líder da comunidade, após tal ação, com aval da cúpula, foi homiziado em outra comunidade da mesma organização criminosa. Sujeitam-se as companheiras dos criminosos também a diversas outras ações, como espancamentos, humilhações em público ou expulsão de sua casa na comunidade, sempre com aval da cúpula, ou tribunal do crime.

Os tribunais do crime também podem aplicar punições cruéis, de "menor" gravidade, ou seja, que não resultarão em execuções, em sua maioria quando indivíduos que não integrem a organização sejam pegos furtando ou roubando nas redondezas das comunidades em que a ORCRIM atua, chamando

atenção para intervenções policiais nas localidades, ou ainda quando as ações sejam praticadas em locais distantes das comunidades, mas cujas investigações apontem que residam nessas comunidades, levando da mesma forma a intervenção policial ao local. Moradores que frequentem comunidades dominadas por facções rivais, seja como mera travessia, seja para visitar familiares ou ir a bailes e festas e moradores que mantenham algum tipo de contato com policiais também se sujeitam a punições. Nesse sentido tiros na mão de roubadores, espancamentos com armas brancas, pauladas, humilhações e raspagem dos cabelos de mulheres são eventos corriqueiros.

Parte dos moradores de comunidades conduzem lides pessoais ao tribunal do tráfico demandando soluções sobre brigas de casal, dívidas entre moradores, supostos abusos. Devido a essa cultura, muitos moradores passaram a valer-se de tais recursos como subterfúgio para ações fomentar dessas quadrilhas contra seus desafetos, simulando que sejam informantes de policiais, ou que os agrediram, para que recaiam sobre seus desafetos as ações ilegais e cruéis do tribunal do crime.

Vale ressaltar que há um respeito à cadeia hierárquica da organização para a atuação do tribunal do crime. Quando maior a repercussão ou impacto na organização criminosa, a anuência sai do campo dos "gerentes" das comunidades, necessitando do aval do chamado "dono ou frente" da comunidade, bem como da alta cúpula da organização criminosa, que muitas vezes extrapola a alçada do "dono" da comunidade. Frise-se que a alta cúpula, mesmo custodiada nos presídios estaduais ou federais, ainda assim, consegue transmitir suas ordens para cumprimento no tribunal do crime, que são acatadas extramuros, chegando a seus comparsas pelas mais diversas formas, como por meio de videoconferências, visitantes, advogados.

As execuções do Tribunal do Crime são realizadas com requintes de extrema crueldade; em sua maioria as vítimas são amarradas, espancadas, colocadas em pneus e queimadas vivas ou esquartejadas. Por vezes seus restos são jogados a animais como porcos, ou abandonados como não identificados em carros incendiados.

Abaixo, citamos alguns dos inúmeros casos que retratam a atuação dos tribunais do tráfico, com os dados formais das investigações em conjunto com material jornalísticos:

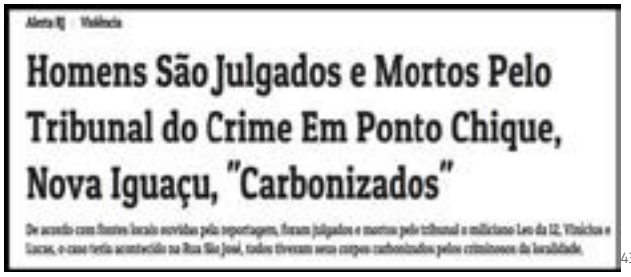

RJ: Tráfico ordenou execução de envolvidos em morte de crianças

Polícia realizou operação na comunidade Castelar, em Belford Roxo, onde Lucas, Alexandre e Fernando foram mortos

[42]

[...]

[42] Disponível em: https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/rj-trafico-ordenou-execucao-de-envolvidos-em-morte-de-criancas-09122021. Acesso em: 04 abr. 2024.



Alerta RJ | Violência

Homens São Julgados e Mortos Pelo Tribunal do Crime Em Ponto Chique, Nova Iguaçu, "Carbonizados"

De acordo com fontes locais ouvidas pela reportagem, foram julgados e mortos pelo tribunal o miliciano Leo da 12, Vinicius e Lucas, o caso teria acontecido na Rua São José, todos tiveram seus corpos carbonizados pelos criminosos da localidade.

[43]

[...]

9. Pagamento de Taxas pelos Moradores para as facções criminosas. Peço esclarecimentos sobre o pagamento de taxas pelos moradores em áreas controladas por facções;

A cobrança de taxas por traficantes em comunidades do Rio de Janeiro é uma realidade que afeta as pessoas que vivem nessas áreas. Tal extorsão é praticada por organizações criminosas que controlam determinadas regiões da cidade. Elas impõem essas taxas a moradores, comerciantes e até mesmo a prestadoras de serviços públicos que operem nessas comunidades.

Devido ao controle exercido pelas organizações criminosas, essa prática gera um ambiente de medo e coerção, no qual moradores sentem-se pressionados a pagar para garantirem sua segurança e evitarem represálias. Devido à complexidade de operar nas regiões dominadas pelo tráfico de drogas, tendo em vista a densidade populacional, tipo de terreno, etc., as Polícias Civil e Militar encontram dificuldade no combate efetivo a tal tipo de crime.

Há conhecimento de cobrança de taxas pelo tráfico de drogas em várias comunidades do Rio de Janeiro. Algumas das comunidades mais conhecidas onde essa prática foi observada incluem: Complexo do Alemão; Complexo da Maré; Rocinha; Complexo da Penha; Complexo do Chapadão; Complexo da Pedreira; Complexo do Jacarezinho; Complexo da Mangueira; Complexo do Salgueiro; Complexo do São Carlos.

A seguir, estão reportagens veiculadas em diversos canais de notícias que retratam a cobrança de taxas praticadas por traficantes que exercem poder em áreas do estado do Rio de Janeiro:[44]

---

[43] Disponível em: https://nd1.com.br/noticia/136825/homens-sao-julgados-e-mortos-pelo-tribunal-do-crimes-em-ponto-chique-nova-iguacu-qcarbonizadosq. Acesso em: 04 abr. 2024.

[44] Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/04/06/pesquisa-aponta-que-ate-morador-de-rua-paga-taxas-impostas-pelo-crime-e-que-trafico-e-milicia-sao-farinha-do-mesmo-saco.ghtml. Acesso em: 04 abr. 2024.


RIO DE JANEIRO

Pesquisa aponta que até morador de rua paga taxas impostas pelo crime e que tráfico e milícia são 'farinha do mesmo saco'

Traficantes cobram taxa de moradores em condomínio em Barros Filho

53o 1.260 moradias populares no conjunto habitacional

TRAFICANTES TOMAM APARTAMENTOS E COBRAM TAXAS DE MORADORES; INADIMPLENTES SOFREM

45

[...]

Além das extorsões, vale salientar que, com a restrição de operações policiais, organizações criminosas sentiram-se à vontade para ampliar os negócios ilícitos, montaram estruturas dentro das comunidades, com oficinas de clonagem e criminosos dedicados a encomendar os furtos e roubos, preparar o transporte e negociar com receptadores.

[45] Disponível em: https://recordtv.r7.com/cidade-alerta-rj/videos/traficantes-cobram-taxa-de-moradores-em-condominio-em-barros-filho-05122022. Acesso em: 04 abr. 2024.

Na rede criminosa que se formou, carros são anunciados na internet, tendo sido descoberta a venda de carros clonados do Rio para a Bahia, Minas Gerais e Goiás. Alguns destes veículos atravessariam a fronteira em direção ao Paraguai.


Investigações revelam como quadrilhas estão usando o roubo de veículos para lucrar e trocar por armas e drogas

Uma força-tarefa passou a monitorar como as quadrilhas agem. Estruturas foram montadas dentro das favelas, com oficinas de clonagem e bandidos dedicados a encomendar os furtos e roubos, preparar o transporte e negociar com receptadores.

Por Jornal Nacional

[46]

[...]

10. Quantidade de Operações: Solicito a contagem exata de operações policiais realizadas nas comunidades do estado do Rio de Janeiro após a data de 9 de junho de 2020, especificando ano a ano;

No período de 09.06.2019 até 31.12.2023, foram realizadas pela Polícia Civil 440 Operações em comunidades de todo o Estado do Rio de Janeiro, sendo 164 (cento e sessenta e quatro) de 09.06.2019 a 31.12.2019, 45 (quarenta e cinco) no ano de 2020, 86 (oitenta e seis) no ano de 2021, 60 (sessenta) no ano de 2022 e 85 (oitenta e cinco) no ano de 2023.

11. Índice de Letalidade em Cada Operação: Peço o índice de letalidade, especificando o número exato de mortos, por mês, bem como se as vítimas eram moradores da comunidade ou agentes policiais, de janeiro de 2019 a janeiro de 2024;

Os dados referentes a tal indagação encontram-se detalhadamente listados na planilha anexa, criada para atender à demanda formulada. Salientamos que, em paralelo a tal esforço, a Polícia Civil está próxima da conclusão de banco de dados com interface amigável onde tais informações e outras mais estarão disponíveis para acesso imediato, assim como já alimentamos a ferramenta "Painel Gerencial de Operações" criada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro que fornece ao órgão responsável pelo controle externo das Polícias tais dados.

12. Evolução dos índices de letalidade nas operações policiais, de janeiro de 2019 a janeiro de 2024;

Os dados referentes a tal indagação encontram-se detalhadamente listados na planilha anexa, criada para atender à demanda formulada. Salientamos que, em paralelo a tal esforço, a Polícia Civil está próxima da conclusão de banco de dados com interface amigável onde tais informações e outras mais estarão disponíveis para acesso imediato, assim como já alimentamos a ferramenta "Painel Gerencial de Operações" criada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro que fornece ao órgão responsável pelo controle externo das Polícias tais dados.

[46] Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/07/04/investigacoes-revelam-como-quadrilhas-estao-usando-o-roubo-de-veiculos-para-lucrar-e-trocar-por-armas-e-drogas.ghtml. Acesso em: 04 abr. 2024.

13. Motivação para o início das Operações, com a indicação de detalhes sobre a sua deflagração e envio do respectivo Procedimento Operacional, especialmente se houve situação de flagrante ou o cumprimento de mandados judiciais, entre outros;

Os dados referentes a tal indagação encontram-se detalhadamente listados na planilha anexa, criada para atender à demanda formulada. Salientamos que, em paralelo a tal esforço, a Polícia Civil está próxima da conclusão de banco de dados com interface amigável onde tais informações e outras mais estarão disponíveis para acesso imediato, assim como já alimentamos a ferramenta "Painel Gerencial de Operações" criada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro que fornece ao órgão responsável pelo controle externo das Polícias tais dados.

14. Indicação do atual efetivo da Corporação, de janeiro de 2019 a janeiro de 2024, bem como se houve concurso e recomposição de efetivo.

Efetivo da Polícia Civil em janeiro de:

2019 - 9219 servidores
2020 - 8929 servidores
2021 - 8628 servidores
2022 - 8337 servidores
2023 - 8096 servidores
2024 - 8618 servidores.

Em relação ao concurso público, ocorreram as nomeações abaixo, nos meses de dezembro 2023 e janeiro de 2024:

Delegado de Polícia - 103 novos servidores;
Inspetor de Polícia - 275 novos servidores;
Investigador Policial - 293 novos servidores;
Oficial de Cartório Policial - 2 novos servidores (sub judice);
Perito Legista - 71 novos servidores;
Perito Criminal - 33 novos servidores;
Técnico P olicial de Necropsia - 28 novos servidores;
Auxiliar Policial de Necropsia - 29 novos servidores.

Vale salientar que, do efetivo da Polícia Civil reportado para o ano de 2024, encontram-se no presente momento em abono permanência, podendo aposentar-se no momento em que desejarem, 2003 (dois mil e três) servidores, representando 23,24% dos servidores em atividade.

Vale por fim recordar que no ano de 2001 havia sido publicada a Lei nº 3586, de 21 de junho de 2001, que dispunha sobre a reestruturação do quadro permanente da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Em seu Anexo I previa tal lei um efetivo de 22.580 servidores para o bom funcionamento da instituição. A população do estado do Rio de Janeiro, no ano de 2001, quando teve início a série histórica das estimativas populacionais feitas pelo IBGE, era de 14,6 milhões de habitantes. Segundo o último censo demográfico do IBGE, tal população já havia chegado a 16.055.174 habitantes no ano de 2022.

4.2 SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

4.2.1. INFORMAÇÕES SOLICITADAS

Por meio de Ofício datado de 02 de fevereiro de 2024, foram solicitadas à Secretaria de Estado de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro as seguintes informações:

1. Quais são as Facções Criminosas e Seu Domínio Territorial e houve avanço ou não, após a ADPF nº 635?

2. Quais e quantas foram as lideranças do crime organizado, oriundas de outros Estados, que foram presas em comunidades do RJ? Necessitamos entender as circunstâncias dessas prisões e qual impacto tiveram nas atividades das facções;

3. Qual armamento vem sendo utilizado pelas facções criminosas locais?

4. Como vem se dando o avanço das Barricadas nas comunidades locais? Solicito informações sobre o avanço das barricadas em áreas urbanas, com a indicação da extensão desse fenômeno, notadamente após o advento da ADPF nº 635;

5. Diagramação do Conceito de Excepcionalidade. Solicito uma descrição detalhada do conceito de "excepcionalidade" que vem sendo usado para a deflagração das operações policiais;

6. Qual a importância do Uso de Aeronaves e quais as estatísticas disponíveis sobre os confrontos? Peço dados que destaquem a importância ou não do uso de aeronaves nas operações de segurança pública, bem como estatísticas relacionadas aos confrontos em que esses meios foram empregados, a fim de estampar se o uso reduz ou não a letalidade policial;

7. Existe relação de facções com Mídias Sociais? Peço dados sobre como as facções utilizam as mídias sociais para disseminar informações e exercer influência ou espalhar o pânico nas comunidades;

8. Tribunais dos Crimes. Solicito informações detalhadas sobre o seu modo de atuação;

9. Pagamento de Taxas pelos Moradores para as facções criminosas. Peço esclarecimentos sobre o pagamento de taxas pelos moradores em áreas controladas por facções;

10. Quantidade de Operações: Solicito a contagem exata de operações policiais realizadas nas comunidades do estado do Rio de Janeiro após a data de 9 de junho de 2020, especificando ano a ano;

11. Índice de Letalidade em Cada Operação: Peço o índice de letalidade, especificando o número exato de mortos, por mês, bem como se as vítimas eram moradores da comunidade ou agentes policiais, de janeiro de 2019 a janeiro de 2024;

12. Evolução dos índices de letalidade nas operações policiais, de janeiro de 2019 janeiro de 2024;

13. Motivação para o início das Operações, com a indicação de detalhes sobre a sua deflagração e envio do respectivo Procedimento Operacional, especialmente se houve situação de flagrante ou o cumprimento de mandados judiciais, entre outros;

14. Indicação do atual efetivo da Corporação, de janeiro de 2019 a janeiro de 2024, bem como se houve concurso e recomposição de efetivo.

4.2.2.INFORMAÇÕES RECEBIDAS

Por meio de Ofício datado de 4 de março de 2024, a Secretaria de Estado da Polícia Militar forneceu relevantes informações e dados ao Grupo de Trabalho. Segue a íntegra do documento:

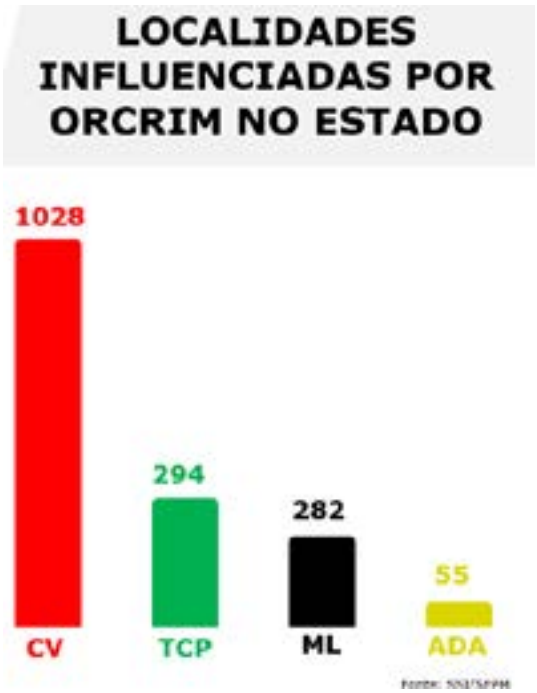
> Em atenção ao despacho do Exmo. Sr. CEL PM Secretário de Estado de Polícia Militar, presente no processo SEI-350001/001326/2024, esta Subsecretaria de Inteligência presta as informações a seguir com o objetivo de subsidiar o comando da Corporação na resposta ao Ofício nº 1768002 – GAB-MEMB MPE, oriundo do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Presidência nº 3/2024, em cumprimento à determinação do Senhor Ministro Edson Fachin no âmbito da ADPF nº 635.
>
> **1. Quais são as Facções Criminosas e seu domínio territorial e houve avanço ou não, após a ADPF nº 635?**
>
> De maneira geral podemos dividir as organizações criminosas (ORCRIM) que atuam no estado do Rio de Janeiro em três categorias:
>
> **– Comando Vermelho (CV), Terceiro Comando Puro (TCP) e Amigo dos Amigos (ADA)** - ORCRIM oriunda do sistema prisional, que possui o tráfico de drogas como atividade principal e controla seus territórios através da presença ostensiva de armas de fogo em pontos de venda conhecidos popularmente como "bocas de fumo", criando zonas de exclusão de acesso aos serviços públicos. Nas comunidades sob controle dessas ORCRIM se torna inviável realizar patrulhamento preventivo rotineiro, atendimento de ocorrências geradas via 190 e a simples presença das forças de segurança pública, durante operações planejadas geram confrontos armados iniciados pelos traficantes responsáveis pela segurança dessas ORCRIM, que realizam disparos de arma de fogo para retardar o avanço dos policiais, propiciando tempo necessário para a evasão e esconderijo de seus integrantes.
>
> **– Grupos Paramilitares (Milícia)** – ORCRIM que possui como fonte principal de financiamento a cobrança de taxas de segurança e exploração de serviços irregulares conhecidos popularmente como "gatonet", venda de botijões de gás, exploração de transporte alternativo, venda de cestas básicas, invasão de terras e especulação imobiliária, em muitos casos desmatando áreas de preservação ambiental. Diferente das principais áreas do tráfico de drogas, as comunidades e bairros sob influência da milícia ainda são capazes de acessar alguns serviços públicos, entre eles o patrulhamento rotineiro e o atendimento de ocorrências. Estes grupos paramilitares evitam o confronto com as forças de segurança e buscam cooptar seus integrantes através da corrupção. Esse tipo de ORCRIM foi composta inicialmente por integrantes das forças de segurança pública e com o passar do tempo foi perdendo essa característica, atualmente possui uma formação heterogênea aceitando inclusive ex traficantes de drogas, o que fez a ORCRIM a inserir o tráfico como parte de sua arrecadação em alguns locais.
>
> **– Máfia da Contravenção ("jogo do bicho")** – ORCRIM que possui como fonte principal de financiamento a exploração de jogos de azar, sendo o mais conhecido chamado de "Jogo do bicho" que possui pontos de registros das apostas espalhados por todo o estado. Com o passar do tempo as atividades dessa ORCRIM se diversificaram, atualmente além do jogo do bicho explorando bancas de apostas esportivas irregulares, bingos clandestinos, máquinas caça níquel, venda de cigarros contrabandeados, entre outras. Assim como os milicianos, a atuação dessa ORCRIM é mais discreta evitando a presença ostensiva de armas de fogo, evitando confrontos e buscando aliciar membros das forças de segurança pública. Apesar disso essa ORCRIM não se furta de mobilizar homens armados sempre que há a necessidade de executar algum desafeto.
>
> Cada tipo de ORCRIM que atua no Rio de Janeiro possui uma forma de exercer o seu domínio territorial:
>
> **I – Comando Vermelho (CV), Terceiro Comando Puro (TCP) e Amigo dos Amigos (ADA)** - Controlam principalmente aglomerados subnormais localizados em morros, onde exercem domínio territorial com o emprego ostensivo de armas de fogo em diversos pontos de acesso e possuem um complexo sistema de monitoramento realizado por diversos "olheiros", que mantém uma comunicação constante através

de rádios transmissores e aplicativos de mensagens de texto. É comum a instalação de barricadas por parte dessas ORCRIM com o objetivo de retardar o avanço das Forças de Segurança Pública durante operações policiais e impedir ataques de outras ORCRIM durante disputas territoriais. Essas regiões se tornam zonas de exclusão social e cidadania, com restrição de acesso a serviços públicos e submissão dos moradores ao jugo de criminosos que exercem sua vontade através da força. Esse tipo de domínio territorial baseado na presença ostensiva de criminosos armados transforma a atuação das Forças de Segurança Pública em potenciais confrontos armados que afetam a sensação de segurança e, eventualmente, geram efeitos colaterais não desejados.

II – Grupos Paramilitares (Milícia) – Controlam principalmente bairros que possuem uma geografia plana e ordenamento urbano regular. Evitam o emprego ostensivo de armas de fogo, no entanto circulam com armas de porte rotineiramente em suas áreas de influência realizando cobranças de taxas. Também possuem sistema de monitoramento realizado por "olheiros" e para dissuadir tentativas de invasão, essa ORCRIM costuma manter grupos armados que realizam patrulhamento em suas áreas de influência, geralmente a bordo de veículos e evitando serem avistados por policiais. Geralmente essa ORCRIM evita o confronto armado com policiais militares que realizam patrulhamento de rotina, o que permite que o atendimento de emergência seja realizado nessas localidades,

III – Máfia da Contravenção ("jogo do bicho") – Essa ORCRIM não exerce domínio territorial armado em suas áreas de influência. A divisão das áreas de atuação dos grupos que exploram essas atividades foi definida há muitos anos pelo que se convencionou chamar a "Cúpula do Jogo do Bicho". A atuação dos apontadores do "jogo do bicho" e instalação das máquinas caça níquel é acordada com as outras ORCRIM.

Tendo como ponto de partida a constatação de um grupo variado de organizações criminosas atuando no estado do Rio de Janeiro, foi estabelecido um monitoramento dessas regiões sob influência de ORCRIM que conseguiu delimitar 1.659 (mil seiscentas e vinte e cinco) localidades. Através desse acompanhamento é possível perceber que, apesar de suas particularidades, a ORCRIM que exerce maior influência no estado do Rio de Janeiro é o Comando Vermelho (CV), que vem adotando uma política expansionista dominando territórios no estado e exercendo forte influência em âmbito nacional.



É possível afirmar que o domínio territorial armado dessas organizações criminosas se agravou após a ADPF nº 635. Os criminosos se estruturaram e fortaleceram suas posições em nas comunidades espalhadas em todo o território do estado. Um fenômeno que foi observado nos últimos anos, que

coincide com a vigência da liminar exarada no âmbito da ADPF nº 635 foi a expansão territorial do Comando Vermelho que invadiu diversas comunidades, em especial na região da grande Jacarepaguá, Vargem Grande e Vargem Pequena. Essa expansão do CV recrudesceu o domínio territorial armado nessas regiões com a implementação do modo de operação do Comando Vermelho nesses locais, como a instalação de barricadas e o aumento de confrontos armados contra as forças de segurança, resultando em aumento da vitimização policial. A escalada bélica na região teve início no primeiro semestre de 2022, quando traficantes de drogas vinculados ao Comando Vermelho (CV) iniciaram uma investida em diversas comunidades que anteriormente sofriam influência de grupos paramilitares. De lá para cá o CV conseguiu expulsar os milicianos das seguintes comunidades: Santa Maria, Teixeiras, Jordão, Covanca, Caixa D'água, Tirol e Gardênia Azul. Atualmente milicianos retomaram a Gardênia Azul e criminosos do Comando Vermelho estão realizando vários ataques para expulsar novamente a Milícia.

2.Quais e quantas foram as lideranças do crime organizado, oriundas de outros Estados que foram presas em comunidades do RJ? Necessitamos entender as circunstâncias dessas prisões e qual impacto tiveram nas atividades das facções;

Nos últimos anos foi possível perceber a presença de diversas lideranças de organizações criminosas de outros estados da federação atuando no Rio de Janeiro. A presença dessas lideranças no RJ fortalece os vínculos entre essas ORCRIM e permite que o Comando Vermelho possua uma atuação nacional, que vai além das fronteiras do estado. Essa integração nacional é fundamental para os interesses da ORCRIM que tem como pilares de sua atuação a importação de armas e drogas produzidas em sua esmagadora maioria fora do território brasileiro.

Nos últimos anos foram presas ou morreram em confronto com as forças de segurança, 48 (quarenta e oito) criminosos oriundos de outros estados da federação:

NOME	VULGO	FACÇÃO RJ	FACÇÃO OUTRO ESTADO	ESTADO	STATUS	ANO
ADAILSO DE FREITAS FERREIRA	BEBE	TCP	----	Acre	PRESO	2021
RAFAEL CORREIA DE MELO	FAFÁ	CV	CV	Alagoas	MORTO	2022
TALITA DOS SANTOS SILVA	GORDA	CV	CV	Alagoas	PRESO	2022
ALBERTO MAGNO DA SILVA LOBATO	IMPORADOR	TCP	TCA	Amapá	PRESO	2021
CLEBER GONZAGA DE LIMA	JB	CV	----	Amazonas	PRESO	2018
MARCELO DA SILVA NUNES	MARCELO JOGADOR	CV	----	Amazonas	PRESO	2021
SERGIO PEREIRA MIRANDA	JOAQUIM	CV	CV	Amazonas	PRESO	2021
SILVIO ANDRADE COSTA	BARROJA	CV	CV	Amazonas	PRESO	2019
PEDRO DA SILVA DE CARVALHO	PEDRINHO	CV	CV	Amazonas	PRESO	2021
ROQUE DE CASTRO PINTO JUNIOR	ROMEU	CV	----	Amazonas	MORTO	2022
DIEGO OLIVEIRA HIDALGO	DIEGO ISLAMICO	CV	CV	Amazonas	PRESO	2021
OSMAR PRADO JUNIOR	OSQUINHA	CV	CV	Amazonas	PRESO	2021
RAIO IRUELLINO FONTENELLE DOS SANTOS	MANU	LT	LV	Amazonas	PRESO	2021
ROBSON COSTA LISBOA DA SILVA	----	CV	CV	Bahia	PRESO	2021
JOÃO RICARDO CARLOS DE SOUZA	ROCKY	TCP	ADA	Bahia	PRESO	2022
EDVALDO MARQUES TEIXEIRA JUNIOR	VADO GORDO	CV	----	Bahia	PRESO	2021
JOSE ERASMO DE SOUSA FILHO	TEIXEIRA	CV	----	Ceará	MORTO	2021
ROGÉRIO GOMES DE OLIVEIRA	GEGO / CORDA	LV	----	Ceará	PRESO	2022
MESSIAS TALES DE SOUZA LINDO	TALIBÃ	CV	----	Ceará	PRESO	2023
ALEX DE OLIVEIRA PINTO	ALEX MACONHO	CV	----	Espírito Santo	PRESO	2021
WALIF SOUZA DE OLIVEIRA	PAZINHO	CV	----	Espírito Santo	PRESO	2023
ANDERSON DA SILVA ROBERTO	PACOCA	CV	----	Espírito Santo	PRESO	2022
LUAN RESENDE SUARQUE	LUANZINHO	TCP	----	Espírito Santo	PRESO	2021
FERNANDO HENRIQUE DOS SANTOS	FERNANDINHO	CV	----	Goiás	PRESO	2022
ROSLEY JUNIO FERREIRA CARVALHO DE	NEGAO / IGUANA	CV	----	Goiás	PRESO	2023
EDUARDO GOMES DA SILVA	----	CV	----	Goiás	MORTO	2023
JOS YRSON PAES DE SANTOS	RATO BAT	CV	----	Goiás	PRESO	2024
GABRIEL PAULO DA SILVA COSTA	TORTO	CV	CV	Mato Grosso	PRESO	2022
JUNDERSON MATHEUS DE SOUSA MIRANDA	CHUCKY	CV	CV	Mato Grosso	PRESO	2023
ERIKSON FORTUNATO RAFAEL	BRUJO	LV	LV	Mato Grosso	PRESO	2022
DIOGO DE OLIVEIRA DIAS LUIZ ALMEIDA	DAFAMEIRO	CV	CV	Mato Grosso	PRESO	2023
ALE VITOR DOS SANTOS SILVA	KAUE	CV	----	Mato Grosso do Sul	PRESO	2022
JOÃO FELIPE ALVES DA SILVA	BIN	TCP	----	Minas Gerais	PRESO	2023
ROGER PEREIRA MORINHO	MELANCIA	CV	----	Minas Gerais	PRESO	2021
KELVIN SOUZA NEVES	----	CV	----	Minas Gerais	PRESO	2023
WESLEY MILITÃO DA SILVA	NEGONA	CV	----	Minas Gerais	PRESO	2023
MARLEY LUCENA DA SILVA	RAZÃO	CV	CV	Minas Gerais	PRESO	2021
ADRIANO RIBEIRO CALAZANS	GATO	CV	CV	Minas Gerais	PRESO	2023
LEONARDO COSTA ARAUJO	LEO 41	CV	CV	Piauí	MORTO	2023
EVELIN DA ROSA BALADAN	----	LV	----	Piauí	PRESO	2022
JOELINTON NAVARRO DA SILVA	----	----	----	Paraíba	PRESO	2021
CLAYTON TEIXEIRO DOS SANTOS	SCORPION 7.62	CV	CV	Pernambuco	PRESO	2021
ANDREZA CRISTINA LIMA LEITAO	BIA PERIGOSA	CV	SOC	Rio Grande do Norte	PRESO	2023
ANDERSON MEDEIROS DA SILVA	TUBARAO	CV	SOBRA	Rio Grande do Norte	PRESO	2023
LUIZ ANDERBERG VIRGILIO FERREIRA	BERG CORRIDA	LV	SOLIDA	Rio Grande do Norte	PRESO	2022
ADRIANO PEREIRA DE SOUZA	CIGANO	TCP	PCC	São Paulo	PRESO	2020
BRENO VINICIUS GARCIA MARTINS	BRENO KAMIKASE	CV	CV	Sergipe	PRESO	2022
ADRIANO VIEIRA SANTOS	ZAPAO	CV	CV	Sergipe	PRESO	2021

As prisões dessas lideranças de outros estados passam a ser um dos objetivos estratégicos das forças de segurança pública, com o objetivo de dificultar essa integração regional das organizações criminosas.

Em seguida serão expostos alguns casos emblemáticos desse fenômeno.[47]



Léo 41, morto em operação no RJ, é suspeito de ordenar ataques que mataram agentes de segurança

Quadrilha do bandido também comanda a guerra que atinge comunidades na Zona Oeste do Rio e orquestrou o assalto ao Village Mall, na Barra da Tijuca, quando um segurança foi morto

Por Adriana Cruz, Felipe Freire e Leslie Leitão, g1 Rio e TV Globo

[...]

3. Qual armamento vem sendo utilizado pelas facções criminosas locais?

Criminosos que atuam no estado do Rio de Janeiro se caracterizam pela ostentação de armas de emprego coletivo (fuzis), utilizadas para exercer controle territorial e resistir às invasões de facções rivais ou operações policiais em regiões sob sua influência. Esse tipo de armamento pode ser comparado ao utilizado por forças militares em guerras regulares mundo a fora.

Além de fuzis, estes criminosos portam granadas ofensivas e materiais explosivos improvisados.

Outra medida adotada por estes criminosos que é capaz de transformar o patrulhamento preventivo em um verdadeiro combate urbano são as fortificações construídas em localizações estratégicas do terreno, como as barricadas, casa matas, seteiras e lajes.

A seguir serão exibidos os dados de apreensões de armas de fogo nos últimos anos e algumas imagens do material bélico apreendido.

REFERENTE AO ANO DE 2019										
	ARMAS, GRANADAS E ARTEFATOS EXPLOSIVOS									
	REV	PST	FUZIL	SMTR	CAR	ESP	GAR	OUTROS	GRD	ART. EXPL
JANEIRO	193	266	48	4	3	53	12	59	35	20
FEVEREIRO	191	288	45	3	2	64	9	9	43	35
MARÇO	214	277	41	1	2	50	10	24	58	13
ABRIL	194	230	41	4	2	48	9	10	102	32
MAIO	242	302	45	9	3	62	9	3	71	28
JUNHO	213	239	43	0	2	64	9	30	78	40
JULHO	203	284	61	7	1	73	11	16	102	48
AGOSTO	206	266	43	3	2	49	8	52	58	57
SETEMBRO	167	262	38	2	1	55	12	13	68	140
OUTUBRO	168	247	28	0	4	43	3	20	47	44
NOVEMBRO	168	215	24	4	1	58	11	27	65	23
DEZEMBRO	135	216	48	2	2	40	7	4	83	8
TOTAL	2294	3092	565	39	25	659	110	258	920	498

[47] Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/03/23/leo-41-morto-em-operacao-no-rj- e-suspeito-de-ordenar-ataques-que-mataram-agentes-de-seguranca.ghtml. Acesso em: 04 abr. 2024.

REFERENTE AO ANO DE 2020										
	ARMAS, GRANADAS E ARTEFATOS EXPLOSIVOS									
	REV	PST	FUZIL	SMTR	CAR	ESP	GAR	OUTROS	GRD	ART. EXPL
JANEIRO	132	258	24	2	0	32	7	28	74	44
FEVEREIRO	163	293	38	1	0	35	3	18	72	18
MARÇO	170	212	31	2	5	30	5	9	47	20
ABRIL	186	281	26	4	1	41	7	6	51	28
MAIO	139	216	33	1	3	54	12	13	114	99
JUNHO	138	114	3	1	0	41	6	15	18	10
JULHO	133	124	12	2	0	37	7	8	26	8
AGOSTO	154	154	24	2	1	40	7	9	70	63
SETEMBRO	151	130	12	3	1	41	5	7	71	19
OUTUBRO	158	205	20	2	1	49	5	12	64	15
NOVEMBRO	162	150	13	2	4	26	4	17	51	25
DEZEMBRO	152	168	17	1	0	37	6	6	54	14
TOTAL	1838	2306	251	23	16	463	74	148	712	361

REFERENTE AO ANO DE 2021										
	ARMAS, GRANADAS E ARTEFATOS EXPLOSIVOS									
	REV	PST	FUZIL	SMTR	CAR	ESP	GAR	OUTROS	GRD	ART. EXPL
JANEIRO	188	228	42	6	1	25	4	8	91	12
FEVEREIRO	193	233	36	4	3	37	23	22	61	20
MARÇO	166	241	37	9	3	29	3	28	75	23
ABRIL	182	202	23	5	4	44	9	15	57	12
MAIO	188	212	20	3	1	51	4	38	41	11
JUNHO	157	187	24	3	1	47	3	22	60	12
JULHO	150	196	18	3	2	39	6	26	40	10
AGOSTO	167	181	18	3	0	40	2	14	56	11
SETEMBRO	145	202	9	3	4	24	5	8	45	9
OUTUBRO	142	217	26	5	1	42	6	22	102	16
NOVEMBRO	116	160	22	1	3	51	12	4	36	14
DEZEMBRO	130	149	15	5	1	13	4	1	24	13
TOTAL	1924	2408	288	50	24	442	81	208	690	163

REFERENTE AO ANO DE 2022										
	ARMAS, GRANADAS E ARTEFATOS EXPLOSIVOS									
	REV	PST	FUZIL	SMTR	CAR	ESP	GAR	OUTROS	GRD	ART. EXPL
JANEIRO	127	211	18	2	2	14	1	1	48	15
FEVEREIRO	131	199	40	2	1	20	3	3	62	14
MARÇO	141	254	28	0	0	30	4	7	96	23
ABRIL	143	218	18	6	2	40	9	4	55	33
MAIO	121	251	41	4	2	37	9	15	99	13
JUNHO	141	230	17	2	4	38	1	26	43	11
JULHO	128	245	48	3	2	23	4	0	49	68
AGOSTO	115	293	31	2	3	23	3	8	64	14
SETEMBRO	113	204	32	1	1	32	7	16	46	110
OUTUBRO	106	210	20	7	2	16	0	15	57	2
NOVEMBRO	101	269	35	6	1	26	2	27	36	30
DEZEMBRO	100	254	26	4	4	18	6	6	35	3
TOTAL	1467	2828	354	39	24	317	48	127	662	338

REFERENTE AO ANO DE 2023										
	ARMAS, GRANADAS E ARTEFATOS EXPLOSIVOS									
	REV	PST	FUZIL	SMTR	CAR	ESP	GAR	OUTROS	GRD	ART. EXPL
JANEIRO	115	281	53	3	3	32	8	2	42	155
FEVEREIRO	109	276	46	4	2	17	1	13	58	3
MARÇO	117	316	68	8	4	35	3	7	86	12
ARRIL	116	257	46	4	4	30	3	14	85	18
MAIO	108	284	38	5	2	23	0	3	49	10
JUNHO	109	204	40	1	5	23	3	5	60	39
JULHO	91	229	61	2	0	34	4	3	68	1
AGOSTO	69	153	25	1	0	15	2	5	18	9
SETEMBRO	103	152	10	3	3	32	4	8	22	8
OUTUBRO	81	202	34	5	0	13	3	5	56	12
NOVEMBRO	101	228	33	7	2	16	4	3	47	3
DEZEMBRO	84	154	36	5	5	19	2	4	46	3
TOTAL	1202	2739	492	48	37	289	37	72	639	273

REFERENTE AO ANO DE 2024										
	ARMAS, GRANADAS E ARTEFATOS EXPLOSIVOS									
	REV	PST	FUZIL	SMTR	CAR	ESP	GAR	OUTROS	GRD	ART. EXPL
JANEIRO	90	193	52	5	1	20	4	4	62	8
FEVEREIRO	82	185	34	1	0	25	3	0	40	41
MARÇO										
ABRIL										
MAIO										
JUNHO										
JULHO										
AGOSTO										
SETEMBRO										
OUTUBRO										
NOVEMBRO										
DEZEMBRO										
TOTAL	172	378	86	6	1	45	7	4	102	49

Rev: Revólver
Pst: Pistola
Fuz: Fuzil
Smtr: Submetralhadora
Car: Carabina
Esp: Espingarda
Grd:Granada
Gar: Garruch
Art. Expl.: artefato explosivo
Outros: armas artesanais

[...]

4.Como vem se dando o avanço das Barricadas nas comunidades locais? Solicito informações sobre o avanço das barricadas em áreas urbanas, com a indicação da extensão desse fenômeno, notadamente após o advento da ADPF nº 635;

As ORCRIM têm por característica o domínio territorial, cerceando o direito de ir e vir dos moradores bem como impedindo a prestação de serviços públicos essenciais (saúde, limpeza urbana, transporte, lazer, fornecimento de água/luz/telefonia, saneamento básico, entre outros) através do controle da movimentação de pessoas e veículos e com a utilização de arma de fogo de forma ostensiva, não sendo possível o acesso de viaturas policiais no local sem que haja confronto armado.

Uma das estratégias adotas por estas ORCRIM para mitigar o deslocamento em seus territórios é a instalação de "barricadas" nos acessos das comunidades, além de atiradores estrategicamente posicionados que têm o objetivo de impedir ou mesmo dificultar a entrada de viaturas policiais em seus redutos criminosos, possibilitando que seus integrantes possam se evadir para outros locais, criando verdadeiras zonas de exclusão.

Outro expediente utilizado pelo crime é atear fogo nestas barricadas, utilizando pneus em chamas fincados em vergalhões presos ao solo, fazendo o metal atingir altas temperaturas, impossibilitando a remoção dos obstáculos.



Comunidade da Serrinha, localizada no bairro Madureira.

[...]

Para combater a proliferação de barricadas instaladas, a SEPM investiu R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) em "Kits Demolição", com maquinário especializado para remoção desses obstáculos, para serem usados por unidades especiais e pelas unidades da região metropolitana.[48]



Esse trabalho de remoção das barricadas passou a ser quantificado para demonstrar a dimensão do problema enfrentado pelas forças de segurança pública. No ano de 2023 foram removidos mais de 5 (cinco) mil pontos de barricadas, o que significa mais de 5 mil vias públicas que se encontravam bloqueadas por organizações criminosas, o que totalizou mais de 8 (oito) mil toneladas de materiais removidos.

2023			2024		
MÊS	Nº DE VIAS DESOBSTRUÍDAS	QUANTIDADE DE MATERIAL REMOVIDO (toneladas)	MÊS	Nº DE VIAS DESOBSTRUÍDAS	QUANTIDADE DE MATERIAL REMOVIDO (toneladas)
JAN	199	351,8	JAN	632	752,2
FEV	332	645	FEV	259	241
MAR	517	782	MAR	-	-
ABR	397	487	ABR	-	-
MAI	499	730	MAI	-	-
JUN	534	770,11	JUN	-	-
JUL	614	902,26	JUL	-	-
AGO	297	561,11	AGO	-	-
SET	415	615,6	SET	-	-
OUT	320	580,7	OUT	-	-
NOV	453	779,25	NOV	-	-
DEZ	576	822,74	DEZ	-	-
TOTAL	5153	8027,57	TOTAL	891	993,2

Fonte: Subsecretaria de Inteligência da PMERJ (SSI/SEPM).

[48] Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/trator-contra-crime-pm-ganha-nova-tropa-de-elite-para- destruir-barricadas-em-ruas-do-rio-25574799.html. Acesso em: 04 abr. 2024.

As atividades com barricas se tornaram tão relevantes para os criminosos que foi criado o cargo de "Gerente de Barricadas", criminosos responsáveis por implementar e organizar os obstáculos pelo terreno.[49]

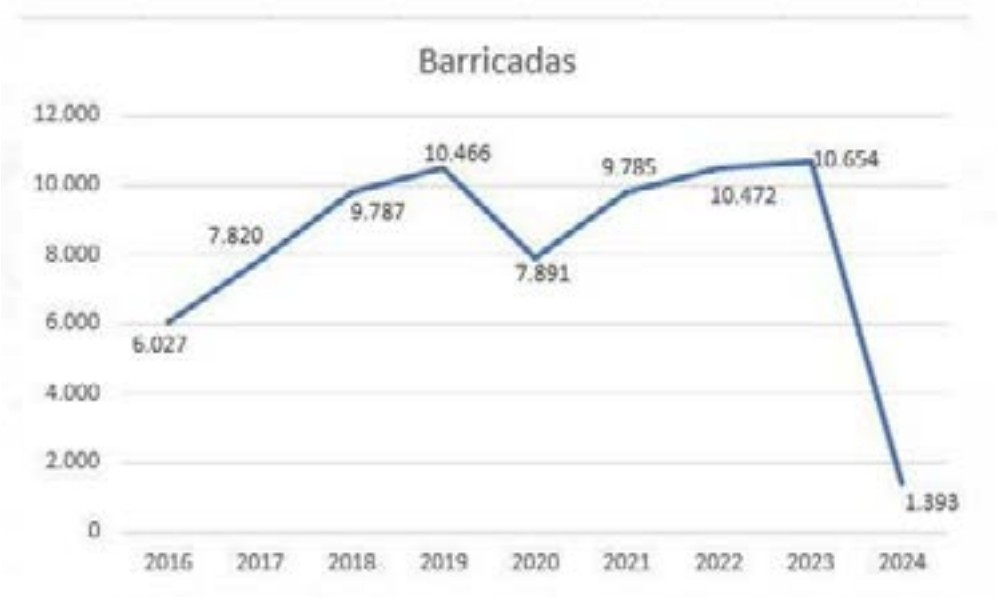


Gerente de barricadas: entenda o 'cargo' e em quais favelas as barreiras são mais comuns

'Negócio foi ficando cada vez mais detalhado, reforçado, diversificado', explica delegado. Bandidos usam jacarés, trilhos, pneus, ônibus e até caixa d'água para tentar bloquear o acesso da polícia a comunidades.

Por Henrique Coelho, g1 Rio

Esse artifício de implementar barricadas para restringir o acesso das forças de segurança pública em regiões sob influência de organizações criminosas afeta a vida dos moradores dessas comunidades, que utilizam o serviço "Disque Denúncia" para registrar sua insatisfação. Os dados extraídos do disque denúncia revelam uma tendência de alta no pós- pandemia, conforme gráfico abaixo:



A seguir vê-se exemplos desta situação. Barricadas do tipo cancela foram instaladas no complexo do Salgueiro, em São Gonçalo e no Complexo da Penha, zona norte do Rio de Janeiro, construídas com material extremamente resistente, que exigem táticas avançadas para serem superadas pelas forças de segurança pública. Cumpre ressaltar que em vários pontos como esses, os traficantes utilizam atiradores que disparam contra os policiais, tornando a missão de liberar a via para prosseguir no vasculhamento extremamente perigosa.

[49] Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/04/09/gerente-de-barricadas-entenda-o-cargo-e-em-quais-favelas-as barreiras-sao-mais-comuns.ghtml. Acesso em: 04 abr. 2024.



Complexo da Penha, localizada na zona norte do RJ.

5.Diagramação do Conceito de Excepcionalidade. Solicito uma descrição detalhada do conceito de "excepcionalidade" que vem sendo usado para a deflagração das operações policiais;

A SEPM não possui diagramação do conceito de excepcionalidade, tendo em vista que tais hipóteses não foram formalmente definidas na Decisão da ADPF nº 635.

A SEPM integra o Grupo de Trabalho, a fim de implementar o Plano de Redução da Letalidade Violenta, juntamente com a Polícia Civil e o Instituto de Segurança Pública.

6. Qual a importância do Uso de Aeronaves e quais as estatísticas disponíveis sobre os confrontos? Peço dados que destaquem a importância ou não do uso de aeronaves nas operações de segurança pública. Bem como estatísticas relacionadas aos confrontos em que esses meios foram empregados, a fim de estampar se o uso reduz ou não a letalidade policial;

O ambiente em que se desenvolve grande parte das operações é desvantajoso por compor área de difícil acesso, alta densidade populacional, localidade urbanizada com diversas construções irregulares, o que por si dificulta o acesso e coloca os agentes do Estado em condição de vulnerabilidade. Assim, o emprego da aeronave em apoio às equipes que progridem por terra se mostra necessário como uma medida de redução da letalidade, à proteção dos agentes e da população local, bem como permite a otimização dos esforços para consecução dos objetivos da operação;

A aeronave viabiliza o melhor controle de risco orgânico e operacional, com vistas ao imageamento para suporte informacional e eventual apoio logístico e tático-operacional às equipes em solo;

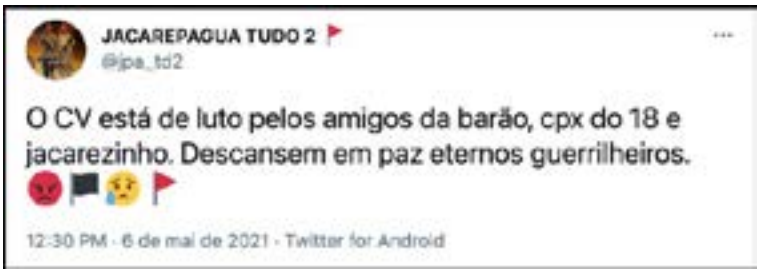
Esse recurso serve de plataforma de observação e ferramenta fundamental na orientação das tropas no cenário amplo e dinâmico da operação. Veículo facilitador das decisões estratégicas, redução de custos, tempo, erros e danos colaterais, auxiliando assim na preservação de vidas e alcance dos objetivos;

No ano de 2023 foram realizados 162 apoios em operações policiais, sendo 65 em caráter emergencial, com um total de 489 horas. Eminentemente, as aeronaves atuaram apenas como plataforma de observação. A aeronave Fênix 05, que realiza apoio aéreo aproximado, foi acionada 13 vezes, tendo sido atingida 5 vezes no decorrer do mesmo período.

7. Existe relação das facções com Mídias Sociais? Peço dados sobre como as facções utilizam as mídias sociais para disseminar informações e exercer influência ou espalhar pânico nas comunidades;

As organizações criminosas utilizam diferentes mídias sociais como meio para realizar ameaças a facções rivais, comunicação com asseclas e com a própria comunidade.

Dentre as mídias mais utilizadas está o X (antigo Twitter) para a realização de homenagens, comemorações, ostentação bélica, ameaças etc.

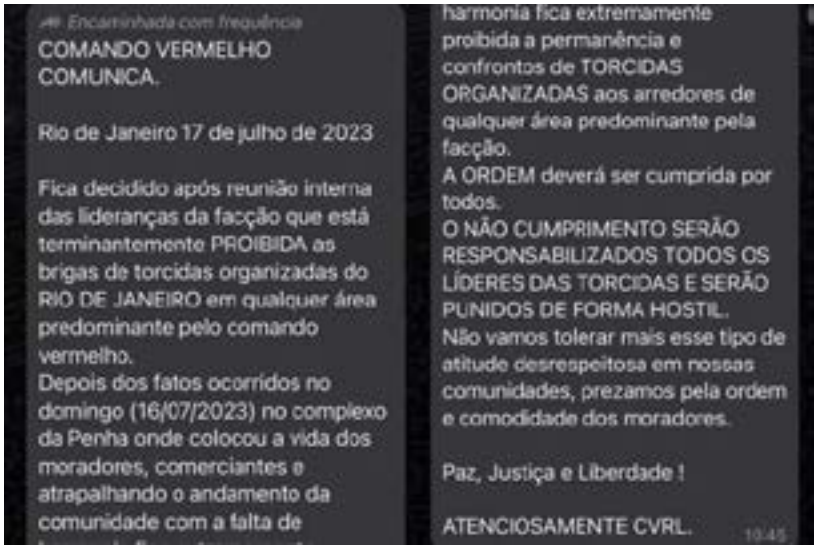




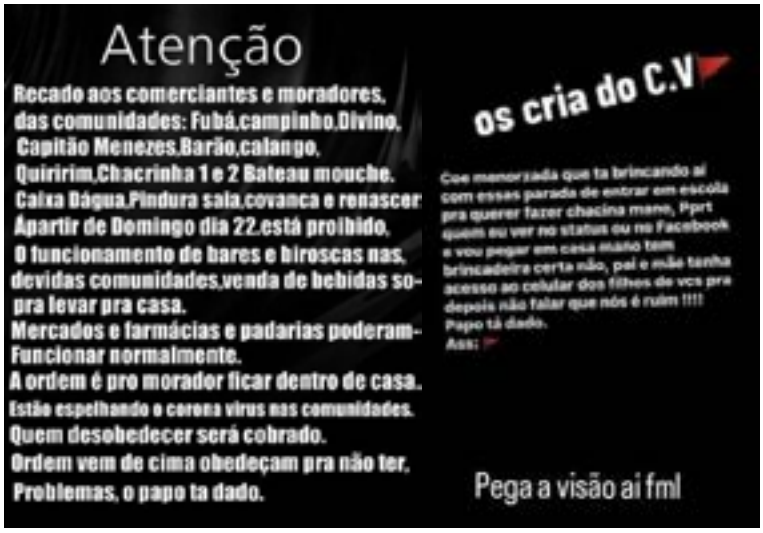
[...]

Além disso utilizam as mídias sociais para orientar suas respectivas comunidades com ações que pactuam ou não com seus ideais.

A exemplo disso consta uma possível ameaça do Comando Vermelho liderado proibindo brigas de torcidas organizadas em qualquer área de atuação da facção, sob risco de punição. O texto teria sido elaborado após uma briga entre torcedores de organizadas do Flamengo e do Fluminense, na Vila Cruzeiro, no Complexo da Penha, Zona Norte do Rio. A confusão aconteceu horas antes dos dois times se enfrentarem no Maracanã pelo Brasileirão.



O mesmo aconteceu durante o período de pandemia e ameaça a ataque nas escolas.



Traficantes usam também as redes sociais para intimidar rivais demonstrando alta capacidade bélica.



Tropa do Popeye (CV) - Tráfico de drogas da Favela Caixa D'água, em Belford Roxo.

[...]

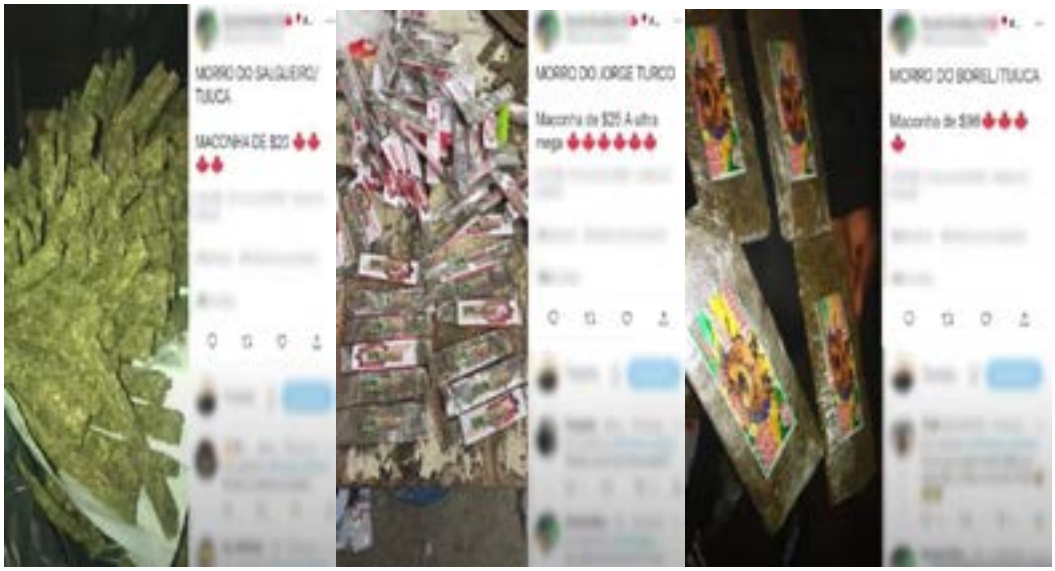
Frequentemente utilizam também grupos de aplicativos de mensagens para difundir determinações para que moradores de comunidades façam manifestações durante ou após operações policiais. Tal ação tem como objetivo dificultar o trabalho das forças de segurança.

[...]

Moradores fazem manifestação no Complexo de Manguinhos para impedir operação policial. Os recursos tecnológicos como grupos de aplicativos de mensagens possibilitam organizar ações violentas de forma rápida dificultando o trabalho das forças de segurança. A exemplo disso, no dia 23 de outubro de 2023 ao menos 35 ônibus e um trem foram incendiados na Zona Oeste do Rio de Janeiro após a morte de Matheus da Silva Rezende, o Faustão, sobrinho do miliciano Luís Antônio da Silva Braga, o Zinho.



Outra prática que tem sido cada vez mais comum nas redes sociais é a propaganda de boca de fumo e a venda de drogas através do serviço de delivery.



[...]

8. Tribunais do crime. Solicito informações detalhadas sobre seu modo de atuação;

O tribunal do crime é um processo interno de julgamento de integrantes ou não de uma facção criminosa atitudes que desagradam as lideranças dessa ORCRIM. Em termos gerais, integrantes de maior expressão são responsáveis por garantir o cumprimento das regras da organização, podendo aplicar punições caso elas sejam descumpridas. Para isso, porém, é necessário um julgamento cuja sentença é dada por criminosos que atuam em posição de liderança.

Essas sentenças geralmente ocorrem por lideranças de alto escalão que não necessariamente atuam nas mesmas comunidades dos punidos. Em sua maioria saem dos chamados "QG do Tráfico", que no Estado do Rio de Janeiro os principais são: Complexo da Penha (CV), Complexo do Alemão (CV), Rocinha (CV), Complexo da Maré (CV e TCP), Complexo de Israel (TCP), Complexo da Pedreira (TCP).

A exemplo disso podemos citar o caso do traficante ALAN NASCIMENTO BISPO conhecido como "BOTAFOGO" que era apontado como chefão do tráfico no Babilônia e Chapéu-Mangueira, organizando as bocas de fumo após conseguir expulsar o Comando Vermelho da comunidade. A guerra para assumir a região teria tido um alto patrocínio dos chefões do Complexo da Maré em 2018 causando muitas mortes de criminosos queridos por eles. Contudo, após conseguirem vencer a guerra contra o CV, os criminosos que são ligados ao criminoso "BOTAFOGO", por um momento, decidiram romper com os traficantes do Complexo da Maré e não repassar nenhum lucro das comunidades do Leme, levando assim o criminoso ao tribunal do tráfico.

[...]

Cada liderança criminosa apresenta um modus operandi para punir seus asseclas que tenham cometido infrações que vão em desacordo com as diretrizes da ORCRIM. Essas punições ocorrem das mais variadas formas como agressões, torturas e em sua maioria terminando em morte.

É comum traficantes exporem em redes sociais as agressões, torturas e homicídios para que sirva de exemplo para outros infratores.[50]



[50] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DIUUPBYn4Yo. Acesso em: 04 abr. 2024.

Utilização do Tribunal do Tráfico como vingança pessoal.[51]



Homem é preso por feminicídio depois de entregar ex-companheira para tribunal do tráfico no RJ

E ainda: Dez pessoas são presas em operação contra o roubo de carga e sequestro de caminhoneiros

Atuação do Tribunal do Tráfico para punir entregador por residir em comunidade dominada por ORCRIM rival.[52]



Um homem foi preso suspeito de feminicídio depois de entregar a ex-companheira para o chamado "tribunal do tráfico", no Complexo da Penha, no Rio de Janeiro. Segundo a polícia, o homem de 26 anos não aceitava o fim do relacionamento com a vítima, de 22 anos. Após uma briga, ela saiu de casa e foi morar com parentes. Inconformado, o homem inventou que a mulher e alguns amigos seriam informantes da polícia, por isso eles foram entregues a traficantes da região e mortos no tribunal do crime. Veja também: Dez pessoas são presas em operação contra o roubo de carga e sequestro de caminhoneiros.

RIO DE JANEIRO

'Tribunal do tráfico' alvo de ação matou entregador por ele morar em comunidade dominada por rivais

Corpo de Douglas de Oliveira foi encontrado boiando dentro de um rio, às margens da Avenida Brasil. Sete pessoas foram presas nesta quinta-feira na Operação Villegagnon

Utilização de recursos tecnológicos de dentro de presídio para decisões do Tribunal do Tráfico Poucas horas após a morte de 3 médicos serem executados por engano na praia da Barra da Tijuca, três suspeitos de cometer os crimes foram aparentemente torturados e executados.[53]

[51] Disponível em: https://noticias.r7.com/jr-24h/boletim-jr-24h/videos/homem-e-preso-por-feminicidio- depois-de-entregar-ex-companheira-para-tribunal-do-trafico-no-rj-14122023. Acesso em: 04 abr. 2024.

[52] Disponível em: https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2021/05/6154580-tribunal-do-trafico-alvo-de- acao-matou-entregador-por-ele-morar-em-comunidade-dominada-por-rivais.html. Acesso em: 04 abr. 2024.

[53] Disponível em: https://www.metropoles.com/brasil/faccao-fez-tribunal-do-crime-atraves-de- videoconferencia-em-bangu-3. Acesso em: 04 abr. 2024.



Brasil

Facção fez "tribunal do crime" mediante videoconferência em Bangu 3

Dois dos quatro suspeitos de mercantarem os ataques no Rio de Janeiro já foram identificados pela polícia

Leticia Costa

Compartilhar notícia

[...]

9.Pagamento de Taxas pelos Moradores para as facções criminosas. Peço esclarecimentos sobre o pagamento de taxas pelos moradores em áreas controladas por facções;

As milícias do Rio de Janeiro sempre foram conhecidas por cobrarem taxas relacionadas a serviços essenciais em diversas regiões do estado. Diversas instituições e profissionais formais e informais sofrem com esse tipo de crime.

Pode-se considerar que as milícias exploram toda e qualquer atividade que possa haver arrecadação mediante a prestação de algum tipo serviço ou produto nas localidades sob influência desta ORCRIM. Sendo assim, diversas atividades econômicas diferentes fazem parte do portfólio de extorsão das milícias no estado do Rio de Janeiro: do monopólio da venda de kit churrasco à exploração de estacionamentos, da extração de saibro à construção de prédios.

[...]

Diante desses diferentes tipos de cobranças de taxas, acredita-se que a mais utilizada por grupos criminosos é a chamada "Taxa de Segurança". Essas taxas são pagas geralmente de forma semanal ou mensal em troca de uma espécie de segurança privada. A justificativa é de evitar que o território seja dominado pelo tráfico de drogas, quando milícia e vice verasa.

A exemplo disso é possível observar a diversificação de atuação principalmente da milícia no que tange a cobrança de taxas:[54]

[54] Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2022/08/17/milicias-controlam-mais-de-1-200- drogarias-no-rj-aponta-levantamento. Acesso em: 04 abr. 2024.

INÍCIO > POLÍTICA

RAMIFICAÇÃO DO CRIME

Milícias controlam mais de 1.200 drogarias no RJ, aponta levantamento

Pesquisadores alertam que expansão das milícias para o setor farmacêutico coloca em risco a saúde pública; entenda

[...]

As cobranças chegam a alcançar candidatos que são obrigados a pagar taxas a criminosos que queiram realizar campanha em suas áreas de influência. Essa cobrança é chamada de "taxa eleitoral". Esse tipo de autorização permite que candidatos circulem nos locais, exibam placas e distribuam santinhos.[55]



MILÍCIAS COBRAM ATÉ R$ 120 MIL PARA LIBERAR CAMPANHA DE CANDIDATOS, DIZ O GLOBO

Instituições públicas também são afetadas com esse tipo de extorsão com taxas mais elevadas chamadas de "taxa do milhão" como é o caso da construção da nova sede da Defensoria em Santa Cruz que foi paralisada devido a uma exigência de pagamento semanal de R$ 6 mil por parte dos milicianos e taxas da construção civil e obras da prefeitura.

Já em prédios prontos, empreiteiros tinham de pagar a "taxa de portaria".

[...]

Inicialmente essa prática era realizada pela ORCRIM Milícia. Mas com a demonstração de enriquecimento das mesmas, nos últimos anos esse modus operandi também começou a ser utilizado pelo tráfico.[56]

[55] Disponível em: https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/eleicoes-2016-no-rio- milicias-cobram-taxa-eleitoral-de-ate-r-120-mil-diz-o-globo/. Acesso em: 04 abr. 2024.

[56] Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/trafico-imita-milicia-passa-cobrar-taxas-de-ate-4-mil-de-comerciantes-em-madureira- 24305661.html?utm_source=Twitter&utm_medium=Social&utm_campaign=Extra. Acesso em: 04 abr. 2024.



[...]

O que dificulta a atuação da polícia militar nesse tipo de crime é que quando se trata de milícias, o recolhimento das taxas se dá através de criminosos que utilizam armas de porte velado e se misturam facilmente à população local, fazendo com que a denúncia dos próprios moradores seja muito relevante para o flagrante delito. Quando se trata de tráfico de drogas, ocorrem em áreas conflagradas onde as forças de segurança só conseguem atuar mediante operações policiais.[57]



Através da intimidação e imposição do medo a cobrança de taxas torna-se um negócio altamente lucrativo que sobrevive quando o puder público se faz ausente através de ameaças e a cobrança de taxas abusivas a comerciantes e moradores.

10. Quantidade de Operações: Solicito a contagem exata de operações policiais realizadas nas comunidades do estado do Rio de Janeiro após a data de 9 de junho de 2020, especificando ano a ano;

ADPF 635 / 2020	
MÊS	NÚMERO DE OPERAÇÕES
JUNHO	4
JULHO	34
AGOSTO	66
SETEMBRO	49
OUTUBRO	50
NOVEMBRO	35
DEZEMBRO	36
TOTAL	274

[57] Disponível em: https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2022/08/6475548-moradores-do-morro-do-fuba- denunciam-cobranca-de-taxa-da-milicia-via-pix-nao-aguentamos-mais.html. Acesso em: 04 abr. 2024.

ADPF 635 / 2021	
JANEIRO	42
FEVEREIRO	48
MARÇO	86
ABRIL	32
MAIO	32
JUNHO	21
JULHO	21
AGOSTO	32
SETEMBRO	42
OUTUBRO	72
NOVEMBRO	55
DEZEMBRO	54
TOTAL	537

ADPF 635 / 2022	
JANEIRO	70
FEVEREIRO	64
MARÇO	70
ABRIL	65
MAIO	100
JUNHO	106
JULHO	104
AGOSTO	108
SETEMBRO	80
OUTUBRO	95
NOVEMBRO	78
DEZEMBRO	65
TOTAL	999

ADPF 635 / 2024	
JANEIRO	148
FEVEREIRO	
MARÇO	
ABRIL	
MAIO	
JUNHO	
JULHO	
AGOSTO	
SETEMBRO	
OUTUBRO	
NOVEMBRO	
DEZEMBRO	
TOTAL	148

11. Índice de Letalidade em Cada Operação: Peço o índice de letalidade, especificando o número exato de mortos, por mês, bem como se as vítimas eram moradores da comunidade ou agentes policiais, de janeiro de 2019 a janeiro de 2024;

O acompanhamento realizado pela SEPM está exposto na reposta seguinte.

12. Evolução dos índices de letalidade nas operações policiais, de janeiro de 2019 a janeiro de 2024;

Usando o ano de 2019 como parâmetro, pode-se perceber que os índices de confrontos armados, vitimização policial e letalidade policial apresentam uma tendência de queda. Essa tendência pode ser atribuída ao foco dado em treinamentos para a tropa, além de uma forte conscientização disseminada diariamente nas preleções realizadas antes da assunção do serviço em cada unidade operacional da corporação. Outro fator a ser considerado é a implementação de novas tecnologias e equipamentos que contribuíram para aumentar a segurança dos operadores no terreno, como a aquisição de viaturas blindadas e capacetes balísticos de alta qualidade, que obedecem especificações comparáveis aos equipamentos utilizados por tropas especializadas mundo a fora.

ANO 2019	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
CONFRONTOS ARMADOS	495	353	426	394	452	403	433	438	346	331	278	265	4614
POLICIAIS MORTOS	1	1	1	0	0	3	0	2	4	2	1	0	15
M.D.I.P.M.	143	127	113	110	142	136	168	157	131	123	119	113	1582

ANO 2020	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
CONFRONTOS ARMADOS	279	282	282	329	277	156	195	209	235	290	223	254	3011
POLICIAIS MORTOS	3	1	2	1	0	2	1	0	0	1	1	1	13
M.D.I.P.M.	129	133	104	148	118	21	40	41	44	106	63	68	1015

ANO 2021	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
CONFRONTOS ARMADOS	311	310	362	333	298	254	262	228	243	278	196	198	3273
POLICIAIS MORTOS	0	2	1	3	2	2	0	1	0	2	1	2	16
M.D.I.P.M.	116	120	127	120	71	78	91	86	60	89	52	43	1053

ANO 2022	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
CONFRONTOS ARMADOS	217	215	274	224	295	257	271	302	218	261	288	251	3073
POLICIAIS MORTOS	1	0	1	0	0	1	2	2	0	2	3	2	14
M.D.I.P.M.	74	88	113	77	104	53	84	103	78	61	102	85	1022

ANO 2023	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
CONFRONTOS ARMADOS	285	236	307	263	269	224	175	108	104	146	146	115	2378
POLICIAIS MORTOS	1	2	1	2	0	3	0	0	0	1	0	1	11
M.D.I.P.M.	87	84	95	71	56	75	62	33	28	29	34	40	694

*Mortos decorrentes de oposição a intervenção policial militar.

13. Motivação para o início das Operações, com a indicação de detalhes sobre a sua deflagração e envio do respectivo Procedimento Operacional, especialmente se houve situação de flagrantes ou o cumprimento de mandados judiciais, entre outros;

Toda Operação realizada em área sensível no âmbito da SEPM cumpre um protocolo claro e uniforme de comunicação sobre a realização de operações policiais, precedida de planejamento prévio e fundamentado, que devem levar em consideração dados de inteligência, registros de ocorrências, notícias veiculadas na mídia, dados estatísticos e, outras informações, inclusive com adição de fotos e vídeos (sempre que possível), enviados via SEI (meio oficial de comunicação do Estado) ao respectivo Comando Intermediário e posteriormente, ao Estado Maior Geral da Polícia Militar, para solicitação de autorização da realização de Operações Policiais em áreas sensíveis, conforme publicação inserta na IN nº 52 de 23 de novembro de 2018 e Bol da PM nº 199 de 25 de outubro de 2023.

14. Indicação do atual efetivo da Corporação, de janeiro de 2019 a janeiro de 2024, bem como se houve concurso e recomposição de efetivo.

EFETIVO TOTAL DA CORPORAÇÃO - (FONTE MSE - EMG/PM1 - MÊS REFERÊNCIA JANEIRO)

JANEIRO 2019 - 44.042 PPMM.
JANEIRO 2020 - 44.643 PPMM.
JANEIRO 2021 - 44.178 PPMM.
JANEIRO 2022 - 43.793 PPMM.
JANEIRO 2023 - 43.808 PPMM.
JANEIRO 2024 - 43.063 PPMM.

RECUPERAÇÃO DE EFETIVO EM FUNÇÃO DE CONCURSO (FONTE MSE - EMG/PM1)

2019 - (SD PM: 907 PPMM) - (ASP OF PM: 02 PPMM).
2020 - (SD PM: 464 PPMM) - (ASP OF PM: 07 PPMM).
2021 - (SD PM: 1.817 PPMM) - (ASP OF PM: 56 PPMM).

2022 - (SD PM: 383 PPMM) - (TEMPORÁRIOS DE SAÚDE: 715 PPMM
- SENDO 303 OFICIAIS E 412 PRAÇAS).
2023 - (SD PM: 652 PPMM) - (ASP OF PM: 69 PPMM).
2024 - (SD PM: 149 PPMM).

4.3 MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

4.3.1. INFORMAÇÕES SOLICITADAS

Por meio de Ofício datado de 02 de fevereiro de 2024, foram solicitadas ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro as seguintes informações:

1. Quais são as Facções Criminosas e Seu Domínio Territorial e houve avanço ou não, após a ADPF nº 635;

2. Diagramação do Conceito de Excepcionalidade. Solicito uma avaliação quanto ao conceito de "excepcionalidade" que vem sendo usado pelas polícias para a deflagração das operações policiais;

3. Há relação das ONGs com Facções e/ou parentes de lideranças criminosas? Solicito informações sobre a eventual relação entre organizações não governamentais (ONGs) e facções, especialmente no que diz respeito aos parentes das lideranças desses grupos;

4. Existe relação de facções com Mídias Sociais? Peço dados sobre como as facções utilizam as mídias sociais para disseminar informações e exercer influência ou espalhar o pânico nas comunidades;

5. Tribunais dos Crimes. Solicito informações detalhadas sobre o seu modo de atuação;

6. Quantidade de Operações: Solicito a contagem exata de operações policiais comunicadas ao MP nas comunidades do estado do Rio de Janeiro após a data de 9 de junho de 2020, especificando ano a ano;

7. Índice de Letalidade em Cada Operação: Peço o índice de letalidade, especificando o número exato de mortos, por mês, bem como se as vítimas eram moradores da comunidade ou agentes policiais, de janeiro de 2019 a janeiro de 2024, destacando os números referentes ao BOPE/PMERJ e CORE/PCERJ;

8. Evolução dos índices de letalidade nas operações policiais, de janeiro de 2019 a janeiro de 2024;

9. Fluxo do MPRJ para recepção e tratamento dos dados acerca do início das Operações, com a indicação de detalhes sobre a sua deflagração e envio do respectivo Procedimento Operacional, especialmente se houve situação de flagrante ou o cumprimento de mandados judiciais, entre outros;

10. Se há sistema ministerial com as estatísticas criminais, bem como ocorrências da PMERJ e PCERJ. Em caso negativo, qual seria o óbice para tanto.

4.3.2.INFORMAÇÕES RECEBIDAS

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro forneceu relevantes informações e dados ao Grupo de Trabalho. Segue a íntegra do documento:

“1. Quais são as Facções Criminosas e Seu Domínio Territorial e houve avanço ou não, após a ADPF nº 635?”

No final do ano de 2023, a Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública divulgou o seu Relatório do Mapa de Organizações Criminosas (ORCRIM) referente ao mencionado ano.

O relatório em questão, considerado o mais atualizado de que se tem conhecimento, elaborado a partir de informações prestadas pelas Agências de Inteligência Penitenciária dos 26 Estados e do Distrito Federal, retrata a realidade do Sistema Carcerário, que, por sua vez, espelha a divisão existente entre facções criminosas, as quais disputam o controle territorial em cada uma das Unidades da Federação.

Como indica o referido documento de inteligência, no que tange ao Estado do Rio de Janeiro, há cinco principais facções criminosas, a saber: Amigos dos Amigos, Comando Vermelho, Milícia, Povo de Israel e Terceiro Comando Puro.

Importante frisar, nesse ponto, que a denominação genérica “milícias” abrange diversos grupos criminosos organizados que não atuam de maneira uniforme entre si, envolvendo-se, inclusive, em disputas territoriais e firmando alianças pontuais e regionais com outras facções criminosas tradicionalmente vinculadas ao tráfico ilícito de entorpecentes, fenômeno que passou a ser conhecido como “narcomilícias”.

A prisão e a morte de algumas lideranças “milicianas” resultou, em parte, na fragmentação antes narrada, com o surgimento de diversos subgrupos criminosos organizados, chefiados por novas lideranças antagônicas, que se inseriram no cenário de disputas pelo controle de porções do território do Estado do Rio de Janeiro.

A extensão do controle territorial exercido pelas diferentes Organizações Criminosas no Estado do Rio de Janeiro é um dado eminentemente dinâmico, como resta evidente, inclusive pelos recorrentes relatos em veículos de imprensa4 sobre confrontos armados entre grupos criminosos que, constantemente, buscam expandir seu domínio territorial, seja avançando sobre áreas antes sob jugo de outra ORCRIM, seja expandindo sua atuação para áreas adjacentes ao território anteriormente sob sua influência.

Em razão da aludida constância na dinâmica de disputa armada entre grupos criminosos pelo controle territorial, há uma demanda permanente de coleta de informações, inclusive de inteligência, em tempo real, para atualização dos dados sobre o domínio territorial exercido por cada uma das facções criminosas em atuação no Estado do Rio de Janeiro.

Nesse cenário, pela capilaridade de suas atuações, bem como por terem permanente contato com a realidade territorial, reputamos que as Secretarias de Estado de Polícia Militar e de Polícia Civil, pelas suas respectivas Subsecretarias Operacionais e de Inteligência, poderiam melhor informar a este E. Conselho qual é o retrato atual do controle territorial exercido por cada uma das facções criminosas em atuação no Estado do Rio de Janeiro, bem como se, desde o advento da primeira decisão proferida no curso da ADPF 635, restou constatada alguma expansão, seja das áreas sob controle das facções, seja das áreas em disputa pelas ORCRIM’s.

“2. Diagramação do Conceito de Excepcionalidade. Solicito uma avaliação quanto ao conceito de “excepcionalidade” que vem sendo usado pelas polícias para a deflagração das operações policiais;”

No âmbito do MPRJ, foi instaurado procedimento de gestão administrativa (PGEA) sob nº SEI 20.22.0001.0061072.2021-78, para fins de submissão à apreciação da Chefia Institucional do posicionamento adotado acerca da definição de "operação policial" para fins de comunicação ao Ministério Público, bem como para a interpretação ao conceito de "excepcionalidade", idônea a justificar a realização de operações em comunidades, com o objetivo de aprovação e posterior difusão aos Membros com atribuição correlata.

No bojo do referido procedimento, o Grupo Temático Temporário destinado a tratar da redução da letalidade policial por meio do cumprimento das decisões proferidas pelo E. STF no curso da ADPF 635 (GTT-ADPF635, instituído por meio da Resolução GPGJ nº 2.411/2021) sugeriu que fosse firmado entendimento no âmbito do MPRJ, com esteio nas normas internas das forças policiais, sobre o conceito de "operação policial", para fins de obrigatoriedade de comunicação ao Ministério Público.

Assim, para a Polícia Militar seria "0 conjunto de ações policiais que necessitem de mobilização extraordinária de recursos humanos e materiais, executadas de forma planejada, dirigida, organizada, coordenada, monitorada e controlada, em ocasiões programadas ou em resposta a situações imprevistas ou emergenciais, obedecendo a táticas e técnicas pertinentes" (Ref. IN PMERJ – PM3 nº 052/2018).

De outro turno, para a Polícia Civil seria "Toda e qualquer ação policial, programada ou não, que necessite da mobilização de recursos materiais e humanos da Polícia Civil do Estado Rio de Janeiro, distintos daquelas ações ordinárias, inerente às atividades persecutórias de investigação policial, tais como intimações, expedientes policiais e diligências investigatórias" (Ref. Portaria PCERJ nº 832/2018).

Quanto ao conceito de "excepcionalidade" das operações, sugeriu-se que "até que sejam fixados outros parâmetros, deve estar ancorada nos Princípios Básicos das Nações Unidas sobre o Emprego da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Encarregados de Cumprir a Lei".

Ressalte-se ainda que, a partir da análise do conteúdo das comunicações de operações recebidas pelas polícias e dos desdobramentos das reuniões realizadas, verifica-se que o conceito de "excepcionalidade" que vem sendo usado pelas polícias para a deflagração das operações policiais ordinariamente leva em consideração as seguintes situações fáticas e suas necessidades:

(I) repressão a crimes perpetrados por infratores da lei oriundos das comunidades;

(II) garantia dos direitos fundamentais de ir e vir dos moradores,

eventualmente impedidos pelo recrudescimento de instalações de barricadas por parte de traficantes e "milicianos" locais, petrechos, por vezes equiparados a obras de engenharia, aptos a obstruir vias de acesso e do interior das comunidades, dificultando a prestação de serviços essenciais à vida e ao bem-estar dos moradores. A retirada prévia dessas barricadas mostra-se essencial para assegurar que, mormente em situações emergenciais, as forças de segurança e até mesmo serviços públicos de urgência (Defesa Civil e SAMU) possam acessar tais territórios;

(III) auxílio quanto a providências relacionadas aos reflexos das ações delitivas perpetradas por criminosos que geram prejuízos à prestação de serviços públicos nessas regiões, como, por exemplo, a coleta regular de lixo, reparos nos equipamentos de iluminação e abastecimento de água e demais serviços de manutenção e conservação;

(IV) coleta in loco de dados de inteligência que possam apontar para a mobilização de criminosos, geralmente pertencentes a ORCRIM's, bem como para o escalonamento de hostilidades e acirramento dos confrontos entre as ORCRIM's rivais, o que acentua as instabilidades locais e gera clima de medo e insegurança na população.

[...]

"4. Existe relação de facções com Mídias Sociais? Peço dados sobre como as facções utilizam as mídias sociais para disseminar informações e exercer influência ou espalhar o pânico nas comunidades;"

O *Parquet* esclarece, nesse aspecto, da mesma forma que no item anterior, que o GTT-ADPF635 atua em estrita observância ao Princípio do Promotor Natural, limitando-se seu exercício finalístico às investigações e procedimentos nos quais tenha havido prévio pedido de auxílio consentido pelo Promotor Natural, não havendo atuação de tal estrutura, vinculada à Procuradoria-Geral de Justiça, em investigações com a temática ora abordada.

Tal informação não exclui a possibilidade de haver investigações em curso junto a Órgãos de Execução que tratem ou tangenciem a aludida utilização de mídias sociais como ferramentas de inteligência e contrainteligência de facções criminosas, apurações essas que, pela sua sensibilidade e relevância, por certo, estariam sob sigilo.

Recentemente o tema em questão veio à tona com a divulgação por veículos de imprensa7 de que, no bojo de uma investigação sobre atuação de grupo de "milicianos", foi revelada a criação de contas em redes sociais e plataformas de comunicação para difusão de (des)informação de interesse do referido grupo criminoso, visando, inclusive, mobilizar a opinião pública e as forças de segurança contra grupos criminosos rivais.

Portanto, ainda que estruturas administrativas desta Procuradoria-Geral de Justiça não tenham atuado em investigações específicas sobre a temática em questão, a utilização de redes e mídias sociais como ferramentas de inteligência e contrainteligência de facções criminosas já foi identificada e vem sendo enfrentada pelos órgãos de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

"5. Tribunais dos Crimes. Solicito informações detalhadas sobre o seu modo de atuação;"

Reforça-se, por oportuno, que o GTT-ADPF635 atua em estrita observância ao Princípio do Promotor Natural, limitando-se seu exercício finalístico às investigações e procedimentos nos quais tenha havido prévio pedido de auxílio consentido pelo Promotor Natural, não havendo atuação de tal estrutura, vinculada à Procuradoria-Geral de Justiça, em investigações com a temática ora abordada.

De todo modo, constata-se que o assunto em questão não é novo8, tampouco restrito ao Estado do Rio de Janeiro, eis que o justiçamento promovido por facções criminosas guarda estreita relação com o controle territorial de áreas periféricas, exercido pelos grupos organizados, que impõem suas vontades com uso de força, por vezes, travestida de justiça, diante da ausência do aparato estatal, inclusive policial.

Os tribunais do crime são nada mais que ritos simbólicos de violência com objetivo último de reforçar o controle territorial exercido pelas facções criminosas, reafirmando perante a comunidade local que seus moradores, caso contrariem os interesses do grupo criminoso controlador, estarão sujeitos a consequências extremamente severas, como execuções, espancamentos e outras bárbaras violações de direitos fundamentais, muitas vezes filmadas e difundidas em redes sociais e aplicativos de mensagens.

Por vezes, os ditos "tribunais do crime" das facções praticam seus hediondos justiçamentos contra seus próprios asseclas, normalmente na esteira de crimes bárbaros, como uma aparente estratégia para reduzir a repercussão negativa da mídia, da sociedade e da comunidade sobre os atos da facção criminosa, o que, também, serve para reafirmar aos moradores das áreas controladas pelo grupo criminoso que estão sujeitos a serem subjugados.

"6. Quantidade de Operações: Solicito a contagem exata de operações policiais comunicadas ao MP nas comunidades do estado do Rio de Janeiro após a data de 9 de junho de 2020, especificando ano a ano;"

Colaciona-se a tabela a seguir, pormenorizando, ano a ano, o quantitativo de operações policiais realizadas nas comunidades do Estado do Rio de Janeiro entre 9 de junho de 2020 e 29/02/2024, comunicadas à Instituição através do Plantão do MPRJ:

Operações Policiais comunicadas		
Ano	PMERJ	PCERJ
2020 (Junho a Dezembro)	272	26
2021	661	86
2022	979	57
2023	1419	84
2024 (Jan/Fev)	Jan. – 85 Fev. – 99	Jan. – 4 Fev. - 8

"7. Índice de Letalidade em Cada Operação: Peço o índice de letalidade, especificando o número exato de mortos, por mês, bem como se as vítimas eram moradores da comunidade ou agentes policiais, de janeiro de 2019 a janeiro de 2024, destacando os números referentes ao BOPE/PMERJ e CORE/PCERJ;"

A Gerência de Análises, Diagnósticos e Geoprocessamento do MPRJ (GADG) procedeu à 'Análise da Letalidade das Operações Policiais no Estado do Rio de Janeiro', utilizando como fonte de dados as comunicações de resultados das operações policiais enviadas pelas polícias ao MPRJ.

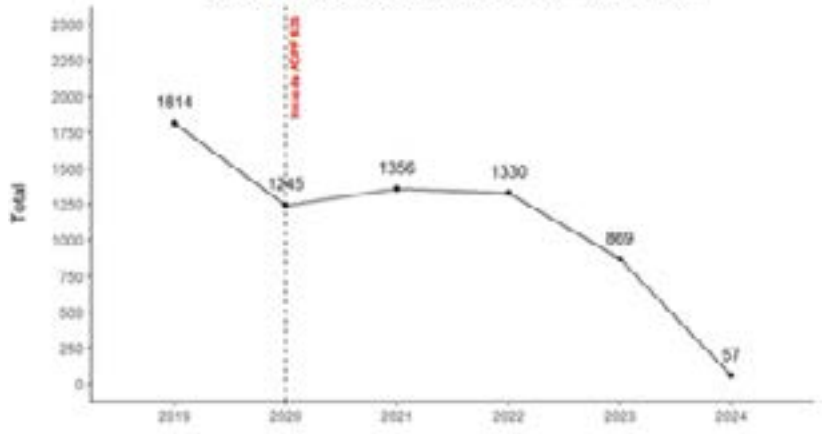
Inicialmente, registrou-se que, considerando que as bases de dados com informações sobre letalidade em operações da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) e da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ) têm início, respectivamente, em março e outubro de 2021, foram adicionados à análise dados sobre Mortes por Intervenção de Agentes do Estado (MIAE) compilados e divulgados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP-RJ), consubstanciados em dados que extrapolam o universo das operações policiais em comunidades.

Nesse sentido, os gráficos 1 e 2, a seguir colacionados, mostram, respectivamente, as séries históricas anual e mensal de número de Mortes por Intervenção de Agentes do Estado (MIAE) para o Rio de Janeiro, no período entre 2019 e 2024.

É possível observar uma tendência geral de queda na letalidade da ação policial a partir do ano em que os efeitos decisórios da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635 entraram em vigor.

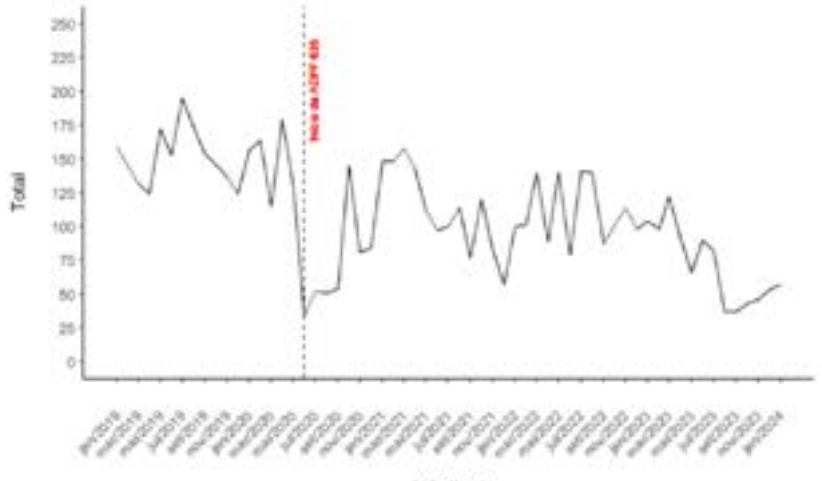
Nos dois anos subsequentes à implementação das decisões da Ação, nota-se estabilidade no total de mortes, seguida de diminuição acentuada, nos anos de 2022 e 2023. Registre-se que as MIAE's compreendem o conjunto da letalidade policial no Estado, o que inclui, além das operações em comunidades, as mortes em confronto em outros contextos de ação policial, como o patrulhamento ostensivo ordinário, por exemplo.

Gráfico 1 - Evolução anual do total de Mortes por Intervenção de Agentes do Estado no estado do Rio de Janeiro – 2019 a 2024



Fonte: Elaborado por GAOG/MPRJ com base nos dados do ISP-RJ
Nota: O ano de 2024 contém dados somente do mês de janeiro

Gráfico 2 - Evolução mensal do total de Mortes por Intervenção de Agentes do Estado no estado do Rio de Janeiro – janeiro/2019 a janeiro/2024

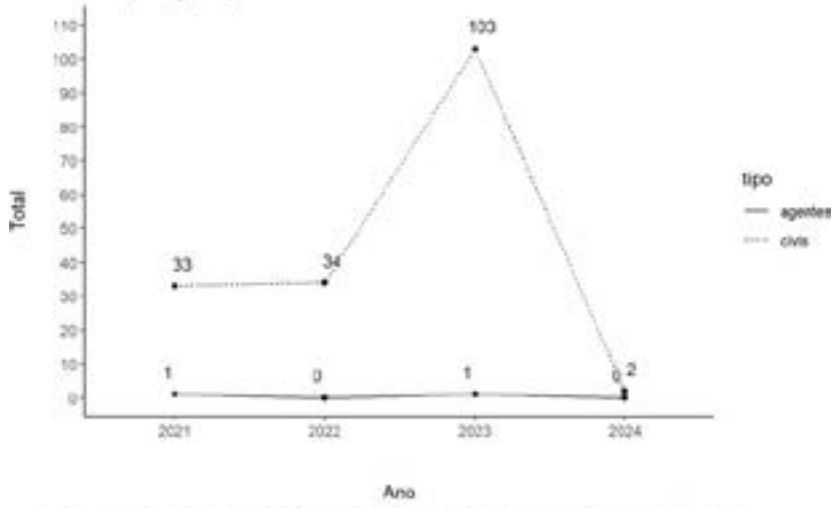


Fonte: Elaborado por GAOG/MPRJ com base nos dados do ISP-RJ

De outro giro, o Gráfico 3 contém a série histórica anual do número de mortes combinando operações da PMERJ e da PCERJ, no período de 2021 a 2024, sendo o referido recorte temporal utilizado em decorrência da disponibilidade dos dados fornecidos para o MPRJ. O total de mortes é disposto em duas categorias, quais sejam: mortes de civis e mortes de agentes do Estado.

Observa-se que as mortes civis foram significativamente maiores que as mortes de agentes. Especificamente no ano de 2023 pode ser observado um brusco aumento no total de mortes civis em relação aos anos anteriores.

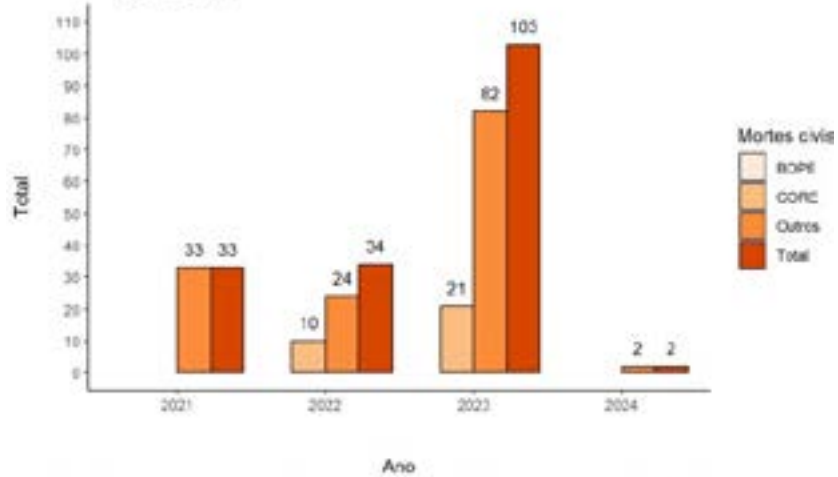
Gráfico 3 - Evolução anual do total de mortes de civis e agentes em operações policiais no estado do Rio de Janeiro – 2019 a 2024



Fonte: Elaborado por GADG/MPRJ com base nos dados de operações disponibilizados pela PMERJ e PCERJ
Nota: O ano de 2024 contém dados somente do mês de janeiro

Em uma análise mais detalhada das mortes civis, o Gráfico 4 mostra o quantitativo por unidade responsável, destacando as unidades BOPE (PMERJ) e CORE (PCERJ), tendo em vista a sua proeminência no cenário policial do Estado. Do total de mortes contabilizado no período, não há qualquer morte registrada na base de dados em decorrência da atuação do BOPE. Para a CORE, nos anos de 2022 e 2023, o total de mortes civis em decorrência da sua atuação corresponde a 29,4% e 20,4%, respectivamente.

Gráfico 4 - Evolução anual do total de mortes de civis em operações policiais no estado do Rio de Janeiro,por unidade responsável pela operação – 2021 a 2024



Fonte: Elaborado por GADG/MPRJ com base nos dados de operações disponibilizados pela PMERJ e PCERJ
Nota: O ano de 2024 contém dados somente do mês de janeiro

Consigne-se que a coleta dessas informações foi conduzida utilizando-se metodologia baseada em busca por expressões regulares em campos de texto aberto, o que, em tese, pode apresentar alguma disparidade entre os resultados obtidos e as comunicações efetivamente realizadas.

Ressalte-se, por fim, que, até o presente momento, verificou-se que as informações sobre mortos e feridos nos formulários preenchidos pelas Polícias são inseridas no campo "resultados finais", sem padronização prévia e juntamente com outras informações. Para lidar com essas características, foi desenvolvido algoritmo que identifica menções a mortes e feridos e, em seguida, filtra os números registrados, com precisão superior a 95%, conforme testes realizados com os dados de 2021.

Por derradeiro, colacionam-se, a seguir, tabelas de dados de MIAES, no Estado do Rio de Janeiro, por mês e ano, com base nos dados do ISP-RJ e dos dados de operações policiais comunicadas pela PMERJ e PCERJ, respectivamente.

Tabela 1 – Mortes por Intervenção de Agentes do Estado no Estado do Rio de Janeiro, por mês e ano

Meses/Anos	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Janeiro	159	156	148	100	104	57	724
Fevereiro	145	164	148	101	98	-	656
Março	132	115	158	140	122	-	667
Abril	124	179	143	89	91	-	626
Maio	172	130	112	140	66	-	620
Junho	153	34	97	79	90	-	453
Julho	195	52	100	141	82	-	570
Agosto	173	51	114	140	37	-	515
Setembro	154	54	77	87	37	-	409
Outubro	146	145	120	101	43	-	555
Novembro	137	81	82	114	46	-	460
Dezembro	124	84	57	98	53	-	416
Total	1814	1245	1356	1330	869	57	6671

Fonte: Elaborado por GADG/MPRJ com base nos dados do ISP-RJ

Tabela 2 – Mortes por Intervenção de Agentes do Estado no Estado do Rio de Janeiro, por mês e ano

Tipo	Meses/Anos	2021	2022	2023	2024	Total
Civis	Janeiro	-	3	0	2	5
	Fevereiro	-	0	1	-	1
	Março	8	0	24	-	32
	Abril	4	2	11	-	17
	Maio	0	3	17	-	20
	Junho	8	10	16	-	34
	Julho	0	12	10	-	22
	Agosto	0	0	6	-	6
	Setembro	4	0	4	-	8
	Outubro	8	4	7	-	19
	Novembro	1	0	5	-	6
	Dezembro	0	0	2	-	2
	Total	33	34	103	2	172
	Meses/Anos	2021	2022	2023	2024	Total
Agentes	Janeiro	-	0	0	0	0
	Fevereiro	-	0	0	-	0
	Março	1	0	0	-	1
	Abril	0	0	0	-	0
	Maio	0	0	0	-	0
	Junho	0	0	1	-	1
	Julho	0	0	0	-	0
	Agosto	0	0	0	-	0
	Setembro	0	0	0	-	0
	Outubro	0	0	0	-	0
	Novembro	0	0	0	-	0
	Dezembro	0	0	0	-	0
	Total	1	0	1	0	2

Fonte: Elaborado por GADG/MPRJ com base nos dados de operações disponibilizados pela PMERJ e PCERJ

8. Evolução dos índices de letalidade nas operações policiais, de janeiro de 2019 a janeiro de 2024;

Consoante consignado anteriormente, os gráficos 1 e 2, colacionados acima, mostram, respectivamente, as séries históricas anual e mensal do número de Mortes por Intervenção de Agentes do Estado (MIAE) para o Rio de Janeiro, no período entre 2019 e 2024.

É possível observar uma tendência geral de queda na letalidade da ação policial a partir do ano em que os efeitos decisórios da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635 entraram em vigor.

Nos dois anos subsequentes à implementação das decisões da Ação, nota-se estabilidade no total de mortes, seguida de diminuição acentuada, nos anos de 2022 e 2023. Registre-se que as MIAE's compreendem o conjunto da letalidade policial no Estado, o que inclui, além das operações em comunidades, as mortes em confronto em outros contextos de ação policial, como o patrulhamento ostensivo ordinário, por exemplo.

9. Fluxo do MPRJ para recepção e tratamento dos dados acerca do início das Operações, com a indicação de detalhes sobre a sua deflagração e envio do respectivo Procedimento Operacional, especialmente se houve situação de flagrante ou o cumprimento de mandados judiciais, entre outros;

Ab initio, registre-se que, conquanto já tenham sido apresentadas as iniciativas adotadas pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro com o escopo precípuo de fazer cumprir a ADPF 635, notadamente nas reuniões com o Grupo de Trabalho criado pelo CNJ para verificar a atuação do sistema de justiça e das forças de segurança do estado, mister tecer breves comentários acerca das referidas estruturas.

Destarte, pontua-se que foi instituído por meio da Resolução GPGJ nº 2.411/2021, o Grupo Temático Temporário (GTT) "ADPF635" ou "Letalidade Policial", que tem por objetivo "promover iniciativas estratégicas e coordenadas para o atendimento às determinações de redução da letalidade e da violência policial no Estado do Rio de Janeiro, constantes das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso Nova Brasília, e do Supremo Tribunal Federal, no bojo da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 635/RJ".

Nesta toada, as atribuições conferidas ao referido GTT na matéria subjacente se dirigem à interlocução entre os órgãos administrativos e finalísticos do MPRJ e desses com atores externos, visando a monitorar a observância pelos órgãos de execução do MPRJ das seguintes determinações oriundas do julgamento da ADPF nº 635/RJ pelo Supremo Tribunal Federal:

(I) a priorização, nas investigações de mortes e abusos possivelmente cometidos por policiais, dos procedimentos cujas vítimas sejam crianças ou adolescentes;

(II) a instauração de procedimentos investigatórios autônomos nos casos de mortes e demais violações a direitos fundamentais cometidas por agentes de segurança;

(III) a garantia de oitiva da vítima e/ou os seus familiares, assegurando- lhes a possibilidade de apresentar declarações, prestar informações, indicar meios de prova e sugerir diligências, devendo avaliá-las fundamentadamente, bem como notificá-las, do modo que for mais conveniente a essas pessoas, sobre o eventual arquivamento do procedimento investigatório.

O GTT conta com o suporte operacional e técnico de estruturas internas do MPRJ, como a Coordenadoria-Geral de Segurança Pública (COGESP), os Centros de Apoio Operacional, a Coordenadoria-Geral de Promoção da Dignidade da Pessoa Humana, o Grupo de Apoio Técnico Especializado (GATE/MPRJ), a Coordenadoria de Segurança e Inteligência (CSI/MPRJ) e setores de gestão da informação e processamento de dados institucionais (GADG, dentre outros).

Ademais, foi criada no âmbito do MPRJ a já citada Coordenadoria Geral de Segurança Pública (COGESP), órgão permanente instituído a partir da Resolução GPGJ nº 2.409/2021, dedicada a aprimorar as ações institucionais relacionadas ao controle externo da atividade policial e à promoção de ações

voltadas à Segurança Pública. Entre suas funções, estão as de efetuar o monitoramento do mapa da criminalidade, consolidar dados relativos a mortes decorrentes de intervenção policial e realizar o diagnóstico e direcionamento da atuação do MPRJ no setor da segurança.

Ainda no que tange às atribuições do GTT, destaca-se o mandato conferido para instituição de canal de atendimento às demandas relacionadas ao controle externo de operações policiais em regime de plantão permanente, em atendimento à determinação do E. STF nos autos da ADPF 635.

Pelas mesmas razões, o MPRJ instituiu e mantém em atividade o Plantão Permanente de Monitoramento de Operações Policiais, destinado ao recebimento de comunicações de operações policiais e de seus relatórios finais, bem como, de relatos de possíveis violações de direitos fundamentais supostamente perpetradas por agentes de segurança do Estado durante operações policiais, disponibilizando-se à sociedade civil, de maneira ininterrupta, um canal unificado, ágil e que comporta o envio de registros em áudio, foto e vídeo.

No Plantão, são adotados protocolos de atendimento, coleta de informações das operações policiais, registro de evidências e de providências de interlocução imediata com entidades da sociedade civil e órgãos públicos, em especial com estruturas de comando e controle das forças de segurança pública, visando à coleta complementar de dados, atuando-se, também, na obtenção de informações junto aos sistemas oficiais, bases de dados e fontes abertas.

A partir das informações recebidas no Plantão, são realizadas diligências de verificação da prévia comunicação oficial e justificação da urgência e excepcionalidade da operação em curso; da eventual afetação de serviços públicos, bem como se houve situação de flagrante ou cumprimento de mandados judiciais.

Quando recebidas notícias de possíveis violações de direitos, ou, de existência de vítimas fatais que possam ocorrer em decorrência das operações policiais, o Plantão, em articulação com os órgãos de comando e controle da segurança pública, busca inicialmente obter uma confirmação preliminar do teor do relato, bem como, o imediato acionamento de socorro médico e polícia técnica (perícias), além da avaliação das condições de segurança na localidade, inclusive para orientar a possibilidade de deslocamento do Promotor Natural ao local dos fatos, sem prejuízo de outras providências porventura recomendadas em cada caso concreto.

Também são adotadas no Plantão de Monitoramento das Operações Policiais providências de identificação de possíveis diligências de urgência voltadas à cessação imediata de possíveis violações de direitos no curso de operações policiais e uma imediata interlocução com o Núcleo de Apoio às Vítimas (NAV/MPRJ) para disponibilização, quando cabível, do serviço de atendimento multidisciplinar a eventuais vítimas diretas ou indiretas.

Sempre que constadas informações sobre morte, lesão corporal ou violações de direitos em decorrência de operação policial, as informações coletadas são unificadas em um documento, sob a forma de Notícia de Fato, e imediatamente comunicadas ao Promotor Natural, via Centros de Apoio Operacional, para fins de análise e adoção de eventuais medidas judiciais de urgência e/ou aprofundamento das apurações necessárias.

Nesse aspecto, sob a perspectiva finalística, a atuação do Plantão de Monitoramento das Operações Policiais observa o inafastável princípio do Promotor Natural, notadamente quanto ao controle externo da atividade policial e da política de segurança instituída pelo Poder Executivo, tanto de forma difusa, quanto de forma concentrada.

Assim, atos típicos de persecução penal, bem como a postulação em juízo de providências de cessação ou interferência na realização de operação policial são medidas sujeitas à atuação dos Promotores Naturais, inclusive em seara de plantão noturno ou diurno, conforme a ocasião em que não há expediente forense, preservando-se, assim, a independência funcional dos Membros, garantia de imparcialidade para a sociedade e para possíveis investigados. Logo, cabendo ao Promotor Natural, nesse sentido, de acordo com as peculiaridades de cada caso concreto, a adoção das providências legais pertinentes no que tange à apuração e eventual persecução penal.

Assinale-se, também, que com o intento de aprimorar as rotinas e atividades do Plantão de Monitoramento de Operações Policiais, o MPRJ realizou diversas reuniões e encontros com atores externos.

Entre as atividades desempenhadas de forma conjunta, destacam-se as reuniões entre o GTT-ADPF 635, a GADG, a COGESP e a 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital, com a Polícia Militar e a Secretaria Municipal de Educação para avaliação e aperfeiçoamento de protocolos para operações policiais nas imediações de instituições de ensino. Como desdobramento, foi instituído Grupo de Trabalho Interinstitucional para aprimorar o trabalho das instituições a partir da realização de encontros periódicos para tratar do tema.

Pontue-se, outrossim, a reunião realizada no dia 5 de dezembro de 2023, com representantes do Mecanismo Internacional de Peritos Independentes para a Promoção da Justiça e Igualdade Racial na Aplicação da Lei (EMLER) da ONU. Esse Mecanismo trata do tema da violência policial em comunidades afrodescendentes com o objetivo de promover mudanças transformadoras para a justiça racial e a igualdade no contexto da aplicação da lei em todo o mundo. No encontro, o MPRJ tratou sobre as ações realizadas pelo GTT-ADPF para dar cumprimento às decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), sobretudo, ressaltou o trabalho realizado pelo plantão permanente da Instituição, ativo 24 horas, para atender a denúncias de violações de direitos.

Há que se consignar também, a realização de reuniões institucionais para tratar de temas de interface entre o escopo do GTT-ADPF 635 e da Coordenadoria-Geral de Promoção da Dignidade da Pessoa Humana (COGEPDPH), mais especificamente da Coordenadoria de Promoção dos Direitos das Vítimas. A partir dos encaminhamentos firmados nesses encontros, instituiu-se o Protocolo de encaminhamento da vítima ou familiares da vítima, quando houver notícias, recebidas pelo Plantão, de abusos ou violações de direitos em decorrência da operação policial, para atendimento multidisciplinar junto ao Núcleo de Atendimento às Vítimas (NAV), viabilizando o acesso e a efetivação de seus direitos.

Ademais, foram realizadas reuniões periódicas com a Gerência de Análises, Diagnósticos e Geoprocessamento (GADG/MPRJ), para aprimoramento da ferramenta institucional 'Painel de Monitoramento das Operações Policiais', ferramenta de visualização de dados recebidos pela COGESP e GTT ADPF - 635, com o objetivo de contribuir para a atuação ministerial, bem como de apoiar a definição de prioridades e a formulação de estratégias preventivas para o controle externo da atividade policial.

Saliente-se, ainda, que, em arrimo aos princípios da transparência e da accountability, após o atendimento do Plantão, é fornecido ao denunciante o número de protocolo de tombamento institucional para consulta e acompanhamento da tramitação das apurações no sítio eletrônico do MPRJ, acessível pela página https://www5.mprj.mp.br/consultaPublica/.

Nesse sentido, com a finalidade precípua de conferir ampla divulgação aos canais de contato do plantão de monitoramento de operações policiais - pelo e-mail (gt- adpf635@mprj.mp.br) e pelo telefone (21-2215-7003), também disponível no aplicativo WhatsApp - foi criada, no sítio eletrônico do MPRJ, a página https://www.mprj.mp.br/adpf-635, no qual estão divulgados os referidos canais de contato com a sociedade civil, em funcionamento ininterrupto e aptos à recepção de imagens, áudios, vídeos, geolocalização e demais documentos relacionados a fatos decorrentes de operações policiais.

Da mesma forma, o Núcleo de Apoio às Vítimas (NAV) do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro possui, igualmente, canais próprios de contato, inclusive pelo aplicativo WhatsApp, pelo número (21-2215-7130), divulgados no sítio eletrônico do Núcleo de Apoio às Vítimas - MPRJ, pelos quais vítimas e familiares podem obter informações e meios de efetivação de seus direitos decorrentes de ato criminoso de que tenham sido vítimas, inclusive, andamento de apurações e eventual contato com os Promotores de Justiça responsáveis, visando a contribuírem com investigações, na forma prevista pelo Protocolo de Minnesota.

Por oportuno, insta esclarecer que, em janeiro do ano corrente, o Plantão de Monitoramento de Operações Policiais, inicialmente instituído no âmbito do GTT – Letalidade Policial, foi realocado para o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Investigação Penal, estrutura de natureza permanente, na qual o Plantão continuará a ser regularmente desenvolvido de forma perene, enquanto vigentes as decisões do E. STF que compelem o Parquet fluminense a manter tal estrutura em funcionamento.

A nova alocação objetivou, ainda, a comunhão de esforços e otimização da atuação entre as estruturas que desenvolvem atividades interseccionadas, contribuindo, assim, para o aprimoramento constante do controle externo da atividade policial pelo MPRJ, permitindo, inclusive, uma maior celeridade na tramitação de notícias de fato distribuídas aos Promotores Naturais, oriundas do monitoramento das operações policiais.

Consigne-se que todas as informações recebidas no âmbito do Plantão são armazenadas, formando base de dados, organizados e sistematizados por meio de planilhas que registram dados específicos como (i) recebimento e monitoramento de comunicações de operações policiais; (ii) denúncias de abusos e violações de direitos decorrentes de operações policiais; (iii) distribuição das Notícias de Fato aos Promotores Naturais; (iv) pendências de informações observadas pelo Plantão, quanto à ausência de dado obrigatório, tendo por base:

(1) as normativas internas da Secretaria de Estado de Policia Militar, notadamente as publicações dos BOL. PM nº 153, datado de 16 agosto de 2021, do BOL. PM nº 046, datado de 8 novembro 2021 e do BOL. PM nº 199, datado de 25 de outubro de 2023, que regulamentam os procedimentos a serem adotados pelos Comandos Intermediários e suas Unidades Operacionais subordinadas, para o desenvolvimento e comunicação de Operações Policiais Militares e o Boletim SEPM nº 003, de 06 de janeiro de 2022, instituindo a comunicação e resultado das operações policiais por meio de formulário da própria Corporação, cujo conteúdo fora avençado com o MPRJ; bem como

(2) os parâmetros delineados nas determinações voltadas à redução da letalidade e da violência policial no Estado do Rio de Janeiro, em especial naquelas constantes da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 635/RJ.

Ressalta-se, por oportuno, que a cada nova decisão da Suprema Corte que determinava um novo parâmetro na comunicação de operações policiais a ser cumprido pelas Polícias, o MPRJ, através do GTT-ADPF 635, oficiava e realizava reuniões com: (i) o GADG, para inclusão de novos campos no sistema ROPC e Planilha da PMERJ, e para atualização do Painel de Monitoramento de Operações Policiais do MPRJ; (ii) a PCERJ e PMERJ, para alinhamento da forma de alimentação dos sistemas com as novas informações, como aconteceu, por exemplo, na justificativa para utilização de aeronaves (helicópteros).

Nesse sentido, foram criados os seguintes campos no sistema ROPC, de preenchimento obrigatório pela Polícia Civil: (i) preservação do perímetro de escolas creches e unidades básicas de saúde; (ii) aviso prévio das operações policiais às autoridades de saúde e educação; (iii) no que tange à determinação de proibição de operações policiais noturnas e evitação em horários de grande circulação, existe campo no referido sistema que sinalizam os horários das operações, trazendo as informações necessárias; (iv) provimento de ambulância durante as operações e (v) Justificativa para o uso de helicóptero.

De outro lado, em 25 de outubro de 2023, a Secretaria de Estado de Polícia Militar publicou no Boletim da Polícia Militar, nº 199, o seu mais recente padrão de comunicação de operações, incluindo os novos parâmetros de controle trazidos pela decisão do E. Ministro Relator, o que se deu a partir de interlocução deste Ministério Público, através do GTT - ADPF 635.

Dentre as novas diretrizes, passou-se a exigir que o Oficial responsável por cada operação informe se houve comunicação prévia às autoridades das áreas de saúde e educação, indicando-se, ainda, quais as medidas adotadas para redução de riscos e mitigação de danos, dentre elas, a evitação de início de operações policiais em horários de grande circulação de pessoas.

O novo padrão de comunicação de operações, de observância obrigatória por todas a Unidades Operacionais da PMERJ, também possui campos próprios para informar a utilização ou não de helicópteros durante a operação e, caso haja o emprego de aeronave, quais a justificativa para sua utilização.

Com relação à vedação à realização de operações policiais noturnas, o horário de início das operações das operações da PMERJ é um dos requisitos de preenchimento obrigatório das comunicações encaminhadas ao Plantão de Monitoramento de Operações Policiais, que, a seu turno, monitora o horário de encerramento das operações a partir dos respectivos relatórios finais.

Ademais, o novo padrão de comunicação de operações policiais adotados pela PMERJ passou a exigir que o oficial responsável por cada operação informe ao MPRJ se houve disponibilização de ambulância durante a operação, sendo exigido, ainda, que seja especificada qual a procedência da ambulância empregada (se do GESAR, SAMU ou Secretaria Municipal de Saúde), ou que seja justificativa a não disponibilização.

Reputa-se, assim, que foram concluídas as alterações nos sistemas e formulários de comunicação de operações, tanto da PMERJ quanto da PCERJ, adequando-os aos novos parâmetros de fiscalização e exercício do controle externo da atividade policial exigidos pela decisão do E. Ministro Relator de dezembro de 2022.

No entanto, para um contínuo aprimoramento das comunicações acerca do tema, notadamente para um controle abrangente e unificado das operações policiais; para a segurança das informações; bem assim para diminuição de erros e lacunas, mostra-se oportuno que seja realizada a integração de sistemas para comunicação ao MPRJ, com a adoção pela PMERJ do mesmo sistema hoje adotado pela PCERJ, o ROPC. Tal pleito fora realizado pelo MPRJ à PMERJ, mas até o momento não houve adesão.

Outrossim, a partir do monitoramento contínuo das comunicações de operações policiais formalizadas junto ao Plantão Permanente do MPRJ, mostra-se, igualmente oportuna e urgente, a concessão ao MPRJ de acesso ao sistema de laudos (LAUDOWEB) e ao sistema de Cadastramento de Ocorrências Policiais (ROWEB), para fins de aprimoramento das rotinas e atividades do Plantão de Monitoramento de Operações Policiais, como forma de promoção de medidas de garantia da adequação e eficiência dos serviços de segurança pública e persecução penal.

Nesse aspecto, ressalta-se que o MPRJ e a SEPOL estão em tratativas para celebração de Termo de Cooperação Técnica e, inclusive, menciona-se que, no dia 1º de março do corrente ano, realizou-se reunião em que se obtiveram avanços para consecução deste objetivo.

Constatou-se ainda que uma das grandes vantagens do formato de comunicação adotado pela PCERJ é a automação do fluxo de dados e a padronização dos campos informados, razão pela qual, atualmente, também estão em andamento negociações com a PMERJ para ajustar a estrutura do formulário daquela Instituição, assegurando igualmente a padronização e automatização do fluxo de dados.

Além disso, no que diz respeito especificamente às mortes decorrentes de ações policiais, a GADG salientou que o monitoramento de tal fenômeno pelo MPRJ seria aperfeiçoado caso o Parquet tivesse acesso permanente e atualizado à base de todos os microdados dos Registros de Ocorrência da Polícia Civil, inclusive daqueles ainda não enviados ao Ministério Público. Complementou, ainda, informando que o acesso precisa ser concedido a todos os registros policiais na mais baixa granularidade possível, com todas as variáveis disponíveis, em um formato passível de tratamento e análise de dados, de forma que possa ser incorporado e utilizado nas ferramentas próprias do MPRJ.

Complementa-se, ainda, que a mera disponibilização de acesso a sistemas da Polícia, por meio de fornecimento de credenciais de login e senha, não atenderia ao propósito institucional de promoção de medidas de garantia da adequação e eficiência dos serviços de segurança pública e persecução penal, pois somente com a possibilidade de tratamento livre e em bloco desses dados em ferramentas próprias do MPRJ seria viável cotejá-los com aqueles já circunscritos nas comunicações de operações policiais.

"10. Se há sistema ministerial com as estatísticas criminais, bem como ocorrências da PMERJ e PCERJ. Em caso negativo, qual seria o óbice para tanto."

Conforme antes descrito, o MPRJ, por intermédio da Gerência de Análises, Diagnósticos e Geoprocessamento (GADG), elaborou a ferramenta denominada "Painel de Monitoramento de Operações Policiais", visando a contribuir para a atuação institucional, alicerçando na definição de prioridades e na formulação de

estratégias preventivas para o controle externo da atividade policial, a partir da análise de informações oriundas de quatro fontes:

Dados de operações policiais realizadas pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) obtidos através de respostas aos formulários referentes à ADPF 635 disponibilizados pela Coordenadoria Geral de Segurança Pública do MPRJ (COGESP/MPRJ);

Dados de ações policiais realizadas pela PMERJ obtidos através de respostas ao formulário do relatório de Operações da Polícia Militar (ROPM), também disponibilizados pela COGESP/MPRJ;

Dados de operações policiais realizadas pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ) registrados no Painel Gerencial de Operações da Polícia Civil, ferramenta elaborada e mantida pela GADG; e

Dados abertos de Indicadores de criminalidade divulgados pelo Instituto de Segurança Pública do Estado (ISP-RJ).

O referido Painel de Monitoramento das Operações conta com três seções:

A seção de Estado fornece a visualização dos principais indicadores de atuação das polícias sob uma perspectiva ampla e sistêmica, assim como por Área (AISP)1 e Região Integrada de Segurança Pública (RISP). Seus componentes permitem a visualização conjunta e individualizada por polícia, classificando também as operações em relação às informações dispostas sobre comunicação às unidades de saúde e de ensino, cuidados tomados para redução de risco e justificativa de excepcionalidade no âmbito da ADPF 635. Conta, ainda, com funcionalidade para comparação de um mesmo indicador entre diferentes AISP's, com possibilidade de exportação em formato PDF.

A seção de Território fornece informações detalhadas sobre a atividade policial nas diferentes AISP's, apresentando as ações e operações por dia da semana e horário, localidade e agente responsável, com possibilidade de exportação em Excel. A visualização por localidade é feita através de WebAPP atrelado à ferramenta, que permite a visualização territorial dos eventos por tipo, finalidade, resultados e agente responsável, além de análise de incidente e relatório detalhado sobre os eventos.

A seção de Alertas sinaliza as AISP's que apresentam tendência de alta nos indicadores de ações, operações e/ou mortes de civis provocadas pelas polícias, facilitando a priorização institucional e a tomada de decisão baseada em dados.

O Painel também conta com a funcionalidade de Relatório Exportável, que permite ao usuário filtrar a base de dados utilizada na ferramenta por RISP, AISP, unidade de polícia, período e fonte de informação. A tabela gerada detalha os eventos registrados, trazendo informações quanto ao seu objetivo, resultados, cuidados, comunicações e justificativas de excepcionalidade, podendo ser exportada nos formatos Excel ou PDF.

Quanto ao tema, remetemo-nos às considerações já tecidas, no sentido de que a ausência de um canal único de envio de comunicações e relatórios de operações pelas forças de segurança do Estado do Rio de Janeiro se afiança como uma dificuldade à análise de dados e formatação de um sistema ministerial de estatísticas de operações policiais ainda mais acurado.

De igual sorte, como também já mencionado, a não concessão de acesso aos membros do MPRJ aos sistemas da Polícia Civil fluminense, notadamente aos sistemas de laudos (LAUDOWEB) e ao sistema de Cadastramento de Ocorrências Policiais (ROWEB), igualmente limita o efetivo exercício do controle externo das atividades policiais, inclusive o monitoramento e acompanhamento das primeiras etapas da persecução criminal de fatos penalmente relevantes ocorridos no curso de operações policiais.

Essas duas dificuldades vêm sendo tratadas rotineiramente pelo Plantão de Monitoramento e pelo GTT-ADPF com as Chefias das Polícias Militar e Civil, bem como, pelos setores de tecnologia da informação das Instituições, com vistas à celebração de Acordos de Cooperação Técnica que permitam superar em definitivo tais dificuldades, e, assim, aprimorar o controle externo das atividades policiais pelo Parquet fluminense.

No mais, o Parquet fluminense permanece acompanhando o andamento da ação constitucional, buscando adequar com agilidade sua atuação a eventuais novos parâmetros de controle externo da atividade policial erigidos pelo E. STF.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho é fruto do esforço coletivo dos seus membros, que, a partir de visita técnica realizada in loco a diversas Instituições do Estado do Rio de Janeiro, carrearam informações e evidências acerca da sua atuação.

Com a eventual adoção das providências que ora se passa a sugerir, pretende-se estimular a busca de sintonia fina entre as futuras determinações do STF e as orientações da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o que, em última análise, beneficiará todos os cidadãos e cidadãs fluminenses.

Pela importância da temática que ora foi objeto da apreciação do Conselho Nacional de Justiça, procurou a Coordenação do GT, democraticamente, estimular o estabelecimento de intenso diálogo e troca de experiências entre seus membros, sempre visando, tanto quanto possível, alcançar o mais alto grau de consenso.

Assim, cada item colacionado e cada encaminhamento que se passa a apresentar nesta conclusão foi objeto de grande reflexão e ponderação, sendo certo que se pretendeu, em última análise, respeitosamente, colaborar para o fornecimento de elementos úteis para o julgamento da ADPF nº 635, cumprindo fielmente o quanto foi ali determinado ao CNJ pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Edson Fachin, relator da Ação.

Passa-se, assim, à guisa de conclusão dos presentes trabalhos, a apontar alguns pontos julgados relevantes pelos membros do GT.

Conceito de "Excepcionalidade"

Há que se destacar a necessidade, levantada pelo Ministério Público estadual e ratificada pelas Polícias Civil e Militar do Estado, de se definir com maior precisão o conceito de "excepcionalidade" para fins de realização das operações policiais em comunidades fluminenses.

Com efeito, sobre o tema, o Parquet pontuou que "Quanto ao conceito de 'excepcionalidade' das operações, sugeriu-se que 'até que sejam fixados outros parâmetros, deve estar ancorada nos Princípios Básicos das Nações Unidas

sobre o Emprego da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Encarregados de Cumprir a Lei'".

Já a Secretaria Estadual de Polícia Militar, informou ao GT que "não possui diagramação do conceito de excepcionalidade, tendo em vista que tais hipóteses não foram formalmente definidas na Decisão da ADPF nº 635."

Por sua vez, a Polícia Civil fluminense, informou:

> Em resposta recente encaminhada ao STF levando em conta a realidade vivenciada no Estado do Rio de Janeiro, a Polícia Civil apresentou as seguintes situações que considera excepcionais, sem prejuízo de outras que porventura possam ser analisadas no futuro:
>
> I – o grave comprometimento à ordem pública provocado pelos conflitos armados entre organizações criminosas em busca do domínio e da hegemonia em territórios do Estado do Rio de Janeiro, bem como por conta do deslocamento de contingentes de criminosos armados para o "reforço" de comunidades sob o jugo das facções às quais "pertençam";
>
> II – a atuação em legítima defesa e demais hipóteses excludentes de ilicitude, em casos de deliberados ataques armados a agentes estatais ou a órgãos públicos situados em áreas sensíveis ou em seu entorno;
>
> III – o atendimento de prioridades policiais emergenciais, em casos de notícias de sequestro ou infração criminal correlata, ataques deliberados a comboios policiais nas proximidades de áreas sensíveis, ou casos congêneres;
>
> IV – o cumprimento de medidas judiciais cautelares expedidas após o início da pandemia e, portanto, consubstanciadas em exame jurisdicional de excepcionalidade e necessidade do imediato cumprimento da ordem;
>
> V – a atuação preventiva baseada em conhecimento de inteligência acerca da expansão do domínio territorial de áreas sensíveis através do fechamento de vias com a utilização de barricadas, casamatas, ou artifícios similares, que demandem ações de ocupação ou de remoção;
>
> VI – cumprimento do disposto no artigo 6º do Código de Processo Penal, para não prejudicar investigações em andamento;
>
> VII – verificação de informações de inteligência acerca de localização de foragidos da Justiça e de locais de guarda de armas, drogas, munições, artefatos explosivos e demais instrumentos de crime utilizados pelas organizações criminosas atuantes em comunidades do Estado do Rio de Janeiro.

Vê-se claramente que, sob o olhar das Instituições, há indefinição quanto ao contexto fático autorizador de operações policiais, sendo prudente que se avalie à eventual necessidade de definição objetiva do conceito.

Perícias Judiciais Criminais

Merecem também atenção os graves problemas estruturais encontrados no contexto das perícias criminais realizadas no estado do Rio de Janeiro, bem

detalhados no item 3.1 do presente relatório. De tudo o quanto ali reportado, sugere-se a adoção das seguintes medidas:

a) **a reavaliação da estrutura hierárquica da polícia técnico-científica do estado do Rio de Janeiro, de modo a reforçar sua independência e autonomia institucional;**

b) **a reavaliação do quadro de pessoal da polícia técnico-científica, com o objetivo de suprir o déficit de profissionais hoje existente; e**

c) **o incremento da alocação de recursos públicos voltados à Polícia Técnico Científica, garantindo a aquisição de equipamentos e materiais necessários ao trabalho cotidiano dos peritos e peritas do Estado.**

Ainda no contexto das perícias judiciais criminais, sugere-se na linha do quanto apontado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, o desenvolvimento de protocolo para a preservação do local de crime.

Plantões Judiciais Criminais e Cumprimento de Mandados

Por outro lado, há que se fazer referência à realidade encontrada pela equipe deste Grupo de Trabalho dedicada à análise da atuação do Tribunal de Justiça estadual, em especial o funcionamento dos plantões judiciários criminais e o cumprimento de mandados judiciais.

Quanto aos plantões judiciais criminais, foi constatado que o funcionamento do plantão judiciário do estado do Rio de Janeiro é adequado, eficaz e atende de forma satisfatória às demandas apresentadas, com apoio dos demais atores processuais nos casos em que há necessidade de sua atuação. Pontue-se apenas, quanto ao tema, a necessidade de pequenos ajustes quanto ao número de magistrados com atuação no plantão noturno, em períodos de maior demanda, como feriados prolongados.

Na rotina de cumprimento de mandados judiciais, causou grande preocupação à equipe que realizou visitas às unidades o avanço territorial das facções criminosas e das milícias no Rio de Janeiro, o que tem verdadeiramente impedido a presença do estado em comunidades conflagradas, inclusive no cumprimento de mandados judiciais.

Tal circunstância foi devidamente destacada e detalhada no item 3.2 deste Relatório, merecendo referência, a título de exemplo, a certidão ali apresentada dando conta da impossibilidade de cumprimento de diligência por Oficial de Justiça na Favela do Morro dos Cabritos.

Alerte-se para a gravidade da situação, confirmada por declarações das Polícias Civil e Militar, que atestam a impossibilidade de adentrarem nas comunidades para apoiar as diligências, ainda que por meio de uma operação policial, pois a presença no local de uma única viatura policial poderia ocasionar confronto armado.

Comunicações das Operações Policiais ao Ministério Público

Quanto à visita institucional ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a fim de melhor compreender e verificar o fluxo das comunicações feitas pelas Polícias à Instituição das operações policiais, cumpre destacar a constatação de que o Parquet tem buscado se equipar e qualificar na busca pela eficiência.

Foi verificado o bom funcionamento do Painel de Monitoramento das Operações Policiais, incrementado substancialmente após o advento da ADPF nº 635 e ainda em desenvolvimento, que constitui importante ferramenta de controle da atuação das polícias.

De grande valia se traduz a sugestão da Instituição de que devem ser aprimorados, especialmente pela Polícia Militar, os instrumentos de comunicação relativos às operações policiais, carentes de automatização, com a consequente extinção da utilização, para esse fim, de e-mail com planilhas de excel. Preferencialmente, sugere-se comando judicial determinando a utilização compulsória pelas forças policiais de sistema desenvolvido pelo próprio Ministério Público para tal finalidade.

Conforme detalhado no item 3.4 do presente relatório, destaque-se a necessidade de comando judicial que imponha a obrigatoriedade de disponibilização ao Ministério Público pelas Polícias de informações de modo a permitir a efetiva realização do controle externo, ou seja, as forças policiais deverão aportar seus dados em canal ministerial sistematizado, com dados estruturados e confiáveis, que possam ser acompanhados em tempo real. Sugere-se que tais informações não se restrinjam a dados de operações policiais, devendo incluir registros de ocorrência, laudos periciais e demais informações sobre investigações penais, tão logo tais documentos sejam produzidos, a fim de viabilizar um controle externo mais concomitante/contemporâneo da atividade policial pelo Ministério Público.

Ainda nessa temática, importante que o comando judicial, objeto da sugestão acima, contemple, inclusive, o acesso direto do Ministério Público aos dados brutos e microdados dos sistemas informatizados utilizados pelas forças policiais,

notadamente ao sistemas operados pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro para gestão de registro de ocorrências (ROWeb) e de laudos (LaudoWeb).

Reputa-se que a concessão de acesso direto aos dados brutos produzidos pelas Forças Policiais, além de representar um inegável incremento de transparência ativa, ainda subsidiará o Ministério Público dos elementos necessários ao controle concentrado das políticas públicas de segurança, na linha do preconizada pela recente Resolução CNMP nº 279/2023.

Não há outro caminho para fiscalizar a efetividade da atuação policial e preservação dos direitos humanos senão com a transparência dos dados das investigações, ocorrências e operações policiais sob a supervisão daquele que tem o dever constitucional de proceder ao controle externo da atividade policial, não se perdendo de foco a necessidade de compartimentação dos aludidos dados e preservação do sigilo legal.

Ao fim, pondere-se que, não obstante os trabalhos do Grupo de Trabalho se **esgotem com a produção e com o encaminhamento do presente Relatório**, é certo que o Conselho Nacional de Justiça permanecerá atento, nos limites de suas competências constitucionais, ao seu mister de velar pelo bom funcionamento do Poder Judiciário fluminense, inclusive no que atine ao objeto da ADPF nº 635.

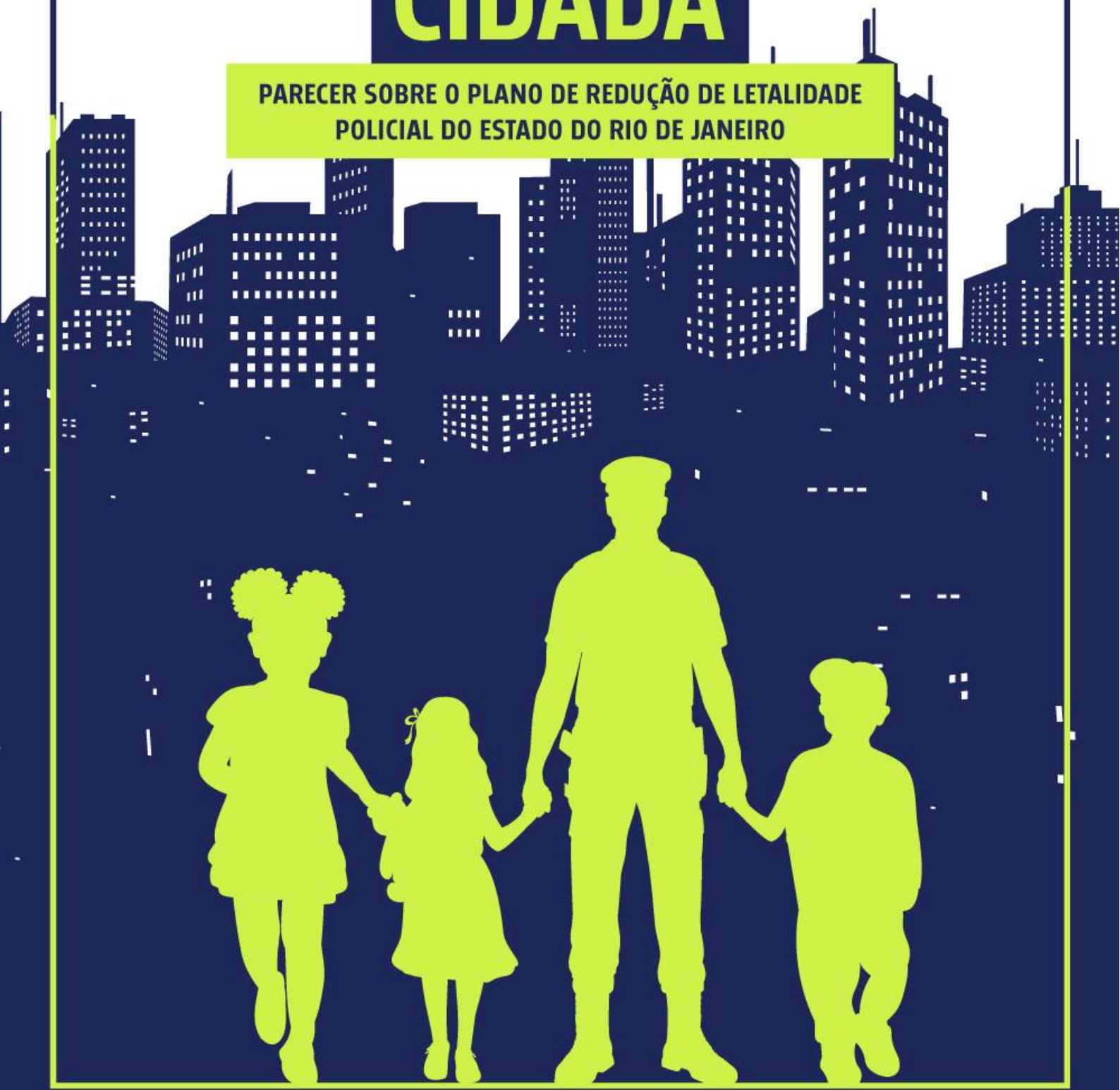

CNJ
CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

ANEXO 10

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

POLÍCIA CIDADÃ

PARECER SOBRE O PLANO DE REDUÇÃO DE LETALIDADE POLICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Nome	Entidade Representativa
João Paulo Schoucair	Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça e Coordenador do Grupo de Trabalho
Marcio Luiz Coelho de Freitas	Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça
João Felipe Menezes Lopes	Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça
Karen Luise Vilanova Batista de Souza	Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça
Edinaldo César Santos Junior	Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça
Tamires Gomes Sampaio	Representante indicada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública
Sandro Caron de Moraes	Representante do Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública
Cláudio dos Santos Feoli	Representante do Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares
Ronaldo de Oliveira Ferreira da Silva Edson Henrique Damasceno	Representantes da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro
Anie Rampon Barretto	Representante da Polícia Civil do Distrito Federal
Max William Coelho Moreira de Oliveira José Ramos da Silva Júnior	Representantes da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
Bilmar Angelis de Almeida Ferreira Daniele de Sousa Alcântara	Representantes da Polícia Militar do Distrito Federal
Henrique Oliveira Santos	Representante da Polícia Federal
André Luís Machado de Castro Maria Júlia Miranda Baltar da Rocha	Representantes da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro
Emmanuela Maria Campos de Saboya	Representante da Defensoria Pública do Distrito Federal e Territórios
Thales Arcoverde Treiger	Representante da Defensoria Pública da União
Silvia Virginia Silva de Souza	Representante do Conselho Federal da Ordem os Advogados do Brasil
André Ribeiro Giamberardino	Defensor Público-Geral do Estado do Paraná
Marcio Fernando Elias Rosa	Advogado
Alberto Liebling Kopittke Winogron,	Advogado
Alexandre Themístocles de Vasconcelos	Representante do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Nísio Edmundo Tostes Ribeiro Filho	Representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Daniel Azevedo Lôbo	Representante da Procuradoria-Geral da República
Luiz Eduardo Bento de Mello Soares	Antropólogo e cientista político
Renato Sérgio de Lima	Sociólogo, professor da FGV EAESP e diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública
Samira Bueno	Socióloga e diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública
Jacqueline Sinhoretto	Socióloga, professora da Universidade Federal de São Carlos
Jurema Pinto Werneck Alexandra Montgomery	Representantes da Anistia Internacional Brasil
José Vicente	Representante da Comissão Arns
Frei David Santos OFM	Representante da EDUCAFRO Brasil
Carolina de Mattos Ricardo Felippe Marques Angeli	Representantes do Instituto Sou da Paz
Daniel Veloso Hirata	Representante do Grupo de Estudos Novos Ilegalismos (GENI/UFF)
Bruna da Silva Aguiar Barbosa	Representante do Coletivo Fala Akari
Thainã Silva Ferreira de Medeiros	Representante do Coletivo Papo Reto
Ana Paula Gomes de Oliveira	Representante do Movimento Mães de Manguinhos

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....5
2. METODOLOGIA.....6
3. REUNIÕES SETORIAIS.....8
4. VISITAS TÉCNICAS NAS UNIDADES POLICIAIS.....11
5. RELATÓRIOS SETORIAIS.....19
5.1. RELATÓRIO DO SUBGRUPO DA SOCIEDADE CIVIL.....19
5.1.1. Comissão Independente de Supervisão da Atividade Policial.....31
5.1.1.2. Independência.....33
5.1.1.3. Mandato claro e definido.....33
5.1.1.4. Monitoramento síncrono e a posteriori, assim como o apoio na responsabilização no abuso de uso da força.....35
5.1.1.5. Divulgação de relatórios com vistas à transparência e prestação de contas acerca do monitoramento.....38
5.1.1.6. Poder de acesso a informações sensíveis.....38
5.1.2. Metas e indicadores.....40
5.1.2.1. O número de mortes em decorrência de ação policial (MDPI) como indicador.....40
5.1.2.2. Meta de redução da letalidade policial em 70% no prazo de um ano.....42
5.1.2.3. Detalhamento das metas e indicadores da letalidade policial.....45
5.1.3. Conceito de Excepcionalidade.....46
5.1.4. Controle de armas e munições.....52
5.1.5. Câmeras Corporais.....55
5.1.6. Considerações Finais.....58
5.2. RELATÓRIO DO SUBGRUPO DO SISTEMA DE JUSTIÇA.....60
5.2.1. Plano de Redução da Letalidade Policial.....60
5.2.1.1. Histórico.....60
5.2.1.2. Estrutura do Plano.....61
5.2.1.3. Críticas ao Plano, Resposta do RJ e Atuação do Grupo de Trabalho "Polícia Cidadã".....63
5.2.2. Meta de Redução da Letalidade Policial.....65
5.2.3. Investigação e Perícia.....71
5.2.3.1. Preservar todos os vestígios de crimes e evitar a remoção indevida de cadáveres - documentação das provas periciais, com laudo de crime e exame de necropsia. 71

5.2.3.2. Investigação autônoma por órgão do Ministério Público em casos de suspeita de infração penal por agentes de segurança pública - aplicação do protocolo de Minnesota. 74
5.2.3.3. Prioridade absoluta nas investigações que tenham como vítimas crianças e adolescentes.....78
5.2.4. Procedimentos Operacionais.....79
5.2.4.1. Excepcionalidade da Realização de Operações Policiais - Fiscalização dos Órgãos de Controle e do Judiciário.....79
5.2.4.2. Helicópteros. Uso Restrito.....81
5.2.4.3. Creches e Escolas: Excepcionalidade. Justificação. Controle do MP.....83
5.2.4.4. Controle do uso da força letal por agentes de Estado e abordagem policial. 85
5.2.4.5. Controle das buscas domiciliares.....89
5.2.4.6. Obrigatoriedade de disponibilização de ambulâncias.....91
5.2.4.7. Obrigatoriedade de GPS e sistemas de gravação de áudio e vídeo nas viaturas policiais e nas fardas dos agentes de segurança.....92
5.2.4.8. Controle de armas e munições.....96
5.2.5. Monitoramento do cumprimento do plano.....99
5.2.6. Conclusão.....101
5.3. RELATÓRIO DO SUBGRUPO DAS FORÇAS POLICIAIS.....105
5.3.1. Histórico da construção do Plano de Redução da Letalidade Policial 105
5.3.2. O Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados (SIM) 106
5.3.3. Análise de letalidade violenta x Morte por Intervenção de Agente do Estado (MIAE): Período Jan/2019 - Dez/2022.....108
5.3.4. Sugestões de pontos a serem levados ao Supremo Tribunal Federal (STF) 111
6. APONTAMENTOS DA COORDENAÇÃO DO GT.....114
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....121

1. INTRODUÇÃO

O Grupo de Trabalho intitulado "Polícia Cidadã - Redução da Letalidade Policial" foi instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no dia 21/12/2022[1], em atendimento à decisão proferida nos autos da ADPF nº 635 do Supremo Tribunal Federal, de relatoria do e. Ministro Edson Fachin, para, **no prazo de um ano**, estudar e formalizar programas e ações que reduzam a letalidade em ações policiais.

O referido Grupo de Trabalho é composto por magistrados, defensores públicos, membros do Ministério Público, especialistas em segurança, antropólogos e membros de Universidades e de entidades públicas e privadas da esfera de direitos humanos, tendo, como primeira tarefa, no prazo de 30 dias corridos, a contar de sua instalação, realizar *avaliação detalhada sobre o Plano de Redução de Letalidade Policial apresentado pelo Estado do Rio de Janeiro e, caso necessário, sugerir adequações para que as ações cumpram não apenas a decisão do Supremo, mas também as orientações da Corte Interamericana de Direitos Humanos.*[2]

Sobreleve-se, por relevante, que o GT sobre Polícia Cidadã teve sua composição inicial grafada por **30 representações** e, em 13/02/2023, ampliada[3] para uma configuração final que passou a agregar **35 representantes**[4], conjugando experiência prática e acadêmica,

---

[1] Portaria Presidência do CNJ nº 422 de 21 de dezembro de 2022. Disponível em https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/12/sei-1461795-portaria-presidencia-422-2022.pdf. Acesso em: 23 mar. 2023.

[2] Disponível em https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/12/adpf-635-despacho.pdf. Acesso em: 23 mar. 2023.

[3] Portaria Presidência do CNJ nº 33 de 13 de fevereiro de 2023. Disponível em https://atos.cnj.jus.br/files/original1526002023021563ecf988c9c2a.pdf. Acesso em: 23 mar. 2022.

[4] Participam do GT os membros do CNJ, Conselheiros João Paulo Schoucair, coordenando os trabalhos, e Marcio Luiz Coelho de Freitas. Os juízes auxiliares da presidência Karen Luise Vilanova Batista, João Felipe Menezes Lopes e Edinaldo César Santos Junior também fazem parte do grupo, juntos ao antropólogo Luiz Eduardo Bento de Mello Soares; o sociólogo Renato Sérgio de Lima (FGV e presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública); Tamires Gomes Sampaio (Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública); Sandro Caron de Moraes (Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública); Cláudio dos Santos Feoli (Colégio Nacional dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares); Ronaldo de Oliveira Ferreira da Silva e Edson Henrique Damasceno (Polícia Civil do Rio de Janeiro); Anie Rampon Barretto (Polícia Civil do Distrito Federal); Max William Coelho Moreira e José Ramos da Silva Júnior (Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro); Bilmar Angelis de Almeida Ferreira e Daniele de Sousa Alcântara (Polícia Militar do Distrito Federal; Henrique Oliveira Santos (Polícia Federal); André Luís Machado de Castro e Maria Júlia Miranda Baltar da Rocha (Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro); Emmanuela Maria Campos de Saboya (Defensoria Pública do Distrito Federal); Thales Arcoverde Treiger (Defensoria Pública da União); Silvia Virginia Silva de Souza (Conselho Federal da Ordem os Advogados do Brasil); André Ribeiro Giamberardino (Defensor Público-Geral do Estado do Paraná); Marcio Fernando Elias Rosa (Advogado); Alberto Liebling Kopittke Winogron (Advogado); Alexandre Themístocles de Vasconcelos (Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro); Nísio Edmundo Tostes Ribeiro Filho (Ministério Público do Distrito Federal); Daniel Azevedo Lôbo (Procuradoria-Geral da República); Jacqueline Sinhoretto (Socióloga, professora da Universidade Federal de São Carlos); Jurema Pinto Werneck e Alexandra Montgomery (Anistia Internacional Brasil); José Vicente (Comissão Arns); Frei David Santos OFM (EDUCAFRO Brasil); Carolina de Mattos Ricardo e Felippe Marques Angeli (Instituto Sou da Paz); Daniel Hirata (Grupo de Estudos Novos Ilegalismos - GENI/UFF); Bruna Aguiar

inserido no Observatório de Direitos Humanos do Poder Judiciário no CNJ, cuja efetiva instalação operou-se no dia 23/02/2023, com a proposição e aprovação do seu cronograma de trabalho.

Nesse contexto, o presente trabalho propõe-se a, cumprindo, fielmente, o prazo concedido pelo Supremo Tribunal Federal, sem perder de vista a complexidade do tema, escalada da violência fluminense e o *estado de coisas inconstitucional* na política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, cuja gravidade foi reconhecida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)[5], emitir parecer técnico sobre o Plano de Redução de Letalidade Policial apresentado pelo Estado do Rio de Janeiro[6], bem como apresentar sugestões para seu aprimoramento, reafirmando a máxima de que a *segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos*.

Feitas tais considerações, reafirme-se que o presente trabalho objetiva analisar o Plano de Redução de Letalidade Policial do Rio de Janeiro, sob uma óptica dialógica-democrática, que contou com a participação de todos os integrantes do GT sobre Polícia Cidadã, e teve, como norte magnético, a conjugação da *vedação à proteção insuficiente e o excesso do Estado*[7], descortinando o caminho já percorrido e o que se visualiza em seu horizonte, para reafirmar os postulados de um Estado comprometido com o enfrentamento à criminalidade organizada e à preservação dos direitos humanos.

2. METODOLOGIA

O GT sobre Polícia Cidadã, após instalado no dia 23/02/2023, adotou metodologia mista de trabalho, para a presente missão, agregando *pesquisa bibliográfica* em derredor das evidências científicas e *pesquisa de campo*, por meio de visitas técnicas nas unidades policiais do Distrito Federal (02/03/2023) e Rio de Janeiro (09 e 10/03/2023), além de apresentações e discussões virtuais sobre o aludido Plano de Redução de Letalidade Policial (01 e

(Coletivo Fala Akari); Thainã de Medeiros (Coletivo Papo Reto); e Ana Paula Oliveira (Movimento Mães de Manguinhos).

[5] A Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) condenou o Estado brasileiro, em 16/02/2017, por falhas na *prevenção, apuração e punição da violência e do uso excessivo da força* em duas operações policiais que, em 1994 e 1995, resultaram em 26 homicídios na Favela Nova Brasília, situada no Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro. Disponível em https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_333_por.pdf. Acesso em: 23 mar. 2023.

[6] Grife-se que o Estado do Rio de Janeiro apresentou a primeira versão do Plano de Redução de Letalidade Policial com a edição do Decreto nº 47.802 de 22/03/2022 e versão formatada, após escuta da sociedade e segmentos do sistema de justiça, com o Decreto nº 48.272 de 14/12/2022.

[7] STRECK, Lênio Luiz. A dupla face do princípio da proporcionalidade: da proibição de excesso (*Übermassverbot*) à proibição de proteção deficiente (*Untermassverbot*) ou de como não há blindagem contra normas penais inconstitucionais. Revista da Ajuris, Ano XXXII, nº 97, marco/2005, p.180.

02/03/2023).

Diante da quantidade de integrantes do GT sobre Polícia Cidadã e buscando otimizar os trabalhos, o colegiado foi divido em 03 Subgrupos, quais sejam: *a)* Subgrupo da Sociedade Civil (integrantes de ONGs e acadêmicos); *b)* Subgrupo do sistema de justiça (integrantes do MP, Defensoria Pública e OAB); e *c)* Subgrupo dos organismos policiais, a fim de que cada um deles pudesse, ao final, apresentar sua percepção sobre o Plano de Redução de Letalidade Policial em comento.

Ademais, foram coletados, pela Coordenação do GT, dados customizados, a partir de formulários das visitas desenvolvidas pelo controle externo da atividade policial no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)[8], que, somados às discussões virtuais, em derredor das apresentações abordando o Plano de Redução de Letalidade Policial exposto pelo Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro Leonardo D'Andrea Vale[9] e a atuação do controle externo da atividade policial, pelo Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná Alexey Caruncho[10], com foco na atuação do Ministério Público, permitem uma visão global sobre o presente objeto de trabalho.

Some-se a isso que cada Subgrupo apresentou o seu relatório sobre o Plano de Redução de Letalidade Policial do Rio de Janeiro, em reunião realizada no dia 17/03/2023, ao passo que o formato do **Parecer da Coordenação do GT sobre Polícia Cidadã** foi apresentado em 22/03/2023, com a consolidação de tudo que foi produzido, destacando-se os apontamentos da Coordenação do GT, a *tentativa de busca do consenso*, mediante votação virtual, em pontos indicados por cada Subgrupo e as considerações necessárias ao seu aperfeiçoamento.

Assinale-se, ao final, que os trabalhos do GT sobre Polícia Cidadã **não se esgotam com o presente parecer**, mas seguem, ao longo desse ano, a fim de municiar o Supremo

---

[8] Disponível em https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/426-institucional/comissoes-institucional/comissao-do-sistema-prisional-controle-externo-da-atividade-policial-e-seguranca-publica. Acesso em: 23 mar. 2023.

[9] **Leonardo D'Andrea Vale** é Tenente Coronel da PM/RJ e atual Coordenador de Estatísticas do ISP/RJ, Bacharel em Direito, possuindo Pós-Graduação em Segurança Pública e Cidadania; Pós-Graduação em Administração Pública; e Pós-Graduação em Ciências Jurídicas.

[10] **Alexey Caruncho** é Promotor de Justiça pelo MP/PR e atualmente exerce funções junto ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais e no Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública do MPPR, tendo Especialização em Direito penal econômico e europeu pela Universidade de Coimbra (2013, Portugal); Especialização em Direito penal econômico e empresarial (2013) e em Direito penal e avanços da neurociência e inteligência artificial (2021) pela Universidade Castilla-La Mancha (2013, Toledo/Espanha); Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR (2011, Ponta Grossa/PR); Master em Criminologia e Ciências Forenses pela Universidad Pablo de Olavide (2012, Sevilha/Espanha); está cursando Doutorado Universidad Pablo de Olavide (Sevilha/Espanha); tendo participado de Estâncias Investigatórias na Universidade de La Coruña / Espanha (2013) e na Georg-August Universitat em Gottingen (Alemanha – Anos 2014, 2015 e 2017) e é Professor da Fundação Escola do Ministério Público do Paraná (FEMPAR/PR).

Tribunal Federal com evidências científicas que possibilitem a implementação de medidas interinstitucionais coordenadas para garantir o aprimoramento de políticas públicas protetivas e/ou concretizadoras de direitos fundamentais na seara da segurança pública fluminense.

3. REUNIÕES SETORIAIS

Nos dias 01 e 02 de março de 2023, foram realizadas reuniões setoriais dos 3 Subgrupos componentes do Grupo de Trabalho, em formato virtual, observada a seguinte sequência:

1ª Reunião: Subgrupo formado pelos representantes das Entidades Policiais

Data: 01/03/2023 – 10h

Participantes:

Nome	Entidade Representativa
João Paulo Schoucair	Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça e Coordenador do Grupo de Trabalho
Marcio Luiz Coelho de Freitas	Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça
João Felipe Menezes Lopes	Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça
Karen Luise Vilanova Batista de Souza	Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça
Edinaldo César Santos Junior	Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça
Tamires Gomes Sampaio	Representante indicada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública
Sandro Caron de Moraes	Representante do Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública
Cláudio dos Santos Feoli	Representante do Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares
Ronaldo de Oliveira Ferreira da Silva Edson Henrique Damasceno	Representantes da Polícia Civil do Rio de Janeiro
Anie Rampon Barretto	Representante da Polícia Civil do Distrito Federal
Max William Coelho Moreira José Ramos da Silva Júnior	Representantes da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
Bilmar Angelis de Almeida Ferreira Daniele de Sousa Alcântara	Representantes da Polícia Militar do Distrito Federal;
Henrique Oliveira Santos	Representante da Polícia Federal

2ª Reunião: Subgrupo formado pelos representantes das entidades componentes do sistema de justiça (Ministério Público, OAB e Defensoria Pública)

Data: 1º/03/2023 – 15h

Participantes:

Nome	Entidade Representativa
João Paulo Schoucair	Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça e Coordenador do Grupo de Trabalho
Marcio Luiz Coelho de Freitas	Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça

João Felipe Menezes Lopes	Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça
Karen Luise Vilanova Batista de Souza	Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça
Edinaldo César Santos Junior	Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça
André Luís Machado de Castro Maria Júlia Miranda Baltar da Rocha	Representantes da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro
Emmanuela Maria Campos de Saboya	Representante da Defensoria Pública do Distrito Federal e Territórios.
Thales Arcoverde Treiger	Representante da Defensoria Pública da União
Silvia Virginia Silva de Souza	Representante do Conselho Federal da Ordem os Advogados do Brasil
André Ribeiro Giamberardino	Defensor Público-Geral do Estado do Paraná
Márcio Fernando Elias Rosa	Advogado
Alberto Liebling Kopittke Winogron	Advogado
Alexandre Themístocles de Vasconcelos	Representante do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Nísio Edmundo Tostes Ribeiro Filho	Representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Daniel Azevedo Lôbo	Representante da Procuradoria-Geral da República

3ª Reunião: Subgrupo formado pelos representantes da sociedade civil

Data: 02/03/2023 – 10h

Participantes:

Nome	Entidade Representativa
João Paulo Schoucair	Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça e Coordenador do Grupo de Trabalho
Marcio Luiz Coelho de Freitas	Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça
João Felipe Menezes Lopes	Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça
Karen Luise Vilanova Batista de Souza	Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça
Edinaldo César Santos Junior	Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça
Luiz Eduardo Bento de Mello Soares	Antropólogo e cientista político
Renato Sérgio de Lima	Sociólogo, professor da FGV EAESP e diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública
Samira Bueno	Socióloga e diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública
Jacqueline Sinhoretto	Socióloga, professora da Universidade Federal de São Carlos
Jurema Pinto Werneck Alexandra Montgomery	Representantes da Anistia Internacional Brasil
José Vicente	Representante da Comissão Arns
Frei David Santos OFM	Representante da EDUCAFRO Brasil
Carolina de Mattos Ricardo Felippe Marques Angeli	Representantes do Instituto Sou da Paz
Daniel Hirata	Representante do Grupo de Estudos Novos Ilegalismos (GENI/UFF)
Bruna Aguiar	Representante do Coletivo Fala Akari
Thainã de Medeiros	Representante do Coletivo Papo Reto
Ana Paula Oliveira	Representante do Movimento Mães de Manguinhos

Nas três reuniões, os trabalhos seguiram a seguinte ordem:

1) Abertura da reunião. Fala inicial do Coordenador;

2) Apresentação de 15 min – Alexey Caruncho (Promotor de Justiça do MP/PR, responsável pela elaboração da Nota Técnica nº 16/2022 do Colégio Nacional de Procuradores-Gerais - CNPG acerca da letalidade policial)[11];

3) Apresentação de 15 min – Leonardo D'Andrea (Coordenador de Estatística do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro – ISP/RJ e membro do Grupo de Trabalho instituído em âmbito estadual, com vistas à elaboração do Plano de Ação do Estado do RJ);

4) Debates;

5) Encerramento.

Registre-se a importância das apresentações feitas pelos dois convidados, que dividiram suas experiências com os participantes e trouxeram importantes pontos de reflexão para o Grupo de Trabalho.

O primeiro deles, o Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, Alexey Caruncho, em sua apresentação, destacou o contexto no qual integrou o Grupo de Trabalho responsável, no âmbito do Conselho Nacional de Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG), pela elaboração de Nota Técnica acerca da Letalidade Policial, com foco na atuação do Ministério Público.

O segundo convidado, nas três reuniões setoriais, foi o Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro Leonardo D'Andrea Vale, Coordenador das Estatísticas do Instituto de Segurança Pública – ISP, a quem cabe a consolidação e divulgação dos dados de segurança pública do Estado, bem como subsidiar as polícias estaduais e outros entes públicos no suporte e análise criminal, qualificação especializada e realização de publicações periódicas para fomentar debates relacionados ao tema.

Na sua apresentação, foram destacados dados relacionados às dificuldades enfrentadas pelo Estado do Rio de Janeiro no contexto da Segurança Pública, à vista das peculiaridades regionais, a exemplo de: Padrão criminal único (grande número de áreas sob atuação de grupos criminosos, diversidade de facções criminosas, domínio territorial, grande número de armas de fogo em circulação), atividades e peculiaridades distintas entre as polícias, unicidade de indicadores e metas, grande interferência externa, regime de recuperação fiscal.

Acerca do plano de redução da letalidade policial, o convidado destacou particularmente os seguintes pontos:

[11] Disponível em https://criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/Nota_Tecnica_16-2022_CNPG_GNCCRIM_Plano_de_Acao_Letalidade.pdf. Acesso em: 23 mar. 2022.

- ter o mesmo sido baseado no aprimoramento simultâneo de três eixos: Recursos Humanos, Recursos Materiais e Procedimentos Administrativos e Operacionais;
- ter sido construído "a várias mãos", de forma transversal, a partir da criação de Grupo de Trabalho composto por representantes das Secretarias de Estado da Polícia Militar e Polícia Civil, dentro da realidade de cada instituição;
- preocupação com o fator exequibilidade, com foco na construção de plano que pudesse ser executado na sua integralidade;
- Ter sido publicada sua última versão no dia 14 de dezembro de 2022, após a realização de audiências públicas nos meses anteriores.

Por fim, sobre a atual fase de execução do plano de redução da letalidade policial, foi pontuado que "várias medidas já se encontram em andamento e estão consignadas nos anexos do plano recém-publicado", bem como que "a implementação total do plano encontra-se comprometida em razão das dificuldades que envolvem a *bodycam*, notadamente em relação à aquisição de materiais, adequação das instalações, descarga e armazenamento de imagens, regulamentação e, ainda, capacitação de pessoal".

As duas apresentações, em cada reunião setorial, foram seguidas de intervenções orais por parte dos participantes, que tiveram a oportunidade de dialogar entre si e com os dois convidados.

Na etapa final de cada reunião, foi designado um relator para cada Subgrupo do Grupo de Trabalho, encarregado de liderar a elaboração de relatório específico retratando a visão de cada eixo acerca do Plano de Letalidade Policial apresentado pelo Estado do Rio de Janeiro.

4. VISITAS TÉCNICAS NAS UNIDADES POLICIAIS

No dia **02/03/2023**, a equipe do CNJ realizou visitas ao Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) da Polícia Militar do Distrito Federal (PM/DF) e ao Gabinete do Delegado-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal (PC/DF), observada a seguinte sequência:

1ª Visita: BOPE/PM/DF – 14h

Participantes:

Nome	Entidade Representativa
João Paulo Schoucair	Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça e Coordenador do Grupo de Trabalho
Orman Ribeiro dos Santos Filho	Chefe de Gabinete do Conselheiro João Paulo Schoucair
Carolina de Melo Nogueira Vogel	Assessora do Conselheiro João Paulo Schoucair
João Carlos Murta Pereira	Chefe de Gabinete do Conselheiro Marcio Luiz Freitas
Arthur Gomes Castro	Assessor do Conselheiro Marcio Luiz Freitas
Coronel Klepter Rosa	Comandante-Geral da PM/DF

Coronel Bilmar Angelis	Chefe de Estado Maior da PM/DF
Coronel Carlos Eduardo Melo	Comandante do BOPE da PM/DF
Coronel Leonardo Silva Fernandes	Chefe do Centro de Comunicação Social da PM/DF
Promotor Nísio Edmundo Tostes Ribeiro Filho	Chefe de Gabinete da Procuradoria–Geral de Justiça do MPDFT

A visita da equipe do CNJ buscou obter conhecimento e esclarecimento sobre a atuação da Polícia Militar no intuito de encontrar subsídios para a elaboração do relatório final com sugestões e propostas para redução dos índices de letalidade em operações policiais.

Na visita, o Coronel Carlos Eduardo Melo fez uma apresentação sobre o trabalho realizado pelo BOPE, esclarecendo que o Batalhão é a última resposta em momento de crise. Em seguida, a equipe do CNJ conheceu as dependências Batalhão.

2ª Visita: PC/DF – 16h

Participantes:

Nome	Entidade Representativa
João Paulo Schoucair	Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça COORDENADOR
Orman Ribeiro dos Santos Filho	Chefe de Gabinete do Conselheiro João Paulo Schoucair
Carolina de Melo Nogueira Vogel	Assessora do Conselheiro João Paulo Schoucair
João Carlos Murta Pereira	Chefe de Gabinete do Conselheiro Marcio Luiz Freitas
Arthur Gomes Castro	Assessor do Conselheiro Marcio Luiz Freitas
Delegada de Polícia Anie Rampon Barretto	Representante da Polícia Civil do Distrito Federal
Delegado Benito Augusto Galiani Tiezzi	Delegado-Geral Adjunto
Delegado Leonardo de Castro Cardoso	Diretor do Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado (DECOR)
Delegado Guilherme Lorenztz Blank	Diretor do Departamento de Atividades Especiais (DEPATE)
Delegado Kleber Luiz da Silva Júnior	Assessor Institucional

A PC/DF apresentou à equipe do CNJ uma visão geral sobre o trabalho da polícia judiciária no Distrito Federal, além de fazer observações acerca da atuação da instituição no restante do país. Além disso, expôs as principais diferenças entre a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e as demais do país no combate ao crime organizado.

Em seguida, nos dias **09 e 10/03/2023**, a equipe do CNJ, acompanhada de integrantes do Grupo de Trabalho, visitou a Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE) da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PC/RJ), o Centro Integrado de Comando e Controle da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PM/RJ), o Quartel General da PM/RJ, o Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da PM/RJ e o 41º Batalhão da PM/RJ, observada a seguinte sequência:

1ª Visita: CORE

Data: 09/03/2023 – 10h

Participantes:

Nome	Entidade Representativa
João Paulo Schoucair	Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça COORDENADOR
Marcio Luiz Freitas	Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça
Orman Ribeiro dos Santos Filho	Chefe de Gabinete do Conselheiro João Paulo Schoucair
João Carlos Murta Pereira	Chefe de Gabinete do Conselheiro Marcio Luiz Freitas
Jurema Pinto Werneck	Representante da Anistia Internacional Brasil/ Diretora Executiva
André Luís Machado de Castro	Defensor Público e Coordenador do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos
André Ribeiro Giamberardino	Defensor Público-Geral do Paraná
Delegado Ronaldo de Oliveira Ferreira da Silva	Assessor de Assuntos Estratégicos da Polícia Civil do Rio de Janeiro
Delegado Edson Henrique Damasceno	Diretor das Delegacias de Homicídios
Delegado Fabrício Oliveira	Coordenador da CORE
Delegado Pedro Medina	Subsecretário operacional da PC/RJ
Delegado Felipe Cury	Diretor-Geral da Polícia Especializada

O Delegado e Coordenador da CORE, Fabrício Oliveira, apresentou as atividades realizadas pela CORE no combate ao crime organizado, indicando os principais problemas enfrentados pela PC/RJ. Noticiou, ainda, o fortalecimento do crime organizado nas comunidades e o crescimento da utilização de barricadas para impedir a passagem de veículos blindados em toda cidade do Rio de Janeiro.

Para além disso, durante a reunião, foram pontuados alguns problemas na estruturação da Polícia, como a falta de realização de concurso públicos há 12 (doze) anos, concluindo, ao fim, pela inviabilidade de utilização de câmeras nas operações especiais por colocar em risco os cidadãos que denunciam os criminosos, bem como as próprias estratégias de investigação e combate realizadas pela PC/RJ.

Ao final, os Delegados Fabrício Oliveira e Edson Henrique Damaceno levaram a equipe do CNJ e demais integrantes do Grupo de Trabalho presentes para observar, por meio de veículo blindado, as barricadas instaladas para impedir o acesso às comunidades de Manguinhos e Jacarezinho, situadas na vizinhança da Cidade da Polícia, conforme imagens a seguir:





2ª Visita: Centro Integrado de Comando e Controle da PM/RJ

Data: 09/03/2023 – 14h

Participantes:

Nome	Entidade Representativa
João Paulo Schoucair	Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça COORDENADOR
Marcio Luiz Freitas	Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça
Orman Ribeiro dos Santos Filho	Chefe de Gabinete do Conselheiro João Paulo Schoucair
João Carlos Murta Pereira	Chefe de Gabinete do Conselheiro Marcio Luiz Freitas
Jurema Pinto Werneck	Representante da Anistia Internacional Brasil/ Diretora Executiva
André Luís Machado de Castro	Defensor Público e Coordenador do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos
André Ribeiro Giamberardino	Defensor Público-Geral do Paraná
Coronel Max William Coelho Moreira de Oliveira	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
Coronel José Ramos da Silva Júnior	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

Após serem recebidos no Centro Integrado de Comando e Controle da PM/RJ, os Conselheiros do CNJ, João Paulo Schoucair e Marcio Luiz Freitas, e o Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro, André Luís Machado de Castro, sobrevoaram, de helicóptero, a área da linha amarela nas intermediações das comunidades da Maré e da Penha, além de outras localidades, com a aeronave movimentando-se em *zigue-zague* para não serem alvejados, como ilustram as imagens adiante:





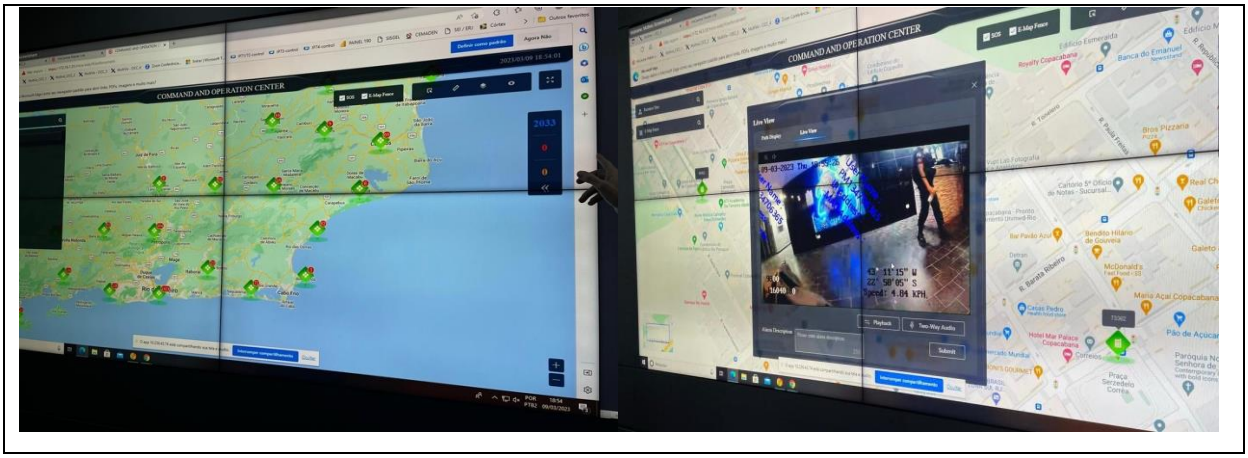
Em seguida, foi apresentada a sala de situação com os vídeos de monitoramento das câmeras instaladas pela cidade. Prosseguindo, os Coronéis Max William Coelho Moreira de Oliveira e José Ramos apresentaram dados de inteligência acerca do conflito entre facções criminosas com atuação nas comunidades do Rio de Janeiro, bem como a atuação da PM/RJ no enfrentamento do crime organizado.

Ao final, foi apresentado o sistema de controle das câmeras corporais que está sendo implantado. Inicialmente, o sistema apresentou instabilidade na comunicação via *internet*, o que impediu, por alguns minutos, o acompanhamento dos painéis de monitoramento, que se

localizam em uma sala própria, diferente daquela em que são realizados os monitoramentos das câmeras estacionárias, cujo panorama foi assim retratado:



Após alguns minutos o *link* de internet que possibilita o monitoramento do sistema de acompanhamento, em tempo real, voltou a funcionar, oportunidade em que foram apresentadas explicações detalhadas sobre o funcionamento do sistema. Foi informado à equipe que, naquele momento, havia cerca de duas mil câmeras sendo utilizadas, o que foi confirmado pelo painel de monitoramento, inclusive com a realização de comunicação, em tempo real, com policiais que estavam em serviço e utilizando as câmeras, como retratam as imagens a seguir:



Noticiou-se que a instalação está sendo feita de forma acelerada e que alguns batalhões ainda têm dificuldade em virtude de estarem localizados em áreas em que os serviços de *link de internet* ainda não estão disponíveis, caso de algumas comunidades. Foi informado, ainda, que o armazenamento das imagens e demais dados registrados fica a cargo da empresa contratada.

3ª Visita: Quartel General da Polícia da PM/RJ

Data: 10/03/2023 – 9h

Participantes:

Nome	Entidade Representativa
João Paulo Schoucair	Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça COORDENADOR
Marcio Luiz Freitas	Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça
Orman Ribeiro dos Santos Filho	Chefe de Gabinete do Conselheiro João Paulo Schoucair
João Carlos Murta Pereira	Chefe de Gabinete do Conselheiro Marcio Luiz Freitas
Jurema Pinto Werneck	Representante da Anistia Internacional Brasil / Diretora Executiva
André Luís Machado de Castro	Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro e Coordenador do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos
Maria Júlia Miranda Baltar da Rocha	Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro, Subcoordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos
André Ribeiro Giamberardino	Defensor Público-Geral do Estado Paraná
Marcela Ortiz	Diretora de Estatística do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro – ISP/RJ
Tenente Coronel Leonardo D'Andrea	Coordenador de Estatística do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro – ISP/RJ
Coronel Luiz Henrique Marinho Pires	Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
Coronel Max William Coelho Moreira de Oliveira	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
Coronel José Ramos da Silva Júnior	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

O Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP) apresentou os principais dados históricos dos índices de criminalidade no Estado, como roubo de carga, roubo de veículos, roubo de rua e letalidade violenta. Foi demonstrada uma análise conjuntural entre os anos de 2019 e 2022. Além disso, foram explicados os indicadores utilizados pela PM/RJ para obtenção de gratificações pelos batalhões, consistente do Sistema Integrado de Metas.

Segundo a Diretora do ISP, Marcela Ortiz, após a extinção da Secretaria de Segurança Pública e criação das Secretarias da Polícia Civil e da Polícia Militar, o Instituto passou a ser ligado à Casa Civil e ganhou mais autonomia, o que foi positivo para as atividades do órgão. Foi informado, ainda, que todas as ocorrências policiais são analisadas e as informações são conferidas com independência, ante sua extração diretamente dos sistemas policiais, o que garante confiabilidade aos dados apresentados pelo ISP.

4ª Visita: BOPE/RJ

Data: 10/03/2023 – 14h

Participantes:

Nome	Entidade Representativa
João Paulo Schoucair	Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça COORDENADOR
Marcio Luiz Freitas	Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça
Orman Ribeiro dos Santos Filho	Chefe de Gabinete do Conselheiro João Paulo Schoucair
João Carlos Murta Pereira	Chefe de Gabinete do Conselheiro Marcio Luiz Freitas

Jurema Pinto Werneck	Representante da Anistia Internacional Brasil/ Diretora Executiva
André Luís Machado de Castro	Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro e Coordenador do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos
Maria Júlia Miranda Baltar da Rocha	Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro, Subcoordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos
André Ribeiro Giamberardino	Defensor Público-Geral do Estado Paraná
Coronel Max William Coelho Moreira de Oliveira	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
Coronel José Ramos da Silva Júnior	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
Tenente Coronel Uirá do Nascimento Ferreira	Comandante do BOPE da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

No Batalhão do BOPE, o Comandante da Unidade, Tenente Coronel Uirá do Nascimento Ferreira, apresentou as principais dificuldades do Batalhão para o enfretamento do crime organizado no Estado, demonstrando o aparelhamento e apresentando dados e vídeos acerca da atuação das facções criminosas. Alertou sobre a instalação de barricadas nas entradas das comunidades e a opressão aos moradores realizadas pelos criminosos, bem como sensibilizou os presentes sobre a inviabilidade de monitoramento com câmeras das operações do BOPE, a fim de restarem preservadas as táticas, contatos com a comunidade e preservação da integridade dos agentes policiais. Ao final, as dependências do Batalhão foram apresentadas, cujas imagens estampam o atual estado da arte:



5ª Visita: 41º Batalhão de Polícia Militar

Data: 10/03/2023 – 16h

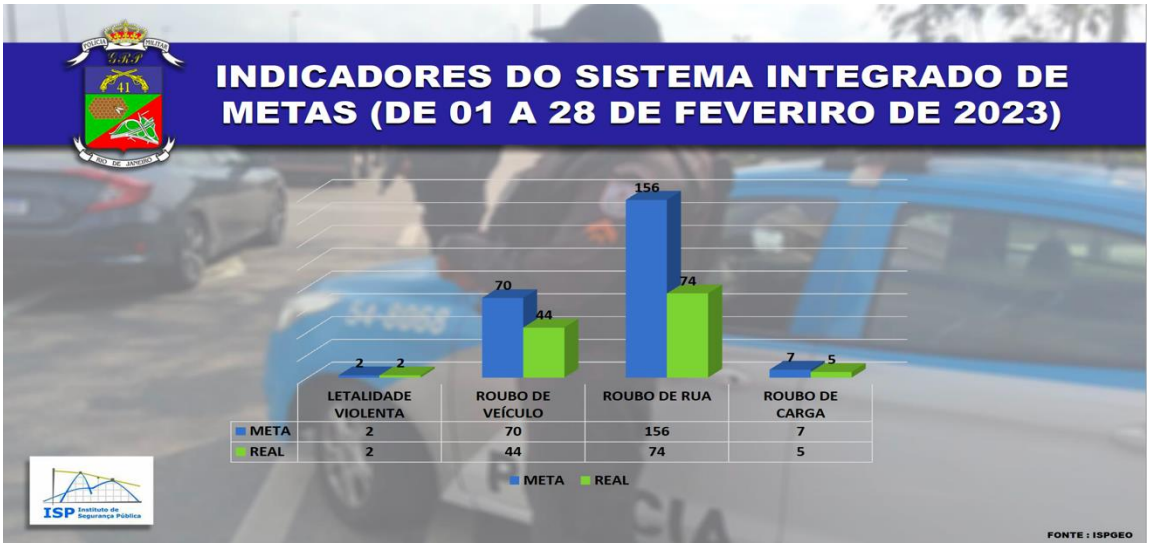
Participantes:

Nome	Entidade Representativa
João Paulo Schoucair	Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça COORDENADOR
Orman Ribeiro dos Santos Filho	Chefe de Gabinete do Conselheiro João Paulo Schoucair
Jurema Pinto Werneck	Representante da Anistia Internacional Brasil / Diretora Executiva
André Luís Machado de Castro	Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro e

	Coordenador do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos
Maria Júlia Miranda Baltar da Rocha	Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro, Subcoordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos
André Ribeiro Giamberardino	Defensor Público-Geral do Estado Paraná
Coronel Max William Coelho Moreira de Oliveira	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
Coronel José Ramos da Silva Júnior	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

Nas dependências do 41º Batalhão da Polícia Militar, os integrantes do Grupo de Trabalho foram recepcionados pelo Comandante da Unidade, Tenente Coronel Levi Gonçalves Palmeira Júnior, que fez apresentação acerca das características geográficas e área alcançada, bem como desafios, resultados e produtividade operacional.

Acentue-se, por importante, que o 41º Batalhão de Polícia Militar, no ano de 2017, **era o responsável pelo maior número de letalidade policial**[12] em todo o Estado, situação que está sendo aplacada, conforme dados apresentados adiante:



O Batalhão tem atuação nos seguintes bairros do Município do Rio de Janeiro: Irajá, Vicente de Carvalho, Vista Alegre, Vila da Penha, Vila Kosmos, Colégio (parte), Guadalupe, Anchieta, Ricardo de Albuquerque, Parque Anchieta, Mariópolis, Pavuna, Acari, Parque Colúmbia, Costa Barros e Barros Filho. Entre os mesmos, há a presença de 42 (quarenta e duas) comunidades conflagradas e a atuação dominante de 2 (duas) facções criminosas: Comando Vermelho (C.V.) e Terceiro Comando Puro (T.C.P).

Na sequência, foi apresentada a sala, de acesso restrito, onde cada policial, ao entrar em serviço, retira as armas a serem utilizadas no dia, bem como a câmera corporal, mediante

[12] Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/07/20/batalhao-de-pms-responsaveis-por-morte-de-menina-na-escola-e-o-que-mais-mata-no-rio.htm. Acesso em: 23 mar. 2023.

rígido controle e cadastro por nome e matrícula, postando-se o sistema da seguinte forma:



5. RELATÓRIOS SETORIAIS

Numa perspectiva de carrear ao presente trabalho uma visão transversal do Plano de Redução de Letalidade do Estado do Rio de Janeiro, com as percepções dos subgrupos da sociedade civil, organismos policiais e das entidades do sistema de justiça, tem-se, adiante, o resultado do percuciente labor desenvolvido pelos três aludidos eixos, com suas respectivas evidências científicas e impressões técnicas.

5.1. RELATÓRIO DO SUBGRUPO DA SOCIEDADE CIVIL

O relatório dos representantes da sociedade civil teve como coordenador o Prof. Daniel Hirata, que pode enriquecer o debate, anunciando que ele foi previamente discutido e contou com contribuição dos respectivos integrantes desse eixo, para, só então, ser apresentado na reunião para os demais componentes do GT sobre Polícia Cidadã, no dia 16/03/2023.

Repise-se, assim, que o presente relatório setorial é produto do trabalho realizado pelo Subgrupo “Sociedade Civil”, instituído pela coordenação do Grupo de Trabalho “Observatório da Polícia Cidadã” no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O GT “Observatório da Polícia Cidadã” foi instituído por Decisão da excelentíssima Ministra Rosa Weber, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ (Portaria Presidência nº 442 de 21 de dezembro de 2022) em atendimento à Decisão do STF nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635 (ADPF nº 635) pelo Ministro Relator Edson Fachin (e-doc 620 de 19 de dezembro de 2022) citada abaixo:

> Oficie-se a Presidência do Conselho Nacional de Justiça a fim de que promova a instalação do Observatório Judicial, nos termos em que decidido pelo Supremo Tribunal Federal, e que, uma vez instalado, **encaminhe, por meio de parecer**, ao Supremo Tribunal Federal, no prazo de 30 dias corridos, contados mesmo durante o recesso, **avaliação pormenorizada, à luz das melhores evidências científicas, do plano apresentado pelo Estado do Rio de Janeiro, podendo sugerir, caso entenda pertinente, adequações necessárias para o cumprimento da decisão deste Supremo Tribunal Federal e da Corte Interamericana de Direitos Humanos.**"(Grifou-se)

Em observância à Decisão do Ministro Relator, o Subgrupo "Sociedade Civil" apresenta, por meio deste relatório, parecer a ser compartilhado inicialmente com a coordenação do GT "Observatório da Polícia Cidadã" e, em seguida repassado ao STF, a fim de apoiar o juízo dos Ministros quanto à Homologação do Plano de Redução da Letalidade Policial apresentado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Serão aqui apontados os principais vícios de origem do referido Plano e, sobretudo, as medidas consideradas prioritárias para inclusão no processo de homologação, visando ao pleno cumprimento da decisão do STF e da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

O presente relatório parte da convicção de que o direito à segurança decorre da proteção a pelo menos três direitos internacionalmente reconhecidos, como o direito à vida, à integridade pessoal e à liberdade. Da mesma maneira, as obrigações do Estado incluem o dever de prevenção e não repetição das violações e o dever de investigar e punir as condutas de seus agentes que violarem direitos humanos.

Neste sentido, as políticas de segurança pública precisam ser construídas e avaliadas sob a perspectiva dos direitos humanos, a partir das obrigações estatais de respeito e garantia identificadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)[1], que incluem as obrigações de respeitar, proteger, garantir e prevenir.

Nesta esteira, um Plano de Redução da Letalidade Policial deve observar, em primeiro lugar, o direito das pessoas de não serem mortas pelas mãos de agentes do Estado. Em segundo lugar, a obrigação do Estado em investigar de maneira séria, diligente e efetiva e responsabilizar os seus agentes envolvidos em ações ou operações de segurança pública que violem direitos humanos internacionalmente reconhecidos e, em terceiro lugar, a necessidade de uma atuação de enfrentamento sistêmico, com ações articuladas e coordenadas para reduzir a letalidade policial, preservar vidas e prevenir a violência estatal sobre os direitos das pessoas desproporcionalmente afetadas por ações intencionais de prevenção à criminalidade.

Do ponto de vista da construção de uma política pública para reduzir as mortes pela polícia, o plano de redução da letalidade precisa obedecer aos parâmetros que orientam a formulação e implementação de Políticas Públicas em regimes democráticos e,

principalmente, comprometer-se com a defesa dos direitos, os parâmetros internacionais de direitos humanos e as garantias constitucionais. Pelo menos três princípios precisam ser observados para o desenho, implementação, monitoramento e avaliação dessa política: a. participação; b. prestação de contas e transparência; e c. não discriminação.

Serão apresentados um breve e sintético diagnóstico do objeto do plano, a saber, a letalidade policial e, em seguida, cinco pontos prioritários de comprovada eficácia para o enfrentamento aos problemas apontados no diagnóstico. Após minuciosa análise do documento apresentado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, o Subgrupo concluiu que o mesmo não atende aos requisitos técnicos mínimos para que possa ser caracterizado como um Plano de Redução da Letalidade Policial.

As recomendações do Subgrupo visam a garantir que o Plano contemple o objetivo que norteia a ADPF nº 635, isto é, a defesa da vida, sobretudo de pessoas pobres, negras e moradoras de favelas, sem desconhecer o papel das polícias no dever de garantir a segurança de todos os cidadãos.

A CIDH já estabeleceu que a formulação de uma política pública com enfoque em direitos humanos precisa ser integral, intersetorial, participativa, universal e intergovernamental. Neste sentido, é preciso que o estado atue em pelo menos três frentes estratégicas de maneira simultânea, quais sejam: *institucional, normativa e preventiva*. Esta atuação estratégica precisa incluir todo o sistema de justiça do estado e dos operadores da lei, a adequação da normativa e, no campo preventivo, com enfoque primordial a ações não punitivas implementadas por outras agências e serviços estatais, de prevenção social, comunitária e situacional para intervir sobre os fatores de risco sociais culturais, econômicos e ambientais. Um plano de redução da letalidade policial com enfoque em direitos humanos precisa necessariamente estar focado prioritariamente em ações preventivas de redução da vulnerabilidade social.

O documento apresentado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro como Plano de Redução da Letalidade Policial (Decreto nº 48002/2022) aponta que a principal proposta do governo do Estado do Rio de Janeiro para reduzir a letalidade policial é a aquisição de mais armamentos e a manutenção do *status quo* (repressão por meio de operações com potencial – e como tem sido demonstrado pela prática cotidiana – extremamente letal). A contínua aposta neste modelo tem como premissa a visão do *direito penal do inimigo,* em que os territórios a sofrerem "operações planejadas" de repressão devem suportar as consequências da ação policial, porque o confronto nesses territórios é "inevitável". Neste sentido, a proposta de plano apresentada contém problemas intrínsecos, fundamentais e de concepção ao juízo do

Subgrupo “Sociedade Civil” e à luz dos parâmetros de direitos humanos e dos princípios que regem a formulação e execução de políticas públicas em regimes democráticos. Dentre os princípios ignorados pelo Plano apresentado, destacam-se:

1) As políticas públicas baseadas em evidências (*evidence based policies*[13]), princípio segundo o qual dados e pesquisas devem nortear a formulação das políticas públicas, desde a elaboração das suas metas e instrumentos até a avaliação de seus resultados;
2) A abordagem das políticas públicas baseadas em direitos (*rights based approach policies*), princípio definido no primeiro princípio dos Valores Universais pela Organização das Nações Unidas[14];
3) e, por fim, a prestação de contas à sociedade (*accountability*[15]), princípio que obriga as instituições a atenderem aos padrões de transparência que permitam a supervisão e controle externos para fins de avaliação e aperfeiçoamento das políticas.

No documento apresentado, o Governo do Estado do Rio de Janeiro faz referência ao fato do Brasil ser signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção Interamericana dos Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), as decisões da ADPF nº 635 e a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Nova Brasília *vs.* Brasil. No entanto, o “diagnóstico” apresentado no Plano contraria os documentos citados ao oferecer justificativa para a manutenção das violações dos direitos humanos e das altíssimas taxas de letalidade policial, propondo:

> (...) - que **a realidade crítica e singular** de algumas áreas do Estado do Rio de Janeiro, em especial da Região Metropolitana, é resultado de um complexo processo de construção histórica, dentre outros fatores, conjuntura essa que **impõe às Polícias Civil e Militar, condições igualmente críticas de segurança no desempenho de suas atividades típicas, situação que eleva exponencialmente os riscos de confrontos armados e, consequentemente, a majoração das ocorrências de letalidades e lesões corporais graves**;
> - que as condições críticas mencionadas acima decorrem também da extrema resistência armada, articulada por organizações criminosas de narcotraficantes e narcomilicianos, que, dispondo de armamentos de natureza bélica com alto poder de destruição e de uso privativo ou exclusivo, de forma organizada e com táticas típicas de guerrilha urbana, buscam dominar inúmeros territórios e impor, pelo terror e

[13] Dentro da extensa literatura a este respeito destacamos para a área de segurança pública o trabalho de Alberto Kopittke: KOPITTKE, A. Segurança Pública baseada em evidências: a revolução das evidências na prevenção à violência no Brasil e no Mundo. Tese de doutorado apresentada ao PPGPP/UFRGS, 2019.
[14] Disponível em: https://unsdg.un.org/2030-agenda/universal-values/human-rights-based-approach. Acesso em: 23 mar. 2023.
[15] Nesse sentido: Mainwaring, S., Welna, C. **Democratic Accountability in Latin America**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

> violência, realidade de medo constante aos cidadãos, afastando assim parcela significativa da população do pleno exercício de seus direitos fundamentais. (Grifou-se)

As autoridades fluminenses reiteram há décadas, que a letalidade policial ocorre como **efeito** do contexto particularmente violento do Rio de Janeiro, que **exige** uso da força letal pelas forças policiais com muito alta frequência, a fim de controlar a criminalidade. Tal afirmação carece de fundamentação em dados e evidências e não pode, portanto, ser **demonstrada** e tampouco interpretada enquanto um fenômeno social. Diversos estudos apontam que é espúria a relação de causa e efeito entre violência urbana e letalidade policial e que tais enunciados são performativos e orientados para o processo político eleitoral[16]. Muito autores vêm chamando essa insistente formulação justificadora da brutalidade policial de "populismo penal", ou seja, a mobilização dos símbolos do sofrimento e do ódio, evidentemente racializado, para obter ganho eleitorais[17].

A contínua aposta neste modelo tem como premissa a visão do direito penal do inimigo[18], em que aqueles considerados inimigos têm sua condição de pessoa, ou seja, seus direitos negados. Consequentemente, os que habitam territórios destinados a sofrerem "operações planejadas" de repressão devem, portanto, suportar as consequências da ação policial, uma vez que o confronto nesses territórios seria "inevitável".

Durante as visitas realizadas por este Grupo de Trabalho entre os dias 9 e 10/03/2023, foi possível observar que as autoridades do estado do Rio de Janeiro têm substituído seu discurso de "guerra às drogas", duramente criticada por organizações de direitos humanos e mecanismos internacionais, e passou a utilizar a ideia de que os esforços de segurança pública precisam se dar com vistas a uma proteção de um território que estaria em "disputa" por "guerrilhas urbanas". É fundamental observar que tal virada argumentativa pretende manter a mesma lógica de incursão policial baseada no uso ostensivo da força sob uma retórica de "proteção" tanto do território quanto dos moradores e moradoras de favela – que, na realidade, sofrem os danos mais graves dessas operações, com inúmeros casos de mortes por atividade policial.

---

[16] Nesse sentido: WILLIS, G. D. The killing consensus: police, organized crime and the regulation of life and death in urban Brazil. Berkeley: *University of* California, Press, 2015. BUENO, S. Bandido bom é bandido morto: a opção ideológico-institucional da política de segurança pública na manutenção de padrões de atuação violentos da polícia militar paulista. 2014. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2014. OLIVEIRA JR., E. N. de. Letalidade da ação policial e teoria interacional: análise integrada do sistema paulista de segurança pública. Tese de Doutorado em Ciência Política. São Paulo: USP, 2008. Emmanuel, N. Letalidade da ação policial e teoria internacional: análise integrada do sistema paulista de segurança pública. Tese de Doutorado.

[17] Conforme: PRATT, J. Penal Populism. Londres e Nova Iorque: Routledge (key ideas in criminology, 2007).

[18] ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O inimigo do direito penal**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Revan 2007.

Os dados e evidências, contudo, apontam na direção contrária daquela descrita no Decreto nº 48002/2022 e perpetuada nos discursos das autoridades do estado do Rio de Janeiro. Elevados índices de uso da força não mantém relação com os diferentes indicadores de criminalidade[19]. Para o caso específico do Rio de Janeiro, dois estudos com metodologias semelhantes, o primeiro do Centro de Pesquisas do Ministério Público (CENPE/MPRJ) e o segundo do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI/UFF), demonstraram que um número maior de mortos por intervenção de agentes de estado e de operações policiais não estão correlacionados a uma diminuição dos crimes contra a vida e dos crimes contra o patrimônio, mas sim o seu inverso, ou seja, **quanto maior a frequência de operações policiais e o volume da letalidade policial, maiores são tendencialmente os principais indicadores do crime comum**[20].

Com relação ao crime organizado, em estudo específico do GENI/UFF demonstrou-se que as operações policiais não têm contribuído para endereçar as disputas envolvendo grupos milicianos em detrimento dos outros grupos armados presentes no Rio de Janeiro[21]. Pode-se, portanto, dizer que **a ausência de controles externos, democráticos e participativos sobre a atividade policial tem possibilitado o uso indiscriminado da força estatal letal, desvirtuando a finalidade das prerrogativas de uso da força pelo poder público**.

Embora as polícias advoguem que a ocupação territorial e suas disputas estão no centro do problema da segurança pública no estado, o fato é que a violência policial é um dos mais graves e persistentes problemas públicos no Rio de Janeiro e a centralidade das operações policiais como principal método de controle do crime é parte importante desse problema. As operações policiais constituíram-se historicamente como o principal instrumento da ação pública[22] na área da segurança, mas elas ocorrem ao revés das políticas públicas elaboradas com base em dados e evidências e, portanto, distanciam-se da lógica dos direitos e da prestação de serviços públicos. Além disso, elas contrariam quaisquer parâmetros internacionais de direitos humanos sobre a garantia do direito à segurança, integridade física e à vida - além das diretrizes do uso da força policial. As operações que historicamente foram

[19] BUENO, S.; LIMA, R. S. de; TEIXEIRA, M. A. C.. Limites do uso da força policial no Estado de São Paulo. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 17, p. 783-799, novembro, 2019.
[20] MONTEIRO, J., FAGUNDES, E., & GUERRA, J.. Letalidade policial e criminalidade violenta. Revista De Administração Pública, 54(6),2020. HIRATA, D., GRILLO, C., DIRK, R. Operações policiais e ocorrências criminais. Relatório de pesquisa, 2020. Disponível em: https://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2022/05/2020_Relatorio-Geni_ADPF-635-impactos-e-correlacoes_versao_Final.pdf. Acesso em: 23 mar. 2023.
[21] HIRATA et ali. A expansão das milícias no Rio de Janeiro. Relatório de pesquisa, 2021. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/2021-04/boll_expansao_milicias_RJ_FINAL.pdf. Acesso em: 23 mar. 2023.
[22] LASCOUMES, Pierre, LEGALÈS, Patrick (2004). **Gouverner par les instruments**. Paris: Presses Sciences Po.

realizadas no Rio de Janeiro se caracterizam pelo uso indiscriminado da força contra a população negra, pobre e moradora de favelas, propiciando um verdadeiro extermínio da população negra que é desproporcionalmente afetada por estas ações estatais; além de contribuir para o fortalecimento de grupos ilegais no interior das instituições policiais ao possibilitar que o uso da força estatal, inclusive letal, de maneira indiscriminada e publicamente justificada na retórica dos discursos oficiais. Ademais, do ponto de vista da proteção dos profissionais da segurança pública, este tipo de ação produz graves impactos psicológicos, como pode ser comprovado pelo aumento de 150% nos suicídios de policiais entre 2019-2021[23].

Não obstante, segundo dados oficiais do Instituto de Segurança Pública, no Rio de Janeiro (RJ), em 2021, ocorreram 1356 mortes por intervenção de agentes do Estado, sendo 99% destas de homens, 82,5% negros e 44,5% de 18 a 29 anos. Já em 2022, as polícias do estado do Rio de Janeiro mataram 1.327 pessoas. Isso representa 29,7% de todas as mortes violentas no Estado no mesmo ano. O Rio de Janeiro figura como um dos estados com maior taxa de letalidade policial (a cada 100 mil habitantes), conforme dados do Fórum de Segurança Pública.

O uso da força letal pela polícia contra milhares de pessoas negras, pobres e moradoras de favelas e periferias é facilitado pela garantia de impunidade aos policiais autores de homicídios. Segundo pesquisa do NECVU/UFRJ, em 99,2% dos inquéritos instaurados para apurar mortes praticadas por policiais em serviço, o próprio Ministério Público solicita o arquivamento dos casos e, na maioria deles, baseia-se exclusivamente no depoimento policial como prova de que a morte ocorreu em legítima defesa[24]. Assim, o uso abusivo ou criminoso da força e a certeza da impunidade criam um círculo vicioso entre violência policial e corrupção. É justamente essa perversa estruturação sistêmica – que associa violência policial, corrupção e impunidade que vem criando forças policiais ineficazes e que, no limite, ameaçam as instituições do Estado de Direito[25]. Não custa lembrar que nos regimes democráticos e dentro dos limites do Estado de Direito, a autoridade pública reivindica o monopólio da violência legítima, mas não a disposição ilimitada sobre a vida, como é próprio

[23]Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/02/28/rj-lanca-programa-contra-alta-de-suicidios-de-policiais-quem-esta-em-tratamento-psiquiatrico-nao-pode-ter-arma-diz-especialista.ghtml. Acesso em: 23 mar. 2023.

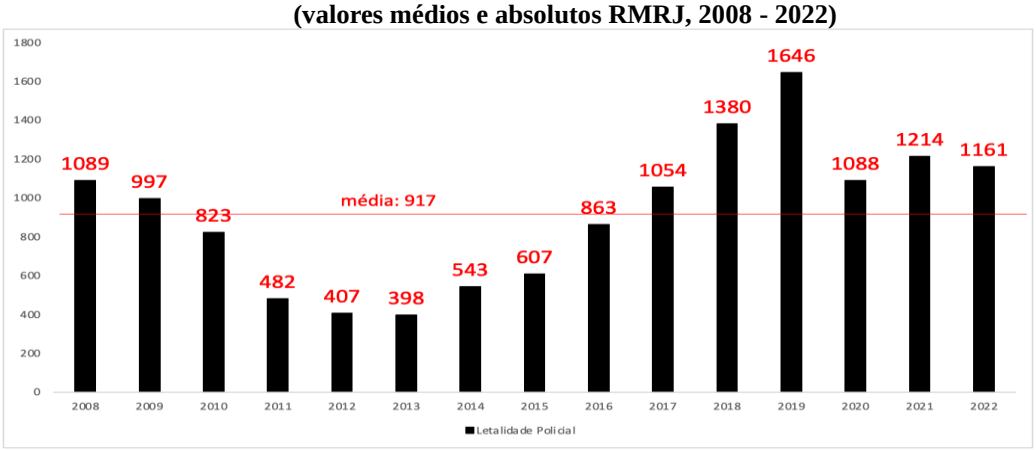
[24] Cano, I.. Letalidade da Ação Policial no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ISER, 1997. MISSE. M., GRILLO, C., NERI, N., TEIXIERA, C., 2013, Quando a Polícia Mata. Homicídios por "autos de resistência" no Rio de Janeiro (2001-2011), Rio de Janeiro, Booklink, 2013.

[25] SOARES, Luiz Eduardo. **Legalidade libertária**. Rio de Janeiro: Editora Lumen juris, 2006.

dos regimes autoritários[26].

É certo que, ocasionalmente, as operações policiais se fazem necessárias a fim de fazer cessar riscos à vida e integridade física da população num contexto em que grupos armados exercem o domínio sobre vastos territórios, oprimindo moradores e disputando entre si o controle de diversas áreas do Rio de Janeiro. No entanto, as operações policiais não podem, elas próprias, como vêm sendo há três décadas, ser impulsionadoras de mortes e da ruptura do cotidiano dos moradores e serviços públicos operantes nas áreas afetadas[27], fatos que vêm se agravando nos últimos anos. O resultado é o aumento da letalidade policial, fenômeno que pode ser observado no gráfico abaixo (Gráfico 1) referente à Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Gráfico 1 – Mortes por intervenção de agente de estado
(valores médios e absolutos RMRJ, 2008 - 2022)



Fonte: ISP/RJ

Como pode ser visto, o início da trajetória de aumento da letalidade policial coincide com o período de desmontagem das Unidades de Polícia Pacificadoras - UPPs (2013) e do sistema de metas da SESEG-RJ (2014). Mesmo com a redução da capacidade operativa do Estado em virtude da crise socioeconômica e fiscal do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2015, o número de mortos pela polícia não parou de aumentar e, após a recuperação fiscal do Governo do Estado, alcançou seu patamar máximo em 2019, ano de extinção da Secretaria de Segurança Pública: 1646 mortes, número 313 % maior que o observado em 2013. A melhora das condições financeiras, administrativas e operacionais do Estado não foi acompanhada por

[26] PINHEIRO, P. S.. Polícia e crise política: o caso das polícias militares. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org). A violência brasileira, 1983. São Paulo: Brasiliense. Também: PINHEIRO, P. S.. Autoritarismo e transição. Revista da USP, março/abril/maio, 1991.

[27] Os efeitos nas interrupções nas rotinas vêm sendo monitorados por diversas organizações da sociedade civil. Conforme os boletins realizados pela Redes de Desenvolvimento da Maré. Disponíveis em: https://www.redesdamare.org.br/br/publicacoes . Boletins do CESEC: https://cesecseguranca.com.br/publicacoes/ Também da Iniciativa Direito a Memória e Justiça Racial: https://dmjracial.com/artigos-e-publicacoes/. Acesso em: 23 mar. 2023.

uma diminuição das mortes praticadas por policiais, mas, pelo contrário, impulsionou o seu incremento. Além disso, a intervenção federal em 2018 trouxe tropas do Exército para se somar às já violentas polícias do Rio de Janeiro, contribuindo para o aumento da letalidade policial e a posterior extinção da SESEG conferiu maior autonomia às polícias e inviabilizou o controle da letalidade policial. Somente no ano de 2020, em que o STF determinou a suspensão das operações policiais, essa tendência de aumento da letalidade encontrou alguma resistência.

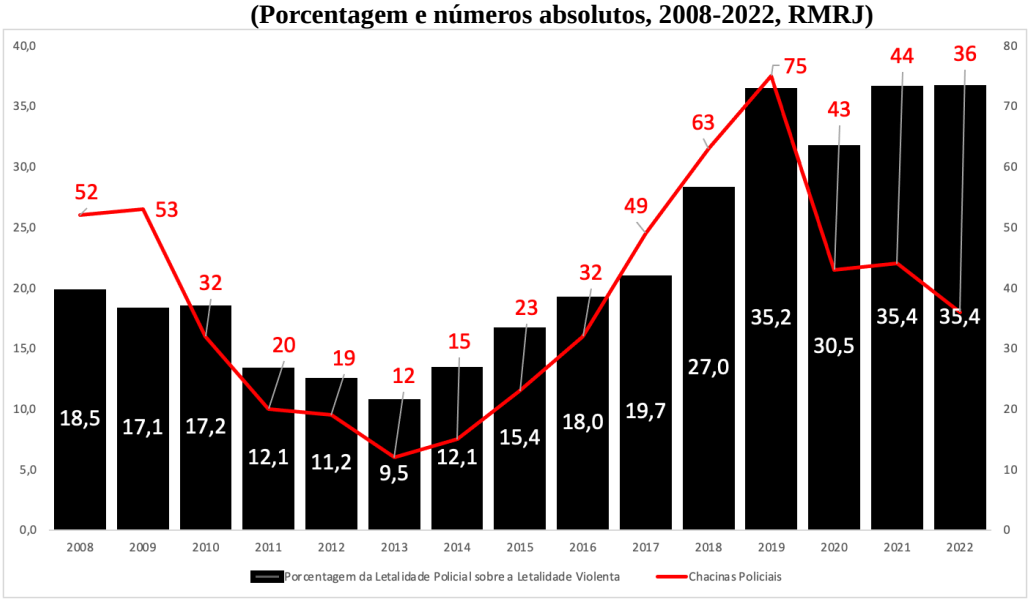
A ostentação da violência policial em massacres avalizados por autoridades públicas e seu uso como provocações contra a ordem democrática são algumas das expressões mais assustadoras do fenômeno atual de "estatização das mortes". As chacinas ocorridas na década de 1990, eram praticadas por grupos de extermínio formados por policiais, mas se trata de atividades extraoficiais desses agentes. Foi a partir dos anos 2000 que as práticas de extermínio passaram a contar com crescente e escancarado respaldo institucional, tendência esta que se agravou a partir dos anos 2010 e que encontra hoje o seu ápice. Três das cinco maiores chacinas policiais da história do Rio de Janeiro ocorreram nos últimos dois anos, sob a vigência de uma decisão do Supremo Tribunal Federal que restringiu a realização de operações policiais. A maior delas, que resultou em 28 mortes, ocorreu no bairro do Jacarezinho, em 06/05/2021, foi nomeada pela Polícia Civil de Operação *Exceptis*, em alusão à excepcionalidade das operações determinada pelo STF. Na ocasião, o representante da Polícia Civil criticou o "ativismo judicial" que estaria "impedindo o trabalho da polícia". Pouco mais de um ano depois, a chacina da Penha resultou em mais 23 mortes. Segundo o porta-voz da Polícia Militar, a culpa seria do STF, que estaria provocando a "migração de criminosos de outros estados". Ainda em 2022, quando da chacina no Alemão, com 17 mortos, autoridades policiais chamaram defensores de direitos humanos de "narcoativistas". O então Presidente da República se pronunciou sobre existirem "áreas protegidas pelo STF" onde "a bandidagem cresce".

A referida liminar do STF, proferida no âmbito da ADPF das favelas (ADPF nº 635), não custa lembrar, é uma ação movida por uma coalizão liderada por movimentos de favelas e de familiares de vítimas de violência de Estado, em sua maior parte forjados por histórico de lutas e chacinas que datam dos anos 1990. Em meio ao período político mais difícil desde a redemocratização, o grupo conquistou graças ao juízo do STF o estabelecimento de parâmetros legais mínimos para a realização de operações policiais, obstando uma escalada ininterrupta da violência policial (crescimento de 313% de 2014 até 2019). Em 2020, foi observada a maior redução anual na letalidade policial dos últimos 15 anos (em 34%).

Importante dizer que isso ocorreu concomitantemente a uma redução tanto os crimes contra vida (24%), como dos crimes contra o patrimônio (39%), mantendo-se o padrão de redução iniciado anteriormente em razão da pandemia da Covid-19 e demonstrando que o respeito aos direitos humanos não se opõe ao controle do crime.

A trégua experimentada pelos moradores de favelas no ano de 2020 foi interrompida desde a ascensão de Claudio Castro ao governo do Rio de Janeiro, quando a liminar do STF passou a ser deliberadamente desobedecida. Segundo dados do Instituto Fogo Cruzado, nos últimos anos, as ações oficiais produziram quase três vezes mais chacinas (ocorrências com três ou mais mortes), do que a soma de todos os grupos armados (facções do tráfico de drogas e milícias) e vitimaram praticamente o triplo de pessoas. A expressão mais evidente do fenômeno de "estatização das mortes" é o aumento paulatino do peso da letalidade policial no total das mortes violentas ao longo dos últimos anos. Em 2021 as polícias foram responsáveis por um terço do total das mortes na região metropolitana do Rio (34,5%), mais que o triplo do limiar considerado aceitável por parâmetros internacionais (até 10,0%) e muito acima também da média brasileira (12%). Abaixo um gráfico síntese (Gráfico 2) expressa a tendência de estatização das mortes, demonstrando como a variação da frequência de chacinas policiais acompanha o aumento do percentual da letalidade policial no total das mortes violentas.

Gráfico 2 – Participação da letalidade policial sobre a letalidade violenta e quantidade de chacinas policiais
(Porcentagem e números absolutos, 2008-2022, RMRJ)



Fonte: ISP/RJ e GENI/UFF

Cabe destacar também que o Plano de Redução da Letalidade Policial apresentado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro **não faz qualquer menção ao problema do**

racismo e sua íntima relação com a letalidade policial. Esta omissão, extremamente reveladora do posicionamento do Governo do Estado do Rio de Janeiro, faz com que o Plano apresentado se desvie do objeto da ADPF nº 635, exposto claramente desde o primeiro parágrafo da petição inicial, segundo o qual, a ação visa a que:

> (...) sejam reconhecidas e sanadas as graves lesões a preceitos fundamentais a constituição praticada pelo Estado do Rio de Janeiro na elaboração e implementação de sua política de segurança pública, notadamente no que tange à *excessiva e crescente letalidade da atuação policial*, voltada sobretudo para a população pobre e **negra** de comunidades. (Grifou-se)

No último Anuário Brasileiro de Segurança Pública, principal publicação brasileira para a área de Segurança no Brasil[28], constata-se que 84,1% das vítimas da letalidade policial no país são negras e, enquanto a mortalidade de brancos diminuiu 30,9% em 2021, a de negros aumentou 5,8%, demonstrando uma evidente seletividade de viés fortemente racializado no uso da força policial. Para o caso específico do Rio de Janeiro, publicação do relatório Pele-Alvo: a cor da violência policial mostra que ante uma população demograficamente classificada como negra de 57,1%, as vítimas da letalidade policial negras são 86%, ao passo que aqueles classificados como brancos são 47,4% da população e 14,0% das vítimas[29]. A sobrerepresentação das vítimas negras da letalidade policial comprova que o enfrentamento à letalidade policial se constitui como medida indispensável para o combate ao racismo e a promoção da igualdade racial. O negacionismo quanto ao racismo estrutural colabora com a manutenção das práticas discriminatórias que perpetuam as desigualdades. Assim, a necessidade de enfrentar o racismo não pode estar excluída do Plano de Redução da Letalidade Policial e, muito pelo contrário, deve ser em primeiro lugar admitida como problema pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. O compromisso político de enfrentamento ao racismo precisa ser explicitado reiteradamente pela gestão superior e pela cadeia de comando. No mesmo sentido, a coleta e análise de dados internos de operações seguindo a classificação raça/cor, conforme os parâmetros do IBGE também é fundamental para o desenho de um plano de redução da letalidade policial. Do ponto de vista da institucionalidade é preciso criar uma instância de alto nível para o desenho e implementação na gestão política das forças sobre como as polícias adotarão uma atuação que primeiramente enfrente o racismo ao mesmo tempo em que avancem para uma ação antirracista, com ações afirmativas segundo raça/cor e gênero nas instâncias superiores da gestão, assim como a participação social de pessoas negras e moradoras de favelas e periferias na formulação destas

[28] FBSP. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Relatório de pesquisa, 2022.
[29] RAMOS, Silvia et al. **Pele-alvo: a cor da violência policial**. Rio de Janeiro: CESeC, 2021.

políticas. É frente ao gravíssimo quadro sumariamente apresentado que o Subgrupo "Sociedade Civil" rechaça as premissas, o diagnóstico e propostas apresentadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro reiterando que somente um verdadeiro Plano de Redução da Letalidade Policial, assentado em dados e evidências (*evidence-based policies*) que tenha como fundamento a proteção da vida *(rights based approach policies*) e com a devida prestação de contas (*accountability*) poderá endereçar os desafios do enfrentamento da letalidade policial.

Como será visto, sugere-se como **primeira e principal medida para o controle democrático e participativo da atividade policial que seja formada uma comissão independente de supervisão da atividade policial** no âmbito do CNJ, com maioria de membros da sociedade civil, especialmente organizações de direitos humanos, movimentos de favelas e de familiares de vítimas e especialistas com mandato de:

1) monitoramento síncrono e a posteriori das operações policiais,
2) acompanhamento das investigações envolvendo casos de letalidade policial,
3) supervisão do Plano de Redução da Letalidade Policial, com acesso irrestrito a dados oficiais solicitados e autonomia.

Em seguida, para auxiliar o trabalho desta comissão, cinco medidas imediatas serão necessárias:

1) o estabelecimento da **meta de redução da letalidade policial em 70% no prazo de um ano**, percentual este definido com base na análise das variações históricas observadas das mortes por intervenção de agente do Estado e em parâmetros estabelecidos internacionalmente para identificar indícios de abuso da força pelo Estado;
2) a utilização de um **indicador de eficiência das operações policiais**;
3) a adoção de um **conceito claro e objetivo de excepcionalidade** para a arbitragem das operações policiais;
4) o emprego de **critérios para a instalação das câmeras corporais** alinhados ao objetivo de redução da letalidade policial e a proteção das vidas de negros, pobres e residentes de favelas e periferias, conforme determinação do STF;
5) o **efetivo controle de armas e munições** pelas forças policiais do Rio de Janeiro.

Abaixo uma síntese dessas propostas.

5.1.1. Comissão Independente de Supervisão da Atividade Policial

A primeira versão do Plano de Redução da Letalidade Policial entregue ao STF pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro foi elaborada sem que houvesse qualquer tentativa de diálogo ou consulta a organizações da sociedade civil e importantes instituições públicas, como a Defensoria Pública, o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil, violando o que fora determinado em acórdão proferido no dia 3 de fevereiro de 2022. Este fato ensejou o Ministro Relator da ADPF nº 635 a determinar o pleno cumprimento de sua Decisão (e-doc 554), e desta forma, o Governo do Estado do Rio de Janeiro foi obrigado a receber as contribuições da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, do Ministério Público do Rio de Janeiro, da Ordem dos Advogados do Brasil e também das organizações de direitos humanos, movimentos sociais e especialistas o que ocorreu por meio de audiência pública realizada no dia 28.06.2022. Neste dia, os representantes do Governo do Estado do Rio de Janeiro não se pronunciaram, limitando-se a escutar as recomendações feitas e, portanto, recusando-se ao diálogo que é sempre o objetivo primeiro de uma audiência pública. Em seguida, em despacho ao STF, o Governo do Estado do Rio de Janeiro realizou uma avaliação das recomendações (e-doc 589), deferindo aquelas recomendações aderentes com seu próprio Plano de Redução da Letalidade Policial e indeferindo aquelas que não estavam previstas.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro prevê, na estrutura de governança do referido plano, um "Comitê de monitoramento e gestão" cujos participantes são membros do próprio governo e pessoas indicadas pelo governador, tal como se tornou prática no Conselho Estadual de Segurança Pública (órgão que atuou na elaboração do Plano de Redução da Letalidade Policial). Não é exagero afirmar que o Governo do Estado do Rio de Janeiro se recusa ao diálogo com a sociedade civil, posicionando-se, portanto, de maneira contrária à participação democrática da população na formulação das políticas que a afetam diretamente. No que diz respeito à questão da letalidade policial, cabe ressaltar que tal expressão não consta no Decreto de 2020 que institui o Plano de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro ou tampouco no Programa de Governo apresentado pela candidatura do governador à reeleição em 2022. Todo e qualquer avanço em direção à defesa do direito à vida da população pobre, negra e moradora de favelas no Rio de Janeiro foi conquistado pela mobilização da própria sociedade civil e através de determinações judiciais, não havendo por parte das autoridades fluminenses qualquer compromisso com a redução da letalidade policial.

Desta forma, o Subgrupo "Sociedade Civil" deliberou em reuniões que a principal

recomendação de inclusão no Plano de Redução da Letalidade Policial é a formação de uma Comissão Independente de Supervisão da Atividade Policial (CISAP). Esta medida, inteiramente ancorada no princípio da prestação de contas (*accountability*) vem sendo apontada em diversos estudos globais e comparativos baseados em evidências (*evidence-based policies*) como uma das mais eficazes para o enfrentamento da letalidade policial e garantia do direito à vida (*rights based approach policies*) em estudos de revisão sistemática das políticas de enfrentamento da questão[30]. Desde o início dos anos 1990, quando foram criadas de forma pioneira as comissões independentes de supervisão da atividade policial na Jamaica e na Irlanda, diversos países, como a África do Sul, EUA, Canadá, Trinidad e Tobago, Inglaterra, para ficar apenas em alguns exemplos, criaram comissões semelhantes, que apresentaram formatos institucionais, mandatos e resultados distintos[31]. Contudo, pode-se dizer que à luz de uma avaliação sistemática dessas experiências, alguns pontos nos parecem fundamentais de serem levados em consideração para a garantia de efetividade da medida. Dentre aqueles mais centrais[32]:

5.1.1.2. Independência

Por independência, os membros da subcomissão se referem à construção de um desenho institucional que estabeleça articulações da Comissão Independente de Supervisão da Atividade Policial (CISAP) com outros órgãos e instituições públicas e organizações civis, de maneira a permitir que a mesma atue sem ser submetida à interferência de interesses político-partidários, institucionais, corporativos ou particulares. De forma específica, a CISAP deve estar desvinculada institucionalmente das forças policiais e do governo estadual, ainda que deva contar, de forma absolutamente minoritária, com representantes dessas instituições. Esta participação absolutamente minoritária é um dispositivo de proteção contra o chamado "mecanismo de captura", no qual o baixo desempenho da regulamentação desejada (no caso, da atividade policial) ocorre devido a interferências do grupo a ser regulado, subvertendo a

[30] Ver: KOPITTKE, A. Síntese de evidências para redução do uso abusivo da força, racismo e letalidade policial. Relatório de Pesquisa, 2022.
[31] ROSENTHAL, R. A.. Independent critical incident investigation agencies: A unique form of police oversight. Alb. L. Rev., 83, 2019.
[32] Considera-se, para a síntese que será apresentada a seguir, os documentos que, de forma mais pormenorizada, realizaram a revisão das experiências em escala global. Nesse sentido: UNODC. Handbook on police accoutability, oversight and integrity. Relatório de pesquisa, 2011. AMNISTÍA INTERNACIONAL. Policia bajo la lupa: cinco claves para la supervisión y la rendicón de cuentas de la policía em las américas. Relatório de pesquisa, 2021; e PRENZLER, T., RONKEN, C. Models of police oversight: A critique. Policing and Society, 11(2), 2001.

imparcialidade e zelo pressupostas no papel do regulador[33].

A CISAP deve ser composta por múltiplos atores e instituições, com papéis diferentes e bem delimitados para assegurar que as forças policiais desempenhem suas atividades no melhor interesse público, sobretudo (e de forma majoritária) organizações de direitos humanos, movimentos sociais e especialistas, com prioridade para a participação de pessoas negras, principais vítimas da violência policial. É também desejável e importante a presença de representantes das corregedorias das forças policiais, do Ministério Público estadual, do Poder Judiciário, Defensoria Pública, comissões legislativas de direitos humanos, cada qual incumbido de atuar em funções claramente definidas em regimento próprio a ser elaborado. A rede de organizações que devem compor o CISAP, se organizada de forma independente, poderá construir formas colaborativas de controle democrático da atividade policial. Ao mesmo tempo que se buscará acumular experiência técnica na busca das melhores soluções para o problema da letalidade policial, se abrirá também um imprescindível canal de escuta e aprendizado, colocando as vítimas da violência policial e a multiplicidade de suas experiências no centro da elaboração de demandas e recomendações da sociedade[34]. Desta forma, **recomenda-se que a CISAP seja criada no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

A independência da CISAP também pressupõe, para além de sua composição e de sua institucionalização, condições que estão expressas nos itens abaixo, como mandato claro e definido, poderes de acesso a informações sensíveis, monitoramento síncrono e a posteriori, transparência e prestação de contas e financiamento.

5.1.1.3. Mandato claro e definido

A definição de um mandato objetivo é condição de possibilidade de funcionamento da CISAP, a fim de que suas atribuições não se confundam com aquelas definidas constitucionalmente para o controle externo da atividade policial, e, pelo contrário, sirvam ao propósito de fortalecimento destas. David Bayley, um dos maiores especialistas na atividade de policiamento e na teoria da polícia, em sua obra clássica distingue os mecanismos de controle, definidos como a adequação do comportamento policial aos objetivos da

[33] PRENZLER, T. Civilian oversight of police: a test of capture theory. The British Journal of Criminology, 40(4), 2000.
[34] RAMOS, S., LEMGRUBER, J. Brazil: urban violence, public safety policies and responses from civil society. Relatório de pesquisa, 2004

comunidade, em internos e externos[35]. Os mecanismos internos, no Brasil, são as Corregedorias, que se constituem como departamentos internos às instituições encarregadas de disciplinar as condutas dos policiais. Já os mecanismos externos são aqueles a quem as forças policiais devem prestar contas por serem os encarregados de sua supervisão e fiscalização, sendo esta, aqui no Brasil, uma atribuição do Ministério Público, a quem cabe o dever de denunciar à justiça os abusos, desvios de conduta e omissões, sendo, portanto, o judiciário quem deve sujeitar essas instituições à Lei. Também é prerrogativa do poder executivo o controle externo das polícias a ele subordinadas, o que se opera através das secretarias estaduais e federal de segurança pública. O Legislativo, por sua vez, monitora as polícias por meio de suas comissões. Essas camadas do controle externo demonstraram-se insuficientes não apenas no Brasil, mas em diversas cidades e/ou estados de diferentes países do mundo, onde elas passaram a ser complementadas por Comissões Independentes de Supervisão da Atividade Policial, órgão que ainda não existe em nosso país devido à resistência das próprias forças policiais[36] e cuja formação é recomendada pelo presente relatório.

A sociedade civil, aquela que em última instância outorga o mandato de uso da força às forças policiais, não pode ser excluída do controle democrático da atividade policial, tarefa imprescindível à devida implementação da democracia no Brasil[37]. É frente ao compromisso com a democratização que o Subgrupo "Sociedade Civil" conclama o STF a acolher a proposta de implementação da CISAP e que a mesma adote um modelo de organização e atuação voltado para a maior eficiência no alcance dos objetivos almejados, sendo o primeiro e mais fundamental a garantia do direito à vida de negros, pobres e moradores de favelas e periferias.

As experiências de implementação das Comissões Independentes de Supervisão da Atividade Policial em outros países orientaram-se por diferentes modelos de atribuição de seus mandatos, sendo alguns mais bem-sucedidos que outros. Em linhas gerais, pode-se definir o mandato pretendido para a CISAP como sendo aquele que atua com respeito (1) à definição dos protocolos de ação e parâmetros de avaliação do policiamento (antes do ato), (2) à supervisão e prestação de contas (durante o ato), (3) os mecanismos de reparação às ações e omissões das forças policiais (depois do ato), (4) à reflexão sobre as lições aprendidas (depois

[35] BAYLEY, H. D. **Padrões de policiamento**. São Paulo: EDUSP, 2001.
[36] GONZÁLES, Y. The Swinging Pendulum of Police Reform in the Americas. Current History, November 2, 2019
[37] SOARES, Luiz Eduardo. **Legalidade libertária**. Rio de Janeiro: Editora Lumen juris, 2006. PINHEIRO, P. S.. Autoritarismo e transição. Revista da USP, março/abril/maio, 1991.

do fato)[38]. Neste sentido, trata-se de estabelecer um modelo que contemple revisão, controle e monitoramento da atividade policial com a devida participação social[39].

As atividades específicas serão detalhadas no próximo item.

5.1.1.4. Monitoramento síncrono e a posteriori, assim como o apoio na responsabilização no abuso de uso da força

A revisão, controle e monitoramento da atividade policial pressupõe o controle antes, durante e depois do fato. Contempla elementos que são específicos da atividade policial no Rio de Janeiro, dado que o modelo de policiamento está, como já explicitado acima, assentado sobre as chamadas "operações policiais", circunstâncias maiores nas quais ocorre a letalidade policial[40]. Nesta direção, é fundamental que a CISAP atue nas seguintes etapas do monitoramento da atividade policial:

A. Revisão dos parâmetros de execução das operações policiais.

A revisão de protocolos para a realização de operações policiais é importante para que se estabeleçam parâmetros de controle do uso abusivo da força. Necessário destacar que um importante ponto de partida pode ser utilizado, a saber, as Instruções Normativas da Secretaria Estadual de Segurança - SESEG nº 01, de 07/08/2017; e da Polícia Militar - PM/RJ/EMG-PM3 nº 052, de 23/11/2018; além da Portaria PC/RJ nº 832, de 02/01/2018, da Polícia Civil, nas quais já estão contidos os princípios basilares dos tratados e protocolos internacionais sobre uso da força e disparos de armas letais e os marcos legais e normativos nacionais existentes.

Contudo, é possível que uma revisão destas Instruções Normativas se faça necessária e seja pactuada com as forças policiais visando a:

1) maior precisão do **conceito de excepcionalidade** o qual deve orientar as chamadas operações em áreas sensíveis, tal como será descrito em item específico abaixo;
2) maior **detalhamento dos Procedimentos Operacionais Padrão** (POP's) quando da realização dessas ações;
3) a **inclusão das devidas cautelas** determinadas pelo plenário do STF quando da realização de operações policiais, como a preservação do perímetro de escolas, cre-

[38] UNODC. Handbook on police accoutability, oversight and integrity. Relatório de pesquisa, 2011.
[39] AMNISTÍA INTERNACIONAL. Policia bajo la lupa: cinco claves para la supervisión y la rendicón de cuentas de la policía em las américas. Relatório de pesquisa, 2021
[40] HIRATA, D., GRILLO, C., DIRK, R. Operações policiais e ocorrências criminais. Relatório de pesquisa, 2020. Disponível em: https://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2022/05/2020_Relatorio-Geni_ADPF-635-impactos-e-correlacoes_versao_Final.pdf. Acesso em: 23 mar. 2023.

ches e unidades básicas de saúde, o aviso prévio das operações policiais às autoridades de saúde e educação, a proibição de operações policiais noturnas e evitação em horários de grande circulação, o provimento de ambulância durante as operações e a justificativa para o uso de helicóptero blindado e, por fim;

4) a **revisão deverá contemplar tanto as operações que "mobilizem recursos extraordinários" como definido nas Instruções Normativas, como também as incursões armadas dos Grupos de Apoio Tático (GAT's) dos batalhões de área da polícia militar,** visto que a maioria das operações policiais é realizada pelos batalhões de área, principalmente pelos GAT's desses batalhões, de modo que essas ações não podem ser excluídas das Instruções Normativas que estabelecem os parâmetros para a realização das operações policiais

B. Monitoramento síncrono das operações policiais

O monitoramento síncrono da atividade policial consiste em uma eficiente medida de prevenção à violência, uma vez que opera como instrumento de controle externo ativo da observância aos Protocolos e Procedimentos Operacionais. Nesta direção, os trabalhos da CISAP poderão ser apoiados na infraestrutura já existente no Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) por meio de comunicações e reuniões em tempo real quando da realização das operações policiais. Em complemento, a instalação das câmeras corporais pode ser um suporte muito importante nesta atividade de monitoramento síncrono. Um estudo randomizado e controlado a respeito do programa piloto de implementação de câmeras nos uniformes de policiais em Nova Iorque, Estados Unidos, demonstrou que a medida reduziu expressivamente o número de queixas de violência policial e de abuso de autoridade sem que houvesse diminuição do número de prisões efetuadas ou aumento de ocorrências criminais registradas, provando-se uma experiência de sucesso[41]. Houve grande centralidade na implementação da medida da formação de uma sala de monitoramento síncrono, o que contribuiu definitivamente para o seu êxito segundo o estudo.

C. Monitoramento a posteriori e recomendações

Além do monitoramento síncrono, o trabalho da CISAP deve contemplar também o monitoramento a posteriori das operações policiais, a fim de que seja possível a avaliação dessas ações e a revisão dos padrões concretos de atuação. Considerando que as operações policiais mobilizam recursos tecnológicos e operacionais do Estado e causam impactos sistêmicos sobre a população, acreditamos que as polícias devem dispor de indicadores de

[41] Disponível em: https://ccrjustice.org/sites/default/files/attach/2020/12/Monitor%2012th%20Report%20-%20BWC.pdf. Acesso em: 23 mar. 2023.

eficiência para avaliar a efetividade dos meios empregados em vista dos objetivos alcançados e impactos proporcionados. Estes devem se basear em parâmetros objetivos e as escolhas sobre eles devem ser tão transparentes quanto o seu resultado, permitindo assim que seus critérios basilares sejam também objeto de discussão. O conjunto das operações realizadas deve ser avaliado segundo os parâmetros estabelecidos pelo indicador de eficiência, de modo que sejam elaborados relatórios mensais de avaliação das operações policiais, possibilitando a identificação de problemas e o redirecionamento da atividade policial com vistas à sua maior eficiência.

O GENI/UFF formulou uma proposta de indicador apresentada em audiência pública convocada pelo STF e em documento[42] apensado à ADPF nº 635. Sugere-se que a proposta já submetida sirva como base para a formulação dos indicadores de eficiência a serem implementados. A avaliação da eficiência das operações policiais é um aspecto decisivo que deveria ser cotejado com os indicadores criminais utilizados pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP/RJ), a fim de que seja possível um monitoramento acerca dos impactos das operações policiais. Recomenda-se que o monitoramento a posteriori das operações policiais seja realizado em reuniões periódicas com vistas a produção de relatórios de eficiência e impacto das operações policiais, assim como recomendações acerca do aperfeiçoamento da atividade policial.

D. Controle e apoio na responsabilização dos abusos de uso da força em operações policiais

A responsabilização é um dos elementos mais importantes do controle da atividade policial e, ainda que esta atribuição seja exclusiva do sistema de justiça, o apoio das Comissões Independentes de Supervisão da Atividade Policial tem se mostrado importante, por um lado para que as denúncias sejam realizadas com a devida confiança e, por outro, que vislumbrem os protocolos mínimos de imparcialidade e apoio técnico. Para o caso da CISAP, o documento orientador deve ser o protocolo de Minnesota[43]. Neste documento, no qual se encontra um verdadeiro guia prático e completo, cobrindo desde marcos normativos gerais até detalhes forenses, detalhando as obrigações jurídicas em matérias investigação, normas éticas para os partícipes das investigações, descrição das boas práticas aplicáveis a policiais, médicos e juristas, assim como os princípios basilares de prontidão, efetividade e

[42] HIRATA, D. et ali. Medindo a eficiência das operações policiais. Relatório de pesquisa, 2021. Disponível em http://geni.uff.br/2021/04/19/medindo-a-eficiencia-das-operacoes-policiais-avaliacao-e-monitoramento/. Acesso em: 23 mar. 2023.

[43] ONU. The Minnesota protocol on the investigation of potentially unlawful death – the revised united nations manual on the effective prevention and investigation of extra-legal, arbitrary and summary executions. Relatório de pesquisa, 2017.

exaustividade e participação de familiares nos casos.

A formação da Comissão Independente de Investigações da Jamaica (INDECOM) é um dos exemplos de um mecanismo de monitoramento independente da ação policial que se mostrou bastante eficaz em reduzir a violência de Estado. O INDECOM é uma Comissão do Parlamento criada em 2010 depois que uma ONG jamaicana levou um caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH/OEA) que instruiu a Jamaica a melhorar a qualidade das investigações sobre mortes decorrentes de ações policiais. Seu mandato, estabelecido em lei, é investigar as ações de agentes do Estado, que resultem em morte ou lesão de pessoas ou demais violações de direitos. Nos três anos anteriores ao funcionamento do INDECOM (2007-2009), foram registradas 759 mortes por ação de agentes do Estado Jamaica. No triênio seguinte à formação do INDECOM (2011-2013), houve apenas uma discreta diminuição do número de mortes (-9,5%), mas no triênio posterior (2014-2016) o número de mortos pela polícia caiu mais de 50%.[44] Mesmo se considerando a hipótese de que outros fatores intervenientes tenham contribuído para esse resultado, é perfeitamente razoável supor que a criação do INDECOM e sua autonomia para conduzir investigações independentes com peritos forenses e recursos próprios tenham cumprido papel decisivo nesse processo virtuoso.

5.1.1.5. Divulgação de relatórios com vistas à transparência e prestação de contas acerca do monitoramento

As atividades das Comissões Independentes de Supervisão da Atividade Policial devem estar submetidas aos mesmos princípios de transparência e prestação de contas do ente a ser regulado (as forças policiais). Nesta direção, é fundamental, para que se estabeleça a devida confiança entre todos os partícipes da CISAP, que sejam divulgados relatórios regulares de suas atividades, com metas e indicadores que possam ser utilizados para a avaliação das suas atribuições[45]. Ademais, propõe-se também a criação de um *website* para plena publicização das atividades da CISAP.

5.1.1.6. Poder de acesso a informações sensíveis

[44] AMNISTÍA INTERNACIONAL. Policia bajo la lupa: cinco claves para la supervisión y la rendicón de cuentas de la policía em las américas. Relatório de pesquisa, 2021.
[45] LEWIS, C. Civilian oversight. IN: WAKEFIELD, A., FLEMING, J.. The SAGE dictionary of policing. London, 2009.

Nenhuma das atividades da CISAP que compõem seu mandato, atribuições e ações concretas podem ser realizadas sem que os órgãos públicos concernidos facultem acesso às informações necessárias. Este ponto é ainda mais decisivo e deve ser considerado com atenção dado que o sigilo é tido, não sem razão, como um valor institucional para as forças policiais. Contudo, é inviável o monitoramento síncrono sem acesso às informações acerca do andamento das operações, sem dados pormenorizados da atividade policial seria impossível o monitoramento a posteriori e sem o acompanhamento do inquérito, da denúncia e do processo, o apoio aos casos de responsabilização não serão realizados. O acesso às informações é, portanto, condição de possibilidade para a própria existência da CISAP. Desta forma, antes mesmo do início de suas atividades, é preciso que seja determinado um fluxo regular e obrigatório de informações. Todo o conjunto dessas informações deve ser mantido em sigilo, acautelada no âmbito da CISAP e com divulgação restrita.

O compartilhamento de dados pormenorizados poderá contribuir para a implementação, no âmbito da CISAP, de um sistema de vigilância da letalidade policial. Para tanto, é necessário vincular, entre outras informações relevantes, dados detalhados sobre: a) número de civis mortos e feridos; b) número de policiais mortos e feridos; c) número de pessoas mortas e feridas por policiais no incidente, com desagregação de dados por perfil das vítimas (gênero, raça, idade, localidade etc.); e) descrição detalhada das circunstâncias e evidências que sugerem que a vítima apresentou risco de vida direcionado para justificar o uso da força; f) descrição detalhada dos esforços assumidos pelos agentes policiais para mitigar o emprego do uso da força; g) dados relativos a mortes não intencionais, com devida descrição do perfil das vítimas; h) descrição detalhada da atenção prestada às vítimas e feridos.

Solicita-se ainda que seja facultado à CISAP acesso ao banco de dados da Polícia Civil, atualmente vedado a qualquer outra instituição além da própria Polícia Civil e do Ministério Público, em razão da Lei Estadual nº 5061 de 05/07/2007. Nem mesmo o Instituto de Segurança Pública e a Polícia Militar conseguem acesso à base de dados da Polícia Civil, obrigando que o ISP necessite sempre da intermediação de um policial civil para extrair as informações utilizadas para a produção das estatísticas oficiais. Está claro que a Polícia Civil deve adotar cautelas para a proteção de informações consideradas sensíveis, especialmente sobre a identidade e endereço de vítimas, testemunhas e acusados. No entanto, a redação da Lei e a forma como ela vem sendo interpretada tem contribuído para legitimar violações ao princípio da transparência dos atos público e obstruir a produção de dados de qualidade e de pesquisas que necessitariam do acesso a dados não divulgados.

5.1.2. Metas e indicadores

No Plano de Redução da Letalidade Policial apresentado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, não havia nenhuma meta para a redução da letalidade policial, em desrespeito à determinação constante na Decisão do Supremo Tribunal Federal. Nas reuniões do GT Observatório da Polícia Cidadã, representantes do Instituto de Segurança Pública (ISP/RJ) apresentaram propostas de metas e indicadores sem qualquer transparência, uma vez que não foram discriminados os seus critérios. Os indicadores sociais são ferramentas importantes para orientar processos de avaliação, monitoramento e de tomada de decisões no que tange aos problemas concretos da sociedade. Ao se criar um indicador é necessário estabelecer parâmetros objetivos e as escolhas sobre eles devem ser tão transparentes quanto o seu resultado, permitindo assim que seus critérios basilares sejam também objeto de discussão pública e republicana. A ausência de transparência por parte do ISP/RJ revela mais uma vez a resistência do Governo do Estado em dialogar com a sociedade civil e submeter suas propostas ao escrutínio público.

Destaca-se, nesse ponto, que o ISP/RJ propôs que a "letalidade violenta" seja adotada como indicador para o monitoramento da execução do Plano de Redução da Letalidade Policial. A letalidade violenta é, contudo, a categoria em que o ISP/RJ agrega o número de vítimas de homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte, latrocínio, morte por intervenção de agente do Estado e morte de policiais em serviço. Trata-se, portanto, de uma categoria ampla que dilui a variação da letalidade decorrente de ações policiais. Esta subcomissão, entretanto, manifesta-se contundentemente contrária à referida tentativa de desviar o foco do GT de uma discussão sobre letalidade policial para uma discussão genérica e difusa sobre a violência letal de maneira geral, diluindo assim a importância da redução da violência praticada por agentes do Estado. Cabe lembrar que o presente GT foi instituído no âmbito de uma ADPF cujo objeto são as violações praticadas pelo Estado e não a violência letal como um todo.

Em repúdio às tentativas do Governo do Estado de obstruir o controle democrático da atividade policial, apresenta-se aqui as propostas de metas e indicadores formuladas pela presente subcomissão.

5.1.2.1. O número de mortes em decorrência de ação policial (MDPI) como indicador

Por certo, a categoria “Morte por Intervenção de Agente do Estado” (MIAE) apresenta uma série de problemas, mas ainda assim segue sendo a que melhor se aproxima do número real de vítimas da violência policial de modo que esta categoria deve funcionar como indicador para o monitoramento do Plano, até que seja substituída por outra de melhor qualidade, a de morte em decorrência de ação policial (MDPI). O que hoje é contabilizado como MIAE fora outrora registrado no Rio de Janeiro como “Homicídio proveniente de Auto de resistência” e em outros estados como “Resistência Seguida de Morte”, “Morte por Interposição de Agentes de Estado”, dentre outros termos utilizados. Todos eles referem-se aos procedimentos administrativos em que são registradas as mortes de civis por policiais, com presumida “excludente de ilicitude” e cuja finalidade é salvaguardar o agente de uma prisão em flagrante. Este instrumento parte da presunção de suposta resistência por parte das vítimas e de legítima defesa por parte do agente. Essas várias denominações referentes à mesma categoria administrativa foram sendo convertidas em categoria estatística com vistas a dimensionar a violência letal dos agentes estatais. Contudo, essa conversão esconde uma série de outras circunstâncias das mortes de civis que não são contabilizadas pelos órgãos estatísticos oficiais, subnotificando parte do total de cidadãos brasileiros mortos pelas forças policiais.

Tanto o vigésimo primeiro ponto resolutivo da condenação do Estado do Rio de Janeiro pela CIDH/OEA no caso Favela Nova Brasília, em 2017, quanto a recomendação 71 da RPU/ONU (Alemanha), apontam para a necessidade de mudança desta classificação para que esteja clara a situação descrita no termo, como também sua padronização. A resposta do governo federal brasileiro e do governo estadual do Rio de Janeiro foi a alteração do termo, mas não do conceito substantivo e do conteúdo concreto que descreve as circunstâncias das mortes. Atualmente, utiliza-se o termo “Mortes Por Intervenção de Agente de Estado”, pois expressões como “interposição” ou “resistência” foram abolidas, mas o conceito estatístico continua a descrever somente as mortes realizadas sob estas circunstâncias da suposta legítima defesa dos policiais. Desta maneira, não são contabilizadas as mortes que ocorreram devido à atuação de agentes de estado sobre aqueles que não ofereceram resistência e, portanto, não reivindicadas como legítima defesa. Como exemplos, crianças e adolescentes ou ainda adultos vítimas do constante fogo cruzado em ações policiais que perderam suas vidas em ações policiais não são contabilizadas e, portanto, não entram nas estatísticas oficiais de mortes perpetradas por agentes estatais.

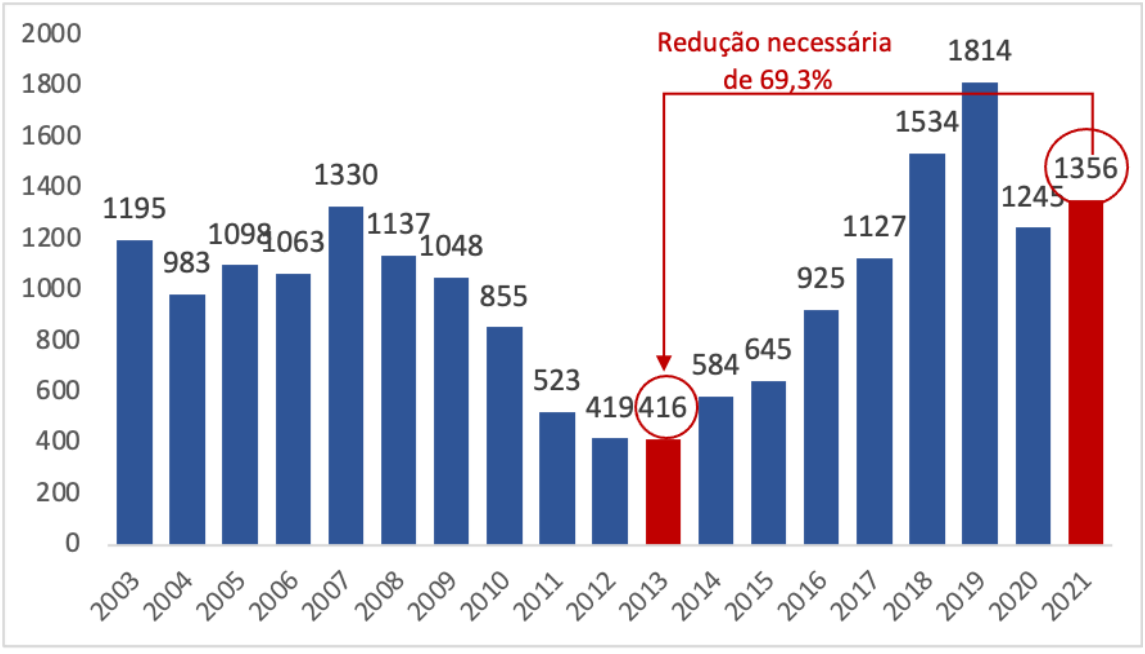
É necessário que a classificação expresse, portanto, não apenas a categoria administrativa que envolve a legítima defesa dos agentes de estado, mas também as

mortes que efetivamente decorrem das ações dos agentes de estado para que se tenha a possibilidade de dimensionar de forma mais realista quantas vidas se perdem como efeito da violência de estado. Daí a proposta de criação do indicador Morte em Decorrência de Ação Policial (MDPI). Em complemento às demandas dirigidas especificamente aos conceitos estatísticos, seria importante a publicação pelo ISP/RJ das mortes em decorrência de ação policial separando aquelas realizadas pela Polícia Militar e pela Polícia Civil e também por Batalhão da Polícia Militar, com vistas ao melhor entendimento da maneira pela qual essas mortes se distribuem.

5.1.2.2. Meta de redução da letalidade policial em 70% no prazo de um ano

Segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP/RJ), no ano de 2021 houve 1.356 mortes por intervenção de agente do Estado no Rio de Janeiro, o que corresponde a 28,5% de todas as mortes violentas ocorridas no estado no mesmo ano. Apesar deste patamar da letalidade policial ser inaceitável no quadro de um regime democrático, apresenta uma diminuição de 25,2% em relação ao ano de 2019, que se destaca como o mais violento da série histórica, com 1.814 vítimas letais. Como mostrado no gráfico abaixo (Gráfico 3), para que a letalidade policial voltasse ao patamar mais baixo da série histórica dos dados produzidos pelo ISP/RJ – o ano de 2013, em que foram registradas 416 mortes – seria necessária uma queda de 69,3% em relação ao volume de mortes registrado no ano passado.

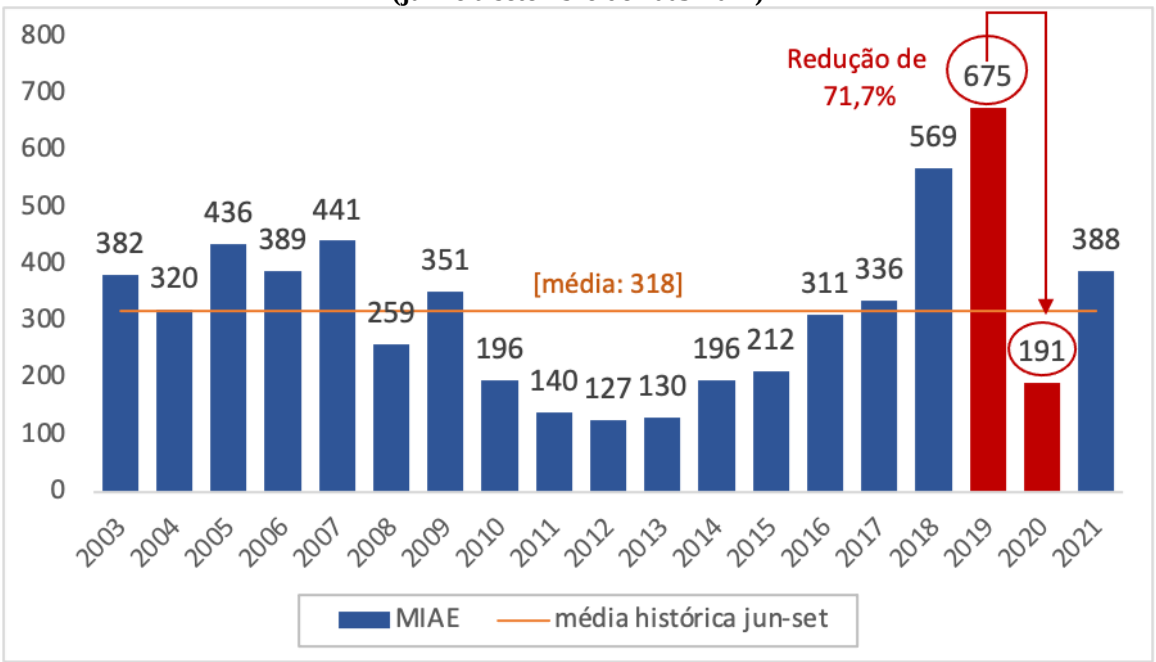
Gráfico 3: Mortes por intervenção de agente do Estado no estado do Rio de janeiro (2003-2021)



Fonte: ISP/RJ

A redução pretendida pode ser alcançada a curto prazo, dado que o patamar da letalidade policial se encontra em níveis muito elevados e desde que sejam tomadas medidas efetivas para o controle democrático e participativo da atividade policial. A demonstração de que é perfeitamente viável a pronta redução da letalidade policial é que houve uma redução de 71,7% do número de mortes por intervenção por agentes do Estado nos quatro meses que seguiram a decisão liminar do STF de restringir as operações policiais a situações absolutamente excepcionais, em relação ao mesmo período do ano anterior. A decisão proferida pelo Ministro Edson Fachin, posteriormente, confirmada pelo Tribunal Pleno do STF, entrou em vigor no dia 05/06/2020 e, como pode ser visto no gráfico abaixo (Gráfico 4), a restrição às operações foi um evento específico capaz de interromper a trajetória de aumento da letalidade policial iniciada em 2014 e reduzir substancialmente o número de mortes. Cabe reforçar que a decisão de restringir as operações policiais não foi acompanhada de outras medidas estruturais como aquelas que podem compor o plano de redução da letalidade policial. Isto significa que a restrição das operações policiais no bojo do conjunto de ações que compõem o plano de redução da letalidade policial tenderia a lograr certamente uma redução ainda mais rápida e expressiva.

Gráfico 4: Mortes por intervenção de agente do Estado no estado do Rio de Janeiro (junho a setembro de 2003-2021)



Fonte: ISP/RJ

Note-se ainda que a queda de 71,7% na letalidade policial foi concomitante à

diminuição dos principais indicadores criminais, segundo dados do ISP/RJ apresentados em relatório específico do GENI/UFF. Isso evidencia que o controle da letalidade policial, do crime e o respeito ao direito à vida dos moradores de favelas não se opõem. Infelizmente, como demonstrado em outro relatório do GENI/UFF[46], a decisão liminar do STF passou a ser desobedecida paulatinamente pelo Estado do Rio de Janeiro a partir do mês de outubro de 2020 de modo que, no início de 2021, já se realizava ainda mais operações policiais do que antes do período de vigência da liminar.

Vale destacar que, quando considerados parâmetros formalizados em indicadores de abuso da força policial estabelecidos pela bibliografia especializada internacional, a meta de redução da letalidade policial em 70% no prazo de um ano mostra-se razoável ou mesmo insuficiente, a depender da métrica adotada:

a) Segundo importante pesquisa coordenada por Ignácio Cano[47], em cidades e países onde não há suspeitas de abuso da força por parte da polícia, apenas 5% das mortes violentas intencionais são causadas por agentes do Estado e sempre que essa porcentagem ultrapassa 10%, há claros indícios de abuso da força. Tomando como referência a letalidade violenta total e a letalidade policial observadas em 2021, seria necessário reduzir em 72,3% o número de mortos por intervenção de agentes do Estado para que não fosse ultrapassada a proporção máxima de 10% do total de mortes violentas intencionais.
b) Um consagrado estudo de Paul Chevigny[48] estabeleceu como indicador de abuso da força oficial a razão entre pessoas mortas por agentes do Estado e agentes mortos em serviço. Segundo o autor, se essa razão exceder 10:1 há indício de abuso da força. Considerando os dados oficiais referentes a 2021 no Estado do Rio de Janeiro, a razão foi de 136 pessoas mortas pela polícia para cada policial morto em serviço, logo, a queda da letalidade policial necessária para que esse indicador fosse atendido seria de 92,6%, redução bastante superior à meta recomendada no presente documento.
c) Outro indicador que se destaca na literatura internacional é a razão entre mortos e feridos em confronto, cujo cálculo resulta no chamado "índice de letalidade". Segundo um relatório da Cruz Vermelha Internacional[49], nos conflitos armados modernos, a ra-

[46] Disponível em: http://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2022/05/2021_Um-ano-de-ADPF-das-favelas_GENI.pdf. Acesso em: 23 mar. 2023.
[47] Cano, I. **Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER, 1997.
[48] Chevigny, P. "Police Deadly Force as Social Control: Jamaica, Brazil and Argentina", Criminal Law Forum, 1(3), (1991): 389-425.
[49] Giannou and Baldan, War Surgery, Working with Limited Resources in Armed Conflicts and Other Situations of Violence (Geneva: International Committee of the Red Cross (ICRC), 2010).

zão média é de um morto para cada 4 pessoas feridas, no entanto o tipo de armamento empregado pode modificar essa razão. Quando as armas utilizadas são fuzis, os índices de letalidade variam entre 0.4 e 0.66 (mortos por feridos). Segundo o relatório do Monitor do Uso da Força Letal da América Latina[50], esse índice deve estar sempre abaixo de 1 e, caso exceda esse limiar indica que há uso excessivo da força e, possivelmente, execuções sumárias. Os dados do ISP/RJ não permitem calcular esse indicador porque não há informações disponíveis de feridos por intervenção policial. No entanto, em consulta à base de operações policiais do GENI/UFF, identifica-se a razão de 1,51 civis mortos para cada civil ferido nas operações policiais realizadas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 2021. Para que se alcançasse a razão média de 1 morto para 4 feridos, seria necessária uma redução de 83,6% dos mortos em operações e, para que se alcançasse o índice máximo de letalidade em confrontos com fuzis (0,66), seria necessária uma redução de 56,3% do número de mortes em operações.

Todos os indicadores mencionados acima reforçam a razoabilidade e adequação da *meta de redução da letalidade policial em 70% no prazo de um ano.* O Governo do Estado recusou-se à inclusão desta meta no Plano de Redução da Letalidade Policial, argumentando que a Decisão do STF em 2020 teria produzido um "ponto fora da curva" que não poderia servir como parâmetro estatístico. No entanto, considerando que a meta é reduzir e não manter a curva de crescimento da letalidade, deve-se buscar replicar as experiências que fizeram a letalidade despencar.

5.1.2.3. Detalhamento das metas e indicadores da letalidade policial

Meta 1: Adequação do Plano de Redução da Letalidade policial aos parâmetros e indicadores de monitoramento do Plano construídos no âmbito do GT Observatório da Polícia Cidadã: *prazo 30 dias*

Meta 2: Publicação dos dados de Morte em Decorrência de Ação Policial (MDPI), contendo número agregado (e disponibilização de microdados) de vítimas fatais em ações e operações das forças policiais estaduais, sejam planejadas ou emergenciais, e de todos os programas de policiamento e unidades especiais existentes: *prazo 30 dias*

Meta 3: Redução de 70% do número total de mortes em decorrência de ação policial, tomando como parâmetro o ano de 2022, respeitando a segmentação declinada abaixo. *Prazo*

[50] Disponível em: https://www.monitorfuerzaletal.com/Executive-Monitor-English.pdf. Acesso em: 23 mar. 2023.

12 meses

Meta 3.1: Redução de 70% do número de MDPI por grupos de raça/cor: brancos, pardos e pretos

Meta 3.2: Redução de 100% do número de MDPI para pessoas menores de 12 anos

Meta 3.3: Redução de 90% do número de MDPI na faixa etária de 12 a 16 anos

Meta 3.4: Redução de 70% do número de MDPI na faixa etária 16 a 24 anos

Meta 4: Redução da proporção de mortos e feridos em operações policiais para 1:4

Meta 5: Redução a proporção de MDPI na soma total de mortes violentas intencionais (MVI), de 28% (medido em 2013) para 10% ou menos em 2025. *Prazo 36 meses*

Meta 6: Manutenção da estabilidade de indicadores atingidos na meta 3 por um período de 36 meses

Meta 7: Publicação periódica dos indicadores de eficiência das operações policiais, com base nos boletins fornecidos pelas autoridades policiais. *Prazo 14 meses*

Meta 8: Envio pelas autoridades policiais responsáveis por operações policiais ao Instituto de Segurança Pública de boletim contendo informações abaixo descritas, no prazo de 72 horas. *Prazo de implementação do envio de boletins: 45 dias*

a) Número de agentes policiais mobilizados e descrição das unidades acionadas

b) Tipo de equipamento e armamento utilizado

c) Número de mortes em decorrência de ação policial (MDPI), discriminado por sexo, cor/raça e idade

d) Número de policiais mortos na operação

e) Número de pessoas feridas, discriminando policiais e não policiais

f) Número de armas apreendidas na operação, especificando tipo e situação de registro

g) Quantidades de projéteis disparados

h) Quantidade e descrição de objetos apreendidos para perícia técnica (substâncias, mercadorias, objetos, projéteis, veículos, equipamentos de informática, etc)

i) Número de prisões realizadas na operação, especificando prisões por mandado judicial e em flagrante delito

5.1.3. Conceito de Excepcionalidade

A presente versão sintética da *nota técnica* já integrada aos documentos encaminhados ao STF tem o objetivo de contribuir para a definição do caráter de excepcionalidade das operações policiais durante o período da pandemia, determinado pelo Ministro do Supremo

Tribunal Federal, Edson Fachin, no contexto da ADPF nº 635, tal como citada abaixo:

> Ante o exposto, defiro a medida cautelar incidental pleiteada, *ad referendum* do Tribunal, para determinar: (i) que, sob pena de responsabilização civil e criminal, não se realizem operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro durante a epidemia do COVID-19, **salvo em hipóteses absolutamente excepcionais**, que devem ser devidamente justificadas por escrito pela autoridade competente, com a comunicação imediata ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – responsável pelo controle externo da atividade policial; e (ii) que, **nos casos extraordinários de realização dessas operações durante a pandemia, sejam adotados cuidados excepcionais**, devidamente identificados por escrito pela autoridade competente, para não colocar em risco ainda maior população, a prestação de serviços públicos sanitários e o desempenho de atividades de ajuda humanitária.

Para compreender tal formulação, é preciso considerar que 1] os princípios basilares contidos nos tratados e protocolos internacionais sobre uso da força e disparos de armas letais caracterizam a excepcionalidade como condição para a ação policial em situações análogas às operações policiais; 2] nos marcos legais e normativos nacionais existentes, as operações policiais são situações já caracterizadas pela excepcionalidade; e 3] que esses princípios basilares e marcos legais, anteriores à ADPF nº 635, **devem ser interpretados de maneira ainda mais restritiva no contexto da decisão colegiada do STF. Porém, mais importante, a excepcionalidade é conceito anterior à própria Decisão do STF, que já figura como condição de possibilidade de realização de tais ações**. Isto significa que à luz desses documentos, incluindo, como veremos, as IN's produzidas pelas próprias forças policiais, **deve-se concluir que a excepcionalidade deve ser a regra de arbitragem para que operações policiais sejam realizadas mesmo em períodos posteriores ao contexto da pandemia do Covid-19**.

Ademais, em consonância com tais parâmetros, o uso da força somente é opção quando para alcançar um objetivo legítimo de segurança pública nenhuma outra alternativa razoável esteja disponível. Ainda, em observância ao princípio da proporcionalidade e responsabilidade, é imperioso que o tipo e nível da força aplicados sejam proporcionais à ameaça representada por um indivíduo ou grupo de indivíduos. O princípio da proporcionalidade proíbe o uso da força quando o dano infligido é superior à realização de um objetivo legítimo. As sistemáticas chacinas que se registram na cidade do Rio de Janeiro são emblemáticas da falha no cumprimento desse princípio. O princípio da proporcionalidade significa, em termos coloquiais, que os fins não justificam todos os meios. Ainda, a responsabilização pelas ações e omissões das forças de segurança pública deve envolver as hierarquias de comando direta ou indiretamente envolvidas em práticas policiais ilegais. Em âmbito legal e regulamentar, o Governo do Estado deve definir claramente a responsabilidade

de oficiais comandantes e outros superiores pela violência policial ilícita.

O esforço de exegese da referida *nota técnica* tem como marco normativo os protocolos de operações em *áreas sensíveis* elaborados pelas polícias civil e militar, vigentes desde o ano de 2017. Particularmente, as Instruções Normativas da Secretaria Estadual de Segurança - *SESEG nº 01, de 07/08/2017*; e da Polícia Militar - *PM/RJ/EMG-PM3 nº 052, de 23/11/2018*; além da *Portaria PC/RJ nº 832, de 02/01/2018*, da Polícia Civil[51].

Por definição, as operações policiais em áreas sensíveis constituem intervenções excepcionais no contexto da atividade das forças de segurança. São ações *extraordinárias por natureza*, e, portanto, delimitadas por princípios que regem as operações policiais:

> DOS PRINCÍPIOS
> (...)
> Art. 3º - As operações policiais em áreas sensíveis reger-se-ão pelos seguintes princípios, dentre outros:
> I - Preservação da vida;
> II - Respeito à dignidade humana e afastamento de qualquer forma de discriminação;
> III - Respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais;
> IV - Respeito e obediência às leis;
> V - Uso diferenciado da força nas situações em que seja estritamente necessária e na medida exigida para o cumprimento do dever legal.

Esse conjunto de restrições visando o controle do uso da força, de forma a atender ao princípio elementar de proteção da vida, no decurso das atividades rotineiras das polícias, está amparado em uma ampla e longeva legislação de cunho internacional. Trata-se, portanto, de um quadro normativo absolutamente consolidado entre as polícias de todo o mundo democrático, referendado nas normas e protocolos locais de cada uma delas por força de lei, inclusive no Brasil. Os princípios acima descritos, que constam na Instrução Normativa da SESEG, são uma síntese das determinações encontradas no *Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei*, promulgado pelas Nações Unidas em 1979.

Nos EUA, por exemplo, o documento *National Consensus Policy on Use of Force* (2017) estabelece que o disparo de uma arma de fogo por parte de um policial só pode ser efetuado em razão de um perigo *imediato* à sua vida ou à de terceiros:

> *A conventional shot should only be fired when absolutely necessary in self-defence or in defence of another when there is an immediate risk to life from unlawful violence and where the circumstances are not such as to require the immediate incapacitation of that subject by a critical shot.*

[51] Para os fins desta análise, nos reportaremos sempre ao conteúdo da Instrução Normativa SESEG 01/2017, cujo teor foi reproduzido, no todo ou em parte, nas normas subsequentes da Polícia Militar e Polícia Civil.

Tendo em vista que os princípios legais contidos nos tratados e protocolos internacionais, citados pelo Ministro Fachin, já instruem por força de lei a legislação brasileira e, em consequência, os conteúdos normativos das polícias no Rio de Janeiro, a "absoluta excepcionalidade" invocada no Acórdão do STF só pode ser compreendida como "excepcionalidade da excepcionalidade".

De acordo com os argumentos apresentados pela PC/RJ no âmbito da ADPF nº 635, "todas as ações da Polícia Civil são absolutamente excepcionais", ainda que reconheça, no mesmo documento, realizar "dezenas de operações mensais em comunidades"[52]. Já a Polícia Militar realizou, em 2019, um total de 5.152, a maioria em áreas sensíveis. Tais números desmentem qualquer ideia possível de excepcionalidade. Ao contrário, apontam para sua rotinização no Rio de Janeiro, constituindo o verdadeiro *modus operandi* das polícias neste Estado. A rotinização das operações policiais implica, também, na *normalização do risco intolerável.*

A relativização do significado dramático da existência de vítimas fatais em operações policiais no Rio de Janeiro, assim como da própria noção de excepcionalidade intrínseca a tais operações, se relaciona de maneira direta à ideia, comum entre as polícias, de que o Estado do Rio de Janeiro constitui um território em "guerra", onde operam grupos fortemente armados que precisam ser combatidos a qualquer custo. Esse é um dos argumentos contidos na peça enviada pela PC/RJ ao Supremo Tribunal Federal:

> Dificilmente em alguma cidade do mundo, em situação de paz, há a realidade de "guerra" existente no Rio de Janeiro, que tem seu território disputado entre as facções criminosas do narcotráfico e entre estas e grupos paramilitares milicianos[53].

Ao operar com a noção de "realidade de 'guerra' existente no Rio de Janeiro", as Polícias Civil e Militar, assim como o Governo Estadual, criam uma justificativa permanente para incursões policiais em áreas sensíveis, rotinizando-as de tal forma que parecem se confundir com a atividade policial em si, e não mais como uma situação de enfrentamento - como se vê na declaração da PM/RJ em documento enviado ao STF: "a Polícia Militar não busca o confronto, sendo tal opção uma decisão do opositor das ações policiais"[54]. Não é preciso lembrar que, por definição, é o Estado que deve zelar pela preservação da vida, pela

[52] Argumentos da Polícia Civil, ADPF nº 635, documento comprobatório n. 59929/2020, p. 52 e 48, respectivamente.
[53] Argumentos da Polícia Civil, ADPF nº 635, documento comprobatório n. 207/59929/2020, p. 51.
[54] Argumentos da Polícia Civil, ADPF nº 635, documento comprobatório n. 208/59929/2020, p. 02

paz e segurança dos cidadãos, e que não se pode esperar o mesmo dos criminosos a que se propõe enfrentar, sendo incabível transferir aos mesmos a obrigação de evitar o confronto. Além disso, pelo que é definido nos termos do artigo 8º dos *Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei*, não se pode alegar circunstâncias excepcionais para fugir aos enunciados contidos nesse tratado:

> 8. Não será aceitável invocar circunstâncias excepcionais, tais como instabilidade política interna ou outras situações de emergência pública, como justificativa para o abandono destes princípios básicos.

Ainda que o elevado número de operações policiais em áreas sensíveis descaracterize a ideia de excepcionalidade, ao menos em sua expressão quantitativa, é preciso averiguar quais são os bens e direitos perseguidos em tais incursões. Em outras palavras, cabe indagar a que as operações policiais se destinam e, nesse sentido, refletir sobre a proporcionalidade entre os custos e objetivos das incursões nessas áreas.

Na tabela abaixo, constam os dados válidos referentes a motivações das operações policiais realizadas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sobre as quais foi possível reunir informações, na série entre os anos de 2007 e 2019. Em virtude da ausência de dados oficiais e públicos sobre operações policiais em áreas sensíveis, utilizando-se aqui a base produzida pelo Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI/UFF), que quantifica o número mínimo de operações, isto é, apenas aquelas que se pode afirmar terem ocorrido[55].

Tabela 1: Motivações das operações policiais (2007-2020)

Anos	Repressão ao tráfico de armas e drogas	Mandado de busca e apreensão	Fuga/ perseguição	Retaliação por morte ou ataque	Operações patrimoniais	Disputa entre grupos criminais	Outros	Sem informação	Total de operações
2007	242	165	107	32	59	53	95	204	957
2008	205	99	16	48	38	36	170	361	973
2009	281	79	21	40	17	33	95	333	899
2010	346	64	16	15	10	36	78	66	631
2011	371	34	10	20	26	12	29	158	660
2012	250	78	63	11	6	19	34	81	542
2013	344	119	14	46	58	30	42	287	940
2014	88	139	14	192	17	21	88	635	1194
2015	90	103	28	86	15	21	69	199	611
2016	85	47	6	78	30	15	95	198	554
2017	141	119	32	151	173	63	53	446	1178
2018	296	134	159	50	76	33	87	244	1079
2019	105	122	83	31	35	28	37	344	785
2020	26	46	23	10	7	30	76	102	320
Total	2870	1348	592	810	567	430	1048	3658	11323
Porcentagem	25%	12%	5%	7%	5%	4%	9%	32%	

[55] Ver: HIRATA, Daniel; GRILLO, Christoph Grillo. *Operações policiais no Rio de Janeiro*. Fundação Heinrich Böll, Rio de Janeiro. 2020. Disponível em https://br.boell.org/pt-br/2019/12/21/operacoes-policiais-no-rio-de-janeiro. Acesso em: 23 mar. 2023.

Fonte: GENI/UFF

Como os dados tornam evidente[56], a força e, em especial, a força letal, tem sido empregada indiscriminadamente nas operações policiais em áreas sensíveis não para proteger a vida, mas para recuperar objetos roubados, para perseguir criminosos e suspeitos, efetuar prisões, retaliar os grupos armados, reprimir a venda de drogas e cumprir mandados judiciais. Apenas em 4% dos casos, aqueles que se referem à disputa entre grupos criminais, as operações policiais visam a preservação da vida, contrariando as normas internacionais, o direito doméstico e as próprias instruções normativas e protocolos elaborados pelas próprias polícias Militar e Civil. As operações policiais não apenas se distanciam do princípio fundamental de proteção da vida, como, principalmente, se dão em franca oposição ao mesmo. O uso da força, sobretudo da força letal, vale reiterar, tem se destinado à recuperação de objetos roubados, apreensões de drogas, perseguições, retaliações, prisões e repressão aos grupos armados presentes nas áreas sensíveis. Nesse sentido, ainda mais grave é o padrão por meio do qual se efetuam as operações policiais nesses territórios, caracterizado pela radicalização da ideia de "guerra" e, consequentemente, marcado pela quase absoluta ausência de cautelas elementares visando à proteção da população que mora nessas áreas. Em síntese, as operações policiais têm um alto custo em vidas e resultados muito aquém dos esperados, quando se trata da desarticulação do crime organizado. Em boa medida, a ausência de investimentos em inteligência e informação torna a polícia refém desse modelo.

Observando os percentuais de cada motivação, e sua hierarquização no contexto da ação policial, encontram-se algumas relações que merecem ênfase. A primeira delas, quanto ao ator demandante, mostra que 93,8% das demandas que originam uma incursão policial em áreas sensíveis provêm de canais institucionais, isto é, partem do Ministério Público, do Poder Judiciário ou da própria Autoridade Policial. Apenas 6,2% das operações se constituem como demandas da sociedade, e ocorrem nos contextos de disputa entre grupos criminais. São essas, também, as situações em que existe uma ameaça clara, direta e iminente à vida da população, e, por essa razão, exigem uma ação inegociável. Além disso, essas motivações também podem ser classificadas quanto ao seu caráter planejado ou emergencial. Os dados mostram que pelo menos 84,1% das operações são planejadas [repressão ao tráfico, mandado, operações patrimoniais, retaliação], enquanto a disputa entre grupos criminais e fuga ou perseguição, em geral, são sempre emergenciais.

[56] Das categorias referentes às motivações é importante destacar que "repressão ao tráfico de drogas" sobressai como uma justificativa genérica para operações de confronto. Ainda no tocante às categorias, a motivação "retaliação por morte ou ataque" dizem respeito à "respostas" da polícia a uma determinada ação de criminosos, em geral, por conta da morte de um policial. Finalmente, as percentagens alocadas junto aos números totais de cada operação se referem aos dados válidos.

As operações planejadas possuem entre si uma estranha relação: costumam ser as mais letais. A relação entre letalidade e operações planejadas também pode ser descrita a partir da relação entre letalidade e demandas do poder público.

A "absoluta excepcionalidade", atribuída como qualificativo restritivo às hipóteses de realização de operações policiais, na decisão do Ministro Edson Fachin, só pode ser entendida, então, reitere-se, como "excepcionalidade da excepcionalidade", categoria que não isenta as polícias da obrigação de cumprir os princípios fundamentais que legitimam sua existência. Isto significa, em primeiro lugar, a preservação da vida e, em seguida, e como decorrência, o respeito à dignidade humana, aos direitos humanos, às liberdades fundamentais e ao afastamento de qualquer forma de discriminação. Concretamente, isso significa que as operações policiais estão limitadas às circunstâncias em que a vida dos moradores de áreas sensíveis esteja em situação de perigo imediato e concreto, sendo qualquer extrapolação a essa condição passível de responsabilização civil e penal.

5.1.4. Controle de armas e munições

Vários estudos apontam que cerca de 30% das armas que hoje alimentam o mercado ilegal e o tráfico de armas são oriundas de aquisições legais e que, posteriormente, foram desviadas para a criminalidade.[57] Entre 2015 e 2018, 1.049 armas foram desviadas da Polícia Civil do Rio, segundo relatórios analisados pelo Instituto Sou da Paz, a pedido do jornal O Estado de S. Paulo. A esse arsenal se juntam as armas e munições desviadas dos batalhões das Forças Armadas e da Polícia Militar[58]. Essa realidade tem suscitado o debate sobre uma política eficaz de controle de armas e munições e a implementação de planos de controle pelos estados, já em fase de implementação como, por exemplo, no Espírito Santo[59]. Neste contexto, é imprescindível observar a mudança de perspectiva do controle e apreensão de armas, como apontado no projeto "Modelo Integrado de Controle de Armas de Fogo",

[57]Armas desviadas da PM abastecem traficantes, milicianos e assaltantes. Disponível em: Acesso em: 23 mar. 2023.https://extra.globo.com/casos-de-policia/armas-desviadas-da-pm-abastecem-traficantes-milicianos-assaltantes-25049556.html. Acesso em 12/ 06/ 22; Balas compradas por forças de segurança foram usadas em 23 ações que causaram 83 mortes. Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/balas-compradas-por-forcas-de-seguranca-foram-usadas-em-23-acoes-que-causaram-83-mortes-25029999.html. Acesso em: 23 mar. 2023; Estudo mostra que 30% das armas de crimes no Espírito Santo vieram do mercado legal. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/06/estudo-mostra-que-30-das-armas-de-crimes-no-espirito-santo-vieram-do-mercado-legal.shtml. Acesso em: 23 mar. 2023.

[58] Armas de quartéis abastecem facções. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,armas-de-quarteis-abastecem-faccoes,700032980762. Acesso em: 23 mar. 2023.

[59] GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E INSTITUTO SOU DA PAZ. **Modelo Integrado de Controle de Armas de Fogo no Espírito Santo**. Espírito Santo, março de 2022. Disponível em: https://soudapaz.org/o-que-fazemos/conhecer/pesquisas/controle-de-armas/as-armas-do-crime/?show=documentos#6323-1. Acesso em: 23 mar. 2023.

elaborado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo e Instituto Sou da Paz:

> Dentro dessa lógica, a apreensão de armas deixaria de ser apenas um produto colateral da atividade policial, um indicador operacional com impacto pontual no varejo do mercado ilegal e realizada em operações com alto risco de confronto. **A apreensão de armas se transformaria em investimento e em recurso que promove a identificação e desarticulação de rotas de tráfico de armas com impacto no atacado e mais duradouro**, além de viabilizar operações de apreensão mais seguras, com menos riscos e custos sociais (Grifou-se).[60]

Ou seja, um controle mais eficaz das armas e munições é capaz de impactar o risco para os agentes de segurança pública e para a população civil.

Também é fundamental observar que, dentre as armas desviadas para a criminalidade ou utilizadas de forma ilícita, há um número, nada desprezível, de material bélico pertencente ao patrimônio das forças de segurança pública dos Estados e da União. O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados sobre Organizações Criminosas e Tráfico de Armas concluiu que cerca de 20% das armas apreendidas no Rio de Janeiro e em São Paulo pertenciam ao patrimônio das forças de segurança pública do estado ou das forças policiais.[61]

No Rio de Janeiro, entre 2011[62] e 2015[63], duas Comissões Parlamentares de Inquérito foram realizadas pela Assembleia Legislativa, tendo sido apontado, nos seus relatórios finais, o precário sistema de geração, manutenção e atualização de informações relativas ao controle de armas e munições nas instituições de segurança pública do Estado. O registro eficaz das armas e munições patrimoniais, com a identificação do agente responsável e a possibilidade de rastreamento, compõe a política estadual de controle de armas de fogo, suas peças e componentes e de munições, instituída, no Rio de Janeiro, pela Lei nº 8186, de 30/11/2018 e associado às demais ações, ora propostas no presente documento, é capaz tanto de prevenir desvios de armas e munições custeadas pelo Estado, como também de permitir o

---

[60] GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E INSTITUTO SOU DA PAZ. **Modelo Integrado de Controle de Armas de Fogo no Espírito Santo.** Espírito Santo, março de 2022. Disponível em: https://soudapaz.org/o-que-fazemos/conhecer/pesquisas/controle-de-armas/as-armas-do-crime/?show=documentos#6323-1. Acesso em: 23 mar. 2023.

[61] Relatório final da CPI sobre Tráfico e Organizações Criminosas. Disponível em: https://congressoemfoco.uol.com.br/UserFiles/Image/relatorio_jungman.pdf. Acesso em: 23 mar. 2023.

[62] Aprovação de relatório da CPI do Tráfico de armas iniciada em 2011. Disponível em: https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/12/alerj-aprova-relatorio-final-da-cpi-das-armas-em-sessao-extraordinaria.html. Acesso em: 23 mar. 2023.

[63] Aprovação de relatório da CPI do tráfico de armas iniciada em 2015. Disponível em: https://www.alerj.rj.gov.br/Visualizar/Noticia/44449?AspxAutoDetectCookieSupport=1. Acesso em: 23 mar. 2023.

monitoramento mais próximo e identificação de anomalias no uso da força letal (disparos de armas de fogo) por parte das unidades policiais.[64]

Desta forma, recomenda-se Implementar a Política Estadual de Controle de Armas de fogo, suas Peças e Componentes e de Munições, instituída, no Rio de Janeiro, pela Lei nº 8186, de 30/11/2018[65], notadamente, sobre o controle de armas e munições institucionais das forças de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro e, neste sentido:

1) Inventariar e recadastrar, através de sistema informatizado, todas as armas patrimoniais pertencentes à Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Penal e Corpo de Bombeiros, levantando excedentes de armas de fogo estocadas (inservíveis ou obsoletas) que possam ser encaminhados para destruição, ajudando a prevenir desvios;
2) Garantir a marcação de armas de fogo do ERJ de acordo com a Portaria 213 do Comando Logístico do Exército de 2021 (art. 7º e 8º). Marcar e uniformizar as armas patrimoniais do ERJ. Garantir que os processos atuais e na vigência da Lei nº 8.186/2018 tenham contemplado os mecanismos de rastreabilidade (dispositivos eletrônicos) previstos na legislação (art. 3º);
3) Aproveitar a doação do Governo Federal de Sistemas Eletrônicos de Comparação Balística e inclusão do Estado do Rio de Janeiro no Banco Nacional de Perfis Balísticos[66] para a inserção de padrões balísticos das armas do ERJ, iniciando o cadastro a partir da análise das unidades de Polícia Militar e Civil com maior número de mortes por intervenção de agente do Estado. A inclusão dos padrões balísticos de cada arma agiliza o esclarecimento em casos de ocorrências com morte e vítimas de 'balas perdidas';
4) Estabelecer com urgência nos editais de compras de munições a exigência o limite máximo de 1000 (mil) munições por lote, com a mesma munição gravada no culote dos estojos (art. 4º da Lei nº 8.186/2018) com vistas a contribuir com a rastreabilidade das munições, que previnem desvios e facilita a identificação de funcionários públicos envolvidos nos desvios;
5) Fortalecimento de sistemas de gestão de material bélicos, como o SISMATBEL (da PM/RJ) e equivalente na PC/RJ que consigam produzir mapas em tempo real sobre a custódia das armas e munições do ERJ. Permitindo saber quantas munições (e de quais

[64] Vide por exemplo o projeto piloto desenvolvido pelo Laboratório de Análise da Violência da UERJ, propondo o levantamento de 'um limiar razoável de consumo de munição' por área e função dentro da PM/RJ, permitindo uma atuação preventiva que afaste policiais que estejam consumindo munições acima deste limite. Disponível em: https://oglobo.globo.com/opiniao/o-controle-da-letalidade-policial-17593710. Acesso em: 23 mar. 2023.
[65] Disponível em: https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/655017949/lei-8186-18-rio-de-janeiro-rj. Acesso em: 23 mar. 2023.
[66] Vide Decreto Federal nº 10.711/2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10711.htm. Acesso em: 23 mar. 2023.

lotes) foram distribuídas a cada servidor ou batalhão, quais armas estão sob carga de qual servidor ou batalhão/unidade, etc, ajudando na prevenção dos desvios e controle do uso da força letal por parte das polícias;

6) Estabelecer uma rotina sistemática no âmbito da PC/RJ que obrigue que as armas apreendidas sejam sistematicamente rastreadas nos bancos de dados disponíveis (SINARM da Polícia Federal e SIGMA do Exército) para identificação do perfil, origem e último proprietário identificável, ajudando a identificar fontes de desvios e rotas de tráfico;
7) Cumprimento do § 12 do art. 3º do Decreto nº 9.847/2019, que determina o envio trimestral pelas unidades de criminalística de dados de apreensões de armas para inclusão no SINARM da DPF;
8) Cumprimento da Resolução nº 134/2011 do Conselho Nacional de Justiça que determina um fluxo célere das armas apreendidas garantindo ao menos dois envios anuais de armas[67] já periciadas, para o Comando do Exército destruir, evitando assim os acúmulos em depósitos que favorecem desvios;
9) Estabelecer protocolos e regulamentos específicos para utilização de armas de fogo e cada arma menos letal em abordagens cotidianas, em contextos de protestos e operações especiais, em consonância com os parâmetros internacionais de direitos humanos;
10) Estabelecer metas a curto, médio e longo prazo para investimento e substituição de arsenal por armas não letais (como por exemplo, de imobilização neuromuscular); .

5.1.5. Câmeras Corporais

Em virtude da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 635 o Supremo Tribunal Federal deferiu, dentre os diversos pedidos constantes na peça, a determinação da instalação de câmeras com capacidade de captar áudio e vídeo nas fardas dos policiais do Rio de Janeiro. No entanto, os dispositivos não estão sendo utilizados durante a realização de operações policiais. Como será argumentado*: (a) o uso das câmeras nas fardas durante operações policiais é medida essencial para a diminuição da letalidade policial, pois a maioria das mortes ocorrem nessas ações; (b) a Polícia Civil também é responsável por chacinas policiais proporcionalmente mais letais do que as da Polícia Militar e deveria aderir ao uso de câmeras durante as operações em favelas; (c) os batalhões e unidades*

[67] Artigo 7º, parágrafo único da Resolução nº 134/2011 do Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/139. Acesso em: 23 mar. 2023.

especializadas, como o BOPE e a CORE são os grupos mais letais dentro das polícias e não podem ser desobrigados do uso de câmeras nas farda;s (d) que os GATs e PATAMOs sejam prioritariamente incluídos como aqueles que deveriam receber as câmeras porque nos BPMs de área são as unidades que realizam operações policiais. O ponto mais importante e estrutural se refere ao fato de a maior parte das mortes por intervenção de agentes do Estado ocorrerem em operações policiais em favelas, ocasião em que policiais não utilizarão os equipamentos, segundo anunciado pelo Governo do Estado. A presença de câmeras durante as operações policiais e, sendo estas as circunstâncias prioritárias nas quais ocorre a letalidade policial, de que maneira é possível que o equipamento seja um instrumento da redução das mortes perpetradas por agentes de estado? As operações policiais são também as circunstâncias em que se averigua um fenômeno de alta concentração de mortes em eventos regulares específicos, os quais se nomea "chacinas policiais". Esses episódios ocorrem em uma pequena parte do imenso volume de operações policiais realizadas todos os dias no Rio de Janeiro, mas têm um peso muito importante na letalidade em operações policiais. Para se ter uma dimensão da importância do fenômeno, entre 2007-2021, foram realizadas 17.929 operações policiais no Rio de Janeiro. Deste total, 593 operações policiais resultaram em chacinas, totalizando 2374 mortos. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, as chacinas ocorreram em 3,3% das operações policiais, contudo, são responsáveis por 41,1% das mortes em operações policiais. Desta forma, chacinas como aquelas realizadas nas favelas do Jacarezinho e da Vila Cruzeiro, as maiores da história do Rio de Janeiro, **somente serão minoradas quando a letalidade em operações policiais for contida.**

Em se tratando da instituição responsável pelo policiamento ostensivo e, portanto, pela maioria das operações policiais em favelas, a Polícia Militar apresenta uma maior participação em chacinas quando comparada com a Polícia Civil. Segundo dados do GENI/UFF, entre 2007-2021, a Polícia Militar tomou parte em 525 chacinas, sendo partícipe de 88,5% dessas ocorrências, enquanto a Polícia Civil esteve presente em 95 chacinas, totalizando 16,0% do total. Por outro lado, a participação relativa de cada instituição é próxima, encontrando-se, pois, notificação de chacinas em 3,7 % das operações da Polícia Militar e em 2,5 % das operações da Polícia Civil. Ainda mais surpreendente é o fato que as chacinas tenham em média 4 mortos quando realizadas pela Polícia Militar e 4,8 mortos pela Polícia Civil. Ou seja, ainda que a PC/RJ seja formalmente uma instituição que deveria atuar sob prerrogativas de funções eminentemente judiciárias, realiza não só muitas operações policiais, como ocasiona chacinas ainda mais letais que a PM/RJ. Sendo a brutalidade concentrada em frequência na Polícia Militar, mas a Polícia Civil proporcionalmente mais letal, não há razões

para que esta instituição não faça parte do programa de instalação de câmeras corporais. Nesse sentido, é surpreendente também o fato da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro não ter previsão no uso das câmeras corporais e nem mesmo ter assinado contrato com a empresa L8 Group, fornecedora dos equipamentos[68].

É também particularmente preocupante que unidades especiais como o BOPE e a CORE não tenham sido designadas de pronto para a utilização das câmeras. Quando considerados os números absolutos, a maior parte das chacinas ocorre de fato com a participação de batalhões e delegacias de área (50,4% do total, correspondente a 299 chacinas) em detrimento das unidades especiais (30,5% do total, correspondente a 181 chacinas). Entretanto, considerando números relativos, notifica-se praticamente o dobro de chacinas em operações com a presença de unidades especiais (4,8% das 3781 operações realizadas no período) com relação aos batalhões de delegacias de área (2,6% das 11.386 operações realizadas no período). A presença de unidades especiais, portanto, torna as operações policiais quase duas vezes mais propensas à ocorrência de uma chacina.

Uma vez que as instalação das câmeras foi determinada pelo STF como meio para a redução da letalidade policial, o uso dos dispositivos se faz imprescindível não apenas nas ações de policiamento ordinário como quer o Governo do Estado, mas principalmente nas ações de Policiamento Ostensivo Complementar (POC) executadas segundo os critérios e configurações das Operações de Ações Repressivas (ARep), particularmente as ARep 1 – Vasculhamento, ARep 2 – busca e captura e ARep 4 – cerco (neste caso "Operações de Cerco Amplo", "Operações de Cerco Restrito" e "Operações de Cerco Preventivo").

Pode-se, portanto, afirmar que, sob todos os aspectos possíveis, as decisões do Governo Claudio Castro sobre a implantação das câmeras de áudio e vídeo nas fardas dos policiais afrontam o princípio da efetividade, pedra basilar que rege a Administração Pública, fugindo a cada um dos seus preceitos.

Diante do exposto, **recomenda-se:**

1) Que o uso de câmeras nas fardas seja obrigatório principalmente durante as operações policiais;

2) Que a Polícia Civil seja também contemplada com o uso de câmeras nas fardas durante as operações policiais que realiza;

3) Que as unidades especiais como o BOPE e a CORE sejam priorizadas na implementação do uso de câmeras nas fardas;

[68] Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/05/31/sigilo-e-armazenamento-de-1-ano-poem-em-risco-acesso-a-cameras-da-pm-no-rj.htm. Acesso em: 23 mar. 2023.

4) Que os GATs e PATAMOs sejam prioritariamente incluídos como aqueles que deveriam receber as câmeras porque nos BPMs de área são as unidades que realizam operações policiais;

5) Que existam procedimentos claros de monitoramento e supervisão das imagens. A experiência da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP)[69] pode ser um exemplo, já que cada Sargento precisa revisar 2% das imagens produzidas diariamente em sua área de atuação, garantindo a supervisão de uma amostra significativa e aleatória das imagens geradas pelas câmeras;

6) Que exista uma política de gestão de consequências muito clara a partir das imagens monitoradas. De nada adianta implantar as câmeras se as imagens geradas não acarretam consequências para os policiais, ainda segundo a experiência da PM/SP, as consequências podem ser uma indicação de procedimento disciplinar, retreinamento, elogios ou orientação verbal. Essas consequências precisam ser ativamente monitoradas e comunicadas à tropa;

7) Encaminhamento imediato dos registros ao final de cada operação ao setor de Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público, à Comissão Independente de Supervisão da Atividade Policial (CISAP) e às instâncias de controle do próprio Governo do Estado.

5.1.6. Considerações Finais

Após apresentação de diagnóstico sumariado, o Subgrupo Sociedade Civil do GT Observatório da Polícia Cidadã, instaurado no CNJ, no âmbito da ADPF nº 635, **recomenda:**

1) Um compromisso político explicitado pela alta gestão de que a política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro e a construção do Plano de Redução da letalidade policial precisam estar pautados no enfrentamento ao racismo estrutural através da:

a) Criação de uma instância de alto nível para o desenho, implementação e gestão da política antirracismo da força;

b) Coleta e análise de dados internos e de operações seguindo o item raça/cor de acordo com o modelo proposto pelo IBGE;

c) Participação social, notadamente de pessoas negras e de favelas e periferias na formulação e monitoramento da implementação destas políticas;

[69] SOU DA PAZ, Instituto. Mecanismos de Controle do Uso da Força e da Letalidade implementados pela Polícia Militar no Estado de São Paulo. Disponível em: https://soudapaz.org/o-que-fazemos/conhecer/analises-e-estudos/analises-e-estatisticas/letalidade-policial/?show=documentos#6087-1. Acesso em: 23 mar. 2023.

d) Implementação de políticas de ações afirmativas segundo raça/cor e gênero nas instâncias superiores da gestão.

2) A formação de uma Comissão Independente de Supervisão da Atividade Policial a ser abrigada pela CNJ e constituída por maioria de representantes da sociedade civil, notadamente, movimentos de favelas, movimento negro, movimentos de familiares de vítimas da violência de Estado e especialista a qual deve dispor de independência e mandato claro e definido para conduzir as atividades de:
   a) Monitoramento síncrono e a posteriori, assim como o apoio na responsabilização no abuso de uso da força;
   b) Divulgação de relatórios com vistas à transparência e prestação de contas acerca do monitoramento;
   c) Disposição de poderes de acesso a informações sensíveis.
3) A reformulação do Plano de Redução da Letalidade Policial para adequação ao monitoramento por metas e indicadores transparentes construídos com a participação da sociedade civil no âmbito do GT Observatório da Polícia Cidadã e que incluam:
   a) número de morte em decorrência de ação policial (MDPI) como indicador
   b) Meta de redução da letalidade policial em 70% no prazo de um ano, havendo distinções em função dos componentes raciais e etários das vítimas.
4) A adoção de um conceito claro e objetivo de excepcionalidade para a arbitragem das operações policiais.
5) O efetivo controle de armas e munições pelas forças policiais do Rio de Janeiro.
6) O emprego de critérios para a instalação das câmaras corporais alinhados ao objetivo de redução da letalidade policial e a proteção das vidas de negros, pobres e residentes de favelas e periferias, conforme determinação do STF.
7) Elaboração e implementação de plano de atenção a vítimas após operações, incluindo o acesso efetivo e equitativo à justiça, verdade, proteção e reparação completa. A reparação completa deve incluir o direito a indenização, garantias de não repetição e reabilitação, envolvendo atendimento psicológico e social.
8) Implementação de fluxos e procedimentos de planejamento intensivo de operações policiais e devida notificação ao Ministério Público com detalhamento do contingente de policiais destacados, arsenal que será utilizado (informações e detalhes), viaturas, objetivo/justificativa da operação, mapeamento de riscos e estratégia para mitigá-los, definição de diretrizes para atendimento de vítimas e feridos, previsão de início e término da operação e outros elementos relevantes.

O Subgrupo “sociedade civil” manifesta-se, por meio deste relatório, pela **recusa ao plano apresentado pelo Governo do Estado**, em dezembro de 2022, por não incluir nenhuma das exigências julgadas indispensáveis.

5.2. RELATÓRIO DO SUBGRUPO DO SISTEMA DE JUSTIÇA

O relatório dos representantes do sistema de justiça teve como coordenador o Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro André Castro, o qual, publicizando-o para os demais integrantes do GT Polícia Cidadã, no dia 16/03/2023, assentou, como metodologia utilizada, o **cotejo analítico** do **Plano Estadual de Redução de Letalidade Decorrente de Intervenção Policial** (Decreto Estadual nº 48.272, de 2022), bem como das Resoluções SEPM nº 3272 de 28/12/2022 e SEPOL nº 448 de 29/12/2022, que criam os indicadores, as metas e os prazos para a aferição dos resultados obtidos pelo Plano com (i) as medidas cautelares deferidas pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da ADPF nº 635, (ii) as decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em especial a sentença proferida no caso Favela Nova Brasília e (iii) boas práticas reconhecidas no enfrentamento à letalidade policial.

O presente relatório também incorpora as informações levantadas durante a visita realizada por representantes do GT às instalações das Secretarias Estaduais de Polícia Civil e Militar do Estado do Rio de Janeiro, ocorrida nos dias 09 e 10/03/2023.

5.2.1. Plano de Redução da Letalidade Policial

5.2.1.1. Histórico

A sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso Favela Nova Brasília, condenou o Brasil a estabelecer metas e políticas de redução da letalidade e violência policial:

> 17. O Estado deverá adotar as medidas necessárias para que o Estado do Rio de Janeiro estabeleça metas e políticas de redução da letalidade e da violência policial, nos termos dos parágrafos 321 e 322 da presente Sentença.

Após a realização de audiência pública em abril de 2021, o Ministro Relator da ADPF nº 635, concluiu que:

> [...] a audiência deixou nítida a gravidade da letalidade policial no Estado do Rio de Janeiro. Crianças inocentes sendo vitimadas, número inaceitável de mortes como resultado dos confrontos com policiais, ineficiência na investigação dessas

> fatalidades, baixa efetividade da apuração de responsabilidades, tudo num ciclo nada virtuoso de impunidade e de perpetuação de graves violações. Além disso, e o que reputo ainda mais grave, a violência tem cor, tanto nas vítimas dos policiais como as próprias vítimas policiais. [...] E é fácil perceber que, nesse estado de coisas, nada há nele de constitucional. [...] É preciso, com urgência, não apenas que o Estado do Rio de Janeiro adote as medidas exigidas, cujo cumprimento é reclamado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, mas também que a perícia criminal possa realizar sua tarefa de forma independente, que o Ministério Público possa investigar profundamente cada um dos casos de letalidade com transparência, para que o Conselho Nacional do Ministério Público possa acompanhar a investigação e, finalmente, ter a certeza de que o Poder Judiciário, por meio do Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça, julgue, de forma célere, os casos a ele submetidos.[70]

Como já ventilado, no julgamento dos Embargos de Declaração pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, 03/02/ 2022, foi deliberado por:

> deferir o pedido de **medida cautelar** constante do item "a" da petição inicial, a fim de **determinar ao Estado do Rio de Janeiro que elabore** e encaminhe ao STF, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, **um plano visando à redução da letalidade policial e ao controle de violações de direitos humanos pelas forças de segurança fluminenses**, que contenha **medidas objetivas**, **cronogramas específicos** e a **previsão dos recursos necessários** para a sua implementação;

Neste sentido, o Estado do Rio de Janeiro editou o Decreto Estadual nº 47.802/2022, que "estabelece o Plano Estadual de redução de letalidade decorrente de intervenção policial". Por determinação do STF, foi aberto um prazo de 30 dias para manifestações do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, da Defensoria Pública do Estado e do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, bem como para a realização da audiência pública, a fim de colher sugestões da sociedade civil, de modo que as sugestões apresentadas devessem ser acompanhadas das respectivas justificativas para seu acolhimento ou rejeição, e posteriormente enviadas ao STF.

Em 14/12/2022, o Estado do Rio de Janeiro publicou o Decreto Estadual nº 48.272, de 2022, contendo uma versão revisada do Plano.

5.2.1.2. Estrutura do Plano

O Plano Estadual de Redução de Letalidade em Decorrência de Intervenção Policial" prevê sua aplicação "em toda a estrutura de Segurança Pública do Estado, em especial na Secretaria de Estado de Polícia Civil - SEPOL e na Secretaria de Estado de Polícia Militar - SEPM, tendo por finalidade estabelecer eixos de atuação, programas e ações, e, a partir desses, metas, diretrizes, obrigações e vedações destinadas a prevenir a ocorrência de

[70] STF. Transcrições da Audiência Pública referente à ADPF 635. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/audienciasPublicas/anexo/ADPF_635_TranscricoesDaAudienciaPublica_REDUCAO_DA_LETALIDADE_POLICIAL.pdf. Acesso em: 04/03/2023.

resultados letais decorrentes de intervenção policial quando do cumprimento de suas obrigações constitucionais e legais" (art. 1)[71].

Os três eixos de atuação são: **Recursos humanos**; **Recursos materiais** e; **Procedimentos administrativos/operacionais** (parágrafo único do art. 1º).

O eixo do aprimoramento dos recursos humanos estabelece que a SEPOL e a SEPM, em periodicidade a ser definida por ato interno de cada Pasta, deverão submeter seus policiais a (I) capacitação continuada buscando a compreensão e a aplicação do uso progressivo da força; (II) realização de atividades que permitam o desenvolvimento e aprimoramento das habilidades socioemocionais e o desenvolvimento da conscientização profissional sobre os direitos humanos, bem como; (III) medidas de acompanhamento psicológico do policial, através do estabelecimento de programas de saúde laborativa, com atenção especial aos policiais que tenham se envolvido em confronto armado ou que, pela natureza de suas funções, possuam maior probabilidade de participação em ocorrências dessa natureza (art. 2º).

Quanto aos eixos do aprimoramento dos procedimentos administrativos e operacionais, o art. 4º prevê que a SEPOL e a SEPM deverão pautar suas "operações planejadas e não emergenciais, notadamente as de natureza repressiva em áreas sensíveis" pelos seguintes preceitos:

> I - Não utilização de bens públicos de serviços essenciais, especialmente das áreas de saúde e educação, como bases operacionais de ações repressivas;
> II - Início de operações policiais planejadas, especialmente as de natureza repressiva em áreas sensíveis, em horários de menor movimentação da população local, observadas as características de cada local, evitando-se, principalmente, os horários escolares (entrada e saída de alunos);
> III - O uso de helicóptero se dará, preferencialmente, como base de observação para a produção de dados que minimizem os riscos das operações policiais, especialmente as de natureza repressiva em áreas sensíveis, e, em casos excepcionais e quando necessário para a cobertura estratégica das equipes terrestres, sabendo-se que este equipamento é extremamente eficaz com o elemento dissuasivo, de superioridade bélica estatal, desencorajando o conflito;
> IV - Utilização de câmeras de uso individual e de emprego coletivo em veículos de uso especial (helicópteros e viaturas blindadas);
> V - Aprimoramento das respectivas estruturas investigativas e correcionais, bem como das técnicas de acompanhamento e investigação das ocorrências policiais com uso de força e que tenham tido atuações violentas, em especial as que apresentem resultados letais;
> VI - Aprimoramento dos sistemas de controle e fiscalização da utilização dos equipamentos letais e também dos de menor potencial ofensivo;
> VII - Comunicação das operações ao Promotor Natural, imediatamente após seu início e, a respeito dos resultados obtidos, em até 24 horas após a sua realização;
> VIII - Comunicação prévia, dentro de prazo que não prejudique a eficácia das operações, aos órgãos Federal, Estadual e Municipal das áreas de Educação e de Saúde, de maneira que os Diretores e Chefes das Unidades, com o desencadeamento das operações, tenham tempo hábil de reduzir os riscos à integridade física das pessoas sob sua responsabilidade.

O art. 5º trata, ainda, da cooperação da SEPOL e da SEPM com o programa de

[71] Estado do Rio De Janeiro. Decreto nº 47.802 de 22 de março de 2022, art. 1º.

ocupação das Comunidades conforme estabelecido pelo Estado, mediante o apoio às diversas Secretarias e aos órgãos públicos correlatos.

Os arts. 6º e 7º preveem medidas específicas a serem adotadas por cada umas das Secretarias de Estado de Polícia, com destaque para programas de capacitação e requalificação, aquisição de novos equipamentos, como coletes e capacetes balísticos, câmeras corporais e para viaturas e o aprimoramento dos procedimentos investigativos e dos mecanismos de controle e fiscalização das ocorrências policiais que tenham tido atuações violentas, em especial as que apresentem resultados letais.

A estrutura de governança e monitoramento do plano é prevista no art. 8º, devendo ser realizada por uma **Comissão de Monitoramento e Gestão** composta por: Governador do Estado; Secretário de Estado de Polícia Civil; Secretário de Estado de Polícia Militar; Diretora-Presidente do Instituto de Segurança Pública; dois membros indicados pelo Governador do Estado.

À referida Comissão de Monitoramento e Gestão caberá: I - a **definição dos Indicadores** que serão monitorados, dentro dos eixos temáticos estabelecidos, para verificação do alcance dos objetivos definidos por este Decreto; II - a **fixação das metas para os indicadores**; III - a **divulgação dos resultados** relativos aos indicadores do presente Plano; IV - a **gestão estratégica** do Plano (art. 9º).

À Diretora-Presidente do Instituto de Segurança Pública incumbe, entre outras providências, a publicação semestral das metas e resultados (art. 10, IV), ao passo que às Secretarias de Polícia Civil e Militar compete "estabelecer os indicadores, referentes aos 3 (três) eixos temáticos, inerentes às suas competências, os quais serão regularmente monitorados, no sentido de avaliar os resultados da implementação deste Plano", bem como "enviar, semestralmente, à Comissão de Monitoramento e Gestão, relatório acerca das ações implementadas e dos resultados obtidos no intuito de cumprir o disposto neste Plano" (arts. 11, I e 12, I).

As diretrizes gerais para a fixação das metas e da gestão dos resultados é prevista nos arts. 13 a 18, que estabelece que "Portaria Conjunta dos Secretários de Estado de Polícia Civil e de Polícia Militar poderá alterar, na fórmula de cálculo do Índice de Desempenho de Metas, o peso de cada indicador estratégico".

Nas disposições gerais (art. 19 a 25) consta que, ao final de cada ciclo semestral de avaliação, serão publicados "os resultados finais para fins de premiação" (art. 19), bem como determina-se que o "Sistema Integrado de Metas (SIM), realizado pelo Instituto de Segurança Pública, deverá ter o título "morte decorrente de intervenção policial" figurando nas aferições e metas de seus indicadores estratégicos de segurança.

O Decreto é acompanhado dos Anexos I, II e III versando sobre as ações em andamento no âmbito da SEPM, da SEPOL do Estado do Rio de Janeiro no eixo transparência e diálogo com a sociedade.

5.2.1.3. Críticas ao Plano, Resposta do RJ e Atuação do Grupo de Trabalho "Polícia Cidadã"

O **partido arguente e os *amici curiae* manifestaram-se no sentido da não homologação do plano** apresentado, determinando-se a elaboração de novo plano sobre o tema, a ser apresentado em 30 dias, e que constem obrigatoriamente:

> a. Medidas objetivas, cronogramas específicos e previsão dos recursos necessários para a implementação do plano, tal como já determinado pelo Plenário do STF;
> b. A meta de redução de letalidade policial em 70% ou mais, a ser atingida no prazo de um ano;
> c. O estabelecimento do "indicador de eficiência" das incursões para monitoramento a posteriori das operações policiais, nos termos das Notas Técnicas do GENI/UFF, conforme apresentado na petição de eDoc 593.

Em decisão monocrática de 19 de dezembro de 2022, o Ministro Relator determinou que:

> Antes de apreciar a íntegra dos pedidos trazidos pelo Partido Requerente, cumpre instruir por completo a presente ação, a fim de que o Plenário do Supremo Tribunal Federal possa examinar o seu mérito.
> Dessa forma, tendo em vista que a definição das metas ficará a cargo da "Comissão de Monitoramento Gestão", solicitem-se novas informações do Estado do Rio de Janeiro, em 10 dias que correrão mesmo no recesso forense, para que indique **(i) se incluirão ou por que não incluíram a meta sugerida pelo partido e qual a meta de redução estipulam**; **(ii) quais são os indicadores objetivos de cada uma das metas estipuladas**; **(iii) qual é o cronograma de realização**; **(iv) quais seriam as providências necessárias para a inclusão de um indicador de eficiência**.

Em resposta à indagação sobre as metas de redução da letalidade (i), o Estado do Rio de Janeiro, por meio do Instituto de Segurança Pública, informou que

> (...) a meta sugerida pelo Requerente já foi objeto de análise por parte do grupo de trabalho tendo em vista que foi uma das propostas de aprimoramento do Plano de Redução da Letalidade Decorrente de Intervenção Policial oferecidas pela Defensoria Pública e pela OAB/RJ. Contudo, esta meta não se revela factível tendo em vista que o mês de junho de 2020, bem como os meses imediatamente subsequentes, se mostraram bastante divergentes das séries históricas divulgadas pelo ISP/RJ, pois sofreram forte influência de evento externo causado pela decisão judicial proferida na ADPF 635/RJ.

A manifestação igualmente refutou a indicação de um indicador de eficiência (iv):

> (...) interessa apontar que este item já foi analisado pelo grupo de trabalho quando da avaliação das propostas encaminhadas pela Defensoria Pública, que entendeu, na oportunidade, que a proposta apresentada não transmite a realidade da segurança pública do estado do Rio de Janeiro, tal como elucidativamente abordado na exposição de motivos do Decreto nº 48.272/2022.

Em que pese a não inclusão no Plano de um percentual de redução proposto, nenhum

outro foi apresentado pelo Estado do Rio de Janeiro, valendo destacar que o Estado informou que a implementação das decisões judiciais proferidas na ADPF nº 635 tem impactado positivamente na redução da letalidade decorrente de intervenção policial. Ademais, os dados fornecidos pelo ISP revelam que a redução da letalidade policial a partir de junho de 2020 não impacta na trajetória descendente dos principais indicadores de criminalidade medidos pelo Instituto, como se verá melhor adiante.

Com relação aos cronogramas (iii), a manifestação do Instituto de Segurança Pública apontou que a informação deve ser objeto de ato administrativo próprio de cada Entidade, tendo em vista as particularidades inerentes à cada uma das Polícias.

Por fim, quanto aos indicadores objetivos (ii), o Estado requerido comunicou que a edição da Resolução SEPM nº 3272 de 28/12/ 2022 cria os indicadores, as metas e os prazos para a aferição dos resultados obtidos pelo Plano Estadual de Redução de Letalidade Policial na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, e a Resolução SEPOL n.º 448 de 29/12/2022, cria as metas, os indicadores, e os prazos para a aferição dos resultados obtidos pelo Plano Estadual de Redução de Letalidade Policial na Secretaria de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

Desta forma, passa-se ao exame detalhado do plano, consoante os temas pertinentes.

5.2.2. Meta de Redução da Letalidade Policial

> **MEDIDA CAUTELAR**
> Como já se indicou nesta manifestação, **há omissão relevante do Estado no que tange à elaboração de um plano para a redução da letalidade dos agentes de segurança**. Essa omissão foi apontada pela própria **Corte Interamericana de Direitos Humanos, no ponto resolutivo 17 da sentença**, em que se fixou que "**o Estado deverá adotar as medidas necessárias para que o Estado do Rio de Janeiro estabeleça metas e políticas de redução da letalidade e da violência policial, nos termos dos parágrafos 321 e 322 da presente sentença**". [72]
> (...)
> 12. Deferir o pedido formulado pelo Partido requerente, para **suspender a eficácia do art. 1º do Decreto 46.775, de 23 de setembro de 2019**. [73] (STF. Plenário. Medida Cautelar na ADPF 635, julgada em 18.08.2020).

Plano Estadual de Redução de Letalidade

> Decreto Estadual nº 47.802 (1ª versão do Plano):
> Art. 22 - O Sistema Integrado de Metas (SIM), realizado pelo Instituto de Segurança Pública, **deverá ter como um de seus indicadores estratégicos de segurança o tipo "morte decorrente de intervenção policial**".
> Decreto Estadual nº 48.272, de 2022 (2ª versão do Plano):

[72] Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 635/RJ. Plenário. Voto do Ministro Relator. 18/08/2020.
[73] O Decreto nº 46.775, de 23/09/2019, objeto da suspensão de eficácia, alterou o sistema de metas para os indicadores de criminalidade no Estado do Rio, criado pelo Decreto Estadual nº 41.931/2009, que premiava com gratificações os integrantes de batalhões e delegacias que atingissem a meta de redução de homicídios decorrentes de oposição à intervenção policial.

> Art. 23 - O Sistema Integrado de Metas (SIM), gerenciado pelo Instituto de Segurança Pública, deverá ter o título **"morte decorrente de intervenção policial" figurando nas aferições e metas de seus indicadores estratégicos** de segurança.

O tema foi tratado com especial atenção na visita dos representantes do Grupo de Trabalho ao Quartel General da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, na manhã do dia 10/03/2023, com a partição da Diretora-Presidente e do Coordenador de Estatística no Instituto de Segurança Pública-ISP.

Insta destacar que o Instituto de Segurança Pública (ISP), criado pela Lei nº 3.329, de 28/12/ 1999, é uma autarquia vinculada diretamente à Secretaria de Estado da Casa Civil, sendo anteriormente vinculada à Secretaria de Segurança Pública, extinta em 2019. O ISP tem acesso direto à base de dados das Secretarias de Polícia Civil e Militar, tratando e disponibilizando informações em sua página na rede mundial de computadores[74].

O ISP também é responsável pelo **monitoramento do Sistema de Definição e Gerenciamento de Metas para os Indicadores Estratégicos de Criminalidade do Estado do Rio de Janeiro**, conhecido como Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados **(SIM).**

O SIM trabalha com os **Indicadores Estratégicos de Criminalidade (IEC)** do Estado, que são:

• Letalidade Violenta (homicídio doloso, morte por intervenção de agente do Estado, latrocínio e lesão corporal seguida de morte);
• Roubo de Veículo;
• Roubo de Rua (roubo a transeunte, roubo em coletivo e roubo de aparelho celular);
• Roubo de Carga.

Cada IEC possui uma meta a ser atingida conjuntamente, pelas Secretaria de Estado de Polícia Civil (SEPOL) e Secretaria de Estado da Polícia Militar (SEPM), e essa meta é desdobrada para as Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP), Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) e Circunscrições Integradas de Segurança Pública (CISP).

As metas, fixadas semestralmente, são definidas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação do sistema de definição e gerenciamento de metas, composta pelas seguintes autoridades[75]: I - Governador do Estado do Rio de Janeiro; II - Secretário de Estado de Polícia Civil; III - Secretário de Estado de Polícia Militar; IV - Secretário de Estado da Casa Civil; e V - Diretor-Presidente do Instituto de Segurança Pública – ISP.

Em 2019, por meio do Decreto nº 46.775, o Estado do Rio de Janeiro suprimiu a morte por agente de estado da cesta de indicadores que forma o Indicador Estratégico de Criminalidade (IEC). Como apontado acima, o Supremo Tribunal Federal suspendeu a eficácia do referido Decreto nº 46.775, de 23/09/ 2019, inclusive fazendo expressa menção à

[74] Disponível em: https://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=1. Acesso em 23 mar. 2023.
[75] Rio de Janeiro. Decreto nº 47.402 de 15/12/2020.

sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, prolatada em 2017, no caso Favela Nova Brasília:

> **Essa omissão foi apontada pela própria Corte Interamericana de Direitos Humanos, no ponto resolutivo 17 da sentença, em que se fixou que "o Estado deverá adotar as medidas necessárias para que o Estado do Rio de Janeiro estabeleça metas e políticas de redução da letalidade e da violência policial, nos termos dos parágrafos 321 e 322 da presente sentença**"[76].

Conforme os dados e gráficos apresentados na referida reunião realizada na SEPM, no **ano de 2020, enquanto todos os IECs caiam, o índice de letalidade policial era ascendente**. Atente-se:

	Ano 2020
Morte por Intervenção de Agentes do Estado (MIAE):	de 1.245 para 1.356
Letalidade Violenta	de 4.907 para 4.768
Roubo de Veículo	de 25.425 para 24.332
Roubo de Rua	de 71.954 para 66.435
Roubo de Carga	de 4.985 para 4.523

Essa curva ascendente das mortes por intervenção de agentes do Estado se verificou, de forma bastante acentuada, no primeiro semestre de 2020. **A partir do deferimento das medidas cautelares pelo STF, essa curva sofre uma forte inflexão**, apontando uma expressiva queda no número de pessoas mortas por agente do estado:

Morte por Intervenção de Agentes do Estado (MIAE) – 1º Semestre de 2020
Jan de 2020: 156
Fev de 2020: 164
Mar de 2020: 115
Abr de 2020: 179
Maio de 2020: 140
Jun de 2020: 34*
*Em 05 de junho de 2020 foi deferida Tutela Provisória Incidental na Medida Cautelar

[76] Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 635/RJ. Plenário. Voto do Ministro Relator. 18/08/2020.

na ADPF nº 635/RJ limitando as operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro a casos excepcionais.

Importante observar, também, que **a expressiva redução da letalidade como decorrência direta da medida cautelar deferida pelo STF foi acompanhada da continuação da queda dos Índices Estratégicos de Criminalidade**, como acima apontado.

Observe-se, ainda, que nesse período, o Indicador Estratégico de letalidade violenta – que é formado por "homicídio doloso, morte por intervenção de agente do Estado, latrocínio e lesão corporal seguida de morte" também era descendente. Assim, em que pese o vertiginoso aumento do (sub)indicador de "morte por intervenção de agente do Estado", o indicador estratégico de morte violente apresentava queda, favorecendo, desse modo, as premiações semestrais e individuais aos profissionais de Segurança Pública, por meio do SIM.

Compreendendo a importância de se elevar o (sub)indicador de "morte por intervenção de agente do Estado" para um verdadeiro Indicador Estratégico de Criminalidade, no Sistema de Definição e Gerenciamento de Metas (SIM), o Estado do Rio de Janeiro, ao editar a primeira versão do Plano Estadual de Redução de Letalidade (Decreto Estadual nº 47.802, de 22/03/2022 - 1ª versão do Plano), previu que:

> Art. 22 - O Sistema Integrado de Metas (SIM), realizado pelo Instituto de Segurança Pública, **deverá ter como um de seus indicadores estratégicos de segurança o tipo "morte decorrente de intervenção policial**".

Supreendentemente, essa previsão foi retirada da 2ª versão do Plano, como se observa da leitura do Decreto nº 48.272 de 14/12/ 2022:

> Art. 23 - O Sistema Integrado de Metas (SIM), gerenciado pelo Instituto de Segurança Pública, deverá ter o título "morte decorrente de intervenção policial" **figurando nas aferições e metas de seus indicadores estratégicos** de segurança.

A nova redação, salvo melhor juízo, restabeleceu o sistema atual, no qual o indicador de "morte decorrente de intervenção policial" é apenas mais um componente de uma cesta de indicadores que formam a "letalidade violenta".

A leitura dos normativas sobre o SIM e a rica experiência com as visitas realizadas pelo GT no Rio de Janeiro, nos dias 09 e 10/03/2023, apontam para a importância dos Indicadores Estratégicos de Criminalidade como eficazes ferramentas para o atingimento das políticas públicas de segurança pública, sendo esses os indicadores que efetivamente são prioritariamente buscados pelos agentes e seus superiores hierárquicos, inclusive em razão dos merecidos incentivos pecuniários e funcionais inerentes.

Noutro giro, a exclusão dos indicadores pode ter efeito adverso. A edição do Decreto nº 46.775, de 23/09/2019, associada as manifestações do então Governador do Estado exaltando o uso letal da força na segurança pública ("'A polícia vai mirar na cabecinha e...

fogo', afirma Wilson Witzel...")[77] podem ter tido impacto no aumento da letalidade policial no primeiro semestre de 2020, momento em que a população se encontrava em isolamento social por força da pandemia do Covid-19.

Ainda sobre a importância da adoção de um **indicador estratégico** de "**Morte por intervenção de agente do Estado**", deve-se lembrar que a Corte Interamericana de Direitos Humanos, corroborada pela decisão do plenário do Supremo Tribunal Federal, condenou o Estado brasileiro a "**adotar as medidas necessárias para que o Estado do Rio de Janeiro estabeleça metas e políticas de redução da letalidade e da violência policial".**

Uma vez fixado um indicador autônomo, o passo seguinte é fixar as metas a serem atingidas. Esse relatório não aprofundará esse tema, por envolver conhecimentos específicos que não próprios à seara jurídica. Mas convém chamar a atenção para as **metas para o primeiro semestre de 2023, fixadas pelo Estado do Rio de Janeiro para os indicadores estratégicos de criminalidade**:

SISTEMA DE DEFINIÇÃO E GERENCIAMENTO DE METAS PARA OS INDICADORES ESTRATÉGICOS DE CRIMINALIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

28º Ciclo – 1º semestre de 2023

Indicador Estratégico de Criminalidade	Metas do 1º Semestre de 2023							Redução em relação ao 1º semestre de 2022
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Total	
Letalidade Violenta	358	358	409	361	353	314	2.153	1,0%
Roubo de Veículo	1.864	1.770	2.153	1.966	2.078	1.876	11.707	0,0%
Roubo de Rua	5.083	4.781	5.487	5.250	5.133	5.264	30.998	0,5%
Roubo de Carga	360	318	340	322	289	281	1.910	0,0%

Figura 1 Fonte: ISP/RJ:

Para o primeiro semestre de 2023, busca-se uma **redução de 1% no Indicador Estratégico de Letalidade Violenta** que, repita-se, é a soma de todos os indicadores de "homicídio doloso, morte por intervenção de agente do Estado, latrocínio e lesão corporal seguida de morte". Do ponto de vista da **proporcionalidade e razoabilidade**, com as devidas vênias, essa modesta meta semestral de 1% (um por cento) estaria distante do escopo de mudanças substanciais e estruturantes de que trata ADPF nº 635.

Outros três aspectos ainda merecem atenção: mapeamento da letalidade policial, monitoramento dos indicadores legais de êxito de operações policiais e uniformização das classificações de mortes por intervenção de agentes de Estado.

Em que pese a robusta base de dados do ISP, **inexiste um levantamento dos agentes**

[77]Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/11/01/a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo-afirma-wilson-witzel.htm. Acesso em 23 mar. 2023.

com maior envolvimento em casos de letalidade policial, dado esse que pode ser usado para ações de amplo espectro, desde o apoio psicológico ao agente a medidas de responsabilização, quando pertinentes.

Quanto ao êxito das operações policiais, a Lei Estadual nº. 8.928, de 09/07/2020, estabeleceu três indicadores para "considerar se uma operação [policial] foi bem sucedida":

> Art. 2º .....
> (...)
> §2º. Entre outros critérios definidos por leis, pela respectiva secretaria, e pelos órgãos técnicos, também serão considerados, para considerar uma operação bem sucedida, os seguintes critérios:
> **a) o mínimo possível de vítimas colaterais;**
> **b) o mínimo possível de policiais e civis mortos e/ou feridos gravemente;**
> **c) o significativo volume de apreensão de armas, de drogas e/ou prisões**. (Grifou-se)

A matéria, portanto, merece ser regulamentada pelo Plano, diante de sua inafastável pertinência com o tema.

O terceiro ponto está relacionado à multiplicidade de classificações ainda existentes sobre mortes por intervenção de agentes de estado, a exemplo da classificação **"homicídio (ou lesão corporal) decorrente de oposição à intervenção policial"**, mesmo quando a referida oposição ainda é objeto de investigação. Relembre-se que essa padronização já foi devidamente regulamentada pela Portaria nº 229, de 10/12/2018, do Ministério de Estado da Segurança Pública, que dispõe sobre a unificação e padronização das classificações do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas – Sinesp, que estabelece a denominação "**Morte por intervenção de agente do Estado"** (art. 3º, V):

A uniformização preconizada pela norma federal dá cumprimento – ao menos no plano do direito positivo – ao ponto resolutivo 20 da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, proferida no caso Favela Nova Brasília, segundo a qual:

> 20. O Estado deverá adotar as medidas necessárias para **uniformizar a expressão "lesão corporal ou homicídio decorrente de intervenção policial" nos relatórios e investigações da polícia ou do Ministério Público** em casos de mortes ou lesões provocadas por ação policial. O conceito de "oposição" ou "resistência" à ação policial **deverá ser abolido**, no sentido disposto nos parágrafos 333 a 335 da presente Sentença.

Desta forma, sugere-se que o Plano:

- **destaque a "Morte por Intervenção de Agente de Estado" como um indicador estratégico de criminalidade (IEC) autônomo**, com metas semestrais próprias, inserido no Sistema Integrado de Metas (SIM) para todos os fins, inclusive premiações dos agentes de segurança;

- **uniformize**, em toda a estrutura do Estado do Rio de Janeiro, o uso da **terminologia "Morte por Intervenção de Agente de Estado",** tal como previsto no inciso V do art. 3º da Portaria nº. 229, de 10/12/2018, do Ministério de Estado da Segurança Pública, abolindo o uso de terminologias como "homicídio decorrente de oposição à intervenção policial".
- **estabeleça metas proporcionais, razoáveis e regionalizadas**, visando o eficaz enfrentamento da letalidade decorrente de Intervenção de Agente de Estado;
- **destaque o indicador de "Policiais mortos em serviço",** nos termos definidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, como um indicador estratégico de criminalidade (ICE) autônomo, com metas semestrais próprias, inserido no Sistema Integrado de Metas (SIM) para todos os fins, inclusive premiações dos agentes de segurança;
- regulamente o monitoramento dos indicadores legais de êxito das operações policiais, previstos na Lei Estadual nº 8.928, de 09/07/2020;
- **preveja expressamente a produção de relatórios mensais sobre os agentes envolvidos em casos de "Morte por Intervenção de Agente de Estado"**, para fins de aplicação das medidas de atendimento psicossocial, requalificação, afastamento das funções (nos termos da Lei Estadual nº 8.929, de 2020[78]) ou apuração de responsabilidade, conforme o caso.

5.2.3. Investigação e Perícia

Um conjunto de medidas cautelares deferidas pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da ADPF nº 635 está diretamente relacionada aos procedimentos concernentes à investigação de mortes por intervenção de agentes do Estado e à produção de prova pericial. Cumpre examinar se estão contempladas no plano e, neste caso, de que modo cada uma dessas determinações judiciais são abordadas e regulamentadas.

5.2.3.1. Preservar todos os vestígios de crimes e evitar a remoção indevida de cadáveres - documentação das provas periciais, com laudo de crime e exame de necropsia

> **MEDIDAS CAUTELARES:**
> **5.** Deferir a medida cautelar requerida para determinar que o Estado do Rio de Janeiro oriente seus agentes de segurança e profissionais de saúde a **preservar todos os vestígios de crimes cometidos em operações policiais, de modo a evitar a remoção indevida de cadáveres sob o pretexto de suposta prestação de socorro** e o descarte de peças e objetos importantes para a investigação;[79] (STF. Plenário. Medida Cautelar na ADPF 635, julgada em 18.08.2020).
> 6. Deferir a medida cautelar para acolher o pedido formulado na alínea "k", para **determinar aos órgãos de polícia técnico-científica do Estado do Rio de Janeiro**

[78] Art. 11. O policial que se envolver em mais de uma ocorrência de lesão corporal ou homicídio decorrente de oposição à intervenção policial no período de um ano, poderá ser avaliado pelo setor de Psicologia e, se recomendado, ter garantido o acompanhamento psicológico, assistência espiritual, a capacitação em Direitos Humanos e Aperfeiçoamento Profissional neste período.
[79] STF. Plenário. Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635. Sessão Virtual de 07/08/2020 a 17/08/2020.

> **que documentem, por meio de fotografias, as provas periciais produzidas em investigações de crimes contra a vida**, notadamente o **laudo de local de crime e o exame de necropsia**, com o objetivo de assegurar a possibilidade de **revisão independente**, devendo os **registros fotográficos, os croquis e os esquemas de lesão ser juntados aos autos**, bem como **armazenados em sistema eletrônico de cópia de segurança para fins de backup**;[80] (STF. Plenário. Medida Cautelar na ADPF 635, julgada em 18.08.2020).
>
> **PLANO ESTADUAL DE REDUÇÃO DE LETALIDADE**
> **Art. 4º.** Para atingir os objetivos definidos neste Decreto, a **SEPOL e a SEPM**, sem o prejuízo da adoção de outras vedações ou imposições adicionais, deverão pautar suas operações planejadas e não emergenciais, notadamente as de natureza repressiva em áreas sensíveis, bem como as medidas administrativas habituais pós ocorrência de tais operações pelos seguintes preceitos:
> (...)
> V- **Aprimoramento das respectivas estruturas investigativas e correcionais, bem como das técnicas de acompanhamento e investigação das ocorrências policiais com uso de força e que tenham tido atuações violentas, em especial as que apresentem resultados letais**.
> **Art. 6º.** Em atendimento aos eixos propostos no art. 1º, parágrafo único, a Secretaria de Polícia Militar deverá adotar as seguintes medidas:
> (...)
> III - Aprimoramento dos Procedimentos Administrativos/Operacionais:
> (...)
> b - **Aprimorar os procedimentos investigativos e as técnicas de acompanhamento e investigação das ocorrências policiais que tenham tido atuações violentas, em especial as que apresentem resultados letais**;
> c - **Que sejam produzidos registros individualizados e relatórios conclusivos de todas as ações policiais que tenham o resultado morte ou lesão (MIAE), passíveis de serem demandados pelo MPRJ**.
> **Art. 7º.** Em atendimento aos eixos propostos no art. 1º, parágrafo único, a Secretaria de Polícia Militar deverá adotar as seguintes medidas:
> (...)
> III - Aprimoramento dos Procedimentos Administrativos/Operacionais:
> (...)
> b - **Aprimorar os procedimentos investigativos e os mecanismos de controle e fiscalização das ocorrências policiais que tenham tido atuações violentas, em especial as que apresentam resultados letais**.

Não consta do plano a previsão de procedimentos para preservação de todos os vestígios de crimes cometidos em operações policiais, de modo a evitar a remoção indevida de cadáveres sob o pretexto de suposta prestação de socorro e o descarte de peças e objetos importantes para a investigação.

O Plano prevê apenas providências de caráter genérico sobre "aprimoramento dos procedimentos investigativos" e fiscalização das ocorrências policiais.

Ressalte-se que as providências determinadas judicialmente estão em sintonia com os comandos expressos do Código de Processo Penal, especialmente em seus arts. 158-A e 158-B que tratam da cadeia de custódia, assim entendida como "conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes" (art. 158-A, do CPP).

[80] *Ibid.*

Merece menção também às previsões contidas no **Protocolo de Minnesota, elaborado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos**, com diretrizes para as investigações de crimes cometidos pela intervenção de agentes do Estado. Dentre as várias previsões sobre a importância da preservação e documentação dos vestígios, destaca-se:

> 59. A cena de um crime deve ser protegida o mais rápido possível, e não se deve permitir a entrada de pessoas não autorizadas. Isso permite a proteção efetiva e a coleta de evidência no local e reduz ao mínimo a contaminação ou a perda de material relevante. Para proteger a cena é necessário controlar a entrada e saída de pessoas e, na medida do possível, limitar o acesso somente a pessoal treinado. Mesmo nos sistemas médico-legais que não requerem um médico legista na cena de crime, esta pode ser valiosa para a pesquisa. O lugar dos fatos e as provas que nele se encontram devem ser protegidos isolando-se a área. Na medida do possível e se indicado, deve ser protegido o local contra intempéries ou outros fatores que podem deteriorar as provas.

Deve-se observar que esse tema foi objeto de exposição por parte dos representantes das Polícias Civil e Militar, por ocasião da visita do GT ao Rio de Janeiro, realizada nos dias 09 e 10/03/2023. Os agentes reportaram as dificuldades em se realizar os procedimentos preconizados pela decisão judicial, diante dos riscos à vida e à incolumidade física de peritos e policiais, quando se trata de localidade sob o controle de organizações criminosas.

Foi reportado e mostrado o vídeo de um caso ocorrido no ano de 2022, quando um perito criminal que foi atingido no rosto por estilhaços, em razão de disparos de arma de fogo efetuados por criminosos na direção dos agentes (operação policial na Vila Cruzeiro no bairro da Penha).

Também foi relatado o uso cada vez mais frequente de “barricadas” nas vias públicas, instaladas pelos criminosos, impedindo a livre circulação de veículos nas vias, inclusive das viaturas policiais. Ainda, foram mostradas fotos e vídeos de “seteiras” que consistem em muros de alvenaria com orifícios para que os criminosos possas visualizar a aproximação dos policias e disparar arma de fogo. Muitas seteiras, conforme relatado, estariam direcionadas para as barricadas, aguardando que os agentes saiam dos veículos blindados para tentar remover os obstáculos e, assim, se tornem alvos mais vulneráveis aos disparos dos criminosos.

Exemplos dessas barricadas foram mostrados pela equipe do CORE aos integrantes da comissão do GT, eis que existentes nas entradas das comunidades que circundam a Cidade da Polícia, onde se localiza a sede da Coordenação de Operações Especiais.

O Plano, por sua vez, ao não enfrentar o tema, deixa de regulamentar hipóteses que possam ser consideradas excepcionalíssimas, quando a vida ou incolumidade física dos agentes e peritos estiverem em grave risco.

Em conclusão, verifica-se que as referidas medidas cautelares deferidas pelo STF nos autos de APDF nº 635 não estão previstas no Plano, havendo apenas menções de caráter

genérico no sentido do aprimoramento das investigações e dos mecanismos de controle e fiscalização. Contudo, é de se esperar que o plano não apenas incorpore expressamente as medidas judiciais de cumprimento cogente, como também lhes empreste maior concretude, fixando comandos mais detalhados, e não o contrário.

Recomenda-se uma revisão do plano, nesse ponto, para incluir de forma expressa e detalhada o cumprimento das medidas cautelares acima referidas (preservar todos os vestígios de crimes, evitar a remoção indevida de cadáveres e documentação das provas periciais, com laudo de crime e exame de necropsia), à luz do Código de Processo Penal, notadamente seus arts. 158-A e 158-B e do Protocolo de Minnesota, assim como a regulamentação das hipóteses de absoluta impossibilidade, por meio de decisão fundamentada e passível de revisão pelas autoridades hierárquicas e controle externo pelo Ministério Público.

5.2.3.2. Investigação autônoma por órgão do Ministério Público em casos de suspeita de infração penal por agentes de segurança pública - aplicação do protocolo de Minnesota

> **MEDIDAS CAUTELARES:**
> **Investigação autônoma e imparcial por órgão do Ministério Público**
> 11. Deferir os pedidos cautelares veiculados nas alíneas "l", "m", "n" e "o", a fim de reconhecer que **sempre que houver suspeita de envolvimento de agentes dos órgãos de segurança pública** na prática de infração penal, **a investigação será atribuição do órgão do Ministério Público competente**. A investigação, por sua vez, deverá atender ao que exige o **Protocolo de Minnesota**, em **especial no que tange à oitiva das vítimas ou familiares** e à priorização de casos que tenham como vítimas as crianças. Ademais, por ser função essencial do Estado, acolher também o pedido para determinar que, em casos tais, o **Ministério Público designe um membro para atuar em regime de plantão**. (STF. Plenário. Referendo em Tutela Provisória Incidental na MC-ADPF 635/RJ, julgado em 18/08/2020).
>
> **Medida 4:** Controle do uso da força letal por agentes de Estado e **minudente investigação imparcial, feita pelo Ministério Público**
> Reconhecer, nos termos dos Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, que só se justifica o uso da força letal por agentes de Estado quando, ressalvada a ineficácia da elevação gradativa do nível da força empregada para neutralizar a situação de risco ou de violência,
> (i) exauridos demais meios, inclusive os de armas não-letais, e for
> (ii) necessário para proteger a vida ou prevenir um dano sério,
> (iii) decorrente de uma ameaça concreta e iminente.
> Cabe ao Executivo local sopesar, de um lado, a necessidade de reduzir o risco de dano desnecessário aos direitos humanos nas operações policiais nas favelas, e de outro, as ameaças enfrentadas pelos agentes públicos no cumprimento de seus deveres estatais. Fica ressalvada a possibilidade, desde que posteriormente justificada, que o agente do Estado possa desde logo fazer uso de força potencialmente letal, quando se fizerem necessárias e proporcionais à ameaça vivenciada no caso concreto.
> **Em qualquer hipótese, colocar em risco ou mesmo atingir a vida de alguém somente será admissível se, após minudente investigação imparcial, feita pelo Ministério Público, concluir-se ter sido a ação necessária para proteger exclusivamente a vida e nenhum outro bem de uma ameaça iminente e concreta**. (STF. Plenário. Emb. Decl. na MC-ADPF 635/RJ, julgado em 18/08/2020)

> **PLANO ESTADUAL DE REDUÇÃO DE LETALIDADE:**
> Não consta Plano medidas tratando da investigação autônoma a ser conduzida pelo Ministério Público. De modo geral, as investigações continuam sendo conduzidas pela Polícia Civil, mesmo em casos de envolvimento de seus próprios agentes.

A necessidade de conduzir investigações imparciais, por órgão autônomo em relação à força de segurança envolvida na violência praticada por agente de estado foi objeto de expressa previsão no ponto resolutivo 16 da sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Favela Nova Brasília:

> 16. O Estado, no prazo de um ano contado a partir da notificação da presente Sentença, deverá estabelecer os mecanismos normativos necessários para que, **na hipótese de supostas mortes, tortura ou violência sexual decorrentes de intervenção policial,** em que prima facie policiais apareçam como possíveis acusados, **desde a *notitia criminis* se delegue a investigação a um órgão independente e diferente da força pública envolvida no incidente**, como uma autoridade judicial ou o **Ministério Público**, **assistido por pessoal policial, técnico criminalístico e administrativo alheio ao órgão de segurança a que pertença o possível acusado**, ou acusados, em conformidade com os parágrafos 318 e 319 da presente Sentença

Na fundamentação da referida sentença, a Corte Interamericana de Direitos Humanos aduziu que:

> "os Princípios Relativos a uma Eficaz Prevenção e Investigação das Execuções Extralegais, Arbitrárias ou Sumárias, e seu Manual (conhecidos como Protocolo de Minnesota) dispõem que, nos casos em que se suspeite da participação de funcionários estatais, **'pode não ser possível uma investigação objetiva e imparcial a menos que se crie uma comissão de inquérito especial**'. Entre os fatores que justificam a crença de que funcionários estatais participaram do homicídio, e que deveriam levar à criação de uma comissão especial imparcial que a investigue figuram, entre outros: quando a vítima tenha sido vista pela última vez sob custódia da polícia ou detida; quando o modus operandi seja reconhecidamente imputável a esquadrões da morte patrocinados pelo governo; quando pessoas do governo ou a ele relacionadas tenham tentado obstruir ou atrasar a investigação do homicídio; quando não se possam obter as provas físicas ou de testemunhas essenciais à investigação. Nessas situações, o parágrafo 11 dos referidos Princípios dispõe que se crie uma comissão de sindicância independente ou procedimento semelhante. Os investigadores, nesses casos, devem ser imparciais, competentes e independentes. (...). No entanto, embora a Resolução nº 129 do CNMP determine as medidas a serem adotadas pelo Ministério Público em casos de morte decorrente de intervenção policial, considerando que a violência policial é normalmente investigada pela própria polícia, a Corte considera necessário que o controle externo do Ministério Público em casos de violência policial se projete além da prática de supervisão à distância das investigações realizadas por delegados da própria polícia." (Item 186, pág. 47 e item 319, pág. 77).

Relevante frisar, portanto, a importância da adoção, pelo Plano, do **Protocolo de Minnesota, elaborado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos**, com diretrizes para as investigações de crimes cometidos pela intervenção de agentes do Estado, visando proteger o direito à vida, à justiça, à transparência e à defesa substancial, conforme expressa determinação da Suprema Corte.

Desta forma, mesmo diante da vigência da medida cautelar do STF, mostra-se necessário que, havendo envolvimento de membros da Polícia Civil em caso de morte por intervenção de agente do Estado, a investigação independente seja adequadamente regulamentada, conferindo ao Ministério Público que "se projete além da prática de supervisão à distância das investigações realizadas por delegados da própria polícia".

Vale, nesse ponto, citar novamente o voto do Ministro Relator no acórdão do Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 635, proferida em 18/08/2020:

> "**Ademais, não se pode alegar que a competência dos delegados de polícia para a realização de investigações de infrações que envolvam os seus próprios agentes atenda à exigência de imparcialidade, reclamada pelos tratados internacionais de direitos humanos. Sempre que houver suspeita de envolvimento de agentes dos órgãos de segurança pública na prática de infração penal, a investigação será atribuição do órgão do Ministério Público competente. O exercício dessa atribuição deve ser *ex officio* e prontamente desencadeada, o que em nada diminui os deveres da polícia de enviar os relatórios sobre a operação ao *parquet* e de investigar, no âmbito interno, eventuais violações."**

Ainda sobre o tema, dois importantes atos normativos foram recentemente editados pelo **Conselho Nacional do Ministério Público**. A **Recomendação nº 96, de 28/02/2023**, orienta a todos os membros do Ministério Público a **observância**, em seus respectivos âmbitos de atribuição, **das normas dos tratados, convenções e protocolos internacionais de direitos humanos em vigor no Brasil e as demais normas imperativas do Direito Internacional dos Direitos Humanos**, além do **efeito vinculante das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos**, nos casos em que o Brasil é parte, nos termos do art. 68 da Convenção Americana sobre os Direitos Humanos.

Já a **Portaria CNMP-PRESI nº 97, de 10/03/2023**, instituiu, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, Grupo de Trabalho (GT), no âmbito do Gabinete do Conselheiro Antônio Edílio Magalhães Teixeira, com o objetivo de elaborar **proposta de Resolução para disciplinar as investigações do Ministério Público nos casos de mortes, torturas e violências sexuais no contexto de intervenções policiais**, em observância às decisões do STF na **ADPF nº 635 e da Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos**, de 25/11/2021, proferida no **Caso Favela Nova Brasília vs. Brasil**.

No tocante à participação da vítima ou seus familiares, o ponto resolutivo 19 da sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Favela Nova Brasília condenou o Estado brasileiro a permitir às vítimas de delitos ou a seus familiares participar de maneira formal e efetiva dessas investigações:

> 19. O Estado deverá adotar as medidas legislativas ou de outra natureza necessárias para permitir às vítimas de delitos ou a seus familiares participar de maneira formal e efetiva da investigação de delitos conduzida pela polícia ou pelo Ministério Público, no sentido disposto no parágrafo 329 da presente Sentença.

A participação da vítima ou seus familiares também encontra respaldo na **Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder,** emanada das deliberações do Sétimo Congresso das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua Resolução nº 40/34, de 29/11/1985. Ao tratar do acesso à justiça das vítimas, ressalta que devem ser tratadas com compaixão e respeito pela sua dignidade e que têm direito ao acesso às instâncias judiciárias e a uma rápida reparação do prejuízo por si sofrido. Seu art. 6º destaca que a capacidade dos aparelhos judiciário e administrativo para responder às necessidades das vítimas deve ser melhorada nos seguintes termos:

> a) Informando às vítimas da sua função e das possibilidades de recurso disponíveis, das datas e da marcha dos processos e da decisão das suas causas, especialmente quando se trate de crimes graves e quando tenham pedido essas informações;
> b) Permitindo que as opiniões e as preocupações das vítimas sejam apresentadas e examinadas nas fases adequadas do processo, quando os seus interesses pessoais estejam em causa, sem prejuízo dos direitos da defesa e no quadro do sistema de justiça penal do país;
> c) Prestando às vítimas a assistência adequada ao longo de todo o processo;
> d) Tomando medidas para minimizar, tanto quanto possível, as dificuldades encontradas pelas vítimas, proteger a sua vida privada e garantir a sua segurança, bem como a da sua família e a das suas testemunhas, preservando-as de manobras de intimidação e de represálias;"
> e) Evitando demoras desnecessárias na resolução das causas e na execução das decisões ou sentenças que concedam indenização às vítimas.

Outro importante mecanismo de transparência na apuração de mortes por intervenção de agentes de estado é a comunicação das ocorrências ao Ministério Público, à Defensoria Pública e ao Órgão do Poder Executivo responsável pela promoção dos Direitos Humanos, conforme previsto no §2º do art. 7º na Lei Estadual nº 8.928/2020. Não obstante, nem sempre a comunicação é realizada ou vem acompanhada dos Registro de Ocorrência ou demais peças referentes à investigação, como laudos periciais.

Por sua vez, em relação ao fortalecimento dos programas de proteção, os Programas de Proteção do Estado (PROVITA e PEPDDH) devem ser fortalecidos, com a destinação de recursos financeiros para a sua manutenção e aperfeiçoamento, sem prejuízo do apoio logístico para escolta, traslado e demais atividades que preservem a integridade física e psíquica das pessoas que colaboram para o fortalecimento da democracia, o combate às organizações criminosas e, também, na redução da letalidade policial.

Sugere-se, portanto:

(i) que o tema da investigação autônoma conduzida pelo Ministério Público seja devidamente previsto no Plano, indicando também a sua necessária regulamentação, por atos que deverão envolver o Poder Executivo e o Ministério Público estaduais;

(ii) a inserção no Plano do direito à participação da vítima ou seus familiares na investigação e o fornecimento de informações a respeito das fases e status dos procedimentos, permitindo a

sua participação efetiva, com acesso aos dados que não sejam sigilosos;
(iii) a previsão no Plano de norma de reforço em relação ao cumprimento da determinação legal de encaminhamento ao Ministério Público, à Defensoria Pública e ao Órgão do Poder Executivo responsável pela promoção dos Direitos Humanos de cópia integral dos Registros de Ocorrências de Morte por Intervenção de Agente de Estado, CF. art. 7º, §2º, da Lei estadual nº 8.928/2020, inclusive em casos de aditamentos que venham a tratar a ocorrência como morte por intervenção de agente de estado;
(iv) a inserção no Plano de que as testemunhas, os defensores de direitos humanos e as vítimas sejam protegidas contra represálias ou retaliações, com medidas concretas de fortalecimento do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA) e do Programa Estadual de Proteção de Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PEPDDH), assegurando a destinação de verbas para a sua execução e os recursos logísticos necessários.

5.2.3.3. Prioridade absoluta nas investigações que tenham como vítimas crianças e adolescentes

> **MEDIDAS CAUTELARES:**
> 11. Deferir os pedidos cautelares veiculados nas alíneas "l", "m", "n" e "o", a fim de reconhecer que, sempre que houver suspeita de envolvimento de agentes dos órgãos de segurança pública na prática de infração penal, a investigação será atribuição do órgão do Ministério Público competente. A investigação, por sua vez, deverá atender ao que exige o **Protocolo de Minnesota**, em especial no que tange à oitiva das vítimas ou familiares e **à priorização de casos que tenham como vítimas as crianças.** Ademais, por ser função essencial do Estado, acolher também o pedido para determinar que, em casos tais, o Ministério Público designe um membro para atuar em regime de plantão; (STF. Plenário. Referendo em Tutela Provisória Incidental na MC-ADPF 635/RJ, julgado em 05/08/2020).
>
> MEDIDA 5 – "(...) reconhecer, sem efeitos modificativos, a imperiosa necessidade de, nos termos do art. 227 da Constituição Federal, haver **prioridade absoluta nas investigações de incidentes que tenham como vítimas quer crianças, quer adolescentes**" (STF. Plenário. Emb. Decl. na MC-ADPF 635/RJ, julgado em 03/02/2022)**.**

Não consta no Plano medidas tratando priorização de casos que tenham como vítimas as crianças, sendo certo que o Supremo Tribunal Federal deferiu medida cautelar para que as investigações de mortes de crianças e adolescentes sejam priorizadas. Nesse sentido, foi aprovada a Lei Estadual nº 9.180, de 12/01/2021, apelidada de "Lei Agatha", que estabelece que "Fica garantida a prioridade na tramitação dos procedimentos investigatórios que visem à apuração e responsabilização de crimes contra a vida e outros crimes com resultado morte, inclusive na modalidade tentada, que tenham como vítimas crianças e adolescentes, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, observando-se as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).".

Ainda no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, merece destaque a Política Estadual de

Prevenção e Enfrentamento aos Homicídios de Crianças e Adolescentes no Rio de Janeiro[81], elaborado pelo Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDCA), e as Diretrizes para Projetos de Prevenção à Violência entre Jovens do Fórum Brasileiro de Segurança Pública[82], que valem como importantes subsídios para a elaboração de programas voltados à prevenção da violência.

As ações direcionadas à redução da letalidade policial como problema social complexo, de múltiplas causas, não devem se limitar à atuação policial, sendo imprescindível a articulação de ações intersetoriais nas áreas de educação, assistência social, profissionalização, trabalho, geração de renda, saúde, cultura, esporte, lazer e políticas focadas nos grupos sociais que concentram os maiores níveis de vitimização (adolescentes e jovens adultos).

Assim, **sugere-se que seja inserido no Plano** a diretriz da priorização de investigação de mortes de crianças e adolescentes, com medidas sobre os procedimentos e monitoramento das providências adotadas no sentido de dar efetivo cumprimento à decisão judicial e à legislação, bem como a disponibilização de informações sobre os inquéritos policiais concluídos e em curso sobre o tema.

5.2.4. Procedimentos Operacionais

5.2.4.1. Excepcionalidade da Realização de Operações Policiais - Fiscalização dos Órgãos de Controle e do Judiciário

> **MEDIDA CAUTELAR**
> Determinar que até que o plano mais abrangente seja elaborado, atendido o domínio normativo da administração e consideradas as peculiaridades locais, bem como assegurado às forças de segurança examinarem diante das situações concretas a **proporcionalidade e a excepcionalidade do uso da força**, que o emprego e a fiscalização da legalidade do uso da força sejam feitos à luz dos **Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei,** com todos os desdobramentos daí derivados, em especial, em relação à **excepcionalidade da realização de operações policiais,** a serem avaliadas, quando do emprego concreto, pelas próprias forças, **cabendo aos órgãos de controle e ao Judiciário, avaliar as justificativas** apresentadas quando necessário. (STF. Plenário. Emb. Decl. na MC-ADPF 635/RJ, julgado em 03.02.2022).
>
> **PLANO ESTADUAL DE REDUÇÃO DE LETALIDADE**
> Art. 6º - Em atendimento aos eixos propostos no art. 1º, parágrafo único, a Secretaria de Polícia Militar deverá adotar as seguintes medidas:
> I - Aprimoramento de Recursos Humanos:
> a) Dispor de disciplinas relativas aos Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo (PBUFAF) no currículo de formação;
> b) Dispor de disciplinas relativas aos Direitos Humanos, destacando inclusive o combate ao racismo, no currículo de formação;

[81] Anexo: Política Estadual de Prevenção e Enfrentamento aos Homicídios de Crianças e Adolescentes no Rio de Janeiro do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDCA).
[82] Anexo: Diretrizes para Projetos de Prevenção à Violência entre Jovens.

> c) Realizar estágios de requalificação de técnicas e táticas de atuação policial, em periodicidade a ser estabelecida por ato próprio;
> d) Desenvolver ações que propiciem a evolução e a expansão das habilidades socioemocionais do seu efetivo;
> e) Requalificar, mediante programa próprio, todo o seu efetivo, quanto às técnicas para o uso de armamento letal;
> f) Empreender ações de acompanhamento psicológico do efetivo;

A medida cautelar em análise declara e reforça o incontestável **caráter de "*excepcionalidade da realização de operações policiais*"**, notadamente nas denominadas "**áreas sensíveis**", locais de alta densidade populacional, compostas por cidadãos em especial situação de vulnerabilidade social e com maior probabilidade de haver confrontos armados.

Neste contexto, ainda que o objetivo seja o legítimo e necessário combate à criminalidade organizada, a segurança pública, enquanto direito fundamental e serviço público (art. 6º c/c art. 144 da CRFB), não pode ser exercida/prestada em detrimento dos demais direitos fundamentais. Como consequência dos confrontos, moradores ficam impedidos de sair de suas casas e trabalhar, aulas são suspensas, postos de saúde são fechados, além da exposição intolerável à integridade física e à vida de pessoas sistematicamente colocadas em meio a confrontos entre agentes de segurança e organizações criminosas, gerando **risco injustificado**[83] à população local e aos policiais.

No dia 3 de março de 2023, por exemplo, operação realizada no Complexo da Maré fez com que 43 escolas da região tivessem as aulas suspensas.[84] A verdade é que, apesar de o ano letivo ter acabado de começar, em 10 dias, quase 100 escolas e creches tiveram o funcionamento afetado por confrontos armados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.[85] Já o estudo do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), em parceria com a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, publicado em 2022, revelou que 74% das escolas cariocas tiveram ao menos um tiroteio no seu entorno em 2019. A realidade apresentada gera prejuízos diretos sobre o desempenho acadêmico, estimula o abandono escolar e impacta a renda do futuro trabalhador.[86]

Diante deste diagnóstico, a Comissão Interamericana[87], em seu "Relatório sobre Segurança cidadã e direitos humanos", determina que:

> "Desde a perspectiva dos direitos humanos, quando na atualidade se fala de

[83] Expressão utilizada pelo item 11.c dos **Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei**.
[84] G1. **Polícia faz operação no Complexo da Maré e deixa 43 escolas sem aulas**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/03/03/policia-faz-operacao-no-complexo-da-mare.ghtml>. Acesso em: 23 mar. 2023.
[85] G1. **Tiroteios afetam o funcionamento de escolas do Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2023/03/06/tiroteios-afetam-o-funcionamento-de-escolas-do-rio-de-janeiro.ghtml>. Acesso em 23 mar. 2023.
[86] Centro de Estudos de Segurança e Cidadania. **Estudo mostra que 74% das escolas municipais do Rio sofrem com tiroteios no entorno**. Acesso em: <https://cesecseguranca.com.br/reportagens/estudo-mostra-que-74-das-escolas-municipais-do-rio-sofrem-com-tiroteios-no-entorno-2/>. Acesso em 23 mar. 2023.
[87] OEA. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Relatório sobre segurança cidadã e direitos humanos. 2009, p. 7.

> segurança, esta **não se pode limitar à luta contra a criminalidade**, mas trata-se de como criar um ambiente propício e adequado para a convivência pacífica das pessoas. Por isto, o conceito de segurança deve colocar **maior ênfase no desenvolvimento de trabalhos de prevenção e controle dos fatores que geram a violência e a insegurança, ao invés de tarefas meramente repressivas ou reativas perante fatos consumados**"

Apesar da importância do aprimoramento do "currículo de formação", com disciplinas específicas, além da "requalificação de técnicas e táticas" e "expansão das habilidades socioemocionais" dos agentes, **o Plano é omisso ao não densificar o conceito de "absoluta excepcionalidade"** que justifique a realização de operações policiais. A alegação de que a situação do Rio de Janeiro é excepcional e que, portanto, todas as operações são justificadas, constitui afronta à autoridade do Plenário da Corte. Ainda que tomada a afirmação como verdadeira, a *ratio* da decisão impõe reconhecer as operações como a "excepcionalidade da excepcionalidade". Esta ideia deve ser interpretada de modo a abranger apenas hipóteses que envolvam, de fato, **riscos concretos e imediatos à vida**, como, por exemplo, conflitos armados entre facções.

Recomenda-se uma revisão do plano, neste ponto, **para expressamente prever parâmetros objetivos e racionais que densifiquem o conceito de "absoluta excepcionalidade" com base nas melhores práticas e protocolos nacionais e internacionais**, bem como a instituição de **mecanismos prévios, simultâneos e posteriores de controle das operações nas hipóteses em que as forem estritamente necessárias**.

5.2.4.2. Helicópteros. Uso Restrito

> **MEDIDA CAUTELAR**
> Deferir a medida cautelar pleiteada, em menor extensão, para dar interpretação conforme ao art. 2o do Decreto 27.795, de 2001, a fim de **restringir a utilização de helicópteros nas operações policiais apenas nos casos de observância da estrita necessidade**, comprovada por meio da produção, ao término da operação, de relatório circunstanciado (STF. Plenário. Referendo em Tutela Provisória Incidental na MC-ADPF 635/RJ, julgada em 18.08.2020).
>
> **PLANO ESTADUAL DE REDUÇÃO DE LETALIDADE POLICIAL**
> Art. 4º - Para atingir os objetivos definidos neste Decreto, a SEPOL e a SEPM, sem o prejuízo da adoção de outras vedações ou imposições adicionais, deverão pautar suas operações planejadas e não emergenciais, notadamente as de natureza repressiva em áreas sensíveis, bem como as medidas administrativas habituais pós ocorrência de tais operações pelos seguintes preceitos:
> (....)
> III - O uso de helicóptero se dará, preferencialmente, como base de observação para a produção de dados que minimizem os riscos das operações policiais, especialmente as de natureza repressiva em áreas sensíveis, e, em casos excepcionais e quando necessário para a cobertura estratégica das equipes terrestres, sabendo-se que este equipamento é extremamente eficaz com o elemento dissuasivo, de superioridade bélica estatal, desencorajando o conflito;

O art. 4º do Plano define preceitos a serem observados pelas forças policiais, sem prejuízo de interdições e medidas adicionais, e adotados em operações planejadas e não

emergenciais, em áreas sensíveis. O seu inciso III trata especificamente do uso de helicóptero que deve, preferencialmente, ser usado como base de observação para a produção de dados.

Na fundamentação da medida cautelar deferida, o Ministro Relator Edson Fachin aduz que "é quase impossível imaginar situações nas quais o uso de helicóptero para tiro, o chamado "tiro embarcado", possa ser autorizado.

São, portanto, extremamente rígidos os critérios que autorizam o uso legítimo de força armada por parte dos agentes de Estado. Esses critérios não podem ser relativizados, nem excepcionados. São critérios objetivos e, tal como assentou a Suprema Corte dos Estados Unidos, no caso Graham *v.* Connor (490 U.S. 386 (1989)), independem de eventual boa-fé por parte dos agentes públicos. É à luz deles que o disposto no art. 2º do Decreto nº 27.795 deve ser examinado. Visto sob essa perspectiva, é quase impossível imaginar situações nas quais o uso de helicópteros para tiro, o chamado "tiro embarcado", possa ser autorizado. (...). Seja como for, não cabe ao Judiciário o exame minudente de todas as situações em que o uso de um helicóptero ou a prática de tiro embarcado possa ser justificada, mas é dever do Executivo justificar à luz da estrita necessidade, caso a caso, a razão para fazer uso do equipamento, não apenas quando houver letalidade, mas também sempre que um disparo seja efetuado. No exercício de sua competência material para promover as ações de policiamento, o Poder Executivo deve dispor de todos os meios legais necessários para cumprir seu mister, desde que haja justificativa hábil a tanto, verificável à luz dos parâmetros internacionais.

Ainda, nos termos do acórdão do Supremo Tribunal Federal, nos embargos de declaração na ADPF nº 635, decidiu-se que:

> Reconhecer, nos termos dos Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, que só se justifica o uso da força letal por agentes de Estado quando, ressalvada a ineficácia da elevação gradativa do nível da força empregada para neutralizar a situação de risco ou de violência, (i) exauridos demais meios, inclusive os de armas não-letais, e for (ii) necessário para proteger a vida ou prevenir um dano sério, (iii) decorrente de uma ameaça concreta e iminente. **Cabe ao Executivo local sopesar, de um lado, a necessidade de reduzir o risco de dano desnecessário aos direitos humanos nas operações policiais nas favelas, e de outro, as ameaças enfrentadas pelos agentes públicos no cumprimento de seus deveres estatais.** Fica ressalvada a possibilidade, desde que posteriormente justificada, que o agente do Estado possa desde logo fazer uso de força potencialmente letal, quando se fizerem necessárias e proporcionais à ameaça vivenciada no caso concreto. **Em qualquer hipótese, colocar em risco ou mesmo atingir a vida de alguém somente será admissível se, após minudente investigação imparcial, feita pelo Ministério Público, concluir-se ter sido a ação necessária para proteger exclusivamente a vida e nenhum outro bem de uma ameaça iminente e concreta**. Aqui, por igual, como já salientado acima, cabe às forças de segurança examinarem diante das situações concretas a proporcionalidade e a excepcionalidade do uso da força, servindo os princípios como guias para o exame das justificativas apresentadas a fortiori;

Contudo, percebe-se que o Plano apresenta um inequívoco alargamento da hipótese permissiva excepcional de uso do helicóptero para além de seu emprego como base de observação, flexibilizando a medida deferida ao abarcar situações que se enquadrariam no

critério do “estritamente necessário”.

Ainda nos termos do voto-condutor: “É certo, ainda, que em nenhuma ocasião civis poderão ser alvos, tal como disciplina a regra mais elementar do direito humanitário internacional”, ou seja, o uso de veículo aéreo não pode colocar em risco à vida e à integridade de moradores e moradoras de locais densamente povoados, como as favelas do Rio de Janeiro.

Conclui-se, portanto, que o Plano, quanto ao uso de helicópteros, precisa ser adequado para atender à decisão do Supremo Tribunal Federal.

Dessa forma, **recomenda-se** a **expressa menção no Plano** de que o uso de helicóptero com função diversa de base de operação **será excepcional** e **motivado** exclusivamente na proteção à vida, e a nenhum outro bem, de uma ameaça iminente e concreta. A justificação, quando do emprego concreto, deverá ser submetida ao crivo das próprias forças, cabendo aos órgãos de controle e ao Judiciário, avaliar as justificativas apresentadas, quando necessário.

5.2.4.3. Creches e Escolas: Excepcionalidade. Justificação. Controle do MP

> **MEDIDA CAUTELAR**
> 8. Deferir o pedido formulado na alínea “g” a fim de determinar que, no caso de realização de **operações policiais em perímetros nos quais estejam localizados escolas, creches, hospitais ou postos de saúde, sejam observadas as seguintes diretrizes:**
> **(i) a absoluta excepcionalidade da medida, especialmente no período de entrada e de saída dos estabelecimentos educacionais,** devendo o respectivo comando justificar, **prévia ou posteriormente,** em expediente próprio ou no bojo da investigação penal que fundamenta a operação, as razões concretas que tornaram indispensável o desenvolvimento das ações nessas regiões**, com o envio dessa justificativa ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em até 24 horas;**
> **(ii) a proibição da prática de utilização de qualquer equipamento educacional ou de saúde como base operacional das polícias civil e militar,** vedando-se, inclusive, o baseamento de recursos operacionais nas áreas de entrada e de saída desses estabelecimentos; e
> **(iii) a elaboração de protocolos próprios e sigilosos de comunicação** envolvendo as polícias civil e militar, e os segmentos federal, estadual e municipal das **áreas de educação e de saúde,** de maneira que os diretores ou chefes das unidades, logo após o desencadeamento de operações policiais, tenham tempo hábil para reduzir os riscos à integridade física das pessoas sob sua responsabilidade; (STF. Plenário. Referendo em Tutela Provisória Incidental na MC-ADPF 635/RJ, julgada em 18.08.2020).
>
> **PLANO ESTADUAL DE REDUÇÃO DE LETALIDADE**
>
> (i) Art 4º Para atingir os objetivos definidos neste Decreto, a SEPOL e a SEPM, sem o prejuízo da adoção de outras vedações ou imposições adicionais, deverão pautar suas **operações planejadas e não emergenciais**, notadamente as de natureza repressiva em áreas sensíveis, bem como as medidas administrativas habituais pós ocorrência de tais operações pelos seguintes preceitos:
> II - Início de operações policiais planejadas, especialmente as de natureza repressiva em áreas sensíveis, em horários de **menor movimentação da população local,** observadas as características de cada local, **evitando-se, principalmente, os horários escolares (entrada e saída de alunos);**
> VII - Comunicação das operações ao Promotor Natural, imediatamente **após seu**

> **início** e, a respeito dos **resultados obtidos, em até 24 horas** após a sua realização;
> (ii) Art 4º inc. I- **Não utilização** de bens públicos de serviços essenciais, especialmente das reas de saúde e educação, como bases operacionais de ações repressivas;
> (iii) Art 4º inc. VIII - Comunicação prévia, dentro de prazo que não prejudique a eficácia das operações, aos órgãos Federal, Estadual e Municipal das áreas de Educação e de Saúde, de maneira que os Diretores e Chefes das Unidades, com o desencadeamento das operações, tenham tempo hábil de reduzir os riscos à integridade física das pessoas sob sua responsabilidade;
> Art. 6º - Em atendimento aos eixos propostos no art. 1º, parágrafo único, a Secretaria de Polícia Militar deverá adotar as seguintes medidas:
> III - Aprimoramento dos Procedimentos Administrativos/Operacionais:
> e) Atualizar, mediante constatação de necessidade, os Protocolos Operacionais da SEPM referentes às operações em "áreas sensíveis";

A medida cautelar deferida, em síntese, admite, apenas em caso de absoluta excepcionalidade, a realização de operações policiais no perímetro de escolas, creches, hospitais ou postos de saúde, especialmente no período de entrada e saída dos estabelecimentos. Configurando-se a necessidade da realização de operação nesses locais, a força policial responsável deverá justificar ao Ministério Público, no prazo de 24 horas, as razões concretas que configuram a absoluta excepcionalidade.

Outrossim, na referida decisão judicial, o Supremo Tribunal Federal não fez distinção entre operações planejadas daquelas que seriam emergenciais, limitando, em qualquer hipótese, a realização de operações policiais próximas a equipamentos públicos de saúde e educação.

Entretanto, o Plano apresentado pelo ERJ fixa preceitos apenas para as operações policiais planejadas e não emergenciais, recomendando que as ações tenham início em horários de menor fluxo de população local, evitando-se, principalmente, os horários de saída e entrada das escolas.

Noutro giro, verifica-se que **o Plano contempla na íntegra a medida cautelar no que tange a vedação do uso de equipamentos escolares e de saúde como base operacional, além da necessária comunicação de operação policial, em tempo hábil, aos gestores públicos,** possibilitando que diretores de escolas e chefes de unidades de saúde possam adotar medidas visando reduzir os riscos à integridade física das pessoas sob a sua responsabilidade.

As medidas cautelares deferidas são elementares, segundo a normativa internacional, e já previstas, inclusive, no art. 4º da Instrução Normativa da SESEG do Rio de Janeiro, pois visam resguardar a integridade física e a vida da população civil no curso das operações policiais, notadamente de crianças e adolescentes, diretamente impactados com o aumento exponencial do risco de vida e a perda de dias letivos, que asseveram a desigualdade social.

Como ressalta a Nota Técnica da Rede Fluminense de Pesquisas sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos, "esses princípios contidos em tratados e protocolos internacionais dos quais o Estado brasileiro é signatário e, portanto, constantes tanto na

decisão colegiada do STF, como nas instruções normativas das policias civil e militar do Rio de Janeiro como "condicionantes legais" das operações policiais, deixam claro o evidente caráter excepcional inerente às estas ações: tratam-se de situações em que o "risco acima do tolerável" se compatibiliza com o fim perseguido, que deve demandar uma ação igualmente inegociável. **A "absoluta excepcionalidade" atribuída como qualificativo restritivo às hipóteses de realização de operações policiais na decisão do Ministro Edson Fachin só pode ser entendida, então, como "excepcionalidade da excepcionalidade"..."**

Com mais rigor ainda deve ser compreendida a excepcionalidade na realização de operações policiais em perímetros de escolas, creches e unidades de saúde, razão pela qual é imprescindível a apresentação da justificativa ao Ministério Público, que deve analisar, no caso concreto, se presentes as condicionantes que justificam a exceção à vedação.

Dessa forma, recomenda-se a adequação do Plano de Redução de Letalidade Policial para que passe a constar expressamente que a realização de operação policial no perímetro de escolas, creches, hospitais e postos de saúde, especialmente no período de entrada e saída, apenas pode ocorrer de forma excepcional, devendo a medida ser justificada ao Ministério Público, em até 24 horas, com as razões concretas que tornaram indispensável o desenvolvimento das ações nessas regiões. A norma deve ser aplicada às operações planejadas e não emergenciais, assim como nas operações emergenciais.

5.2.4.4. Controle do uso da força letal por agentes de Estado e abordagem policial

> **MEDIDAS CAUTELARES:**
> Reconhecer, nos termos dos Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, que **só se justifica o uso da força letal por agentes de Estado quando,** ressalvada a ineficácia da elevação gradativa do nível da força empregada para neutralizar a situação de risco ou de violência,
> (i) exauridos demais meios, inclusive os de armas não-letais, e for
> (ii) necessário para proteger a vida ou prevenir um dano sério,
> (iii) decorrente de uma ameaça concreta e iminente.
> Cabe ao Executivo local sopesar, de um lado, a **necessidade de reduzir o risco de dano desnecessário aos direitos humanos nas operações policiais nas favelas,** e de outro, as ameaças enfrentadas pelos agentes públicos no cumprimento de seus deveres estatais. Fica ressalvada a possibilidade, desde que posteriormente justificada, que o agente do Estado possa desde logo fazer uso de força potencialmente letal, quando se fizerem necessárias e proporcionais à ameaça vivenciada no caso concreto.
> Em qualquer hipótese**, colocar em risco ou mesmo atingir a vida de alguém somente será admissível se, após minudente investigação imparcial, feita pelo Ministério Público, concluir-se ter sido a ação necessária para proteger exclusivamente a vida e nenhum outro bem de uma ameaça iminente e concreta.** (STF. Plenário. Emb. Decl. na MC-ADPF 635/RJ, julgado em 03.02.2022).
>
> **PLANO ESTADUAL DE REDUÇÃO DE LETALIDADE:**
> Art. 1º - Este Decreto dispõe sobre o "Plano Estadual de Redução de Letalidade em Decorrência de Intervenção Policial" a ser aplicado em toda a estrutura de Segurança Pública do Estado, em especial na Secretaria de Estado de Polícia Civil - SEPOL e na Secretaria de Estado de Polícia Militar - SEPM, tendo por finalidade

estabelecer eixos de atuação, programas e ações, e, a partir desses, metas, diretrizes, obrigações e vedações destinadas a prevenir a ocorrência de resultados letais decorrentes de intervenção policial quando do cumprimento de suas obrigações constitucionais e legais.

Parágrafo Único - O Plano Estadual de redução de letalidade será baseado no aprimoramento simultâneo de três eixos de atuação:

I - Recursos humanos;

II - Recursos materiais;

III - Procedimentos administrativos/operacionais

Art. 2°, I - Capacitação continuada buscando a compreensão e a aplicação do uso diferenciado da força, com o objetivo de aperfeiçoar, dentre outros, os procedimentos inerentes ao uso de armas de fogo e seus princípios, estabelecendo, como parâmetro, os procedimentos disponíveis e que obrigatoriamente precedem o uso de arma de fogo em ações isoladas ou operações, levando-se em conta, igualmente, as condicionantes de estresse da realidade operacional nas áreas sensíveis do Estado;

II- Realização de atividades que permitam o desenvolvimento e aprimoramento das habilidades socioemocionais do policial, por meio de cursos/e ou palestras que busquem o desenvolvimento da conscientização profissional sobre os direitos humanos em comunhão com a relevância social da atividade policial, com especial enfoque nos parâmetros técnico-legais de ética, de moralidade, e de legalidade;

III- Mediante análise prévia e técnica, serão implementadas medidas de acompanhamento psicológico do policial, através do estabelecimento de programas de saúde laborativa, com atenção especial aos policiais que tenham se envolvido em confronto armado ou que, pela natureza de suas funções, possuam maior probabilidade de participação em ocorrências dessa natureza. Para tanto, as respectivas Polícias deverão investir no fortalecimento de suas respectivas estruturas assistenciais e médico sanitárias já existentes;

Parágrafo único - As Polícias Civil e Militar deverão constituir em suas respectivas estruturas o aparato administrativo necessário para o acompanhamento profissional de seu efetivo no desenvolvimento de todas as iniciativas referidas nos incisos acima, bem como para fins de controle e avaliação deste Plano junto ao seu público interno.

Art. 3°, IV - Aquisição de armamentos, acessórios e munições, mais modernos e mais sofisticados, que servirão para aprimorar a precisão e a eficácia das ações policiais, o que resultará na redução da letalidade, já que se prestarão assegurar suficiente superioridade bélica, o que desencoraja, o enfrentamento e o conflito armado.

Art. 4°, I - Não utilização de bens públicos de serviços essenciais, especialmente das áreas de saúde e educação, como bases operacionais de ações repressivas;

II- Início de operações policiais planejadas, especialmente as de natureza repressiva em áreas sensíveis, em horários de menor movimentação da população local, observadas as características de cada local, evitando-se, principalmente, os horários escolares (entrada e saída de alunos);

III- O uso de helicóptero se dará, preferencialmente, como base de observação para a produção de dados que minimizem os riscos das operações policiais, especialmente as de natureza repressiva em áreas sensíveis, e, em casos excepcionais e quando necessário para a cobertura estratégica das equipes terrestres, sabendo-se que este equipamento é extremamente eficaz com o elemento dissuasivo, de superioridade bélica estatal, desencorajando o conflito;

IV- Utilização de câmeras de uso individual e de emprego coletivo em veículos de uso especial (helicópteros e viaturas blindadas);

V- Aprimoramento das respectivas estruturas investigativas e correcionais, bem como das técnicas de acompanhamento e investigação das ocorrências policiais com uso de força e que tenham tido atuações violentas, em especial as que apresentem resultados letais;

VI- Aprimoramento dos sistemas de controle e fiscalização da utilização dos equipamentos letais e também dos de menor potencial ofensivo;

VII - Comunicação das operações ao Promotor Natural, imediatamente após seu início e, a respeito dos resultados obtidos, em até 24 horas após a sua realização.

VIII - Comunicação prévia, dentro de prazo que não prejudique a eficácia das operações, aos órgãos Federal, Estadual e Municipal das áreas de Educação e de Saúde, de maneira que os Diretores e Chefes das Unidades, com o desencadeamento das operações, tenham tempo hábil de reduzir os riscos à integridade física das pessoas sob sua responsabilidade;
IX- Em caso de operações policiais planejadas, deve-se envidar esforços no sentido de haver uma ambulância com equipe capaz de prestar os primeiros socorros a qualquer vítima que dela necessite durante a intervenção.
Art. 6º - Em atendimento aos eixos propostos no art. 1º, parágrafo único, a Secretaria de Polícia Militar deverá adotar as seguintes medidas:
I - Aprimoramento de Recursos Humanos:
a) Dispor de disciplinas relativas aos Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo (PBUFAF) no currículo de formação;
b) Dispor de disciplinas relativas aos Direitos Humanos, destacando inclusive o combate ao racismo, no currículo de formação;
c) Realizar estágios de requalificação de técnicas e táticas de atuação policial, em periodicidade a ser estabelecida por ato próprio;
d) Desenvolver ações que propiciem a evolução e a expansão das habilidades socioemocionais do seu efetivo;
e) Requalificar, mediante programa próprio, todo o seu efetivo, quanto às técnicas para o uso de armamento letal;
f) Empreender ações de acompanhamento psicológico do efetivo;
II- Aprimoramento dos Recurso Materiais:
a) Adquirir coletes balísticos para todo o efetivo vinculado à atividade-fim;
b) Adquirir câmeras individuais (bodycam) para o uso de seu efetivo vinculado à atividade-fim;
c) Disponibilizar equipamentos de menor potencial lesivo e letais para o uso de seu efetivo (tais como espargidores, tasers, tonfa e etc.);
d) Adquirir capacete balístico para todo o efetivo vinculado à atividade-fim.
e) Adquirir câmeras para o uso em viaturas ostensivas vinculadas à atividade-fim.
f) Aquisição de equipamentos para kits individuais de primeiros socorros (IFAK-Individual First Aid Kit) de APH Tático de Combate para todos os agentes em atividades operacionais com viatura.
III- Aprimoramento dos Procedimentos Administrativos/Operacionais:
a) Aperfeiçoar seus respectivos sistemas de controle e de fiscalização de utilização dos equipamentos letais e menos letais;
b) Aprimorar os procedimentos investigativos e as técnicas de acompanhamento e investigação das ocorrências policiais que tenham tido atuações violentas, em especial as que apresentem resultados letais;
c) Que sejam produzidos registros individualizados e relatórios conclusivos de todas as ações policiais que tenham resultado morte ou lesão (MIAE), passíveis de serem demandados pelo MPRJ;
d) Realizar estudos de caso após operações policiais em que ocorra uso de força letal e/ou mortes, com o objetivo de aperfeiçoar a atuação da SEPM;
e) Atualizar, mediante constatação de necessidade, os Protocolos Operacionais da SEPM referentes às operações em "áreas sensíveis";
f) Editar um Código de Ética Policial, que estabeleça as regras e valores a serem aplicados nas relações internas e externas das corporações;
g) Promover intercâmbios de conhecimento com entidades, empresas e agências policiais de localidades com melhores índices de Letalidade Policial, em busca de boas práticas e mediante disponibilidade orçamentária;
h) Em caso de operações policiais planejadas, deve-se envidar esforços no sentido de haver uma ambulância com equipe capaz de prestar os primeiros socorros a qualquer vítima que dela necessite durante a intervenção.
Art. 7° - Em atendimento aos eixos propostos no art.1°, parágrafo único, a Secretaria de Polícia Civil deverá adotar as seguintes ações:
I- Aprimoramento de Recursos Humanos:
a) Dispor de disciplinas relativas aos Princípios Básicos sobre o Uso Diferenciado da Força e Armas de Fogo no currículo de formação e qualificação dos profissionais;
b) Dispor de disciplina relativa aos Direitos Humanos no currículo de formação;

> c) Realizar estágios de requalificação de técnicas e táticas de atuação policial, em periodicidade a ser estabelecida por ato próprio;
> d) Dotar as Delegacias de Homicídios da SEPOL de recursos humanos suficientes para aprimorar a estender sua atuação em toca a Capital, Baixada Fluminense, Niterói e São Gonçalo, observados os limites orçamentários e financeiros e o princípio da Reserva do Possível;
> e) Requalificar seu efetivo operacional, em prazo a ser definido em ato próprio, para o uso de armamento letal;
> f) Empreender ações de acompanhamento psicológico do efetivo e ministrar cursos e palestras focados em saúde laborativa e psicológica;
> g) Ampliar os investimentos na área de perícia criminal, com aquisição de novos equipamentos e reforço do quantitativo dos recursos humanos, observadas as limitações orçamentárias e financeiras.
> II- Aprimoramento dos Recursos Materiais:
> a) Adquirir coletes balísticos para todo o efetivo vinculado à atividade-fim;
> b) Adquirir câmeras individuais (bodycam) para uso de seu efetivo quando em operações policiais;
> c) Adquirir câmeras para o uso em viaturas ostensivas vinculadas à atividade-fim.
> III- Aprimoramento de Procedimentos Administrativos/Operacionais:
> a) Aprimorar as normativas internas que balizam as operações policiais em áreas sensíveis;
> b) Aprimorar os procedimentos investigativos e os mecanismos de controle e fiscalização das ocorrências policiais que tenham tido atuações violentas, em especial as que apresentem resultados letais.

Dispõe o Código de Processo Penal que a abordagem policial e a busca pessoal só poderão ocorrer quando, em síntese, houver "**fundada suspeita**" da prática de crime ou do porte de corpo de delito (art. 240, §2º c/c 244, ambos do CPP). Trata-se de conceito jurídico indeterminado e, por isso, promove *algum* grau de discricionariedade ao agente público destinatário da norma, que possuirá *certa* margem de decisão diante do caso concreto. Ocorre que "*A arbitrariedade coloca-se do outro lado da linha que demarca o limite da discricionariedade*."[88] Por isso, quanto maior for a potencial restrição a um direito fundamental (ex: privação de liberdade), maior se torna o dever de imposição de parâmetros normativos e administrativos objetivos, racionais, razoáveis e impessoais ao atuar estatal e de motivação em concreto de seus agentes.

Por isso, a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça[89] vem se consolidando no sentido de que a legislação "***não autoriza buscas pessoais praticadas como rotina ou praxe do policiamento ostensivo, com finalidade preventiva e motivação exploratória***" (prática vulgarmente conhecida como revista, dura, enquadro ou baculejo), menos ainda se decorrer do "instinto", de "intuição" ou de "impressões subjetivas" de agentes de segurança. A racionalidade e a sindicabilidade da atuação policial é impossibilitada quando a permissão e a motivação da conduta são intangíveis. Tal fato também permite a inevitável reprodução de preconceitos arraigados em nossa sociedade, em especial o **racismo estrutural**.

Em um país marcado pelo racismo, o policiamento ostensivo tende a se concentrar em

[88] DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Discricionariedade administrativa na Constituição de 1988**. São Paulo: Atlas, 2012, p. 62.
[89] *Leading case*: STJ - RHC: 158580 BA 2021/0403609-0, Relator: Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Data de Julgamento: 19/04/2022, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/04/2022.

grupos marginalizados e considerados potenciais criminosos ou usuais suspeitos, assim definidos por fatores subjetivos e, sobretudo, com **perfilamento racial**. Segundo estudo publicado em 2022 e produzido em coautoria pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD)[90], pessoas negras têm 4,5 vezes mais chances de serem abordadas do que as brancas. O tema está sendo enfrentado pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do HC nº 208.240, de relatoria do Exmo. Ministro Edson Fachin. Em seu voto, defende o Relator[91] que "A discricionariedade policial para acesso ao corpo das pessoas, espectro mais sensível da intimidade, requer filtragens, entre elas, a forma como estes corpos são significados no tempo presente, no contexto de uma sociedade que trava uma luta contra o racismo estrutural e institucional." Também é este o entendimento vinculante[92] da **Corte Interamericana de Direitos Humanos**[93], desde o Caso Acosta Martínez e outros *vs*. Argentina. Apesar disso, **o plano é omisso quanto ao tema**.

A questão também envolve eficiência e racionalidade do serviço público. Dados da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP) mostram que, em 2020, 12 milhões de abordagens foram efetuadas por agentes de segurança. Destas, menos de 1% culminou em prisão em flagrante.[94] A prática, portanto, não sobrevive a análise de economicidade e eficiência.

Recomenda-se uma revisão do plano, neste ponto, para **expressamente prever parâmetros objetivos e razoáveis, que minimizem os vieses inconscientes sedimentados pelo racismo estrutural, bem como permitam a sindicabilidade a posteriori de abordagens policiais e buscas pessoais** pelos órgãos de controle e pelo Poder Judiciário, **inclusive por meio da gravação da ocorrência por sistema de áudio e vídeo**.

5.2.4.5. Controle das buscas domiciliares

> **MEDIDAS CAUTELARES:**
> Determinar que, no caso de **buscas domiciliares por parte das forças de segurança** do Estado do Rio de Janeiro, sejam observadas as seguintes diretrizes constitucionais, sob pena de responsabilidade:
> (i) a diligência, no caso específico de cumprimento de mandado judicial, deve ser realizada **somente durante o dia,** vedando-se, assim, o ingresso forçado a domicílios à noite;
> (ii) a diligência, quando feita sem mandado judicial, pode ter por base denúncia

[90] Agência Brasil. **Estudo diz que negros têm maior chance de sofrer abordagem policial**. Disponível em:<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-07/estudo-diz-que-negros-tem-maior-chance-de-sofrerem-abordagem-policial>. Acesso em 23 mar. 2023.
[91] O voto já foi lido em Plenário, mas ainda não publicado.
92 Dispõe a **Recomendação n. 123/22 do Conselho Nacional de Justiça** que os órgãos do Poder Judiciário devem observar os "*tratados e convenções internacionais de direitos humanos em vigor no Brasil e a utilização da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), bem como a necessidade de controle de convencionalidade das leis internas*" (art. 1º, inciso I).
[93] Corte IDH. **Caso Acosta Martínez e outros vs. Argentina**. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 31 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_410_esp.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.
[94] Agência Brasil, *opus citatum*.

> anônima;
> (iii) a diligência deve ser **justificada e detalhada por meio da elaboração de auto circunstanciado**, que deverá instruir eventual auto de prisão em flagrante ou de apreensão de adolescente por ato infracional e ser remetido ao juízo da audiência de custódia para viabilizar o **controle judicial posterior;** e;
> (iv) a diligência deve ser realizada **nos estritos limites dos fins excepcionais** a que se destinam. (STF. Plenário. Emb. Decl. na MC-ADPF 635/RJ, julgado em 03.02.2022).

No Plano Estadual de Redução de Letalidade, **não há qualquer previsão** no plano para cumprimento da medida cautelar em análise.

A casa é asilo inviolável e, em regra, ninguém nela pode penetrar sem consentimento do morador (art. 5º, XI, da CRFB). O direito fundamental tem razão de ser. Se houvesse apenas um lugar no mundo em que o indivíduo deveria se sentir seguro, este deveria ser seu lar. Local de convívio familiar, de estabelecimento dos vínculos mais íntimos de afeto, de sossego e de descanso do trabalhador.

Se este direito fundamental é razoavelmente observado em boa parte do Estado do Rio de Janeiro, o mesmo não ocorre nas chamadas "áreas sensíveis". Com o objetivo declarado de proteger a população local do crime organizado e diante do argumento de que o porte de droga ou arma se trata de "crime permanente", a violação de domicílio ao arrepio das normas legais se tornou a regra. Para além do direito em si, além de outros afetados, tais quais a intimidade e a privacidade (art. 5º, inciso X, da CRFB), a devassa do domicílio em comunidades periféricas torna seus moradores especialmente expostos a eventuais excessos. Riscos estes agravados se imóveis privados forem utilizados como base operacional das ações policiais, o que não pode ser admitido em hipótese alguma. Decerto que alguns destes riscos serão minimizados se os agentes envolvidos na ocorrência obrigatoriamente portarem câmeras corporais com sistema de áudio e vídeo.

É por isso que a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça[95] adota especial rigor na apreciação da suposta validade e regularidade da justa causa que sinalize para a possibilidade de mitigação do direito fundamental em questão. Nas palavras do Exmo. Ministro Rogério Schietti[96], "apenas quando o contexto fático anterior à invasão permitir a conclusão acerca da ocorrência de crime no interior da residência - cuja urgência em sua cessação demande ação imediata - é que se mostra possível sacrificar o direito à inviolabilidade do domicílio" e continua "nem sempre o caráter permanente do crime impõe sua interrupção imediata a fim de proteger bem jurídico e evitar danos". Na oportunidade, a **6ª**

[95] *Leading case*: STJ - HC: 598051 SP 2020/0176244-9, Relator: Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Data de Julgamento: 02/03/2021, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 15/03/2021.
[96] *Ibidem.*

Turma do STJ chegou a decidir[97] que os agentes policiais, caso precisem entrar em uma residência para investigar a ocorrência de crime e não tenham mandado judicial, devem registrar a autorização do morador em vídeo e áudio, como forma de não deixar dúvidas sobre o seu consentimento. A permissão para o ingresso dos policiais no imóvel também deve ser registrada, sempre que possível, por escrito.

Recomenda-se uma revisão do plano, neste ponto, para expressamente prever **(i) parâmetros objetivos e racionais que orientem agentes de segurança**, à luz da ordem jurídica, da jurisprudência superior e dos protocolos nacionais e internais, em quais hipóteses a inviolabilidade do domicílio poderá ser excepcionalmente mitigada, **(ii) parâmetros estes que permitam a sindicabilidade a posteriori** pelos órgãos de controle e pelo Poder Judiciário, **(iii) especialmente por meio do obrigatório registro audiovisual** de toda a ocorrência, **(iv) bem como que, em qualquer hipótese, imóveis privados, sobretudo os residenciais, em hipótese alguma sejam utilizados como base operacional das ações policiais**.

5.2.4.6. Obrigatoriedade de disponibilização de ambulâncias

> **MEDIDAS CAUTELARES:**
> Reconhecer a **obrigatoriedade de disponibilização de ambulâncias** em operações policiais previamente planejadas em que haja a possibilidade de confrontos armados. (STF. Plenário. Emb. Decl. na MC-ADPF 635/RJ, julgado em 03.02.2022).
>
> **PLANO ESTADUAL DE REDUÇÃO DE LETALIDADE:**
> Art. 4º - Para atingir os objetivos definidos neste Decreto, a SEPOL e a SEPM, sem o prejuízo da adoção de outras vedações ou imposições adicionais, deverão pautar suas operações planejadas e não emergenciais, notadamente as de natureza repressiva em áreas sensíveis, bem como as medidas administrativas habituais pós ocorrência de tais operações pelos seguintes preceitos:
> IX - Em caso de operações policiais planejadas, deve-se envidar esforços no sentido de haver uma ambulância com equipe capaz de prestar os primeiros socorros a qualquer vítima que dela necessite durante a intervenção.
> Art. 6º - Em atendimento aos eixos propostos no art. 1º, parágrafo único, a Secretaria de Polícia Militar deverá adotar as seguintes medidas:
> III - Aprimoramento dos Procedimentos Administrativos/Operacionais:
> h) Em caso de operações policiais planejadas, deve-se envidar esforços no sentido de haver uma ambulância com equipe capaz de prestar os primeiros socorros a qualquer vítima que dela necessite durante a intervenção.

A medida cautelar em tela, inegavelmente vinculante e imperativa, se fosse uma norma jurídica, seria etiquetada como uma regra. Não se trata de um mandamento de otimização,

[97] Posteriormente, este trecho foi anulado em decisão proferida no bojo do RE n. 1.342.077, por questões meramente formais: o *habeas corpus* individual não seria a via adequada para esta determinação. A decisão foi noticiada em: <https://www.conjur.com.br/2021-dez-02/moraes-derruba-ordem-stj-obrigou-aparelhamento-policias>. Acesso em: 23 mar. 2023.

mas sim de um comando definitivo, que deve ser cumprido na exata medida de suas prescrições: "**obrigatoriedade de disponibilização de ambulâncias** em operações policiais previamente planejadas em que haja a possibilidade de confrontos armados." Por isso, a previsão no plano de "envidar esforços" para tanto, por si só, viola o imperativo comando jurisdicional.

Ocorre que a decisão, antes de um caráter mandamental, possui caráter declaratório. Afinal, a Lei Estadual/RJ nº 7.385, desde 2016, prevê a "obrigatoriedade da presença de ambulâncias em operações policiais, previamente planejadas, com possíveis confrontos armados" (art. 1º).

Apesar disto, a decisão da Suprema Corte e a legislação estadual não vêm sendo regularmente cumpridas. A Redes da Maré, por exemplo, narrou diversas operações naquela comunidade ou outras próximas em junho e julho de 2022. Em nenhuma delas foi identificada a presença de ambulância para socorrer feridos, nem câmera nos uniformes policiais.[98]

A presença de ambulâncias com equipe de saúde é de importância, literalmente, vital para a garantia da integridade física e do direito à vida de eventuais feridos em confrontos, sejam eles moradores, policiais ou até mesmo criminosos. Ademais, a presença de uma ambulância tende a evitar a prática de remoção indevida de corpos do local para o hospital a pretexto de prestação de socorro.

Durante as visitas realizadas pelo Grupo de Trabalho às Secretarias de Polícia Civil e Militar do Rio de Janeiro, nos dias 09 e 10/03/2023, foi informado pelos representantes das secretarias a aquisição de ambulância blindadas, bem como a incorporação de protocolos específicos para à comunicação à Secretaria Estadual de Saúde, com a solicitação de ambulância para os locais de operação, notadamente para aquelas planejadas.

Recomenda-se uma revisão do plano, neste ponto, para (i) prever a obrigatoriedade de ambulância em operações policiais previamente planejadas, que poderá ser da própria força envolvida ou da Secretária de Saúde, bem como (ii) envidar esforços para que haja ambulância também no caso de operações emergenciais.

5.2.4.7. Obrigatoriedade de GPS e sistemas de gravação de áudio e vídeo nas viaturas policiais e nas fardas dos agentes de segurança

> **MEDIDA CAUTELAR**
> Determinar que o estado do Rio de Janeiro, no prazo máximo de 180 dias, instale equipamentos de GPS e sistemas de gravação de áudio e vídeo nas viaturas policiais e nas fardas dos agentes de segurança, com o posterior armazenamento digital dos respectivos arquivos. (STF. Plenário. Emb. Decl. na MC-ADPF 635/RJ, julgado em 03.02.2022).
> Determino ao Estado do Rio de Janeiro que apresente, no prazo máximo de 5 dias corridos, a serem contados mesmo durante o recesso, cronograma para a instalação e

[98] Redes da Maré. **Operações policiais foram recorrentes em junho na Maré**. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/en/noticia/25/operacoes-policiais-foram-recorrentes-em-junho-na-mare>. Acesso em: 23 mar. 2023.

funcionamento de câmeras de áudio e vídeo em fardas e viaturas dos batalhões especiais das polícias – BOPE e CORE –, bem como nas unidades policiais localizadas em áreas que sofrem com os maiores índices de letalidade policial – notadamente o 15º BPM, o 7º BPM, o 41º BPM, o 14º BPM, o 20º BPM, o 12º BPM, o 39º BPM, o 16º BPM, o 3º BPM e o 9º BPM. Fica desde já indicado que, na elaboração do cronograma, a ser cumprido da forma mais expedita possível, a priorização dessas unidades justifica remanejamento dos referidos equipamentos de outros batalhões da PM com menores índices de letalidade policial. (Decisão Monocrática. Relator Ministro Edson Fachin. 19/12/2022).

PLANO ESTADUAL DE REDUÇÃO DE LETALIDADE POLICIAL
Art. 3º - Para a consecução dos fins definidos por este Decreto, a SEPOL e a SEPM, com o intuito de reduzir ao máximo a vitimização, deverão buscar, dentro de suas realidades orçamentárias e no âmbito de suas competências, a aquisição de equipamentos que garantam a eficiência e a eficácia da atividade policial, tanto no planejamento de operações quanto na aplicação do uso da força, em especial:
(...)
III - Aquisição de câmeras portáteis de uso individual para os policiais envolvidos na as atividades fim das respectivas Polícias, bem como para veículos de uso especial (helicópteros e viaturas blindadas) em operações repressivas em áreas sensíveis;
(...)
Art. 4º - Para atingir os objetivos definidos neste Decreto, a SEPOL e a SEPM, sem o prejuízo da adoção de outras vedações ou imposições adicionais, deverão pautar suas operações planejadas e não emergenciais, notadamente as de natureza repressiva em áreas sensíveis, bem como as medidas administrativas habituais pós ocorrência de tais operações pelos seguintes preceitos:
(...)
IV - Utilização de câmeras de uso individual e de emprego coletivo em veículos de uso especial (helicópteros e viaturas blindadas);
(...)
Art. 6º - Em atendimento aos eixos propostos no art. 1º, parágrafo único, a Secretaria de Polícia Militar deverá adotar as seguintes medidas:
(...)
II - Aprimoramento dos Recursos Materiais:
(...)
b) Adquirir câmeras individuais (bodycam) para o uso de seu efetivo vinculado à atividade-fim;
c) Disponibilizar equipamentos de menor potencial lesivos e letais para o uso de seu efetivo (tais como espargidores, tasers, tonfa e etc.);
d) Adquirir capacete balístico para todo o efetivo vinculado à atividade-fim;
e) Adquirir câmeras para o uso em viaturas ostensivas vinculadas à atividade-fim.
(...)
Art. 7º - Em atendimento aos eixos propostos no art.1º, parágrafo único, a Secretaria de Polícia Civil deverá adotar as seguintes ações:
(...)
II - Aprimoramento dos Recursos Materiais:
(...)
b) Adquirir câmeras individuais (bodycam) para o uso de seu efetivo quando em operações policiais;
(...)
d) Adquirir câmeras para o uso em viaturas ostensivas vinculadas à atividade-fim.

A instalação de câmeras nas fardas de agentes de segurança e de sistemas de gravação de áudio e vídeo nas viaturas policiais é uma imposição legal decorrente da Lei Estadual nº 9.298, de 02/06/2021, e sua efetiva implantação foi reforçada pela medida cautelar acima transcrita, deferida nos autos da ADPF nº 635. Vale destacar que a referida Lei Estadual determinou a instalação dos equipamentos nos: I – Policiais Civis da Coordenadoria de

Recursos Especiais – CORE; II – Policiais Militares, em policiamento ostensivo; III – Agentes do Programa Segurança Presente; e IV – Agentes do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.[99]

O tema também foi objeto de audiência de conciliação, conduzida pelo Centro de Mediação e Conciliação do Supremo Tribunal Federal, realizada no dia 16/02/2023 e presidida pelo magistrado Mateus de Freitas Cavalcanti Costa.

Como desdobramento da audiência, foi determinada a apresentação de quesitos pelo Requerente da ADPF e pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, como *amicus curiae*, com subsequente apresentação de manifestações do Estado do Rio de Janeiro para informar sobre o cumprimento da referida medida cautelar.

Durante a visita dos representantes do Grupo de Trabalho à Secretaria de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, realizada no dia 09/03/2023, foi feita uma apresentação sobre a modelagem do sistema de videomonitoramento por câmeras operacionais portáteis (COPs) e uma visita ao "Centro de Controle", situado no Centro Integrado de Comando e Controle da PM/RJ. Desde já, destaque-se que as Secretarias de Polícia Civil e Militar manifestaram seus entendimentos de que as câmeras corporais não devem ser instaladas na Coordenação de Operações e Recursos Especiais (CORE), da Polícia Civil, e no Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), como expor-se-á melhor adiante.

Os representantes da Secretaria de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro informaram que, em cumprimento à decisão do Supremo Tribunal Federal, **todos os batalhões convencionais já possuem câmeras operacionais portáteis instaladas, já estando em uso por todos os policiais militares em atividade nas ruas**, inclusive os integrantes das Patrulhas Tático Móveis (PATAMOs) e os Grupamentos de Ações Táticas (GATs). Ainda estariam em processo de instalação as Unidades de Polícia Pacificadora e os batalhões que formam o Comando de Operações Especiais da PM/RJ - Batalhão de Polícia de Choque, Batalhão de Ações com Cães, Grupamento Aeromóvel – com a já mencionada exceção do BOPE.

Já os sistemas de gravação de áudio e vídeo nas viaturas policiais ainda estariam em processo de licitação.

Conforme declarado pelo ERJ, são objetivos básicos das Câmeras Corporais: proteger os policiais e agentes nos casos de falsa acusação; mitigar a reação das pessoas em conflito com a lei, pela percepção de que estão sendo filmadas, e consequentemente, reduzir a necessidade de uso proporcional da força por parte dos policiais; aumentar a transparência e a fiscalização das ações policiais e do uso proporcional da força; e, qualificar o conjunto probatório de práticas ilícitas, contribuindo para a efetividade da persecução criminal.

Na visita ao "Centro de Controle" das câmeras, situado no Centro Integrado de Comando e Controle da PM/RJ, foi apresentado o sistema de monitoramento síncrono, que

[99] Estado do Rio de Janeiro. Lei Estadual nº 9.298, de 02/06/2021, §1º do art. 1º.

permite acompanhar, em tempo real, a geolocalização dos agentes, bem como ativar remotamente a transmissão de áudio e vídeo das câmeras corporais. A partir do Centro de Controle, pode-se monitorar todas as câmeras em operação no Estado, inclusive delimitando uma área dentro da qual o agente deverá operar. O sistema de controle, por sua vez, indica eventual saída do agente daquele perímetro preestabelecido.

Também foi informado que, em todos os Batalhões convencionais da Polícia Militar, foram instaladas sala climatizada com a "doca" (*dockstation*), que é o equipamento onde a câmera faz o *upload* dos dados para o sistema de armazenamento em nuvem e recarrega a bateria. Também foram instaladas as salas de controle, onde o Comando do Batalhão pode realizar o monitoramento síncrono da tropa, em moldes semelhantes ao acima apresentando, porém exclusivamente em relação aos agentes em atividade na respectiva unidade.

Por meio das câmeras, é possível que os agentes façam contato de voz com o Centro de Comando ou mesmo acionem o botão de emergência, que é prontamente visualizado na tela de monitoramento. As câmeras, conforme informado, saem da "doca" mediante a identificação do agente, sendo lhe disponibilizada automaticamente pelo equipamento já carregada, com a memória livre e acionadas (em gravação). O botão de desligar existente na câmera foi desabilitado, de modo que o agente não pode interromper a gravação, que somente será finalizada quando a câmera retornar à "doca". Foi informado que a emissão de luz e som pela câmera também pode ser desabilitada.

No dia 09/03/2023, os represente do GT visitaram o 41º Batalhão de Polícia Militar, onde foram apresentadas a sala de monitoramento do sistema e a sala onde fica o equipamento de guarda das câmeras, situada dentro do espaço onde são armazenados e fornecidas as armas e munições aos policiais para uso durante o expediente (sala da RUMB).

O comando do batalhão relatou os aspectos positivos do novo equipamento para fins de monitoramento da tropa. Por sua vez, foram relatados problemas com relação à duração da bateria e a fragilidade do acessório (*clip*) de fixação da câmera no fardamento. De acordo com a SEPM, a bateria das câmeras tem autonomia de 12 horas. Porém, o uso de funcionalidades do equipamento resulta no consumo mais rápido da bateria. Por exemplo, o acionamento do vídeo, o uso do sistema de transmissão das imagens em tempo real ou mesmo o acionamento do "modo ocorrência", quando as imagens são gravadas em melhor resolução. O Comando da SEPM informou que esse fato já foi reportado à empresa contratada para que apresente solução.

Unidades de Operações Especiais (CORE e BOPE):

Os representantes do Grupo de Trabalho realizaram visitas à CORE e ao BOPE nos dias 09 e 10/03/ 2023, momento em que os dirigentes expuseram as razões pelas quais entendem não ser aplicável o uso das câmeras corporais por essas unidades especiais. Em resumo, foi alegado que: as câmeras fixadas no tórax não são compatíveis com o tipo de autuação dos policiais; a emissão de som ou luz podem facilitar a localização do agente,

tornando-o um alvo vulnerável; a exibição das imagens imporia risco de revelar técnicas, táticas e equipamentos das unidades especiais, ou mesmo a identidade de seus agentes; a custódia e o controle dos dados não poderiam ser realizados por terceiros, que possuem vínculo precário com o Estado.

Os argumentos foram expostos também em pareceres juntados pelo Estado do Rio de Janeiro aos autos da ADPF nº 635, subsidiando o pedido do Estado de exclusão dessas unidades da obrigatoriedade de uso das câmeras.

Desta forma, **sugerem-se as seguintes adequações ao Plano de Redução de Letalidade Policial**, com vistas ao adequado cumprimento da medida cautelar:

- Previsão de que todas as informações sobre o cumprimento da medida cautelar que determinou a instalação de câmeras corporais e sistemas de gravação de áudio e vídeo nas viaturas sejam tornadas públicas, em sítio eletrônico disponível para consulta e acompanhamento pela sociedade fluminense;
- Que seja regulamentada a forma como as vítimas e seus familiares possam ter acesso às imagens e áudios.

Com relação à Polícia Civil, **sugere-se** que sejam apresentados os cronogramas de instalação e os atos normativos que disciplinam seu uso pelos policiais.

Ainda, com relação à CORE e ao BOPE, **sugere-se** que o Estado do Rio de Janeiro apresente alternativas de implementação do sistema câmera corporal de forma a adequar-se às peculiaridades das atividades dessas unidades, como o uso de câmeras próprias para fixação adequada nos capacetes balísticos, sem a emissão de luzes ou sons, cujas imagens sejam arquivadas em meios próprios do Estado do Rio de Janeiro e disponibilizadas com as reservas pertinentes ao binômio adequação/necessidade.

5.2.4.8. Controle de armas e munições

> **MEDIDAS CAUTELARES**
> Determinar que até que o plano mais abrangente seja elaborado, atendido o domínio normativo da administração e consideradas as peculiaridades locais, bem como assegurado às forças de segurança examinarem diante das situações concretas a proporcionalidade e a excepcionalidade do uso da força, que o emprego e a fiscalização da legalidade do uso da força sejam feitos à luz dos **Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei,** com todos os desdobramentos daí derivados, em especial, em relação à **excepcionalidade da realização de operações policiais,** a serem avaliadas, quando do emprego concreto, pelas próprias forças, **cabendo aos órgãos de controle e ao Judiciário, avaliar as justificativas** apresentadas quando necessário. (STF. Plenário. Emb. Decl. na MC-ADPF 635/RJ, julgado em 03.02.2022).

No Plano Estadual de Redução de Letalidade **não existe previsão** específica.

Estudos apontam que cerca de 30% das armas que hoje alimentam o mercado ilegal e o tráfico de armas são oriundas de aquisições legais e que, posteriormente, foram desviadas

para a criminalidade.[100]

Entre 2015 e 2018, 1.049 armas foram desviadas da Polícia Civil do Rio, segundo relatórios analisados pelo Instituto Sou da Paz, a pedido do jornal O Estado de S. Paulo. A esse arsenal, se juntam as armas e munições desviadas dos batalhões das Forças Armadas e da Polícia Militar.[101]

Essa realidade tem suscitado o debate sobre uma política eficaz de controle de armas e munições e a implementação de planos de controle pelos estados, a exemplo do Espírito Santo.[102]

Neste contexto, é imprescindível observar a mudança de perspectiva do controle e apreensão de armas, como apontado no projeto "Modelo Integrado de Controle de Armas de Fogo", elaborado pela Secretaria de Segurança Pública do estado do Espírito Santo e Instituto Sou da Paz:

> "Dentro dessa lógica, a apreensão de armas deixaria de ser apenas um produto colateral da atividade policial, um indicador operacional com impacto pontual no varejo do mercado ilegal e realizada em operações com alto risco de confronto. A Apreensão de armas se transformaria em investimento e em recurso que promove a identificação e desarticulação de rotas de tráfico de armas com impacto no ataco e mais duradouro, **além de viabilizar operações de apreensão mais seguras, com menos riscos e custos sociais** (Grifou-se)".[103]

Ou seja, um controle mais eficaz das armas e munições é capaz de impactar o risco para os agentes de segurança pública e para a população civil.

Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal, na ADPF nº 681, declarou a inconstitucionalidade da Portaria 62-COLOG, de 17/4/2020, da Portaria Interministerial 1634/GM-MD, de 22/4/2020, e da Portaria 423/2020 do Ministério da Justiça que flexibilizavam o controle do rastreamento de armas e munições.[104]

Também é fundamental observar que, dentre as armas desviadas para a criminalidade ou utilizadas de forma ilícita, há um número significativo de material bélico pertencente ao

---

[100] Cf. Rafael Soares. "**Armas desviadas da PM abastecem traficantes, milicianos e assaltantes**". Jornal Extra. Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/armas-desviadas-da-pm-abastecem-traficantes-milicianos-assaltantes-25049556.html. Acesso em: 23 mar. 2023.
Cf. Rafael Soares. "**Balas compradas por forças de segurança foram usadas em 23 ações que causaram 83 mortes**". Extra. Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/balas-compradas-por-forcas-de-seguranca-foram-usadas-em-23-acoes-que-causaram-83-mortes-25029999.html. Acesso em: 23 mar. 2023.
Cf. Raquel Lopes. "**Estudo mostra que 30% das armas de crimes no Espírito Santo vieram do mercado legal**." Estado de S. Paulo. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/06/estudo-mostra-que-30-das-armas-de-crimes-no-espirito-santo-vieram-do-mercado-legal.shtml Acesso em: 23 mar. 2023.

[101] Cf. Patrick Camporez. "**Armas de quartéis abastecem facções**". O Estado de S. Paulo: Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,armas-de-quarteis-abastecem-faccoes,70003298076. Acesso em: 23 mar. 2023.

[102] GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E INSTITUTO SOU DA PAZ. O plano de controle de armas da cidade de São Paulo. Instituto Sou da Paz. Disponível em: https://soudapaz.org/noticias/materias/o-plano-de-controle-de-armas-da-cidade-de-sao-paulo/. Acesso em: 23 mar. 2023.

[103] Governo do Estado do Espírito Santo e Instituto Sou da Paz. **Modelo Integrado de Controle de Armas de Fogo no Espírito Santo**. Espírito Santo, março de 2022.

[104] Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5905448. Acesso em: 23 mar. 2023

patrimônio das forças de segurança pública dos estados e da União.

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados sobre Organizações Criminosas e Tráfico de Armas concluiu que cerca de 20% das armas apreendidas no Rio de Janeiro e em São Paulo pertenciam ao patrimônio das forças de segurança pública do estado ou das forças policiais[105].

No Rio de Janeiro, entre 2011 e 2015, duas Comissões Parlamentares de Inquérito foram realizadas pela Assembleia Legislativa, tendo sido apontado, nos seus relatórios finais, o precário sistema de geração, manutenção e atualização de informações relativas ao controle de armas e munições nas instituições de segurança pública do estado.

O registro eficaz das armas e munições patrimoniais, com a identificação do agente responsável e a possibilidade de rastreamento, compõe a "Política Estadual de Controle de armas de fogo, suas peças e componentes, e de munições", instituída, no Rio de Janeiro, pela Lei nº 8.186, de 30/11/2018. O efetivo comprimento dessa política pública, associado às demais ações propostas no presente documento, colaborará para a prevenção aos desvios de armas e munições custeadas pelo Estado, bem como permitirá o monitoramento eficaz e a identificação de anomalias no uso da força letal por parte das unidades policiais[106].

Desta forma, sugere-se:

- Implementação da Política Estadual de Controle de Armas de Fogo, suas Peças e Componentes e de Munições, instituída, no Rio de Janeiro, pela Lei nº 8.186, de 30/11/2018, notadamente sobre o controle de armas e munições institucionais das forças de segurança pública do estado do Rio de Janeiro:

a) Elaboração de Inventário e recadastramento, através de **sistema informatizado**, de **todas as armas patrimoniais pertencentes à Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Penal e Corpo de Bombeiros**, levantando excedentes não utilizáveis que possam ser encaminhados para destruição, ajudando a prevenir desvios.

b) **Marcação das armas de fogo do ERJ** de acordo com a Portaria nº 213 do Comando Logístico do Exército de 2021 (arts. 7º e 8º) e uniformização das armas patrimoniais. Garantia de que os processos atuais e na vigência da Lei nº 8.186/2018 tenham contemplado os mecanismos de rastreabilidade (dispositivos eletrônicos) previstos na legislação (art. 3º).

c) Aproveitamento da doação do Governo Federal de **Sistemas Eletrônicos de Comparação Balística** e inclusão do Estado do Rio de Janeiro no **Banco Nacional de Perfis Balísti-**

[105] Relatório final da CPI sobre Tráfico e Organizações Criminosas. Disponível em: https://congressoemfoco.uol.com.br/UserFiles/Image/relatorio_jungman.pdf. Acesso em: 23 mar. 2023.

[106] Vide, por exemplo, o projeto piloto desenvolvido pelo Laboratório de Análise da Violência da UERJ, propondo o levantamento de 'um limiar razoável de consumo de munição' por área e função dentro da PM/RJ, permitindo uma atuação preventiva que afaste policiais que estejam consumindo munições acima deste limite. Disponível em: https://oglobo.globo.com/opiniao/o-controle-da-letalidade-policial-17593710. Acesso em: 23 mar. 2023.

cos[107] para a inserção de padrões balísticos das armas do ERJ, iniciando o cadastro a partir da análise das unidades de Polícia Militar e Civil com maior número de mortes por intervenção de agente do Estado.

d) Estabelecimento, com urgência, nos editais de compras de munições, da exigência de limite máximo de 1000 (mil) munições por lote, com a mesma munição gravada no culote dos estojos (art. 4º da Lei nº 8.186/2018) com vistas a contribuir com a rastreabilidade das munições, que previnem desvios e facilitam a identificação de funcionários públicos envolvidos nos desvios.

e) Fortalecimento de sistemas de gestão de material bélicos, como o SISMATBEL (da PM/RJ) e equivalente na PC/RJ que consigam produzir mapas em tempo real sobre a custódia das armas e munições do ERJ e que permitam saber, ao menos, quantas munições (e de quais lotes) foram distribuídas a cada servidor ou batalhão e quais armas estão sob carga de qual servidor ou batalhão, ajudando na prevenção dos desvios e controle do uso da força letal por parte das polícias.

- Estabelecimento de rotina, no âmbito da PC/RJ, que obrigue que as armas apreendidas sejam sistematicamente rastreadas nos bancos de dados disponíveis (SINARM da Polícia Federal e SIGMA do Exército) para identificação do perfil, origem e último proprietário, ajudando a identificar fontes de desvios e rotas de tráfico, bem como:

a) Cumprimento do §12º do art. 3º do Decreto nº 9.847/2019 que determina o envio trimestral, pelas unidades de criminalística, de dados de apreensões de armas para inclusão no SINARM da DPF.

b) Cumprimento da Resolução nº 134/2011 do Conselho Nacional de Justiça, que determina um fluxo célere das armas apreendidas garantindo ao menos dois envios anuais de armas[108] já periciadas, para o Comando do Exército destruir, evitando assim os acúmulos em depósitos que favorecem desvios.

5.2.5. Monitoramento do cumprimento do plano

> **MEDIDAS CAUTELARES**
> Determinar ao Estado do Rio de Janeiro que elabore e encaminhe ao STF, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, um **plano visando à redução da letalidade policial e ao controle de violações de direitos humanos** pelas forças de segurança fluminenses, que contenha medidas objetivas, cronogramas específicos e a previsão

[107] Vide Decreto Federal nº. 10.711, de 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10711.htm. Acesso em: 23 mar. 2023.
[108] Art. 7º, parágrafo único da Resolução 134/2011 do Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/139. Acesso em: 23 mar. 2023.

> dos recursos necessários para a sua implementação (STF. Plenário. Emb. Decl. na MC-ADPF 635/RJ, julgado em 03.02.2022).
>
> Criar um **grupo de trabalho sobre Polícia Cidadã no Observatório de Direitos Humanos localizado no Conselho Nacional de Justiça**. O Observatório é formado por representantes do STF, pesquisadores e pesquisadoras, representantes das polícias e de entidades da sociedade civil, a serem, oportunamente, designados pelo Presidente do Tribunal, após aprovação de seus integrantes pelo Plenário da Corte (STF. Plenário. Emb. Decl. na MC-ADPF 635/RJ, julgado em 03.02.2022).
>
> **PLANO ESTADUAL DE REDUÇÃO DE LETALIDADE POLICIAL**
>
> Art. 8º - A estrutura de governança e de monitoramento do Plano, a qual se chamará Comissão de Monitoramento e Gestão, será composta pelas seguintes autoridades:
> I - Governador do Estado;
> II - Secretário de Estado de Polícia Civil;
> III - Secretário de Estado de Polícia Militar;
> IV - Diretora-Presidente do Instituto de Segurança Pública;
> V- 02 (dois) membros indicados pelo Governador do Estado.
> § 1º - A participação na Comissão de Monitoramento e Gestão não implicará na percepção de adicionais pecuniários de qualquer espécie.
> § 2º - A Comissão será presidida pelo Governador do Estado, substituído, em suas ausências e impedimentos, por outra autoridade de sua indicação.
> § 3º - Os membros da Comissão a que se referem os incisos II a IV deste artigo, nas suas ausências ou impedimentos, serão representados pelos seus substitutos legais.
> § 4º - As decisões da Comissão serão tomadas por maioria simples de seus membros, pertencendo ao Governador do Estado, em caso de empate, o voto de qualidade.
> Art. 9º - Compete à Comissão de Monitoramento e Gestão:
> I - a definição dos Indicadores que serão monitorados, dentro dos eixos temáticos estabelecidos, para verificação do alcance dos objetivos definidos por este Decreto;
> II - a fixação das metas para os indicadores;
> III - a divulgação dos resultados relativos aos indicadores do presente Plano;
> IV - a gestão estratégica do Plano

A Comissão de Monitoramento e Gestão carece da participação de outros segmentos profissionais e, notadamente, da sociedade civil organizada, na qualidade de representação social.

Ademais, o documento é omisso com relação à prestação de contas à sociedade sobre os resultados concretos alcançados para a implementação do seu escopo. Rememore-se que a ausência de indicadores, metas e prazos mais consistentes, dificulta a tarefa de monitoramento e o acompanhamento pela sociedade.

Neste sentido, **sugere-se:**

- a ampliação dos representantes que integram a Comissão de Monitoramento e Gestão, notadamente para incorporar a participação da sociedade civil;

- que o **Conselho Nacional de Justiça seja incumbido da tarefa de monitoramento do Plano Estadual de Redução da Letalidade**, valendo-se da atuação do Grupo de Trabalho "Polícia Cidadã", que integra o Observatório de Direitos Humanos do CNJ;

- o compartilhamento com o CNJ da base de dados do Instituto de Segurança Pública, sem prejuízo da solicitação de informações pertinentes às Secretarias de Polícia Civil e Militar a ao Ministério Público Estadual, no exercício de sua função de controle externo da atividade

policial.

5.2.6. Conclusão

Segue um resumo das propostas acima apresentadas para o aprimoramento do Plano Estadual de Redução de Letalidade Policial. Assim, sugere-se que o Plano:

Indicadores e Metas

- **destaque a "Morte por Intervenção de Agente de Estado" como um indicador estratégico de criminalidade (IEC) autônomo**, com metas semestrais próprias, inserido no Sistema Integrado de Metas (SIM) para todos os fins, inclusive premiações dos agentes de segurança;

- **uniformize**, em toda a estrutura do Estado do Rio de Janeiro, o uso da **terminologia "Morte por Intervenção de Agente de Estado",** tal como previsto no art. 3º, V, da Portaria nº 229, de 10/12/2018, do Ministério de Estado da Segurança Pública, abolindo o uso de terminologias como "homicídio decorrente de oposição à intervenção policial".

- **estabeleça metas proporcionais, razoáveis e regionalizadas**, visando o eficaz enfrentamento da letalidade decorrente de Intervenção de Agente de Estado;

- **destaque o indicador de "Policiais mortos em serviço",** nos termos definidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, como um indicador estratégico de criminalidade (ICE) autônomo, com metas semestrais próprias, inserido no Sistema Integrado de Metas (SIM) para todos os fins, inclusive premiações dos agentes de segurança;

- **regulamente** o monitoramento dos **indicadores legais de êxito das operações policiais**, previstos na Lei Estadual nº 8.928, de 09/07/2020;

- **preveja expressamente a produção de relatórios mensais sobre os agentes envolvidos em casos de "Morte por Intervenção de Agente de Estado"**, para fins de aplicação das medidas de atendimento psicossocial, requalificação, afastamento das funções (nos termos da Lei Estadual nº 8.929/2020[109]) ou apuração de responsabilidade, conforme o caso.

Investigação e Perícia

- inclua, de forma expressa e detalhada, **o cumprimento das medidas cautelares que impõe a preservação de todos os vestígios de crimes, evitando-se a remoção indevida de cadáveres e promovendo a documentação das provas periciais**, com laudo de crime e exame de necropsia, tudo à luz do Código de Processo Penal, notadamente seus arts. 158-A e 158-B e do Protocolo de Minnesota, assim como a **regulamentação das hipóteses de absoluta impossibilidade**, por meio de decisão fundamentada e passível de revisão pelas autoridades hierárquicas e controle externo pelo Ministério Público.

[109] Art. 11 O policial que se envolver em mais de uma ocorrência de lesão corporal ou homicídio decorrente de oposição à intervenção policial no período de um ano, poderá ser avaliado pelo setor de Psicologia e, se recomendado, ter garantido o acompanhamento psicológico, assistência espiritual, a capacitação em Direitos Humanos e Aperfeiçoamento Profissional neste período.

- **preveja a investigação autônoma conduzida pelo Ministério Público seja devidamente previsto no Plano**, indicando também a sua necessária regulamentação, por atos que deverão envolver o Poder Executivo e o Ministério Público estaduais;

- **regulamente o direito à participação da vítima ou seus familiares na investigação** e o fornecimento de informações a respeito das fases e status dos procedimentos, permitindo a sua participação efetiva, com acesso aos dados que não sejam sigilosos;

- **imponha o cumprimento da determinação legal de encaminhamento ao Ministério Público, à Defensoria Pública e ao Órgão do Poder Executivo responsável pela promoção dos Direitos Humanos de cópia integral dos Registros de Ocorrências de Morte por Intervenção de Agente de Estado**, CF. art. 7º, § 2º, da Lei Estadual nº 8.928/2020, inclusive em casos de aditamentos que venham a tratar a ocorrência como morte por intervenção de agente de estado;

- preveja que as testemunhas, os defensores de direitos humanos e as vítimas sejam protegidas contra represálias ou retaliações, com medidas concretas de **fortalecimento do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA) e do Programa Estadual de Proteção de Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PEPDDH),** assegurando a destinação de verbas para a sua execução e os recursos logísticos necessários.

- **imponha a diretriz da priorização de investigação de mortes de crianças e adolescentes,** com medidas sobre os procedimentos e monitoramento das providências adotadas no sentido de dar efetivo cumprimento à decisão judicial e à legislação, bem como a disponibilização de informações sobre os inquéritos policiais concluídos e em curso sobre o tema.

Procedimentos Operacionais

- **inclua, expressamente, parâmetros objetivos e racionais que densifiquem o conceito de "absoluta excepcionalidade" com base nas melhores práticas e protocolos nacionais e internacionais**, bem como a instituição de **mecanismos prévios, simultâneos e posteriores de controle das operações nas hipóteses em que as forem estritamente necessárias**.

- adote nova redação para previsão de que **o uso de helicóptero** com função diversa de base de operação **será excepcional** e **motivado** exclusivamente na proteção à vida, e à nenhum outro bem, de uma ameaça iminente e concreta. A justificação, quando do emprego concreto, deverá ser submetida ao crivo das próprias forças, cabendo aos órgãos de controle e ao Judiciário, avaliar as justificativas apresentadas, quando necessário.

- **preveja, expressamente, que a realização de operação policial no perímetro de escolas, creches, hospitais e postos de saúde**, especialmente no período de entrada e saída, apenas pode ocorrer de forma **excepcional**, devendo a medida ser justificada ao Ministério Público, em até 24 horas, com as razões concretas que tornaram indispensável o desenvolvimento das ações nessas regiões. A norma deve ser aplicada às operações planejadas e não emergenciais, assim como nas operações emergenciais.

- adote nova redação para **prever expressamente parâmetros objetivos e razoáveis, que minimizem os vieses inconscientes sedimentados pelo racismo estrutural, bem como permitam a sindicabilidade a posteriori de abordagens policiais e buscas pessoais** pelos órgãos de controle e pelo Poder Judiciário, **inclusive por meio da gravação da ocorrência por sistema de áudio e vídeo**.

- estabeleça **(i) parâmetros objetivos e racionais que orientem agentes de segurança**, à luz da ordem jurídica, da jurisprudência superior e dos protocolos nacionais e internacionais, em quais hipóteses a **inviolabilidade do domicílio** poderá ser excepcionalmente mitigada, **(ii) parâmetros estes que permitam a sindicabilidade a posteriori** pelos órgãos de controle e pelo Poder Judiciário, **(iii) especialmente por meio do obrigatório registro audiovisual** de toda a ocorrência, **(iv) bem como que imóveis privados, sobretudo os residenciais, em hipótese alguma sejam utilizados como base operacional das ações policiais**.

- adote nova redação para (i) prever a **obrigatoriedade de ambulância** em operações policiais previamente planejadas, que poderá ser da própria força envolvida ou da Secretária de Saúde, bem como (ii) envidar esforços para que haja **ambulância também no caso de operações emergenciais**.

- preveja que todas as **informações** sobre o cumprimento da medida cautelar que determinou a **instalação de câmeras corporais e sistemas de gravação de áudio e vídeo nas viaturas** sejam **tornadas públicas**, em sítio eletrônico disponível para consulta e acompanhamento pela sociedade fluminense;

- **regulamente a forma como as vítimas e seus familiares** possam ter acesso às imagens e áudios;

- **inclua os cronogramas de instalação de câmeras corporais e sistemas de gravação na viatura da Polícia Civil**, bem como a indicação dos **atos normativos** que disciplinam seu uso;

- com relação à CORE e ao BOPE, que o Estado do Rio de Janeiro apresente alternativas de implementação do sistema câmera corporal de forma a adequar-se às peculiaridades das atividades dessas unidades, como o uso de câmeras próprias para fixação adequada nos capacetes balísticos, sem a emissão de luzes ou sons, cujas imagens sejam arquivadas em meios próprios do Estado do Rio de Janeiro e disponibilizadas com as reservas pertinentes ao binômio adequação/necessidade;

- regulamente a implementação da Política Estadual de Controle de Armas de Fogo, suas Peças e Componentes e de Munições, instituída, no Rio de Janeiro, pela Lei nº 8.186/2018, notadamente sobre o controle de armas e munições institucionais das forças de segurança pública do estado do Rio de Janeiro:

a) Elaboração de Inventário e recadastramento, através de **sistema informatizado**, de **todas as armas patrimoniais pertencentes à Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Penal e**

Corpo de Bombeiros, levantando excedentes não utilizáveis que possam ser encaminhados para destruição, ajudando a prevenir desvios.

b) **Marcação das armas de fogo do ERJ** de acordo com a Portaria nº 213/2021 do Comando Logístico do Exército (arts. 7º e 8º) e uniformização das armas patrimoniais. Garantia de que os processos atuais e na vigência da Lei nº 8.186/2018 tenham contemplado os mecanismos de rastreabilidade (dispositivos eletrônicos) previstos na legislação (art. 3º).

c) Aproveitamento da doação do Governo Federal de **Sistemas Eletrônicos de Comparação Balística** e inclusão do Estado do Rio de Janeiro no **Banco Nacional de Perfis Balísticos**[110] para a inserção de padrões balísticos das armas do ERJ, iniciando o cadastro a partir da análise das unidades de Polícia Militar e Civil com maior número de mortes por intervenção de agente do Estado.

d) Estabelecimento, com urgência, nos editais de compras de munições, da exigência de limite máximo de 1000 (mil) munições por lote, com a mesma munição gravada no culote dos estojos (art. 4º da Lei nº 8.186/2018) com vistas a contribuir com a rastreabilidade das munições, que previnem desvios e facilitam a identificação de funcionários públicos envolvidos nos desvios.

e) Fortalecimento de sistemas de gestão de material bélicos, como o SISMATBEL (da PM/RJ), e equivalente na PC/RJ, que consigam produzir mapas em tempo real sobre a custódia das armas e munições do ERJ e que permitam saber, ao menos, quantas munições (e de quais lotes) foram distribuídas a cada servidor ou batalhão, e quais armas estão sob carga de qual servidor ou batalhão, ajudando na prevenção dos desvios e controle do uso da força letal por parte das polícias.

- regulamente rotina, no âmbito da PC/RJ, que obrigue que as armas apreendidas sejam sistematicamente rastreadas nos bancos de dados disponíveis (SINARM da Polícia Federal e SIGMA do Exército) para identificação do perfil, origem e último proprietário, ajudando a identificar fontes de desvios e rotas de tráfico, bem como:

- regulamente o cumprimento do art. 3º, §12º, do Decreto nº 9.847/2019 que determina o envio trimestral, pelas unidades de criminalística, de dados de apreensões de armas para inclusão no SINARM da DPF e da Resolução nº 134/2011 do Conselho Nacional de Justiça, que determina um fluxo célere das armas apreendidas garantindo ao menos dois envios anuais de armas[111] já periciadas, para o Comando do Exército destruir, evitando, assim, os acúmulos em depósitos, que favorecem desvios.

---

[110] Vide Decreto Federal nº 10.711/2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10711.htm. Acesso em: 23 mar. 2023.

[111] Art. 7º, parágrafo único da Resolução nº 134/2011 do Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/139. Acesso em: 23 mar. 2023.

Monitoramento do Cumprimento do Plano

- adote nova redação para ampliar o número de representantes que integram a Comissão de Monitoramento e Gestão, notadamente para incorporar a participação da sociedade civil;

- preveja o compartilhamento com o CNJ da base de dados do Instituto de Segurança Pública, sem prejuízo da solicitação de informações pertinentes às Secretarias de Polícia Civil e Militar a ao Ministério Público Estadual, no exercício de sua função de controle externo da atividade policial.

Por fim, sugere-se ao **Conselho Nacional de Justiça que assuma a tarefa de monitoramento do Plano Estadual de Redução da Letalidade**, valendo-se da atuação do Grupo de Trabalho "Polícia Cidadã", que integra o Observatório de Direitos Humanos do CNJ.

5.3. RELATÓRIO DO SUBGRUPO DAS FORÇAS POLICIAIS

O relatório das forças policiais teve como coordenador o Cel. PM/RJ Max Wiliam, o qual, além de colocá-lo em discussão no eixo das instituições de segurança, apresentou o resultado do trabalho na reunião para todos os integrantes do GT Polícia Cidadã, no dia 16/03/2023.

5.3.1. Histórico da construção do Plano de Redução da Letalidade Policial

A ADPF nº 635 foi proposta originariamente pelo Partido Socialista Brasileiro, em novembro de 2019 e tramitou ao longo de 2020.

Para as decisões proferidas no âmbito do processo, a Procuradoria Geral do Estado expediu duas OCJs (Orientações de Cumprimento de Julgado): Ofícios nº 8623451/2020/PGE/PG13 de 25/09/2020 e 20147405/2021 – CCSF/PGE/PG13, de 27 de julho de 2021, ambas direcionadas às Secretarias de Estado da Casa Civil e Governança, de Polícia Civil e de Polícia Militar.

Nesses processos ficou definido que o Estado do Rio de Janeiro deveria apresentar no prazo de 90 dias um "Plano de Redução de Letalidade". Foi criado em 30 de agosto de 2021 o Grupo Temático, na forma do artigo 7º do Decreto nº 47.647/2021, com o fito de deliberar, confeccionar e executar do "Plano de Redução de Letalidade Policial", no âmbito do Comitê Gestor de Políticas Públicas de Segurança dos Programas de Policiamento de Proximidade ou Comunitário, com prazo inicial de 30 dias. O GT é composto por representantes das

Secretarias de Estado de Polícia Militar e de Estado de Polícia Civil, da Procuradoria Geral do Estado e do Instituto de Segurança Pública. Diversas reuniões foram realizadas e a minuta sofreu alterações pelo GT.

O Plano de Redução de Letalidade foi publicado pela primeira vez por meio do Decreto Estadual nº 47.802, de 22/03/2022 e retificado no Decreto Estadual nº 48.002, de 22/03/2022.

Em 27/05/2022, o STF encaminhou decisão na qual determinou que o Plano fosse submetido à avaliação e sugestões da Defensoria Pública, do Ministério Público e do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, além de uma consulta pública à Sociedade Civil.

O Grupo de Trabalho realizou uma audiência pública, onde foram ouvidos diversos representantes da sociedade civil, sendo que, posteriormente, as propostas foram avaliadas pelo GT e, na medida do possível, incluídas no texto do plano. Foram também ouvidos o Ministério Público, Defensoria Pública e OAB.

Incluídas parte destas sugestões, o Plano foi reformulado e novamente publicado em Diário Oficial, por meio do Decreto Estadual n° 48.272, de 14/12/2022.

A partir desse histórico da construção do Plano de Redução de Letalidade Policial é possível observar que o documento foi construído através de uma decisão e colaboração conjunta das Polícias Militar e Civil, órgãos de justiça e fiscalização do Estado, além de entidades da Sociedade Civil. Tal característica de construção e participação conjunta visa a otimização da eficiência das forças policiais na temática em tela, contribuindo para o aperfeiçoamento dos processos para que os resultados possam ser alcançados.

Vale ressaltar que o referido Plano segue o norteamento das medidas orientadas pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 635, que já estão em andamento, em seus diversos aspectos, nas Polícias Militar e Civil.

5.3.2. O Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados (SIM)

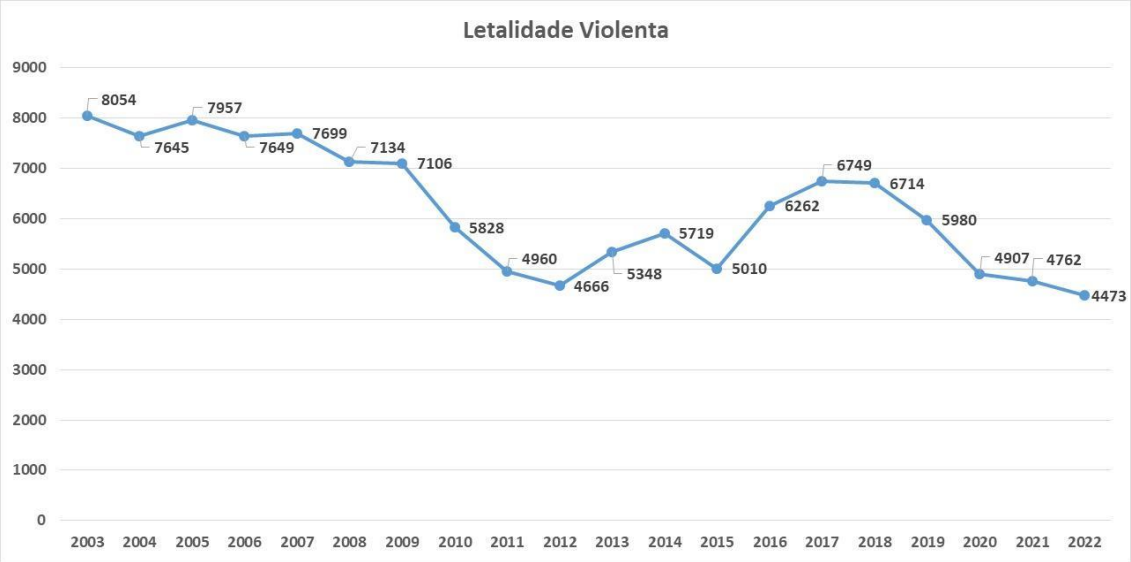
Cabe ressaltar que, por este Subgrupo de GT, em paralelo ao previsto no Plano de Redução da Letalidade, o Estado do Rio de Janeiro conta com modelo de gestão voltado para resultados na Segurança Pública conhecido como Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados (SIM). Tal modelo tem como objetivos principais estabelecer uma cultura de gestão por resultados, reforçar a integração entre a SEPOL e SEPM e reduzir crimes.

Nesse contexto, o SIM monitora quatro Indicadores Estratégicos de Criminalidades, a

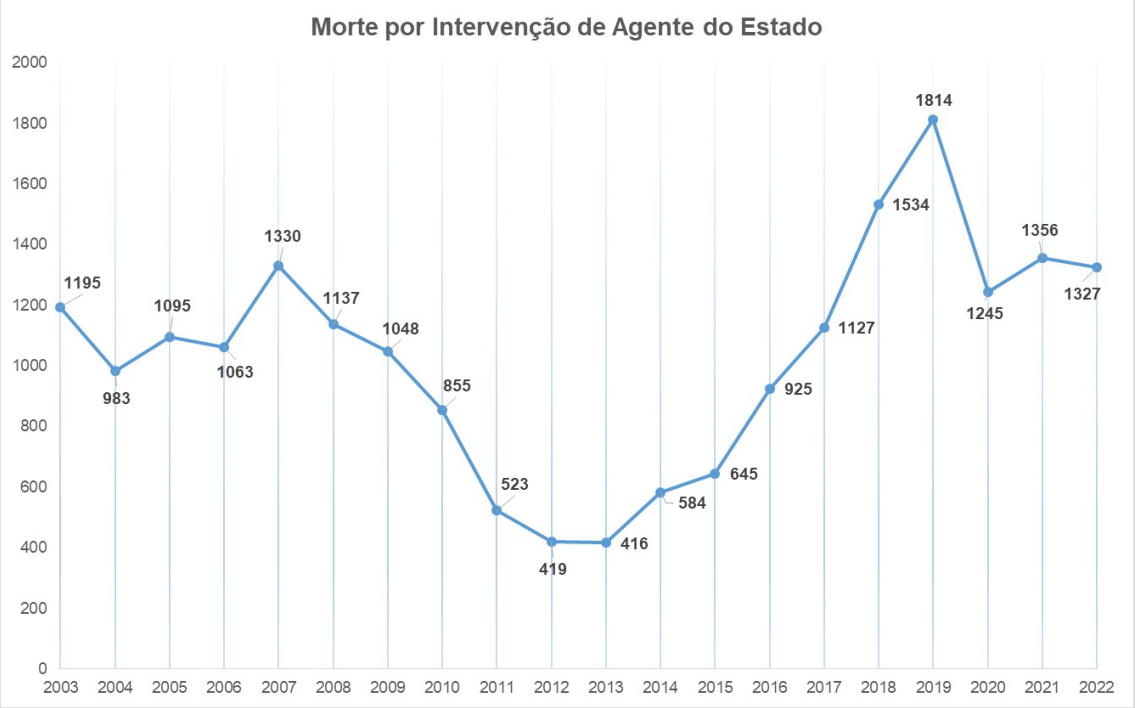
saber: Letalidade Violenta; Roubo de Veículo; Roubo de Rua e Roubo de Carga. O indicador de Letalidade Violenta é composto pelos indicadores de Homicídio Doloso, Roubo Seguido de Morte, Lesão Corporal Seguida de Morte e Morte por Intervenção de Agente do Estado (MIAE). Dessa maneira, a Letalidade Policial é mensurada pelo Estado do Rio de Janeiro, indo ao encontro do que se busca com a implantação do Plano de Redução da Letalidade Policial.

Entende-se que a mensuração da eficácia das ações inerentes à redução de letalidade policial (MIAE) é mensurada com clareza e incentivada a ser reduzida pois, para a Área Integrada de Segurança Pública (Batalhão + Delegacias Policiais da área) ser beneficiada com premiação pelo alcance das metas, os indicadores devem denotar esse alcance. Para se alcançar, por exemplo, a meta de redução de Letalidade Violenta, os indicadores que a compõem têm de apresentar redução. Logo, não há que se pensar em redução da Letalidade Violenta sem a redução do MIAE. Sendo assim, entende-se que há incentivos no Sistema Integrado de Metas para a redução de letalidade de qualquer natureza, inclusive a letalidade policial.

Por conseguinte, destaca-se a série histórica do indicador de Letalidade Violenta e, isoladamente, também o indicador de Morte por Intervenção de Agente do Estado nos últimos 20 anos. Verifique-se:



Fonte: ISP/RJ



Fonte: ISP/RJ

Analisando-se os dados dos gráficos acima, é importante destacar que, entre os anos de 2019 e de 2022, observou-se uma queda de 25% nos indicadores de Letalidade Violenta e queda de 27% nos dados de Morte por Intervenção de Agente do Estado. Tais dados indicam que, em conjunto com o que foi determinado pelo Plano de Redução da Letalidade, o Estado do Rio de Janeiro há muitos anos vem empenhando esforços de monitoramento e intervenções no sentido de reduzir os indicadores de Letalidade Violenta no Estado. Ressalta-se, porém, o retorno da ascensão de tais indicadores num período (à época, de 2015 a 2019) acompanhado de uma sucessão de fatores sócio-econômico-políticos que contribuíram para a desestabilização no Estado, sendo o de maior destaque a crise financeira do Estado que culminou na entrada do Regime de Recuperação Fiscal, num período complexo para toda a sociedade fluminense inclusive para as forças policiais, com obsolescência de equipamentos, uniformes e reflexos inclusive no aspecto salarial, além de retração de suporte às UPP por conta de outras secretarias estaduais que deixaram de participar e apoiar, bem como de redução drástica de parcerias público-privadas. Nesse sentido, a SEPM manifesta apoio à ampla implementação e manutenção tanto do SIM quanto do que foi conjuntamente definido no Plano de Redução de Letalidade Policial.

5.3.3. Análise de letalidade violenta x Morte por Intervenção de Agente do Estado (MIAE): Período Jan/2019 - Dez/2022

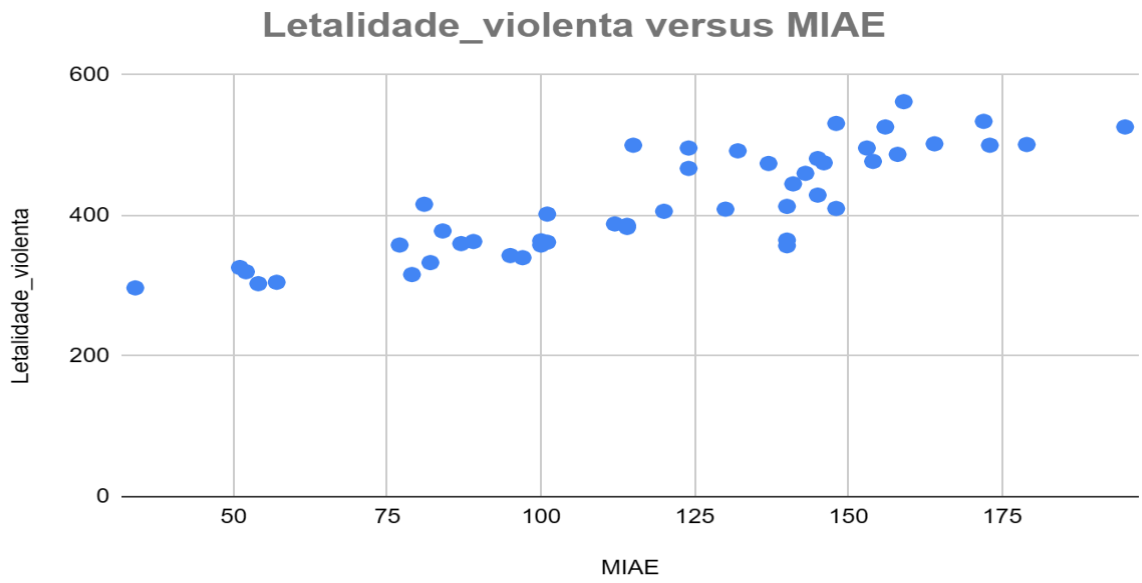
Para robustecer a associação argumentada sobre a relação entre Letalidade Violenta e Morte por Intervenção de Agente do Estado (referenciado como Letalidade Policial), pretendeu-se apresentar a seguinte análise:

1) Analisando a correlação Letalidade Violenta x MIAE

Para esta primeira análise considera-se o cálculo do coeficiente de correlação de Pearson, que apresenta valores entre -1 e 1. Basicamente se está mais perto do 1 apresentam correlação positiva. Se está próximo do 0, não apresentam correlação e, por fim, caso esteja próximo de -1, então as variáveis apresentam correlação negativa.

Para nosso caso, temos que:

Coeficiente de correlação (2019 - 2022): 85%



Fonte: ISP/RJ

Observa-se que as variáveis apresentam correlação positiva no período analisado, indicando que, se há um aumento nos casos de letalidade violenta, então também será observado um aumento dos casos de MIAE.

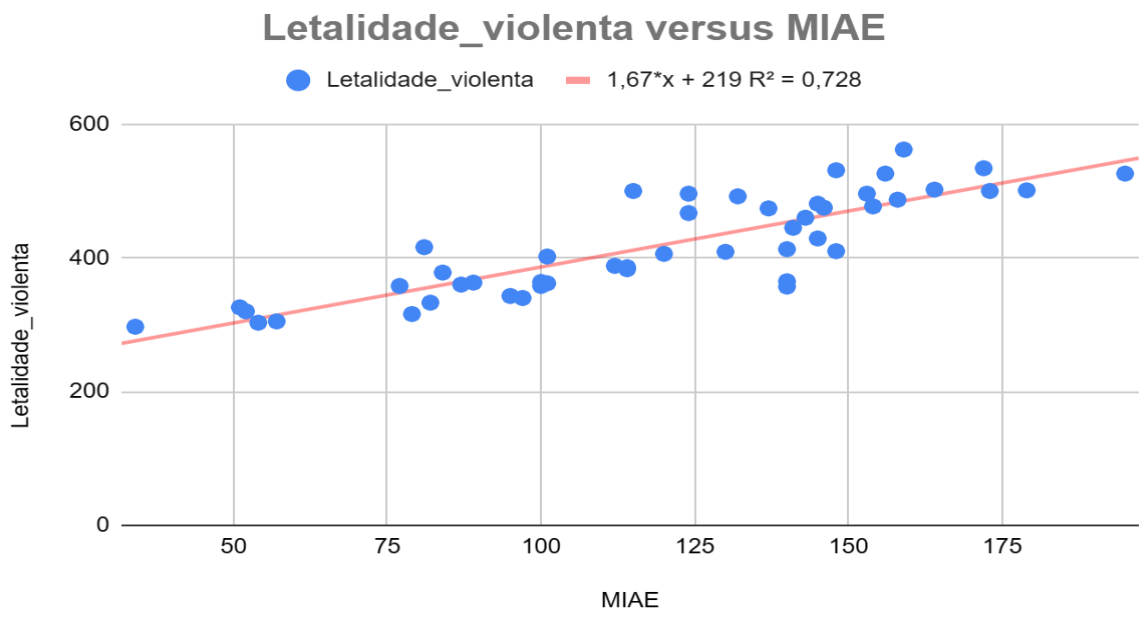
2) Análise do R^2

Nesta parte, analisa-se o coeficiente R^2, que permite auxiliar na construção de um modelo de regressão linear. O R^2 apresenta valores entre 0 e 1, sendo que se for mais próximo de 1, indica que uma variável explica a outra (y = f(x)). Além disso, permite identificar quanto uma variável é responsável pela variação da outra.

Para nosso caso temos que: R^2 = 73%

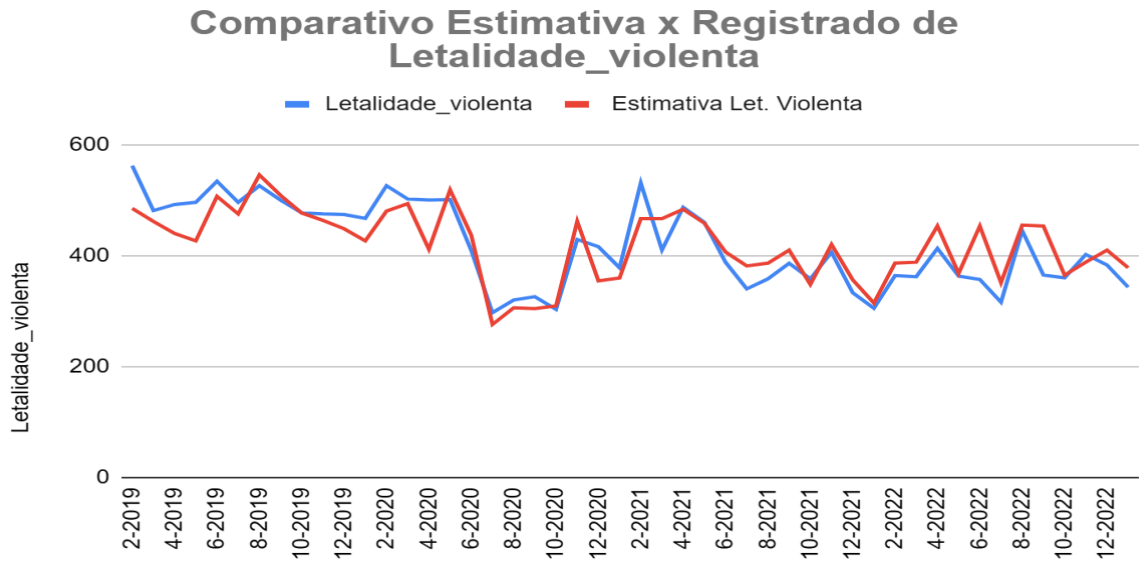
Os resultados indicam que os casos de MIAE podem ser utilizados para explicar a Letalidade Violenta (R2 > 70%) e vice-versa. Finalmente pode ser construído um modelo de

regressão linear para estimar utilizando uma variável para estimar a outra.



Fonte: ISP/RJ

De maneira ilustrativa, na seguinte figura mostra-se o comparativo entre estimativa de casos de letalidade violenta a partir do MIAE e os casos registrados de letalidade violenta.



Fonte: ISP/RJ

3) Análise na Capital:

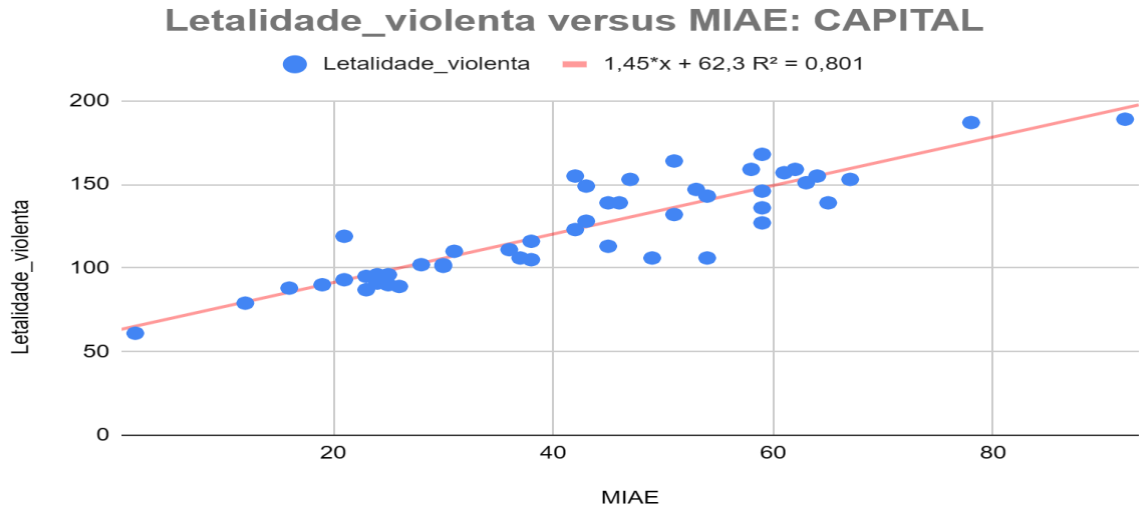
As análises anteriores foram realizadas considerando os dados de todo o Estado do Rio de Janeiro (Anexo 1). A seguir mostra-se, para fins de ilustração, uma análise na Capital (Cidade do Rio de janeiro) com a finalidade de compreender melhor o fenômeno.

- **Coeficientes de Correlação da Capital:** 89%

Estes coeficientes mostram e evidenciam que existe correlação alta e positiva entre as variáveis (quase 90%).

- **Coeficiente R^2 da Capital:** 80%

Os coeficientes R^2 indicam que na Capital é possível explicar com os dados de letalidade os casos de MIAE (e em consequência a construção de um modelo matemático consistente).



Fonte: ISP/RJ

Estes resultados indicam que a Capital tem um peso significativo tanto nos casos de letalidade violenta como de MIAE e suas variações, e "impulsiona" o valor do R^2 do Estado.

É importante entender o presente ponto para, em primeiro lugar, enfatizar as menções feitas anteriormente sobre essa correlação. Em segundo lugar, a percepção de que, conforme será explicado melhor nas sugestões, não há que se pensar no trato da redução da Letalidade Policial (verificado no MIAE) sem pensar em conjunto no esforço para a redução da Letalidade Policial. Este Subgrupo enfatiza que não há nenhuma intenção com isso em contrariar as determinações do egrégio Supremo Tribunal Federal, nem tampouco entender que o Plano de Redução de Letalidade Policial deva divergir das decisões do Supremo, o que não é o caso. Apenas as informações colocadas surgem para contribuir para a busca de uma estratégia sustentável para a devida mitigação do problema objeto do presente grupo. Do exposto, recomenda-se, sob essa ótica, a leitura do capítulo final abaixo.

5.3.4. Sugestões de pontos a serem levados ao Supremo Tribunal Federal (STF)

Os indicadores de Morte por Intervenção de Agente do Estado e Letalidade Violenta

são fenômenos relacionados. Ademais, é importante ressaltar que o fenômeno da letalidade violenta está condicionado diretamente ao ambiente criminal observado no Estado do Rio de Janeiro.

A história recente do Rio de Janeiro é marcada pela expansão de zonas de exclusão econômico-sociais, que, ao longo dos anos, foram sendo gradualmente tomadas por organizações criminosas fortemente armadas. Essas organizações se valem das características geográficas, topográficas e socioeconômicas observadas (especialmente) na cidade do Rio de Janeiro, para dominar e explorar ilegalmente esses territórios socialmente vulneráveis. Ao se pensar intervenções no âmbito da segurança pública no Rio de Janeiro, é preciso levar em conta a gravidade da dominação bélica nos territórios do Estado e as consequências que esse cenário traz para a execução do trabalho policial.

Observando-se o histórico das intervenções e políticas públicas executadas no Rio de Janeiro na história recente, é possível identificar um sucesso muito mais significativo e duradouro quando há ações que envolvem a integração de diversas frentes do Estado – como saúde, educação, cultura e justiça – e da Sociedade Civil, além de fomentos originários de parcerias público-privadas. Nesse sentido, a ideia é que as soluções na Segurança Pública contem com a participação de outros órgãos do Estado, levando cidadania às zonas de exclusão. As ações de desenvolvimento econômico-social, com fomento à educação, geração de empregos e acesso à cidadania de uma maneira ampla colaboram determinantemente na diminuição da atratividade criminal.

Cabe aqui exemplificar essa questão por meio do fenômeno de redução dos indicadores observado a partir de 2010 até 2013, com especial atenção para significativa queda observada em 2012 e 2013. Nesse período, o Estado do Rio de Janeiro contou com uma série de investimentos em diversas frentes, que envolveram a atuação das esferas Municipal (cidade do Rio de Janeiro), Estadual e Federal, e grande aporte de investimentos públicos e privados realizados em razão dos grandes eventos recepcionados no Estado (Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo, Jogos Olímpicos e Paralímpicos, etc). Além dos investimentos, foram amplamente conduzidas ações integradas com outras forças de segurança (Polícia Federal, Força Nacional e Polícia Rodoviária Federal), além da participação das Forças Armadas. Esse bloco de investimentos em diversas frentes fez com que as UPP obtivessem grande sucesso nesse período, reduzindo de forma drástica os indicadores – especialmente o de Morte por Intervenção de Agente do Estado e Letalidade Violenta de uma maneira geral. Tal estratégia de ação integrada aumentam as chances de se observar uma redução do ambiente criminógeno e, consequentemente, da letalidade violenta

como um todo.

No contexto aqui trabalhado – de análise do Plano de Redução da Letalidade Policial – é importante ressaltar que a integração de forças de segurança, o trabalho conjunto com outros órgãos do Estado, investimentos estatais, parcerias público privadas, dentre outras formas de fomento ao desenvolvimento social, são fundamentais e determinantes para o sucesso de implantação do Plano.

Grande parte dos problemas com os quais o Estado do Rio de Janeiro se depara em relação ao crime organizado e, consequentemente, em relação à letalidade violenta de uma maneira geral, se dá pela massiva presença de armas de fogo no estado. No entanto, é importante lembrar que essas armas são oriundas do exterior e chegam no Rio de Janeiro por diferentes vias de acesso. Nesse sentido, para efetivamente combater o crime organizado no Rio de Janeiro (e evitar que esse modelo seja "exportado" para outras unidades da federação), reduzindo assim os indicadores de letalidade violenta e policial, é fundamental que haja um esforço conjunto, em nível nacional, de combate ao tráfico internacional de armas no território brasileiro. Considerando a entrada constante de armas no território brasileiro e, especialmente no Rio de Janeiro, a atuação da polícia militar se torna limitada, exercendo um combate constante que é, muitas vezes, insuficiente para alcançar resultados duradouros.

Este Subgrupo de trabalho representa uma valiosa oportunidade de atestar não somente a validade do Plano, mas também de estender um clamor para que haja participação ativa de outros serviços públicos simultaneamente no Estado do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, a Polícia Militar, enquanto integrante deste Grupo de Trabalho, oferece as seguintes sugestões:

1. Fomento de ações de repressão sistemáticas ao tráfico internacional de drogas e armas, em nível estadual, nacional e internacional, de forma que seja possível aplacar, de forma simultânea a fim de inibir possíveis migrações criminais, as ações das organizações criminosas e enfraquecê-las.
2. Fomento às ações de desenvolvimento econômico e social, de forma a gerar acesso à educação, emprego, assistência social, cultura e cidadania, diminuindo significativamente a atratividade do crime organizado.

No entanto, cabe ressaltar, que essas ações não devem vir no formato de intervenção, haja vista que o Rio de Janeiro viveu experiências desse tipo que não produziram resultados satisfatórios a longo prazo.

Se não forem atacadas as múltiplas causas que produzem esse ambiente criminoso no RJ – causas socioeconômicas – ações policiais isoladas, ainda que importantes, serão

insuficientes a médio-longo prazo.

6. APONTAMENTOS DA COORDENAÇÃO DO GT

Os relatórios produzidos pelas forças policiais, sociedade civil e atores do sistema de Justiça, assim como as atividades de campo desenvolvidas por este Grupo de Trabalho, apesar das diferentes perspectivas sobre o endereçamento do mesmo problema, revelaram consenso sobre uma premissa que recorta, de maneira transversal, essas distintas visões: políticas públicas baseadas em ações policiais repressivas desacompanhadas de intervenções de natureza preventiva não têm sustentação de longo prazo no incremento da segurança social.

Em todos os relatórios apresentados no curso dos trabalhos deste Grupo há menção de que a atividade repressiva deve ocorrer nas situações em que seja técnica e juridicamente justificável, mas não pode vir desacompanhada de prestações estatais focadas na prevenção e na contenção dos fatores geradores do status de insegurança e violência no Rio de Janeiro[112]. A menção do Relatório da Subcomissão dos Atores do Sistema de Justiça, inclusive, remete ao "Relatório sobre Segurança cidadã e direitos humanos" elaborado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos:

> Desde a perspectiva dos direitos humanos, quando na atualidade se fala de segurança, esta **não se pode limitar à luta contra a criminalidade**, mas trata-se de como criar um ambiente propício e adequado para a convivência pacífica das pessoas. Por isto**, o conceito de segurança deve colocar maior ênfase no desenvolvimento de trabalhos de prevenção e controle dos fatores que geram a violência e a insegurança, ao invés de tarefas meramente repressivas ou reativas perante fatos consumados**[113]

[112] Relatório do Subgrupo GT Polícias: "Observando-se o histórico das intervenções e políticas públicas executadas no Rio de Janeiro na história recente, **é possível identificar um sucesso muito mais significativo e duradouro nas ações que envolveram a integração de diversas frentes do Estado – como saúde, educação, cultura e justiça – e da Sociedade Civil, além de fomentos originários de parcerias público-privadas**. Nesse sentido, a ideia é que as intervenções na Segurança Pública contem com a participação de outros órgãos do Estado, **levando cidadania às zonas de exclusão**. **Ações de desenvolvimento econômico-social, com fomento à educação, geração de empregos e acesso à cidadania de uma maneira ampla colaboram determinantemente na diminuição da atratividade criminal.**" (segue destacando o sucesso das UPPs e de investimentos em diversas frentes que não apenas a repressão policial).
Relatório do Subgrupo Sociedade Civil: relatório da sociedade civil: "(...) Neste sentido, é preciso que o estado atue em pelo menos três frentes estratégicas de maneira simultânea, quais sejam, institucional, normativa e preventiva. Esta atuação estratégica precisa incluir todo o sistema de justiça do estado e dos operadores da lei, a adequação da normativa e, **no campo preventivo, com enfoque primordial a ações não punitivas implementadas por outras agências e serviços estatais, de prevenção social, comunitária e situacional para intervir sobre os fatores de risco sociais culturais, econômicos e ambientais. Um plano de redução da letalidade policial com enfoque em direitos humanos precisa necessariamente estar focado prioritariamente em ações preventivas de redução da vulnerabilidade social**."

[113] OEA. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Relatório sobre segurança cidadã e direitos humanos. 2009, p. 7. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/pdf%20files/SEGURIDAD%20CIUDADANA%202009%20PORT.pdf. Acesso em: 23 mar. 2023.

O material arrecadado aponta evidências científicas de que intervenções holísticas, empregadas com os vieses preventivo e repressivo, produzem melhores resultados para o incremento da segurança da população e a consequente diminuição dos confrontos armados entre agentes de segurança estatal e grupos ou organizações criminosas.

Por essa razão, dedica-se esse tópico ao breve registro de achados que podem auxiliar o eminente Relator da ADPF nº 635, Ministro Edson Fachin, a delimitar o conteúdo jurídico mínimo existencial em tema de intervenções relacionadas à segurança pública carioca. Pede-se, de antemão, escusas pela intervenção de características mais alargadas nesse particular, registrando-se sua pontualidade e aderência ao tema sob escrutínio, como se demonstrará ao final deste tópico.

Pontualmente, analisa-se de modo específico o Decreto Estadual nº 48.272/2022 para ressaltar que, apesar de seus pontos positivos, ele endereça isoladamente políticas afetas à "estrutura de Segurança Pública do Estado, em especial na Secretaria de Estado de Polícia Civil - SEPOL e na Secretaria de Estado de Polícia Militar - SEPM" (art. 1º). É importante, mas não suficiente.

Atualmente, o que se observou nos trabalhos de campo foi um cenário de dupla frustração com as ações tomadas de modo exclusivamente focados na intervenção policial. De um lado, da população das comunidades mais carentes de prestações sociais positivas, com relatos importantes sobre os efeitos dessa política pública sobre o calendário escolar das crianças e adolescentes que estudam nas localidades afetadas e em seu entorno, do trabalhador que realiza seus deslocamentos para cumprir sua rotina laboral diária, dos moradores que vivem do comércio local etc. Por outro lado, de agentes policiais, em especial os que participam diretamente dos confrontos armados, que presenciam o fenômeno da cristalização de um estado de coisas que não é submetido aos estímulos apropriados para sua alteração no mundo fenomênico.

Uma curiosidade nesse ponto é a convergência entre os Subgrupos das Polícias e da Sociedade Civil sobre a própria “vitimização” do policial levado a atuar nas condições atuais (que se soma à vitimização dos moradores de comunidade afetados pelas mesmas ações). Colhe-se do relatório da sociedade civil:

> Além disso, elas contrariam quaisquer parâmetros internacionais de direitos humanos sobre a garantia do direito à segurança, integridade física e à vida - além das diretrizes do uso da força policial. As operações que historicamente foram realizadas no Rio de Janeiro se caracterizam pelo uso indiscriminado da força contra a população negra, pobre e moradora de favelas, propiciando um verdadeiro

> extermínio da população negra que é desproporcionalmente afetada por estas ações estatais; além de contribuir para o fortalecimento de grupos ilegais no interior das instituições policiais ao possibilitar que o uso da força estatal, inclusive letal, de maneira indiscriminada e publicamente justificada na retórica dos discursos oficiais. **Ademais, do ponto de vista da proteção dos profissionais da segurança pública, este tipo de ação produz graves impactos psicológicos, como pode ser comprovado pelo aumento de 150% nos suicídios de policiais entre 2019-2021**.

Ao final dessa rodada de interações com os atores estatais e não estatais, a percepção é a de que o agente policial vem sendo levado a *combater um combate* em que, aparentemente, não terá sucesso (não raro relata-se a sensação de estarem "enxugando gelo"). Agindo por dever de ofício, mas convencido de que sua ação isolada não resolve o problema, tem-se terreno fértil para o desengajamento, a frustração, o abuso (que normalmente vitima cidadãos das camadas sociais mais desfavorecidas) e, no limite, o suicídio, como apontado no trecho acima destacado.

E não se está aqui, é importante destacar, a buscar responsáveis por uma política pública estruturalmente radicada. O aparte que este Grupo está a se permitir realizar, com as escusas de estilo, volta-se primordialmente a fazer chegar ao Supremo Tribunal Federal algo que foi colhido a partir do trabalho de campo, com o escopo de contribuir com a melhor calibragem da intervenção estatal, segundo parâmetros de eficiência e de preservação de direitos fundamentais.

A aderência do tema aos parâmetros da ADPF nº 635 apresenta-se justamente em seu potencial de diminuição da capacidade de influência de organizações criminosas sobre territórios precariamente atendidos pelo Estado. Com efeito, à medida em que as prestações sociais de caráter prestacional (preventivo) penetram nessas ambiências territoriais, há uma correlata diminuição da zona e da capacidade de influência dos grupos e organizações criminosas. E com a redução dessas áreas de exclusão (ou o aumento das áreas de inclusão), decresce o engajamento humano em atividades criminosas e, consequentemente, o potencial enfrentamento armado às intervenções estatais operadas pelos órgãos de segurança pública.

Portanto, a par de todas as considerações técnicas já lançadas nesse parecer, sublinha-se a necessidade de participação de outras pastas gestoras de políticas estatais nos planos e ações voltadas à diminuição da letalidade policial. Um plano que se limita a intervir sobre as políticas afetas à "estrutura de Segurança Pública do Estado, em especial na Secretaria de Estado de Polícia Civil - SEPOL e na Secretaria de Estado de Polícia Militar - SEPM" (art. 1º do Decreto Estadual nº 48.272/2022), replicando um modelo baseado essencialmente na lógica da atividade policial (investigatória e repressiva), aparenta ser deficitário em seus instrumentos de intervenção, não garantindo o mínimo existencial em tema de segurança

pública nas localidades excluídas dos demais serviços estatais.

Cumprido o mister de vocalizar o anseio entoado, em afinação pouco recorrente, tanto por agentes do Estado como pela sociedade civil, sugere-se a análise sobre a viabilidade de se promover o engajamento concomitante de outras esferas de prestações sociais no plano de redução da letalidade policial no Rio de Janeiro, de modo a contribuir para uma intervenção holística do problema.

Em outro vértice, consigne-se que não pode a Coordenação do GT se furtar de ressaltar a **necessidade do Plano de Redução de Letalidade do Estado do Rio de Janeiro firmar o compromisso de enfrentar o racismo estrutural**, com a democratização da formulação da política interna antirracista e a implementação de ações afirmativas nos quadros de alto escalão, bem como parametrizar as abordagens policiais com requisitos objetivos e razoáveis, que minimizem os vieses inconscientes sedimentados pelo racismo estrutural, bem como permitam a sindicabilidade a posteriori de abordagens policiais e buscas pessoais e domiciliares pelos órgãos de controle.

Pontifique-se que o presente trabalho teve o desafio de congregar diversos atores sociais, com ideias muitas vezes antagônicas, mas que convergem para o mesmo desiderato, qual seja o de se ter uma prestação de serviço de segurança efetivo e alinhado aos direitos humanos, numa gramatura de reconhecimento do problema e de que sua solução somente será encontrada com a conjugação de esforços de todos, sendo válidos os ensinamentos de Luiz Eduardo Soares:

> Caso não se implementem políticas públicas inteligentes, pluridimensionais, intersetoriais e sensíveis às especificidades locais, em larga escala, capazes de interceptar as microdinâmicas imediatamente geradoras da criminalidade violenta, sobretudo de natureza letal, em um cenário caracterizado pela manutenção dos atuais indicadores de desigualdade, pobreza, qualidade de vida degradada, deficiências na escolaridade e precariedade no acesso aos direitos, facilitando crises familiares, e gerando vulnerabilidade, baixa auto-estima, sentimento de exclusão, estigmatizações, invisibilidade social e dupla mensagem cultural, as conseqüências só podem ser o agravamento do atual quadro de violência criminal, que já constitui uma tragédia, particularmente quando afeta a juventude pobre e negra, do sexo masculino, provocando verdadeiro genocídio.
> Esse quadro negativo tende a agravar-se, sobretudo, se persistirem duas condições: a) um sistema institucional de segurança pública fragmentado, ineficiente, corrompido, desacreditado, brutal, racista, alimentador do circuito da violência e da própria criminalidade, que não valoriza seus profissionais; b) o empreendedorismo do tráfico de armas e drogas, que, ativamente, tira proveito da precariedade das condições de vida e da vulnerabilidade dos processos subjetivos dos jovens com ralas e raras oportunidades e perspectivas de integração.[114]

Desse modo, os dados coletados pela Coordenação do GT, a partir de formulários das

[114] SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança Pública: Presente e Futuro**. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/9SRD5P9K7FvFYsv6vmg3Ykn/?lang=pt. Acesso em: 23 mar. 2023.

visitas desenvolvidas pelo controle externo da atividade policial no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), plenificam que as unidades policiais localizadas em áreas que sofrem com os maiores índices de letalidade policial – notadamente 15º BPM, 7º BPM, 41º BPM, 14º BPM, 20º BPM, 12º BPM, 39º BPM, 16º BPM, 3º BPM e o 9º BPM - têm, na sua área de atribuição, o domínio de organização criminosa, número de policiais em serviço insuficiente para o adequado exercício da atividade-fim, além de, em regra, o policial militar que participa de ocorrências com confrontos armados não ser afastado do serviço e submetido a acompanhamento por profissionais de saúde emocional, densificando que urge que o Plano de Redução de Letalidade também seja mais efetivo na humanização, dignificação e eficiência da atividade policial.

De igual modo, tem-se que a cooperação intergovernamental de caráter nacional e internacional traduz-se como um potencial instrumento de diminuição da frequência e da intensidade dos conflitos armados no território do Estado do Rio de Janeiro. A percepção recorrente é a de que a fragilidade de controles de fronteiras do Estado brasileiro representa um importante fator de desestabilização da segurança pública na comunidade fluminense, numa tonificação de lamentável cenário de *guerra irregular*, como vaticina Alessandro Visacro:

> Em franca oposição à ortodoxia dos soldados profissionais, na GI predomina a informalidade de táticas, técnicas e procedimentos (...) Assim sendo, ações descentralizadas concebidas segundo um planejamento bem mais flexível, com ordens do tipo "missão pela finalidade", enfatizam a importância de se valorizar ao máximo a iniciativa, a liberdade de ação e a responsabilidade compartilhada.[115]

Sem competência legislativa ou material para o tratamento do problema, os agentes públicos estaduais apontam o insuficiente controle de fronteiras nacional, em especial quanto ao tráfico de drogas e armas, como uma variável de peso na equação que busca um equilíbrio entre a repressão criminosa e os direitos fundamentais dos cidadãos. Nesse sentido, associa-se a porosidade das fronteiras ao incremento do poderio bélico das organizações criminosas, o que contribuiria para o aumento de intensidade nos conflitos que têm lugar na comunidade fluminense, e, consequentemente, o risco de casualidades envolvendo a população civil.

Nesse tópico, não custa lembrar que o Ministério da Justiça tem experiência proveitosa de **Plano de Forças-Tarefas SUSP de Combate ao Crime Organizado**, centrado em ações de prevenção e repressão, buscando (i) o isolamento de suas lideranças no sistema prisional, (ii) a prevenção e repressão da criminalidade violenta praticada por tais organizações

[115] VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 248.

criminosas e (iii) a descapitalização das facções, com a frustração da infraestrutura e logística do crime[116].

Diante do exposto, essa Coordenação sinaliza a importância da cooperação intergovernamental, seja em nível nacional ou internacional, como medida de contenção da capacidade de atuação de organizações criminosas que operam em território fluminense e de prevenção de conflitos armados em zonas de intensa densidade populacional.

De outro lado, a discussão em relação à (in)viabilidade da gravação da imagem e som das ações, através de câmeras corporais, realizadas pelas forças especiais carece de maior aprofundamento, sendo certo que o Ministério da Defesa e a Diretoria-Geral da Polícia Federal, os quais, abraçando os grupamentos de forças especiais das Forças Armadas e o Comando de Operações Táticas da Polícia Federal, podem trazer a exata dimensão dos eventuais riscos para o comprometimento das estratégias utilizadas, integridade dos agentes e perigos para os colaboradores, ou ainda descortinar tecnologia alternativa, ante suas experiências internas e externas, na defesa da soberania e manutenção da lei e da ordem, preservando o estado democrático de direito.

Outrossim, é imprescindível que o fenômeno do **racismo estrutural** seja reconhecido e enfrentado pelo Plano de Redução de Letalidade, uma vez que a população negra tem sido, por décadas, a mais atingida pelas ações policiais e, em *ultima ratio*, pela letalidade policial, não mais se podendo admitir uma atividade policial dissociada dos princípios e garantias fundamentais, sobretudo, no cumprimento de medidas cautelares de busca e cumprimento de mandados de prisão.

Destarte, ressalve-se que os Subgrupos da Sociedade Civil aviaram pontos sensíveis que demandam análise aprofundada pelo Estado do Rio de Janeiro em relação ao Plano de Redução de Letalidade, em especial **as questões periciais, a especificação do controle individualizado de Morte por Intervenção de Agente de Estado e a fixação de uma meta anual e crível de redução, assim como de policiais mortos em serviço, além do cronograma da instalação de câmeras corporais e sistemas de gravação de áudio e vídeo nas viaturas policiais**.

A viga de sustentação para aferição do sucesso do aludido Plano e, por conseguinte, atendimento à decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 635, será a redução real da letalidade policial, assim, deve ser realizado o monitoramento por metas e indicadores

[116] Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/andre-mendonca-201choje-nos-dizemos-ao-brasil-a-seguranca-publica-nacional-se-organizou-em-rede201d/plano-de-forcas-tarefas-mjsp-1.pdf. Acesso em: 23 mar. 2023.

estratégicos específicos que contemplem o número de Mortes por Intervenção de Agentes do Estado (MIAE) e, de igual modo, Policiais mortos em serviço, com a respectiva inserção no Sistema Integrado de Metas (SIM) para todos os fins, inclusive premiações dos agentes de segurança para as polícias civil e militar.

De fato, o SIM consiste em uma forma de controle e regulação da atividade policial cuja eficácia não pode ser menosprezada. Trata-se de um sistema complexo, onde são fixadas metas globais e metas por unidade, atuando como uma forma de regulação por resultados. Atualmente, há 04 (quatro) eixos centrais, 03 (três) deles relacionados ao crime de roubo (de cargas, de celulares e de transeuntes) e 01 (um) relacionado à letalidade, sendo certo que este último engloba tanto os crimes violentos contra a vida quanto as mortes por intervenção de agentes do Estado.

Um efetivo compromisso do Estado com a redução da letalidade policial deve passar pela desagregação das mortes por intervenção de agentes do estado da meta de letalidade, de modo a constituir uma meta própria e autônoma. Tal medida, para além de significar o reconhecimento da importância do tema, que passará a constituir meta autônoma a guiar as ações dos agentes policiais, também possibilitará o estabelecimento de metas anuais, de forma global, para todo o Estado, e, de forma específica, para cada uma das unidades policiais, permitindo o necessário refinamento e ajuste das metas por região. Com efeito, o desafio de reduzir a letalidade em uma área conflagrada é certamente maior do que em uma área onde historicamente há menos mortes por ação policial.

A elevação das mortes por agentes do estado à condição de meta autônoma, separada das demais situações utilizadas para o índice de letalidade, representa medida de suma importância para permitir o estabelecimento e acompanhamento de metas de redução da letalidade policial.

Mas não é só. O Plano de Redução de Letalidade deve atentar-se para o cumprimento do comando decisório da Corte Suprema no que toca à investigação, acesso e acompanhamento pela vítima, assim como sua proteção e das testemunhas, com a publicização de dados não sigilosos confiáveis e que permitam a fiscalização da sociedade civil, destinatária final do serviço de segurança.

Ao fim, gize-se, por imprescindível, que apenas a previsão, no Plano de Redução de Letalidade, de ações policiais isoladas não terá o condão de modificar o atual estado de coisas, razão pela qual mister se faz necessária a previsão da confluência transversal de atores estatais de todas as esferas da Federação, além de parcerias público-privadas, de modo a abrandar-se a sedução pelo ingresso ou permanência no crime organizado.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho é fruto do esforço coletivo de 35 representantes, composto por magistrados, defensores públicos, membros do Ministério Público, especialistas em segurança, antropólogos e membros de Universidades e de entidades públicas e privadas da esfera de direitos humanos, que, mesmo com diferentes pontos de vista, carrearam diversas evidências científicas sobre o Plano de Redução de Letalidade Policial apresentado pelo Estado do Rio de Janeiro, com suas respectivas propostas de adequações em busca da sintonia fina com a decisão do Supremo e as orientações da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Descortinaram-se, assim, após a instalação dos trabalhos no dia 23/02/2023, visitas técnicas nas unidades policiais do Distrito Federal e Rio de Janeiro, em 02/03/2023 e 09 e 10/03/2023, respectivamente, bem como reuniões de discussão sobre o Plano de Redução de Letalidade e desempenho do controle externo da atividade policial nessa seara, nos dia 01 e 02/03/2023, com 03 (três) abordagens distintas, capitaneadas por representantes da sociedade civil, do sistema de justiça e das forças policiais, que, postas no dia 16/03/2023, complementaram-se e se propuseram a cumprir a missão conferida pelo Supremo Tribunal ao GT sobre Polícia Cidadã.

Nessa toada, merece destaque o fato de que procurou a Coordenação do GT colocar em votação 21 encaminhamentos dos 03 Subgrupos, sendo que o **único que teve adesão unânime** foi o relacionado à necessidade de fomento às ações de desenvolvimento econômico e social, de forma a gerar acesso à educação, emprego, assistência social, cultura e cidadania, diminuindo significativamente a atratividade do crime organizado bem como contribuindo à redução da desigualdade social e racial, concomitante às iniciativas já dispostas no Plano de Redução de Letalidade Policial, buscando sustentabilidade às mesmas, numa confluência transversal de atores estatais de todas as esferas da Federação, além de parcerias público-privadas.

Realce-se, por oportuno, que a aludida votação contou com a expressiva adesão de 34 integrantes do GT, tendo havido apenas (01) ausência, com os seguintes *Encaminhamentos formulados pelo* **Subgrupo Sociedade Civil**: 1) Um compromisso político explicitado pela alta gestão de que a política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro e a construção do Plano de Redução da letalidade policial estarão pautados no enfrentamento ao racismo estrutural, com participação social na formulação, monitoramento e implementação da

política, baseada em dados desagregados que incluem o componente racial. Este compromisso público com o antirracismo nas forças inclui a criação de uma instância de alto nível para desenhar e implementar a política interna antirracista e a implementação de ações afirmativas nos quadros de alto escalão (28 votos favoráveis e 6 contrários); 2) A formação de uma Comissão Independente de Supervisão da Atividade Policial a ser abrigada pelo CNJ e constituída por maioria de representantes da sociedade civil, notadamente, movimentos de favelas, movimento negro, movimentos de familiares de vítimas da violência de Estado e especialistas a qual deve dispor de independência e mandato claro e definido para conduzir as atividades de monitoramento síncrono e a posteriori, assim como o apoio na responsabilização no abuso de uso da força, divulgação de relatórios com vistas à transparência e prestação de contas acerca do monitoramento e disposição de poder de acesso a informações sensíveis (22 votos favoráveis e 12 contrários); 3) Reformulação do Plano de Redução da Letalidade Policial para adequação ao monitoramento por metas e indicadores que incluam a) número de Mortes por Intervenção de Agentes do Estado (MIAE) como indicador para as polícias estaduais civil e militar; b) Meta de redução da letalidade policial em 70% no prazo de um ano (referência ano de 2021), havendo especificações em função dos atributos raciais e etários das vítimas (25 votos favoráveis e 9 contrários); 4) A adoção de um conceito claro e objetivo de excepcionalidade para a arbitragem das operações policiais (28 votos favoráveis e 6 contrários); 5) O efetivo controle de armas e munições pelas forças policiais do Rio de Janeiro (33 votos favoráveis e 1 contrário); 6) O emprego de critérios para a instalação das câmaras corporais alinhados ao objetivo de redução da letalidade policial e a proteção das vidas de negros, pobres e residentes de favelas e periferias, conforme determinação do STF (32 votos favoráveis e 2 contrários); 7) Elaboração e implementação de plano de atenção a vítimas após operações, incluindo o acesso efetivo e equitativo à justiça, verdade, proteção e reparação completa. A reparação completa deve incluir o direito a indenização, garantias de não repetição e reabilitação, envolvendo atendimento psicológico e social (31 votos favoráveis e 3 contrários); e 8) Implementação de fluxos e procedimentos de planejamento intensivo de operações policiais e devida notificação ao Ministério Público com detalhamento do contingente de policiais destacados, arsenal que será utilizado (informações e detalhes), viaturas, objetivo/justificativa da operação, mapeamento de riscos e estratégia para mitigá-los, definição de diretrizes para atendimento de vítimas e feridos, previsão de início e término da operação e outros elementos relevantes (30 votos favoráveis e 4 contrários). *Encaminhamentos formulados pelo* **Subgrupo Sistema de Justiça**: 9) Uniformizar, em toda a estrutura do Estado do Rio de Janeiro, o uso da terminologia “Morte por Intervenção de

Agente de Estado", para todos os casos de mortes violentas provocadas pela ação de agentes de segurança do Estado (32 votos favoráveis e 2 contrários); 10) Regulamentar o monitoramento dos indicadores legais de êxito das operações policiais, previstos na Lei Estadual nº 8.928/2020 (33 votos favoráveis e 1 contrário); 11) Prever expressamente a produção de relatórios mensais sobre os agentes envolvidos em casos de "Morte por Intervenção de Agente de Estado", para fins de aplicação das medidas de atendimento psicossocial, requalificação, afastamento das funções (nos termos da Lei Estadual nº 8.929/2020) ou apuração de responsabilidade, conforme o caso (29 votos favoráveis e 5 contrários); 12) Regulamentar o direito à participação da vítima ou seus familiares na investigação e o fornecimento de informações a respeito das fases e status dos procedimentos, permitindo a sua participação efetiva, com acesso aos dados que não sejam sigilosos (29 votos favoráveis e 5 contrários); 13) Efetivar o cumprimento da determinação legal de encaminhamento ao Ministério Público, à Defensoria Pública e ao Órgão do Poder Executivo responsável pela promoção dos Direitos Humanos de cópia integral dos Registros de Ocorrências de Morte por Intervenção de Agente de Estado, CF. art. 7º, §2º, da Lei estadual nº 8.928, de 09 de julho de 2020, inclusive em casos de aditamentos que venham a tratar a ocorrência como morte por intervenção de agente de estado (30 votos favoráveis e 4 contrários); 14) Prever a desvinculação do órgão de perícia-técnica da estrutura da Polícia Civil, passando a constituir um órgão independente, não subordinado às Secretarias de Polícia e com dotação orçamentária compatível com as necessidades do serviço (31 votos favoráveis e 3 contrários); 15) Previsão de que o uso de helicóptero com função diversa de base de observação será excepcional e motivado exclusivamente na proteção à vida e diante de ameaça iminente e concreta, cabendo aos órgãos de controle e ao Judiciário, avaliar as justificativas apresentadas (25 votos favoráveis e 9 contrários); 16) Prever, expressamente, que a realização de operação policial no perímetro de escolas, creches, hospitais e postos de saúde, especialmente no período de entrada e saída, apenas pode ocorrer de forma excepcional, devendo a medida ser justificada ao Ministério Público, em até 24 horas, com as razões concretas que tornaram indispensável o desenvolvimento das ações nessas regiões. A norma deve ser aplicada às operações planejadas e não emergenciais, assim como nas operações emergenciais (31 votos favoráveis e 3 contrários); 17) Dar nova redação ao Plano Estadual de Redução da Letalidade para que, além da obrigatoriedade de ambulâncias em operações policiais previamente planejadas, sejam envidados esforços para que haja ambulâncias - da própria força envolvida ou da Secretária de Saúde - também no caso de operações emergenciais (29 votos favoráveis e 5 contrários); 18) Implementar a Política

Estadual de Controle de Armas de Fogo, suas Peças e Componentes e de Munições, instituída, no Rio de Janeiro, pela Lei n. 8.186, de 30 de novembro de 2018, notadamente efetivando o controle, marcação e rastreabilidade de armas e munições institucionais das forças de segurança pública do estado do Rio de Janeiro (31 votos favoráveis e 3 contrários); e 19) Atribuir ao Conselho Nacional de Justiça a tarefa de monitoramento do Plano Estadual de Redução da Letalidade, valendo-se da atuação do Grupo de Trabalho "Polícia Cidadã", que integra o Observatório de Direitos Humanos do CNJ (27 votos favoráveis e 7 contrários). *Encaminhamentos formulados pelo* **Subgrupo das Instituições Policiais**: 20) Fomento de ações parceiras de repressões sistemáticas ao tráfico internacional de drogas e armas, em nível estadual, nacional e internacional, de forma que seja possível mitigar consideravelmente o comércio de armas ilegais, simultaneamente, a fim de inibir possíveis migrações criminais, ações das organizações criminosas, enfraquecendo-as (24 votos favoráveis e 10 contrários); e 21) Fomento às ações de desenvolvimento econômico e social, de forma a gerar acesso à educação, emprego, assistência social, cultura e cidadania, diminuindo significativamente a atratividade do crime organizado bem como contribuindo à redução da desigualdade social e racial, concomitante às iniciativas já dispostas no Plano de Redução de Letalidade Policial, buscando sustentabilidade às mesmas. Tais ações deverão ter caráter interdisciplinar, envolvendo diversos órgãos públicos das áreas supramencionadas, propiciando envolvimento das esferas municipal, estadual e federal, além de parcerias público-privadas (34 votos favoráveis e nenhum contrário).

A partir dos resultados, a despeito do caráter heterogêneo e transversal da sua composição, cumpre ressaltar a majoritária concordância, por parte dos membros deste Grupo de Trabalho, quanto a vários dos temas debatidos, especialmente as providências relacionadas a: **controle de armas e munições** (apenas 1 voto contrário), **critérios para a instalação das câmeras corporais com atenção à redução da letalidade policial e a proteção da vida de negros, pobres e residentes em favelas e periferias** (apenas 2 votos contrários), **implementação de plano de atenção a vítimas após operações** (apenas 3 votos contrários), **uniformização da terminologia "Morte por Intervenção de Agente de Estado"** (apenas 2 votos contrários), **regulamentação e monitoramento dos indicadores legais de êxito das operações policiais** (apenas 1 voto contrário), **desvinculação dos órgãos de perícia técnica da estrutura da Polícia Civil** (apenas 3 votos contrários); **excepcionalidade da realização de operações policiais no perímetro de escolas, creches, hospitais e postos de saúde** (apenas 3 votos contrários) e **implementação da Política Estadual de Controle de Armas de Fogo** (apenas 3 votos contrários).

Saliente-se, em acréscimo, que, malgrado não se tenha chegado ao consenso do GT em relação a 20 dos 21 encaminhamentos, cada um deles traz reflexão respeitável, sob a óptica do seu proponente, para o aperfeiçoamento do sistema de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro e podem subsidiar o Supremo Tribunal Federal na construção de pilares estruturantes para efetivação do seu comando decisório.

Ao fim, não se pode olvidar que os trabalhos do GT sobre Polícia Cidadã **não se esgotam com o presente parecer**, mas continuam, ao longo desse ano, respeitando os órgãos de controle externo e interno das forças policiais, a fim de aparelhar o Supremo Tribunal Federal com evidências científicas que catalisem a implementação de medidas interinstitucionais coordenadas para garantir o aprimoramento de políticas públicas protetivas e/ou concretizadoras de direitos fundamentais na seara da segurança pública fluminense.

ANEXO 11

Exmo. Sr. Ministro Relator – Supremo Tribunal Federal

Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº: 635

ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nos autos da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental mencionada na epígrafe, em que figura como arguente o **Partido Socialista Brasileiro - PSB**, vem à V. Exa. apresentar, em conformidade com o r. despacho de 03 de julho de 2024 (e-doc. 1047), e com vistas ao julgamento de mérito da presente ação, sua **MANIFESTAÇÃO FINAL**.

INTRODUÇÃO

1. **Proporcionalidade.** Está é a palavra que serve para caracterizar o posicionamento assumido pelo Estado do Rio de Janeiro ao longo do presente feito. Se por um lado a utilização da força letal deve ser utilizada de maneira proporcional à ameaça a um bem da vida protegido pelas leis penais – e a isto não se contrapõe o ente estadual – por outro lado é a mesma proporcionalidade, tanto pela ótica da proibição da insuficiência quanto da proibição do excesso, que devem balizar as operações policiais.

2. Também é a proporcionalidade que serve a mensurar o cabimento desta ação de descumprimento de preceito fundamental. É necessária tal ADPF para colmatar supostas omissões do ente público, quando, reconhecidamente, inclusive pelo partido requerente, antes do ajuizamento desta ação já haviam sido editadas a Instrução Normativa SESEG n. 03/2018 (e-doc. 15), a Instrução Normativa PMERJ/EMG/PM-3 n. 52/2018 (e-doc. 152), e a Portaria PCERJ n. 832/2018 (e.doc 17), que versavam sobre o uso proporcional da força letal e sobre protocolos de atuação policial em áreas sensíveis?

3. Com efeito, estabelecem estes atos normativos, entre outras disposições, o seguinte:

Instrução Normativa SESEG n. 03/2018:

DOS CONCEITOS

Art. 1º *- Compreendem-se como áreas sensíveis a delimitação espacial de localidades, onde se presume que possa ocorrer elevado e iminente risco de confronto armado com infratores da lei, em razão do desencadeamento de uma operação policial, colocando em risco, acima do tolerável, os policiais e a população em geral.*

Art. 2º *- Compreende-se como operações policiais o conjunto de ações policiais que necessitem de mobilização extraordinária de recursos humanos e materiais, executadas de forma planejada, dirigida, organizada, coordenada, monitorada e controlada, em ocasiões programadas ou em resposta a situações imprevistas ou emergenciais, obedecendo a táticas e técnicas pertinentes.*

DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º *- As operações policiais em áreas sensíveis reger-se-ão pelos seguintes princípios, dentre outros:*

I - *preservação da vida;*

II - *respeito à dignidade humana e afastamento de qualquer forma de discriminação;*

III - *respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais;*

IV - *respeito e obediência às leis;*

V - *uso diferenciado da força nas situações em que seja estritamente necessária e na medida exigida para o cumprimento do dever legal.*

DAS REGRAS GERAIS

Art. 4º *- As operações policiais em áreas sensíveis deverão obedecer às seguintes regras gerais:*

I - *o desencadeamento de operações policiais de qualquer natureza, em áreas sensíveis, próximas a unidades de ensino, creches, postos de saúde e hospitais, em funcionamento, será realizado, observando sempre que possível:*

a) *Evitar preferencialmente os horários de maior fluxo de entradas e saídas de pessoas de tais estabelecimentos, principalmente, entrada e saída de alunos nos estabelecimentos de ensino; e*

b) *O não baseamento de recursos operacionais nas entradas e interior de tais estabelecimentos, de maneira a evitar que os mesmos tornem-se alvos em potencial de infratores armados;*

II - *o planejamento e execução de toda e qualquer operação, além de observadas a legalidade, a oportunidade e a conveniência, deverão considerar na medida do possível:*

a) *A proteção de toda e qualquer pessoa que não represente ameaça de morte ou de lesão corporal grave a terceiros ou aos policiais;*

b) *A cautela em caso de proximidade de qualquer edificação ou logradouro que por sua natureza ou horário acarrete em aglomeração de pessoas;*

c) *A coleta de informações, envolvendo o conhecimento do terreno, seus pontos sensíveis, como unidades de ensino e de saúde, dentre outras;*

d) *A existência de objetivos claros e de efetivo policial adequado;*

e) *A realização de esforços para a presença de ambulância;*

f) *A existência de canal hierárquico claro para autorização do desencadeamento da operação;*

g) *A organização, a coordenação e o controle dos recursos empregados;*

h) *O registro do desenvolvimento e dos resultados em relatórios, bem como, sua remessa ao escalão superior.*

III - *o planejamento e a execução de toda e qualquer operação deverão ser submetidos a processos de melhoria contínua, com ciclos sucessivos de avaliação, e consequente implantação de medidas, priorizando:*

a) *A máxima aderência entre o executado no nível operacional e o preconizado nesta instrução normativa e nos atos normativos subsequentes;*

b) *A mitigação de possíveis resultados indesejáveis das operações, em especial, os relacionados à integridade física das pessoas e à interrupção de serviços em postos de saúde, hospitais, unidades de ensino, creches e vias de circulação;*

(...)

Art. 5º *- Para suporte e apoio das operações em áreas sensíveis, as aeronaves tripuladas poderão ser empregadas nas seguintes circunstâncias:*

I *- para utilização do sistema de imageamento aéreo com intuito de fornecer detalhamento em tempo real da situação operacional através de rádio e imagem visando identificar antecipadamente as características de envolvidos e suspeitos durante a operação;*

II- *transporte de equipe especializada;*

III *- resgate e salvamento;*

IV *- em apoio às equipes terrestres, visando garantir sua segurança no local da operação.*

Instrução Normativa PMERJ/EMG/PM-3 n. 52/2018:

Art. 10 *- Caso as ocorrências envolvam a* ***vitimização de pessoas****, deverão ser adotados os seguintes procedimentos pelos policiais militares na operação:*

I - Deverão acionar o socorro para o local (CBMERJ), via CECOPOM/Maré Zero, a fim de atender às vítimas;

II - Promover a correta preservação do local até a chegada de perícia, caso tal procedimento não comprometa a segurança dos policiais e/ou moradores; e

III - Comunicar imediatamente o fato ao Comandante da Operação.

§1º *- O Comandante da Operação ou quem for designado por ele, deverá recolher e identificar as armas e munições de todos os envolvidos, vinculando-as aos seus respectivos portadores no momento da ocorrência.*

Portaria PCERJ n. 832/2018:

Art. 6º.

Parágrafo único: o planejamento também deverá incluir a previsão de medidas de contingências para resgate de feridos em eventual confronto ou acidente durante a operação policial, com a identificação prévia dos hospitais de atendimento de urgência mais próximos ao local da operação e criação de canais, via CECOPOL, para o rápido acionamento de ambulâncias e outros serviços de urgência, além da designação de eventuais unidades de apoio operacional.

4. Em síntese, os referidos atos normativos, editados em 2018, após a prolação da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Favela Nova Brasília, em 2017 – e, portanto, ali não examinados – e antes do ajuizamento da presente ADPF, veiculam **protocolos de procedimentos nas operações policiais**, incluindo o **planejamento operacional de atuação em áreas sensíveis**, com diversas medidas que se assemelham a várias daquelas constantes na lista de pedidos da petição inicial.

5. O próprio relatório do Grupo de Trabalho intitulado "Polícia Cidadã – Redução da Letalidade Policial", instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (e-doc. 717), afirma que "*a revisão de protocolos para a realização de operações policiais é importante para que se estabeleçam parâmetros de controle do uso abusivo da força. Necessário destacar* ***que um importante ponto de partida pode ser utilizado, a saber, as Instruções Normativas da Secretaria Estadual de Segurança - SESEG nº 01, de 07/08/2017; e da Polícia Militar - PM/RJ/EMGPM3 nº 052, de 23/11/2018; além da Portaria PC/RJ nº 832, de 02/01/2018, da Polícia Civil, nas quais já estão contidos os princípios basilares dos tratados e protocolos internacionais sobre uso da força e disparos de armas letais e os marcos legais e normativos nacionais existentes***."

6. Não havia naquele ano de 2018, como não há atualmente, omissão administrativa de cunho normativo que pudesse dar suporte ao discurso de inexistência de política pública de segurança pública voltada à preservação de direitos fundamentais. Em outros termos, a presente demanda foi proposta para supostamente conter uma suposta exacerbação, por parte do Governador do Estado então na Chefia do Poder Executivo, de condutas violadores dos direitos humanos, servindo-se da sentença da CIHD proferida no caso Favela Nova Brasília, que refletia um cenário normativo diverso daquele do ano de 2018.

7. Por certo que práticas de descumprimento daqueles atos normativos editados no ano de 2018 – práticas essas não devidamente comprovadas, como o exige o artigo 3º, parágrafo único, da Lei n. 9.882/99 – demandariam aplicação das devidas sanções disciplinares, mas não havia, e muito menos hoje há, um *estado de coisas inconstitucional*, tanto que o próprio partido requerente, em sua manifestação de 03 de março de 2020 (e-doc. 75), asseverou que "*na presente Arguição, não se pretende que este eg. tribunal declare o estado de coisas inconstitucional da segurança pública fluminense*".

8. Seja como for, ainda que se pudesse admitir, à vista das infelizes manifestação do Governador do Estado no exercício da Chefia do Poder Executivo em 2019, que havia então um *estado de coisas inconstitucional* na segurança pública fluminense, esta situação se alterou radicalmente ao longo dos anos. O referido ocupante do Palácio Guanabara foi apeado do cargo, o Decreto n. 46.775/2019, por ele editado, foi revogado, inúmeros outros atos normativos, vinculados à temática tratada no presente feito, foram editados, e os números de mortes por intervenção por agentes do Estado (MIAE) foram reduzidos drasticamente.

9. O caso aqui, portanto, se assemelha àquele objeto da ADPF 760 e da ADO 54, em que se reconheceu que, à vista de um processo evolutivo em marcha, não seria o caso de se declarar um *estado de coisas inconstitucional* em relação à política ambiental brasileira.

10. Dir-se-á, então, que ainda que houvesse atos normativos versando sobre a maior parte dos pedidos formulados na petição inicial da presente ADPF, ainda não teria sido dado cumprimento à determinação constante da sentença proferida pela CIDH, no sentido de estabelecimento de um plano de redução da letalidade policial, com metas a serem perseguidas.

11. Ora, se a pretensão - tida pelo partido-autor como "o principal pedido formulado na ADPF n° 635" (e-doc. 75, item 36) – era a de edição de um ato normativo distinto daqueles já existentes, a medida adequada seria então a ação de inconstitucionalidade por omissão, em conformidade com o artigo 12-B, inciso I, da Lei n. 9.868/99, e não uma ADPF, porque esta última, a ADPF exige, nos termos do artigo 4º, § 1º, da Lei n. 9.882/99, a denotar seu caráter subsidiário.

12. A propósito, vale apontar para a curiosa circunstância de que a presente ADPF foi aforada na data de 19 de novembro de 2019, **exatos 03 (três) meses após a prolação de sentença de improcedência** dos pedidos deduzidos na ação civil pública proposta pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro perante a 6ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro (processo n. 0215700-68.2016.8.19.0001).

13. Os pedidos ali formulados – e rejeitados – foram o de impor ao Estado do Rio de Janeiro a obrigação de apresentar plano de redução de danos para o enfrentamento das violações de direitos humanos decorrente de intervenções dos agentes de segurança pública no Complexo de Favelas da Maré, contemplando a proteção de crianças e adolescentes, inclusive da manutenção das condições necessárias ao regular desenvolvimento das atividades escolares; a proteção das mulheres contra violências de gênero; medidas de sensibilização dos profissionais das Polícias Civil e Militar para o enfrentamento do racismo institucional e proteção integral dos direitos humanos de todos os moradores do Complexo da Maré.

14. Pediu-se ali, também que se impusesse ao Estado (i) o dever de garantir na forma da Lei nº. 7.385/16, a presença obrigatória de ambulâncias em todas as operações realizadas no Complexo da Maré, devendo-se garantir ainda a comunicação do Hospital Estadual ou Municipal mais próximo, a fim de que a unidade fique de sobreaviso; (ii) as obrigações consistentes em instalar câmeras de vídeo e de áudio e implantar o sistema de localização por satélite (GPS) nas viaturas automotivas (terrestres e áreas) blindadas das Polícias Militar e Civil, (iii) a designação de um superior hierárquico para fiscalizar, em tempo real, através do monitoramento das câmeras nas viaturas, a atuação dos policiais durante operações; (iv) que disponibilizasse acesso as imagens e sons das câmeras de e o rastreamento do sistema de localização por satélite (GPS) nas viaturas policiais, bem como a fornecer relatórios sobre operações policiais; (v) que no caso de cumprimento de mandados judiciais de prisão ou de busca e apreensão, que a diligência seja realizada somente durante o dia, proibindo-se que operações policiais realizem buscas domiciliares com o objetivo de cumprimento de mandados judiciais, cf. art. 5°, XI, da CRFB/88; (vi) que no caso de busca domiciliar sem mandado judicial, deverá ser lavrado auto circunstanciado da diligência, e devidamente justificadas as fundadas razões para a entrada forçada na residência; (vi) que não se admita que informações obtidas por denúncias anônimas.

15. A sentença de improcedência ali proferida lastreou-se na fundamentação no sentido de que a forma de enfrentamento do crime organizado "*faz parte da competência atribuída ao Governador do Estado, por sua Secretaria de Segurança e das Polícias*", acrescentando que "*alguns podem concordar que a técnica escolhida seja a melhor, outros podem dela discordar. Entretanto, o que a Constituição da República não permite é a ingerência de um dos Poderes na competência atribuída a outro, equivalente à proibição de alteração de políticas públicas escolhidas pelo chefe do Executivo*".

16. O que se percebe, portanto, é que a presente ADPF, ainda que ampliada para abranger todas as comunidades fluminenses, foi utilizada, em uma espécie de *forum shopping a posteriori*, como medida substitutiva àquela já em curso de discussão perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, fato confessado em transcrição constante da recém lançada obra "Processo Estrutural Democrático", onde se lê que "*a ADPF das favelas poderia hipoteticamente ser uma Ação Civil Pública no Rio de Janeiro. Já existia até uma ACP neste sentido, mas o foco era a Favela da Maré. Só que a ação não andava, o Judiciário do Rio de Janeiro tendia a decidir em favor do governo e a ação não andava*".[1]

17. Enfim, ainda que se possa ter por válido o ajuizamento da presente ADPF, fato é que o que nela se pretende – com formulação de pedidos de adoção de providências instrumentais diversas, de forma detalhada e minuciosa, em prazos exíguos – passa longe do que ensina a doutrina e a própria jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal acerca do papel do julgador em processos estruturais.

18. Esta Corte Suprema, por ocasião do julgamento da ADPF 347, teve a oportunidade de delimitar o papel do julgador em litígios estruturais, afirmando que "***não lhe incumbe [ao Judiciário], no entanto, definir o conteúdo próprio dessas políticas, os detalhes dos meios a serem empregados***. *Em vez de desprezar as capacidades institucionais dos outros Poderes, deve coordená-las, a fim de afastar o estado de inércia e deficiência estatal permanente. Não se trata de substituição aos demais Poderes, e sim de oferecimento de incentivos, parâmetros e objetivos indispensáveis à atuação de cada qual,* ***deixando-lhes o estabelecimento das minúcias***. *Há de se alcançar o equilíbrio entre respostas efetivas às violações de direitos e as limitações institucionais reveladas na Carta da República*", bem como que "*permanece* ***reservado ao Legislativo e ao Executivo o campo democrático e técnico alusivo a escolhas, inclusive orçamentárias, sobre a forma mais adequada à superação do estado de inconstitucionalidade****, colocando a máquina estatal em movimento e cuidando da harmonia dessas ações*".

19. Nesta mesma linha é a doutrina especializada:

[1] Casimiro, Matheus. Processo Estrutural Democrático. Participação, Publicidade e Justificação. Belo Horizonte:

"Em segundo lugar, a intervenção judicial não deve ser sinônimo de usurpação de competências. Pelo contrário, o Judiciário deve atuar para proteger o grupo afetado, apontar as falhas da Administração Pública e contribuir para que os órgãos responsáveis reajustem a sua atuação. Se é verdade que o Judiciário desempenha um relevante papel no constitucionalismo transformador, é igualmente verdadeiro que ele não é o protagonista na realização do projeto constitucional, ***tampouco detém o monopólio para determinar o conteúdo dos fins constitucionais ou estabelecer os melhores meios para alcança-los****. Verdadeiras transformações sociais podem ser estimuladas pela via judicial, mas só ocorrem com a atuação protagonista do Executivo, do Legislativo e da sociedade civil. Como alertam Diego Werneck e Evandro Süssekind, o constitucionalismo transformador não deve implicar uma 'engenharia social judicial', com* ***juízes monopolizando a escolha de meios e fins*** *sobre o argumento de realizar uma técnica interpretação constitucional*"[2]

20. Do mesmo modo, quando da definição da tese atinente ao Tema n. 698 da Repercussão Geral deste STF, definiu-se ali que, se por um lado "*a intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes*", por outro lado "*a decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado*".

20A. No voto condutor do Ministro Luís Roberto Barroso quando da edição do Tema n. 698, o STF pontuou cinco questões que devem ser consideradas para a intervenção do Poder Judiciário sobre as políticas públicas: i. a intervenção só se justifica quando configurado o estado de coisas inconstitucional; ii. a intervenção judicial demanda uma visão sistêmica sobre o problema, considerando os recursos existentes e a possibilidade de ampliar ou universalizar a solução prevista; iii. cabe ao Judiciário indicar a finalidade a ser atendida, mas não o modo de alcançá-la; iv. há limitações do Poder Judiciário e de sua capacidade institucional em implementar políticas públicas.

Forum, 2024, p. 267.
[2] Op. cit., p. 265.

21. No presente feito, porém, sob o color de pretender a redução da letalidade policial (o fim), deduziu o arguente uma plêiade de pedidos instrumentais (os meios), de maneira minudente e exaustiva, tal como já fora feito na referida ação civil pública proposta pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro perante o Tribunal de Justiça fluminense, subtraindo do Poder Executivo sua margem de discricionariedade técnica e suprimindo qualquer caráter dialógico interinstitucional, e, inclusive pretendendo, quanto ao plano de redução da letalidade policial, determinar seu conteúdo, cobrando a adoção de providências específicas que vão muito além do que constara da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Favela Nova Brasília, em manifesta contrariedade à decisão tomada pelo STF quando da edição do Tema 698.

22. Com efeito, a referida sentença da CIDH determinou, no que guarda relação com a presente demanda, (i) que na hipótese de mortes, tortura ou violência sexual decorrentes de intervenção policial, em que policiais apareçam como possíveis acusados, se delegue a investigação a um órgão independente e diferente da força pública envolvida no incidente – o que não requer necessariamente que o órgão pericial estadual seja vinculado diretamente ao Secretário de Segurança Pública, pois, exemplificativamente, mediante convênios, poderiam ser utilizados os serviços periciais de outra entidade; (ii) que sejam adotadas metas de redução da letalidade policial; e (iii) que sejam adotadas medidas legislativas ou de outra natureza necessárias a permitir às vítimas de delitos ou a seus familiares participar da investigação conduzida pela polícia ou pelo Ministério Público.

23. Basta ler a inicial para se perceber que os pedidos ali deduzidos, bem como vários outros que foram formulados no curso da ação, antes mesmo que se pudesse avaliar a efetividade das medidas pleiteadas *ab initio*¸ ultrapassam, em muito, aquilo que resultara da condenação imposta ao Estado brasileiro pela CIDH.

24. Não bastasse, algumas destas medidas tiveram por base leis estaduais evidentemente eivadas de inconstitucionalidade por vício de iniciativa e/ou por invadir a reserva da Administração, ou ainda, por se tratarem de meras leis autorizativas, inconstitucionais por não se poder conceber que, fora das hipóteses constitucionalmente previstas, um dos Poderes possa autorizar outro a exercer determinadas atribuições que lhe são próprias (art. 2º da CF/88).

25. Neste sentido, a Lei estadual n. 7.385/2016 – cujo projeto de lei sequer foi sancionado pelo Governador do Estado – autoriza o Poder Executivo a estabelecer a obrigatoriedade da presença de ambulâncias em operações policiais, previamente planejadas, com possíveis confrontos armados. A Lei estadual n. 5.588/2009 – também não sancionada pelo Governador do Estado à época de sua edição – obriga o Poder Executivo, por sua vez, a implantar câmeras de áudio e vídeo nas viaturas automotivas.

26. Enfim, o que se verificou na presente ADPF foi que se retirou do Poder Executivo seu espaço de discricionariedade, reputando-se insuficiente a política de segurança pública adotada pelos gestores estaduais, legitimamente eleitos em um Estado da Federação cuja população negra e parda – e que vota e se faz representar - soma cerca de 58% do total da população fluminense.

26A. Observa-se, portanto, em conformidade com o que o Estado alega desde o início desta ADPF que a medida constitucional é inadequada face a ausência de subsidiariedade a justificá-la. Isso se tornou ainda mais evidente com a consolidação da jurisprudência no Tema 698/STF, uma vez que não havia vácuo normativo nem regulamentar para disciplinar as questões objeto desta ADPF a justificar a sua propositura. De toda a sorte, dado que o Estado observou e cumpriu as determinações exaradas pelas medidas liminares neste feito, houve a perda superveniente do seu objeto, como se passa agora a examinar.

MEDIDAS DE REDUÇÃO DA LETALIDADE POLICIAL

27. Como já referido anteriormente, diversas e inúmeras foram as medidas que se pretendeu impor ao Estado do Rio de Janeiro. Algumas delas já foram rejeitadas em sede de julgamento da medida cautelar e dos subsequentes embargos de declaração, como a proibição de que as diligências policiais não pudessem ter por base denúncias anônimas, e de publicização dos protocolos de atuação policial, pois, como constou do voto do Ministro Alexandre de Moraes no julgamento dos referidos embargos declaratórios, "*nenhum informante vai colocar seu nome, indicando que determinado local, de determinada*

comunidade, e um deposito de arma. Se ele colocar o nome, ele é morto no dia seguinte", e "*a publicização preventiva e absoluta de todos os protocolos de atuação policial no Estado do Rio de Janeiro – o que pode abranger, ao menos em linha de princípio, a divulgação das mais variadas bases e estratégias de atuação – possui uma inegável aptidão para exponenciar os riscos de insucesso de diversas operações, potencializando, também, os riscos a que expostas diversas vidas humanas*". O julgamento de mérito da presente ADPF, portanto, deve seguir nesta mesma linha.

28. Por outro lado, outras medidas perderam seu objeto, e assim devem ser declaradas quando do julgamento do mérito da presente ação. Com efeito, o pedido de declaração de inconstitucionalidade do Decreto n. 46.775/2019, cuja eficácia já havia sido suspensa por decisão anterior proferida neste feito, **perdeu seu objeto**, frente à sua revogação expressa, nos termos do artigo 7º do Decreto n. 47.402/2020 (e-doc. 299).

29. Do mesmo modo, o pedido de que o então Governador do Estado Wilson Witzel se abstivesse de se manifestar no sentido de incentivar o abate de criminosos – embora questionável do ponto de vista da inadmissibilidade da proibição estatal do dissenso, eis que, como mencionado na ADPF 187, a liberdade de manifestação do pensamento protege "*o direito dos que sustentam ideias que odiamos, abominamos e, até mesmo, repudiamos*", ou como referido na ADIN 4451, "*o direito fundamental à liberdade de expressão, portanto, não se direciona somente a proteger as opiniões supostamente verdadeiras, admiráveis ou convencionais, mas também àquelas que são duvidosas, exageradas, condenáveis, satíricas, humorísticas, bem como as não compartilhadas pelas maiorias*" – perdeu ele seu objeto, ante o *impeachment* imposto àquele então mandatário político.

30. Nada obstante, a maior parte das medidas foi objeto de apreciação quando do julgamento da medida cautelar, e dos subsequentes embargos de declaração, e o Estado do Rio de Janeiro, embora tenha algumas ressalvas quanto aos fundamentos que levaram à sua imposição, ou quanto à sua abrangência, as cumpriu nos limites de suas capacidades de pessoal, operacional e econômico-financeira.

SISTEMAS DE GRAVAÇÃO DE ÁUDIO E VÍDEO

31. Em relação a tal medida, e como já referido em passagem anterior da presente manifestação, entende o Estado do Rio de Janeiro que as leis estaduais que previram a instalação de tais equipamentos – Lei estadual n. 5.443/2009 e Lei estadual n. 5.588/2009 – seriam inconstitucionais, por vício de iniciativa e violação ao Princípio da Separação dos Poderes, mas, ainda assim, invocando as mesmas leis inconstitucionais, esta Corte Suprema determinou que "*considerando que a legislação estadual vai ao encontro da pretensão da parte requerente, deferir o pedido constante do item "j" da petição inicial, para determinar que o Estado do Rio de Janeiro, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, instale equipamentos de GPS e sistemas de gravação de áudio e vídeo nas viaturas policiais e nas fardas dos agentes de segurança, com o posterior armazenamento digital dos respectivos arquivos*".

32. Não bastasse, o prazo concedido para a instalação de todos esses equipamentos, em todas as 02 (duas) corporações policiais – Polícia Civil e Polícia Militar – foi absolutamente exíguo.

33. Esta conclusão se extrai a partir da observação de que o Projeto de Lei n. 265/2015 (e-doc. 475), que daria origem à Lei estadual n. 9.828/2021, a qual acabou por alterar a Lei estadual n. 5.588/2009 para prever também a instalação de câmeras corporais nas fardas dos policiais, teve vetado pelo Governador do Estado os dispositivos que estipulavam prazos para a instalação de tais equipamentos. Tais dispositivos previam que, em 02 (dois) anos a partir da publicação da lei, as câmeras corporais deveriam estar instaladas em 50% (cinquenta por cento) dos efetivos, cabendo o mínimo de 1600 (mil e seiscentas) câmeras para a Polícia Militar e 100 (cem) câmeras para a Polícia Civil.

34. Em outras palavras, tais dispositivos – vetados pelo Governador certamente por imporem metas por demais ousadas – sequer serviram de parâmetros para o partido autor, o qual, passando por cima das manifestações da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (que previa o prazo de 2 anos para instalação inicial das *bodycams* em 50% dos efetivos vinculados à segurança pública), e também do Governador do Estado (que vetara tais disposições), requereu a implantação das câmeras corporais nas duas forças policiais (PMERJ e PCERJ) ao cabo de irrisórios 180 (cento e oitenta) dias, e tal pedido veio a ser acolhido *in totum* por esta Corte Suprema.

34. Vale lembrar que **nenhum** Estado da Federação implantou as câmeras corporais na integralidade de seus efetivos policiais, em tão curto espaço de tempo, e mesmo atualmente, o Estado de São Paulo – que iniciou a colocação de tais equipamentos em suas forças de segurança há mais tempo – conta com 10.125 câmeras, que não cobrem todo o universo de seus policiais.

34. À vista da decisão adotada por este STF, coube ao Estado do Rio de Janeiro cumpri-la, da melhor forma possível, editando o Decreto n. 47.802/2021 (e-doc. 494). Posteriormente substituído pelo Decreto n. 48.394/2023 (e-doc. 713), contando atualmente o ente estadual com cerca de 13.000 *bodycams* disponíveis para todo o efetivo da Polícia Militar (incluindo o Batalhão de Operações Especiais - BOPE), por meio do Contrato 111/2021, firmado com L8 Group S/A, ao custo de R$ 71.040.000,00 (setenta e um milhões e quarenta reais), e por meio do Contrato 099/2022, também firmado com L8 Group S/A, ao custo de R$ 44.400.000,00 (quarenta e quatro milhões e quarenta mil reais).

35. A Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro ostenta peculiaridades próprias, em comparação à Policia Militar. Incumbe à Polícia Militar, na forma do § 5º do artigo 144 da Constituição, o policiamento ostensivo diário, com a missão de prevenir crimes por meio de presença constante e visível. Sua missão é proporcionar uma sensação de segurança à população com sua presença constante em ação ou operação. Já a Polícia Civil, consoante o Art. 144, § 4º da CF/88, as normas previstas no Decreto-Lei nº 3.689/1941 (Código de Processo Penal), e na Lei nº 12.830/2013, que dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia, embora possa realizar ações ostensivas em casos específicos, concentra-se principalmente na investigação criminal e não no patrulhamento preventivo.

36. Sua função precípua é de polícia judiciária, por meio de investigações criminais, coleta de provas, cumprimento de mandados de prisão. A Polícia Civil, quando atua ostensivamente, age, como regra, em decorrência de operações específicas e planejadas, como no caso de cumprimento de mandados de prisão. O policiamento ostensivo pela Polícia Civil é pontual e focado em ações investigativas, não sendo esta sua função principal.

37. Em relação à Polícia Civil, cuja função principal não é atuação ostensiva, sendo esta realizada de maneira pontual, o uso das *bodycam* não se justifica por todo o seu efetivo, mas apenas por aqueles que estiverem em atuação ostensiva. O aparelho deve ser usado apenas em operações policiais, as quais envolvem alto risco por sua natureza. Nesse caso, as câmeras têm como objetivo registrar a execução das operações para assegurar a legalidade e proteção dos direitos dos envolvidos e dos cidadãos, proporcionando a manutenção de evidências visuais que garantam a transparência e a integridade das operações, além de proteger os policiais contra falsas alegações de abuso.

38. Assim, o uso de câmeras corporais pelos agentes da Polícia Militar deve ser amplo e contínuo, para cobrir o policiamento diário, enquanto na Polícia Civil seu uso deve ser focado e pontual, voltado para operações específicas, especialmente naquelas com potencial de realização de MIAE e em comunidades, inclusive perícias externas. Nestes casos há um paralelismo com os estudos já realizados na matéria e trata-se de medida adequada e necessária para atingir a finalidade de redução da letalidade policial. A utilização das câmeras na Polícia Civil, para que seja **proporcional** e coerente, deve ocorrer apenas nas situações de mínimo consenso e que **já vem sendo operadas pela polícia civil, quando da recente implantação das referidas câmeras em todo o CORE**.

39. Se reafirmada a decisão de implantação das câmeras corporais em toda a polícia civil, com seu contingente de mais de 9.500 homens, tomando por base a contratação anterior realizada pela SEPOL – valor individual de R$ 296,00 por mês, conforme SEI 360004/000368/2022 –, o valor contratual ultrapassaria a ordem anual de 30 milhões de reais. Trata-se de despesa que, por si só, ultrapassa toda a verba orçamentária destinada à Tecnologia de Informação, conforme a LOA de 2024 do Estado do Rio de Janeiro.[3] De outra forma, corresponderia a aproximadamente ¼ do valor alocado na unidade orçamentária própria para policiamento (06.181).

40. É certo, porém, que esse impacto não é pontual, mas sim contínuo, relacionado à cadeia de custódia, devendo os arquivos com as gravações ser preservados em toda a fase processual, até que o vestígio não interesse mais ao feito, nos termos do art. 158-B do CPP. Segundo o art. 16 da Portaria nº 648/2024 do MJSP, "*os prazos de armazenamento de dados*

[3] Disponível em: <https://www2.alerj.rj.gov.br/leideacesso/spic/arquivo/LOA_2024_Volume_II.pdf>.

previstos no art. 15 poderão ser prorrogados mediante decisão judicial ou administrativa", o que acaba por estabelecer prazos indeterminados e, portanto, incrementa em muito os custos administrativos.

41. E aqui se encontra o último aspecto das questões envolvendo os sistemas de gravação de áudio e vídeo que precisa ser bem sopeado, e resolvido, por esta Corte Suprema. Sem descurar da importância da utilização das câmeras nas atividades que não envolvam inteligência, o fato é que elas têm **um custo elevadíssimo para o Estado**, que, como é de conhecimento notório, encontra-se em **regime de recuperação fiscal**, com pouquíssimos recursos disponíveis em caixa.

42. Foi leviana a maneira como a questão foi abordada pelo partido-arguente em sua petição inicial, ao afirmar que "*mesmo medidas que carecem de recursos – tal como a implantação de equipamentos de GPS e de sistemas de áudio e vídeo em todas as viaturas policiais e nas fardas dos agentes de segurança – não desafiam a chamada "reserva do possível*", afirmando "*não gerarem custos exorbitantes ao estado*", e acrescentando, no item 182 da mesma peça, que "*cuida-se, aliás, de medida já adotada, a relativo baixo custo, em outros estados da Federação, como é o caso de Santa Catarina, onde o investimento foi feito em parceria com o Tribunal de Justiça, a partir de fianças e penas convertidas em multa*".

43. O exame da notícia jornalística referida em nota de rodapé aquele item 182 informa que "*foram investidos R$ 6,4 milhões, que vieram de penas convertidas em multas e fianças*", o que demonstra o escopo limitado do projeto adotado por aquele Estado. Aqui, em que a obrigação é de dotar todo o efetivo policial de *bodycams*, **só a PMERJ consumiu R$ 115.440.000,00 (cento e quinze milhões, quatrocentos e quarenta mil reais)**.

44. Como bem assestou o **Ministro André Mendonça**, no voto por ele proferido quando do julgamento dos Embargos de Declaração na Medida Cautelar nesta ADPF (e-doc. 568), "*especificamente quanto à questão da segurança pública – no País, de modo geral, e no Estado do Rio de Janeiro, em particular –, o alto grau de complexidade da questão discutida, **além da necessidade de recursos materiais cada vez mais elevados**, enseja postura ainda mais parcimoniosa do Poder Judiciário ante as dificuldades enfrentadas no âmbito administrativo*".

45. Assim, com base na afirmação do **Ministro Alexandre de Moraes**, em sua antecipação ao voto que proferiu naquele mesmo julgamento dos Embargos de Declaração na Medida Cautelar nesta ADPF (e-doc. 568), no sentido de que "*todos os governos pós-ditadura - federais, principalmente - entenderam, que, pelo fato de a polícia civil e a polícia militar serem estaduais, os governos federais não precisariam investir em segurança pública*", **é necessário chamar a União a assumir a responsabilidade pelo incentivo financeiro necessário à cobertura do valor dos sistemas de gravação de áudio e vídeo**, considerando a Portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública n. 648/2024, valendo ter em mente, entretanto, que como o Estado do Rio de Janeiro foi compelido a implantar as câmeras corporais muito antes da edição da referida Portaria, eventuais discrepâncias entre o sistema fluminense e aquele preconizado pela União não deve ser utilizado como argumento para inviabilizar os necessários repasses à conclusão e manutenção do sistema de *bodycams* em âmbito estadual, ao menos enquanto vigem os atuais contratos administrativos.

45A. Logo, no que se refere à implantação de câmeras corporais nas suas polícias, o Estado entende que cumpriu integralmente a medida judicial a ele imposta, não sendo razoável e nem condizente com o entendimento atual do STF, expresso no Tema 698, que seja compelido a adotar câmeras corporais em policiais que não atuem em operações policiais (objeto específico desta ADPF) e nem contratar sistema de gravação e armazenamento por prazo superior ao previsto em lei específica. Embora a existência de uma política pública já consolidada no âmbito do Estado gere *per se* a perda de objeto do pedido, caso haja uma reafirmação ou ampliação da condenação já imposta, impende que a União Federal seja chamada a viabilizar o custeio da política pública, até porque já há diretriz do Ministério da Justiça de que a política seja implantada em todo o país com o mesmo regramento[4].

PARTICIPAÇÃO DAS VÍTIMAS, FAMILIARES E REPRESENTANTES EM INVESTIGAÇÕES DECORRENTES DE MIAE

46. É preciso rememorar que a sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso Favela Nova Brasília, quanto ao tema aqui em discussão, determinou que "*o Estado* [brasileiro] *adote as medidas legislativas, ou de outra natureza, necessárias para permitir que as vítimas de delitos ou seus familiares participem de maneira formal e efetiva da investigação criminal realizada pela polícia ou pelo Ministério Público"*.

[4] https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/cameras-corporais

47. Significa dizer que a participação das vítimas, seus familiares e representantes legais não há de se fazer, **necessariamente**, perante as polícias, uma vez que tal participação pode se efetivar pela interface entre tais pessoas e os membros do Ministério Público.

48. Tal conclusão é reforçada, a uma, pela decisão desta Corte Suprema no Recurso Extraordinário n. 593.727/MG, julgado em regime de Repercussão Geral, quando o Tribunal afirmou a tese de que o Ministério Público dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal.

49. A duas, pelo fato de que o Conselho Nacional do Ministério Público fez editar a Resolução n. 201, de 4 de novembro de 2019, de cujos *consideranda* consta a menção à sentença da CIDH no caso Favela Nova Brasília, recomendando a promotores e procuradores que diligenciassem, "*ainda na fase de investigação, no sentido de ouvir familiares da vítima e testemunhas eventualmente não arroladas nos autos, bem como de receber destes eventuais sugestões, informações, provas e alegações, que deverão ser avaliadas fundamentadamente*". Tal Resolução restou revogada pela Resolução CNMP n. 279/2023, mas isso não afasta a possibilidade, reconhecida pelo STF, de que o Ministério Pública promova investigações penais, e assim, colha as manifestações das vítimas, seus familiares e representantes legais.

50. A três, porque a decisão proferida por este STF na Medida Cautelar nesta ADPF determinou que "*sempre que houver suspeita de envolvimento de agentes dos órgãos de segurança pública na prática de infração penal, a investigação será atribuição do órgão do Ministério Público competente*".

51. Nada obstante, e assumido nestes autos o compromisso de editar um ato normativo que regulamente a participação das vítimas, seus familiares e respectivos representantes legais nos procedimentos investigatórios instaurados pelos órgãos de segurança para apurar supostas MIAE, o Estado do Rio de Janeiro informa que publicou, em 15 de agosto último, a **Resolução Conjunta SESP/SEPOL/SEPM n. 4, de 13 de agosto de 2024**, cuja íntegra se encontra em anexo.

PRESENÇA DE AMBULÂNCIAS E PROFISSIONAIS DE SAÚDE EM OPERAÇÕES PLANEJADAS

52. Com relação à presente medida, do ponto de vista formal a objeção do Estado do Rio de Janeiro se centra na invocação de lei meramente autorizativa (Lei estadual n. 7.385/2016), cujo projeto de lei fora vetado pelo Governador do Estado à época, para, com base em tal norma inconstitucional, exigir-se a presença de ambulâncias em operações policiais.

53. Quanto ao mérito da medida, vale reafirmar o que já mencionado na introdução da presente manifestação, no sentido de que, à época do ajuizamento da presente ADPF, a questão já havia sido devidamente normatizada, tanto que o artigo 10 da Instrução Normativa PMERJ/EMG/PM-3 n. 52/2018, como também o artigo 6º da Portaria PCERJ n. 832/2018, previam que, quando do planejamento das operações policiais, deviam ser previstas medidas de contingências para resgate de feridos com a identificação prévia dos hospitais de atendimento de urgência mais próximos ao local da operação e criação de canais, via CECOPOL, para o rápido acionamento de ambulâncias, certo que, em havendo **vitimização de pessoas**, deveria ser acionado o socorro para o local (CBMERJ), via CECOPOM/Maré Zero, a fim de atender às vítimas.

54. Ou seja, nunca se negou o resgate de vítimas por meio de ambulâncias, mormente em operações planejadas. Mesmo a Lei estadual n. 8.928/2020 – também inconstitucional, por vício de iniciativa – estatuiu que "*em caso de lesão corporal deverá a vítima ser socorrida prioritariamente pelo SAMU e CBMERJ, ou em caso de extremo pela PMERJ ou PCERJ*".

55. Existem, entretanto, dificuldades de ordem prática para que ambulâncias adentrem território conflagrado, enquanto durarem os confrontos armados. Como exposto pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro (e-doc. 894), não apenas a frota de atendimento pré-hospitalar é diminuta, mas sobretudo existe risco à vida não apenas dos soldados bombeiros, mas aos policiais e moradores das comunidades, pois se as ambulâncias forem alvejadas – e é crível que o sejam – uma vez atingidos os cilindros de oxigênio, haverá uma explosão.

56. Naquele mesmo documento (e-doc. 894), é afirmado que "o terreno em diversas comunidades do Rio de Janeiro é de difícil acesso para os veículos de emergência" e que, "*a obrigação de que a ambulância do CBMERJ/SAMU adentre área conflagrada, sob perigo de fogo, para a realização de atendimento ou resgate, como resultado de proibição de socorro por outro agente público, culminará por aumentar o tempo de extração e assistência do necessitado, incrementando a sua exposição, a piora ou irreversibilidade do quadro de saúde. Com isso, a vida de possíveis vitimas ficaria mais suscetível ao evento morte em razão da demora do socorro*".

57. Por conta de tais dificuldades é que o Estado do Rio de Janeiro editou a **Resolução SESP n. 10/2024** (e-doc. 960), instituindo o atendimento pré-hospitalar tático, ali definido como "*a assistência prestada em um primeiro nível de atenção, à pessoa ferida em operação policial realizada em área sensível, através da adoção de manobras e procedimentos emergenciais necessários a minimização do trauma e seus efeitos fisiopatológicos, visando ao socorro próprio ou de vítimas ainda no ambiente operacional, em localidades que inviabilizem o atendimento por profissionais de saúde em tempo hábil, exercendo-o até a chegada das equipes especializadas de emergências em saúde e para o emprego da imediata evacuação até o suporte médico hospitalar adequado*".

58. Não se trata, por óbvio, de limitar o socorro ao atendimento pré-hospitalar tático, mas sim o de prestar os socorros imediatos, a fim de estabilizar as funções vitais da pessoa vitimada e prevenir complicações adicionais, até que, reduzidos ou cessados os conflitos e os riscos a eles associados, possa uma ambulância prestar os cuidados adicionais, nos mesmos moldes do que estabelece a Portaria n. 98, de 01 de julho de 2022, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, mas com abrangência ainda mais ampla, eis que a norma federal se dirige aos profissionais de segurança pública feridos no exercício do cargo ou função, enquanto que a norma estadual não faz tal distinção.

58A. Tratou-se de típico ato de discricionariedade técnica, pautado na realidade do Rio de Janeiro e que visa, com mais efetividade, a preservação de vidas humanas em eventual ferimento no confronto ocasionado em operações policiais.

PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA SEGURANÇA DE UNIDADES ESCOLARES

59. Com relação à presente medida, vale registrar que a decisão proferida por esta Corte Suprema foi a de criação de **protocolos de comunicação** para que os responsáveis por unidades escolares nas regiões das operações policiais possam reduzir os riscos a alunos, professores e funcionários.

60. A fim de dar cumprimento a tal determinação, o Estado do Rio de Janeiro editou a Resolução SESP/SEEDUC n. 02/2024, que trata do Protocolo de Segurança e Gestão Integrada de Prevenção a Incidentes em Unidades Escolares – PROSEG-ESCOLA, estabelecendo ali um canal de comunicação (e-doc. 958).

61. Embora a obrigação judicial fosse a de criação de protocolos de comunicação – e isto foi feito, como se observa do disposto no artigo 5º, incisos I e IV, no artigo 6º, I, II, e IV, e § 2º, e nos artigos 7º, 8º e 9º – a Resolução SESP/SEEDUC n. 02/2024 foi além, para dispor sobre a atribuição cometida a SEEDUC de fomentar a capacitação dos profissionais da rede estadual de ensino público para a análise e tratamento de incidentes críticos, definir protocolos internos que potencializem a adoção de comportamentos e práticas mais seguras por todos os profissionais da rede estadual de ensino público, e implementar plano de contingência para a segurança dos estabelecimentos escolares da rede estadual de ensino público em casos de situações de risco decorrentes de eventual anormalidade à segurança.

62. As críticas que lhes dirigem o partido arguente e seus *amici curiae*, no sentido de que não teriam sido previstos quais os procedimentos a serem adotados nas escolas, uma vez recebidos os avisos da ocorrência de operações policiais, e de que nem teria sido prevista a necessidade de treinamento e de monitoramento, além de fugir à determinação deste STF – que tratou de protocolos de comunicação entre polícias e unidades escolares – revela que não compreenderam que tal detalhamento ficou a cargo da Secretaria de Educação, e depende da consideração de aspectos de cada unidade escolar (posição geográfica, número de alunos, professores e funcionários, características construtivas da unidades etc).

63. Tampouco colhe a crítica de que a referida Resolução não aborda a absoluta excepcionalidade das operações policiais como regra e a necessidade de apresentação de justificativas para sua realização, e a proibição de utilização de equipamentos educacionais e de saúde como base operacional das polícias. Como já acima mencionado, o objetivo primordial da Resolução foi o de prever o protocolo de comunicações entre secretarias vinculadas à segurança pública e secretarias de educação, mesmo porque seria desnecessário tratar, nela, das vedações já previstas expressamente no acórdão que apreciou a Medida Cautelar nesta ADPF, sendo que, quanto à utilização de equipamentos escolares como base operacional, o próprio artigo 4º, I, "b" da Instrução Normativa SESEG n. 03/2018 já o vedava.

64. Quanto à alegação de que não houve participação da Defensoria Pública, do Ministério Público e da sociedade civil na elaboração do PROSEG-Escola, por óbvio que seria tal participação incompatível com a agilidade que se pretendeu imprimir no cumprimento das medidas determinadas pelo STF, sobretudo após a submissão dos temas discutidos nesta ADPF ao NUSOL e ao NUPEC, considerada a informação de que há a pretensão de se proceder ao julgamento do mérito desta ação ainda no segundo semestre do ano em curso. De toda sorte, não há qualquer prejuízo para quaisquer destes atores, que podem se manifestar – e assim têm feito corriqueiramente – nos presentes autos para manifestar seus pontos de vista.

65. Por fim, vale mencionar que, dando maior concretude e abrangência ao que se iniciou com a edição da Resolução SESP/SEEDUC n. 02/2024, o Estado do Rio de Janeiro, o Município do Rio de Janeiro e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro firmaram **Protocolo de Comunicação e Proteção de Unidades Escolares** (cópia em anexo), de modo que não apenas as unidades da rede estadual de ensino possam se beneficiar do PROSEG-Escola, estando ali previsto, entre outras disposições, que viaturas policiais não poderão se posicionar de forma contígua às unidades escolares, que os espaços das unidades escolares são invioláveis durante seu funcionamento, e que a secretaria de educação deve apresentar um **plano visando à recomposição do conteúdo programático dos dias de aulas suspensas**.

ATENDIMENTO PSICOLÓGICO AOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

66. A Resolução SESP n. 13/2024, que trata do atendimento psicológico aos profissionais da segurança pública (e-doc. 960) funda-se na premissa de que **compete ao profissional com formação em psicologia avaliar a condição psíquica dos policiais envolvidos em incidentes com morte**, avaliação essa que, obrigatória, será, de ordinário, realizada após o período de repouso do policial, observada sua escala de serviço, exceto em situações excepcionais, que recomendem a avaliação psicológica em prazo menor.

67. Assim, após a avaliação preliminar do Serviço de Atendimento Psicossocial (SAPS), em sendo verificada a conveniência de seu "afastamento" temporário, o servidor será encaminhado à junta oficial de saúde, nos termos do disposto no art. 4º, inciso XXIV e parágrafo único, da Lei Complementar nº 204, de 30/06/22, e no art. 104, §6º, da Lei nº 443, de 01/07/81, para que seja homologado o "afastamento" do serviço e estabelecido o respectivo período de duração, sem prejuízo de posterior extensão, se necessário for.

67. O partido arguente e os *amici curiae* que o apoiam, porém, invocam uma outra decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, **que não envolveu o Estado do Rio de Janeiro, mas sim o Estado de São Paulo (caso Honorato)**, para demandar o afastamento imediato e compulsório do policial envolvido em MIAE, contradizendo-se ao mencionar que seria uma medida de preservação da sanidade mental do agente de segurança, quando aquela decisão da CIDH menciona claramente que o afastamento deve perdurar até que sobrevenha decisão de reincorporação **por parte da corregedoria do órgão policial**, a denotar o caráter disciplinar da medida.

68. A proposta perseguida pelo autor e respectivos *amici curiae* aqui, não é de preservação da incolumidade psíquica do policial, e sim uma medida cautelar que teria por propósito a garantia da instrução sancionatória, e, sob esta ótica, tal afastamento demandaria decisão judicial devidamente fundamentada, não podendo ser imposta *ex ante*, de forma generalista e sem preservação das garantias individuais dos policiais investigados.

69. De resto, a medida impactaria o número de policiais em condições de exercer sua função primordial, pois, numa hipotética situação em que o Batalhão de Operações Especiais (BOPE/PMERJ) faça incursão em alguma localidade, com resultado morte, sem que se possa identificar se o disparo fatal partiu da arma de algum policial, e qual foi o policial

responsável pelo disparo, a valer a medida sugerida pelo arguente, todo aquele efetivo deveria ser automaticamente afastado de suas funções, em prejuízo da efetividade da segurança pública, em um contexto em que já há, hoje, um **déficit no quadro das forças de segurança do Rio de Janeiro**.

70. Mesmo a proposta alternativa do partido autor, de aplicação da Lei estadual n. 8.928/2020 para afastamento de policiais que tenham se envolvido em mais de uma MIAE no período de um ano, também ela não lhe socorre, pois como consta do seu artigo 11, *caput*, o afastamento **somente se for recomendado após a avaliação do setor de Psicologia**.

71. De resto, não se pode tratar de maneira igual policiais em situações desiguais. Em outros termos, as unidades especiais (BOPE e CORE), por serem grupos de elite e, por isso, atuarem, em conjunto com outros batalhões ou isoladamente, na maior parte, senão em todas as incursões em territórios dominados pelo crime organizado, apresentarão a tendência de ver seus integrantes mais frequentemente envolvidos com MIAE do que policiais lotados em batalhões comuns.

72. A valer a regra do afastamento por reincidência, e considerando que tais unidades de elite apresentam um quadro reduzido de integrantes, ao cabo de pouco tempo o desfalque em tais grupos de operações especiais restringiria ou inviabilizaria suas atividades, em prejuízo de toda a população fluminense.

73. Desta forma, sem prejuízo da publicação de uma resolução mais facilmente compreensível, insiste o Estado do Rio de Janeiro na manutenção da lógica da norma por ele editada que, com finalidade psicoterapêutica, somente se promove o afastamento do policial por razões de saúde mental, ou, nos termos do estatuto policial, após apuração de sua responsabilidade funcional.

UTILIZAÇÃO DE HELICÓPTEROS NAS OPERAÇÕES POLICIAIS

74. A decisão proferida quando do julgamento da Medida Cautelar na presente ADPF determinou que a utilização de helicópteros nas operações policiais seria legítima apenas nos casos de observância da estrita necessidade, comprovada por meio da produção, ao término da operação, de relatório circunstanciado.

75. A Instrução Normativa SESEG n. 03/2018, ainda antes da propositura da presente ação, já previa, em seu artigo 5º, as hipóteses em que o apoio aéreo poderia se fazer presente, a saber, utilização do sistema de imageamento aéreo, transporte de equipe especializada, resgate e salvamento, e em apoio às equipes terrestres, visando garantir sua segurança no local da operação.

76. A determinação de utilização de helicópteros em caso de estrita necessidade, devidamente comprovada em relatório circunstanciado, não é incompatível com a previsão inserta no referido artigo 5º. Pelo contrário, até mesmo pelo custo das operações aéreas, tal equipamento somente é utilizado em caso de necessidade, como, por exemplo, na cobertura da progressão de policiais em solo, frequentemente encurralados entre vielas e becos de favelas, ou expostos quando da desobstrução das barricadas implantadas pelos criminosos.

77. Como bem mencionou o Ministro Edson Fachin, ao proferir seu voto no julgamento dos embargos de declaração na Medida Cautelar na presente ADPF, uma ação policial "*deve conter um número suficiente de agentes para minimizar as chances de se utilizar a força*".

78. Revela-se, em tal pronunciamento, que a superioridade das forças de segurança – seja em razão da superioridade numérica, ou em razão da superioridade de seu material bélico e de apoio – deve ser tal que produza um **efeito dissuasório** ou de desalento sobre os criminosos, a ponto de enfraquecer sua disposição para o enfrentamento.

79. Nesta mesma linha, e no mesmo julgamento, o Ministro Gilmar Mendes pronunciou-se no seguinte sentido:

> *"Vou lembrar um fato que é bastante conhecido, bastante comezinho para todos aqueles que passamos de alguma feita pelo Tribunal Superior Eleitoral. Quando se trata, por exemplo, de fazer eleições - lamentavelmente, digo isso com grande constrangimento, mas é real -, no Rio de Janeiro, não raras vezes, nas favelas,* ***usa-se blindado da Marinha para levar as urnas. Talvez alguém pudesse dizer que é desproporcional, mas é a forma de garantir que as urnas vão lá estar, e, ao mesmo tempo, usar esse tipo de poderio simbólico, talvez, evite algum tipo de aventura ou devaneio****".*

80. Ora, o poder de dissuasão das aeronaves é altíssimo. Ainda que comparada à presença de inúmeras viaturas policiais terrestres, a dissuasão exercida pela aeronave é superior. Além disso, tal equipamento concentra a atenção dos criminosos e, eventualmente, o confronto ocorre em um ponto ou uma área delimitada, **o que aumenta sobremaneira a segurança da operação.**

81. Excepcionalmente, quando necessários, os disparos das aeronaves são muito mais seguros que aqueles feitos pelas tropas terrestres. O confronto vertical (aeronave X criminoso) é mais vantajoso para a sociedade, porque, em regra, os disparos efetuados pelos criminosos ganham o céu e retornam com menos energia cinética e menor potencial de destruição, comparados aos disparos horizontais. Outrossim, os disparos a partir da aeronave são realizados por policiais cursados em treinamento específico. Ainda que não acertem o agressor, o projétil terá como anteparo o solo, minimizando as chances de vítimas inocentes. **Nunca houve civis inocentes mortos ou feridos em razão de efeitos colaterais. Não há registros de disparos acidentais ou equivocados que tenham partido das aeronaves.** Além de possuírem um alto grau de adestramento e manterem treinamento contínuo, os tripulantes tem visão e posição privilegiadas para efetuar disparos.

82. Registre-se, por fim, que os disparos realizados dos helicópteros têm características distintivas, eis que são tiros de cima para baixo, sendo de fácil identificação em eventuais vítimas, o que permite a responsabilização dos responsáveis em caso de mau uso do equipamento.

83. As afirmações ora tecidas constam de manifestação do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro – ISP/RJ, o qual compilou e tratou as informações oriundas tanto da Secretaria de Estado de Policia Civil quanto da Secretaria de Estado da Polícia Militar (e-doc. 840). Ali, lê-se o seguinte:

> *"os criminosos, que normalmente se sentem à vontade durante as operações, por conhecerem bem a geografia das favelas, portarem armas de alto poder destrutivo e empregarem táticas de guerrilha, acabam ficando desorientados com a atuação dos helicópteros, que possuem grande poder de dissuasão e posição de vantagem no teatro de operações.*

A experiência demonstra que os confrontos em áreas conflagradas se estendem por horas e se espalham pelo terreno quando não há o suporte aéreo, aumentando de maneira exponencial o risco às vidas de inocentes. Sem a aeronave, muitas vezes, há dificuldade em quebrar a resistência dos criminosos que, escondidos em buracos, atrás de barricadas, de seteiras e do alto das lajes, buscam atacar as equipes.

Vale dizer que a adoção desse apoio aéreo em situações de alto risco facilita a cessação do confronto horizontal entre criminosos e policiais que estão em solo, diminuindo bastante a possibilidade de danos colaterais dos disparos de fuzis que podem fazer uma vítima a quilômetros do local.

Excepcionalmente, quando necessária a preservação da vida de policiais ou de civis em legítima defesa, os disparos efetuados das aeronaves são muito mais seguros que aqueles efetuados pelas tropas terrestres, visto que o tripulante consegue neutralizar o agressor tendo o solo como anteparo dos tiros da aeronave.

Além disso, é preciso esclarecer que não há incidência de balas perdidas a partir dos disparos realizados das aeronaves, sendo equivocada a afirmação de que esses disparos colocam a população em risco. Afinal, quando realizados em legítima defesa, partem de equipe altamente treinada e com total visão de campo. Por isso, nos últimos anos o número de inocentes mortos por tiros disparados dos helicópteros das Polícias Civil e Militar no Estado do Rio de Janeiro é ZERO. Frise-se, não há disparos acidentais ou equivocados que tenham partido das aeronaves.
A presença do helicóptero também diminui de maneira drástica os disparos efetuados a esmo, sem qualquer compromisso pelos criminosos, uma vez que eles não querem ser localizados facilmente pela Polícia. Esse fator contribui muito para a redução de vítimas inocentes dos criminosos nas operações com apoio aéreo".

84. Portanto, e mais uma vez, são levianas as afirmações do partido arguente, constantes da petição inicial, no sentido de que "*os helicópteros se converteram em ferramentas de abate, em total desrespeito à vida e à integridade dos moradores que, quando vitimados, são tratados como simples danos colaterais*". E o pior, em atitude que beira a má-fé, invoca o Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica (RBHA) n° 91, como se ele vedasse o uso de helicópteros em operações de segurança pública, certo que tal ato normativo se dirige a operações de aeronave civil (e-doc. 12). A norma que regula as operações de aeronaves em segurança pública é o Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC) n. 90, que dispõe sobre os Requisitos para Operações Especiais de Aviação Pública, e em cujo item 90.295, regula o uso de armas e munições embarcadas (tiro embarcado).

85. Seja como for, porque, como antes afirmado, o Estado do Rio de Janeiro somente utiliza helicópteros em caso de necessidade, e porque não vê dificuldade em demonstrar tal necessidade em relatório circunstanciado, não se opõe ele à determinação já proferida por esta Corte Suprema quanto ao tema.

DESVINCULAÇÃO DA PERÍCIA

86. A questão da desvinculação da perícia da estrutura da Polícia Civil não foi uma das medidas determinadas por esta Corte Suprema quando do julgamento da Medida Cautelar e dos subsequentes Embargos de Declaração, nesta ação de descumprimento de preceito fundamental.

87. Tampouco se extrai tal determinação da sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Favela Nova Brasília, tendo tal proposição sido feita pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro nos autos, e adotada como se fosse – não é – o único meio para propiciar uma investigação imparcial de MIAE, servindo, ademais, a propósitos de cunho corporativo.

88. De fato, têm sido deduzidos, nestes autos, argumentos no sentido de que a vinculação e a subordinação hierárquica formal da Superintendência de Perícia à Polícia Civil implicaria, *per si*, motivo para suspeição da idoneidade dos laudos por ela elaborados. Há alegação de que conferir autonomia administrativa, financeira e orçamentária a um novo ente responsável pela realização das atividades de perícia criminal seria condição essencial para reduzir a impunidade nos casos de morte decorrente intervenção de agente do estado (MIAE), ventilando-se ainda que esse entendimento decorre da decisão da CIDH no caso Favela Nova Brasília.

89. Já na petição inicial (e-doc. 1), este ponto é assumido como premissa:

> *193. No Estado do Rio de Janeiro, o cumprimento do dever de registro fotográfico completo de todos os elementos de perícia se faz ainda mais necessário. Isso porque, diferentemente do que ocorre em vários estados da federação,* ***o Departamento de Polícia Técnico-Científica do Rio integra a estrutura da polícia civil, o que prejudica a independência e a imparcialidade na investigação*** *de delitos praticados por agentes estatais."*

90. Entretanto, por meio de uma leitura mais detida da Sentença de 16 de fevereiro de 2017 do Caso *favela Nova Brasília* vs. *Brasil*, pode-se verificar também que, em verdade, a CIDH decidiu **em sentido diverso** de tal premissa. Entendeu ser desnecessário conferir autonomia administrativa absoluta aos órgãos de perícias (cf. parágrafo 189 da decisão), valendo mais operar-se o *enforcement* das estruturas de controle externo e controle judicial. Nessa linha, a parte de mérito e do ponto resolutivo n. 16 - em especial, os excertos da decisão destacados abaixo:

> *187. A esse respeito,* ***a Corte considera que o elemento essencial de uma investigação penal sobre uma morte decorrente de intervenção policial é a garantia de que o órgão investigador seja independente dos funcionários envolvidos no incidente.*** *(...), nas hipóteses de supostos crimes graves em que prima facie apareçam como possíveis acusados membros da polícia,* ***a investigação deve ser atribuída a um órgão independente*** *e diferente da força policial envolvida no incidente,* ***como uma autoridade judicial ou o Ministério Público****,* ***assistido por pessoal*** *policial, técnicos em criminalística e pessoal administrativo,* ***alheios ao órgão de segurança a que pertençam o possível acusado ou acusados.***
>
> *(...)*
>
> *189.* ***O acima exposto não significa que o órgão investigador deva ser absolutamente independente, mas que deve ser "suficientemente independente das pessoas ou estruturas cuja responsabilidade esteja sendo atribuída" no caso concreto.*** *A determinação do grau de independência se faz* ***à luz de todas as circunstâncias do caso****.*
>
> *190. Caso a independência ou a imparcialidade do órgão investigador sejam questionadas, o* ***Tribunal*** *deve proceder a um exame mais estrito para verificar se a investigação foi realizada de maneira independente e imparcial. Do mesmo modo,* ***deve-se examinar se, e até que ponto, a alegada falta de independência e imparcialidade impactou a efetividade do procedimento para determinar o ocorrido e punir os responsáveis****. Alguns critérios essenciais, que estão inter-relacionados, devem ser observados para estabelecer a efetividade da investigação nesses casos: i) a adequação das medidas de investigação; ii) sua celeridade; e iii) a participação da família da pessoa morta e iv) a independência da investigação. Também* ***em casos de morte provocada por intervenção de agente policial, para ser efetiva, a***

investigação deve ser capaz de mostrar se o uso da força foi ou não justificado em razão das circunstâncias. Nesse tipo de caso, às autoridades domésticas cabe aplicar um exame particularmente rigoroso no que se refere à investigação.

191. Finalmente, no que diz respeito à intervenção de órgãos de supervisão da investigação ou do Poder Judiciário, é necessário fazer notar que em algumas ocasiões as falhas da investigação podem ser remediadas*, mas em outros casos isso não é possível, em virtude de seu estado avançado e da dimensão dos erros ocasionados pelo órgão investigador.*

(...)

343. ***Quanto ao pedido de garantia de autonomia dos peritos com respeito às polícias, por meio da criação de uma carreira específica e independente com recursos humanos, financeiros e estruturais para o desempenho de suas funções, a Corte toma nota de que, desde 2009, o artigo 2º da Lei Nº 12.030/2009 garante a autonomia técnica, científica e funcional aos peritos criminais no Brasil.*** *Além disso, a Corte observa a existência de dois projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional (499/2010 e 325/2009) com o objetivo de incluir dois incisos no artigo 144 da Constituição Federal, a fim de garantir que a perícia criminal federal e as perícias criminais dos estados e do Distrito Federal se convertam em órgãos independentes de segurança pública no Brasil. No âmbito estadual, a Corte toma nota das iniciativas do Estado de Goiás, que, mediante a Lei Nº 16.897/2010, determina que a carreira de perito criminal esteja vinculada à Superintendência de Polícia Técnico-Científica, da Secretaria de Segurança Pública, e do Estado de São Paulo, que determina que o Instituto de Criminalística e o Instituto Médico Legal estejam igualmente submetidos à Superintendência de Polícia Técnico-Científica do Estado.* ***Considerando o exposto, a Corte não considera necessário ordenar a medida de reparação solicitada.***

91. Depreende-se dessas colocações que não há propriamente identidade entre a questão da independência na apuração dos casos de MIAE e a da constitucionalidade do eventual arranjo da organização administrativa dos órgãos oficiais de perícia criminal[5].

[5] Vale ressaltar que, nos parágrafos 190 e 191, é feita referência às razões jurídicas postas nos parágrafos 224 e 225 do Sentença de 14 de abril de 2015, exarada pela Corte Europeia de Direitos Humanos, Caso *Mustafa Tunc e Fecire Tunc Vs. Turquia*, em que são tecidas as seguintes considerações sobre os Art. 2° e 6º da respectiva Convenção de Proteção dos Direitos Homem: 224. **Where the statutory or institutional independence is open**

92. O Supremo Tribunal Federal, inclusive, já teve oportunidade de chancelar esse mesmo entendimento. Entende-se aqui perfeitamente aplicável o dito no Parecer-Vista da AGU na ADI 6621 (cf. e-doc. 28 daqueles autos), no sentido de que, *"segundo se infere do recente julgamento da ADI nº 2575,* ***não há óbice para que os peritos sejam vinculados à polícia civil; apenas não seria mandatório****"*. Em sequência o Tribunal assim decidiu:

> *AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. LEGISLAÇÃO QUE CONSIDERA AGENTES DE NECROTOMIA, PAPILOSCOPISTAS E PERITOS OFICIAIS COMO SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO TOCANTINS, E QUE DISCIPLINA ATRIBUIÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA CIENTÍFICA DO ESTADO. NATUREZA REGULAMENTAR DO DECRETO Nº 5.979/2019. CONHECIMENTO DA AÇÃO DIRETA. COMPREENSÃO CONSTITUCIONALMENTE ADEQUADA DO ROL CONTIDO NO ARTIGO 144 DA CRFB/88. AUTONOMIA DA POLÍCIA CIENTÍFICA. POSSIBILIDADE DE O ENTE FEDERADO CRIAR SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA CIENTÍFICA NÃO SUBORDINADA À POLÍCIA CIVIL. AÇÃO DIRETA JULGADA IMPROCEDENTE.*
>
> *1. A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Judiciária apresenta-se como entidade apta a, nos termos do art. 103, IX da CRFB/88, ajuizar ação direta de inconstitucionalidade que questiona desenho institucional da segurança pública com possíveis reflexos sobre a atuação de Delegados da Polícia Civil.*
>
> *2. A despeito da consolidada jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal sobre a impossibilidade de conhecer, em ação direta, da incompatibilidade entre decretos secundários e a legislação ordinária, o Decreto nº 5.979/2019, do Estado do Tocantins, revela suficiente generalidade, abstração e independência normativa para permitir a fiscalização abstrata de sua constitucionalidade.*

---

to question, such a situation, although *not decisive*, will call for a stricter scrutiny on the part of the Court of whether the investigation has been carried out in an independent manner. **Where an issue arises concerning the independence and impartiality of an investigation, the correct approach consists in examining whether and to what extent the disputed circumstance has compromised the *investigation's effectiveness*** and its ability to shed light on the circumstances of the death and to punish those responsible. 225. In this regard, the Court considers it appropriate to specify that compliance with the procedural requirement of Article 2 is assessed on the basis of several essential parameters: the adequacy of the investigative measures, the promptness of the investigation, the involvement of the deceased person's family and the independence of the investigation. **These elements are inter-related and each of them, taken separately, does not amount to an *end in itself*,** as is the case in respect of the Independence requirement of Article 6. They are criteria which, taken jointly, enable the degree of effectiveness of the investigation to be assessed. It is in relation to this purpose of an effective investigation that any issues, including that of independence, must be assessed.

3. A tradicional compreensão sobre a taxatividade do rol do art. 144 da Constituição da República cedeu lugar a interpretação menos restritiva, permitindo aos entes federativos criarem polícias científicas autônomas que, do ponto de vista da organização administrativa, não estejam vinculadas à Polícia Civil.

4. ***Não ofende a Constituição da República legislação estadual que considera agentes de necrotomia, papiloscopistas e peritos oficiais como servidores da polícia civil de Estado-membro, remetendo o poder de controle e supervisão exercido sobre eles a Superintendência de Polícia Científica****. 5. Ação direta julgada improcedente.*

93. Discussão semelhante ocorreu também nas ADIs 2.861, 2.827 e 3.469, em que se perquiriu a possibilidade de criação de órgãos de perícia desvinculados da estrutura da Polícia Civil. Embora a Suprema Corte tenha entendido pela constitucionalidade, isso não significa que negou a possibilidade de estruturação da perícia dentro da Polícia Civil.

94. Convém lembrar que, na ADI 2.575, o Supremo Tribunal Federal discutiu, se, em sede estadual, um órgão técnico de perícia criminal poderia estar fora da estrutura organizacional e hierárquica da polícia em si, para que pudesse desfrutar de autonomia semelhante a que gozam os peritos no plano federal. Naquela ocasião, o Ministro Luiz Fux ressaltou a necessidade de garantir a liberdade funcional para suas manifestações técnicas e científicas, mas, que não pode significar atuar em contraste com a polícia no dia-a-dia; a ponto de, uma vez solicitado um laudo de necrópsia, se diga: "*Não vou fazer, porque sou autônoma e independente, entendo que essa perícia não seja necessária*".

95. Também pertinente a manifestação do Ministro Luís Roberto Barroso na referida Ação Direta de Inconstitucionalidade:

"*Eu entendo perfeitamente e respeito, mas gostaria de manter o meu ponto de vista por considerar que a polícia técnica não pode ser um órgão fora, para ser textual: qualquer interpretação que confira a este órgão o caráter de órgão de segurança pública. Quer dizer, a polícia técnica tem uma atividade que é inerente à atividade da polícia civil. Qual é a atividade da polícia civil nos termos do art. 144, § 4º, da Constituição? A ela compete a função de polícia judiciária, ou seja, cumprir as diligências requisitadas pelo juízo, e a ela, polícia*

civil, compete o papel de conduzir a investigação criminal, o que, com frequência, exige o recurso aos órgãos técnicos, seja a perícia médico legal, seja qualquer outro tipo de perícia.

De modo que eu não consigo imaginar uma estrutura em que a polícia técnica esteja fora da polícia civil porque a polícia civil, para cumprir a sua missão constitucional, precisa da polícia técnica.

96. Além da vasta jurisprudência, é válido perceber que, com a Lei nº 12.030, de 17 de setembro de 2009 (**Lei Nacional das Perícias Criminais Oficiais**) estabeleceu-se, nos seus Art. 2° 3° e 5°, que o grau de autonomia inerente ao exercício da atividade de perícia oficial de natureza criminal assegurado é o de "**autonomia técnica, científica e funcional**, exigido concurso público, com formação acadêmica específica, para o provimento do cargo"; devendo, no tange à **regime jurídico**, ser *"observado o disposto na* ***legislação específica de cada ente a que o perito se encontra vinculado.***"

97. E, mais recentemente, a **Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis** (Lei nº 14.735/2023), em seu art. 28, previu que *"o perito oficial criminal, além do que dispõem a Constituição Federal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a legislação extravagante, sem prejuízo de outras previsões constantes de leis e regulamentos,* ***exerce atribuições de perícia oficial de natureza criminal, sob requisição do delegado de polícia, assegurada a ele autonomia técnica, científica e funcional.***

98. Em sentido semelhante previu-se no art. 15, *caput*, da Lei nº 14.735/2023:

Art. 15. Constituem unidades técnico-científicas da polícia civil as unidades responsáveis pela perícia oficial criminal, ***nos casos em que o órgão central de perícia oficial de natureza criminal estiver integrado em sua estrutura****,* ***cujos chefes devem ser designados pelo Delegado-Geral de Polícia Civil****, dentre outras:*

I - Instituto de Criminalística;
II - Instituto de Medicina Legal; e
III - Instituto de Identificação.

99. Do art. 15, §§ 2° e 3°, da Lei nº 14.735/2023, depreende-se, além disso, que, quando da nomeação para chefia desses institutos, a autoridade superior da Polícia Civil, destinatária dessas normas, deve observar que esses órgãos devem ser *coordenados por peritos oficiais criminais* das respectivas áreas que estejam na ativa e sejam da classe mais elevada.

100. O art. 6°, IV da Lei nº 14.735/2023, estabelece que "***compete à polícia civil, (...) especificamente: (...) organizar e executar a atividade pericial oficial, se o órgão central de perícia oficial de natureza criminal estiver integrado em sua estrutura"***, ao passo que o art. 39° da Lei nº 14.735/2023, dispõe que "a *estrutura de cargos e as respectivas atribuições relativas à atividade pericial oficial prevista no inciso IV do caput do art. 6º desta Lei e relacionadas às unidades técnico-científicas da polícia civil, observada a lei federal que estabelece normas gerais para as perícias oficiais de natureza criminal, serão definidas em lei específica, aplicadas as normas gerais desta Lei no que couber, **sem prejuízo do disposto nas legislações vigentes dos entes federativos que disponham sobre organização dos serviços de perícias oficiais.**"*

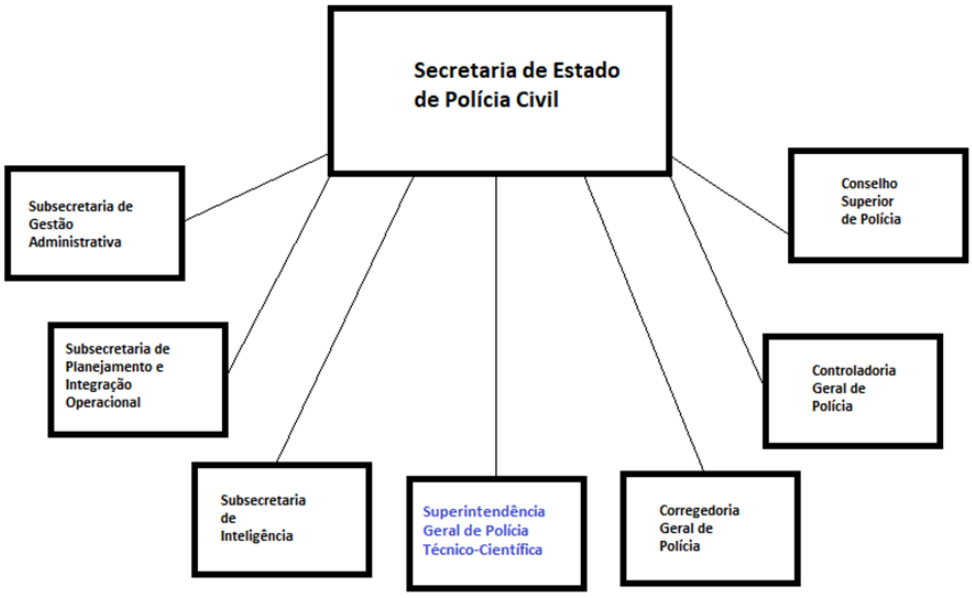
101. Sem a polícia técnica, a polícia civil não pode cumprir as duas missões que a Constituição lhe atribuiu: polícia judiciária e a condução da investigação criminal. A questão, portanto, está não na estrutura organizativa (que está chancelada em vasto aparato legal), mas sim na independência funcional das atividades técnico-científicas.

102. Nessa esteira, pretende-se explicitar que a estrutura organizacional da Administração Fluminense já era absolutamente compatível com as leis que regulam os serviços policiais, devendo o presente caso considerar a autonomia conferida aos Estados pelos artigos 18 e 25 da Lei Maior.

103. Nesse sentido, na esteira do Art. 144, §7° da CF, instituiu-se, por meio da Lei n. 13.675/2018, o **Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)**, com o fim de promover a atuação "conjunta, coordenada, sistêmica e integrada" dos órgãos de segurança pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que é regulamentado por meio do Decreto nº 9.489/2018, que estabelece a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), e do Decreto nº 10.822/2021, que delimita o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030 (PNSP).

104. A respeito do funcionamento do SUSP, nos §§ 4°, 1° e 2° do art. 9° da Lei do SUSP, definiu-se que, embora se reconheça que institutos oficiais de criminalística, medicina legal e identificação sejam integrantes do SUSP no nível <u>*operacional*</u>, *"**os sistemas estaduais**, distrital e municipais **serão responsáveis pela implementação dos respectivos programas**, ações e projetos de segurança pública, **com liberdade de organização e funcionamento**, respeitado o disposto nesta Lei*", tendo sido atribuído aos entes estaduais o status de integrantes <u>*estratégicos*</u> do sistema, **incumbindo a eles a atribuição de organização sobre essa matéria.**

105. Observando a legislação estadual, a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (LC Estadual 204/2022) aloca seus órgãos de perícia técnico-científica em **Superintendência autônoma** e integrante da Direção Superior da Secretaria de Estado de Polícia Civil, de modo que **goza das prerrogativas de Subsecretaria de Estado**, situada no mesmo nível hierárquico que as demais pastas da Direção Superior, quais sejam: Gestão Administrativa-SSGA; Integração e Planejamento Operacional-SSPIO; e Inteligência-SSINTE.



106. Ao Superintendente-geral compete assistir o Secretário de Estado de Polícia Civil em suas representações social e funcional, assessorá-lo nos assuntos pertinentes à gestão das atividades de polícia técnico-científica, bem como desempenhar outras atividades que lhe forem designadas, valendo ressaltar que, **<u>na forma Art. 21 da LC 204/2022, essa unidade deve ser dirigida preferencialmente por Perito (Legista, Criminal ou Papiloscopista).</u>**

107. Na estrutura da pasta (SGPTC), **no nível tático**, temos o Departamento Geral de Polícia Técnico-Científica-**DGPTC**, ao qual estão diretamente subordinados os quatro grandes Institutos de Perícia (ICCE, IMLAP, IPPGF e IIFP), as cinco Coordenadorias e os dezenove Postos regionais de Polícia Técnico-científica.

108. O **DGPTC** é **dirigido por Perito Criminal ou Legista de 1ª Classe**, a quem compete planejar, coordenar e controlar toda a **operação policial técnico-científica** e as atividades administrativas das unidades subordinadas, incluindo a lotação/remoção de agentes, garantida absoluta segregação hierárquica nas atividades de execução, aptas a superar qualquer questão relacionada a suspeição na sua atuação.

109. De mais a mais, sempre que apreendida qualquer evidência para a qual se deseje laudo pericial, jamais sabe a Unidade de Polícia demandante quem será o perito a produzi-lo, uma vez que as demandas são distribuídas internamente nos institutos, não sendo os critérios de distribuição do conhecimento dos demandantes.

110. Além disso, em regra, todos os demais peritos ficam lotados nos Institutos de Perícia: Instituto Médico Legal Afrânio Peixoto (IMLAP), Instituto de Criminalística Carlos Éboli (ICCE), Instituto de Identificação Félix Pacheco (IIFP), Laboratório de Genética Forense ou Postos Regionais de Polícia Técnico Científica (PRPTCs).

111. Ainda que se supusesse que um ato pericial pudesse ser suspeito e contaminado dentro da estrutura da Polícia Civil, **no Estado do Rio de Janeiro**, **o desenho institucional atualmente vigente prevê**, como salientado na Audiência realizada 07 de maio de 2024 (e-doc. 956), **que o eixo de Segurança Pública será tratado a partir de três Secretarias, exercendo o Governador poder sobretudo por meio da Secretaria de Segurança Pública**, a partir do Decreto estadual n. 49.001 de 11 de março de 2024.

112. Conforme o art. 1º, caput e parágrafo único, da Lei Estadual nº 10.245/2023, a **Secretaria de Estado de Segurança Pública** é responsável pelo planejamento, controle e coordenação das políticas públicas que visem à prevenção e ao combate à criminalidade e pela adoção de estratégias interdependentes, envolvendo a atuação das forças policiais e o

sistema de justiça criminal, de modo que, por conseguinte, desempenha o papel da coordenação das Secretaria de Estado de Polícia Militar e da Secretaria de Estado de Polícia Civil.

113. Na forma do art. 8° do Decreto Estadual n. 49.001/2024, se estabeleceu que **as nomeações para o exercício em sede das Secretarias de Estado de Polícia Civil e Militar de cargos de Subsecretário,** Diretor de Departamento de Polícia de Área ou Especializada, Comandante de Comando de Policiamento de Área ou Especializado e Corregedor, **ou aqueles cargos que os substituam, serão submetidas à análise prévia do Secretário de Estado de Segurança Pública, que opinando desfavorável, deverá submeter a deliberação do Governador do Estado do Rio de Janeiro.**

114. Além disso, consoante os arts. 6° e 7° do decreto citado, no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública, **foram criadas a Corregedoria Geral Unificada da Secretaria de Estado de Segurança Pública (CGU/SESP), as Superintendências de Supervisão da Polícia Civil e Militar e de Apoio Administrativo e Operacional, que concentraram atribuições administrativas e correicionais nos seguintes termos:**

> *Art. 7º A Corregedoria Geral Unificada da Secretaria de Estado de Segurança Pública (CGU/SESP) terá a seguinte estrutura e atribuições.*
> *I - assessorar o Secretário de Estado de Segurança Pública e demais Subsecretários, nos assuntos pertinentes às questões correcionais e infrações administrativas disciplinares cometidas por servidores policiais civis e policiais militares;*
> *II - recomendar junto aos órgãos correcionais das Secretarias de Estado de Polícia Civil e de Polícia Militar que promovam diligências investigativas as quais, nos termos da legislação, se destinem a apurar a existência de ilícitos penais, infrações administrativas disciplinares ou atos de improbidade administrativa cometidos por servidores policiais civis ou policiais militares, para os fins de determinar os seus agentes e a sua responsabilidade, descobrir e recolher os elementos de informação;*
> *III - conhecer das representações e denúncias formuladas contra policiais civis ou policiais militares, por infringência às leis, regulamentos ou estatutos éticos profissionais, e encaminhá-las às autoridades competentes, com a recomendação de instauração de sindicância investigativa, punitiva, processo administrativo disciplinar ou outra medida legalmente cabível;*

IV - propor a aplicação de penalidades em âmbito de procedimento ou processo administrativo disciplinar relacionados à apuração de faltas de natureza funcional cometidas por servidores policiais civis ou policiais militares;

V - garantir o sigilo e anonimato dos denunciantes que formulem junto à Corregedoria Geral Unificada da Secretaria de Estado de Segurança Pública representações e denúncias contra policiais civis ou policiais militares;

VI - exercer a fiscalização sobre procedimentos ou processos administrativos de natureza disciplinar, investigativa ou punitiva, em trâmite nos órgãos correcionais das Secretarias de Estado de Polícia Civil e de Polícia Militar, bem como requisitar vistas, informações e propor diligências instrutórias, resguardados o sigilo e a confidencialidade dos dados e elementos informativos.

VII - Superintendência Executiva de Apoio Administrativo e Operacional:

a) assessorar o Corregedor-Geral nos assuntos de natureza especial e estratégica, que demandem a participação e coordenação direta do órgão;

b) atuar em outras atribuições e atividades em que, face as peculiaridades da demanda ou relevância institucional, seja necessária sua atuação, por designação do Corregedor-Geral.

VIII - Superintendência de Supervisão da Polícia Militar:

a) exercer a fiscalização sobre procedimentos ou processos administrativos de natureza disciplinar, investigativa ou punitiva, em trâmite nos órgãos correcionais da Secretaria de Estado de Polícia Militar, bem como requisitar vistas, informações e propor diligências instrutórias, resguardados o sigilo e a confidencialidade dos dados e elementos informativos;

b) coordenar e promover atividades de correições de forma integrada com a Secretaria de Estado de Polícia Militar, racionalizando os assuntos disciplinares relativos aos integrantes da instituição e outras atividades que lhe forem delegadas pelo Corregedor Geral;

c) articular com os órgãos correcionais da Secretaria de Estado de Polícia Militar para o intercâmbio de informações, ações cooperativas e integradas.

IX - Superintendência de Supervisão da Polícia Civil:

a) exercer a fiscalização sobre procedimentos ou processos administrativos de natureza disciplinar, investigativa ou punitiva, em trâmite nos órgãos correcionais da Secretaria de Estado de Polícia Civil, bem como requisitar vistas, informações e propor diligências instrutórias, resguardados o sigilo e a confidencialidade dos dados e elementos informativos;

b) coordenar e promover atividades de correições de forma integrada com a Secretaria de Estado de Polícia Civil, racionalizando os assuntos disciplinares relativos aos integrantes da instituição e outras atividades que lhe forem delegadas pelo Corregedor Geral;

c) articular com os órgãos correcionais da Secretaria de Estado de Polícia Civil para o intercâmbio de informações, ações cooperativas e integradas.

115. Cumpre destacar que, consoante o art. 6° do referido decreto **a CGU/SESP será dirigida por um Corregedor Geral** ocupante de cargo de provimento em comissão, **a ser nomeado pelo Governador do Estado**, dentre pessoas de notável saber jurídico, conduta ilibada e comprovada experiência profissional – não estando necessariamente vinculado a Polícia Civil ou Militar.

116. Depreende-se, portanto, que há subordinação de SEPM e SEPOL à SESP no tocante ao planejamento das suas atividades (art. 2°, I, Decreto nº 49.001 de 11 de março de 2024) e que a SEPM e a SEPOL estão sujeitas a considerável grau de supervisão da SESP, embora integrem a Administração direta e desfrutem de algum grau de independência administrativa e financeira.

117. Assim, existem diversas esferas de controle que se sobrepõe e contribuem para que se garanta a independência funcional no exercício da atividade técnico-pericial.

118. Por fim, sobre o planejamento e as estratégias da execução orçamentária, vale destacar que o lançamento das demandas específicas de contratação da SGPTC/SEPOL no Plano de Contratações Anual/SEPOL/2024, é realizada por peritos, que foram capacitados para atuarem como pontos-focais logísticos diretamente no novo sistema informatizado da SEPLAG/ERJ.

119. Para acelerar o crescimento, foi estruturado na SGPTC/SEPOL uma unidade de apoio logístico especializado, a qual compete, além da coordenação das atividades correlatas, garantir o suporte técnico e operacional necessário ao atendimento do planejamento formulado e ainda se encontra em andamento a construção do plano estratégico da Polícia Técnico-Científica 2025-2030.

120. Porém, deve se registar que o Estado do Rio de Janeiro encontra-se em **regime de recuperação fiscal**, restringida a contratação de pessoal. Ainda assim, foi excepcionalmente autorizada a realização um concurso público, no ano de 2021, visando a minimizar a defasagem de servidores policiais da PCERJ, que já propiciou as nomeações de 71 Peritos Legistas; 33 Peritos Criminais; 28 Técnicos Policiais de Necropsia e; 29 Auxiliares Policiais de Necrópsia nos meses de dezembro/2023 e janeiro/2024.

121. Não obstante, em março/2024, foram convocados todos os candidatos aprovados dos cargos de Auxiliar e Técnico Policial de Necrópsia para realização dos respectivos Cursos de Formação Profissional (2ª convocação) com expectativa de nomeação para este segundo semestre de 2024.

DEMONSTRATIVO DE CARGOS – SGPTC - SEPOL				
ATUALIZAÇÃO 04/12/2023				
CATEGORIA FUNCIONAL	FIXADO EM LEI	OCUPADO EM 04/12/2023	VACANTES APÓS RRF	PREVISÃO INICIAL DE POSSE EM 2024
PERITO LEGISTA	500	159	121	80
PERITO CRIMINAL	535	381	60	34
PAPILOSCOPISTA P.	700	410	94	0
TÉCNICO POL. NECRÓPSIA	260	105	36	100
AUXILIAR POL. NECRÓPSIA	230	90	24	100
TOTAIS	2225	1145	335	314
	*fonte DGGP: intrapol			

123. O "*flagrante sucateamento*" indicado pelo GT/CNJ ADPF 635, a partir da constatação do déficit de efetivo, não foi uma condição que atingiu exclusivamente os agentes do grupo técnico-científico, e sim um mal que assolou todos os quadros do Estado do Rio de Janeiro ao longo de mais de uma década, sendo certo que a decretação do **regime de recuperação fiscal** (RRF – Set/17) impôs dificuldades adicionais à recomposição dos quadros da Polícia Civil e de todo o serviço público estadual.

DEMONSTRATIVO DE CARGOS DA SEPOL						
	set/17			nov.2023		
	Cargos Fixados	Cargos Ocupados	Cargos vagos	Cargos Fixados	Cargos Ocupados	Cargos vagos
Grupo 1 (Autoridade Policial)	871	588	283	871	478	393
Grupo 2 (Agente de polícia de Apoio Técnico Científico)	2235	1237	998	2235	1105	1130
Grupo 3 (Agente de Polícia Estadual de Investigação e Prevenção Criminais)	20020	7882	12138	20020	6204	13816
	*fonte DGGP: intrapol					

124. A dramática situação do orçamento estadual, **que é inclusive objeto das ACO 3678 e foi tratada na ACO 3457**, ambas ajuizadas no âmbito desta Corte Suprema e que são de conhecimento dos órgãos externos de controle, teve impacto direto no alegado sucateamento sistemático dos órgãos afetos à Segurança Pública.

125. Assim, frisa-se que eventual aprimoramento dos serviços periciais, de todo desejável, encontra limites, ainda que temporários, nas combalidas finanças fluminenses - tema será objeto de arrazoado alhures, em que a discussão poderá ser aprofundada.

126. Em suma, o serviço pericial no Estado do Rio de Janeiro está estruturado de maneira absolutamente compatível com as leis, federal e estadual, que regulam os serviços policiais. Ademais, a despeito de a desvinculação do setor de perícias da polícia civil ser em tese constitucionalmente possível – mas não mandatório, porque **ainda não aprovada a PEC n. 76/2019**, que trata do tema – **modificação em tal sentido demanda lei de iniciativa da chefia do Poder Executivo**, não cabendo ao Poder Judiciário, nem mesmo pelo seu órgão de cúpula, impor tal alteração sob pena de **violação ao princípio da Separação de Poderes**, e que eventual aprimoramento dos serviços periciais, de todo desejável, encontra limites, ainda que temporários, no orçamento e nas combalidas finanças fluminenses.

EXCEPCIONALIDADE DAS OPERAÇÕES POLICIAIS

127. Desde logo registre-se que não constou da petição inicial da presente ADPF qualquer pedido de restrição de operações policiais de maneira abrangente, mas apenas em relação a áreas em que instaladas unidades escolares. A pretensão ampliativa surgiu posteriormente (e-doc. 124), quando e por conta da pandemia da COVID-19, em razão do adensamento populacional resultante da quarentena, e, com tais limites, foi acolhida por esta Corte Suprema.

128. Posteriormente, quando ainda vigia a pandemia da COVID-19 – cujo Estado de Emergência em Saúde Pública seria finalizado em 22 de maio de 2022 – o partido arguente requereu definisse a Corte o que seria a excepcionalidade justificadora das operações policiais, propondo que fosse conceituada como "*circunstâncias em que a vida dos moradores de áreas sensíveis esteja em situação de perigo imediato e concreto*" (e-doc. 332).

129. Por ocasião do julgamento dos embargos de declaração na Medida Cautelar nesta ADPF, em 03 de fevereiro de 2022, esta Suprema Corte proferiu a seguinte decisão em relação ao tema aqui discutido:

> *"2 – por maioria e nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro André Mendonça, determinar que até que o plano mais abrangente seja elaborado, atendido o domínio normativo da administração e consideradas as peculiaridades locais, bem como assegurado às forças de segurança examinarem diante das situações concretas a proporcionalidade e a excepcionalidade do uso da força, que o emprego e a fiscalização da legalidade do uso da força sejam feitos à luz dos Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, com todos os desdobramentos daí derivados, em especial, em relação à excepcionalidade da realização de operações policiais, a serem avaliadas, quando do emprego concreto, pelas próprias forças, cabendo aos órgãos de controle e ao Judiciário, avaliar as justificativas apresentadas quando necessário. Assim, no que tange à aplicação dos Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, tal como aqui consta (itens "2" e "4"), cabe às forças de segurança examinarem diante das situações concretas a proporcionalidade e a excepcionalidade do uso da força, servindo os princípios como guias para o exame das justificativas apresentadas a fortiori.*

130. A lógica por detrás da argumentação do partido-arguente é a de que sem operações policiais nas comunidades, seriam reduzidos os números de MIAE. Tal raciocínio, que contempla um mero senso comum de que sem polícia não há morte por ocorrência policial, parte do pressuposto não verdadeiro de que (i) sem operações policiais, há paz nas comunidades; e (ii) não seria possível a realização de operações policiais com baixo (ou mesmo nenhum) registro de letalidade por MIAE.

131. Todos sabem, mesmo quem não vive no Rio de Janeiro, que a realidade das comunidades é a de que elas são **territórios controlados por grupos criminosos**, seja de traficantes ou de milicianos. Além do exercício de poder sobre os habitantes de tais comunidades – com frequentes abusos e prática de delitos de toda ordem – existe uma disputa incessante por território, que leva ao confronto entre facções distintas, e, inexoravelmente, a mortes. Ou seja, mesmo sem a intervenção das polícias, não há paz ou garantia de observância dos direitos fundamentais dos moradores de tais localidades, que têm que se curvar à "autoridade" do dono do morro.

132. O relato trazido a conhecimento desta Corte Suprema pelo Grupo de Trabalho instituído pelo CNJ (e-doc. 915), lastreado em informações dos órgãos de segurança pública estaduais, é revelador desta realidade brutal:

> *"Existem diversas organizações criminosas que operam com violência extrema no Estado do Rio de Janeiro, merecendo destaque organizações conhecidas como facções do tráfico de drogas, que originalmente obtinham os seus lucros da venda ilícita de entorpecentes, e grupos de milicianos, que principiaram suas atividades realizando extorsões em troca de uma suposta segurança territorial.*
>
> *Observa-se que, atualmente, todos esses grupos criminosos atuam de maneira semelhante, sejam facções de tráfico de drogas ou milicianos, vendendo drogas, realizando extorsões, e buscando todo o tipo de lucro ilícito decorrente da prática de crimes violentos e do domínio territorial.*
>
> *Dentre as facções do tráfico de drogas, temos no Rio de Janeiro o "Comando Vermelho" (CV), o "Terceiro Comando Puro" (TCP), o "Amigos dos Amigos" (ADA), além de atuações pontuais do "Primeiro Comando da Capital" (PCC)*

principalmente dedicadas ao tráfico internacional de drogas. Em relação às milícias, existem inúmeros grupos no Estado do Rio de Janeiro, sendo o "Bonde do Zinho" um dos mais poderosos e com atuação majoritária na Zona Oeste, em Campo Grande e Santa Cruz.

Além dos grupos tradicionais, como o Comando Vermelho, Terceiro Comando Puro, Amigos dos Amigos e as milícias, um novo fenômeno tem emergido no cenário criminoso do Rio de Janeiro: as chamadas "narcomilícias". Esses grupos surgem da aliança entre antigos rivais, que agora se tornaram aliados, com o objetivo principal de conquistar territórios.

Essas alianças entre milicianos e traficantes têm levado à implementação de narcomilícias em diferentes regiões da cidade. O resultado é uma linha tênue entre os dois grupos criminosos: tanto milicianos quanto traficantes passaram a cobrar taxas, controlar serviços, lucrar com a venda de drogas e criar um ambiente de terror nas comunidades que controlam. Essa situação tem frequentemente resultado em tiroteios, deixando as comunidades acuadas e aumentando o clima de violência e insegurança.
(...)
Já estando os territórios economicamente desejados pelas facções criminosas ocupados, o que atualmente se observa no Rio de Janeiro é um efeito "rouba-monte", dependendo a expansão de um grupo criminoso da tomada de territórios de outros grupos.

Ante o exposto, todos os grupos criminosos relacionados no item anterior, milícias e tráfico, frequentemente entram em conflito por controles territoriais e também estabelecem alianças para enfrentar seus rivais. Tais alianças envolvem atualmente inclusive milicianos e traficantes. Após a implementação da ADPF 635, que impôs restrições à atuação policial, houve um aumento significativo nos confrontos territoriais. Ficou evidente que o Comando Vermelho, a maior organização criminosa do Rio de Janeiro, está expandindo suas operações e buscando maximizar seus domínios territoriais. Eles têm empreendido guerras por disputas territoriais em toda a Zona Oeste, buscando assumir o controle total de áreas como Gardênia Azul, Rio das Pedras, Muzema, Tijuquinha, Morro do Banco, César Maia e Terreirão, o que provocou uma desordem em toda a região da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Itanhangá, Jacarepaguá e Vargens, aumentando significativamente a sensação de insegurança da população.
(...)

A movimentação de criminosos pelo país e até para o exterior sempre foi uma prática logística do crime. Antes da ADPF 635, já havia criminosos do Rio de Janeiro atuando em outros estados, e vice-versa. No entanto, após a implementação dessa medida, observamos uma significativa migração das lideranças do tráfico de drogas de diversas regiões do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste para o Rio de Janeiro. Esse fenômeno resultou em um aumento expressivo no número de líderes criminosos de outros estados sendo capturados aqui.

Levantamento realizado pela Polícia Civil indica que, até o presente momento, 99 (noventa e nove) criminosos oriundos de outros estados foram presos, ou faleceram em confronto com as forças de segurança, no estado do Rio de Janeiro desde o ano de 2021.

Essa situação é prejudicial tanto para o Rio de Janeiro, que enfrenta uma concentração crescente de criminosos, quanto para os estados de origem desses indivíduos. Aqui, eles se sentem impunes e confortáveis para emitir ordens cada vez mais violentas, como observamos nos ataques ocorridos no Amazonas, Pará, Ceará, Rio Grande do Norte e Espírito Santo.
(...)
As organizações criminosas têm empregado predominantemente três tipos de armamentos: fuzis de assalto, reconhecidos como algumas das melhores armas do mundo, metralhadoras, incluindo variantes antiaéreas, e pistolas equipadas com kits de rajada, que as transformam em submetralhadoras. Além disso, fazem uso de explosivos, tanto industrializados quanto improvisados de toda ordem, adotando táticas de guerrilha para alcançar seus objetivos.

Tornou-se vulgarizada e em larga escala a utilização de fuzis de assalto, metralhadoras, granadas de mão, todo o tipo de armamento pesado e farta munição por parte desses criminosos. Armas que somente são vistas em regiões do mundo que se encontram em guerra, no Rio de Janeiro estão nas mãos de criminosos, transformando um ambiente urbano densamente povoado em áreas conflagradas, colocando em altíssimo risco a população e as forças de segurança.

Todo esse arsenal e a cuidadosa preparação do território para guerra são utilizados por esses delinquentes principalmente contra grupos rivais, em verdadeiras batalhas por territórios, que aumentaram consideravelmente nos últimos anos, em razão de severas restrições impostas à Polícia, deixando a população em elevado risco em meio ao fogo cruzado.

(...)

Barricada é qualquer espécie de entrincheiramento (veículos, estacas, arame farpado) com o qual se interditam ruas, passagens, sobretudo por ocasião de motins populares ou até mesmo conflitos bélicos em ambiente de guerra. No entanto, em se tratando da realidade do Rio de Janeiro, as barricadas são usadas por criminosos para delimitarem o espaço geográfico de atividade de uma determinada facção criminosa.

Com o intuito de manter as atividades ilícitas praticadas nas comunidades sob sua influência, os criminosos nelas atuantes, visando dificultar a incursão da polícia e de facções rivais, instalaram inúmeras barricadas e seteiras (muros onde os marginais se abrigam e ao mesmo tempo posicionam seus fuzis em pequenas aberturas). Note-se que diante da imobilidade gerada pelas barricadas, as forças policiais se tornam alvos fáceis dos criminosos, que conseguem concentrar seus tiros em um ponto imóvel específico.

Conforme reportagem veiculada pelo programa Fantástico, as facções criminosas têm investido pesadamente na engenharia de tais obstáculos, chegando o crime organizado até a haver criado um cargo específico "Gerente de Barricada", que seria o chefe de um segmento da facção criminosa incumbido de manter as barricadas em bom estado, reinstalá-las caso retiradas pelas forças policiais e, por fim, estudar a instalação em novas localidades, em uma clara evidência de expansão territorial do crime
(...)

Tonéis de concreto instalados nas ruas da comunidade Vila Aliança. Uma engenharia como essa, criada pelo "gerente de barricadas", impossibilita qualquer tipo de tráfego nesta localidade, como por exemplo eventual socorro prestado pelo SAMU, acesso do Corpo de Bombeiros em caso de tragédia natural, ou até mesmo o acesso a garagem por morador da localidade. É uma clara violação ao direito de ir e vir, promulgado pela Carta Magna de 1988.
(...)

A Segurança Pública há anos se depara com o denominado "Tribunal do Crime", no qual criminosos da cúpula de organizações criminosas agem como polícia, promotor e juiz, em verdadeiros tribunais de exceção, atuando sobre fatos oriundos das atividades ilícitas da própria organização criminosa ou externos a ela, quando moradores participam às organizações criminosas suas lides particulares.

Atualmente, em todas as áreas dominadas pelo tráfico de drogas ou pelas milícias, ocorre o vulgarmente conhecido "TRIBUNAL DO CRIME", pois nada é praticado nesses locais sem a anuência dos líderes das organizações.

Em inúmeras diligências policiais foi possível apurar e entender o modus operandi dos tribunais do crime, principalmente, em algumas apurações de denúncias anônimas, tanto à Polícia Civil como à Policia Militar, que conseguiram êxito em retirar pessoas das mãos desses narcotraficantes, muitas torturadas, outras já amarradas ou em pneus prestes a serem mortas queimadas, e demais quadros similares. Por vezes as vítimas, quando resgatadas, evitam denunciar seus algozes com medo de mais retaliações a si ou a seus familiares, que ainda permanecem naquelas comunidades, contudo informalmente é comum dizerem o porquê daqueles atos e como se deu o tribunal do crime.
(...)

Importante consignar que companheiras, esposas e afins de criminosos, mesmo quando presos, havendo suspeita de envolvimento amoroso com terceira pessoa, ou quando tentam se separar, ficam à sorte de toda a ação pela organização criminosa com anuência dos líderes, como ilustra o caso de esquartejamento de namorada por não aceitação do término (https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/02/09/operacao-kelsons.ghtml), Inquérito Policial 901-00184/2021. Nessa ocorrência o líder da comunidade, após tal ação, com aval da cúpula, foi homiziado em outra comunidade da mesma organização criminosa. Sujeitam-se as companheiras dos criminosos também a diversas outras ações, como espancamentos, humilhações em público ou expulsão de sua casa na comunidade, sempre com aval da cúpula, ou tribunal do crime".

134. Não bastasse, a atividade destes grupos criminosos coopta crianças e adolescentes, roubando-lhes a infância e adolescência, a pureza, e ao fim, a liberdade e a vida. Como bem narrado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro quando de sua manifestação datada de 01 de dezembro de 2020 (e-doc. 274), "*o crime organizado utiliza pessoas, ainda em desenvolvimento físico e mental, como braços armados importantes no processo de dominação territorial, o que é facilitado diante da ausência do Poder Público nessas localidades*".

135. Tal cenário não é de todo desconhecido deste Supremo Tribunal Federal, valendo relembrar aqui as palavras do **Ministro Luiz Fux**, quando do julgamento dos embargos declaratórios opostos ao acórdão que julgara a Medida Cautelar nesta ação de descumprimento de preceito fundamental:

> *"Eu então apenas destaco que são conhecidos os horrores praticados pelos membros de organizações criminosas fortemente armadas e estabelecidas em regiões depauperadas do nosso país, especialmente no Estado e na Cidade do Rio de Janeiro. Faço aqui uma digressão de todas as estratégias já utilizadas, desde a época do Governo Brizola, e evidentemente quero aqui manifestar que não acredito que ele tenha feito nenhum acordo com líder de tráfico de drogas, mas todas as políticas tentadas levaram efetivamente ao insucesso, até que chegamos a esse estado de coisas inconstitucional.*
>
> *Então, a verdade é que, embora absolutamente minoritários dentro das comunidades - isso é muito importante que se diga, e isso eu tive a oportunidade de explicar recentemente à Secretária de Direitos Humanos, braço direito de Michelle Bachelet na ONU -,* ***a polícia também defende a comunidade quando há um confronto entre esses grupos de traficantes; e ela intervém exatamente para defender a comunidade inocente****. E, aí, também há uma defesa de direitos humanos daqueles que moram nessas das comunidades, os membros das organizações criminosas impõem o poder paralelo, como aqui foi mencionado, que viola gravemente os direitos dos moradores e que não pode ser tolerado pelo Estado.*
>
> *(...)*
>
> *Em segundo lugar, fazendo essa ponderação, é legítimo empreender ações voltadas a conter a expansão dessas organizações criminosas, que prejudicam os moradores dessas comunidades, que não têm condição de morar em outros bairros. Isso já é um outro problema para o qual a política pública também deve se voltar.*
>
> *E, entendendo essas ações, por vezes, legítimas, nós temos evidentemente que estabelecer critérios que protejam, acima de tudo, os direitos humanos, que não podem ceder diante de qualquer suposto interesse público.*
>
> *(...)*
>
> *Ao mesmo tempo - e aí que se revelou a complexidade da matéria -, esse absenteísmo estatal na preservação e na prestação do serviço de segurança pública também produz efeitos deletérios na qualidade de vida nas comunidades, permitindo o fortalecimento e enraizamento de organizações criminosas responsáveis por cooptar crianças e adolescentes desamparados e os levar para a prática dos crimes.*

O que ocorre? Oferecem-se vantagens aos jovens que não têm muita opção de emprego, e vantagens que são tentadoras para que eles passem a participar e integrar esses grupos criminosos.

De sorte que nós também temos que levar em consideração essa realidade. ***E não podemos, em casos concretos, impedir que o Estado possa adotar as abordagens consideradas necessárias, dependendo do caso concreto****. E, nisso, estou, na verdade, ingressando no consenso que já se formou aqui no nosso corpo de julgamentos."*

136. Afastada a primeira premissa em que se baseia a argumentação do partido arguente, de que operações policiais são um mecanismo de comprometimento de uma certa tranquilidade nas comunidades – porque ninguém ousaria mesmo desobedecer às determinações do dono do morro – também **é absolutamente falsa a segunda premissa**, de que haveria uma proporcionalidade direta entre o número de operações policiais e o número de MIAE. Aliás, o ponto central de argumentação dos autores é de que a alta letalidade da polícia fluminense teria como causa direta e imediata as operações policiais realizadas em comunidades carentes. Trata-se de mero libelo falacioso, que não resiste minimamente à realidade e aos números.

137. Nada impede – e as estatísticas o demonstram – que haja intervenção das forças de segurança mediante operações policiais planejadas sem que haja um incremento exponencial de mortes.

138. O documento anexado à presente manifestação demonstra, a partir de dados oficiais disponibilizados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, ser possível constatar que a relação de número de vítimas por operação apresenta uma redução significativa a partir de 2020, saindo de 1,75 mortes por operação, para 0,57 em 2023 e 0,67 até junho de em 2024, ou seja, redução de cerca 62%. Em contrapartida, no mesmo período o número de operações aumentou 87%, saindo de 286 para 535, ao ponto de, em 2023 e 2024, o número de operações superar o número de vítimas, aspecto que indica **não haver relação concreta que permita indicar que o número de operações resulta, NECESSARIAMENTE, em aumento de vítimas fatais**.

138A. De fato, o que o estudo demonstra é a absoluta ausência de correlação necessária entre o número de operações policiais em comunidades e o aumento de mortes por intervenção policial. Basta observar os gráficos abaixo, gerados a partir do número de operações policiais realizadas desde 2020 (quando tais informações passaram a ser obrigatoriamente fornecidas ao Ministério Público) e as mortes daí decorrentes para se verificar a ausência de correlação:

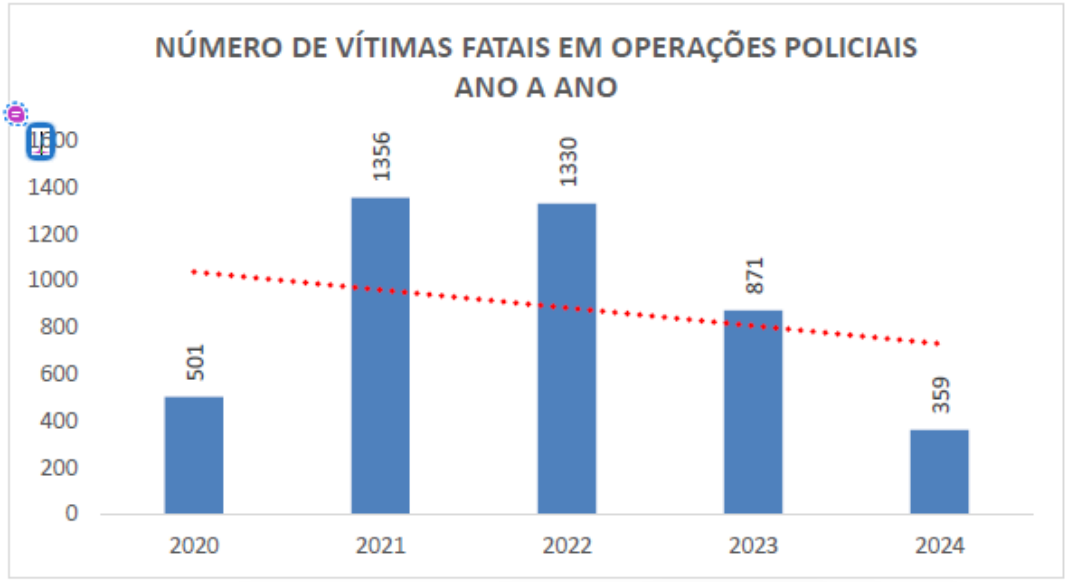
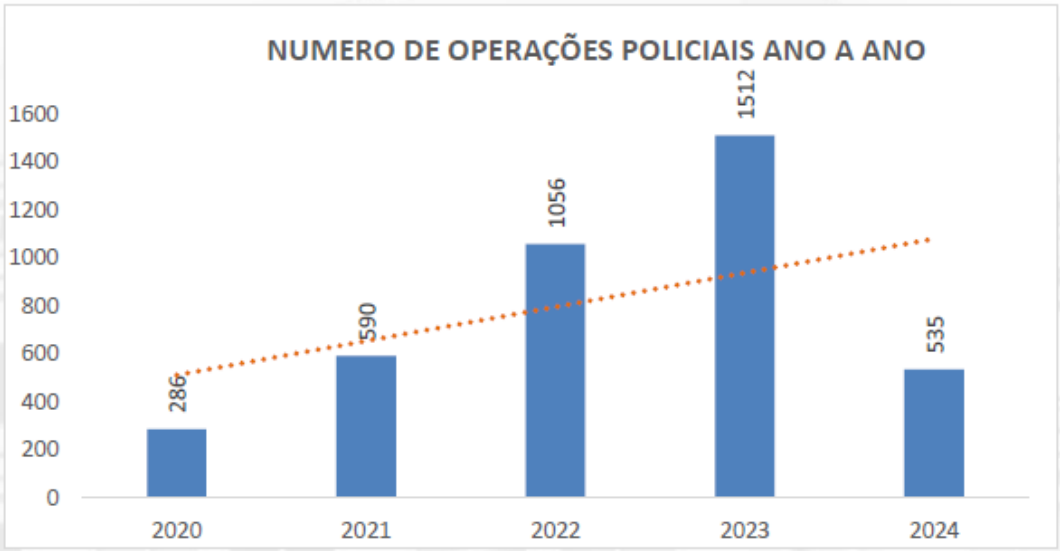


Gráfico 10 - Número de Operações Policiais por ano



139. Os gráficos demonstram que no mesmo período em que houve substancial incremento do número de operações policiais, houve o decréscimo de MIAE. É óbvio que, sem intervenção policial, não haveria mortes por intervenção de agente policial. Por isso que os números trazidos pelo partido arguente são de pouca serventia. Como bem anotado pelo **Ministro Nunes Marques**, também por ocasião do julgamento dos embargos de declaração na Medida Cautelar neste feito, "*se as operações não estão sendo realizadas, a tendência é que as apreensões caiam*".

140. Tal queda nos indicadores de MIAE da polícia fluminense, mesmo ante o incremento das operações policiais em comunidades, evidencia que **não é a inação, mas sim a ação planejada, e cercada de todas as cautelas** – inclusive, em boa medida, aquelas que foram adotadas neste feito como cautelares – que propiciará que o Estado continue a prestar seus serviços de segurança pública a todos os cidadãos – estejam em comunidades ou em bairros tradicionais – sempre que houver cometimento ou suspeita de cometimento de ilícito penal, ou sempre que necessário ao cumprimento de ordens judiciais, sem agravar a situação dos moradores de tais localidades.

141. Por tal razão é que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em sua manifestação de 13 de junho de 2024 (e-doc. 1022), sugere "*superar-se a imprecisão de tal critério* [da excepcionalidade das operações policiais em comunidades], *elegendo-se parâmetros objetivos de controle previsíveis que permitam, ao mesmo tempo, fomentar o necessário planejamento da atuação policial, com delimitação de obrigações e responsabilidades, inclusive para fins de posterior responsabilização, com o caráter dinâmico e imprevisível dos desafios à segurança pública em um Estado fortemente impactado pela atuação de grupos criminosos organizados e fortemente armados*".

142. Com efeito, basta seguir a regra da excepcionalidade no uso da força letal, nos termos já estabelecidos por aquele acórdão último proferido neste feito, em seu item 4, segundo o qual, nos termos dos Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, só se justifica o uso da força letal por agentes de Estado quando, ressalvada a ineficácia da elevação gradativa do nível da força empregada para neutralizar a situação de risco ou de violência, (i) exauridos demais meios, inclusive os de armas não-letais, e for (ii) necessário para proteger a vida ou prevenir

um dano sério, (iii) decorrente de uma ameaça concreta e iminente, ressalvada a possibilidade, desde que posteriormente justificada, que o agente do Estado possa desde logo fazer uso de força potencialmente letal, quando se fizerem necessárias e proporcionais à ameaça vivenciada no caso concreto.

143. Perceba-se que, embora tenha constado daquele acórdão que o plano de redução da letalidade policial fosse elaborado, deveriam as forças de segurança examinarem diante das situações concretas a proporcionalidade e a excepcionalidade do uso da força, "*com todos os desdobramentos daí derivados, em especial, em relação à excepcionalidade da realização de operações policiais*", a leitura do voto do **Ministro Relator Edson Fachin** deixa claro que **a excepcionalidade tratada em seu voto diz respeito à excepcionalidade no uso da força e não da excepcionalidade das operações policiais**:

> *"A ideia de excepcionalidade decorre de um juízo de proporcionalidade que aparece de forma nítida nos Artigos 9 e 10 dos Princípios Básico sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei.*
> *(...)*
> *Esse conjunto de obrigações ajuda a detalhar os requisitos mínimos para a realização de uma operação policial: ela deve conter um número suficiente de agentes para minimizar as chances de se utilizar a força, deve ser acompanhada de equipe pericial e deve conter número suficiente de agentes para assegurar a realização da perícia nos moldes do Protocolo de Minnesota. O planejamento e a inteligência é, para tanto, indispensável, afinal, não é apenas em relação aos eventuais suspeitos que a ação deve ser pensada, mas também nos vizinhos e nas pessoas que estejam próximas aos fatos, especialmente, como ocorre agora, durante a pandemia do COVID-19, em que os moradores ficam em suas casas. A vida precisa ser preservada. Em um Estado Democrático de Direito, não há bala perdida.*
>
> *Os responsáveis pela operação devem, ainda, prestar contas, isto é, devem permitir uma investigação imparcial a cargo do Ministério Público. Por isso, a operação precisa ser com antecedência informada e justificada ao próprio Ministério Público, afinal é preciso que o Parquet acompanhe a suficiência dos argumentos levantados, porque a ele também compete investigar as falhas e as omissões no planejamento da operação. O Estado não é apenas responsável pelas as ações falhas, mas sobretudo pela falha no planejamento da ação.*

144. O partido arguente e seus *amici curiae*, já tendo sugerido em passagem anterior nestes autos que somente o risco à vida dos moradores autorizaria a realização de operações policiais em comunidades – o que, por óbvio, colocaria à margem da proteção pública pessoas sequestradas e levadas em cativeiro para tais localidades, crimes sexuais etc – alterou um pouco seu discurso em sua mais recente manifestação, para sugerir que excepcionalidade das operações policiais equivalha a "*situações de perigo imediato, concreto e intolerável à vida e a outros bens jurídicos de natureza existencial e não patrimonial*".

145. Ficam de fora, portanto, todos os crimes contra o patrimônio – como se os próprios moradores das comunidades não pudessem ter seus bens apreendidos ou seus domicílios invadidos e apossados pelos criminosos – crimes eleitorais, crimes contra a soberania nacional (como aquele previsto no artigo 395-K do Código Penal), crime de receptação (tornando tais localidades entrepostos de venda de produtos roubados), e vários outros previstos no Código Penal e em legislação extravagante, além de não poderem ser cumpridos os mandados judiciais.

146. A se insistir no preenchimento apriorístico, distante da realidade do caso concreto, do que seja excepcionalidade das operações policiais, o Estado do Rio de Janeiro insistirá na adoção daquele por ele sugerido, e reproduzido às fls. 72 do relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho instituído pelo CNJ (e-doc. 915).[6]

[6] I – o grave comprometimento à ordem pública provocado pelos conflitos armados entre organizações criminosas em busca do domínio e da hegemonia em territórios do Estado do Rio de Janeiro, bem como por conta do deslocamento de contingentes de criminosos armados para o "reforço" de comunidades sob o jugo das facções às quais "pertençam";
II – a atuação em legítima defesa e demais hipóteses excludentes de ilicitude, em casos de deliberados ataques armados a agentes estatais ou a órgãos públicos situados em áreas sensíveis ou em seu entorno;
III – o atendimento de prioridades policiais emergenciais, em casos de notícias de sequestro ou infração criminal correlata, ataques deliberados a comboios policiais nas proximidades de áreas sensíveis, ou casos congêneres;
IV – o cumprimento de medidas judiciais cautelares expedidas após o início da pandemia e, portanto, consubstanciadas em exame jurisdicional de excepcionalidade e necessidade do imediato cumprimento da ordem;
V – a atuação preventiva baseada em conhecimento de inteligência acerca da expansão do domínio territorial de áreas sensíveis através do fechamento de vias com a utilização de barricadas, casamatas, ou artifícios similares, que demandem ações de ocupação ou de remoção;
VI – cumprimento do disposto no artigo 6º do Código de Processo Penal, para não prejudicar investigações em andamento;
VII – verificação de informações de inteligência acerca de localização de foragidos da Justiça e de locais de guarda de armas, drogas, munições, artefatos explosivos e demais instrumentos de crime utilizados pelas organizações criminosas atuantes em comunidades do Estado do Rio de Janeiro.

147. Nada obstante, entende o ente público estadual, na mesma linha exposta pelo Ministério Público em sua manifestação (e-doc. 1022), que basta a aplicação do critério de excepcionalidade no uso da força, positivada em atos regulamentares, acrescida de obrigações prévias, contemporâneas e posteriores à utilização de armas de fogo, tais como o planejamento das operações, inclusive com avaliação de riscos e sua ponderação perante o benefício a ser buscado, o seu acompanhamento remoto, *pari passu*, e a prestação de contas ao final.

148. **A criação de restrição *a priori* de operações policiais, de resto, não resiste ao teste da proporcionalidade**. Com efeito, deixar de efetuar a prisão de criminosos e a apreensão de material bélico por eles utilizado, é negar à população de modo geral, e aos moradores das comunidades, os direitos mais básicos previstos no *caput* do artigo 5º da Constituição da República, que garante aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, cabendo ao Estado, também por determinação constitucional (cf. art. 144 da CRFB/88), o dever de prestar os serviços de segurança pública.

149. Deixar de dar cumprimento a tais normas, considerando que atos, de tal forma gravosos, e por isso ilícitos penais, afrontam direitos e valores essenciais do cidadão e da sociedade em que ele se insere, é fornecer **proteção insuficiente** a tais direitos e valores, e, portanto, violar o princípio da proporcionalidade, como este próprio STF já teve oportunidade de decidir:

> *"EMENTA: DIREITO PROCESSUAL PENAL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRARDINÁRIO COM AGRAVO. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. CONVERSÃO DO FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA, DE OFÍCIO. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DO TEMPUS REGIT ACTUM.*
> *1. O art. 310, II, do CPP, vigente à época dos fatos e ainda plenamente em vigor, impõe ao magistrado a conversão da prisão em flagrante em preventiva, se presentes os requisitos do art. 312 do CPP. Incidência do princípio do tempus regit actum (art. 2º do CPP). Precedentes.*
> *2. A prisão em flagrante pelo crime de porte ilegal de arma de fogo, por acusado multireincidente, pode ser convertida pelo magistrado, de ofício, desde que demonstrados os pressupostos do art. 312 do CPP.*

> *3. O* ***princípio da proporcionalidade como proibição de proteção deficiente impede que o Estado tutele de forma insuficiente os direitos fundamentais protegidos pelo direito penal*** *(art. 5º, XXXV, e art. 144 da CF/88).*
> *4. O Juiz tem o dever de atuar, inclusive pelo seu papel de guardião dos direitos da próxima vítima. Do contrário, uma distração do órgão acusatório ou da autoridade policial tornaria compulsório o relaxamento da custódia mesmo em face de casos extremamente graves. Nada do que seja absurdo pode ser razoável interpretação do direito.*
> *5. Agravo interno a que se nega provimento* (STF, 1ª Turma, ARE n. 1.320.606, rel. Min Roberto Barroso, DJ 20.09.2021)

150. Por outro ângulo, a vedação às operações policiais em comunidades, exceto quando em risco a vida dos moradores (e-doc. 332), ou ainda, quando houver situações de perigo imediato, concreto e intolerável à vida e a outros bens jurídicos de natureza existencial e não patrimonial (e-doc. 1081) **é medida que envereda pelo caminho da proibição do excesso**.

151. Se comprovadamente, com o intuito de proteger as vidas dos moradores das comunidades, foram adotadas diversas medidas – nestes autos denominadas medidas cautelares – e tais medidas serviram a reduzir significativamente o numero de MIAE, mesmo perante um cenário de aumento das operações policiais, como visto no item 138, supra, a restrição de operações policiais para que somente sejam permitidas em caso de risco à vida dos moradores, ou a bens jurídicos de natureza existencial, com exclusão, portanto, de todos os demais atentados a direitos fundamentais, penalmente protegidos, é evidente excesso, vedado pelo princípio da proporcionalidade.

152. Com razão Juarez Freitas, para quem "*o princípio da proporcionalidade determina que o Estado não deve agir com demasia, tampouco de modo insuficiente, na consecução dos seus objetivos. Desproporções - para mais ou para menos - caracterizam violações ao princípio e, portanto, antijuridicidade*".[7]

[7] FREITAS, Juarez. A responsabilidade extracontratual do Estado e o princípio da proporcionalidade: vedação de excesso e de omissão. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, p. 24, 2005.

153. Portanto, em relação a esse tema, entende o Estado do Rio de Janeiro que a excepcionalidade no uso da força letal – que, aqui também, é mera expressão da proporcionalidade – basta à proteção dos interesses que se pretende proteger por meio da presente ação de descumprimento de preceito fundamental. Nada obstante, por amor ao debate, acaso se pretenda manter qualquer tipo de restrição às operações policiais, como base na excepcionalidade de tais operações, que seja então adotado preenchido o conceito com base nos critérios constantes de fls. 72 do relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho instituído pelo CNJ (e-doc. 915), referidos no item 146 do presente arrazoado.

154. O que não se pode admitir é que existam áreas públicas, no território fluminense, em que o Poder Público não possa entrar. Impedir a entrada das policiais nas comunidades não significa redução de letalidade. Significa, apenas, que **os moradores de tais localidades se tornarão, para sempre, reféns das organizações criminosas que controlam aquele espaço territorial, e morrerão nas mãos daqueles criminosos, acaso se recusem a seguir suas determinações**. As disputas por territórios entre grupos criminosos rivais se intensificarão, e **os tão desejados serviços públicos de saúde, educação, moradia, asfaltamento de ruas, implantação de saneamento básico jamais chegarão a tais localidades, pois eles pressupõem um mínimo de normalidade em termos de segurança pública**. Excepcionalidade no uso da força, que nada mais é do que utilização proporcional da força às situações que se apresentam aos agentes de segurança, e que sempre é bem-vinda, não pode ser confundida com excepcionalidade no ingresso em "áreas sensíveis".

META DE REDUÇÃO DA LETALIDADE POLICIAL

155. Insiste o arguente na fixação de meta de redução de letalidade policial no percentual de 70% (setenta por cento) para o ano de 2024, para que se reduza ao número obtido em 2013, de 416 mortes, olvidando-se de alguns dados relevantes, como aquele fornecido pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em sua mais recente intervenção nestes autos, em que há o registro de que, em 2023, o Estado do Rio de Janeiro computou 871 mortes imputáveis à agentes estatais. Significa dizer que, em 2023, já foi atingido o percentual de 52% (cinquenta e dois) por cento de redução da letalidade policial, em relação ao ano utilizado como referência pelo autor (2013).

156. A comparação entre o primeiro quadrimestre de 2024 com o primeiro quadrimestre de 2013 aponta, segundo dados obtidos pelo MPERJ, para uma redução de 64% (sessenta e quatro por cento), **sem que tenha sido necessário fixar qualquer meta para o atingimento de tal redução**, tendo sido **suficiente para tanto o cumprimento de medidas de aperfeiçoamento da atividade policial**, inclusive em decorrência de decisões impostas no presente feito, ou pelo acatamento de sugestões não-vinculantes.

157. De toda sorte, o Estado do Rio de Janeiro, com base em estudo técnico realizado pelo seu Instituto de Segurança Pública – ISP, não se furtou a apresentar uma proposta de taxa de redução da letalidade policial, de 20,5% para o ano de 2024 com relação ao número de 2023 e um modelo a ser adotado para fixá-la nos anos subsequentes, consoante consta na **Resolução SESP n.º 16, de 06 de maio de 2024**.

158. A fixação dos índices de redução para os anos subsequentes dependerá da confirmação factual do modelo proposto, que se dará ao fim do presente exercício, de que as premissas científicas abordadas no estudo refletiram o resultado esperado.

159. A partir da previsão do resultado do MIAE estipulado pelo modelo para um determinado ano obtém-se, portanto, a meta estadual. Essa meta necessariamente será desmembrada até o nível de Circunscrição Integrada de Segurança Pública (CISP) considerando parâmetros como a série histórica e as peculiaridades de cada região, conforme metodologia já consagrada e utilizada pelo Sistema Integrado de Metas desde o ano de 2009. Tal sistematização permitirá não só individualizar as metas conforme as divisões de segurança pública, como também aferir localmente os resultados.

160. A crítica que o autor e os *amici curiae* dirigem a tal proposta de taxa e ao estudo que lhe serviu de base consiste no suposto atrelamento da referida meta ao quantitativo de roubos em um mesmo período, ignorando o que já havia sido informado pelo MPERJ em manifestação de 09 de junho de 2022 (anexo ao e-doc. 589), da qual consta que "*há operações policiais ordinárias, decorrentes de fenômenos criminais variados e imprevisíveis, as quais não se enquadram no conceito de 'operação policial', e que, embora individualmente consideradas não tenham junto à opinião pública a mesma repercussão dada às operações policiais que resultam em elevado número de mortes, podem impactar significativamente nos respectivos indicadores*" e que "*o número mais expressivo de mortes ocorre em ações diversas de 'operações policiais' "* .

161. Tal informação corrobora o que consta do estudo técnico do ISP, no sentido de que "*menos da metade da letalidade policial está de alguma forma associada a 'operações policiais', em sentido amplo, de ações previamente planejadas em qualquer localidade*", sendo essa uma das razões pelas quais foram buscados outros fatores influenciadores de MIAE, como o número de roubos, estabelecendo-se, assim uma relação de causalidade preditiva – não causalidade direta – entre o volume de roubos (mero indicador de criminalidade) e a letalidade policial. Ou, em termos mais simples, uma maior criminalidade tende a resultar em um maior número encontros entre agentes da lei e criminosos que se utilizam se violência ou grave ameaça para prática de crimes.

162. A crítica tecida à metodologia adotado pelo Instituto de Segurança Pública – ISP perde sentido quando se rememora o que foi mencionado pelos órgãos de segurança pública estaduais já há alguns anos (e-doc. 207), no sentido de que "*a despeito da existência de quadrilhas especializadas na prática dos crimes em apreço, mais da metade desses delitos tem relação direta com a atividade desenvolvida por facções criminosas que atuam no comércio ilícito de drogas, com grande capacidade operativa e que* ***passaram a fomentar a prática de crimes contra o patrimônio*** *para aumentar o faturamento de suas atividades espúrias e o cometimento de homicídios em disputa por territórios dominados por rivais*".

163. Quanto à proposta de alteração do que se entenda por MIAE – mortes por intervenção de agente do Estado – para abranger todas as mortes decorrentes de operações policiais, **com ela não pode concordar o ente estadual**. Com efeito, há nos autos informação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro da existência de **prática, por parte dos criminosos, de alvejamento de moradores para dar causa à comoção social** (e-doc. 274).

164. A par disto, muitas vezes as forças policiais são chamadas a intervir em guerra de facções por controle de território, e **quando tais forças do Estado chegam à localidade conflagrada, já existem várias vítimas, pertencentes ou não às organizações criminosas**. Atribuir ao Estado do Rio de Janeiro todas essas mortes é algo profundamente injusto e que não capta a realidade da violência nas comunidades.

165. Não bastasse, a pretensão de modificação do MIAE, ou criação de um novo indicador, para contemplar mortes que não necessariamente tenham derivado da ação estatal, irá impactar o próprio atingimento da meta de redução da letalidade policial, e dificultará a comparação dos dados de violência em relação a outros Estados da Federação, certo que todos obedecem ao que estabelece a Portaria n. 229/2018 do Ministério da Justiça, que define MIAE como sendo a morte por intervenção de agente de segurança pública, do sistema prisional ou de outros órgãos públicos no exercício da função policial, em serviço ou em razão dele, desde que a ação tenha sido praticada sob quaisquer das hipóteses de exclusão de ilicitude.

PLANO DE REDUÇÃO DA LETALIDADE POLICIAL

166. O plano de redução da letalidade policial apresentado pelo Estado do Rio de Janeiro (e-doc. 616), veiculado por meio do Decreto n. 48.272/2022, apresenta diversas medidas aptas a contribuir para a persecução do objetivo de redução da letalidade policial.

167. Trata-se de plano estruturado no aprimoramento de 03 (três) eixos, a saber, recursos humanos, recursos materiais e procedimentos administrativos/operacionais. O aprimoramento dos recursos humanos envolve o treinamento e capacitação contínua dos policiais, inclusive com a ministração de **disciplinas relativas aos Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo (PBUFAF)** no currículo de formação, e disciplinas relativas aos Direitos Humanos, destacando inclusive o **combate ao racismo**, no currículo de formação. Também em relação ao eixo "recursos humanos", prevê-se ali a implementação de medidas de **acompanhamento psicológico do policial**, através do estabelecimento de programas de saúde laborativa, com atenção especial aos policiais que tenham se envolvido em confronto armado ou que, pela natureza de suas funções, possuam maior probabilidade de participação em ocorrências dessa natureza.

168. Prevê o plano em comento, em relação ao eixo "recursos materiais", entre outros, a aquisição de equipamentos de inteligência, e, em especial, a **aquisição das câmeras corporais e sistemas de gravação de áudio e vídeo para veículos**, a aquisição de coletes balísticos, armas não-letais e equipamentos de primeiros socorros médicos.

169. Por fim, em relação ao eixo “procedimentos administrativos e operacionais”, há no plano, entre outras disposições, (i) a determinação de **não utilização de bens públicos** de serviços essenciais, **especialmente das áreas de saúde e educação, como bases operacionais** de ações repressivas, (ii) de início de operações policiais planejadas, especialmente as de natureza repressiva em áreas sensíveis, em horários de menor movimentação da população local, observadas as características de cada local, **evitando-se, principalmente, os horários escolares (entrada e saída de alunos)**; (iii) aprimoramento das respectivas estruturas investigativas e correcionais, bem como das técnicas de acompanhamento e investigação das ocorrências policiais com uso de força e que tenham tido atuações violentas, em especial as que apresentem resultados letais; (iv) **comunicação prévia**, dentro de prazo que não prejudique a eficácia das operações, **aos órgãos das áreas de Educação e de Saúde**, de maneira que os Diretores e Chefes das Unidades, com o desencadeamento das operações, tenham tempo hábil de reduzir os riscos à integridade física das pessoas sob sua responsabilidade.

170. Percebe-se, assim, que o plano de redução da letalidade policial não é uma mera carta de intenções, como referido pelo partido arguente em suas manifestações acerca do mesmo. Trata-se de um plano, mas como ato normativo que é, não é nele que se identificará a implantação (a concretude) das medidas nele previstas.

171. O partido arguente e os *amici curiae* que o acompanham parecem confundir plano, projeto e programa, dado que conceitualmente o plano tem caráter mais abrangente, traçando estratégias e diretrizes, cabendo ao programa a setorização dos objetivos do plano e ao projeto o traçado prévio da atividade a ser desenvolvida, em consonância com o plano.

172. O Estado do Rio de Janeiro reconhece que, desde 2022 até a presente data, já houve algumas mudanças, não apenas na estrutura administrativa dos órgãos de segurança, - sobretudo com a criação da Secretaria de Segurança Pública – mas também em razão da implementação de diversas medidas cautelares objeto de decisões proferidas por esta Corte Suprema nesta ADPF.

173. Nada obstante, tais modificações não invalidam, mas aprimoram, e por isso **se incorporam e constituem o Plano de Redução da Letalidade Policial consolidado**, que corresponde, assim, à **soma** do que dispõe o Decreto n. 48.272/2022 com as diversas resoluções editadas pela Secretaria de Segurança Pública em observância à determinação deste STF, a, saber, (i) a Resolução Conjunta SESP/SEEDUC n. 02/2024, que versa sobre o protocolo de segurança e gestão integrada de prevenção a incidentes em unidades escolares, (ii) a Resolução SESP n. 10/2024, que trata da capacitação de profissionais de segurança pública em atendimento pré-hospitalar tático, (iii) a Resolução SESP n. 13/2024, que dispõe sobre a organização e diretrizes para a gestão de serviços de atendimento psicológico no âmbito das polícias, (iv) a Resolução SESP n. 15/2024, que versa sobre as diretrizes e organização da gestão dos sistemas de controle de armamentos, munições de demais materiais bélicos; (v) a Resolução SESP n. 16/2024, que estabelece meta para a redução da letalidade policial (e-doc. 958 a e-doc. 960); (vi) Resolução Conjunta SESP/SEPOL/SEPM n. 03/2024, que versa sobre critérios e procedimentos a serem adotados para a preservação do local do incidente, quando houver dano corporal decorrente de operações de segurança pública (e-doc. 1042), (vii) Resolução Conjunta SESP/SEPOL/SEPM n. 4, de 13 de agosto de 2024, que versa sobre a participação das vítimas, familiares e representantes legais nos inquéritos (em anexo), além do (viii) Protocolo de Comunicação a que se refere o item 65 da presente manifestação, bem como a (ix) Instrução Normativa SEPM n.º 070, de 14 de agosto de 2024 (ora acostada aos autos), e o (x) Termo de Convênio firmado com o Ministério Público (também em anexo), que aprimoram a comunicação entre as polícias civil e militar e o MP no que respeita a esta ADPF, tornando-a mais ágil e eficiente.

174. O próprio partido arguente reconhece que "*desde a apresentação da última versão consolidada do plano, diversos avanços foram obtidos*", e que parte das propostas concebidas pelo próprio partido ou seus *amici curiae* "*foi debatida e já está sendo implementada de forma isolada pelo Estado do Rio de Janeiro, ainda que parcial ou insuficientemente*", acrescentando que "*há normativas e medidas esparsas que, não obstante necessitem de ajustes e aperfeiçoamento, já representam a implementação voluntária de parte das medidas defendidas*" (e-doc. 1081).

175. Quanto ao monitoramento previsto no Decreto n. 48.272/2022, a crítica a ele dirigida – e que por si só não é causa de rejeição do Plano de Redução da Letalidade Policial – é a de que a respectiva Comissão de Monitoramento e Gestão seria composta basicamente por representantes do Estado do Rio de Janeiro.

176. Ora, nada impede que a Chefia do Poder Executivo estadual, no exercício de sua margem de discricionariedade, defina a composição de determinado órgão estatal, mormente porque o próprio partido arguente e seus respectivos *amici curiae* propõem, na mesma manifestação (e-doc. 1081) dois outros monitoramentos do cumprimento do plano, um judicial, e outro extraprocessual, este último denominado Comissão Independente de Supervisão da Atividade Policial – ao qual se confere, de maneira absolutamente indevida, atribuição normativa (como se percebe, no item 88, da passagem que trata do "*estabelecimento normativo geral dos protocolos do uso da força*"), e em relação ao qual o Estado já havia se manifestado no sentido de ter uma composição paritária (e-doc. 840).

177. Assim, requer o Estado do Rio de Janeiro que se receba e compreenda o seu Plano de Redução da Letalidade Policial como sendo o **somatório** das disposições constantes tanto do Decreto n. n. 48.272/2022, quanto das Resoluções e atos conveniais descritos no item 173 supra, homologando-o, ainda que, após o período de monitoramento, se perceba a necessidade de ajustes pontuais.

CONCLUSÃO

178. É necessário retornar à primeira palavra escrita no capítulo introdutório da presente manifestação. **Proporcionalidade. A justa medida**. **O caminho do meio**. É isto, em síntese, que tem buscado o Estado do Rio de Janeiro em suas manifestações. Que as medidas de redução da letalidade policial sejam efetivamente implantadas, mas que não inviabilizem a prestação dos serviços de segurança pública a toda a população. Que novos e mais modernos equipamentos, como as câmeras corporais e sistemas de inteligência, sejam adquiridos, mas que o custeio de tais bens também seja suportado pela União. Que um plano de redução de letalidade sempre seja aperfeiçoado, mas que não se rejeite ou se despreze o plano que já se obteve.

179. Os excessos de toda ordem devem ser podados. O discurso belicista do então Governador do Estado à época da propositura do presente feito não mais se ouve. As operações policiais em comunidades têm produzido muito menos danos do que outrora. Mas alguns excessos ainda precisam de ajuste. É necessário compreender que o Estado do Rio de Janeiro é uma estrutura gigantesca, e que a coordenação de inúmeros setores, órgãos e servidores públicos demanda tempo e paciência para se vencer resistências. Prazos judiciais exíguos apenas exasperam e tumultuam. Também é preciso "dar tempo ao tempo", para aquilatar os resultados das medidas já implantadas, antes de se impor novas medidas. Aqui, o ótimo é inimigo do bom.

180. Se havia, em 2019, e em anos anteriores, um estado de coisas inconstitucional, ele se desfez. É necessário olhar em perspectiva, tanto temporal, quanto espacial, para reconhecer que a realidade melhorou, e muito, e para se perceber que o problema da segurança pública é nacional, e não apenas fluminense.

181. Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024[8] demonstram que 18 (dezoito) estados, e não apenas o Rio de Janeiro, mantém taxas acima da média nacional de mortes violentas intencionais (MVI), a saber, Acre, Paraíba, Roraima, Maranhão, Espírito Santo, Tocantins, Rondônia, Sergipe, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Pará, Ceará, Amazonas, Alagoas, Pernambuco, Bahia e Amapá, e que, quanto as MIAE, houve um aumento nos números nacionais, com ênfase para Bahia e Amapá.

182. Por sua vez, os dados extraídos do Atlas da Violência dos Municípios, produzido pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada - IPEA, informam que, dentre as capitais dos Estados, não está a cidade do Rio de Janeiro entre as 10 mais violentas, estando na posição 19ª, sendo Salvador a capital mais violenta do país.

183. Tais dados são importantes, porque se há estado de coisas inconstitucional, ele é nacional, e não fluminense, e **demandaria uma ação de abrangência nacional**. A essa alegação o partido arguente respondeu com a assertiva de que se trataria de questionamento intempestivo e despropositado, e que "*situação de outros Estados da Federação não é objeto da presente Arguição, tampouco foi alvo de condenação internacional específica*" (e-doc. 998).

[8] FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em:

184. Ora, o caso Honorato, também julgado pela CIDH, envolveu o Estado de São Paulo, e não há notícias de qualquer ação de descumprimento de preceito fundamental para impor-lhe o cumprimento. Como bem mencionou o professor Matheus Casimiro, em sua obra sobre processos estruturais, "*como regra, o STF não é a instância que deve julgar ações estruturais*", acrescentando que "*caberá ao STF, com base nas circunstâncias do caso e nos argumentos apresentados, determinar se há uma exceção à regra da nacionalidade*", e que "*em futuras ações estruturais que tratem de problemas locais, recomenda-se que o Tribunal deixe claro que a ADPF 635 foi uma exceção e que casos semelhantes só serão aceitos se comprovada a presença de razões excepcionais*".[9]

185. Mas, aqui, onde está a exceção? O problema da violência, como um todo, e da violência policial, é uma questão exclusivamente fluminense? Se há um estado de coisas inconstitucional nacional, ou um *ECI* em cada Estado da Federação, por que não há ações de descumprimento de preceito fundamental tramitando nesta Corte Suprema para solução de tais disfuncionalidades?

186. As indagações são pertinentes, porque é preciso, nos termos do artigo 2º do Decreto-lei n. 4.657/42 (com as inserções da Lei n. 13.665/2018), avaliar e ponderar as consequências práticas das decisões proferidas nesta ADPF – como à migração de criminosos nacionais e estrangeiros para o Rio de Janeiro, e a criação de entrepostos invioláveis, de abrangência nacional, para a comercialização de armas e drogas nas comunidades do Rio de Janeiro –, à vista da realidade interestadual e nacional da violência.

187. Por fim, a imposição de um estado de coisas inconstitucional exclusivamente ao Estado do Rio de Janeiro quando este apresenta um índice de letalidade policial comparável a de outros Estados da Federação e já adotou medidas concretas para aprimorar a sua política pública de segurança, atenta, inclusive, ao princípio da isonomia e ao pacto federativo, pois o sujeita a uma série de medidas e imposições geradas pela intervenção judicial (sem ponderar aqui se justas ou não) que geram elevados custos, mormente num período em que se encontra submetido ao Regime de Recuperação Fiscal. De um lado, vê-se sob a mira da União Federal que lhe exige cortar custos sob pena de rescisão do RRF e, de outro, desta ADPF que lhe exige uma série de providências – exclusivamente dirigidas ao Estado do Rio de Janeiro – que demandam recursos públicos.

---

https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253. Acesso em: 19.08.2024.

188. Isto posto, requer o Estado do Rio de Janeiro que se reconheça o descabimento da presente ação de descumprimento de preceito fundamental, (i) porque não identificados e comprovados documentalmente os atos concretos violadores de preceitos fundamentais, (ii) porque não foi preenchido o requisito da subsidiariedade; e (iii) porque esta ADPF não pode ser utilizada como sucedâneo recursal de sentença proferida em ação civil pública.

189. No mérito, requer o Estado do Rio de Janeiro seja declarada a perda de objeto quanto aos pedidos mencionados nos itens 28 e 29 supra, e de confirmação da rejeição quanto aos pedidos referidos no item 26.

190. Requer ainda o Estado do Rio de Janeiro, que se reconheça inexistir, ao menos atualmente, *estado de coisas inconstitucional* na segurança pública estadual, julgando prejudicados os pedidos remanescentes deduzidos pelo partido arguente, ante a expedição dos atos normativos que tratam das questões suscitadas nesta ADPF e provocam a perda de seu objeto. Acaso assim não entenda, que se homologue, então, o seu Plano de Redução da Letalidade Policial, entendido este como sendo o **somatório** das disposições constantes tanto do Decreto n. n. 48.272/2022, quanto das Resoluções e atos conveniais descritos no item 173 supra.

Termos em que
Pede deferimento.

Brasília, 19 de agosto de 2024.

Carlos da Costa e Silva Filho
Procurador do Estado

[9] Op. cit., p. 268.

ANEXO 12

- a importância da implantação de um sistema de monitoramento e avaliação do uso de armamento e munição para o controle logístico e operacional da atividade policial que permita auditoria célere e precisa; e

- as recomendações expressas na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635.

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A organização e a adoção de sistemas de controle interno para a gestão logística de armamentos, munições e demais materiais bélicos de uso exclusivo da Secretaria de Estado de Polícia Civil e da Secretaria de Estado de Polícia Militar observarão as diretrizes estabelecidas nesta Resolução.

§1° - Entende-se por sistema de controle interno o somatório das atividades de controle visando dissuadir o cometimento de irregularidades, a eficiência operacional e o cumprimento das normas legais e regulamentares, de acordo com a natureza, complexidade e risco das operações realizadas.

§2° - Na definição dos procedimentos de controle deverá ser priorizado o controle preventivo, sem prejuízo de controles corretivos, exercidos após a ação.

Art. 2º - Os sistemas de controle interno adotados para a gestão logística de armamentos deverão medir e avaliar, através de auditoria interna, a eficiência, eficácia e efetividade dos procedimentos adotados.

Parágrafo Único - A auditoria interna será realizada com o emprego de metodologia e programação próprias, com a expedição de relatórios periódicos.

CAPÍTULO II
DAS CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO DE ARMAMENTO, MUNIÇÕES E MATERIAIS BÉLICOS

Art. 3º - As unidades de controle interno atuantes na gestão logística de armamentos, munições e materiais bélicos deverão:

I - definir as atividades de controle para todos os níveis de emprego de armamentos, munições e materiais bélicos, de forma contínua e efetiva;

II - integrar as atividades operacionais e administrativas no tocante ao inventário físico e catalogação dos armamentos, munições e materiais bélicos;

III - promover atualizações e revisões periódicas nos sistemas adotados;

IV - definir a matriz de responsabilidades dos policiais operadores dos sistemas de controle e os respectivos meios para o seu eficaz cumprimento.

Art. 4º - Será instituído e mantido sistema de informações proativo para o exercício das atividades finalísticas de controle, por meio do uso de um conjunto de procedimentos e ferramentas de tecnologia da informação, com acompanhamento do desempenho sistêmico em tempo real.

§1º - O sistema de informação de que trata o caput disporá de mecanismos que propiciem:
I - controlar a nomenclatura e a identificação dos materiais bélicos cadastrados, de forma a facilitar a gestão dos materiais e impedir o cadastramento duplicado de armamento;

II - registrar o histórico de todo uso, manutenção e cautela do material bélico, contendo informações quanto à data da ação e o agente público responsável;

III - emitir relatórios para a conferência de carga no sistema pela própria unidade, obrigatória ou voluntariamente, possibilitando o registro de alterações e o controle de validade dos materiais;

IV - padronizar o workflow de movimentação do material bélico, para que toda e qualquer ação possa ser verificada pelos órgãos setoriais de controle (Depósito Central de Munições -DCMun - SEPM e Coordenadoria de Fiscalização de Armas e Explosivos - CFAE-SEPOL);

V - realizar auditorias e inspeções para identificar e sanar possíveis desconformidades.

§2° - As informações produzidas pelos sistemas deverão ser atuais, precisas e acessíveis.

§3º - Os agentes públicos encarregados do monitoramento dos sistemas são obrigados a comunicar, tempestivamente, ao adequado nível hierárquico, as seguintes intercorrências:

I - problemas técnicos nas operações de monitoramento;

II - inobservância dos procedimentos definidos pelas Secretarias de Estado de Polícia Civil e Polícia Militar sobre o uso de armamentos, munições e materiais bélicos.

Art. 5º - Serão inseridas nos sistemas de que trata o art. 4°, de forma obrigatória, as seguintes informações cadastrais:

I - Arma de fogo (porte ou portátil):

a) Número de série;

b) Número de lotes dos cartuchos e munições;

c) Data da entrega ao policial;

d) Dados funcionais do policial responsável pela cautela.

II - Arma de emprego coletivo (portátil):

a) Número de série;

b) Número de lotes dos cartuchos e munições;

c) Data de utilização da munição;

d) Missão ou ocorrência em que a munição foi utilizada;

e) Dados funcionais do policial responsável pelo consumo da munição.

III - Material bélico ou equipamento de carga pessoal:

a) Número do código ou identificador;

b) Data do recebimento;

c) Dados funcionais do policial responsável pela cautela.

Parágrafo Único - O consumo de cartuchos de munição, independente do tipo de arma utilizado, acarretará, obrigatoriamente, a confecção de relatório contendo informações quanto aos dados funcionais do policial usuário, numeração do armamento e do lote dos cartuchos utilizados, data e hora da missão ou do fato gerador e descrição das circunstâncias do seu acontecimento.

Art. 6º - Todos os acessos que envolvam alterações de dados cadastrais e de situação de materiais bélicos realizados no sistema deverão ser registrados, contendo dados que identifiquem os usuários, data e hora das atividades e local de acesso.

§1º - Os acessos deverão ser restritos e diferenciados, conforme perfil profissional desempenhado pelo agente dentro do sistema, através de senha individual e intransferível.

§2º - Os acessos de controle de cautela e devolução de material bélico serão realizados, obrigatoriamente, com a utilização de biometria e da identidade, através de identificação por radiofrequência.

Art. 7º - Os sistemas de controle interno pautar-se-ão segundo os processos de gestão especificados na forma do Anexo Único desta Resolução, aplicando-se à Secretaria de Estado de Polícia Civil e à Secretaria de Estado de Polícia Militar.

CAPÍTULO III
DA AUDITORIA

Art. 8º - As atividades relacionadas ao uso de armamentos, munições e materiais bélicos serão monitoradas e avaliadas pelas Secretarias de Estado de Polícia Civil e de Polícia Militar.

§1º - O acompanhamento a que se refere o caput deve ser objeto de relatório com periodicidade não superior a um mês, contendo:

I - avaliação sobre a adequação e o grau de confiabilidade, eficiência e eficácia dos sistemas de controles adotados;

II - manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas de controle, contendo os achados de auditoria e verificações de inconsistências ou desconformidades, e, se for o caso, proposta para correções de irregularidades e aprimoramento de métodos para o cumprimento de normas; e

III - informações de rastreamento das armas por número de série, rastreamento dos cartuchos de munição por número de lote e especificação dos policiais usuários dos materiais bélicos, data de sua utilização e missão.

§2º - O relatório de que trata o §1° deverá:

I - ser submetido ao conhecimento da direção superior das Secretarias de Estado de Polícia Civil e de Polícia Militar;

II - permanecer em base de dados digital pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9° - Ficam aprovados os sistemas digitais informatizados de softwares para gestão e controle de armamentos, munições e materiais bélicos denominados:

I - Sistema de Controle de Armas e Bens Patrimoniais - SICABEP, implantado no âmbito da Secretaria de Estado de Polícia Civil;

II - Sistema de Gestão de Material Bélico - SISMATBEL, implantado no âmbito da Secretaria de Estado de Polícia Militar. As atividades relacionadas ao uso de armamentos, munições e materiais bélicos serão monitoradas e avaliadas pelas Secretarias de Estado de Polícia Civil e de Polícia Militar.

Art. 10 - As Secretarias de Estado de Polícia Civil e de Polícia Militar deverão, em até 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Resolução Conjunta, efetivar as medidas administrativas complementares à implementação dos processos e procedimentos de controle, bem como fomentar o monitoramento dos indicadores para realizar a gestão do SICABEP e SISMATBEL.

Art. 11 - Fica estabelecido o fluxograma do processo do sistema de controle interno de armamentos, munições e materiais bélicos, nos termos do Anexo Único desta Resolução.

Art. 12 - Caberá às Secretarias de Estado de Polícia Civil e de Polícia Militar, em suas respectivas áreas de atuação, a edição de atos complementares para a implementação das diretrizes tratadas nesta Resolução.

Art. 13 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

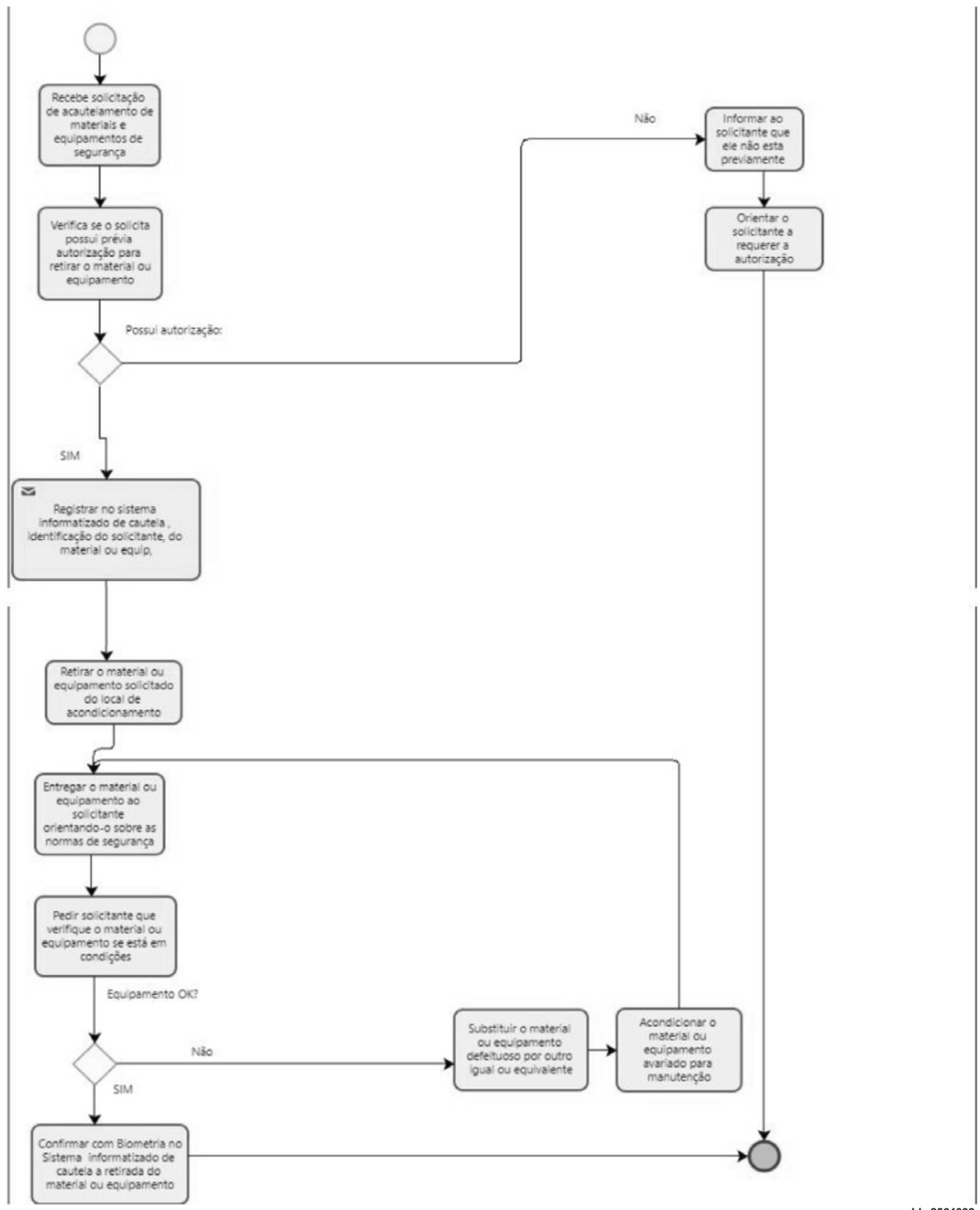
Rio de Janeiro, 06 de maio de 2024

VICTOR CESAR CARVALHO DOS SANTOS
Secretário de Estado de Segurança Pública

ANEXO ÚNICO

Fluxograma do processo do sistema de controle interno de armamentos, munições e materiais bélicos da Polícia Civil e da Polícia Militar:

Id: 2564292



Id: 2564332

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SESP N° 16 DE 06 DE MAIO DE 2024

ESTABELECE META PARA A REDUÇÃO DA LETALIDADE DECORRENTE DE INTERVENÇÃO POLICIAL NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no processo nº SEI-090001/000530/2024, e

CONSIDERANDO:

- as decisões proferidas no âmbito da ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 635, em tramitação perante o Supremo Tribunal Federal;

- a edição do Decreto nº 48.272, de 14 de dezembro de 2022, que estabeleceu o Plano Estadual de Redução da Letalidade Decorrente de Intervenção Policial;

- o disposto no art. 17 do referido Decreto Estadual, que determinou o estabelecimento das metas correspondentes aos indicadores definidos mediante a edição de ato próprio pela Comissão de Monitoramento e Gestão do Plano;

- o Relatório Técnico produzido pelo Instituto de Segurança Pública acerca do fenômeno das mortes por intervenção de agente do Estado, no qual resta estatisticamente demonstrada a correlação entre as mortes por intervenção de agente do estado e os crimes de roubo no estado do Rio de Janeiro;
- que o relatório técnico elaborado pelo ISP/RJ evidenciou a influência direta do total de roubos ocorridos no estado do Rio de Janeiro com as mortes por intervenção de agente do Estado apuradas no ano seguinte; e

- o que consta do processo nº SEI-140001/048902/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecido que a meta para a redução da letalidade decorrente da intervenção policial será fixada mediante a utilização de modelo ARIMA (1,0,0) com ajustes, o qual deve utilizar o total de roubos apurados em um passado recente para estimar a projeção da morte por intervenção de agente do estado (MIAE) em um futuro próximo.

Art. 2º - A definição da meta de redução de morte por intervenção de agente do estado dependerá da consolidação dos dados estatísticos oficiais, levando-se em consideração o valor total de roubos ocorridos no ano anterior e a utilização da fórmula/modelo apresentada em relatório técnico para se obter a projeção da MIAE para o ano corrente.

Art. 3º - O Modelo ARIMA com ajustes deverá ser aplicado para projeções ano a ano, utilizando do total de roubos efetivamente contabilizados no ano anterior visando estabelecer a projeção da MIAE para o ano corrente.

Art. 4º - A projeção anual deverá ser convertida tendo por base a população aferida/estimada para o Estado no ano em análise, sendo a meta de redução/manutenção elaborada sob a taxa da MIAE por 100 mil (cem mil) habitantes.

Art. 5º - A meta para redução da letalidade decorrente da intervenção policial para o ano de 2024 com base no modelo proposto será de 20,5%.

Art. 6º - O Comitê Gestor do Sistema Integrado de Metas instituído pelo Decreto nº 47.402/2020 deverá levar em consideração a meta estabelecida para a redução da letalidade policial definida na presente resolução quando da análise e determinação das metas para os Indicadores Estratégicos de Criminalidade do referido programa.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 06 de maio de 2024

VICTOR CESAR CARVALHO DOS SANTOS
Secretário de Estado de Segurança Pública

Id: 2564290

ANEXO 13

DIÁRIO OFICIAL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SESP N° 10 DE 06 DE MAIO DE 2024

INSTITUI O NÍVEL SETORIAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NSTIC - E O COMITÊ PERMANENTE DO PLANO ESTRATÉGICO E DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PEDTIC - DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no processo SEI nº 090001/000526/2024, e

CONSIDERANDO:

- a importância da celeridade e proficiência do socorro emergencial para o resguardo de pessoas feridas;

- a necessidade de pronta intervenção de profissionais capazes de realizar manobras de socorro emergencial em locais em que estejam ocorrendo operações policiais;

- a importância da capacitação de profissionais de segurança pública em técnicas de Atendimento Pré-Hospitalar Tático (APH-T), que permitam um socorro célere e eficaz;

- a criação da Diretriz Nacional de Atendimento Pré-Hospitalar Tático para Profissionais de Segurança Pública - APH-Tático, pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, através da Portaria nº 98, de 1º de julho de 2022; e

- as recomendações expressas na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635.

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A implantação de cursos de capacitação em Atendimento Pré-Hospitalar Tático (APH-Tático) para Profissionais de Segurança Pública, no âmbito da Secretaria de Estado de Polícia Civil e da Secretaria de Estado de Polícia Militar, observará as diretrizes estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2º - O Atendimento Pré-Hospitalar Tático (APH-Tático) é a assistência prestada em um primeiro nível de atenção, à pessoa ferida em operação policial realizada em área sensível, através da adoção de manobras e procedimentos emergenciais necessários a minimização do trauma e seus efeitos fisiopatológicos, visando ao socorro próprio ou de vítimas ainda no ambiente operacional, em localidades que inviabilizem o atendimento por profissionais de saúde em tempo hábil, exercendo-o até a chegada das equipes especializadas de emergências em saúde e para o emprego da imediata evacuação até o suporte médico hospitalar adequado.

Art. 3º - O APH-Tático tem por objetivo:

I - estabilizar as funções vitais da pessoa vitimada;
II - prevenir complicações adicionais;

III - tratar as condições que causem risco iminente de vida;

IV - transportar a pessoa vitimada com segurança até localidade em que haja suporte médico-hospitalar.

Art. 4º - O APH-Tático será realizado por Equipe de Atendimento Pré-Hospitalar de Socorristas Táticos (EAPH) formada pelo contingente de policiais designados, prévia ou repentinamente, com o fim específico de atuarem como socorristas em incidentes críticos ocorridos em operações de segurança pública.

Art. 5º - Os policiais designados para integrar a EAPH deverão estar equipados com kits de socorro de emergência, contendo instrumentos e recursos capazes de auxiliar nos seguintes procedimentos:

I - controle precoce de sangramento maciço;

II - manutenção da respiração através de:

a) oclusão de ferimento perfurante na região torácica por meio da aplicação do selo de tórax valvulado industrializado ou métodos similares;

b) manobras emergenciais de abertura de selo de tórax para alívio de hipertensão torácica;

c) manobras emergenciais para limpeza da válvula do selo de tórax e região do ferimento para retirar coágulos.

Parágrafo Único - O kit de socorro a que se refere o caput conterá, preferencialmente:

I - cânula nasofaríngea;

II - bandagem elástica;

III - gaze com agente hemostático;

IV - torniquete;

V - compressas de gases;

VI - manta térmica;

VII - fonte de calor instantâneo;

VIII - maca de extração rápida.

CAPÍTULO II
DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO EM ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR TÁTICO (APH-TÁTICO)

Art. 6º - As Secretarias de Estado de Polícia Civil e de Polícia Militar deverão promover ações de ensino voltadas a capacitar os profissionais de segurança pública que tenham pouco ou nenhum conhecimento teórico ou prático em APH-Tático.

Art. 7º - Os cursos oferecidos deverão fornecer noções básicas de APH-Tático, por meio de aulas teóricas, treinamentos e nivelamentos que habilitem os agentes de segurança pública a:

I - executar, no ambiente operacional e sob confronto armado, manobras e procedimentos emergenciais primários e adequados à minimização de traumas e de seus efeitos fisiopatológicos, visando socorro próprio ou de outrem, em localidades que inviabilizem o atendimento por profissionais de saúde em tempo hábil;

II - realizar atendimento em campo tático segundo protocolo M.A.R.C.H (Massiva Hemorragia, Aérea (Vias), Respiração, Circulação e Hipotermia);

III - aplicar técnicas de arrasto de pessoa e de evacuação tática com atendimento avançado;

IV - empregar medidas de evacuação de vítimas até o suporte médico-hospitalar adequado;

V - realizar transporte e remoção de pessoas feridas.

Art. 8º - Os cursos de capacitação em APH-Tático terão carga horária mínima de 60 horas/aula e observarão o referencial pedagógico definido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública na Diretriz Nacional de Atendimento Pré-Hospitalar Tático para profissionais de segurança pública, através da Portaria nº 98, de 1º de julho de 2022.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º - As Secretarias de Estado de Polícia Civil e de Polícia Militar deverão apresentar, em até 30 (trinta) dias após a publicação da presente, proposta pedagógica e cronograma de cursos de capacitação em APH-Tático.

Art. 10 - Caberá às Secretarias de Estado de Polícia Civil e de Polícia Militar, em suas respectivas áreas de atuação, a edição de atos complementares para a implementação das diretrizes tratadas nesta Resolução.

Art. 11 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 06 de maio de 2024

VICTOR CESAR CARVALHO DOS SANTOS
Secretário de Estado de Segurança Pública

Id: 2564258

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SESP N° 13 DE 06 DE MAIO DE 2024

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A GESTÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO EM ÂMBITO DA POLÍCIA CIVIL E DA POLÍCIA MILITAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no processo nº SEI-090001/000528/2024,

CONSIDERANDO:

- o exercício das atribuições constitucionais dos agentes de segurança pública e a própria natureza dos atendimentos prestados à sociedade, envolvendo eventos críticos que implicam risco à integridade física e psíquica dos profissionais interventores, independentemente de suas condições de envolvimento;

- as vicissitudes do trabalho policial, caracterizado por exposição constante ao risco, com o enfrentamento de situações-limite com elevado grau de estresse;

- o potencial desencadeamento de danos físicos e psicológicos a partir do trabalho policial, o que demanda uma ação preventiva de forma a evitar patologias e adoecimentos;

- a necessidade e a importância de oferta aos policiais civis e militares de uma rede de suporte psicológico para o bem-estar da saúde mental e administração de situações que levem a reações disfuncionais intensas, após um evento extremamente traumático; e

- as recomendações estabelecidas na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635.

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º- A organização e a gestão de serviços de atendimento psicológico para os profissionais de segurança pública no âmbito da Secretaria de Estado de Polícia Civil e Secretaria de Estado de Polícia Militar observarão as diretrizes estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2° - Para os fins desta Resolução, consideram-se:

I - promoção da qualidade de vida no trabalho: ações integradas no âmbito da organização e das relações socioprofissionais que visam promover a implementação de melhorias em prol da saúde e bem-estar físico, emocional, psicológico e financeiro do policial, além de proporcionar condições favoráveis para o desenvolvimento pessoal do servidor durante a realização do seu trabalho.

II - incidente crítico: ocorrência na qual tenha havido falecimento de civis e/ou falecimento ou ferimento de policial civil ou militar;

III - Serviço de Atendimento Psicossocial (SAPSI): unidade responsável pela promoção de ações de acompanhamento psicossocial individual e/ ou coletivo dos profissionais em atividade, bem como pela identificação, alívio e prevenção de riscos psicossociais existentes no ambiente de trabalho que possam causar danos à saúde socioemocional dos agentes de segurança pública.

IV - atendimento/acompanhamento psicossocial: espaço de escuta qualificada realizado por um (a) psicólogo (a) que visa orientar os policiais em relação às demandas de saúde mental na relação com o trabalho, auxiliando os agentes no enfrentamento das dificuldades e na construção de soluções que promovam saúde e satisfação em relação ao trabalho. Não é uma psicoterapia, podendo o servidor ser encaminhado para esse atendimento e outros atendimentos em saúde, se necessário.

V - fatores de riscos psicossociais: Referem-se às interações entre ambiente de trabalho, conteúdo do trabalho, condições organizacionais, capacidades, necessidades e cultura do trabalhador, além de considerações pessoais extralaborais que podem, por meio de percepção e experiência, influenciar a saúde, o desempenho e a satisfação no trabalho.

Art. 3° - As medidas administrativas adotadas para a proteção e preservação da saúde mental do policial civil e militar consolidadas neste ato, notadamente os envolvidos em situações classificadas como incidentes críticos, têm por objetivo:

I - uniformizar procedimentos para implementação nas unidades operacionais, administrativas e de saúde, racionalizando suas ações, a fim de obter maior assertividade e agilidade;

II - implementar fluxo e protocolos de atendimento.

CAPÍTULO II
DIRETRIZES GERAIS

Art. 4°- A Secretaria de Estado de Polícia Civil e a Secretaria de Estado de Polícia Militar deverão manter em suas estruturas, em caráter permanente e contínuo, unidades ambulatoriais constituídas na forma de Serviço de Atendimento Psicossocial (SAPS), com a finalidade de prover atendimento aos seus policiais, com serviços de apoio psicológico prestados por profissionais capacitados.

Art. 5°- O SAPSI deverá fixar protocolos de atendimento para policiais envolvidos em ocorrência de risco, contemplando-se as seguintes diretrizes:

I - atendimento individualizado e/ou em grupo dos envolvidos;
II - visita ao local de trabalho;

III - encaminhamentos para redes externas de apoio à saúde, quando necessário;

IV - orientação e esclarecimento ao policial e sua família;

V - acompanhamento sistematizado, incluindo visita domiciliar periódica e visita hospitalar, quando necessário,

VI - preparação do profissional para a reinserção na atividade laboral e no núcleo social; e

VII - ações de prevenção de adoecimentos em decorrência de reações ao estresse grave e transtornos de adaptação, entre eles Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT).

Art. 6º- A participação do policial em situação classificada como incidente crítico poderá suscitar, de forma excepcional, o atendimento compulsório no SAPS.

§1º - O procedimento disposto no caput deste artigo ocorrerá de forma interdisciplinar, iniciando-se, preferencialmente, no prazo de 72 (setenta e duas) horas contados do incidente crítico, com o efetivo atendimento do policial pelo SAPSI em até 7 (sete) dias corridos, e deverá ser realizado preferencialmente no horário de serviço dos policiais.

§2º - A partir do atendimento de que trata o parágrafo anterior, o SAPS poderá indicar:

I - início de tratamento psicológico individual ou em grupo, caso necessário;

II - encaminhamento para o serviço de psiquiatria, caso necessário, de acordo com o resultado da avaliação realizada;

III - o retorno imediato do policial às suas atividades.

§3º - Os servidores policiais envolvidos em incidentes críticos passarão por reavaliação, dentro do período máximo de 3 (três) meses, incluindo-se aqueles que não permanecerem em atendimento, tendo em vista o potencial desenvolvimento tardio do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT).

Art. 7º- O SAPS deverá avaliar as condições psicoemocionais do policial envolvido em situações que impliquem risco à sua integridade física e psíquica e adotar medidas visando a preservação ou o restabelecimento do correspondente equilíbrio, promovendo o adequado retorno do servidor às suas atividades profissionais.

§1º Os profissionais de saúde e/ou as equipes multiprofissionais de atenção psicossocial poderão sugerir o afastamento preventivo do servidor, a suspensão do porte de arma, a retirada imediata da arma em posse do servidor, avaliação oficial em saúde e/ou outras medidas necessárias para a promoção de saúde e para a manutenção da integridade física e mental do servidor e/ou de terceiros.

§2º - Caso julguem pertinente, os profissionais de saúde e/ou as equipes multiprofissionais de atenção psicossocial poderão emitir relatório técnico fundamentado, destinado à chefia imediata do servidor, com sugestão de medidas que se façam necessárias para a preservação da saúde do servidor e de sua qualidade de vida no trabalho.

CAPÍTULO III
DO FLUXO DE INFORMAÇÕES

Art. 8º- Os incidentes críticos assistidos pelo SAPS deverão ser registrados em prontuários, onde constará a identificação do agente público envolvido, a data dos procedimentos, os encaminhamentos realizados e a evolução do tratamento.

Parágrafo Único - Poderão ser gerados relatórios periódicos com informações sobre o quantitativo de agentes atendidos para apoio psicológico após a participação em incidentes críticos.

CAPITULO IV
DO DEVER DE SIGILO

Art. 9º- Aquele que exercer, direta ou indiretamente, atribuições ligadas ao SAPS deverá manter o sigilo das informações obtidas em razão do exercício de suas funções, resguardando-se o direito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem dos avaliados, sem prejuízo da observância das regras dos Códigos de Ética que norteiam suas respectivas atuações profissionais.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10 - Ficam aprovados e homologados os programas de atendimento psicológico denominados:

I - Serviço de Saúde Mental da Policlínica da Polícia Civil José da Costa Moreira e Núcleo de Acolhimento e Escuta Pós Intervenções de Conflitos (NAEPIC), implantados no âmbito da Secretaria de Estado de Polícia Civil;

II - Protocolo de Avaliação Psicológica Pós-Confronto, implantado no âmbito da Secretaria de Estado de Polícia Militar.

Art. 11 - Caberá as Secretarias de Estado de Polícia Civil e de Polícia Militar, em suas respectivas áreas de atuação, a edição de atos complementares para a implementação das diretrizes tratadas nesta Resolução.

Art. 12 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 06 de maio de 2024

VICTOR CESAR CARVALHO DOS SANTOS
Secretário de Estado de Segurança Pública

Id: 2564255

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SESP N° 15 DE 06 DE MAIO DE 2024

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES E ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLE DE ARMAMENTOS, MUNIÇÕES E DEMAIS MATERIAIS BÉLICOS DE USO EXCLUSIVO DAS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no processo nº SEI-090001/000529/2024, e

CONSIDERANDO:

- que o fortalecimento do controle na Administração Pública se relaciona com a execução da boa governança para viabilizar a correta execução de políticas públicas e prestação de serviços de interesse da sociedade;

- que a sistematização da gestão de riscos em nível institucional aumenta a capacidade da organização para lidar com incertezas, estimula a transparência organizacional e contribui para o uso eficiente, eficaz e efetivo de recursos, bem como para o fortalecimento da reputação da instituição,

- a necessidade de promover a padronização e a busca da excelência nos métodos, critérios, conceitos ou sistemas utilizados na atividade de controle interno;

ANEXO 14

PROCESSO Nº SEI-030001/023536/2024 - ANA PAULA GONÇALES COELHO, Prof. Doc. I, mat. nº 0.914.486-6 Id. nº 4137938-1, períodos base de 01/02/2005 a 02/03/2010; 03/03/2010 a 02/03/2015 e de 03/03/2015 a 02/03/2020.

PROCESSO Nº SEI-030001/029786/2024 - CRISTINA DE SOUZA PORTO, Prof. Doc. I, mat. nº 0.915.162-2, Id. nº 4214761-1, períodos base de 20/06/2005 a 19/06/2010; 20/06/2010 a 19/06/2015 e de 20/06/2015 a 19/06/2020.

PROCESSO Nº SEI-030001/028159/2024 - JULIANA ENDLICH GOMES PEIXOTO, Prof. Doc. I, mat. nº 0.914.504-6, Id. nº 5767148, períodos base de 01/02/2005 a 31/01/2010; 01/02/2010 a 31/01/2015 e de 01/02/2015 a 17/03/2020.

PROCESSO Nº SEI-E-03/1700244/1987 - MÁRCIA REGINA AMARAL PAES, Prof. Doc. II, mat. nº 0.188.568-0, Id. nº 3741682-0, períodos base de 23/12/2008 a 22/12/2013; 23/12/2013 a 22/12/2018 e de 23/12/2018 a 22/12/2023.

PROCESSO Nº SEI-E-03/10400513/2001 - MARIA DE FÁTIMA FERREIRA BARRETO, Prof. A.A.E. II, mat. nº 0.110.555-0, Id. nº 3746258-0, períodos base de 30/05/2007 a 11/06/2012; 12/06/2012 a 11/06/2017 e de 12/06/2017 a 11/06/2022.

PROCESSO Nº SEI-030001/019031/2024 - MARIA DEUSDETE SILVA, Merendeira, mat. nº 5.024.514-1, Id. nº 3890656-2, períodos base de 15/09/2006 a 11/10/2011; 12/10/2011 a 26/10/2016 e de 27/10/2016 a 26/10/2021.

PROCESSO Nº SEI-030001/026106/2024 - MAXWELL FALQUER FARIA, Prof. Doc. I, mat. nº 0.845.787-1, Id. nº 3683190-5, períodos base de 30/08/2004 a 01/10/2009; 02/10/2009 a 01/10/2014 e de 29/04/2017 a 03/05/2022.

CONCEDO 09 (NOVE) MESES DE LICENÇA ESPECIAL.

PROCESSO Nº SEI-030001/021058/2024 - FRANCISCO ANTONIO AREAS RETAMEIRO, Prof. Doc. I, mat. nº 0.280.279-1, Id. nº 4064327-1, períodos base de 19/08/1989 a 18/08/1994; 28/10/1994 a 27/10/1999; 28/10/1999 a 27/10/2004 e de 01/09/2005 a 30/09/2010. **CONCEDO** 12 (doze) meses de licença especial.

PROCESSO Nº SEI-E-03/1730420/2004 - GIANNI SOUZA MIRANDA AMOY, Prof. Doc. I, mat. nº 0.837.862-2, Id. nº 3780623-8, períodos base de 07/04/1999 a 06/04/2004; 07/04/2004 a 16/04/2009; 17/04/2009 a 16/04/2014; 17/04/2014 a 16/04/2019 e de 17/04/2019 a 16/04/2024. **CONCEDO** 15 (quinze) meses de licença especial, tornando sem efeito todas as publicações anteriores referentes ao mesmo benefício.

PROCESSO Nº SEI-E-03/11301135/2007 - ADERLUCIA SANTOS MARTINS, Servente, mat. nº 5.019.035-4, Id. nº 3893321-7. **INDEFIRO** o processo.

PROCESSO N° SEI-030001/030267/2024 - JAQUELINE DE ALMEIDA ARAÚJO, Prof.Doc II, mat. nº 5.010.890-1, Id. nº 3457035-7.

PROCESSO N° SEI-030001/032820/2024 - PAULA BRAGA TÔRRES BAPTISTA, Prof. Doc. II, mat. nº 5.252.150-7, Id nº 3391573-3.

PROCESSO Nº SEI-030001/027233/2024 - LÍVIA INÁCIO DA SILVA MARTINS, Prof. Doc. I, mat. nº 0.916.150-6, Id nº 4203011-0.

PROCESSO N° SEI-030001/026576/2024 - SIMONE COIMBRA FARHAT, Prof. Doc. I, mat. nº 0.948.524-4, Id n° 4338937-6.

PROCESSO Nº SEI-030001/030958/2024 - RENAN CARVALHO FERREIRA DA SILVA, Prof. Doc. I, mat. nº 0.951.126-2, Id. nº 4350150-8.

CONCEDO ALTERAÇÃO DE NOME.

Id: 2564054

Secretaria de Estado de Defesa do Consumidor

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

ATO DO SECRETÁRIO

DE 06/05/2024

DESIGNA o servidor **WESLLEY GUSTAVO AUGUSTO DE FARIA**, Identidade Funcional nº 51277880-4, inscrito junto ao Conselho Regional de Contabilidade - CRC/RJ sob o nº 094919/O-3, como responsável titular da Assessoria de Contabilidade - ASSCON, ou equivalente, lhe conferindo acesso total ao perfil do CPF/MF nº 036.681.356-06 da Unidade Gestora: UG 620200, SEDCON no sistema SIAFE-Rio. Processo nº SEI-240001/000175/2024.

Id: 2564230

Secretaria de Estado de Segurança Pública

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATO DOS SECRETÁRIOS

RESOLUÇÃO CONJUNTA SESP/SEEDUC Nº 02
DE 06 DE MAIO DE 2024

DISPÕE SOBRE O PROTOCOLO DE SEGURANÇA E GESTÃO INTEGRADA DE PREVENÇÃO A INCIDENTES EM UNIDADES ESCOLARES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO (PROSEG-Escola), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no processo nº SEI-090001/000527/2024; e

CONSIDERANDO:

- a necessidade de mobilização do Estado para a criação de normativas e de diretrizes que visem garantir aos indivíduos o exercício dos direitos fundamentais que constitucionalmente lhes assistem;

- a necessidade de prevenir e de articular o combate a incidentes, que impactam de forma direta no cotidiano da sociedade e na rotina das forças de segurança pública;

- a necessidade de promover ações articuladas e harmônicas entre os órgãos integrantes do sistema de segurança pública estadual e a Secretaria de Estado de Educação, notadamente para a diminuição dos impactos gerados pelas operações policiais realizadas em áreas sensíveis com unidades da rede estadual de ensino público;

- a importância de implantar um protocolo integrado e uniforme de ações, preventivas ou reativas, para o resguardo das unidades da rede estadual de ensino público sediadas em áreas sensíveis;

- a importância da definição de um canal de comunicação rápida entre os órgãos de execução, em nível multissetorial, para o aumento da capacidade de organização e a contribuição para o uso eficiente, eficaz e efetivo de recursos; e

- as recomendações expressas na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635.

RESOLVEM:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A adoção do Protocolo de Segurança e Gestão Integrada de Prevenção a Incidentes em Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino Público (PROSEG-Escola), no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, da Secretaria de Estado de Polícia Civil, da Secretaria de Estado de Polícia Militar e da Secretaria de Estado de Educação, observará o estabelecido nesta Resolução.

Art. 2º - O PROSEG-Escola é uma ferramenta padronizada de gerenciamento de incidentes, que visa estabelecer medidas estratégicas e integradas a serem adotadas para o resguardo da unidade escolar estadual localizada em área sensível, em caso de eventual cenário de anormalidade.

Parágrafo Único - Na definição das medidas a serem adotadas no âmbito do PROSEG-Escola, deverão ser priorizadas as de caráter preventivo, visando à avaliação e redução das ameaças e vulnerabilidades existentes no entorno da unidade escolar, sem prejuízo da adoção de medidas reativas para o resguardo daquela unidade.

Art. 3º - Para os fins desta Resolução, consideram-se:

I - órgãos de execução: Secretaria de Estado de Polícia Civil, Secretaria de Estado de Polícia Militar e Secretaria de Estado de Educação;

II - áreas sensíveis: localidades com aglomerado de habitações que ocupam de maneira maciça uma delimitação espacial, havendo elevada densidade demográfica, onde se presume que possa ocorrer iminente ato intencional de agressão praticado por opositores da lei, em razão do desencadeamento de uma intervenção tática de forças policiais;

III - incidente de risco: situação complexa que quebra a normalidade cotidiana e coloca em risco vidas de pessoas;

IV - plano de contingência: plano previamente elaborado para orientar as ações de preparação e resposta a um determinado cenário de risco, caso o evento adverso venha a se concretizar.

Art. 4º - O PROSEG-Escola tem por objetivo:

I - realizar análise de risco sobre variáveis identificadas como ameaça à segurança das unidades da rede estadual de ensino e desenvolver ações integradas a partir dos resultados obtidos;

II - identificar ameaças e vulnerabilidades à salvaguarda das unidades da rede estadual de ensino público sediadas em áreas sensíveis;

III - definir estratégias de gestão para a redução de incidentes de riscos e o incremento da segurança intrínseca das unidades da rede estadual de ensino público sediadas em áreas sensíveis;

IV - prevenir, reduzir, mitigar e responder às consequências da eventual exposição dos estudantes e profissionais da rede estadual de ensino público a contextos de violência derivada de conflitos ocorridos em áreas circunvizinhas as sedes dos estabelecimentos escolares de ensino;
VI - otimizar a comunicação entre a SEEDUC, a SEPM e a SEPOL, a fim de obter maior assertividade e agilidade;

VII - monitorar os impactos causados no funcionamento dos estabelecimentos escolares decorrentes de eventual anormalidade relacionada à segurança;

VIII - incentivar a constituição de uma rede intersetorial de cooperação entre a SEEDUC, a SEPM e a SEPOL.

CAPÍTULO II
DAS RESPONSABILIDADES DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO

Art. 5º - Compete à Secretaria de Estado de Polícia Civil e à Secretaria de Estado de Polícia Militar:

I - implantar e gerir um sistema de comunicação junto à SEEDUC, que permita a rápida disseminação de informações sobre a realização de operações policiais em áreas sensíveis onde estão localizadas unidades da rede estadual de ensino público;

II - estabelecer um sistema de comando, controle e coordenação que possibilite aos órgãos executantes atuar de forma integrada às unidades escolares, a fim de permitir o gerenciamento comum das demandas e complexidades eventualmente surgidas em razão de um incidente crítico;

III - monitorar o andamento de operações policiais em áreas sensíveis onde estão localizadas unidades da rede estadual de ensino público, com o fim de mobilizar e gerenciar os recursos disponíveis em caso de contingência, priorizando a segurança da unidade de ensino;

IV - desenvolver um sistema de notificação com alertas em tempo real, que permita o acompanhamento das unidades de ensino e de eventual conflito que possa ocorrer nas suas imediações, proporcionando ao gestor uma imagem instantânea da situação fática e dos impactos causados;

V - apoiar as unidades de ensino na gestão de incidentes críticos que venham a ocorrer em razão de conflitos decorrentes de ato intencional de agressão praticado por opositores da lei, em razão do desencadeamento de uma intervenção tática de forças policiais realizadas nas suas imediações;

VI - analisar, classificar e tratar os riscos das operações policiais de acordo com o contexto do local que serão realizadas.

Art. 6º - Compete à Secretaria de Estado de Educação:

I - manter, por meio de seu Núcleo de Inteligência e Segurança Escolar, canal de comunicação com as Secretarias de Estado de Polícia Civil e de Polícia Militar, para recebimento de avisos e alertas sobre a realização de operações policiais em áreas sensíveis onde estão localizadas unidades da rede estadual de ensino público;

II - difundir para as unidades da rede estadual de ensino público localizadas em áreas sensíveis os avisos recebidos sobre a realização de operações policiais nas imediações das referidas unidades;

III - desenvolver medidas de prevenção, buscando reduzir os impactos causados pela violência em áreas sensíveis onde estão localizadas unidades da rede estadual de ensino público;

IV - acompanhar e avaliar o andamento e o desfecho de incidentes de risco ocorridos em locais com estabelecimentos escolares da rede estadual de ensino público;

V - compor a rede intersetorial de comunicação sobre incidentes de riscos em cooperação com a SEPM e SEPOL;
VI - monitorar e gerenciar as notificações dos incidentes de riscos ocorridos em decorrência de operações policiais em locais com estabelecimentos escolares da rede estadual de ensino público;

VII - fomentar a capacitação dos profissionais da rede estadual de ensino público para a análise e tratamento de incidentes críticos;

VIII - elaborar estratégias de gestão de riscos relacionados à situações de eventual anormalidade à segurança, definindo protocolos internos que potencializem a adoção de comportamentos e práticas mais seguras por todos os profissionais da rede estadual de ensino público;

IX - implementar plano de contingência para a segurança dos estabelecimentos escolares da rede estadual de ensino público em casos de situações de risco decorrentes de eventual anormalidade à segurança;

§1º - O plano de contingência de que trata o inciso IX do caput, utilizará a metodologia criada pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), harmonizada pelas políticas e diretrizes da norma internacional ISO 31000 de Gestão de Riscos, e conterá, obrigatoriamente:

I - a localização da área e das unidades de ensino nela existentes;

II - a identificação dos componentes do grupo de suporte para acionamento do plano, através de nome, cargo/função, telefone e atribuição;

III - a indicação dos meios de comunicação a serem utilizados pelas unidades de ensino que compõe a área, pela direção superior da SEEDUC e pelos órgãos locais da SEPM e da SEPOL;

IV - a definição das ações para monitoramento do sistema de notificação existente.

§2º - O Núcleo de Inteligência e Segurança Escolar da Secretaria de Estado de Educação será designado como elemento de ligação, e atuará como órgão de suporte central para receber e difundir alertas e avisos referentes à realização de operações policiais em áreas sensíveis onde estão localizadas unidades da rede estadual de ensino público.

CAPÍTULO III
DO FUNCIONAMENTO DO PROTOCOLO DE SEGURANÇA E GESTÃO INTEGRADA DE PREVENÇÃO A INCIDENTES CRÍTICOS EM UNIDADES ESCOLARES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO PÚBLICO (PROSEG-Escola)

Art. 7º - O Protocolo de Segurança e Gestão Integrada de Prevenção a Incidentes de Críticos em Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino Público (PROSEG-Escola) deverá ser previamente acionado em todos os casos de mobilização e progressão de efetivo da SEPOL e da SEPM em áreas sensíveis onde estão localizadas unidades da rede estadual de ensino público.

Parágrafo Único - Nas hipóteses que demandar intervenção de força policial com extrema urgência, o acionamento do PROSEG-Escola poderá ser feito, excepcionalmente, após a mobilização e progressão do efetivo das forças de segurança nas áreas sensíveis, com a emissão, o mais breve possível, de alertas e avisos à SEEDUC.

Art. 8º - O PROSEG-Escola contará com um sistema de notificação composto por, pelo menos, dois tipos de ferramentas de comunicação, tais como:

I - plataforma digital;

II - aplicativo de envio de mensagens e comunicação instantânea;
III - e-mail;

IV - telefone.

§1º - O sistema de notificação de que trata o caput tem por objetivos:

I - estabelecer um sistema de comunicação integrada que permita a disseminação de informações entre os órgãos de execução, de forma célere, eficiente e segura;

II - fornecer à cadeia hierárquica dos órgãos de execução informações sobre o funcionamento das unidades escolares e o desenvolvimento das operações de segurança pública;

III - otimizar o planejamento de apoio específico, monitoramento e resposta quanto à ocorrência de incidentes críticos;

IV - auxiliar no mapeamento das áreas mais vulneráveis;

V - fornecer subsídios para análise dos impactos causados por incidentes críticos no funcionamento dos estabelecimentos de ensino;
VI - auxiliar na elaboração de ações de prevenção de agravos e promoção de boas práticas;

VII - facilitar a elaboração de indicadores através da emissão de relatórios periódicos;

§2° - As informações produzidas pelo sistema deverão ser atuais, precisas e acessíveis.

Art. 9º - A gestão integrada dos sistemas de avisos e alertas difundidos por meio do PROSEG-Escola será operacionalizada nos seguintes níveis de integração, responsabilidades e atribuições:

I - Nível 1: emissão de alertas e avisos pela SEPOL e/ou SEPM à SEEDUC, com informações sobre a realização de operações policiais em áreas sensíveis onde estão localizadas unidades da rede estadual de ensino público;

II - Nível 2: confirmação pela SEEDUC do recebimento de alertas e avisos enviados pela SEPOL e/ou SEPM, sobre a realização de operações policiais em áreas sensíveis onde estão localizadas unidades da rede estadual de ensino público;

III - Nível 3: transmissão às suas unidades escolares dos alertas e avisos recebidos pela SEEDUC, e monitoramento do cenário para que possa acionar o plano de contingência, caso seja necessário;

IV - Nível 4: envio à SEEDUC, pela SEPOL e/ou pela SEPM, de informações sobre o andamento das operações policiais, com dados sobre nível de criticidade, término e restauração da normalidade;

V - Nível 5: consolidação de dados e histórico de acionamentos do PROSEG-Escola pela SEPOL, pela SEPM e pela SEEDUC, para fins de aperfeiçoamento e análise de eventual necessidade de revisão do sistema e ajustes na sua metodologia.

Parágrafo Único - O Núcleo de Inteligência e Segurança Escolar da Secretaria de Estado de Educação contará com o apoio de pessoal da SEPM e SEPOL, que poderá ser designado, cedido ou colocado à disposição da SEEDUC, conforme mútuo entendimento, objetivando harmonizar rotinas e procedimentos de cooperação para a gestão integrada dos sistemas de avisos e alertas.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10 - O Protocolo de Segurança e Gestão Integrada de Prevenção a Incidentes Críticos em Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino Público (PROSEG-Escola) deverá ser implantado em projeto-piloto para teste no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação da presente.

Art. 11 - Caberá às Secretarias de Estado de Polícia Civil, de Polícia Militar e de Educação, em suas respectivas áreas de atuação, a edição de atos complementares para a implementação das diretrizes tratadas nesta Resolução Conjunta.

Art. 12 - Esta Resolução Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 06 de maio de 2024

VICTOR CESAR CARVALHO DOS SANTOS
Secretário de Estado de Segurança Pública

ROBERTA BARRETO DE OLIVEIRA
Secretária de Estado de Educação

Id: 2564287

ANEXO 15

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROTOCOLO DE COMUNICAÇÃO E PROTEÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES SITUADAS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, pela 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital e pelo Grupo Temático Temporário GTT-ADPF 635, o **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** (SME) e o **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, através da **SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**, da **SECRETARIA DE POLÍCIA MILITAR** e da **SECRETARIA DE POLÍCIA CIVIL**,

CONSIDERANDO a existência do inquérito civil nº 04.22.0010.0056091/2022-63 instaurado no âmbito da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital para apurar as condições de segurança nas unidades da rede pública municipal de ensino localizadas próximas a áreas conflagradas, à luz da medida cautelar proferida pelo STF na ADPF nº 635, bem como o impacto da violência armada na vida cotidiana das escolas e no aprendizado dos alunos;

CONSIDERANDO as tratativas formuladas em reuniões periódicas no Grupo de Trabalho Interinstitucional de Garantia de Acesso ao Direito à Educação e à Segurança Pública, constituído entre atores institucionais do Ministério Público, da Secretaria Municipal de Educação e das Polícias Civil e Militar, materializando uma arena de debates em nível estratégico para formação de consensos interinstitucionais, a fim de estabelecer protocolos de intersecção para atuação conjunta em áreas próximas a Unidades Escolares;

CONSIDERANDO que os episódios de confronto armado, decorrentes de operações e ações policiais no entorno de escolas, restringem o direito fundamental à educação e impactam na frequência e no desempenho escolar dos alunos;

CONSIDERANDO que estudo desenvolvido pela Assessoria Técnica de Ações Estratégicas (ATAE/SME) da Secretaria Municipal de Educação mostra que fechamentos de escolas em função da violência armada no território afetam o desempenho acadêmico de estudantes do Ensino Fundamental – Anos iniciais em Matemática e Língua Portuguesa, representando perda de 3% na aprendizagem a cada 10 dias de escola fechada;

CONSIDERANDO que o tema é de complexidade induvidosa por tangenciar as políticas públicas de segurança e de educação de forma não excludente e necessita de atuação conjunta e resolutiva para a construção de protocolo de atuação que elimine ou mitigue os impactos das operações policiais na vida cotidiana das escolas;

CONSIDERANDO que cerca de um milhão de pessoas circulam diariamente nos equipamentos da rede pública municipal de ensino e em seus entornos, devendo os órgãos de estado velarem pela integridade física e psíquica de servidores públicos, prestadores de serviços, alunos e seus responsáveis;

CONSIDERANDO a Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635 (ADPF 635), de 18 de agosto de 2020, e suas decisões subsequentes, que instituem, dentre outras medidas, limitações às operações policiais na proximidade de escolas e estabelece:

> "8. Deferir o pedido formulado na alínea g, a fim de determinar que, no caso de **realização de operações policiais em perímetros nos quais estejam localizados escolas**, creches, hospitais ou postos de saúde, sejam observadas as seguintes diretrizes: (i) a **absoluta excepcionalidade da medida**, especialmente no período de entrada e de saída dos estabelecimentos educacionais, devendo o respectivo comando justificar, prévia ou posteriormente, em expediente próprio ou no bojo da investigação penal que fundamenta a operação, as razões concretas que tornaram indispensável o desenvolvimento das ações nessas regiões, com o envio dessa justificativa ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em até 24 horas; (ii) **a proibição da prática de utilização de qualquer equipamento educacional** ou de saúde **como base operacional das polícias civil e militar**, vedando-se, **inclusive**, o baseamento de recursos operacionais **nas áreas de entrada e de saída** desses estabelecimentos; e (iii) a **elaboração de protocolos próprios e sigilosos de comunicação** envolvendo as polícias civil e militar, e os segmentos federal, estadual e municipal das áreas de educação e de saúde, de maneira que os diretores ou chefes das unidades, logo após o desencadeamento de operações policiais, tenham tempo hábil para reduzir os riscos à integridade física das pessoas sob sua responsabilidade;"

CONSIDERANDO que o Brasil aderiu aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ODS/ONU) em 2015, que compõem uma agenda mundial para a construção e implementação de políticas públicas até 2030;

CONSIDERANDO o dever constitucional do Estado de garantir o direito à educação e à segurança, conforme preceituado nos artigos 6º e 205 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO as disposições da Lei nº 9394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

CONSIDERANDO as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, no que se refere à proteção integral da criança e do adolescente com absoluta prioridade;

CONSIDERANDO a Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública;

CONSIDERANDO a Resolução SME nº 71 de 30 de maio de 2018, que instituiu na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro o Programa Acesso Mais Seguro (AMS), em parceria com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), com o objetivo de mapear as unidades de ensino mais impactadas pelos confrontos armados e produzir protocolos de segurança para as respectivas comunidades escolares, com a elaboração de matriz de riscos e notificações na respectiva plataforma;

CONSIDERANDO a INSTRUÇÃO NORMATIVA PMERJ/EMG-PM3 Nº 052, de 23 de novembro de 2018, que regula os protocolos operacionais e procedimentos a serem adotados pelos comandos intermediários e suas UOp/E, para o desenvolvimento de operações policiais militares em áreas sensíveis.

CONSIDERANDO que a notificação sistemática do fenômeno "confronto armado nas imediações das escolas" é medida imprescindível para a elaboração de um diagnóstico baseado em evidências, a ser utilizado para elaboração de políticas públicas de segurança pública e de educação;

CONSIDERANDO que os dados sobre a ocorrência desse fenômeno são dispersos, provenientes de diferentes fontes como mídia tradicional, mídia social, aplicativos de monitoramento de tiroteio e violência na cidade e narrativas pessoais;

CONSIDERANDO que a ausência de um banco de dados unificado entre as áreas de Educação e Segurança Pública impossibilita o monitoramento sistemático e dificulta o planejamento e implementação de estratégias integradas no enfrentamento ao problema;

CONSIDERANDO a necessidade de comunicação prévia (ou concomitante), célere e eficaz entre as Secretarias de Polícia Militar e de Polícia Civil e a SME acerca das operações e ações policiais de qualquer natureza que se desenvolvem diariamente na cidade, permitindo a adoção de medidas preventivas para minimizar os riscos à comunidade escolar;

CONSIDERANDO ser imprescindível evitar a realização de operações policiais nos horários de entrada e saída das unidades escolares, a fim de proteger a segurança da comunidade escolar;

CONSIDERANDO ser obrigação da Secretaria Municipal de Educação elaborar e implementar um plano de compensação e mitigação dos impactos causados pelas operações de segurança pública, abordando, principalmente, os danos ao aprendizado dos alunos;

CONSIDERANDO, por fim, a importância de uma coordenação articulada interinstitucionalmente entre o Ministério Público, as forças de segurança e a Secretaria Municipal de Educação para a formulação e execução de estratégias eficazes de proteção à comunidade escolar e mitigação dos efeitos dos episódios de violência armada no aprendizado dos alunos;

RESOLVEM estabelecer o presente **PROTOCOLO DE ATUAÇÃO CONJUNTA** com vistas a mitigar o impacto das operações policiais e episódios de violência armada na vida da comunidade escolar e no aprendizado dos alunos, que se regerá pelas seguintes diretrizes:

1. As Secretarias de Estado da Polícia Militar e da Polícia Civil deverão comunicar ao CICC – Centro Integrado de Comando e Controle a ocorrência de todas as operações policiais planejadas imediatamente ao seu início e as operações emergenciais assim que possível, em qualquer horário que aconteçam.

2. A comunicação das operações policiais deverá se dar por meio de mensagem eletrônica enviada pela força policial responsável pela operação aos endereços de e-mail funcionais informados pelos pontos focais das Secretarias de Polícia Militar e de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e da Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro.

2.1. Sem prejuízo dessa comunicação por correio eletrônico, devem as forças policiais efetivarem a comunicação ao CICC onde há um profissional da Secretaria Municipal de Educação baseado incumbido da interlocução com as escolas para ativação das medidas de proteção da comunidade escolar.

2.2. É indispensável que a comunicação das operações policiais ao CICC ocorra concomitantemente ao horário de seu início, informando o local previsto da ocorrência, a fim de garantir a ativação do sistema de proteção da comunidade escolar.

3. Blindados e demais viaturas policiais não podem se basear de forma contígua ao perímetro das unidades escolares, inclusive nas calçadas.

4. Os espaços das unidades escolares são invioláveis nos termos do art. 5º, XI, da Constituição da República, durante seu funcionamento, no contexto de operações e ações policiais de qualquer natureza.

5. Sempre que possível, o desencadeamento das operações planejadas e das emergenciais que impliquem alteração da rotina normal do território, devem observar os seguintes horários de aulas das unidades escolares, acrescidos de 30 minutos antes do horário da entrada e 30 minutos após o horário de saída:

(i) Turno único – das 07:30h às 14:30h

(ii) Turno único de 8h – das 07:30h às 15:30h

(iii) Horário Parcial – 07:30h às 12:00h e das 13h às 17:30h

(iv) Horário noturno – das 18h às 22h

5.1. Na hipótese de necessidade de realização de operação policial abarcando os horários referidos no item acima, deverá a autoridade responsável apresentar ao Ministério Público, fundamentadamente, as razões urgentes e imprevisíveis que motivaram a operação policial.

6. A Secretaria Municipal de Educação deverá apresentar, trimestralmente, um plano de compensação e mitigação do impacto gerado pelas operações de segurança pública, em especial, a recomposição do conteúdo programático dos dias de aulas suspensas e a atenção à saúde mental dos alunos e profissionais da educação.

7. Aos atores institucionais signatários deste protocolo compete o desenvolvimento conjunto de estratégias eficazes para a redução do confronto armado no entorno de escolas do Rio de Janeiro, bem como o compartilhamento de base de dados pública, oficial e unificada com o Ministério Público para o devido monitoramento.

8. As informações acessadas em razão da celebração do presente Protocolo se destinam exclusivamente à comunicação da rede pública municipal de ensino acerca da ocorrência de operações policiais, com o objetivo de garantir a ativação do sistema de proteção da comunidade escolar, bem como à instrução de procedimentos extrajudiciais em tramitação no âmbito do Ministério Público ou de processos judiciais em curso, sendo vedada a divulgação por parte de qualquer pessoa que as tenha acessado em razão de ocupação institucional.

9. O planejamento e a execução de toda e qualquer operação deverão ser submetidos a processos de melhoria contínua, com ciclos sucessivos de avaliação, e consequente implantação de medidas de aperfeiçoamento.

10. O conceito de operações policiais é extraído da INSTRUÇÃO NORMATIVA PMERJ/EMG-PM3 Nº 052, de 23 de novembro de 2018 e da Portaria PCERJ nº 832/2018, de 21 de dezembro de 2018.

11. A Secretaria de Estado da Segurança Pública e a Secretaria de Estado de Educação envidarão esforços na conformação da Resolução nº 02 de 06 de maio de 2024, que versa sobre o protocolo de segurança e gestão integrada de prevenção a incidentes em unidades escolares da rede estadual de ensino (Proseg-Escola), ao presente termo.

12. Este protocolo entra em vigor na data de sua assinatura e deve ser visto como um documento vivo, sujeito a revisões periódicas, em comum acordo entre todas as partes, para garantir que continue atendendo às necessidades de segurança e bem-estar da comunidade escolar no enfrentamento da violência armada.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 2024.

Luciano de Oliveira Mattos de Souza
Procurador Geral de Justiça

Glaucia Maria da Costa Santana
Promotora de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital

Tiago Gonçalves Gomes Veras
Coordenador do Grupo Temático Temporário GTT-ADPF 635

Victor Cesar Carvalho dos Santos
Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro

Alexandre Capote
p/ Secretaria de Estado de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

Marcelo de Menezes Nogueira
Secretaria de Estado de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

Renan Ferreirinha
Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro

Roberta Barreto de Oliveira
Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro

ANEXO 16

ANEXO 17

ANEXO 18

ANEXO 19

ANEXO 20

Mais de 35 mil profissionais de segurança pública foram capacitados em julho e em agosto

O investimento foi de R$ 485 mil nos 32 cursos à distância oferecidos pelo Governo Federal aos servidores. Entre os temas abordados, estavam combate à corrupção e atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual

Publicado em 18/09/2024 17h29 Atualizado em 18/09/2024 17h59



Foto: Wagner Varela/MJSP

Brasília, 16/09/2024 - O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) capacitou 35.142 profissionais em julho e em agosto de 2024. Foram oferecidos 32 cursos à distância voltados a áreas como combate à corrupção, enfrentamento ao assédio sexual nas instituições de segurança pública, identificação humana por meio de perícia papiloscópica e atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência.

O Governo Federal investiu R$ 485 mil nos treinamentos, todos eles direcionados aos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Os recursos são da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). O valor deve aumentar nos próximos meses, impulsionado pelo lançamento de novas capacitações e pela reativação de outras.

O investigador da Polícia Civil do Amazonas Alcy Richard atua em Benjamin Constant e foi aluno do curso de atendimento a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Ele conta que tem aplicado os conhecimentos para minimizar a revitimização dessas pessoas. “Em nossa delegacia, no interior do Amazonas, enfrentamos desafios significativos devido a precariedade das estruturas físicas e de pessoal, tanto nas polícias quanto no Judiciário. Isso impacta negativamente a qualidade do atendimento humanizado que poderíamos oferecer às vítimas”, afirma.

Ele conta que trabalha com o apoio de psicólogos, que fazem o acompanhamento psicossocial das vítimas. “Estamos no processo de criação de um espaço dedicado para as escutas especializadas. O curso me ajudou a compreender a importância de oferecer suporte adequado às vítimas e a reduzir a exposição desnecessária delas”, destaca.

Alcy diz que o município em que atua apresenta alto índice de violência contra crianças e adolescentes, especialmente a sexual. A capacitação mostrou, segundo ele, que o atendimento inadequado pode, muitas vezes, causar mais danos do que a própria violência inicial, ao forçar as vítimas a reviverem o trauma. "Aprendemos a importância de reduzir o número de depoimentos e de acareações para minimizar a exposição desnecessária e proporcionar um atendimento mais sensível e eficaz", conclui o policial.

Para acessar a lista de cursos disponíveis, basta consultar o catálogo de capacitações no ambiente virtual de aprendizagem da Rede EaD Senasp. Para isso, é necessário fazer o cadastro e o login no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp), vinculado à Senasp.

Categoria

Justiça e Segurança

Tags: MJSP SENASP DEP

Compartilhe:

ANEXO 21

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Polícia Militar
Diretoria Geral de Ensino e Instrução

CI SEPM/DGEI Nº6897 Rio de Janeiro, 09 de outubro de 2023

Para: Subsecretaria de Gestão Administrativa

De: Diretoria Geral de Ensino e Instrução

Assunto: Relatório sobre Providências Adotadas pela Diretoria Geral de Ensino e Instrução na Proteção de Mulheres Vítimas de Violência Sexual

Em atenção ao despacho nº 60880311, emitido pelo Subsecretário de Gestão Administrativa, este Diretor-Geral de Ensino e Instrução apresenta o relatório solicitado, da forma a seguir:

Providências Adotadas pela Diretoria Geral de Ensino e Instrução na Proteção de Mulheres Vítimas de Violência Sexual

Introdução

O presente relatório tem por objetivo apresentar as providências adotadas pela Diretoria Geral de Ensino e Instrução (DGEI) no que concerne à inclusão nos currículos dos cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização da Secretaria de Estado de Polícia Militar (SEPM) de abordagens relacionadas à proteção de mulheres vítimas de violência sexual, especialmente quando perpetrada por agentes do Estado, em consonância com a Sentença exarada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Cursos e disciplinas que abordam questões de gênero nos diferentes níveis hierárquicos

A SEPM, a partir da DGEI, promove a inclusão de disciplinas que abordam questões de gênero e a proteção de mulheres vítimas de violência sexual nos currículos de cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização que são ofertados aos diversos níveis hierárquicos. Essas iniciativas englobam uma ampla gama de tópicos e disciplinas, incluindo os Direitos Humanos, a atuação do Policial Militar diante de grupos vulneráveis, a Lei Maria da Penha, a ética e outros temas correlatos. Tais disciplinas enfatizam a importância do respeito aos direitos individuais, com especial atenção para mulheres, crianças e demais grupos vulneráveis, abrangendo também casos de violência sexual e tortura. Os cursos que incorporam essas disciplinas são os seguintes:

- Curso de Formação de Oficiais (CFO);
- Curso de Formação de Soldados (CFSd);
- Curso de Habilitação ao Quadro de Oficiais Auxiliares e Especialistas (CH/QOA-QOE);
- Curso Especial de Formação de Cabos (CEFC);
- Curso de Formação de Cabos (CFC);
- Curso Especial de Formação de Sargentos (CEFS);
- Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS);
- Curso Expedito de Instrutores de Armamento e Tiro (CIAT);

- Ciclo Diretivo de Atualização do Profissional de Segurança Pública (CIDASP);
- Curso de Ações Táticas para Cadetes (CAT);
- Curso Controle de Distúrbios Civis (CCDC);
- Curso de Ações Táticas em Motopatrulhamento (CATEM);
- Curso de Táticas de Patrulhamento Urbano (CTPU);
- Curso de Operações e Policiamento em Vias Expressas (COPVE);
- Capacitação em Polícia de Proximidade para Alunos Soldados do CFSD ou Policiais Militares Recém-Classificados em UPPs;
- Curso Operacional de Patrulhamento Especial Motorizado (COPEM).

Portaria sobre a Lei Maria da Penha

Em 13 de outubro de 2022, o Secretário de Estado de Polícia Militar editou a Portaria n.º 1039, com o objetivo de estabelecer uma ação pedagógica no âmbito do Programa de Prevenção à Violência Contra a Mulher, visando à capacitação dos policiais militares em relação a esse tema crucial. A referida Portaria fundamentou-se em considerações que destacam a necessidade de regular procedimentos relacionados a ocorrências envolvendo violência contra a mulher, a abordagem ideal desse tema, o impacto dessas ocorrências no total de atendimentos realizados pela SEPM, assim como a relevância social e institucional dessa questão.

Principais Pontos da Portaria:

a) Inclusão de Disciplina Obrigatória

A Portaria estabelece a obrigatoriedade de inclusão de uma disciplina exclusiva sobre a "Lei Maria da Penha" e protocolos de atendimento para crimes envolvendo violência contra a mulher e violência doméstica. A disciplina deve ser incorporada nas malhas curriculares dos Cursos de Formação de Oficiais e Praças, bem como nos Cursos de Aperfeiçoamento de Sargentos ministrados pela Corporação.

b) Conteúdo Programático

A disciplina abordará os aspectos teóricos da Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, incluindo suas alterações e sua aplicação prática no serviço policial militar ordinário. Além disso, será enfatizado o funcionamento da "Patrulha Maria da Penha," uma iniciativa desenvolvida pela Corporação para proteção das vítimas. Também serão incluídos conteúdos referentes ao protocolo de atendimento de vítimas de crimes sexuais.

c) Referência à Jurisprudência Internacional

A Portaria destaca a importância de incorporar na disciplina o Ponto Resolutivo nº 18 da sentença prolatada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (IDH), no caso da favela Nova Brasília (caso n°11.566), de 16 de fevereiro de 2017. Essa referência ressalta a necessidade dos policiais militares adotarem práticas rigorosamente adequadas ao estabelecido pela Corte IDH para o atendimento às vítimas de violência de gênero.

Conclusão

A Secretaria de Estado de Polícia Militar, por meio da Diretoria Geral de Ensino e Instrução, tem adotado medidas permanentes para integrar a perspectiva de gênero nos currículos dos cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização policial, com ênfase na proteção das mulheres vítimas de violência sexual. Além das medidas que já vinham sendo adotadas nos últimos anos, que incluíram tópicos especiais em diferentes disciplinas, a introdução recente de uma disciplina dedicada exclusivamente à "Lei Maria da Penha" representa um avanço significativo, proporcionando uma abordagem mais ampla e sensível à problemática da violência de gênero nas atividades da Corporação.

Nesse contexto, a DGEI, como Órgão de Direção Setorial, mantém o compromisso de aprimorar continuamente os programas de formação, alinhando-os às diretrizes estabelecidas pela sociedade e pela jurisprudência internacional em relação a essa relevante questão.

Respeitosamente,

Marcelo André **Teixeira** Da Silva – Cel PM
Diretor-Geral de Ensino e Instrução
ID 2444155-4

Documento assinado eletronicamente por **Marcelo André Teixeira da Silva**, **Coronel**, em 11/10/2023, às 12:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **61240030** e o código CRC **DEB48234**.

Referência: Processo nº SEI-140001/029502/2022 SEI nº 61240030

Estrada Marechal Fontenele, Nº 2906 - Bairro Sulacap, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21740000
Telefone: 23335697

Criado por nathalia.cds, versão 5 por nathalia.cds em 10/10/2023 16:20:14.

ANEXO 22

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Polícia Civil

Subsecretaria de Gestão Administrativa

DESPACHO

Exma. Diretora da ACADEPOL

Em complementação à informação já prestada por esta Divisão de Ensino Policial, venho esclarecer que a ACADEPOL mantém em seu cronograma permanente ações de ensino que abordam a temática objeto da presente decisão da Corte Internacional, atendendo de forma integral todos os pontos estabelecidos no que concerne ao campo de atribuição desta Casa de Ensino.

Insta acrescentar que os componentes curriculares ora mencionados encontram-se dispostos tanto no eixo de formação profissional, incluindo aí os processos de ensino relativos a todos os novos policiais do quadro funcional permamente, bem como o eixo de capacitação policial, o qual, por sua vez, abrange os processos de aperfeiçoamento e educação continuada dos policiais em atividade.

Desta forma, esta Divisão de Ensino Policial entende como integralmente cumpridas as determinações oriundas do ponto resolutivo 18 da I. sentença da CIDH, já que realizada de forma contínua e permanente ação de ensino específica para o Caso Favela Nova Brasília, segundo todas as orientações da Corte Internacional.

Rio de Janeiro, 09 outubro de 2023

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo de Araújo Rangel**, **Delegado de Polícia**, em 09/10/2023, às 09:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **61159581** e o código CRC **5B468345**.

Referência: Processo nº SEI-140001/029502/2022 SEI nº 61159581

Rua da Relação, nº 42 - 12º andar - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20231-014
Telefone: - http://www.policiacivilrj.net.br/

Criado por 5647690, versão 2 por 5647690 em 09/10/2023 09:28:27.

ANEXO 23

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Polícia Civil

Subsecretaria de Gestão Administrativa

Cuida-se de procedimento administrativo inaugurado pelo Ofício nº 711 - DMF (1353821), de índice 35982640, do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, do Conselho Nacional de Justiça, cujo objeto se refere ao Ponto Resolutivo 18 da Sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Favela Nova Brasília (Cosme Genoveva e outros) vs. Brasil, que dispõe que: "O Estado deverá implementar, em prazo razoável, um programa ou curso permanente e obrigatório sobre atendimento a mulheres vítimas de estupro, destinado a todos os níveis hierárquicos das Polícias Civil e Militar do Rio de Janeiro e a funcionários de atendimento de saúde".

No Despacho de índice 36285739, a Divisão de Ensino Policial informou sobre o Curso de Capacitação em Investigação de Violência Doméstico-Familiar, ação de ensino que faz parte do cronograma desta Academia de Polícia, com carga horária de 40h/aula, cuja matriz curricular trata do atendimento a mulheres vítimas de violência sexual.

Na Informação de índice 36807095, o Serviço Pedagógico da Acadepol apresentou a ementa das aulas da referida ação de ensino esclarecendo que, embora o título do curso mencione a "violência doméstico-familiar", a temática da violência sexual contra mulheres é amplamente abordada, inclusive sob outras vertentes além da violência doméstica, podendo ser observada, em especial, nas aulas 2, 4 e 10, abaixo destacadas:

***"Aula 02 – Tipologia da Violência Contra a Mulher**: Compreensão do fenômeno da violência. Violência doméstica na esfera pública e privada. Dados estatísticos sobre violência doméstica. Ciclo da violência doméstica. Violência física. Violência psicológica. Violência sexual. Violência patrimonial. Violência moral."*

***"Aula 04 – Dos Crimes Praticados Contra as Mulheres em Razão do Gênero Fora do Âmbito Doméstico e Familiar:** Principais crimes. Protocolo de atendimento e diligências preliminares nos crimes de estupro. Utilização do depoimento especial. Estudo de caso."*

***"Aula 10 – Crimes Cibernéticos e a Violência Doméstica**: Pedofilia virtual. Golpe do amor. Estelionato sentimental, amoroso ou afetivo. Sextortion (extorsão sexual). Porn revenge ou pornografia da vingança. Ciberbullying. Aumento de crimes cibernéticos X mulheres. Aumento de "sextorsão". Como denunciar este tipo de crime. "Sexting". Estupro virtual. Stalking. Descumprimento de medida protetiva. Crimes cibernéticos: formas de prevenção."*

Cumpre ressaltar que a ampliação temática da ação de ensino, capacitando sob outra vertente além da violência doméstica-familiar, tem por objetivo desenvolver de forma abrangente as competências técnicas e comportamentais dos policiais civis no atendimento às mulheres vítimas de violência sexual, incluindo o crime de estupro.

A Divisão de Ensino Policial, no Despacho de índice 37034341, complementou a informação acrescentando que mantém em seu cronograma permanente ações de ensino que abordam a temática objeto da decisão da Corte Internacional, tanto nos Cursos de Formação Profissional - que cuida da formação de novos policiais quando ingressam nos cargos do quadro permanente da SEPOL; quanto no eixo de capacitação policial, que abrange os processos de aperfeiçoamento e educação continuada dos policiais civis em atividade.

As citadas ações tratam da Sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Favela Nova Brasília, de 16/02/2017, a jurisprudência da Corte a respeito da violência sexual e tortura e as normas internacionais em matéria de atendimento de vítimas e investigação desse tipo de caso.

Diante destes esclarecimentos, elevo o presente procedimento à Subsecretaria de Gestão Administrativa para ciência e adoção das medidas que entender cabíveis.

Rio de Janeiro, 04 de agosto de 2022.
Fernanda de Souza Delgado
Vice-diretora da ACADEPOL
Delegada de Polícia
ID. Func. 565508-0

Rio de Janeiro, 04 de agosto de 2022

Documento assinado eletronicamente por **Fernanda de Souza Delgado**, **Delegada de Polícia**, em 04/08/2022, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **37260080** e o código CRC **CBF6EA9E**.

Referência: Processo nº SEI-140001/029502/2022 SEI nº 37260080

Criado por 50795597, versão 3 por 8717019 em 04/08/2022 11:45:09.

ANEXO 24

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado da Mulher

Gabinete do Secretário

A. SEM /SUPEV

Trata-se de Ofício oriundo da Procuradoria Geral de Estado que solicita informações a respeito do cumprimento da Sentença exarada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) no caso Favela Nova Brasília vs. Brasil, mais especificamente quanto ao ponto Resolutivo nº 18, que trata da implementação de curso de capacitação voltado para Policiais Civis cujo o tema se refere ao atendimento de mulheres vítimas de estupro.

A Secretaria de Estado da Mulher através da Superintendência de Enfrentamento a violência contra à Mulher, vem realizado vários protocolos e campanhas educativas visando o enfrentamento da violência contra mulher, abaixo relacionados:

- **Protocolo – "OUVIU UM NÃO/ RESPEITE À DECISÃO"** - A presente Instrução Normativa, tem como objetivo estabelecer o protocolo recomendado pela Secretaria de Estado da Mulher (SEM), do Governo do Estado do Rio de Janeiro, para o enfrentamento da violência contra mulher em espaços de lazer, como bares, restaurantes e casas noturnas, com atenção especial a realização de grandes eventos;

- **Serviço de Educação e Responsabilização do Homem "SER H"** - que tem o objetivo de sensibilização, conscientização e responsabilização do homem frente ao fenômeno da violência contra a mulher em todas as suas formas e intensidades de manifestação, estabelecendo ações educativas e preventivas direcionadas para homens em geral, agressores ou não, através de palestras de sensibilização, campanhas, treinamentos, rodas de conversas e grupos reflexivos:

- **SELO MULHER MAIS SEGURA –** que tem a finalidade de reconhecer e promover a segurança e o empoderamento das mulheres em eventos culturais, turísticos, artísticos, públicos ou privados e também bares, restaurantes e casas de shows, através

da implementação de critérios específicos;

- **APLICATIVO REDE MULHER** – Criado para socorrer vítimas de violência doméstica possibilitando entrar em contato direito com o 190 da Policia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Conforme, exposto a Secretaria de Estado da Mulher através da Superintendência de Enfrentamento à Violência contra à Mulher, vem tomando medidas visando à conscientização e sensibilização da violência contra a mulher, destacando a importância de se compreender o consentimento da mulher e a ocorrência de casos de violência, com o reforço dos canais de denúncia e dos instrumentos existentes para formalização dos casos e acolhimento das vítimas.

Atenciosamente.

JULIO PEREZ ALONSO

ASSESSOR/ASSESP

ID 50996118

Rio de Janeiro, 09 de outubro de 2023

Documento assinado eletronicamente por **Julio Peres Alonso**, **Assessor**, em 09/10/2023, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **61186517** e o código CRC **DC468B13**.

Referência: Processo nº SEI-140001/029502/2022 SEI nº 61186517

Praça Cristiano Otoni, 250, sl. 739, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20221-430
Telefone:

Criado por julio.alonso, versão 2 por julio.alonso em 09/10/2023 11:51:24.

ANEXO 25

Leis Estaduais

Leis Estaduais
Rio de Janeiro

DECRETO Nº 48.391 DE 08 DE MARÇO DE 2023

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES DO PACTO ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, CRIA O GRUPO DE TRABALHO NA FORMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e;

CONSIDERANDO:

- a necessidade de garantia dos direitos fundamentais previstos no artigo 5º da Constituição da República;
- o dever do Estado em assegurar a proteção familiar, criando mecanismos para coibir a violência, no âmbito de suas relações;
- que o fenômeno da violência doméstica e sexual praticado contra mulheres constitui uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física;
- o disposto no artigo 3º da Lei Federal 11.340/2006;
- e ainda, considerando o que consta no processo nº sEI-310003/000631/2021,

DECRETA:

Art. 1º O Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher consiste em um acordo intersetorial entre órgãos públicos, instituições privadas e sociedade civil para o planejamento e a execução de ações necessárias a consolidação da política pública integrada de defesa da mulher vítima de violência.

Art. 2º Para fins de elaboração do Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher deverão ser observados os seguintes eixos estruturantes:

I - garantia e aplicabilidade da Lei Maria da Penha, sob todos os aspectos;

II - ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência;

III - garantia da segurança cidadã e do acesso à Justiça;

IV - garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres;

V - garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos.

Art. 3º Deverão orientar as ações a serem observadas no Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres as seguintes diretrizes:

I - garantia da implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha, por meio da difusão da lei e do fortalecimento dos instrumentos de proteção dos direitos das mulheres em situação

da lei e do fortalecimento dos instrumentos de proteção dos direitos das mulheres em situação de violência;

II - garantia do atendimento às mulheres em situação de violência, com a ampliação e o fortalecimento dos serviços especializados, qualificação, fortalecimentos e integração dos serviços da rede de atendimento de forma a promover a capilaridade da oferta de atendimentos;

III - criação de um sistema de dados sobre violência contra a mulher, para a construção de indicadores que permitam maior monitoramento e avaliação;

IV - garantia da segurança cidadã a todas as mulheres;

V - garantia de acesso à Justiça, de forma que todas as mulheres possam receber o atendimento adequado por meio da atuação em rede, e que os equipamentos de justiça promovam sua plena defesa e o exercício da cidadania;

VI - garantia dos direitos sexuais, na perspectiva da autonomia das mulheres sobre o seu corpo, sua sexualidade por meio da mudança cultural dos conceitos historicamente construídos na sociedade e prestar atendimento às situações em que as mulheres têm seus direitos violados;

VII - garantia da inserção das mulheres em situação de violência em programas sociais, de forma a fomentar sua independência e garantir sua autonomia econômica e financeira e o acesso a seus direitos.

Art. 4º Fica criado o Grupo de Trabalho Especial para a elaboração do Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

§ 1º O Grupo de Trabalho de que trata o caput será composto por um membro titular e outro suplente dos seguintes órgãos e entidades, sem prejuízo de outros órgãos e instituições que no decorrer do plano venham a ser convidados, sendo coordenado e presidido pela Secretaria de Estado da Mulher.

I - Secretaria de Estado da Mulher;

II - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos;

III - Secretaria de Estado de Polícia Militar;

IV - Secretaria de Estado de Polícia Civil;

V - Secretaria de Estado de Administração Penitenciária;

VI - Secretaria de Estado de Saúde;

VII - Secretaria de Estado de Educação;

VIII - Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação;

IX - Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro;

X - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher;

XI - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

§ 2º O Grupo de Trabalho deverá criar e disciplinar um cronograma para suas atividades podendo incluir, para desenvolvimento e solução das questões, outros órgãos da administração direta e/ou indireta do Estado.

§ 3º O Grupo de Trabalho poderá convidar para assessoramento, orientação e informações, personalidades e/ou entidades com interesse e expertise nos temas a serem tratados.

§ 4º A funções exercidas pelos membros integrantes do Grupo de Trabalho não serão remuneradas a qualquer título e seu exercício será considerado serviço público relevante.

Art. 5º O Grupo de Trabalho criado por este Decreto deverá apresentar ao Governador do Estado do Rio de Janeiro a conclusão dos trabalhos e a minuta do Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, na forma de processo, com a devida instrução dos documentos necessários, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação do presente decreto.

Art. 6º A Secretaria de Estado da Mulher editará as normas complementares necessárias ao cumprimento deste decreto.

Art. 7º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2023

CLÁUDIO CASTRO
Governador

Download do documento

.fixar { position:fixed; margin-top: -400px !important; _margin-left: 320px; margin-left: 380px; padding-top:15px; background-color: #fff !important; } #select-art { _margin-top: 15px; width: 300px; position:absolute; display: none; margin-left: 320px; } #scrollable-content { max-height: 200px; overflow: auto; padding: 3px; }

Art. 1º **Art. 2º** **Art. 3º** **Art. 4º** **Art. 5º**
Art. 6º **Art. 7º**

ANEXO 26

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PORTARIA CNMP-PRESI N° 135 DE 16 DE ABRIL DE 2024

Institui a Ouvidoria de Combate à Violência Policial no âmbito da Ouvidoria Nacional do Ministério Público.

O **PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no uso de suas atribuições previstas nos arts. 130-A, I, da Constituição da República, e 12, XVII, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público,

Considerando o papel institucional do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) de fomentar o aprimoramento da atuação do Ministério Público na defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, contribuindo, dessa forma, para o aprimoramento do Sistema de Justiça;

Considerando que a Ouvidoria Nacional do Ministério Público é um órgão de comunicação direta e simplificada entre o Conselho Nacional do Ministério Público e a sociedade, e tem por objetivo principal o aperfeiçoamento e o esclarecimento aos cidadãos das atividades realizadas pelo CNMP e pelo Ministério Público;

Considerando que o Ministério Público possui a atribuição constitucional de exercer o controle externo da atividade policial (CR, art. 129, VII), devendo, para tanto, adotar providências efetivas para garantir a apuração de qualquer ato de violência policial e zelar pela atuação eficiente e isenta das forças de segurança;

Considerando que a Corte Interamericana de Direitos Humanos tem entendido que o direito à verdade gera à vítima e/ou aos seus familiares o direito de obter dos órgãos competentes do Estado brasileiro a elucidação dos graves atos atentatórios aos direitos humanos e a responsabilização correspondente, por meio de investigação e julgamento (Convenção Americana de Direitos Humanos, arts. 8º e 25);

Considerando que a Corte Interamericana de Direitos Humanos, no Caso Favela Nova Brasília vs. Brasil, de 16 de fevereiro de 2017, condenou o Estado brasileiro a estabelecer mecanismos eficientes para a apuração de mortes, tortura ou violência sexual decorrentes de intervenção policial;

Considerando que o Estado brasileiro foi novamente condenado, em 27 de maio de 2023, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso Tavares Pereira e outros vs.

Brasil, pelo uso desproporcional da força empregada pela Polícia Militar e pela falta de diligência na investigação e nos processos penais e civis iniciados em razão dos fatos;

Considerando que, na mesma data, o Brasil foi também condenado no caso Honorato e outros vs. Brasil pela execução extrajudicial de doze pessoas por parte da Polícia Militar, durante a "Operação Castelinho", em 5 de março de 2002, em razão da falta de investigação, julgamento e sanção dos responsáveis;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, na ADPF 635-MC, determinou que, nos casos de suspeita de crimes envolvendo agentes dos órgãos de segurança pública, a investigação será atribuição do órgão do Ministério Público competente, que deve agir de ofício e imediatamente; e

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 19.00.1000.0002064/2024-90, RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Ouvidoria de Combate à Violência Policial, no âmbito da Ouvidoria Nacional do Ministério Público, para atuar em regime de cooperação com as demais unidades do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público brasileiro.

Art. 2º A Ouvidoria de Combate à Violência Policial tem por objetivo principal estabelecer um canal especializado de recebimento de demandas que envolvam a prática de abuso ou violência decorrente de abordagem policial, com o consequente encaminhamento aos membros do Ministério Público com atribuição para o controle externo da atividade policial.

Art. 3º Compete à Ouvidoria de Combate à Violência Policial:

I – receber as demandas relacionadas a condutas que envolvam abuso ou violência decorrente de abordagem policial que sejam dirigidas ao CNMP;

II – encaminhar as demandas relacionadas a condutas que envolvam abuso ou violência decorrente de abordagem policial aos membros do Ministério Público brasileiro com atribuição para o controle externo da atividade policial;

III – promover a integração entre a Ouvidoria de Combate à Violência Policial, as unidades do Ministério Público e as demais instituições envolvidas na prevenção e no enfrentamento da violência policial;

IV – propor o estabelecimento de parcerias com instituições públicas ou privadas, tendentes ao aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela própria Ouvidoria de Combate à Violência Policial e pelo Ministério Público;

V – participar de reuniões ou eventos de entidades públicas ou privadas que atuem na prevenção e no enfrentamento do abuso ou da violência decorrente de abordagem policial.

Art. 4º As demandas dirigidas para a Ouvidoria de Combate à Violência Policial tramitarão conforme fluxo estabelecido no Regimento Interno da Ouvidoria Nacional do Ministério Público (Resolução n°212/2020), devendo ser criado, no prazo de 60 (sessenta) dias, canal facilitado de comunicação da sociedade para apresentação das demandas que envolvam a prática de abuso ou violência decorrente de abordagem policial.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, data da assinatura eletrônica.

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO

ANEXO 27

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO Nº 201, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

Altera as Resoluções nº 129/2015 e nº 181/2017, ambas do CNMP, com o objetivo de adequá-las às disposições do Direito Internacional dos Direitos Humanos, especialmente à decisão do caso Favela Nova Brasília vs. Brasil, da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

O **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no exercício da competência fixada no artigo 130-A, § 2º, inciso I, da Constituição Federal, com fundamento no artigo 147 e seguintes de seu Regimento Interno e na decisão plenária proferida nos autos da Proposição nº 1.00221/2019-69, julgada na 14ª Sessão Ordinária, realizada em 24 de setembro de 2019;

Considerando que a audiência pública realizada por este Conselho Nacional, em 17 de setembro de 2014, no bojo do PIC 00000001227/2015-86, com o objetivo de dar efetividade ao protocolo para redução das barreiras de acesso à justiça pelos jovens negros em situação de violência, colheu relevantes contribuições para o aprimoramento da atuação do Ministério Público, notadamente no que diz respeito à garantia de investigação isenta dos casos envolvendo jovens negros, como forma de afastar as barreiras de acesso à justiça;

Considerando as demandas que aportaram no expediente nº 19.00.6640.0005413/2018-73, formuladas pela ONG Educafro, no sentido de que o Ministério Público deve adotar providências efetivas para garantir a apuração das mortes de jovens negros e a atuação eficiente e isenta das forças de segurança em tais casos;

Considerando que, em tais eventos e documentos, restou evidenciado que um dos entraves à eficiente investigação de crimes praticados contra jovens negros, bem como em face das vítimas em geral, é a falta de interação entre as autoridades responsáveis pela investigação e as vítimas e/ou seus familiares, o que tem como resultado a falta de resolutividade e de credibilidade da autuação ministerial em meio à sociedade;

Considerando que a Corte Interamericana de Direitos Humanos tem entendido que o direito à verdade gera à vítima e/ou aos seus familiares o direito de obter dos órgãos competentes

do Estado brasileiro a elucidação dos graves atos atentatórios aos direitos humanos e a responsabilização correspondente, por meio de investigação e julgamento, nos termos dos arts. 8º e 25 da Convenção Americana de Direitos Humanos;

Considerando, ainda, que a Corte Intermericana reconhece que o Estado deve assegurar o pleno acesso e capacidade de atuação das vítimas e/ou de seus familiares em todas as etapas da investigação e processamento criminal, de maneira que possam apresentar sugestões, ser ouvidas, receber informações, aportar provas e formular alegações, fazendo valer os seus direitos;

Considerando que, no caso Favela Nova Brasília vs. Brasil, a Corte Interamericana reconheceu que a vítima e/ou seus familiares no processo penal brasileiro têm uma posição secundária e são tratados como meras testemunhas, carecendo de acesso à investigação, de modo que a falta de disposição legal no ordenamento jurídico brasileiro impede a possibilidade de que as vítimas ou seus familiares participem ativamente da fase de investigação, limitando-as à fase judicial, o que viola o direito previsto nos arts. 8º e 25 da Convenção Americana;

Considerando que, no mesmo caso Favela Nova Brasília, vs. Brasil a Corte Interamericana reconheceu que o Estado brasileiro não oferece nenhum marco legislativo que garanta a participação dos interessados na fase de investigação pela polícia ou pelo Ministério Público, razão pela qual, levando em conta a jurisprudência sobre a participação das vítimas em todas as fases de investigação e do processo penal, determinou que o Brasil adote as medidas legislativas, ou de outra natureza, necessárias para permitir que as vítimas de delitos ou seus familiares participem de maneira formal e efetiva da investigação criminal realizada pela Polícia ou pelo Ministério Público; RESOLVE:

Art. 1º Alterar a Resolução nº 129, de 22 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, edição nº 196, de 14 de outubro de 2015, que estabelece regras mínimas de atuação do Ministério Público no controle externo da investigação de morte decorrente de intervenção policial, para que o inciso IV do artigo 4º passe a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º .....

.....

IV – diligencie, ainda na fase de investigação, no sentido de ouvir familiares da vítima e testemunhas eventualmente não arroladas nos autos, bem como de receber destes

eventuais sugestões, informações, provas e alegações, que deverão ser avaliadas fundamentadamente;

.....” (NR)

Art. 2º O artigo 4º da Resolução nº 129, de 22 de setembro de 2015, passa a vigorar acrescido dos incisos VI e VII, com a seguinte redação:

“Art. 4º .....

.....

VI – em caso de promoção de arquivamento das investigações criminais indique as diligências adotadas/requisitadas e os motivos da impossibilidade de seu cumprimento;

VII – nos casos de arquivamento das investigações criminais, notifique a vítima e/ou seus familiares sobre o pronunciamento do Ministério Público;” (NR)

Art. 3º O artigo 17 da Resolução nº 181, de 7 de agosto de 2017, publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, edição n° 169, de 8 de setembro de 2019, passa a vigorar acrescido dos parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º, com a seguinte a redação:

“Art. 17.....

.....

§ 5º Nos procedimentos de acolhimento, oitiva e atenção à vítima, o membro do Ministério Público diligenciará para que a ela seja assegurada a possibilidade de prestar declarações e informações em geral, eventualmente sugerir diligências, indicar meios de prova e deduzir alegações, que deverão ser avaliadas fundamentadamente pelo Ministério Público.

§ 6º Os procedimentos previstos nesse artigo poderão ser estendidos aos familiares da vítima.

§ 7º O membro do Ministério Público deverá diligenciar para a comunicação da vítima ou, na ausência desta, dos seus respectivos familiares sobre o oferecimento de ação penal.

§ 8º Nas investigações que apurem notícia de violência manifestada por agentes públicos em desfavor de vítimas negras, em atenção ao disposto no art. 53 da Lei nº 12.288/2010, o membro do Ministério Público deve levar em consideração, para além da configuração típico-penal, eventual hipótese de violência sistêmica, estrutural, psicológica, moral, entre outras, para fins dos encaminhamentos previstos no presente artigo.” (NR)

Art. 4º O artigo 19 da Resolução nº 181, de 7 de agosto de 2017, passa a vigorar acrescido dos parágrafos 3º e 4º, com a seguinte a redação:

"Art. 19.....

.....

§ 3º Na hipótese de arquivamento do procedimento investigatório criminal, ou do inquérito policial, o membro do Ministério Público deverá diligenciar para a comunicação da vítima a respeito do seu pronunciamento.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, admite-se, por opção do ofendido, o uso de meio eletrônico para comunicação." (NR)

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF, 4 de novembro de 2019.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

ANEXO 28

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 70411 - RJ (2022/0402468-4)

RELATOR	**:**	**MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
RECORRENTE	:	M DA S
RECORRENTE	:	A A R
ADVOGADO	:	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RECORRENTE	:	M T A B
ADVOGADOS	:	GIANE ALVARES AMBRÓSIO ALVARES - SP218434 CAMILA GOMES DE LIMA - DF035185 LUCIANA CRISTINA FURQUIM PIVATO - DF059751 MARIA ISABEL MATOS TANCREDO - RJ225367
RECORRIDO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SIGILO DO INQUÉRITO POLICIAL. DIREITO DE ACESSO DOS FAMILIARES DAS VÍTIMAS AOS ELEMENTOS DE PROVA JÁ DOCUMENTADOS NA INVESTIGAÇÃO. SÚMULA VINCULANTE N. 14. DIREITO DO ADVOGADO. PRERROGATIVA DO MEMBRO DA DEFENSORIA PÚBLICA. DIÁLOGO DE FONTES. CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE. PROTOCOLO DE MINNESOTA. CUMPRIMENTO DA DECISÃO DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS NO CASO FAVELA NOVA BRASÍLIA. PARECER FAVORÁVEL DO MPF. SEGURANÇA CONCEDIDA.

1. O sigilo do inquérito policial tem intrínseca relação com a eficácia da investigação pré-processual, porquanto sua publicização poderia tornar inócua a apuração do fato criminoso. Sem embargo, a jurisprudência dos Tribunais Superiores caminhou para sedimentar o caráter relativo desse

sigilo em relação às diligências findas e já documentadas na investigação.

2. O resultado dessa tendência interpretativa culminou na edição da Súmula Vinculante n. 14, a qual dispõe ser "direito do
defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa".

3. Nesse contexto, as leis de regência da advocacia e da Defensoria Pública também garantem ao defensor lato sensu o direito de examinar os autos do inquérito policial e de extrair as cópias que entender pertinente.

4. Deveras, a escolha hermenêutica dos Ministros do Supremo Tribunal Federal pela palavra "representado", contida no enunciado sumular, confere amplitude subjetiva para albergar não apenas o investigado, como também outras pessoas interessadas no caso em apuração, em particular a vítima da ação delitiva. Precedentes.

5. Sob outra angulação – complementar, mas também determinante para a rematada análise do caso –, é de se incrementar a observância e o adimplemento, no âmbito do sistema de justiça criminal, de protocolos e tratados internacionais de Direitos Humanos e de sentenças proferidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Como exemplo, cite-se o caso Gomes Lund e outros vs. Brasil (Guerrilha do Araguaia), no qual a Corte IDH salientou que "as vítimas de violações de direitos humanos ou seus familiares devem contar com amplas possibilidades de ser ouvidos e atuar nos respectivos processos, tanto à procura do esclarecimento dos fatos e da punição dos responsáveis, como em busca de uma devida reparação" (*Sentença de 24 de novembro de 2010*, § 139).

6. Sobre o tema, a Regra n. 35 do Protocolo de Minnesota – documento elaborado pelo Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos destinado à investigação de mortes potencialmente ilícitas – estabelece

que: “35. La participación de los miembros de la familia y otros parientes cercanos de la persona fallecida o desaparecida constituye un elemento importante en una investigación eficaz. El Estado debe permitir a todos los parientes cercanos participar de manera efectiva en la investigación, aunque sin poner en peligro su integridad".

7. A seu turno, por ocasião do julgamento do caso Cosme Genoveva e outros vs. Brasil (Favela Nova Brasília), a Corte Interamericana de Direitos Humanos determinou que "o Estado deverá adotar as medidas legislativas ou de outra natureza necessárias para permitir às vítimas de delitos ou a seus familiares participar de maneira formal e efetiva da investigação de delitos conduzida pela polícia ou pelo Ministério Público".

8. Na espécie, os familiares das duas vítimas fatais dos homicídios perpetrados em 14/3/2018 pretendem o deferimento do acesso aos elementos de prova já documentados nos autos do inquérito policial que investiga o(s) suposto(s) mandante(s) dos homicídios.

9. A pretensão, ao que se deduz dos autos, não se volta à habilitação dos requerentes como assistentes de acusação no inquérito policial, tampouco busca interferir nessa investigação; o objeto deste recurso cinge-se ao acesso dos ofendidos, por seus representantes legais, aos elementos de prova já documentados no inquérito policial.

10. Segurança concedida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, dar provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Jesuíno Rissato (Desembargador Convocado do TJDFT) e Laurita Vaz votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Sebastião Reis Júnior.

Brasília (DF), 18 de abril de 2023.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ

Relator

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 70411 - RJ (2022/0402468-4)

RELATOR	:	**MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
RECORRENTE	:	M DA S
RECORRENTE	:	A A R
ADVOGADO	:	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RECORRENTE	:	M T A B
ADVOGADOS	:	GIANE ALVARES AMBRÓSIO ALVARES - SP218434 CAMILA GOMES DE LIMA - DF035185 LUCIANA CRISTINA FURQUIM PIVATO - DF059751 MARIA ISABEL MATOS TANCREDO - RJ225367
RECORRIDO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SIGILO DO INQUÉRITO POLICIAL. DIREITO DE ACESSO DOS FAMILIARES DAS VÍTIMAS AOS ELEMENTOS DE PROVA JÁ DOCUMENTADOS NA INVESTIGAÇÃO. SÚMULA VINCULANTE N. 14. DIREITO DO ADVOGADO. PRERROGATIVA DO MEMBRO DA DEFENSORIA PÚBLICA. DIÁLOGO DE FONTES. CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE. PROTOCOLO DE MINNESOTA. CUMPRIMENTO DA DECISÃO DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS NO CASO FAVELA NOVA BRASÍLIA. PARECER FAVORÁVEL DO MPF. SEGURANÇA CONCEDIDA.

1. O sigilo do inquérito policial tem intrínseca relação com a eficácia da investigação pré-processual, porquanto sua publicização poderia tornar inócua a apuração do fato criminoso. Sem embargo, a jurisprudência dos Tribunais Superiores caminhou para sedimentar o caráter relativo desse sigilo em relação às diligências findas e já documentadas na

investigação.

2. O resultado dessa tendência interpretativa culminou na edição da Súmula Vinculante n. 14, a qual dispõe ser "direito do
defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa".

3. Nesse contexto, as leis de regência da advocacia e da Defensoria Pública também garantem ao defensor lato sensu o direito de examinar os autos do inquérito policial e de extrair as cópias que entender pertinente.

4. Deveras, a escolha hermenêutica dos Ministros do Supremo Tribunal Federal pela palavra "representado", contida no enunciado sumular, confere amplitude subjetiva para albergar não apenas o investigado, como também outras pessoas interessadas no caso em apuração, em particular a vítima da ação delitiva. Precedentes.

5. Sob outra angulação – complementar, mas também determinante para a rematada análise do caso –, é de se incrementar a observância e o adimplemento, no âmbito do sistema de justiça criminal, de protocolos e tratados internacionais de Direitos Humanos e de sentenças proferidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Como exemplo, cite-se o caso Gomes Lund e outros vs. Brasil (Guerrilha do Araguaia), no qual a Corte IDH salientou que "as vítimas de violações de direitos humanos ou seus familiares devem contar com amplas possibilidades de ser ouvidos e atuar nos respectivos processos, tanto à procura do esclarecimento dos fatos e da punição dos responsáveis, como em busca de uma devida reparação" (*Sentença de 24 de novembro de 2010*, § 139).

6. Sobre o tema, a Regra n. 35 do Protocolo de Minnesota – documento elaborado pelo Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos destinado à investigação de mortes potencialmente ilícitas – estabelece que: “35. La participación de los miembros de la familia y otros

parientes cercanos de la persona fallecida o desaparecida constituye un elemento importante en una investigación eficaz. El Estado debe permitir a todos los parientes cercanos participar de manera efectiva en la investigación, aunque sin poner en peligro su integridad".

7. A seu turno, por ocasião do julgamento do caso Cosme Genoveva e outros vs. Brasil (Favela Nova Brasília), a Corte Interamericana de Direitos Humanos determinou que "o Estado deverá adotar as medidas legislativas ou de outra natureza necessárias para permitir às vítimas de delitos ou a seus familiares participar de maneira formal e efetiva da investigação de delitos conduzida pela polícia ou pelo Ministério Público".

8. Na espécie, os familiares das duas vítimas fatais dos homicídios perpetrados em 14/3/2018 pretendem o deferimento do acesso aos elementos de prova já documentados nos autos do inquérito policial que investiga o(s) suposto(s) mandante(s) dos homicídios.

9. A pretensão, ao que se deduz dos autos, não se volta à habilitação dos requerentes como assistentes de acusação no inquérito policial, tampouco busca interferir nessa investigação; o objeto deste recurso cinge-se ao acesso dos ofendidos, por seus representantes legais, aos elementos de prova já documentados no inquérito policial.

10. Segurança concedida.

RELATÓRIO

MARINETE DA SILVA e AGATHA ARNAUS REIS interpõem recurso contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro** no Mandado de Segurança n. 0016885-21.2022.8.19.0000.

Em suas razões (fls. 185-215), sustentam as insurgentes a **ilegalidade da decisão que negou acesso aos autos do Inquérito Policial** n. 921-00266/2019, em que se apura a motivação e os autores mediatos dos homicídios consumados de Marielle Franco e Anderson Gomes e do homicídio tentado de Fernanda Gonçalves Chaves, fato ocorrido em 14 de março de 2018, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Aduzem que estão habilitadas como assistentes de acusação na ação penal movida pelo Ministério Público contra Ronnie Lessa e Élcio Vieira de Queiroz, acusados de serem os executores dos delitos.

Assinalam que a excessiva demora na conclusão do inquérito, somada à proximidade da designação da sessão do Tribunal do Júri para julgamento dos supostos autores imediatos e às sucessivas substituições de autoridades com atribuições centrais na investigação dos mandantes dos crimes, justificam o deferimento do pedido.

Informam que, "não se requereu acesso às diligências em curso na investigação, mas somente àquelas já concluídas, e, em segundo lugar, não se pediu o levantamento do sigilo em geral da investigação, mas somente o acesso das Requerentes, por intermédio de seus procuradores, à investigação em vista de seus direitos de acesso à justiça e à informação" (fl. 228).

Por fim, alegam que o indeferimento do pleito acarretará a denegação de acesso à justiça aos familiares das vítimas e a responsabilidade internacional do Estado brasileiro.

A liminar foi indeferida pela Presidência desta Corte (fls. 499-501).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo **provimento do recurso** (fls. 507-509).

VOTO

O SENHOR MINISTRO ROGÉRIO SCHIETTI CRUZ (Relator):

I. Contextualização

Em 14/3/2018, a então Vereadora Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes, foram mortos no centro da cidade do Rio de Janeiro. No mesmo contexto, tentou-se matar a assessora Fernanda Gonçalves Chaves. Os **fatos completaram, no mês passado, 5 anos**.

O Ministério Público ofereceu denúncia contra duas pessoas, apontadas pelo órgão acusatório como os **executores** dos delitos (Processo n. 0072026-61.2018.8.19.001).

Naqueles autos, as ora requerentes foram habilitadas como **assistentes da acusação**. A pronúncia transitou em julgado e **aguarda-se o encerramento de diligências para a designação da sessão plenária**.

Todavia, em relação aos **mandantes do delito**, o caso ainda se encontra sob investigação perante a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

Diante da lentidão da tramitação das investigações relacionadas aos autores mediatos e à motivação do delito, as recorrentes requereram, em julho de 2021, **autorização para acesso aos autos sigilosos do referido Inquérito Policial** (n. 921.00266/2019).

O Juízo de primeiro grau indeferiu o pedido com base na seguinte fundamentação (fls. 98-100):

> O art. 268 do CPP prevê a assistência à acusação apenas na etapa judicial da persecução penal, quando já instaurada a ação penal, o que não é o caso dos autos, em que os Requerentes postulam acesso a investigações em curso, ainda na etapa pré-processual.
> Esse argumento, por si só, já levaria ao indeferimento do pedido.
> Porém, além disso, há que se ponderar que se trata de extensa investigação com inúmeras quebras de sigilo de dados de múltiplas pessoas, por envolver crimes cometidos de forma sofisticada, a implicar um complexo trabalho investigativo. O deferimento do pedido implicaria o conhecimento de dados sigilosos de terceiros por parte de vários Advogados e Defensores Públicos, além das respectivas equipes de apoio de gabinete, o que, na prática, acabaria por terminar com o sigilo, considerando a quantidade de pessoas com acesso.
> O sigilo é necessário para o sucesso das investigações, além do resguardo da intimidade e privacidade de várias pessoas que tiveram o sigilo judicialmente quebrado e que, porventura, podem nem vir a ser denunciadas.
> Em um caso dessa complexidade, é natural que haja várias linhas de investigação que precisam ser esgotadas. Por outro lado, o deferimento do pedido nesse caso poderia gerar um temerário precedente em outras investigações, com maléficas consequências ao sigilo de inquéritos, necessário para a resolução de crimes graves. Não se desconsidera a aflição e dor dos familiares das vítimas fatais. Porém, há que se seguir as regras e princípios

> jurídicos, previstos no ordenamento justamente com o objetivo de garantir a correta elucidação dos crimes o que parece ser, afinal, o maior interesse das vítimas. Por esses motivos e aqueles elencados pelo MP na pasta 129, com as devidas vênias aos Ilustres e diligentes Drs. Advogados e Defensores Públicas, INDEFIRO, por ora, o pedido de acesso aos autos IP nº 921-0266/2019. Por outro lado e com base nos argumentos lançados nas pastas 129 e 50, por ambas partes, dou por prejudicado o pedido de acesso aos autos 218-545/2018.
> Essa decisão não desobriga o MP de seu dever constitucional e legal de atender os Advogados e Defensores Públicos, pois é poder-dever do MP, passível de controle judicial, se for o caso, receber e atender as demandas sociais, prestando contas, inclusive da tramitação de inquéritos, em linhas gerais, às partes interessadas, no que se inclui os familiares das vítimas de todo e qualquer delito, que merecem satisfação por parte das autoridades ministeriais. Toda a atividade estatal, inclusive a ministerial, está sujeita a controle social.

Em seguida, impetrou-se mandado de segurança perante o Tribunal *a quo*, que negou provimento ao apelo, *in verbis* (fls. 92-108):

> EMENTA: Mandado de Segurança. Negativa de acesso à assistente de acusação a Inquérito Sigiloso, no qual se apura os mandantes dos assassinatos da vereadora Marielle Franco e de Anderson Silva. Impetrantes familiares da vereadora pretendem ter acesso às peças do Inquérito Policial n° 921.00266/2019, e seus apensos sigilosos. Decisão indeferiu o acesso às peças do Inquérito Policial à assistente da acusação não viola o direito de acesso aos autos, pela assistente de acusação. O direito reconhecido na súmula vinculante nº 14, do e. Supremo Tribunal Federal não se estende ao assistente de acusação. Artigo 268 do Código de Processo Penal prevê que o assistente de acusação somente atua no processo de conhecimento a partir do recebimento da denúncia. Inquérito policial sem indiciados ou prova de um possível autor intelectual dos crimes. O inquérito ainda está em curso, sem acusação formal, apenas investigações, cujo sucesso, depende, em boa parte, do sigilo das diligências em andamento, conforme art. 20 do Código de Processo Penal. Negada a segurança.
> [...]
> O sigilo é um importante elemento para o sucesso de uma investigação criminal, de modo que a publicidade dos atos investigativos tornaria o inquérito policial um procedimento inócuo, ineficaz. A finalidade primacial do sigilo no inquérito policial é garantir que os objetos, os dados e as informações alvos das investigações não sofram influências ou alterações que possam acarretar prejuízos às investigações. A publicidade de dados relativos a uma investigação criminal traria prejuízos irrecuperáveis para a produção probatória. É sabido que o artigo 5º, XXXIII, da Constituição Federal assegura a todos o acesso à

informação por intermédio do princípio da publicidade, contudo, esse direito não é absoluto. O artigo 20 do Código de Processo Penal excepciona o princípio da publicidade, ordena que a autoridade policial assegurará no curso do inquérito policial, o sigilo necessário à elucidação do fato, ou o sigilo exigido pelo interesse da sociedade.
[...]
O sigilo não se estende aos membros do Ministério Público, às autoridades judiciárias e nem ao defensor, nos termos do inciso XIV do art. 7º a Lei nº 8906–Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. Este preceito foi pacificado e ratificado pelo e. Supremo Tribunal Federal, conforme assentado na Súmula Vinculada nº14:
[...]
O paradigma confere ao defensor do investigado amplo acesso aos elementos já documentados nos autos do inquérito, mas é enfático ao ressalvar as diligências ainda em andamento. O direito reconhecido ao defensor na citada súmula não se estende ao assistente de acusação. A função do assistente da acusação é auxiliar do Ministério Público, na busca que seja esclarecido o crime que foi vítima, ou seu familiar, e feita justiça. O assistente é uma parte secundária, que não inicia o procedimento, pois a sua presença não é necessária. O *ne procedat iudex officium* é da atividade do Ministério Público e não do assistente da acusação, que somente poderá ingressar após a denúncia ter sido oferecida e admitida, não é o responsável pela invocação da tutela jurisdicional.
O artigo 268 do Código de Processo Penal prevê que o assistente de acusação atua em todos os termos da ação pública. Há uma ação penal em curso sobre os mesmos crimes, n.º 0072026-61.2018.8.19.0001, com sentença de pronúncia de duas pessoas apontadas como executores. Naqueles autos, a pronúncia foi confirmada por esta c. Câmara criminal. Não se pode afirmar no momento, que há potencial conexão probatória, eis que no inquérito que as impetrantes pretendem o acesso não há indiciados e não houve conclusão sobre os fatos investigados. O assistente de acusação pode arrazoar os recursos do Parquet, mas não significa que possa interferir na fase pré-processual, apenas que ter ciência, através de advogado constituído, do seu andamento e dos elementos de prova já juntados ao procedimento, que não estiver sob sigilo. Na fase de investigação, não há habilitação de assistente, é o entendimento majoritário da doutrina [...]
O inquérito IP nº 921-0266/2019 ainda está em curso, sem acusação formal, apenas investigações, cujo sucesso, depende, em boa parte, do sigilo das diligências em andamento, conforme art. 20 do Código de Processo Penal.
[...]
O alegado direito não tem previsão legal, mas ao contrário, viola disposição legal expressa dos art. 268 e 269 do Código de Processo Penal, que preconizam a habilitação do assistente na ação penal pública, portanto não é possível a admissão do assistente na fase investigatória, no inquérito policial. As funções constitucionais do Ministério Público estão previstas no art. 129 da Constituição Federal, dentre elas promover privativamente a

> ação penal pública (art.129, I, da Constituição Federal) e exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior (art.129, VII, da Constituição Federal).
> [...]
> O indeferimento da pretensão das impetrantes, não desobriga o Ministério Público de seu poder-dever constitucional e legal de atender os Advogados e Defensores Públicos, receber e atender as demandas sociais, prestando contas, inclusive da tramitação de inquéritos, em linhas gerais, às partes interessadas, no que se inclui os familiares das vítimas de todo e qualquer delito, conforme ressalva a decisão atacada expressamente.
> [...]
> Ante o exposto, as impetrantes não demonstram direito líquido e certo violado, ou sob ameaça de ser violado por ato ilegal ou abusivo de Autoridade Pública, no exercício de atribuições do Poder Público, baseado em fatos sobre os quais não existam dúvidas a respeito da sua existência, ou seja, as impetrantes não tem direito líquido e certo de acesso aos autos do Inquérito Policial IP nº 921-0266/2019e apensos sigilosos em tramitação na Delegacia de Homicídios da Capital, Rio de Janeiro.

II. O sigilo do inquérito policial e a Súmula Vinculante n. 14

O inquérito policial consiste em um procedimento administrativo, realizado pela Polícia Judiciária, com vistas à colheita de fontes de prova e elementos de informação aptos à formação de justa causa para o exercício da ação penal.

Em relação à matéria posta em discussão neste recurso, cumpre destacar, dentre as características do inquérito, o fato de ser **sigiloso**, conforme dicção do art. 20 do Código de Processo Penal, *in verbis*: "A autoridade assegurará no inquérito **o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade**".

Tal atributo tem intrínseca relação com a **eficácia** da investigação pré-processual, porquanto sua **publicização poderia tornar inócua** a perscrutação criminal. É dizer, a finalidade matriz do sigilo do inquérito policial é garantir que a investigação **não sofra interferências externas** que possam comprometer seu bom andamento.

Sem embargo, a jurisprudência dos Tribunais Superiores caminhou para

sedimentar o **caráter relativo** desse sigilo em relação às diligências findas e já documentadas na investigação. Compreende-se, em suma, que o **sigilo** do inquérito **não pode ser evocado para obstaculizar direitos e garantias fundamentais**.

O resultado dessa tendência interpretativa culminou na edição da **Súmula Vinculante n. 14**, a qual dispõe ser "**direito do defensor**, no interesse do representado, **ter acesso amplo aos elementos de prova** que, **já documentados** em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa".

III. Prerrogativas de Defensores Públicos e direitos dos advogados no inquérito policial

No tocante ao primeiro trecho do enunciado vinculante acima referido, destaco que o art. 133 da Constituição Federal preceitua, textualmente, que **o advogado é indispensável** à administração da justiça, o que demonstra a importância de seu mister.

Deveras, a Carta de 1988 também erigiu a **Defensoria Pública ao patamar de instituição essencial à função jurisdicional do Estado**, notadamente pela defesa, em todos os graus de jurisdição, dos hipossuficientes (art. 134 da Constituição Federal). Essa essencialidade pode ser traduzida pela vocação, que lhe foi conferida pelo constituinte originário, de ser um agente de transformação social, seja pela redução das desigualdades sociais, seja na afirmação do Estado Democrático de Direito ou na efetividade dos direitos humanos; mostra-se, outrossim, eficiente mecanismo de implementação do direito fundamental previsto art. 5º, LXXIV, da C.F.

Para bem desincumbir-se de suas atribuições constitucionais arroladas nos arts. 133 e 134 da Carta Política de 1988, assegurou-se à advocacia e à Defensoria Pública um **extenso rol de prerrogativas**, **direitos**, **garantias** e deveres.

No que concerne aos Defensores Públicos, a Lei Complementar n. 80/1994, a partir da redação fornecida pela LC n. 132/2009, consigna ser prerrogativa do **membro da Defensoria Pública** "**examinar**, em qualquer repartição pública, autos de flagrantes, inquéritos e processos, **assegurada a obtenção de cópias** e podendo tomar apontamentos" (art. 128, VIII).

E, quanto aos advogados, a Lei n. 8.906/1994 lhe garante o direito de " **examinar**, em qualquer instituição responsável por conduzir investigação, mesmo sem procuração, **autos** de flagrante e **de investigações** de qualquer natureza, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos, em meio físico ou digital" (art. 7º, XIV).

Constata-se, assim, que as leis de regência da advocacia e da Defensoria Pública **garantem ao defensor** *lato sensu* o direito de **examinar os autos do inquérito policial** e de **extrair as cópias** que entender pertinente.

IV. O direito das vítimas no inquérito policial

Prossigo na análise da redação da Súmula Vinculante n. 14.

Para facilitar a compreensão, transcrevo, novamente, o enunciado sumular: "É direito do defensor, **no interesse do representado**, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa".

A **escolha hermenêutica** dos Ministros do Supremo Tribunal Federal pela palavra "**representado**" confere **amplitude subjetiva** para albergar **não apenas o investigado**, como também outras pessoas interessadas.

Lógico é estender, *a fortiori*, **sua incidência ao ofendido**.

Em reforço a essa ilação, entendo que o direito de acesso da vítima ao que consta no inquérito policial **deflui diretamente do princípio republicano.** Trata-se de providência essencial para **garantir ao ofendido** o direito à **verdade**, à

memória, à **justiça** e à devida **reparação.**

Negar o acesso da vítima aos autos do inquérito policial **significa**, na esteira do pensamento de Nils Christie, **reduzi-la a uma "não-entidade"** (CHRISTIE, Nils. Conflicts as Property. *British Journal of Criminology,* London, 17(1), 1977, p. 5) e reforçar a violação de seus direitos. Em igual direção sinaliza Sérgio Salomão Shecaira, que alerta sobre o risco de revitimização (" **vítima também do sistema punitivo**") do ofendido quando não se lhe assegura tal possibilidade (SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 310, grifei).

A seu turno, vale enfatizar que a Corte Interamericana de Direitos Humanos, no julgamento do caso Gomes Lund e outros vs. Brasil (**Guerrilha do Araguaia**), salientou que "as **vítimas** de violações de direitos humanos ou seus familiares devem contar com **amplas possibilidades** de ser ouvidos e atuar nos respectivos processos, tanto à procura do esclarecimento dos fatos e da punição dos responsáveis, como em busca de uma devida reparação" (Corte IDH. Caso Gomes Lund e outros vs. Brasil. *Sentença de 24 de novembro de 2010,* § 139).

Com base nessa mesma premissa, as duas turmas que integram a 3ª Seção desta Corte já concederam **acesso ao inquérito policial a advogados das vítimas**. Ilustrativamente:

> RECURSO ESPECIAL. CORRUPÇÃO PASSIVA. PROCEDIMENTO INVESTIGATIVO CONTRA MAGISTRADO. **ACESSO A ADVOGADO DA SUPOSTA VÍTIMA. POSSIBILIDADE. EXTRAÇÃO DE CÓPIAS. AUTORIZAÇÃO**. SÚMULA VINCULANTE N. 14 DO STF. RECURSO PROVIDO.
> 1. A Lei n. 8.906/1994 – Estatuto da Advocacia – prevê nos incisos XIII e XIV do seu art. 7º o direito do advogado em obter cópias dos autos, norma que, todavia, encontra limitação no próprio Estatuto da Advocacia, no §11 do mesmo dispositivo, inserido após a edição da Lei n. 13.245/2016.
> 2. O fundamento para a participação da vítima no processo penal está no direito à tutela jurisdicional efetiva, bem como no crescente reconhecimento da importância de seu papel para a realização da justiça, cuja ideia passa, também, pela maneira de julgar.
> 3. Ausente notícia de diligências de caráter sigiloso no Inquérito Judicial n. 6.308/2012, **não há razão para impedir o acesso aos**

autos da investigação, bem como para não permitir que o advogado da vítima extraia cópias de seu inteiro teor, para os fins que entender devidos.
4. Recurso especial provido para autorizar que o recorrente obtenha cópia dos autos do Inquérito Judicial n. 6.308/2012, nos exatos termos da Súmula Vinculante n. 14 do Supremo Tribunal Federal.
(**REsp n. 1.776.061/MT**, Rel. Ministro **Rogerio Schietti**, 6ª T., DJe 12/3/2019, grifei)

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. NEGATIVA DE ACESSO DA VÍTIMA AOS AUTOS DE INQUÉRITO POLICIAL EM CURSO. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.
1. A Súmula Vinculante nº 14 estabelece ser "direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa".
2. No caso em apreço **o recorrente, na condição de suposta vítima das ações delituosas investigadas, pretende obter acesso irrestrito aos autos do inquérito policial em curso, que tramita sob o manto do sigilo decretado pela autoridade policial responsável pelas investigações**.
3. A decretação de sigilo, mesmo em caso de inquérito, depende da apresentação de razões idôneas que a sustente, sob pena de se subverter o primado constitucional da ampla publicidade dos atos e decisões administrativas e judiciais, em que o segredo tem lugar apenas como exceção.
4. Esse entendimento é o que melhor se coaduna com o modelo democrático adotado pelo Constituinte de 1988, distanciando-se de sistemas inquisitoriais típicos de regimes autoritários, nos quais o investigado é mero objeto das ações de repressão do Estado.
5. Na hipótese examinada, não foram apresentadas justificativas plausíveis para a decretação do sigilo da investigação, uma vez que o segredo de justiça deve se restringir a medidas investigatórias em curso, a fim de evitar a frustração das diligências que estejam sendo adotadas para a apuração do delito ou para preservar a honra e a intimidade do investigado, situações não indicadas nos fundamentos da decisão impugnada, **devendo ser assegurado à suposta vítima, assim como ao próprio investigado - ambos legitimamente interessados nos rumos dos trabalhos desempenhados pela Polícia Judiciária e que, inclusive, poderão colaborar com as autoridades competentes na elucidação dos fatos investigados - amplo acesso aos elementos de prova já documentados**.
6. Recurso parcialmente provido para que o recorrente tenha acesso aos autos do Inquérito Policial n. 0008866-44.2009.4.03.6181, respeitados os limites delineados na Súmula Vinculante n. 14, do Supremo Tribunal Federal.
(**RMS n. 55.790/SP**, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, 5ª T., DJe 14/12/2018, destaquei)

V. O tratamento do tema sob a ótica dos Direitos Humanos e do controle de convencionalidade

Sob outra angulação – complementar, mas também determinante para a rematada análise do caso –, vejo como **danoso** ao sistema jurídico-criminal e à ordem constitucional vigente o **desapreço** do Estado Brasileiro **em acatar e incorporar às suas instituições protocolos e tratados internacionais de Direitos Humanos, e em adimplir, satisfatoriamente, sentenças proferidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos**.

Como pontuado por Eleonora Mesquita Ceia (A Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Desenvolvimento da Proteção dos Direitos Humanos no Brasil. *Revista EMERJ*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, p. 113-152, jan-fev-mar/2013, com meu destaque), uma das causas para a omissão ou falha no dever de responsabilizar violadores de direitos humanos no Brasil "é a **resistência dos agentes políticos nacionais de aplicar o direito internacional dos direitos humanos** no âmbito de suas respectivas competências, com base na soberania do País e na supremacia da Constituição".

Ressalto, nesse sentido, a recente e importante iniciativa do Conselho Nacional de Justiça ao editar a **Recomendação n. 123/2022**, cujo art. 1º, I, recomenda aos órgãos do Poder Judiciário brasileiro "a observância dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos em vigor no Brasil e **a utilização da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), bem como a necessidade de controle de convencionalidade das leis internas"**.

Com efeito, depreende-se do **Comentário Geral n. 36 do Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas** que os Estados devem revelar aos "familiares mais próximos da vítima **detalhes pertinentes sobre a investigação**, permitir-lhes que apresentem novos elementos de prova, reconhecer-lhes legitimidade processual nos inquéritos, e **prestar informação pública sobre as diligências de inquérito** efetuadas e das constatações, conclusões e

recomendações delas emanadas, com exceção da omissão dos elementos absolutamente necessários".

A seu turno, a Regra n. 35 do **Protocolo de Minnesota** – documento elaborado pelo **Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos** destinado à investigação de mortes potencialmente ilícitas – estabelece que a **participação dos membros da família** constitui elemento importante para uma investigação eficaz e que as **autoridades devem mantê-los informados sobre os rumos do procedimento investigativo:**

> Participación y protección de los familiares de la víctima durante la investigación
> **35. La participación de los miembros de la familia y otros parientes cercanos de la persona fallecida o desaparecida constituye un elemento importante en una investigación eficaz. El Estado debe permitir a todos los parientes cercanos participar de manera efectiva en la investigación, aunque sin poner en peligro su integridad.**
> Los familiares de una persona fallecida deben ser localizados e informados de la investigación y deben gozar de legitimación. Los mecanismos de investigación o las autoridades deberían mantenerlos informados del progreso de la investigación, durante todas sus fases, a su debido tiempo. Las autoridades investigadoras deben permitir a los familiares presentar sugerencias y argumentos en cuanto a qué medidas son necesarias en la investigación, proporcionar pruebas y defender sus intereses y derechos a lo largo del proceso. Se les debería comunicar cualquier audiencia pertinente a la investigación y permitirles asistir a ella, y se les debería proporcionar información pertinente a la investigación con antelación.
> Cuando sea necesario para garantizar que los familiares puedan participar eficazmente, las autoridades deberán pagar los servicios de un abogado para que los represente. En el caso de un niño (y cuando no hay ningún pariente), un adulto de confianza o tutor (que no puede estar relacionado con el fallecido o desaparecido) podrá representar sus intereses. En determinadas circunstancias —por ejemplo, cuando los familiares son los presuntos culpables— estos derechos pueden estar sujetos a restricciones, pero solo cuando sea estrictamente necesario, y en la medida en que se requiera, para garantizar la integridad de la investigación.

Acentuo, por oportuno, que a Corte IDH reconhece a autoridade do referido protocolo, como se infere do seguinte trecho extraído da sentença do caso Juan Humberto Sánchez vs. Honduras: "*En este sentido el Protocolo de Naciones*

Unidas para la Investigación Legal de las Ejecuciones Extrajudiciales, Arbitrarias y Sumarias o Protocolo de Minnesota ha sentado algunos lineamientos básicos para llevar a cabo las investigaciones correspondientes y determinar si las ejecuciones han sido extrajudiciales, sumarias y arbitrarias" (Corte IDH. Caso Juan Humberto Sánchez vs. Honduras. *Sentença de 7 de junho de 2003*. § 127).

Ainda no âmbito do sistema interamericano, por ocasião da análise do caso Cosme Genoveva e outros vs. Brasil, mais conhecido como **Favela Nova Brasília**, a Corte verificou que **o Estado brasileiro "não oferece nenhum marco legislativo que garanta a participação das partes na fase de investigação** pela polícia ou pelo Ministério Público" (Corte IDH. Caso Cosme Genoveva e outros vs. Brasil. *Sentença de 16 de fevereiro de 2017*. Série C, n. 333, § 329, grifei).

A esse respeito, asseverou-se, no parágrafo 238 da decisão, que "a vítima no processo penal brasileiro tem uma **posição secundária** e é tratada como mera testemunha, **carecendo de acesso à investigação**. A falta de disposição legal no ordenamento jurídico brasileiro impede a possibilidade de que as vítimas ou seus familiares participem ativamente da fase de investigação, limitando-as à fase judicial".

O **ponto resolutivo 19 da sentença de mérito** determinou que "o **Estado** deverá **adotar as medidas** legislativas ou de outra natureza necessárias para **permitir às vítimas de delitos ou a seus familiares participar de maneira formal e efetiva da investigação** de delitos conduzida pela polícia ou pelo Ministério Público".

No julgamento do caso **Villagrán Morales e outros vs. Guatemala**, a Corte IDH também em que registrou que as vítimas e seus familiares devem contar com amplas possibilidades de serem ouvidos e de atuar nos procedimentos "tanto em busca de esclarecimentos sobre os fatos e de castigo dos responsáveis, como em busca de uma devida reparação" (Corte IDH. Caso Villagrán Morales e outros vs. Guatemala. *Sentença de 19 de novembro de 1999*. § 227).

Em sentido similar, consignou-se no caso **Heliodoro Portugal vs.**

Panamá que "este Tribunal já se referiu ao direito a que faz jus a família da suposta vítima de saber o que aconteceu e quem foi o responsável pelos respectivos fatos. Os familiares das vítimas também têm direito, e o Estados a obrigação, de que o ocorrido seja efetivamente investigado pelas autoridades [...]" (Corte IDH. Caso Heliodoro Portugal vs. Panamá. *Sentença de 12 de agosto de 2008*. § 146).

A Corte IDH enfrentou, de forma **específica**, a controvérsia relativa ao direito do **ofendido** em ter acesso aos **autos da investigação** no julgamento do caso **Radilla Pacheco vs. México**, *in verbis*: "A Corte considera que, em casos como o presente, a **negativa de expedir cópias do expediente da investigação para as vítimas constitui uma carga desproporcional** em seu prejuízo, incompatível com o direito de participar da averiguação prévia" (Corte IDH. Caso Radilla Pacheco vs. México. *Sentença de 23 de novembro de 2009*. § 258, destaquei).

No tocante a essa matéria, assinalou-se que os Estados devem usar mecanismos menos lesivos ao direito de acesso à justiça para tutelar a difusão do conteúdo das investigações em curso e a integridade dos expedientes. Isso porque, "**em nenhum caso o sigilo pode ser invocado para impedir que a vítima tenha acesso ao expediente de uma causa penal**" (Corte IDH. Caso Radilla Pacheco vs. México. *Sentença de 23 de novembro de 2009.* § 252, grifei).

Cumpre rememorar que, quando existe uma **sentença internacional** ditada com caráter de coisa julgada em relação a um Estado que haja sido parte no caso submetido à jurisdição da Corte Interamericana, "**todos os seus órgãos**, incluídos seus juízes e órgãos vinculados à administração da justiça, **também estão submetidos ao tratado e à sentença desse Tribunal**, o qual os obriga a velar para que os efeitos das disposições da Convenção não se vejam diminuídos pela aplicação de normas contrárias a seu objeto e fim [...] É dizer, nesse caso, está presente a **coisa julgada internacional**, em razão da qual o Estado é obrigado a cumprir e a aplicar a sentença" (Corte IDH. Caso Gelman Vs. Uruguay. Supervisão de cumprimento de sentença. *Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 20 de março de 2013*).

VI. Resolução n. 253/2018 do Conselho Nacional de Justiça, alterada pela Resolução n. 386/2021

Com vistas a dar cumprimento à decisão da Corte IDH no caso Favela Nova Brasília, o Conselho Nacional de Justiça editou, em 9/4/2021, a Resolução n. 386, com vistas a aprimorar a Resolução n. 253, anteriormente publicada pelo mesmo órgão.

Estabelece o art. 2º da mencionada norma que os tribunais deverão instituir **Centros Especializados de Atenção às Vítimas**, aos quais incumbe, entre outras atribuições, "**fornecer informações sobre a tramitação de inquéritos** e processos judiciais que tenham por objeto a apuração de crime ou ato infracional, ou a reparação de dano decorrente de sua prática". A resolução ainda determina que, até a estruturação dos referidos Centros, "os tribunais deverão assegurar a prestação dos serviços previstos neste artigo por meio de outros canais de atendimento ao cidadão que já estejam em funcionamento, a exemplo das ouvidorias, dos plantões especializados e dos serviços de assistência multidisciplinar".

VII. O caso dos autos

Na hipótese *sub judice*, os familiares das duas vítimas fatais dos crimes perpetrados em 14/3/2018 pretendem o deferimento do acesso aos elementos de prova **já documentados** nos autos **do inquérito policial** que investiga o(s) mandante(s) dos homicídios.

Ressalto, por necessário, que as recorrentes **não pretendem a habilitação como assistentes de acusação no inquérito policial**, **tampouco buscam interferir nessa investigação**; o **objeto** deste recurso **cinge-se** ao a**cesso aos elementos de prova já documentados** no inquérito policial.

Trata-se de **observação sutil**, mas **relevante**, porquanto os poderes legalmente previstos para o assistente são distintos do direito ora pleiteado. Ademais, como bem observado pelo Tribunal *a quo, "*na fase de **investigação**, **não**

há habilitação de assistente, é o **entendimento majoritário da doutrina**" (fl. 103, grifei). Exemplificativamente: "Como o próprio nome indica, o assistente auxilia a acusação, logo, é pressuposto de sua intervenção a existência de uma acusação pública formalizada (denúncia). Assim, o pedido de habilitação como assistente somente pode ser feito após o recebimento da denúncia" (LOPES JUNIOR, Aury. *Direito Processual Penal.* São Paulo: Saraiva, 2022, fls. 647-648); "Não é possível a intervenção do assistente de acusação durante o inquérito policial. Somente durante a ação penal é que terá cabimento a intervenção do assistente, desde o início da ação penal (CPP, art. 268) até o trânsito em julgado da condenação (CPP, art. 269)" (BADARÓ, Gustavo Henrique. *Processo Penal.* São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, fl. 351).

A propósito, transcrevo os seguintes trechos das razões recursais, os quais **reforçam** que o pedido está **circunscrito** ao acesso da requerente aos autos da investigação policial (fls. 228-243, grifei):

> No entanto, **não se requereu acesso às diligências em curso na investigação**, mas somente àquelas já concluídas, e, em segundo lugar, **não se pediu o levantamento do sigilo** em geral da investigação, mas somente o acesso das Requerentes, por intermédio de seus procuradores, à investigação em vista de seus direitos de acesso à justiça e à informação. A garantia de acesso da assistência de acusação às diligências concluídas definitivamente não se confunde com a publicização das investigações
> [...]
> Em face de todos os argumentos acima expendidos, postulam as recorrentes:
> i) a concessão da medida liminar para deferir, desde já, **o acesso das Requerentes aos elementos de prova já documentados nos autos do referido inquérito policial e apensos**;
> ii) no mérito, seja o presente recurso ordinário conhecido e provido, para reformar o acórdão do egrégio Tribunal de Justiça, de modo que seja concedida a segurança para g**arantir o acesso aos elementos de prova já documentados nos autos do inquérito policial e apensos em que se busca identificar o(s) mandante(s)dos graves homicídios perpetrados**.

É de se obtemperar, ainda, que, **ao contrário do consignado pelo Tribunal de origem**, há **potencial conexão probatória** entre o **inquérito** que investiga o **autor mediato** do delito e o **processo** que apura a **autoria imediata** do crime – no qual, repito, as recorrentes já estão habilitadas como assistentes do

Parquet.

Mais que isso: todas as investigações diretamente relacionadas com as mortes de Marielle Franco e Anderson Gomes estão **visceralmente vinculadas entre si**.

Qual seria o prejuízo, indago, em permitir o acesso dos defensores dos familiares das vítimas aos autos do inquérito policial instaurado para apurar a autoria mediata e a motivação dos homicídios, se são eles os **principais interessados** na elucidação dos fatos?

Como já tive oportunidade de asserir no julgamento do Incidente de Deslocamento de Competência n. 24, **partilho do entendimento** de que esse assassinato foi cometido em razão **não apenas** da atividade da parlamentar em **defesa dos direitos humanos**, mas também por se tratar de pauta conduzida por uma **mulher**, vinda da **periferia**, **negra** e **bissexual**, ingredientes que, em uma cultura patriarcal, misógina, racista e preconceituosa, **potencializaram a reação de quem se sentia incomodado**, quer pelas denúncias feitas no exercício do mandato parlamentar da vereadora Marielle Franco, quer pela postura de uma mulher intimorata, que, representando as citadas minorias, arrostou milicianos e policiais envolvidos na reiterada e permanente violação dos direitos das pessoas que habitam as comunidades do Rio de Janeiro.

Naquela ocasião, concluí tratar-se de "um verdadeiro **feminicídio político** o assassinato de uma mulher que, nesta condição e como vereadora, lutava contra as desigualdades de gênero, de raça e classe". Na mesma esteira, sintetiza **Renata Souza** (*Marielle Franco é vítima de feminicídio político* - O Globo, edição de 13/9/2019): “O patriarcado deixou o legado de invisibilização das mulheres em vida e em morte. E não seria diferente com aquelas que ousaram e ousam estar na linha de frente da política, seja esta institucional ou não. O feminicídio político traz consigo uma das faces mais cruéis da vulnerabilidade da mulher na vida política”.

Tais reflexões **reforçam a necessidade de concessão da segurança ora vindicada.**

Passados **1.861 dias dos assassinatos**, parece-me não só **razoável**, mas **imperioso** que o Estado forneça respostas às recorrentes acerca do **andamento das investigações**.

No mesmo sentido, manifestou-se o Ministério Público Federal, da lavra do Paulo Eduardo Bueno (fls. 508-509, grifei):

> *In casu*, verifica-se direito líquido e certo das requerentes/assistentes de acusação, isso porque elas já se encontram habilitadas na ação penal n.º 0072026-61.2018.8.19.0001, que tramita sobre o mesmo crime de homicídio contra as vítimas de Marielle Franco e Anderson Gomes do inquérito policial em andamento, logo o acesso à investigação policial é mera decorrência lógica da ação penal, quando na qual já foi certificado o interesse e legitimidade das peticionantes para atuarem no feito.
> Nesse sentido, aplica-se cabalmente o verbete de súmula vinculante n.º 14, do Supremo Tribunal Federal: "É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa".
> Logo, **deve ser assegurado às recorrentes o acesso ao inquérito policial que investiga os mandantes do homicídio em questão, juntos aos documentos sigilosos que já estejam documentados**.
> Além disso, verifica-se a urgência do pleito, dado o longo período desde o cometimento do crime.
> Ante o exposto, o Ministério Público Federal manifesta-se pelo **provimento do recurso**.

Gizo, por fim, o parecer do Ministério Público estadual, lançado na origem pela Procuradora de Justiça Márcia Rodrigues de Oliveira Piñero (fls. 59-60, destaquei), em cuja conclusão aduz:

> [...]
> Destarte, todas as investigações relacionadas diretamente à ação penal em curso não podem ser objeto de fragmentação processual com restrições a direitos assegurados constitucionalmente, porque, repita-se, umbilicalmente vinculadas à referida ação penal.
> Do que foi exposto, o parecer é no sentido do conhecimento da presente ação de mandado de segurança e, no mérito, da procedência do pedido, com a **concessão parcial da segurança, a fim de que seja concedido às impetrantes o acesso à prova já documentada nos autos do Inquérito Policial n. 921.00266/2019 e seus apensos sigilosos, salvo investigações ainda em curso ou andamento**.

Assim, diante dessas considerações, **não se sustenta** o argumento usado pela instância ordinária para impedir o acesso do defensor das recorrentes aos elementos de prova já documentados na investigação policial.

VIII. Dispositivo

À vista do exposto, **dou provimento** ao Recurso em Mandado de Segurança para **garantir às peticionantes o acesso aos elementos de prova já documentados** nos autos do Inquérito Policial n. 921-00266/2019 e dos apensos, em observância aos limites estabelecidos pela Súmula Vinculante n. 14.

Em tempo, corrija-se a autuação para que conste o nome das recorrentes por extenso, uma vez que o segredo de justiça não abrange o anonimato das partes.

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 70.411 - RJ (2022/0402468-4)

VOTO-VOGAL

A EXMA. SRA. MINISTRA LAURITA VAZ:

Eminentes Pares,

Parabenizo o Ministro Rogério Schietti Cruz por seu alentado voto, o qual acompanho integralmente.

Não posso deixar de mencionar que, no ano de 2020, tive contato com o caso Marielle Franco e Anderson Gomes, na Terceira Seção, por ocasião do julgamento do Incidente de Deslocamento de Competência n.º 24/DF.

Naquela ocasião, destaquei que o caso é de altíssima complexidade e o crime está circundado de profissionalismo. À época conclui não existir sombra de descaso, desinteresse, desídia ou falta de condições pessoais ou materiais das instituições estaduais encarregadas de investigar, processar e punir os responsáveis pela grave violação a direitos humanos, motivo pelo qual julguei improcedente o pedido de federalização da demanda.

Observo, ainda, que passados cerca de três anos do julgamento do incidente de deslocamento de competência e cinco anos do crime, ainda não houve o julgamento dos executores, encontrando-se em curso a investigação quanto aos mandantes do crime.

O decurso do tempo, a meu sentir, faz ressair com mais clareza a legitimidade do pleito das famílias das Vítimas no caso concreto. Com efeito, entender que o direito de acesso aos elementos de prova documentados no inquérito policial se estende também às Vítimas e seus representantes é uma forma de dar concretude ao acesso à Justiça.

Com essas breves considerações, acompanho integralmente o eminente Relator e dou provimento ao recurso em mandado de segurança.

É o voto.

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
SEXTA TURMA

Número Registro: 2022/0402468-4 **PROCESSO ELETRÔNICO** **RMS 70.411 / RJ**
MATÉRIA CRIMINAL

Números Origem: 00168852120228190000 00720266120188190001 01654314920218190001
165431492021819000 1 168852120228190000 202214100834 720266120188190001

PAUTA: 18/04/2023 JULGADO: 18/04/2023
SEGREDO DE JUSTIÇA

Relator
Exmo. Sr. Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

Presidente da Sessão
Exma. Sra. Ministra LAURITA VAZ

Subprocuradora-Geral da República
Exma. Sra. Dra. LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN

Secretário
Bel. ELISEU AUGUSTO NUNES DE SANTANA

AUTUAÇÃO

RECORRENTE	:	M DA S
RECORRENTE	:	A A R
ADVOGADO	:	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RECORRENTE	:	M T A B
ADVOGADOS	:	GIANE ALVARES AMBRÓSIO ALVARES - SP218434 CAMILA GOMES DE LIMA - DF035185 LUCIANA CRISTINA FURQUIM PIVATO - DF059751 MARIA ISABEL MATOS TANCREDO - RJ225367
RECORRIDO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ASSUNTO: DIREITO PENAL - Crimes contra a vida - Homicídio Qualificado

SUSTENTAÇÃO ORAL

Dr. LUCIANA CRISTINA FURQUIM PIVATO, pela parte RECORRENTE: M T A B
Dr. PEDRO CARRIELLO, DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela parte RECORRENTE: M DA S e A A R
Dr. EDUARDO MORAIS MARTINS, pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Dra. LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN, SUBPROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia SEXTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Sexta Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso ordinário, nos termos do

voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Jesuíno Rissato (Desembargador Convocado do TJDFT) e Laurita Vaz votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Sebastião Reis Júnior.

ANEXO 29

Ministério da Segurança Pública

PORTARIA Nº 229, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a unificação e padronização das classificaçi de dados, definidos pelos entes federados, a serem impl fornecidos pelo Sistema Nacional de Informações d Pública, Prisionais e de Rastreabilidade de Armas e M Material Genético, de Digitais e de Drogas - Sinesp.

O MINISTRO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, bem como considerando a Classificação Internacional de Crimes para fins Estatísticos (ICCS) do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), resolve:

Art. 1º Unificar e padronizar as classificações e o envio de dados definidos pelos entes federados a serem implementados e fornecidos pelo Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas - Sinesp.

Art. 2º Para fins deste instrumento, considera-se o boletim de ocorrência policial ou congênere, registrado ou integrado por meio da plataforma de tecnologia da informação e comunicação do Sinesp, como fonte primária de coleta de dados e informações.

Art. 3º A comunicação de morte em boletins de ocorrências policiais ou congêneres, registrados ou integrados por meio da plataforma de tecnologia da informação e comunicação do Sinesp, deverá seguir a seguinte classificação:

I - Homicídio:

a) Morte de alguém em que há indício de crime ou sinal de agressão externa, exceto "Feminicídio", "Lesão Corporal Seguida de Morte", "Roubo Seguido de Morte (Latrocínio)" e crimes culposos;

b) Morte violenta provocada por acidente de trânsito, desde que haja dolo; e

c) Morte com indício de crime ou sinal de agressão externa qualificada como "encontro de ossada", "encontro de cadáver", "morte a esclarecer", "morte suspeita", "morte por causa desconhecida" e congêneres deverá ser classificada como Homicídio.

II - Feminicídio:

Homicídio praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, nos termos do art. 121, § 2º, VI do Código Penal.

III - Latrocínio:

Roubo seguido de morte onde se caracteriza a subtração de coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência, que tenha por resultado morte, nos termos do art. 157, § 3º, II do Código Penal;

IV - Lesão corporal seguida de morte:

Ofensa à integridade corporal de outrem que tenha por resultado a morte, nos termos do art. 129, § 3º do Código Penal;

V - Morte por intervenção de agente do Estado:

Morte por intervenção de agente de segurança pública, do sistema prisional ou de outros órgãos públicos no exercício da função policial, em serviço ou em razão dele, desde que a ação tenha sido praticada sob quaisquer das hipóteses de exclusão de ilicitude;

VI - Homicídio culposo:

Homicídio decorrente de negligência, imprudência ou imperícia em que o agente não quis nem assumiu o risco de produzir a morte da vítima, exceto quando ocorrido em circunstâncias de trânsito, nos termos do art. 302 do Código de Trânsito Brasileiro;

VII - Homicídio culposo de trânsito:

Homicídio decorrente de negligência, imprudência ou imperícia em que o agente não quis nem assumiu o risco de produzir a morte da vítima, desde que ocorrido em circunstâncias de trânsito, nos termos do

art. 302 do Código de Trânsito Brasileiro;

VIII - Morte a esclarecer sem indício de crime:

Morte sem indícios de crime ou sinal de agressão externa.

IX - Morte acidental:

Morte ocorrida em razão de negligência, imprudência ou imperícia em que o agente não quis nem assumiu o risco de produzir a sua própria morte;

X - Suicídio:

Morte provocada por ato intencional de matar a si mesmo.

Art. 4º Para fins deste instrumento, quando o agente for inimputável penalmente nos termos do art. 26 e 27 do Código Penal, deve ser feita a classificação com a natureza equivalente.

Art. 5º No que concerne às classificações de naturezas tratadas neste instrumento, os boletins de ocorrências policiais ou congêneres, registrados ou integrados por meio da plataforma de tecnologia da informação e comunicação do Sinesp, considerarão o lugar em que ocorreu a ação e não o local da morte, bem como permitirão a contabilidade dos totais de ocorrências, vítimas e supostos autores.

Art. 6º Por meio informatizado e automatizado, as Unidades da Federação deverão fornecer os dados e informações de boletins de ocorrências homologados pela autoridade policial e promover a atualização quando houver novas informações registradas em boletins já transmitidos, sempre seguindo modelo de tecnologia da informação e comunicação implementado no âmbito do sistema.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAUL JUNGMANN

Este texto não substitui o original publicado nos veículos oficiais (Diário Oficial da União - DOU e Boletim de Serviço - BS).

ANEXO 30

MIR participa de Seminário sobre Políticas Públicas para atenção às mães e demais familiares de vítimas de violência de Estado

A partir da escuta das mães, o evento reuniu insumos para a atuação do poder executivo federal e órgãos do sistema de justiça

Publicado em 12/06/2024 00h00 Atualizado em 13/06/2024 16h16



Foto: Divulgação

Nesta quarta-feira (12), se encerrou o Seminário "Políticas Públicas e o Atendimento a Familiares de Vítimas de Violência Letal do Estado", organizado pelo Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo em parceria com o Ministério da Igualdade Racial e o Ministério Público Federal. O evento ocorreu nos dias 10, 11 e 12 de junho, no Auditório do Ministério Público Federal, em São Paulo.

Com objetivo discutir sobre estratégias para o enfrentamento da violência policial, bem como qualificar as políticas públicas destinadas aos familiares e sobreviventes vítimas de violência policial, o seminário possibilitou espaço de escuta e diálogo entre famílias, movimentos sociais, órgãos do sistema de justiça e os ministérios da Igualdade Racial, Direitos Humanos e Cidadania, Desenvolvimento Social, Saúde e Justiça.

A Diretoria de Combate e Superação do Racismo, da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo (SEPAR), convidou representantes dos movimentos de mães de vítimas de violência de Estado, de diferentes regiões do país, a compor a programação do evento, a fim de construir instrumentos que aperfeiçoem os serviços de justiça, da atenção psicossocial e de segurança pública.

Através das mesas-redondas, da realização de uma oficina e plenária, nas quais as mães exerceram o papel de oradoras e debatedoras dcutivo federal e

pelos órgãos do sistema de justiça, como as defensorias e ministérios públicos.

O Diretor de Combate e Superação do Racismo, Luiz Paulo Bastos destacou a importância de debater a responsabilidade objetiva do Estado em relação à violência letal que afeta, sobretudo jovens negros, e causa danos irreparáveis a mães e familiares.
"O MIR tem avançado neste debate, em diálogo com a sociedade civil organizada, na construção do Programa de Atenção Psicossocial, sem perder de vista a necessidade de avanços no campo da reparação por meio de indenização pecuniária, o que vem sendo objeto de debate no parlamento.", afirmou.

A SEPAR vem atuando em medidas para qualificação da atenção psicossocial das mães e demais familiares de vítimas de violência de Estado, em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal Fluminense (UFF). O Seminário complementa esta atuação e amplia o diálogo acerca da importância do aprimoramento das políticas públicas voltadas aos cuidados das pessoas afetadas pela violência de Estado.

Veja as gravações da transmissão por meio do canal da EDEPE:

Dia 1: https://www.youtube.com/watch?v=zJ1YHE_ZlnA

Dia 2: https://www.youtube.com/watch?v=6bHSNCByyQo

Categoria

Justiça e Segurança

Tags: São Paulo

Compartilhe:

ANEXO 31

PJNV

Governo Federal anuncia mais de R$ 665 mi em investimentos no Plano Juventude Negra Viva

Recursos vêm de 18 ministérios para ações nas áreas de acesso à justiça e segurança pública, educação, saúde, cultura e meio ambiente, entre outras.

Publicado em 21/03/2024 08h00 Atualizado em 20/03/2024 19h53



Foto: Ricardo Stuckert/PR

O Ministério da Igualdade Racial e a Secretaria-Geral da Presidência da República lançaram nesta quinta-feira (21), o Plano Juventude de Negra Viva (PJNV), no Ginásio Regional da Ceilândia, no Distrito Federal. O PJNV é o maior pacote de políticas públicas para a juventude negra da história do país, com um investimento de mais de R$ 600 mi. O montante de investimento considerando ações que englobam a juventude negra, mas não são exclusivos para este público ultrapassa R$ 1,5 bilhão.O Plano tem por objetivo construir ações transversais para a redução da violência letal e outras vulnerabilidades sociais que afetam essa parcela da população. Construído com a participação de 18 ministérios, o PJNV terá ações nas áreas de segurança, educação, saúde, assistência social, esporte, meio ambiente entre outras.

Cada eixo possui metas específicas e ações transversais destinadas a promover mudanças estruturantes e duradouras na vida da juventude negra. No total, são 217 ações pactuadas, divididas nos 11 eixos e 43 metas.

Para a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, o programa busca deixar um legado de políticas para a juventude negra. "Trabalhar para que nossos jovens possam acessar direitos e viver em suas máximas potencialidades é um compromisso central do Ministério da Igualdade Racial e de todo governo federal. Para nós, a vida plena da juventude é inegociável, esse é um legado do qual não abriremos mão", disse.

Tendo a participação social e o princípio democrático como centro da sua construção, o Plano foi desenvolvido a partir da escuta com mais de 6

Para o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macêdo, promover o direito à vida da juventude negra é urgente. "O Governo do Presidente Lula tem o compromisso de respeito pleno à vida de todas as cidadãs e cidadãos brasileiros, como está na Constituição. E é urgente promover o direito integral e inviolável à vida da juventude negra. Este plano que articula 217 ações de 18 ministérios, coordenados pela Secretaria Geral e o Ministério da Igualdade Racial, é a demonstração que não desviaremos desta responsabilidade", afirmou.

O PJNV terá a duração de 12 anos e será renovado a cada quatro anos. Além disso, governadores estaduais poderão aderir ao Plano, firmando o compromisso com a juventude negra em seus territórios e colocando, assim, como localidades prioritárias para o governo federal executar as políticas nacionais para este público.

Os governadores dos estados do Amapá, Amazonas, Distrito Federal, Goiás e Piauí formalizaram, em ato simbólico, a adesão ao PJNV durante o lançamento do Plano.

Ações prioritárias —

1 – Projeto Nacional de Câmeras Corporais (Diretrizes, treinamento, capacitação)
2 - Criação do Pronasci Juventude: Bolsas de R$ 500 para jovens negros enquanto passam por cursos de capacitação profissional por 1 ano nos Institutos Federais (IFs)
3 - Política Nacional de Atenção Integral a Saúde de Adolescentes e Jovens: Todos os programas do Ministério da Saúde terão recorte de juventude negra. Programa específico sobre saúde mental.
4 – Bolsa de preparação para concursos da Administração Pública
5 – Criação de Equipamentos de Referência em Políticas para as Juventudes no âmbito do programa Estação Juventude, revitalização dos CEUs, da Cultura e instalação dos CONVIVE
6 – Promoção de intercâmbios entre países sul-sul: R$ 6 milhões de investimento em intercâmbios de professores e estudantes de licenciatura para África e América Latina
7 – Implementação do Pontão de Cultura com recorte específico para a juventude
8 – Internet em territórios periféricos, comunidades tradicionais e espaços públicos
9 – Formação de jovens esportistas nas periferias a partir dos Núcleos do programa Segundo Tempo -
10 – Crédito rural: com foco na produção de alimentos, agroecologia e sociobiodiversidade, com ênfase na ampliação da linha de crédito rural PRONAF Jovem.

Eixo 1 - Acesso à Justiça e à Segurança Pública

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 80% das mortes violentas de jovens entre 2016 e 2020 foram de jovens negros entre 15 e 19 anos. Ao tratar sobre o assunto, não se pode deixar de olhar para a sua formação sócio-histórica, marcada por um longo período de colonialismo e escravização de pessoas negras, por meio de um processo baseado em violência, controle social e racismo.

O Plano Juventude Negra Viva estabelece como metas para esse eixo:

Meta 1: Formar os profissionais de segurança pública

Meta 2: Qualificar informações sobre ilícitos perpetrados em virtude de cor e raça

Meta 3: Prevenir a violência contra a juventude negra

Meta 4: Promover a atuação qualificada e cidadã dos agentes de segurança pública

Eixo 2 - Promoção da Saúde

pânico, suicídio), somados à pandemia causada pela COVID-19, que intensificou o quadro de vulnerabilidades já existentes, sobretudo para a juventude negra. Neste tema, o PJNV estabelece as seguintes metas:

Meta 5: Qualificar os serviços de saúde para a população jovem negra

Meta 6: Implementar e ampliar as ações afirmativas no Sistema Único de Saúde

Meta 7: Difundir e aprimorar o acesso aos serviços de saúde

Meta 8: Fortalecer a atenção em saúde mental para a população jovem negra e seus familiares

Meta 9: Qualificar a produção de dados da saúde com base em critérios raciais

Eixo 3 - Geração de Trabalho, Emprego e Renda

Os jovens sem trabalho e sem estudo representam um total de 7,1 milhões de brasileiros. Desses, 60% são mulheres e 68% são negros. Assim, como metas para o eixo estão:

Meta 10: Qualificar a juventude negra para o mercado de trabalho

Meta 11: Garantir a dignidade nas relações de trabalho e combater o trabalho análogo à escravidão

Meta 12: Ampliar ações afirmativas para o ingresso de pessoas negras no serviço público federal e ocupação de cargos em comissão e funções de confiança

Meta 13: Fomentar o ingresso de pessoas negras na iniciativa privada

Meta 14: Ampliar e fortalecer a atuação da juventude negra na economia popular e solidária e afroempreendedorismo

Eixo 4 - Educação

Os problemas e soluções abordados pela sociedade civil nas Caravanas Participativas, apontam que a falta de acesso e dificuldades relacionadas à educação são uma grande preocupação.

Na área de Educação, as metas do PJNV englobam:

Meta 15: Aperfeiçoar políticas de ações afirmativas na educação para ampliar a participação da juventude negra na educação básica e ensino médio

Meta 16: Aperfeiçoar políticas de ações afirmativas na educação para ampliar a participação da juventude negra na educação superior e pós-graduação

Meta 17: Fomentar a implementação da Lei nº 10.639/2003 e nº11.645/2008

Meta 18: Fortalecer a Educação Quilombola

Eixo 5 - Cultura

Historicamente, os jovens negros têm menos oportunidades de acesso a atividades culturais consideradas oficiais (concertos de música clássica, espetáculos de dança, teatro, cinema, museus e bibliotecas). Ao mesmo tempo, há baixo investimento e desvalorização [illegible]; (ATLAS JUVENTUDES,

Meta 19: Estabelecer mecanismos de acesso à cultura para a juventude negra

Meta 20: Implementar e ampliar as ações afirmativas nas ações do Sistema MINC

Meta 21: Valorizar os bens culturais afrodiaspóricos e das comunidades detentoras

Eixo 6 - Ciência e Tecnologia

No âmbito da Ciência e Tecnologia foi chamada a atenção acerca do racismo algorítmico como refinamento dos mecanismos de opressão e violação de direitos da população negra.

Neste tema, o PJNV estabelece as metas a seguir:

Meta 22: Ampliar a conectividade da juventude negra

Meta 23: Incentivar a inserção de jovens negros na produção científica e tecnológica do país

Eixo 7 - Esporte

O Esporte é uma área estratégica para a redução de vulnerabilidades e promoção do desenvolvimento saudável da juventude negra. Por isso, as metas para este eixo são:

Meta 24: Ampliar a oferta de ações e estruturas para a prática esportiva em territórios vulneráveis para a juventude negra

Meta 25: Implementar e Ampliar as ações de enfrentamento ao racismo, às violências de gênero e inclusão nas práticas esportivas

Eixo 8 - Meio ambiente, garantia do direito à cidade e a valorização dos territórios

De acordo com o Estatuto da Juventude (Lei Federal nº 12.852/2013), todo jovem tem direito à qualidade de vida. Para isso, viver em um ambiente plural, ecologicamente equilibrado e protegido é fundamental. Integram as metas para este eixo:

Meta 26: Implementar ações de enfrentamento ao racismo ambiental e mudança do clima

Meta 27: Implementar e ampliar as ações afirmativas nas ações desenvolvidas na Política de Meio Ambiente

Meta 28: Incentivar a permanência nos territórios da juventude negra e a sucessão rural

Meta 29: Expandir e fortalecer a Educação no Campo

Meta 30: Ampliar o acesso a direitos nas periferias urbanas

Meta 31: Melhorar a qualidade de vida urbana, condições de habitabilidade e segurança da posse em periferias urbanas

Eixo 9 - Assistência Social

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) estabelece a efetivação da segurança de rendimento, autonomia, acolhida, convívio social, familiar e comunitário. Neste sentido, podemos afirmar que a juventude negra, é usuária e beneficiária da Assistência Social.

As metas para este atendimento são:

Meta 32: Ampli

Meta 34: Ampliar ações para a juventude negra no âmbito do Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho)

Eixo 10 - Segurança Alimentar e Nutricional

A insegurança alimentar vivenciada pela juventude negra é provocada por diversos fatores, sobretudo com a crise sanitária e social provocada pela COVID-19, desemprego e alta do preço dos produtos alimentícios.

Neste tema, o PJNV estabelece a seguinte meta:

Meta 35: Fortalecer a Segurança Alimentar e Nutricional para a juventude negra

Eixo 11 - Fortalecimento da Democracia

Por meio da realização das caravanas, a juventude negra apontou como necessária a criação de uma seção no plano que acolhesse as problemáticas e proposições sobre o fortalecimento da democracia para a instituição e desenvolvimento da categoria "juventude negra" enquanto política pública de Estado. Desse modo, acompanhe as metas estabelecidas:

Meta 36: Territorializar a atenção aos Direitos Humanos para a Juventude Negra

Meta 37: Expandir e aprimorar a rede de proteção de adolescentes e jovens

Meta 38: Reconhecer a Memória e garantir o Direito à Reparação das Vítimas da Violência Letal do Estado

Meta 39: Qualificar e humanizar a atenção ao socioeducando e egressos do sistema socioeducativo

Meta 40: Implementar e fortalecer as boas práticas antirracistas na gestão pública

Meta 41: Fortalecer a gestão das Políticas de Promoção da Igualdade Racial em todo território nacional por meio do Sistema Nacional de Promoção de Igualdade Racial

Meta 42: Institucionalizar, fortalecer e publicizar as políticas públicas para juventude em nível nacional e internacional e em articulação com estados e municípios, e ampliar canais de diálogo, representação e participação social da juventude

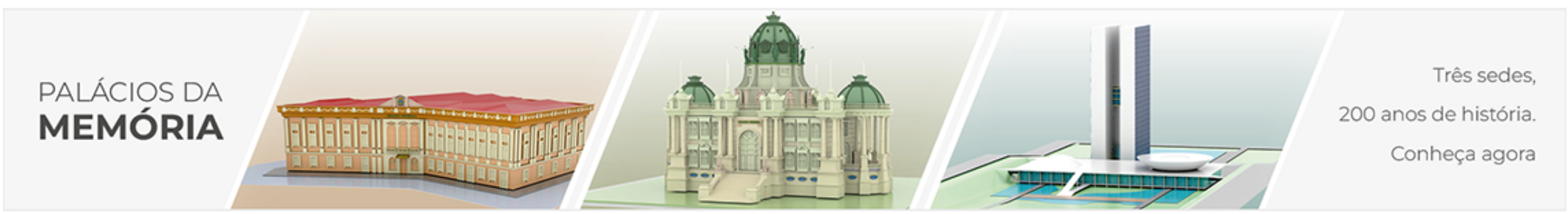
Meta 43: Promover a emancipação, qualificação, autonomia, cultura de paz e cultura democrática entre os jovens

Para ler o documento e saber mais sobre o Plano Juventude Negra Viva, clique aqui.
Categoria
Assistência Social

Compartilhe:

ANEXO 32

MENU DESTA SEÇÃO



Lei que atualiza Código Penal Militar é sancionada com vetos

Da Agência Senado | 21/09/2023, 11h24



Nova lei endurece algumas penalidades e compatibiliza CPM com a reforma do Código Penal, entre outras legislações

PH Freitas/Exército Brasileiro

Com dez itens vetados pelo governo, foi publicada no *Diário Oficial da União (DOU)* desta quinta-feira (21) a Lei 14.688, que altera o Código Penal Militar — CPM (Decreto-Lei 1.001, de 1969).

A nova lei — que compatibiliza o CPM com as reformas no Código Penal (Decreto-Lei 2.848, de 1940), com a Constituição Federal e com a Lei dos Crimes Hediondos — endurece algumas penalidades, como no caso de tráfico de drogas praticado por militares. A pena máxima agora será de 15 anos, enquanto anteriormente era de 5 anos. Além disso, o militar que se apresentar para o serviço sob o efeito de substância entorpecente poderá agora ser punido com reclusão de até 4 anos. Ainda, torna-se qualificado o roubo de armas e munições de uso restrito militar, ou pertencente a instituição militar, o que significa um aumento de um terço até a metade sobre a pena (4 a 15 anos de reclusão).

Diversos tipos penais do CPM passam por adequação legal para serem listados como crimes hediondos: homicídio qualificado, estupro, latrocínio, extorsão qualificada pela morte, extorsão mediante sequestro, epidemia com resultado morte e envenenamento com perigo extensivo com resultado morte.

A norma originou-se do PL 2.233/2022, proveniente da Câmara. O projeto de lei foi aprovado pelos senadores em Plenário em 22 de agosto, sob a relatoria de Hamilton Mourão (Republicanos-RS), que é general da reserva do Exército. O senador considerou a proposta conveniente e oportuna porque moderniza o Código Penal Militar enquanto evita "conteúdos controversos".

Vetos

O presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, justificou os dez vetos "pela inconstitucionalidade e contrariedade aos interesses públicos". Entre os itens vetados, está o que alterava o parágrafo 1º do artigo 9º do CPM, que trata dos crimes cometidos por militares "em tempo de paz".

De acordo com a justificativa de Alckmin, amparada em manifestação do Ministério da Justiça e Segurança Pública, há contrariedade ao interesse público "ao permitir a interpretação equivocada de que crimes dolosos contra a vida cometidos por militares contra civis constituem infrações penais militares, em vez de infrações penais comuns, cuja competência é do Tribunal do Júri". Para o governo, a medida aumentaria a insegurança jurídica em torno da atribuição da investigação desses delitos à Polícia Civil ou à Polícia Militar.

Violência doméstica

Alckmin também vetou o acréscimo do parágrafo 3º ao artigo 9º do CPM, que excetuava dessa lista de crimes militares "os delitos tipificados como crimes sexuais ou praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da legislação penal e especial vigentes, desde que praticados em lugar que não esteja sujeito à administração militar".

A interpretação governamental é de que o parágrafo é *a contrario sensu* ao definir que serão da competência da Justiça Militar esses crimes praticados em lugares sujeitos à administração militar e que, "em razão da sua sensibilidade e gravidade, merecem tratamento específico, a fim de potencializar o caráter preventivo e protetivo do atendimento às vítimas, inclusive com o estabelecimento de juízos especializados para processamento e julgamento das causas".

Arrependimento

Foi vetada a inserção do artigo 31-A que possibilitava a redução da pena de um terço a dois terços nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, desde que reparado o dano ou restituída a coisa até o recebimento da denúncia, por ato voluntário do agente.

Segundo Alckmin, admitir a figura do arrependimento posterior nos crimes militares de modo indiscriminado, "resultaria em estímulo negativo à manutenção da ordem e da dignidade das instituições militares, revelando-se incompatível com os princípios da hierarquia e da disciplina."

Meios violentos

Também não passou pelo crivo do presidente em exercício o parágrafo único ao artigo 42, que previa a exclusão de criminalidade quando um militar, na função de comando, usasse meios violentos contra os subalternos para a execução de serviços e manobras urgentes destinadas a salvar vidas.

A ampliação da excludente de ilicitude, de acordo com Alckmin, causaria insegurança jurídica em razão da diversidade de interpretações possíveis.

Crítica ao governo

Outro item que não passou foi a alteração ao artigo 166 do CPM, que deixaria de criminalizar a publicação pelo militar, sem licença, de ato ou documento oficial, ou por crítica a qualquer resolução do governo.

Para Alckmin, essa exclusão da punição aos militares que criticassem o governo "atenta contra os princípios constitucionais da hierarquia e da disciplina, e também contra as próprias instituições militares, haja vista que as Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e regulares, sob a autoridade suprema do Presidente da República".

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Proposições legislativas

PL 2233/2022

ANEXO 33



(/media/k2/items/cache/2d3601ba2b[illegible]61d1353d3a52d45329a5_XL.jpg)

25/10/2023

A reforma do Código Penal Militar marca o último dia do Simpósio “Justiça Militar em Transformação”

A tarde dessa terça-feira (24) foi marcada por debates sobre a aprovação do novo Código Penal Militar (CPM), pelo Congresso Nacional. Com dez itens vetados pelo governo, foi publicada, no Diário Oficial da União, no último dia 2, a Lei 14.688, que altera o CPM. A nova lei compatibiliza o CPM com as reformas no Código Penal (https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940-12-07;2848) comum, com a Constituição Federal e com a Lei dos Crimes Hediondos (https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990-07-25;8072).

O promotor de Justiça Militar Cícero Robson Coimbra falou sobre os oito vetos que o novo texto do CPM recebeu do Poder Executivo após a aprovação no Parlamento.

O palestrante falou sobe os principais vetos impostos ao texto legislativo. Coimbra elencou os vetos referentes às alterações do artigo 9º do CPM. Pelo texto reformado, o parágrafo 3º desse artigo considerava crime militar os crimes de violência doméstica cometidos dentro de local sujeito à Administração Militar, colocando fim a discussões sobre a competência da JMU nesses casos.

Porém, com o veto, a resolução desses processos continuará seguindo a jurisprudência e não o critério objetivo da lei. A alteração do parágrafo 1º do mesmo artigo, que trata da competência de julgamento dos crimes dolosos contra a vida também sofreu veto. Segundo Coimbra, o novo texto trazia “uma pretensa ratificação do crime doloso contra a vida de civis como crime militar”, o que foi rejeitado pelo Poder Executivo, reafirmando, então, que esse é um crime de competência da Justiça Comum.

O promotor ainda elencou o veto à alteração do artigo 102, que equiparava a perda de graduação de Praça à perda do Posto e Patente do Oficial. Com o veto, continua para os Praças a exclusão das Forças Armadas.

No final da tarde, o mesmo tema voltou a ser debatido na Mesa Redonda formada pelo corregedor-geral da Justiça Militar de São Paulo, Ênio Luiz Rossetto; e pelos juízes federais da JMU Wendell Petrachim e Luiz Octávio Neto. Os debatedores discutiram as implicações das alterações do CPM na Justiça Militar. Os expositores elencaram algumas modificações impostas ao texto da lei que trariam impactos mais significativos no dia a dia dos julgamentos e na vida dos jurisdicionados.

Atividades da manhã

O primeiro período do dia teve início com a palestra sobre Cooperação Judiciária e Segurança Institucional proferida pelo juiz auxiliar do STF e corregedor TJRS, Mário Augusto Guerreiro.

Em sua fala, o palestrante traçou a história da cooperação judiciária no Brasil, que se inspirou na experiência da União Europeia, que já precisava desse tipo de trabalho conjunto por conta da mobilidade entre os diversos países. No Brasil, em 2011, o Conselho Nacional de Justiça recomendou o trabalho cooperativo com a criação de Núcleos de Cooperação e a Rede Nacional de Cooperação Judiciária. A atuação cooperativa foi reafirmada pelo novo Código de Processo Civil, que trouxe a obrigação de cooperação recíproca entre todos os órgãos do Poder Judiciário, em qualquer ato processual, sem que haja a necessidade de uma forma específica, conforme os artigos 67, 68 e 69.

Guerreiro explicou ainda que o CNJ e o STF editaram Resoluções que ampliaram a cooperação para a área administrativa, além da área judicial. Os normativos ainda estabeleceram que a cooperação pode ser também entre órgãos de outros Poderes, como órgãos previdenciários e de segurança pública, por exemplo, buscando sempre o cumprimento da missão do Judiciário. O palestrante exemplificou as possibilidades de cooperação nas áreas administrativa, de informação, de tecnologia, de segurança e de inteligência, como essenciais para a racionalidade de recursos e de tempo, além da possibilidade de salvaguardar o conhecimento para que magistrados possam exercer suas decisões com segurança.

Em seguida, houve uma mesa redonda que reuniu especialistas que debateram a utilização da inteligência artificial nos tribunais superiores e suas implicações. Segundo eles, a IA tem o poder de auxiliar o trabalho desenvolvido nos Tribunais, mas é o corpo de integrantes que determinará os rumos dos processos e julgamentos.




Implicações das
alterações do CPM na
Justiça Militar

ANEXO 34

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
Diretoria de Defesa dos Direitos Humanos
Coordenação-Geral de Segurança Pública e Direitos Humanos

NOTA TÉCNICA Nº 31/2024/CGSP/DDH/SNDH/MDHC

INTERESSADO(S): Assessoria Especial de Assuntos Internacionais.

1. ASSUNTO

1.1. A presente Nota Técnica versa sobre a competência do processo e julgamento para o Tribunal do Júri, portanto, justiça comum, dos crimes praticados por militares, de serviço ou fora dele, quando dolosos contra a vida praticados contra civil em atenção ao Ofício Nº 24/2024/CGINT/AI/MDHC (4054660).

2. REFERÊNCIAS

2.1. ANISTIA INTERNACIONAL BRASIL. **Mortes na favela do Pavão-Pavãozinho devem ser totalmente esclarecidas e autores responsabilizados**. Disponível em: https://anistia.org.br/noticias/mortes-na-favela-pavao-pavaozinho-devem-ser-totalmente-esclarecidas-e-autores-responsabilizados.

2.2. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** . Arts. 144 e 125.

2.3. BRASIL. Decreto-lei nº2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal Brasileiro**. Arts. 282, 304, 308.

2.4. BRASIL. **Decreto-lei nº 1.001**, de 21 de outubro de 1969. **Código Penal Militar**.

2.5. BRASIL. Pacto **Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, Decreto nº 592, De 6 de Julho de 1992. Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm.

2.6. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório Justiça em Números**. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs_cnj/resolucao/rescnj_76anexobii.pdf>; <http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/relatorio_jn2013.pdf.

2.7. CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Herzog e outros vs. Brasil**. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 15 de março de 2018.

2.8. DEUTSCHE, Welle. **Em São Paulo, crianças e adolescentes na mira da polícia**, 21 de junho de 2019.

2.9. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Renato Sérgio de Lima. Samira Bueno.Thandara Santos. **Opinião dos Policiais Brasileiros sobre Reformas e Modernização da Segurança Pública**. 2014.

2.10. HUMAN RIGHTS WATCH. **Relatório Força Letal Violência e Segurança Pública no Rio de Janeiro e em São Paulo.** 2009.

2.11. HUMAN RIGHTS WATCH. **Relatório Mundial 2014: Brasil.** Disponível em: http://www.hrw.org/sites/default/files/related_material/brazil_po.pdf.

2.12. MAPA DA VIOLÊNCIA. **Homicídios e Juventude no Brasil**. 2013.

2.13. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Caso 11.820. Relatório n° 4/03, 20 de fevereiro de 2003.**

2.14. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Relatório de Admissibilidade n° 72/08** . 2008.

2.15. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Relatório sobre Segurança Cidadã e Direitos Humanos** . 2009.

2.16. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos no Brasil.** 2021.

2.17. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados**. Assembleia Geral, 1992. Acesso em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica externa/ DecProtTodPesDesFor.html.

2.18. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolution 1994/67, Civil Defence Forces Assembleia Geral, 1994**. Acesso em: http://www.refworld.org/pdfid/3d5a2ce27.pdf .

2.19. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolution 61/384**, **Assembleia Geral, 1994**. Acesso em: http://www.refworld.org/pdfid/3d5a2ce27.pdf .

2.20. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Working Group on Arbitrary Detention: Mission to Brazil.** Acesso em: http://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G14/065/53/pdf/G1406553.pdf?

2.21. SILVEIRAO, Peterson Rodrigo Brandão. **O Alferes**, Belo Horizonte, n. 17 (54), p. 91-95, jul./dez. 2002.

3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. O Ofício nº 24/2024/CGINT/AI/MDHC (4054660) faz referência às recomendações emitidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) no Relatório de Mérito nº 40/03, de 8 de outubro de 2003, a respeito do Caso 10.301 (Parque São Lucas) e na Nota da CIDH, datada de 1° de agosto de 2023, onde ela detalha as indagações para análise de cumprimento de recomendações, abaixo elencadas:

> 1. Que adote as medidas legislativas necessárias para transferir para a justiça penal comum a competência para o julgamento dos crimes comuns cometidos pelos policiais militares;
>
> 2. Que se desative as solitárias (celas fortes);
>
> 3. Que puna, de acordo com a gravidade dos crimes cometidos, os policiais civis e militares envolvidos nos fatos que são motivo do caso sub judice;
>
> 4. Que, nos casos em que ainda não tenha feito, pague uma indenização compensatória justa e adequada aos familiares das vítimas pelos danos causados em consequência do descumprimento das referidas disposições.

3.2. Diante de tais recomendações, esta Coordenação-Geral de Segurança Pública e Direitos Humanos (CGSPDH) foi demandada no Ofício nº 24/2024/CGINT/AI/MDHC (4054660) a elaborar Nota Técnica para se posicionar acerca do cumprimento da recomendação da CIDH diante da competência judicial para julgamento de crimes comuns cometidos por policiais militares.

3.3. Nos termos do § 4º do artigo 125 da Constituição Federal, seguido pela legislação processual penal e processual penal militar vigentes no país, a Justiça Militar julga os crimes militares definidos em lei no Código Penal Militar. Outrossim, foi demandada a indicação de quais dispositivos deveriam ser alterados para dar cumprimento ao ponto elencado pela CIDH, bem como indicar a existência de algum Projeto de Lei em tramitação que atenda o que foi solicitado pela CIDH ou articular a propositura de algum PL para que o ponto seja contemplado.

3.4. Nesse contexto, a presente Nota Técnica se divide nas seguintes partes: (1) análise sobre a Justiça Militar no Brasil e panorama internacional sobre o tema; (2) a vigência da Lei nº 9.299/1996 (Altera dispositivos dos Decretos-leis n° s 1.001 e 1.002, de 21 de outubro de 1969, Códigos Penal Militar

e de Processo Penal Militar, respectivamente) enquanto medida de cumprimento; e (3) precedentes do Sistema Interamericano sobre a matéria.

4. ANÁLISE

4.1. A população brasileira viveu sob um regime ditatorial militar entre os anos de 1964 e 1985, período em que os Direitos Humanos foram violados em larga escala e de maneira sistemática. Contudo, mesmo após a redemocratização do país, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, pautada pelo princípio da dignidade humana, garantindo textualmente os direitos fundamentais aos cidadãos, o que se constata é que a ditadura civil-militar deixou como legado uma permanente situação de reprodução da violência pelo Estado, que se manifesta, por exemplo, na prática de tortura por profissionais de segurança pública e nas numerosas execuções sumárias perpetradas por esses atores.

4.2. Sobre este aspecto, a CIDH, em seu Relatório sobre a Situação de Direitos Humanos no Brasil (2021), afirmou que tem se pronunciado contra a militarização das forças de segurança, bem como sua privatização. Ela lembra que "a natureza da instituição militar é substancialmente diferente em termos dos propósitos para os quais foram destinadas assim como quanto à sua formação e preparação e que esse tipo de segurança carece de treinamento adequado para controlar os problemas vinculados com segurança cidadã".

4.3. No mesmo sentido, a CIDH compreende que altos níveis de violência contra as pessoas resultam em instabilidade à governabilidade democrática e à vigência do Estado Democrático de Direito, que consequentemente se traduz nos baixos índices de confiança que a população manifesta possuir com relação ao governo, ao parlamento, à polícia e ao sistema judicial. Essa informação é comprovada com o dado apontado de que, na região das Américas, em especial na América Latina e Caribe, apenas 37% da população manifestou possuir confiança na polícia (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS; 2009, § 31), o que pode ser atribuído, em grande parte, à corrupção e à impunidade presente em vários países da região, como o Brasil (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS; 2021).

4.4. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2022) constatou que, em 16 unidades da Federação, inclusive o Distrito Federal, houve um aumento na letalidade policial no primeiro semestre de 2022, em relação ao mesmo período de 2021. A violência segue crescendo a despeito do aumento dos recursos orçamentários disponibilizados para a política de segurança pública.

4.5. Nos últimos anos, vê-se no Brasil que a política pública operacionalizada pelos entes subnacionais, em sua maioria, tem centrado seus esforços na ideia única de “combate ao crime”, a partir da estratégia de confronto com o crime organizado, facções criminosas, milícias, etc., afastando-se, cada vez mais, da sua missão constitucional de assegurar a segurança do cidadão por meio do policiamento ostensivo, e da lógica de que toda política pública ampla, de dimensão nacional, deve ser pensada, implementada, monitorada em rede, a partir do comprometimento de vários órgãos da União, das unidades da federação e dos municípios.

4.6. É certo que a política de segurança pública se faz com investimento no planejamento de ações e operações repressivas mais ou menos sofisticadas. No entanto, são muitos os estudos que mencionam que a política de segurança na sua formulação atual, longe de criar um ambiente seguro para a população brasileira, tem apontado para um aumento da truculência e da letalidade policial.

4.7. Trata-se de um crescimento de homicídios de brasileiros entre 18 e 25 anos, sobretudo de pessoas negras. Não obstante a “política de guerra ao crime” e o grande volume de recursos orçamentários disponibilizados, é fato que as atividades criminalizadas adquirem cada vez mais sofisticação e organização.

4.8. De acordo com estudo da Fundação das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o número de crianças e adolescentes mortos em São Paulo entre 2014 e 2018 em decorrência de ação policial, chegou a superar o número de mortos em outras circunstâncias (homicídios, latrocínio, acidentes de trânsito, suicídio, feminicídio e lesão corporal seguida de morte). Foram 580 mortes em decorrência de ação policial, contra 527 das demais mortes. Nota-se que os números de mortes não decorrentes de ação policial sofreram uma queda de 50% no período assinalado, o que, na análise da CIDH, tende a indicar que a elevada mortandade de crianças e adolescentes ocorreu por conta da ação policial (DEUTSCHE,

2019).

4.9. A não responsabilização por esses fatos, violadora dos direitos humanos, tem sido condenada tanto pela CIDH quanto pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), uma vez que ocasiona a repetição crônica das violações e coloca as vítimas e seus familiares em uma situação de completa falta de defesa e impotência. Portanto, para os órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, a adequada e eficaz administração da justiça pelo Poder Judiciário e pelas entidades disciplinadoras, como as policias, desempenha um papel fundamental no que diz respeito à reparação do dano causado às vítimas e à diminuição do risco e alcance do fenômeno (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS; 2009, § 36).

4.10. Nesse contexto de alarmante nível de letalidade e violência, torna-se urgente a necessidade de mudanças estruturais, que incluam o aumento da transparência e a aplicação de um controle externo efetivo das atividades policiais, bem como questionamentos acerca da sua desmilitarização.

4.11. Em uma pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisas Jurídicas Aplicadas (CPJA), da Escola de Direito da FGV em São Paulo e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), do Ministério da Justiça, 45,7 % dos próprios policiais militares brasileiros se manifestaram em total concordância com o fim da justiça militar para as polícias militares, bem como 63,5% declaram que também concordavam totalmente para que o foco de trabalho das polícias militares fosse reorientado para proteção dos direitos de cidadania (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2014).

4.12. Em âmbito internacional global, a Declaração das Nações Unidas sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados, do qual o Estado brasileiro é signatário, foi o primeiro instrumento internacional er disposições específicas sobre o julgamento de violadores dos direitos humanos sob a jurisdição militar, ainda que o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, que em seu artigo 14 já sustentava o direito a uma audiência justa e pública por um tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido por lei. No artigo 16 da Declaração das Nações Unidas sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados consta que o responsável por ato de desaparecimento forçado "(...) só pode ser julgado pelos tribunais ordinários competentes de cada Estado, e não por qualquer outro tribunal especial, em particular tribunais militares" (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1992). Esse entendimento foi reforçado pelo Comitê das Nações Unidas de Desaparecimentos Forçados em seu relatório sobre o Brasil, em 2021.

4.13. Nesse sentido, a ONU mediante trabalhos da antiga Comissão de Direitos Humanos (atual Conselho de Direitos Humanos) e sua Subcomissão para a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos aprovaram diversas resoluções exortando os Estados-membros a excluir graves violações de direitos humanos da jurisdição militar tribunais, como foi o caso da Resolução 1989/32 da Comissão de Direitos Humanos, que recomenda que os Estados devam aplicar os princípios constantes do então projeto da Declaração Universal sobre a Independência da Justiça, hoje mundialmente conhecida como Declaração de Singhvi, que em seu Princípio 5 prevê, expressamente, que a competência do tribunal militar deve ser limitada aos crimes militares.

4.14. Da mesma forma, a Resolução 1994/67, também expedida pela antiga Comissão de Direitos Humanos, intitulada “Forças de Defesa Civil” (Resolution 1994/67, *Civil Defence Forces*) recomenda em seu segundo parágrafo que sempre que “as forças armadas de defesa civil são criadas”, os governos devem assegurar que sua legislação interna especifique que as “infrações envolvendo violações de direitos humanos por parte de tais forças estarão sujeitos à jurisdição dos tribunais civis” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1994).

4.15. Ainda no ano de 1994, a Resolução 1994/39, em seu parágrafo 21, da Comissão de Direitos Humanos, observou a recomendação feita pelo Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados que indicava o julgamento por tribunais civis de supostos autores de desaparecimentos forçados. Sendo que nos anos posteriores, a Sub-Comissão, nas Resoluções 1998/3 e 1999/3, pediu aos governos "para garantir que os crimes cometidos contra defensores dos direitos humanos não ficassem impunes, para permitir e facilitar todas as investigações necessárias e para garantir o julgamento por um

tribunal civil e punição dos responsáveis".

4.16. O assunto ganhou mais força com a aprovação da Declaração das Nações Unidas sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra Desaparecimentos Forçados que traz em seu artigo 16, a limitação da justiça militar; com os Princípios para a Proteção e Promoção dos Direitos Humanos através da Ação de Combater a Impunidade, tratando esta matéria em seu artigo 29; e com o relatório apresentado pelo Relator Especial da Sub-Comissão de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos, Emmanuel Decaux, em 2006 que tratou especificamente da questão da administração da justiça por meio de tribunais militares, a partir do resultado de estudos iniciados pela Sub-Comissão em 2000.

4.17. Apesar de tais instrumentos trazerem esse debate para o âmbito do Sistema Global de Proteção dos Direitos Humanos, a história recente fornece vários exemplos de didaturas militares que têm usado os tribunais militares como um instrumento para vitimar sua própria população e se autoconceder anistias para evitar a responsabilidade por suas ações (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1994).

4.18. No Brasil, esta realidade também se faz presente, primeiro, pelo longo período de ditadura civil-militar, com consequências vividas até hoje e reconhecidas pela ONU, que, em julho de 2014, ao fazer uma visita ao Brasil, através do seu Conselho de Direitos Humanos, via Report of the Working Group on Arbitrary Detention - Mission Brazil, expediu uma recomendação ao país para que detivesse "especial atenção à reforma da jurisdição militar e a reorganização da polícia, tanto a nível federal e estadual, incluindo os militares e os civis, e fortalecer a polícia comunitária" (policia comunitária) e a polícia de proximidade, a fim de que violações de direitos humanos sejam prevenidas.

4.19. No Estado brasileiro existem duas justiças militares paralelas: em âmbito federal, temos a Justiça Militar da União, disposta do art. 122 ao 124 da CRFB**/**88 e regida pela Lei n. 8.457 **/**1992. Em âmbito estadual, temos a Justiça Militar Estadual, que pode ser criada pela lei estadual no respectivo estado federado ou no Distrito Federal, por proposta do Tribunal de Justiça, sendo constituída, em primeira instância, pelos juízes de direito do Juízo Militar e pelos Conselhos de Justiça, que atuam nas auditorias militares e, em segunda instância, pelo próprio Tribunal de Justiça ou pelo Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que os efetivos da polícia tenham mais de vinte mil membros.

4.20. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2016, o índice de produtividade de magistrados do Superior Tribunal Militar (STM) foi de 72, enquanto no STF a taxa foi de 7.816. A quantidade de novos casos no ano também é discrepante: 89.959 no STF, contra 843 na instância superior castrense. Em 2013, o CNJ informou que o custo médio de cada processo na Justiça Militar da União é mais alto que o custo do processo na Justiça Federal.

4.21. Ademais, as justiças militares, estadual e federal são também regidas por Códigos elaborados em 1969 (Código Penal Militar – CPM e Código de Processo Penal Militar - CPPM), quando o Brasil estava governado por uma Junta Militar. Destaca-se que a própria Constituição brasileira, embora avançada na defesa e garantia de direitos, legitimou mecanismos para não tornar esses direitos plenamente efetivos, ao manter a estrutura militar na segurança pública, e o foro privativo para o julgamento de crimes comuns cometidos por policiais militares no exercício de suas funções. Sobre isso, a CIDH apontou que esses tribunais tendem a ser "indulgentes com os policiais acusados de abusos dos direitos humanos e de outras ofensas criminais, o que facilita que os culpados fiquem na impunidade", colaborando para a perpetração da violência por parte da corporação policial militar.

4.22. A CIDH já evidenciou que a legislação brasileira não oferece o devido processo judicial para investigar efetivamente supostas violações dos direitos humanos cometidas pelos militares, recomendando ao Estado a atribuição à justiça comum de competência para julgar todos os crimes cometidos por membros das polícias militares estaduais (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2021).

4.23. Em 2013, a Procuradoria-Geral da República (PGR) ingressou com a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 289 perante o Supremo Tribunal Federal (STF), ainda não julgada, em que pede o fim da competência da Justiça Militar para julgar civis em tempo de paz, requerendo que esses crimes sejam submetidos a julgamento pela Justiça comum, federal ou estadual.

4.24. Uma pesquisa feita com 21.101 policiais militares, civis, federais, rodoviários federais, bombeiros e peritos criminais de todos os Estados do Brasil, realizada pelo Centro de Pesquisas Jurídicas Aplicadas (CPJA), da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e o Ministério da Justiça, identificou que:

> a) No tópico relativo às formas de desmilitarização da polícia, 45,7 % dos próprios policiais militares brasileiros se manifestaram em total concordância com o fim da justiça militar para as polícias militares, bem como 63,5% declaram que também concordavam totalmente para que o foco de trabalho das polícias militares fosse reorientado para proteção dos direitos de cidadania.
>
> b) A respeito da hierarquia e disciplina nas polícias, 77,2 % dos policiais se posicionaram em discordância do fato das polícias militares e os corpos de bombeiros militares serem subordinados ao Exército, como forças auxiliares, e serem organizados de modo semelhante, e 58,3% afirmaram concordar que a hierarquia nas polícias e demais forças de segurança provocam desrespeito e injustiças profissionais.
>
> c) Acerca dos fatores que compõem as dificuldades de trabalho das polícias, 70,3 % dos policiais declaram ser a corrupção nas polícias um fator muito importante, e 41, 8 % manifestaram ser um fator importante a falta de controle interno sobre a atividade policial (Corregedorias e órgãos similares), bem como 36,5% dos policiais afirmaram ser um fator de dificuldade a falta de controle externo sobre a atividade policial (Ministério Público, ouvidorias e órgãos similares).

4.25. Acerca dos procedimentos contemporâneos adotatos pela Jutiça Militar no Brasil, tem-se a reportar que ela é regida por um regime jurídico próprio, como ja mencionado, por Códigos elaborados em 1969 (Código Penal Militar – CPM e Código de Processo Penal Militar - CPPM). Desde a edição das legislações, a principal mudança ocorreu com o advento da Lei nº 9.299/1996, que transferiu para a competência de processamento e julgamento para o Tribunal do Júri - portanto, justiça comum - dos crimes praticados por militares, em serviço ou fora dele, quando dolosos contra a vida e praticados contra civil, e, mais recentemente, com a Lei nº 14.688/2023, que trouxe expressivas alterações acerca da responsabilidade criminal dos agentes de segurança pública. Trata-se de uma grande atualização legislativa sobre o Código Penal Militar (CPM) no Brasil desde sua edição em 1969.

4.26. Sobre a Lei nº 9.299/1996 e §4º do artigo 125 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que é objeto da demanda do Ofício nº 24/2024/CGINT/AI/MDHC (4054660), tem-se a informar que seu teor foi referendado pelo STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 1.494.

4.27. O que resta indagar é se a Lei nº 9.299/1996 trouxe efetivamente imparcialidade e transparência nos julgamentos realizados pelo Tribunal do Júri, tendo em vista os casos em tramitação na Corte IDH, que versam sobre crimes dolosos contra a vida praticados por militares, sem a devido julgamento ou com deslinde de absolvição criminal de policiais.

4.28. É necessário esclarecer que o deslocamento de competência ao Tribunal do Júri, previsto no §4º do art. 125 da CF/1988, apenas ocorreu em relação à Justiça Militar dos Estados e Distrito Federal, não tendo lugar quando o delito militar doloso contra a vida de civil for praticado por membros das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica). Isto porque a competência constitucional da Justiça Militar da União está delimitada no art. 124 da CF, não alterado pelo constituinte reformador durante a reforma do judiciário. Tal exclusão permanece, mesmo com a reforma recente com a Lei nº 14.688/2023.

4.29. A Lei nº 13.491/2017, que alterou o Decreto-Lei nº 1.001/1969 – Código Penal Militar (CPM), trouxe modificação no art. 9º, §2º, do CPM, e previu expressamente que os crimes dolosos contra a vida de civis cometidos por militares das Forças Armadas passarão a ser da competência da Justiça Militar da União, se praticados no contexto fático de uma das situações descritas em seus incisos, e não mais da Justiça Comum Federal. Esse mesmo artigo (art. 9º do CPM) define (ou conceitua) o crime militar

(próprio e impróprio), em tempo de paz. A Lei nº 13.491/2017 trouxe, ainda, um novo inciso II, ao art. 9º, do CPM, ao definir que o crime militar passa a abranger também infrações penais capituladas apenas na legislação penal comum, isto é, sem qualquer previsão correspondente no Código Penal Militar. Houve, assim, uma evidente modificação para a ampliação do conceito de crime militar.

4.30. Desta forma, passam a ser militares delitos que antes não eram assim definidos, como os de tortura, abuso de autoridade, associação em organização criminosa, entre outros. Essa nova definição (mais precisamente, ampliação) de crime militar implica em mudança da competência para julgá-lo, passando a ser da Justiça Militar estadual, e não mais da Justiça comum estadual. As investigações destes delitos também ficariam a cabo da Polícia Judiciária Militar Estadual, e não mais da Polícia Civil dos estados. Em resumo: o militar estadual (Polícia Militar e Bombeiros) em serviço, ou em razão de sua função, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar, que cometer crimes de tortura ou de abuso de autoridade contra civil, ou qualquer outro delito definido na legislação penal (Código Penal ou Legislação Penal Especial), será processado e julgado pela Justiça Militar estadual, e não pela Justiça comum estadual. A Lei nº 13.491/2017 foi objeto da ADI nº 5901, não julgada pelo Supremo Tribunal Federal.

4.31. Além da eficácia da Lei nº 9.299/1996 desvendada pelos casos brasileiros em tramitação da Corte IDH, o debate que se vê da Lei nº 13.491/2017 versa sobre o conteúdo dos crimes militares *vs.* o conteúdo dos crimes de violações de direitos humanos, amplamente descritos nos tratados internacionais dos quais o Estado brasileiro é parte, sendo vedado seu julgamento pela Justiça especializada, no caso a Justiça Militar.

4.32. Passando para discussão do tema no Sistema Interamericano de Direitos Humanos, tem-se a registrar que a CIDH, desde 1997, recomenda ao Estado brasileiro a atribuição à Justiça comum de competência para julgar todos os crimes cometidos por membros das polícias militares estaduais, vez que, no Brasil, os tribunais militares tendem a ser indulgentes com os policiais militares acusados de violações a direitos humanos e de outros crimes, o que facilita que os acusados fiquem sem responsabilização por suas condutas, tendo, inclusive. realizado uma audiência temática sobre a matéria em 2022.

4.33. No relatório de admissibilidade do Caso Eldorado dos Carajás, a CIDH concluiu que a legislação brasileira não oferece o devido processo judicial para investigar efetivamente supostas violações dos direitos humanos cometidas pela Polícia Milita. Logo, não é obrigatório que sejam esgotados os recursos internos, pois, ainda que exista formalmente no Brasil um recurso para investigar violações aos Direitos Humanos cometidas por policiais militares, a competência que a legislação brasileira atribui à própria Polícia Militar para investigar tais violações ocasiona, na prática, uma razão legal que impede que os recursos possam ser devidamente esgotados, por não existir o devido processo para isso (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2003, §§ 31-32).

4.34. Por outro lado, a Corte IDH, seguindo a orientação dos standards globais, tem reitaradamente entendido que a jurisdição militar não tem competência para conhecer fatos que constituem violações de direitos humanos. Ela compreende que num Estado democrático de Direito, a jurisdição penal militar é devida, mas com alcance restritivo e excepcional, e será destinada à proteção de interesses jurídicos especiais, vinculados às funções próprias das forças armadas.

4.35. Por isso, a Corte IDH salientou que o foro militar é exercido em julgados militares da ativa pela prática de crimes ou faltas que, por sua própria natureza, atentem contra bens jurídicos próprios da ordem castrense. O fato de que os sujeitos envolvidos pertençam às forças armadas ou que os acontecimentos tenham ocorrido dentro de um estabelecimento militar não significa, por si só, que a justiça castrense deva intervir. Isso porque, considerando a natureza do crime e o bem jurídico lesado, a jurisdição penal militar não é o foro competente para investigar e, se for o caso, julgar e punir os autores de violações de direitos humanos, devendo a ação contra os responsáveis competir sempre à justiça ordinária ou comum.

4.36. Ainda, a Corte IDH orienta que, acerca de normas ou parâmetros sobre as limitações, a jurisdição militar deve observar os seguintes critérios: a) não é o foro competente para investigar e, se for o caso, julgar e punir os autores de todas as violações de direitos humanos; b) só pode julgar militares

em serviço ativo; e c) só pode julgar a prática de delitos ou faltas (cometidos por militares na ativa) que atentem, por sua própria natureza, contra bens jurídicos próprios da ordem militar (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2018).

4.37. Tais elementos devem nortear a aplicação do Código Penal Militar e Código de Processo Penal Militar, referendada pelo julgamento da ADI nº 5901 pelo Supremo Tribunal Federal, que tem a oportunidade de fazer a adequação da legislação interna brasileira aos standards internacionais.

5. CONCLUSÃO

5.1. Com a adoção de novas legislações para atualização do Código Penal Militar e Código de Processo Penal Militar, a partir da Lei nº 9.299/1996, Lei nº 13.491/2017, Lei nº 14.688/2023, vê-se sucessivas alterações acerca da responsabilidade criminal dos militares no Brasil, sendo a mais importante a de 1996, que versa sobre a versa sobre a competência do processo e julgamento para o Tribunal do Júri, portanto, justiça comum, dos crimes praticados por militares, de serviço ou fora dele, quando dolosos contra a vida praticados contra civil. Contudo, resta ainda em discussão a constitucionalidade da Lei nº 13.491/2017 para definição do rol de crimes militares e julgamento dos militares das Forças Armada por crimes dolosos contra vida.

5.2. Os standars internacionais apresentam recomendações e obrigações convencionais importantes para a matéria, onde não se discuti propriamente as atribuições da Justiça Militar, mas fundamentalmente que seu alcance seja restritivo e excepcional e destinado à proteção de interesses jurídicos especiais, vinculados às funções próprias das forças armadas. Enquanto que as violações de direitos humanos, contidas no tratados do qual o Estado brasileiro é signatário, sejam julgadas por uma instância comum, observando os critérios já apresentados pela Corte Interamericana ao Estado brasileiro: a) não é o foro competente para investigar e, se for o caso, julgar e punir os autores de todas as violações de direitos humanos; b) só pode julgar militares em serviço ativo; e c) só pode julgar a prática de delitos ou faltas (cometidos por militares na ativa) que atentem, por sua própria natureza, contra bens jurídicos próprios da ordem militar (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2018).

5.3. Tais questões podem ser enfrentadas por meio da ADI nº 5901 ainda pendente de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, bem como ADPF nº 289, que debate a extinção da Justiça Militar no Brasil.

6. DOCUMENTOS RELACIONADOS

6.1. Nota 1º de agosto de 2023 (3900248).

CRISTINA TEREZO
Assessora Técnica

BRUNA MARTINS COSTA
Coordenadora Geral Substituta de Segurança Pública e Direitos Humanos

Documento assinado eletronicamente por **Bruna Martins Costa**, **Coordenador(a)-Geral, Substituto(a)**, em 18/03/2024, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no **§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.

Documento assinado eletronicamente por **Cristina Figueiredo Terezo Ribeiro**, **Assessor(a) Técnico(a)**, em 18/03/2024, às 21:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no **§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mdh.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **4107420** e o código CRC **A03BCFD7**.

Referência: 00135.217694/2019-13 SEI nº 4107420

ANEXO 35

Notícia

CRIMINAL

STF confirma competência do Júri para crimes de militares contra vida de civis

Jurisprudência foi fixada em acórdão da 1ª Turma

23 MAI 22

Após ação direta de inconstitucionalidade proposta pela Procuradoria-Geral de Justiça, o Supremo Tribunal Federal (STF), em julgamento de recurso extraordinário, reconheceu a competência do Tribunal do Júri para examinar eventuais crimes dolosos praticados por militar contra a vida de civil. Nos autos, o MPSP questionou a Resolução n° 54, de 2017, do Tribunal de Justiça Militar, que dispõe sobre apreensão de instrumentos ou objetos em inquéritos policiais militares.

Ao analisar a matéria, o Órgão Especial do TJSP declarou a inconstitucionalidade dessa normativa, considerando que a competência para processamento e julgamento dos crimes dolosos contra a vida praticados por policiais militares contra civis é da Justiça Comum, assentando tanto a ofensa à competência normativa da União sobre processo penal quanto a da reserva de lei, destacando caber a investigação desses delitos à Polícia Civil.

Em recurso extraordinário, a Procuradoria-Geral do Estado argumentou haver contrariedade ao artigo 125, §§ 2º e 4º, da Constituição Federal, afirmando que "a Resolução impugnada não viola a competência da Justiça Comum para julgamento dos crimes dolosos contra a vida de civil praticados por militares", mas após contrarrazões da PGJ, o recurso foi julgado improcedente.

Em acórdão relatado pela ministra Rosa Weber a 1ª Turma do STF, declarou não haver violação do art. 125 e firmou a jurisprudência da Suprema Corte.

Notícias Relacionadas

Ver todo



CRIMINAL

Denunciado pelo MPSP, réu que matou angolano na capital recebe pena de 29 anos

03 SET 24

ANEXO 36

ADI 5032

PROCESSO ELETRÔNICO PÚBLICO MEDIDA LIMINAR

NÚMERO ÚNICO: 9991162-52.2013.1.00.0000

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Origem: DF - DISTRITO FEDERAL
Relator: MIN. MARCO AURÉLIO
Relator do último incidente: MINISTRO PRESIDENTE (ADI-AgR)

REQTE.(S)PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)CONGRESSO NACIONAL

AGENDA 2030 DA ONU:



Todos | Informações | Partes | Andamentos | Decisões | Sessão Virtual | Deslocamentos | Petições | Recursos | Pautas

Andamentos

10/03/2023 Ata de Julgamento Publicada, DJE

Divulgado em 09/03/2023

08/03/2023 Juntada
Certidão de Julgamento da Sessão Ordinária de 08/03/2023

08/03/2023 Suspenso o julgamento
Decisão: (Processo destacado da sessão virtual) Após o voto-vista do Ministro Ricardo Lewandowski, que julgava parcialmente procedente a ação direta para decretar a inconstitucionalidade da inclusão, no § 7º do art. 15 da Lei

Complementar 97, de 9 de junho de 1999 (com as redações que lhe foram conferidas pelas Leis Complementares 117, de 2 de setembro de 2004, e 136, de 25 de agosto de 2010), dos arts. 15 (quanto às expressões "garantia dos poderes constitucionais" e "da lei e da ordem"), 16 (quanto à expressão "defesa civil"), 16-A, 17, IV e V, 17-A, III, 18, VI e VII, e do art. 23, XIV, da Lei 4.737, de 15 de julho de 1965, o julgamento foi suspenso. Não vota o Ministro André Mendonça, sucessor do Ministro Marco Aurélio (Relator). Ausentes, justificadamente, os Ministros Dias Toffoli e Roberto Barroso. Presidência da Ministra Rosa Weber. Plenário, 8.3.2023.

02/03/2023 **Ata de Julgamento Publicada, DJE**

Divulgado em 01/03/2023

01/03/2023 **Calendário de julgamento publicado no DJe**
em 28/2/2023 - DJe nº 36/2023, divulgado em 27/2/2023

27/02/2023
Incluído no calendário de julgamento pela Presidente
Data de Julgamento: 08/03/2023

24/02/2023 **Pauta publicada no DJE - Plenário**

Divulgado em 23/02/2023

23/02/2023 **Inclua-se em pauta - minuta extraída**

TRIBUNAL PLENO

23/02/2023 **Juntada** Certidão de Julgamento da Sessão Virtual

22/02/2023 **Destaque do(a) Ministro(a)**

MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

Decisão: Após o voto-vista do Ministro Ricardo Lewandowski, que julgava parcialmente procedente a presente ADI para decretar a inconstitucionalidade da inclusão, no § 7º do art. 15 da Lei Complementar 97, de 9 de junho de 1999 (com as redações que lhe foram conferidas pelas Leis Complementares 117, de 2 de setembro de 2004, e 136, de 25 de agosto de 2010), dos arts. 15 (quanto às expressões

"garantia dos poderes constitucionais" e "da lei e da ordem"), 16 (quanto à expressão "defesa civil"), 16-A, 17, IV e V, 17-A, III, 18, VI e VII, e do art. 23, XIV, da Lei 4.737, de 15 de julho de 1965; e dos votos dos Ministros Luiz Fux e Dias Toffoli, que acompanhavam o voto do Ministro Marco Aurélio (Relator), o processo foi destacado pelo Ministro Ricardo Lewandowski. Não vota o Ministro André Mendonça, sucessor do Ministro Marco Aurélio. Plenário, Sessão Virtual de 10.2.2023 a 17.2.2023.

16/02/2023 **Processo destacado no Julgamento Virtual**

MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

Pedido de Destaque. Sessão de 10/02/2023 a 17/02/2023

10/02/2023 **Iniciado Julgamento Virtual**

09/02/2023 **Petição**

Manifestação - Petição: 10815 Data: 09/02/2023, às 08:14:07

31/01/2023 **Vista - Devolução dos autos para julgamento**

MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

31/01/2023 17:58:46 - Julgamento Virtual: ADI. Incluído na Lista 89-2021.MAM - Agendado para: 10/02/2023 a 17/02/2023.

31/01/2023 **Incluído na lista de julgamento**

MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

Julgamento Virtual: ADI. Incluído na Lista 89-2021.MAM - Agendado para: 10/02/2023 a 17/02/2023.

15/12/2022 **Ata de Julgamento Publicada, DJE**

ATA Nº 41, de 13/12/2022. DJE nº 257, divulgado em 14/12/2022

13/12/2022 **Juntada** Certidão de Julgamento da Sessão Virtual

13/12/2022 **Vista ao(à) Ministro(a)** MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

Decisão: Após o voto-vista do Ministro Roberto Barroso, que acompanhava o Ministro Marco Aurélio (Relator), para julgar

improcedente o pedido formulado nesta ação direita, declarando a constitucionalidade do § 7º do art. 15 da Lei Complementar nº 97/1999, e propunha a seguinte tese de julgamento: "Não viola a Constituição a delimitação pelo legislador do conceito de crime militar para fins de fixação da competência da Justiça Militar, desde que fique caracterizada (i) a excepcionalidade da jurisdição militar; (ii) a vinculação às funções previstas no art. 142 da Constituição Federal, ainda que se trate de atividade subsidiária ou atípica das Forças Armadas; e (iii) a observância dos direitos e garantias fundamentais, sobretudo a de um processo justo e imparcial", pediu vista dos autos o Ministro Ricardo Lewandowski. Não vota o Ministro André Mendonça, sucessor do Ministro Marco Aurélio. Plenário, Sessão Virtual de 2.12.2022 a 12.12.2022.

02/12/2022 **Suspenso o julgamento** MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
Pedido de Vista

02/12/2022 **Iniciado Julgamento Virtual**

01/12/2022 **Petição**
Manifestação - Petição: 94511 Data: 01/12/2022, às 16:24:56

18/11/2022 **Incluído na lista de julgamento**
TRIBUNAL PLENO - SESSÃO VIRTUAL
Julgamento Virtual: ADI. Incluído na Lista 89-2021.MAM - Agendado para: 02/12/2022 a 12/12/2022.

18/11/2022 **Pedido de destaque cancelado**
MIN. RICARDO LEWANDOWSKI Julgamento Virtual: ADI

06/04/2022 **Interposto agravo regimental**
Juntada Petição: 24088/2022

05/04/2022 **Petição**
Agravo Regimental - Petição: 24088 Data: 05/04/2022, às 20:44:30

30/03/2022

Excluído do calendário de julgamento pelo Presidente
da sessão de 31/03/2022

30/03/2022Publicação, DJE Divulgado em 29/03/2022

29/03/2022Remessaao Gabinete do Ministro Roberto Barroso.

29/03/2022Despacho PRESIDÊNCIA

25/03/2022Calendário de julgamento publicado no DJe
DJe nº 57/2022, divulgado em 24/3/2022

24/03/2022
Incluído no calendário de julgamento pelo Presidente
Data de Julgamento: 31/03/2022

24/03/2022Remessa
das Petições nº 19598/2022, nº 97168/2021, nº 96700/2021, nº 95805/2021, nº 93777/2021 e nº 95927/2021 à Presidência.

23/03/2022
Incluído no calendário de julgamento pelo Presidente
Data de Julgamento: 24/03/2022

23/03/2022Remessa
das Petições nº 19598/2022, nº 97168/2021, nº 96700/2021, nº 95805/2021, nº 93777/2021 e nº 95927/2021 ao Gabinete do Senhor Ministro André Mendonça.

23/03/2022Petição
Sustentação oral - Petição: 19598 Data: 23/03/2022, às 13:48:37

17/03/2022Petição
Manifestação - Petição: 17715 Data: 17/03/2022, às 16:09:20

01/02/2022Calendário de julgamento publicado no DJe
em 07/01/2022 - DJe nº 249/2021, divulgado em 17/12/2021

17/12/2021
Incluído no calendário de julgamento pelo Presidente
Data de Julgamento: 23/03/2022

06/10/2021Petição
Manifestação - Petição: 97168 Data: 06/10/2021, às 11:13:44

05/10/2021Petição
Juntada de documentos - Petição: 97072 Data: 05/10/2021, às 23:10:34

05/10/2021Petição
Amicus curiae - Petição: 96700 Data: 05/10/2021, às 15:22:21

05/10/2021Petição
Manifestação - Petição: 96480 Data: 05/10/2021, às 03:41:02

04/10/2021Petição
Manifestação - Petição: 95982 Data: 04/10/2021, às 11:17:55

04/10/2021Petição
Juntada de documentos - Petição: 95951 Data: 04/10/2021, às 11:04:05

04/10/2021Petição
Sustentação oral - Petição: 95927 Data: 04/10/2021, às 07:53:31

02/10/2021Petição
Amicus curiae - Petição: 95805 Data: 02/10/2021, às 00:59:58

28/09/2021Petição
Amicus curiae - Petição: 93777 Data: 28/09/2021, às 16:41:41

01/07/2021Calendário de julgamento publicado no DJe
DJe nº 130/2021, edição extra, divulgado em 30/06/2021

30/06/2021
Incluído no calendário de julgamento pelo Presidente
Data de Julgamento: 06/10/2021

09/06/2021Publicação, DJE
DJE nº 109, divulgado em 08/06/2021

08/06/2021Conclusos ao(à) Relator(a)

08/06/2021 **Certidão**

Certifico que a autuação foi alterada, conforme determinado na decisão de 02/06/2021.

08/06/2021 **Deferido** MIN. MARCO AURÉLIO

Em 02/06/2021: "(...) 3. Admito o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM como terceiro interessado, recebendo o processo no estágio em que se encontra."

07/06/2021 **Conclusos ao(à) Relator(a)**

07/06/2021 **Certidão**

CERTIDÃO DE AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO

27/05/2021 **Publicação, DJE**

DJE nº 101, divulgado em 26/05/2021

26/05/2021 **Despacho**

Em 24/05/2021: "(...) 2. Ante a ausência de procuração outorgada pelo requerente, providenciem a regular representação processual – artigo 76 do Código de Processo Civil."

19/05/2021 **Conclusos ao(à) Relator(a)**

19/05/2021 **Petição**

Manifestação - Petição: 52139 Data: 19/05/2021, às 12:22:40

17/03/2021 **Publicação, DJE**

DJE nº 51, divulgado em 16/03/2021

16/03/2021 **Conclusos ao(à) Relator(a)**

16/03/2021 **Certidão**

Certifico que a autuação da presente ação foi alterada, conforme determinado em 12/03/2021.

16/03/2021 **Deferido** MIN. MARCO AURÉLIO

Em 12/03/2021: "(...) 3. Admito Conectas Direitos Humanos como terceira interessada no processo, recebendo-o no estágio em que se encontra."

16/03/2021 **Calendário de julgamento publicado no DJe**

publicado em 12/3/2021 - DJe nº 48/2021, edição extra

11/03/2021

Incluído no calendário de julgamento pelo Presidente

Data de Julgamento: 18/03/2021

11/03/2021

Excluído do calendário de julgamento pelo Presidente

da sessão de 17/03/2021

10/03/2021 **Conclusos ao(à) Relator(a)**

09/03/2021 **Petição**

Amicus curiae - Petição: 26735 Data: 09/03/2021, às 23:08:51

01/03/2021 **Pauta publicada no DJE - Plenário**

PAUTA Nº 23/2021. DJE nº 37, divulgado em 26/02/2021

26/02/2021 **Inclua-se em pauta - minuta extraída**

TRIBUNAL PLENO

Julgamento Presencial: ADI. Incluído na Lista 171-2021.MAM - Agendado para: 17/03/2021.

22/02/2021 **Retirado do Julgamento Virtual**

MIN. RICARDO LEWANDOWSKI Pedido de Destaque

12/02/2021 **Iniciado Julgamento Virtual**

10/02/2021 **Conclusos ao(à) Relator(a)**

10/02/2021 **Petição**

Manifestação - Petição: 17872 Data: 10/02/2021, às 16:50:35

03/02/2021 **Vista - Devolução dos autos para julgamento**

MIN. LUÍS ROBERTO BARROSO

03/02/2021 08:13:41 - Julgamento Virtual: ADI. Incluído na Lista 89-2021.MAM - Agendado para: 12/02/2021.

03/02/2021 **Incluído na lista de julgamento**

MIN. LUÍS ROBERTO BARROSO

Julgamento Virtual: ADI. Incluído na Lista 89-2021.MAM - Agendado para: 12/02/2021.

16/10/2020 **Conclusos ao(à) Relator(a)**

16/10/2020 **Petição**
Manifestação - Petição: 86831 Data: 16/10/2020, às 14:09:51

15/10/2020 **Conclusos ao(à) Relator(a)**

15/10/2020 **Petição**
Envio Complementar de Peças - Petição: 86501 Data: 15/10/2020, às 18:57:48

14/09/2020 **Calendário de julgamento publicado no DJe**
DJe edição extra, nº 227/2020, divulgado em 11/09/2020

11/09/2020
Incluído no calendário de julgamento pelo Presidente
Data de Julgamento: 21/10/2020

08/10/2019
Excluído do calendário de julgamento pelo Presidente
da sessão de 09/10/2019

01/10/2019 **Conclusos ao(à) Relator(a)**

01/10/2019 **Petição**
Manifestação - Petição: 60337 Data: 01/10/2019 às 15:57:13

18/06/2019 **Calendário de julgamento publicado no DJe**
DJe nº 133/2019, edição extra, divulgado em 17/06/2019

14/06/2019
Incluído no calendário de julgamento pelo Presidente
Data de Julgamento: 09/10/2019

25/02/2019 **Vista - Devolução dos autos para julgamento**

MIN. LUÍS ROBERTO BARROSO 25/02/2019 16:13:21 -

30/08/2018 **Petição**
Juntada de documentos - Petição: 56854 Data: 29/08/2018 às 12:56:28

13/04/2018
Decisão de julgamento (Lei 9.868/99) publicada no DJE e no DOU

13/04/2018 **Ata de Julgamento Publicada, DJE**

ATA Nº 9, de 05/04/2018. DJE nº 71, divulgado em 12/04/2018

06/04/2018 **Juntada**
da certidão de julgamento referente à sessão Plenária de 5/4/2018

05/04/2018 **Vista ao(à) Ministro(a)** MIN. LUÍS ROBERTO BARROSO

Decisão: Após o voto do Ministro Marco Aurélio (Relator), julgando improcedente o pedido, no que foi acompanhado pelo Ministro Alexandre de Moraes, e o voto do Ministro Edson Fachin, julgando procedente o pedido, pediu vista dos autos o Ministro Roberto Barroso. Falaram: pelo Presidente da República e pelo Congresso Nacional, a Drª Grace Maria Fernandes Mendonça, Advogada-Geral da União; e, pelo amicus curiae Defensoria Pública da União, o Dr. Gustavo Zortéa da Silva, Defensor Público Federal. Ausentes, justificadamente, os Ministros Gilmar Mendes e Celso de Mello, e, neste julgamento, o Ministro Luiz Fux. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 5.4.2018.

03/04/2018 **Petição**
Manifestação - Petição: 18183 Data: 03/04/2018 às 21:44:27

22/03/2018 **Petição**

Manifestação - Petição: 15946 Data: 22/03/2018 às 17:06:41

15/03/2018
Incluído no calendário de julgamento pelo Presidente
Data do julgamento: 04/04/2018

28/02/2018
Juntada do mandado de intimação devidamente cumprido - DPU
DPU/DPF - Referente à Pauta n. 11/2018 - Plenário.

28/02/2018Juntada do mandado cumprido
MPM/PGJM - Referente à Pauta n. 11/2018 - Plenário.

28/02/2018
Juntada do mandado de intimação devidamente cumprido - PGR
PGR - Referente à Pauta n. 11/2018 - Plenário.

28/02/2018Juntada do mandado cumprido
MPM/PROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR - Referente à Pauta n. 11/2018 - Plenário.

28/02/2018
Juntada do mandado de intimação devidamente cumprido - DPU
DPU/DPF - Referente à Pauta n. 11/2018 - Plenário.

28/02/2018
Juntada do mandado de intimação devidamente cumprido - AGU
PR/AGU - Referente à Pauta n. 11/2018 - Plenário.

28/02/2018
Juntada do mandado de intimação devidamente cumprido - AGU
CN/AGU - Referente à Pauta n. 11/2018 - Plenário.

27/02/2018
Juntada do mandado de intimação devidamente cumprido - DPU
DPU/DPF - Referente à pauta n. 11/2018 - Plenário.

27/02/2018Devolução de mandado

Em 26/02/2018 Da Procuradora-Geral da República , Ref. à Pauta n°11/2018 DJE 27/02/2018

27/02/2018Devolução de mandado
Em 26/02/2018 Do MPM, na Pessoa do Procurador-Geral da Justiça Militar Ref. à Pauta n°11/2018 DJE 27/02/2018

27/02/2018Devolução de mandado
Em 26/02/2018 Da Defensoria Público da União, Ref. à Pauta n°11/2018 DJE 27/02/2018

27/02/2018Devolução de mandado
Em 26/02/2018 Do Congresso Nacional , na Pessoa da AGU Ref.à Pauta n°11/2018 DJE 27/02/2018

27/02/2018Devolução de mandado
Em 26/02/2018 Do Presidente da República , na Pessoa da AGU Ref.à Pauta n°11/2018 DJE 27/02/2018

27/02/2018Pauta publicada no DJE - Plenário

PAUTA Nº 11/2018. DJE nº 37, divulgado em 26/02/2018

26/02/2018Publicação, DJE
Despacho de 22/02/2017 (DJE nº 36, divulgado em 23/02/2018)

23/02/2018Remessaao Relator.

23/02/2018Certidão Relatório distribuído.

22/02/2018Despacho
"(...) 1. Libero o processo para inserção na pauta dirigida do Pleno. 2. À Secretaria, para juntar ao processo o relatório confeccionado, encaminhando cópia aos demais Ministros e à Procuradoria-Geral da República."

22/02/2018Inclua-se em pauta - minuta extraída

Pleno em 22/02/2018 14:13:07

12/09/2017 **Conclusos ao(à) Relator(a)**

12/09/2017 **Manifestação da PGR**

07/05/2015 **Certidão**

Certifico que retifiquei a autuação deste processo para constar o advogado Daniel Antonio de Moraes Sarmento como representante do "amicus curiae" Tortura Nunca Mais.

07/05/2015 **Petição**

Manifestação - Petição: 22017 Data: 07/05/2015 14:47:40.497 GMT-03:00

10/04/2015 **Publicação, DJE**

Despacho de 07/04/2015 (DJE nº 67, divulgado em 09/04/2015)

08/04/2015 **Vista à PGR**

08/04/2015 **Certidão**

Certifico que retifiquei a autuação deste processo para incluir a Defensoria Pública da União como "amicus curiae".

08/04/2015 **Despacho**

em 7/4/2015, ref. a petição n. 7953/2015: "[...] 3. Admito a Defensoria Pública da União no processo, como terceira interessada, recebendo-o no estágio em que se encontra. 4. Publiquem."

27/02/2015 **Petição**

Amicus curiae - Petição: 7953 Data: 27/02/2015 14:17:58.168 GMT-03:00

10/10/2014 **Publicação, DJE**

Despacho de 06/10/2014 (DJE nº 198, divulgado em 09/10/2014)

10/10/2014 **Publicação, DJE**

Despacho de 06/10/2014 (DJE nº 198, divulgado em 09/10/2014)

08/10/2014 **Vista à PGR**

08/10/2014 **Certidão**

Certifico que retifiquei a autuação deste processo para incluir o "Ministério Público Militar" e "Tortura Nunca Mais" como amici curiae.

08/10/2014 **Despacho**

em 6/10/2014, ref. a petição n. 43225/2014: "[...] Admito Tortura Nunca Mais no processo, como terceira interessada, recebendo-o no estágio em que se encontra. 4. Publiquem."

08/10/2014 **Despacho**

em 6/10/2014, ref. a petição n. 9935/2014: "[...] Admito o Ministério Público Militar no processo, como terceiro interessado, recebendo-o no estágio em que se encontra. 4. Publiquem."

18/09/2014 **Petição**

Amicus curiae - Petição: 43225 Data: 18/09/2014 14:29:40.522 GMT-03:00

11/03/2014 **Petição**

Amicus curiae - Petição: 9935 Data: 11/03/2014 17:29:59.222 GMT-03:00

02/12/2013 **Petição**

Manifestação - Petição: 61285 Data: 02/12/2013 18:45:52.249 GMT-02:00

02/12/2013 **Vista à PGR**

25/11/2013 **Vista ao AGU**

25/11/2013 **Certidão**

Certifico que a vista dos autos à Advocacia-Geral da União será feita mediante o envio de CD contendo cópia do processo, tendo em vista que o envio eletrônico ainda não é possível.

19/11/2013Petição
58719/2013 - 19/11/2013 - Ofício nº 563/2013-PRESID/ADVOSF, Senado Federal, 18/11/2013 - Presta informações em atenção ao ofício nº 4.846/R.

19/11/2013Petição
Informações - Petição: 58694 Data: 19/11/2013 16:37:20.929 GMT-02:00

18/11/2013Petição
58322/2013 - 18/11/2013 - Of.n.2807/2013/SGM/P, Câmara dos Deputados, 13/11/2013 - Presta informações.

08/11/2013Expedido Ofício nº
4845/R, a Presidenta da República.

08/11/2013Expedido Ofício nº
4846/R, ao Presidente do Senado Federal.

08/11/2013Expedido Ofício nº
4847/R, ao Presidente da Câmara dos Deputados.

07/11/2013Publicação, DJE
Despacho de 02/11/2013 (DJE nº 220, divulgado em 06/11/2013)

05/11/2013Certidão

Certifico que elaborei 3 ofícios. Despacho de 02/11/2013.

05/11/2013Adotado rito do Art. 12, da Lei 9.868/99

MIN. MARCO AURÉLIO

em 2/11/2013: "1. O Procurador-Geral da República busca a declaração de inconstitucionalidade, com pedido de medida cautelar, do § 7º do artigo 15 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, relativamente tanto à redação conferida pela Lei Complementar nº 117, de 2004, como pela de nº 136,

de 2010. A racionalidade própria ao Direito direciona a aguardar-se o julgamento definitivo. 2. Aciono o disposto no artigo 12 da Lei nº 9.868/99. Providenciem as informações, a manifestação do Advogado-Geral da União e o parecer do Procurador-Geral da República. 3. Publiquem."

20/08/2013 **Conclusos ao(à) Relator(a)**

20/08/2013 **Distribuído** MIN. MARCO AURÉLIO

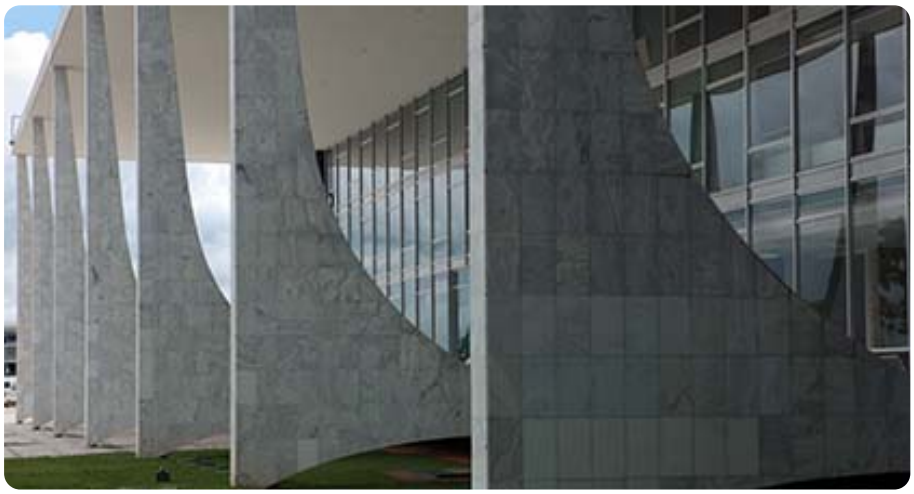
ANEXO 37

da Justiça Militar

Ação questiona regra que considera como militares os crimes cometidos por integrantes das Forças Armadas em operações de garantia da lei e da ordem, entre outras.

08/03/2023 19h45 - Atualizado há

4493 pessoas já viram isso



Com o voto-vista do ministro Ricardo Lewandowski, o Supremo Tribunal Federal (STF) retomou, nesta quarta-feira (8), o julgamento sobre a regra que definiu a competência da Justiça Militar para julgar crimes cometidos no exercício das atribuições subsidiárias das Forças Armadas. A questão é objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5032, ajuizada em 2013 pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Segundo a PGR, a redação atual do artigo 15 da Lei Complementar (LC) 97/1999 ampliou demasiadamente a competência da Justiça Militar para crimes que não estão diretamente relacionados às funções tipicamente militares, como a atuação das Forças Armadas em operações para garantia da lei e da ordem (GLO), de combate ao crime ou quando requisitadas pela Justiça Eleitoral para garantir as eleições.

caso haja pedido de destaque em processos com julgamento iniciado no ambiente virtual, os votos lançados por ministros que, posteriormente, deixarem o exercício do cargo serão válidos.

Isonomia

Em seu voto, o ministro Lewandowski afirmou que a regra viola o princípio constitucional da isonomia e cria uma espécie de foro por prerrogativa de função. Nesse sentido, ressaltou que o STF já decidiu que apenas a Constituição pode elencar os agentes públicos que terão foro diferenciado.

Segundo o ministro, a segurança pública é uma atividade constitucionalmente atribuída às polícias e só é exercida por integrantes das Forças Armadas como cooperação com as autoridades civis. Dessa forma, não seria possível falar em delito cometido no exercício do cargo, de forma a definir a competência da Justiça Militar.

Como exemplo, ele observou que, se militares e civis participarem da mesma operação para resguardar a segurança pública, os integrantes das Forças Armadas seriam julgados pela Justiça Militar, enquanto os policiais federais, civis ou militares teriam seus atos apreciados pela Justiça comum. Em relação às eleições, destacou que a atividade é eminentemente civil e que toda força federal requisitada fica sob jurisdição da Justiça Eleitoral.

Após o voto do ministro, pela procedência parcial da ação no sentido da prevalência da competência da Justiça comum para julgar os crimes decorrentes de ações militares que tenham natureza civil ou eleitoral, o julgamento foi suspenso. A presidente do STF, ministra Rosa Weber, explicou que, como o julgamento estava pautado em sessão virtual e foi deslocado para o plenário físico, é necessário aguardar a presença de todos ministros que já haviam lançado voto, para que possam confirmar ou alterar suas manifestações.

PR/CR//CF

ANEXO 38

Em complemento à resposta encaminhada, via mensagem eletrônica, em 12 de setembro do ano corrente, referente ao Ofício Nº 1302/2024/CGINT/AI/MDHC, que trata sobre o Caso Favela Nova Brasília, e que solicitou, respectivamente:

i) cópia da sentença condenatória publicada em 14 de maio de 2024;
ii) relatório das medidas adicionais adotadas para a investigação de novas linhas que visem à responsabilização dos autores materiais e intelectuais das violações perpetradas (Ponto 11);
iii) informações sobre os novos mecanismos de enfrentamento à letalidade policial implementados no âmbito deste Ministério Público (Ponto 17),

cumpre encaminhar as manifestações faltantes exaradas pela **Coordenadoria de Promoção dos Direitos das Vítimas (CDV)** e pelo **Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Investigação Penal (CAOPJIPE).**

Após análise dos autos, foi destacado pela Coordenadora de Promoção dos Direitos das Vítimas:

> "A Coordenadoria de Promoção dos Direitos das Vítimas manifesta sua ciência acerca de todo o procedimento.
>
> No tocante ao enfrentamento da letalidade policial, esta Coordenadoria tem atuado buscando acolhimento das vítimas, permitindo que as mesmas acompanhem a investigação junto ao Promotor Natural, possibilitando a juntada de informações que permitam a resposta do Estado diante das violações de Direitos Humanos ocorridas. Como atuamos diretamente com as vítimas, não temos atribuição para a construção de nenhuma meta ou política visando a redução da letalidade e da violência policial.
>
> Seguem informações sobre o trabalho desenvolvido:
>
> A Coordenadoria de Promoção dos Direitos das Vítimas (CDV/MPRJ), criada pela Resolução 2.419/2021, tem em sua estrutura o Núcleo de Apoio às Vítimas do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (NAV/MPRJ), instituído pela Resolução GPGJ 2.534/2023, com "ações destinadas à proteção dos direitos das vítimas de infrações

penais, atos infracionais, desastres naturais, calamidades públicas e graves violações de direitos humanos, e de seus familiares, com vistas a garantir-lhes apoio humanizado, informação sobre seus procedimentos, proteção, acesso à justiça e encaminhamento para atendimento psicossocial e de saúde." (art. 1º).

Os atendimentos pela equipe do Núcleo de Apoio às Vítimas (NAV/MPRJ) ocorrem por demanda de vítima diretas ou indiretas (familiares), do Promotor Natural, de órgãos integrantes da estrutura do MPRJ, de órgãos e outras instituição governamentais ou da sociedade civil, que deverão indicar meios válidos de contato com a vítima, respeitada sua autonomia de vontade.

As vítimas e/ou familiares são informados sobre os seus direitos, as fases de investigação e do processo criminal, sendo-lhes disponibilizados atendimento psicossocial pela equipe técnica (assistente social e psicólogo) e encaminhamentos para atendimentos na rede saúde e atenção psicossocial, atendimentos e oitivas pelo Promotor Natural, bem como para apresentação e oitiva de testemunha ou outro meio de prova indicado pela vítima e/ou familiar ao Promotor Natural.

Funcionando como canal de atendimento, acolhimento, escuta especializada, acesso à informação e facilitação do exercício de direitos pela vítima e/ou familiares no curso das investigações ou processo, o Núcleo de Apoio às Vítimas (NAV/MPRJ) dispõe de equipe multidisciplinar, atualmente composta por servidores com formação nas áreas de psicologia, assistência social, jurídica e com capacitação em facilitação restaurativa e comunicação não violenta. As informações sobre direitos fornecidas pela equipe do Núcleo de Apoio às Vítimas/MPRJ não excluem informações sobre o andamento das investigações ou do processo diretamente fornecidas pelos Promotores Naturais, sempre que solicitado o atendimento direto ou verificada a necessidade pelo Promotor Natural.

As informações prestadas pelo NAV/MPRJ demonstram a atenção aos familiares da vítima e a facilitação dos meios de exercício de seus direitos à informação, participação, reparação, proteção e apoio, pela equipe do NAV/MPRJ, que depois de mapear as necessidades advindas a partir do ato vitimizante, realiza os encaminhamentos necessários, respeitando o desejo da vítima.

O (NAV/MPRJ) possui canais próprios de contato, inclusive pelo aplicativo WhatsApp Business, pelo número (21-2215-7130), canais estes que são divulgados no campo referente ao Núcleo de Apoio às Vítimas, localizado na página principal do sítio eletrônico do MPRJ. Através desses canais, as vítimas e seus familiares podem obter informações e meios de efetivação dos seus direitos decorrentes de ato criminoso que tenham sofrido, viabilizando-se, inclusive, obtenção de informações sobre andamento de apurações às vítimas e familiares, bem como o contato dos familiares, testemunhas e vítimas com os Promotores de Justiça responsáveis pelas apurações para que possam contribuir com investigações, na forma prevista pelo Protocolo de Minnesota.

Cabe ressaltar e ratificar que, especialmente em relação aos expedientes encaminhados pelo GTT-ADPF635, foi estabelecido um fluxo com a Coordenadoria de Direitos Humanos e Minorias, com fulcro no art. 4º da Resolução 2419/2021, que estabelece a remessa do feito à Coordenadoria de Direitos Humanos e Minorias para as providências cabíveis e, havendo identificação ou demanda para atendimento de vítima(s) direta(s) ou indireta(s), o devolvem ao NAV, com indicação de nome e meios de contato para apresentação do NAV e agendamento de atendimento, se for o caso.

O NAV realizou no ano de 2024 reuniões com representantes da ONG redes da Maré para estabelecimento de um fluxo para atendimento de vítimas pelo NAV, que se encontra com o canal aberto para interlocução com as pessoas que são vítimas da violência institucional do Estado."

Já no que se refere ao **Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Investigação Penal**, foi encaminhada por sua coordenadora a seguinte manifestação:

"Trata- se procedimento instaurado pela Coordenadoria-Geral de Promoção da Dignidade da Pessoa Humana, a partir do Ofício nº 1302/2024/CGINT/AI/MHDC, documento constante do index nº 3648422, que faz referência à Sentença exarada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Favela Nova Brasília vc Brasil.

Em atendimento aos r. despachos constantes dos anexos COGEPDPH nº 3638204 e 3658458, o Centro de Apoio Operacional vem por meio desse, exarar ciência de todo o

processado e ratificar *in totum* o r. despacho exarado pelo GTT-ADPF 635, que demonstra que todos os pontos resolutivos da Sentença exarada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Favela Nova Brasília vs Brasil foram cumpridos."

É o que nos cabia informar.

Cumpre-se salientar que o MPRJ reconhece a existência de uma esfera pública transnacional e, resta nítido que busca realizar uma ação de envergadura condizente com a defesa dos direitos humanos conferido pelo legislador constituinte, além de ter ciência da importância de seu papel no fortalecimento dos sistemas internacionais de proteção.

Ao ensejo, renovamos nossas expressões de elevada estima e distinta consideração.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2024.

PATRICIA LEITE CARVÃO
Procuradora de Justiça
Coordenadora-Geral de Promoção da Dignidade da Pessoa Humana

ROBERTA ROSA RIBEIRO
Promotora de Justiça
Coordenadora de Direitos Humanos e de Minorias